COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS — F. T. D.

CURSO
DE
INSTRUÇÃO RELIGIOSA

PARA USO
DOS CATECISMOS DE PERSEVERANÇA, DAS
CASAS DE EDUCAÇÃO E PESSOAS DO MUNDO

POR
Monsenhor CAULY
VIGÁRIO GERAL DE REIMS

Honrado com um breve de S. S. o Papa Leão XIII

TOMO I
CATECISMO EXPLICADO
DOGMA - MORAL - SACRAMENTOS - CULTO

A obra completa, consta de 4 tomos, independentes um do outro

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
PAULO de AZEVEDO & Cia., Ltda.

166, Rua do Ouvidor | 292, Rua Líbero Badaró | 655, Rua Rio de Janeiro
Rio de Janeiro | São Paulo | Belo Horizonte

 Preço dêste volume: Cr $ 30,00

CURSO
DE
INSTRUÇÃO RELIGIOSA
PARA USO

DOS CATECISMOS DE PERSEVERANÇA, DAS CASAS DE EDUCAÇÃO E PESSOAS DO MUNDO

POR

Monsenhor CAULY
VIGÁRIO GERAL DE REIMS

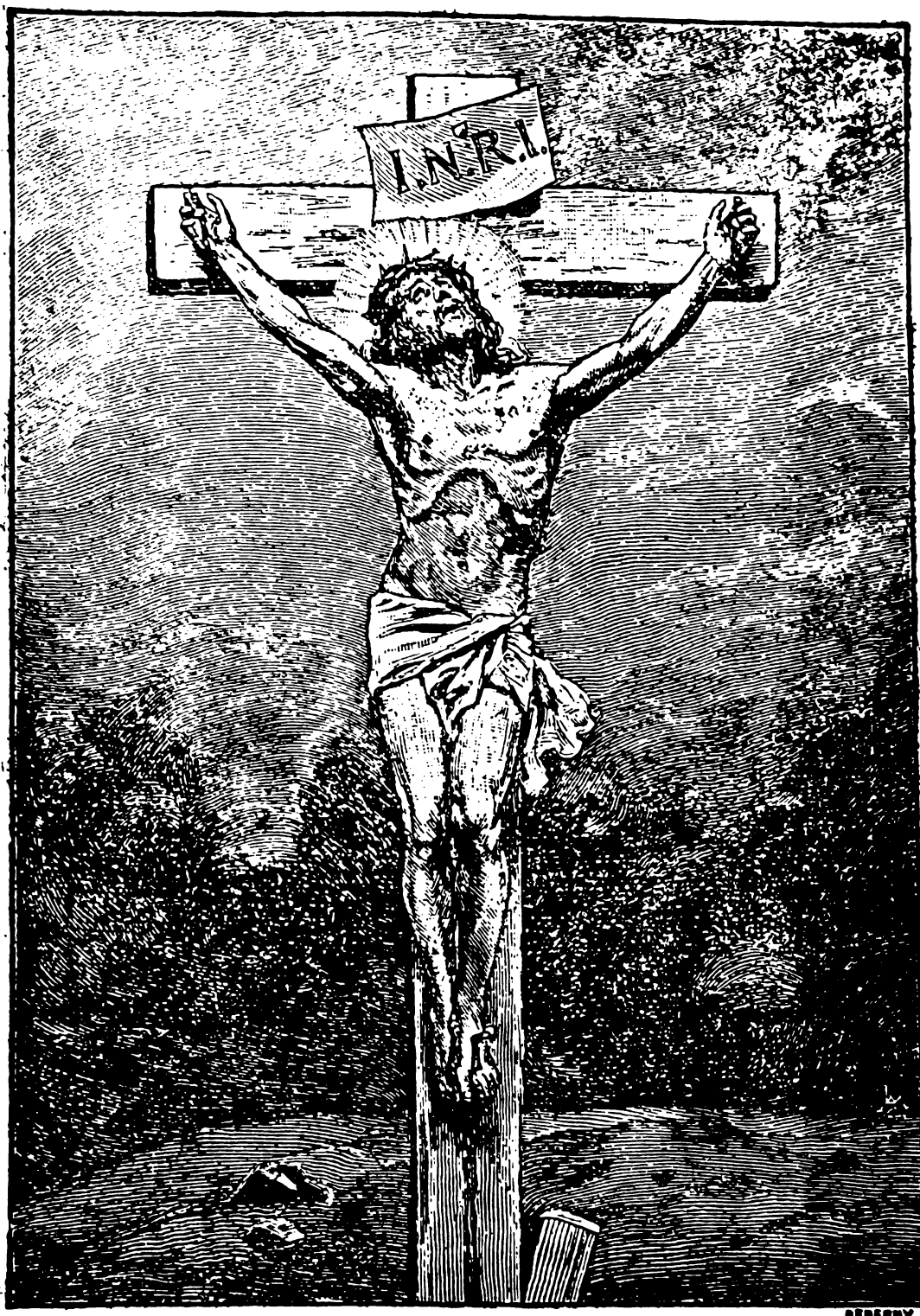
Honrado com um breve de S. S. o Papa Leão XIII

TOMO I
CATECISMO EXPLICADO

DOGMA – MORAL – SACRAMENTOS – CULTO

Na obra completa, são 4 tomos, independentes um do outro

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
PAULO de AZEVEDO & CIA.

RIO DE JANEIRO — 166, Rua do Ouvidor
SÃO PAULO — 292, Rua Líbero Badaró
BELO HORIZONTE – Rua Rio de Janeiro, 655

Jesús amou-nos tanto que morreu na cruz para salvar-nos do inferno.

NIHIL OBSTAT.
S. Pauli, 27 Maii 1924.
Can Dor. JOHANNES MARTIM LADEIRA
Censor.

IMPRIMA-SE
S. Paulo, 27 de maio de 1924.
M. PEREIRA BARROS
pro-Vigário Geral.

CURSO DE INSTRUÇÃO RELIGIOSA

TOMO I

Nota. — Logo após cada pergunta, as primeiras linhas em grifo podem ser decoradas e recitadas pelos alunos.

LIÇÃO PRELIMINAR

Da Doutrina cristã

Nome cristão. — Doutrina cristã. — Fontes da doutrina. — Divisão do curso de Instrução religiosa. — Necessidade do estudo da religião. — Disposições para êste estudo.

1. — *Que é um cristão?*

R. — *Cristão é aquele que é batizado, crê e professa a doutrina e a lei de Cristo.*

A palavra *cristão* vem de *Cristo* (*ungido* ou *sagrado*), que é o nome dado ao Filho de Deus feito homem, e significa: discípulo de Jesús Cristo. Ora, um cristão, ou discípulo de Nosso Senhor Jesús Cristo, é aquele que, sendo batizado, crê e professa a doutrina cristã.

Donde resulta que, para ser verdadeiramente cristão, três condições são necessárias: 1.º ter recebido o sacramento de batismo; — 2.º crer, isto é, admitir como verdade, tudo o que ensina a doutrina cristã; — 3.º professar ou praticar o que ela manda.

É evidente, não fizemos nada mais do que fizeram os pagãos ou os filhos dos infiéis para merecermos a graça do batismo; logo, à pura bondade de Deus é que devemos êste favor; temos razão, portanto, em dizer que, se somos Cristãos, é pela graça de Deus.

2. — *Que é a doutrina cristã?*

R. — *Doutrina cristã é o conjunto das verdades ensinadas por Jesús Cristo, prègadas pelos apóstolos e propostas pela Igreja por meio dos seus pastores.*

A palavra *doutrina* significa: ensino em geral, e mais vezes ensino religioso. Acrescentando a palavra *cristã,* entendemos: ensino vindo de Cristo, e podemos então definir a doutrina cristã: o conjunto das verdades ensinadas por Jesús Cristo, prègadas pelos apóstolos e propostas pela Igreja por meio de seus pastores.

RELIGIÃO.—*A doutrina cristã encontra-se sobretudo no Evangelho; baseia-se na Cruz e na santíssima Eucaristia.*

É Nosso Senhor quem tomou, na sua vida terrestre, a iniciativa dêste ensino destinado a aperfeiçoar a lei de Moisés. Empregou os três últimos anos de sua vida para dar a conhecer as verdades que devíamos crer, os deveres que tínhamos de cumprir. Os apóstolos receberam primeiro as instruções de Jesús Cristo, prègaram-nas por sua vez, completando-as com algumas explicações. Hoje, esta doutrina cristã é comunicada pela Igreja, que a transmite por seus pastores: bispos ou sacerdotes.

3. — *Onde se acha a doutrina cristã?*

R. — *A doutrina cristã acha-se nos Evangelhos, nos Atos dos apóstolos, nas Epístolas e no ensino tradicional da Igreja.*

Os *Evangelhos* narram as ações e resumem os ensinamentos de Nosso Senhor. Foram escritos desde o primeiro século pelos quatro evangelistas que lhes deram o nome: *S. Mateus* e *S. João,* ambos apóstolos; *S. Marcos* e *S. Lucas,* discípulos, êste de S. Paulo e aquele de S. Pedro.

O livro dos *Atos dos apóstolos,* escrito por S. Lucas, conta os primeiros acontecimentos do cristianismo e as prègações dos apóstolos.

As *Epístolas* são cartas que os apóstolos dirigiram às principais igrejas que tinham fundado e nas quais desenvolvem os ensinamentos do Evangelho.

O conjunto dêstes livros, — completados pelo *Apocalipse,* ou revelação de S. João, — forma o que se chama *Novo Testamento.*

Enfim, a Igreja recebeu *tradições* orais dos apóstolos; em seguida, na série dos séculos, por meio dos doutores e concílios, esclareceu e desenvolveu muitas vezes as verdades contidas nos livros santos: estas tradições e explicações formam o *ensino tradicional* da Igreja.

A doutrina cristã, encerrada no Novo Testamento e explicada pela Igreja, foi resumida no livro elementar que se chama *Catecismo.* — A palavra *catecismo* significa: ensino verbal, por perguntas e respostas. Deu-se o mesmo nome à instrução religiosa, que se transmite desta forma, e, por extensão ao livro que expõe a doutrina cristã.

4. — *Que contém a doutrina cristã?*

R. — *A doutrina cristã contém: 1.º verdades que devemos crer ou o dogma; 2.º deveres que temos que cumprir ou a moral; 3.º meios de santificação, principalmente a oração e os sacramentos; 4.º cerimônias religiosas.*

Daí provém esta divisão do catecismo do nosso curso de Instrução religiosa em quatro partes: a 1.ª, intitulada *símbolo dos apóstolos,* explica as verdades que

devemos crer; a 2.ª, com o título de *mandamentos de Deus de Deus e da Igreja,* dá a conhecer os principais deveres da moral cristã; a 3.ª trata *da oração e dos sacramentos* e ensina os meios de santificação que nos oferece o cristianismo; uma 4.ª parte nos inicia no verdadeiro culto pela explicação das *festas* e *cerimônias da Igreja.*

5. — *Que necessidade tem o homem de estudar a doutrina cristã?*

R. — *Devemos estudar a doutrina cristã: 1.º porque somos criaturas ligadas a Deus por deveres religiosos que devemos conhecer para os cumprir; 2.º porque êste estudo é um preceito positivo da lei divina; 3.º porque a ciência da religião é a mais bela, a mais consoladora e a mais necessária; 4.º pela importância que as questões religiosas têm na vida social.*

Sendo uma criatura dependente de Deus e obrigada para com êle a uma crença e a deveres religiosos, o homem deve estudar a religião afim de conhecer seus ensinamentos e praticar os deveres que ela impõe. É obrigação de razão e de conciência.

É também preceito positivo da lei divina e cristã: de sua execução depende nossa salvação e ninguém pode entrar na vida eterna se não crer nas verdades necessárias e não observar os mandamentos. — Daí a obrigação, para os sacerdotes, de ensinar a doutrina cristã, e, para os fiéis (seja qual fôr a idade e o sexo), a obrigação de aprendê-la assistindo primeiro ao catecismo e depois às instruções.

Acrescentemos ainda que a ciência da religião é a mais *bela,* a mais *consoladora,* a mais *necessária* das ciências. — É a mais *bela,* porque fala de Deus e seus prodígios; de nossa alma, seus deveres e seus destinos; é a mais *consoladora,* porque nos ajuda nas provações e nos sofrimentos dêste mundo; é a mais *necessária,* enfim,

porque Deus não nos julgará sôbre o pouco ou o muito de ciências humanas que tivermos adquirido, mas sôbre o modo com que praticamos os nossos deveres para com Êle, para com o próximo e para conosco: ora, tudo isto não se aprende senão no estudo da religião.

Enfim, as questões religiosas ocupam tão importante lugar na vida social que não temos o direito de ficar extranhos ou indiferentes. O cristão sério e inteligente deve estar habilitado a explicar sua fé; deve também poder defendê-la contra os ataques dos ímpios e combater a ignorância dos que, sem a conhecer, a torto e a direito, falam da religião.

Por estes motivos todos, torna-se o estudo da religião cada vez mais necessário.

6. — *Quais são as disposições necessárias para o estudo da religião?*

R. — *A religião deve ser estudada com amor, humildade de espírito e pureza de coração.*

1.º O *amor* desta ciência tão bela e tão útil: "Os que procuram a sabedoria hão de encontrá-la, diz o Espírito Santo, e ela se lhes manifestará" (*Sabedoria,* v.)

2.º A *humildade do espírito;* pois, é aos pequenos e aos humildes que Deus se compraz em manifestar suas luzes. O próprio Platão recomenda, com razão, aos que procuram a verdade *"a ciência da ignorância"*, isto é, o sentimento da própria fraqueza.

3.º *A pureza do coração.* "A sabedoria, diz ainda o Espírito Santo, não habita no coração que pratica o mal: a perfeita virtude aproxima de Deus o homem" (*Sabedoria,* I 6). É fato de experiência cotidiana, que um procedimento menos correto, menos digno, gera a escuridão no espírito e esconde os raios luminosos do ensino divino.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

1.º Ser cristão é uma graça incomparável; se pensarmos no estado infeliz dos pagãos de outrora e dos infiéis de hoje, daremos graças a Deus por nos ter concedido o favor do batismo, e tomaremos a resolução de honrar o nosso título de cristão, crendo com fé firme e praticando com generosidade toda a doutrina cristã.

2.º No intuito de melhor conhecer a doutrina cristã, o discípulo de Jesús Cristo gostará de ler ainda o *catecismo,* que a resume com tanta perfeição, e os *Evangelhos* que a contém no seu texto primitivo. Aperfeiçoará sua instrução pela frequentação dos *catecismos de perseverança* ou dos *cursos de instrução religiosa* estabelecidos em casas de educação. Mais tarde, entreterá e desenvolverá ainda seus conhecimentos pela assistência às *práticas* e *instruções* de sua paróquia.

PRIMEIRA PARTE

VERDADES QUE DEVEMOS CRER

OU

SÍMBOLO DOS APÓSTOLOS

LIÇÃO PRELIMINAR

Símbolo

Vários símbolos: 1.º dos apóstolos; 2.º de Nicéla; 3.º de santo Atanásio. — Deveres do cristão para com o símbolo.

7. — *Que é símbolo, em geral, e quantos símbolos principais há na Igreja?*

R. — *Símbolo é a profissão de fé para os cristãos. É a fórmula que lhes resume as crenças, o sinal que os distingue dos infiéis.*

Há, na Igreja, três símbolos principais: o símbolo dos apóstolos ou credo, o de Nicéia e o de santo Atanásio.

A palavra *símbolo* significa *marca, sinal* e ainda *estandarte*. Dá-se êste nome à profissão de fé dos cristãos, à fórmula que resume suas crenças, por ser ela sinal ou marca que serve para os distinguir dos infiéis. O símbolo é também para êles um estandarte, sinal de reunião; quando a sua fé é atacada, agrupam-se em redor dêle, como soldados junto da bandeira.

Há, na Igreja católica, três principais símbolos. O primeiro e mais antigo é o *símbolo dos apóstolos*. É profissão de fé que nos vem dos apóstolos e contém, em doze artigos, as principais verdades da religião cristã.

Esta fórmula foi composta pelos apóstolos depois do Pentecostes, antes da sua separação para prègarem o Evangelho às diversas nações. Redigiram esta profissão de fé para poderem pôr nas mãos e na memória dos fiéis um resumo curto, embora substancial e completo, da

doutrina de Jesús Cristo. O símbolo dos apóstolos recebeu o nome popular de Credo, por causa da palavra inicial em latim.

O 2.º símbolo é o de *Nicéia*, que se reza na missa, composto no concílio de Nicéia em 325, onde foram condenados *Ário* e seus sectários, que atacavam a divindade de Jesús Cristo. Os bispos alí reunidos desenvolveram o símbolo dos apóstolos na parte que se refere a êste dogma tão importante. — No mesmo século, outro herege, *Macedônio*, ousou contestar a divindade do Espírito Santo, negando que fosse coeterno e consubstancial ao Padre e ao Filho. O concílio geral de *Constantinopla*, em 381, sancionou o dogma católico e acrescentou ao símbolo de Nicéia a frase na qual se enuncia que o Espírito Santo procede do Padre e deve ser adorado juntamente com o Padre e o Filho.

O 3.º símbolo leva o nome de *Santo Atanásio* por ser atribuído a êste doutor, bispo de Alexandria, no IV.º século. Êste símbolo desenvolve os precedentes na parte que se refere aos dogmas da santíssima Trindade e da Incarnação de Nosso Senhor. Santo Atanásio combateu com tanto zêlo e fôrça os erros de Ário que atacavam estas verdades, que se deu o seu nome a esta bela fórmula, admirável na clareza e precisão. Não há porém, plena certeza de ser êle o autor. Os sacerdotes recitam o símbolo de santo Atanásio no domingo, no ofício do breviário.

8. — *Quais são nossos deveres de cristãos para com o símbolo?*

R. — *Os fiéis devem saber de cor e recitar amiúde o símbolo dos apóstolos, crer em cada um dos seus artigos e estar prontos a dar testemunho desta fé mesmo com perigo da própria vida.*

1.º Pelo menos, devemos saber de cor o símbolo dos apóstolos, recitá-lo amiúde, todos os dias, se fôr possível,

nas orações da manhã e da noite, para alimentar nosso espírito e nosso coração.

2.º Rezando o símbolo, devemos crer inteiramente cada um dos seus artigos.

3.º Quando as circunstâncias o exigem, quando temos de confessar a fé ou cumprir um dever de cristão, devemos professar exteriormente as verdades do símbolo, e estar prontos, como os mártires, para morrer antes do que rejeitar um só artigo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Durante os três primeiros séculos do cristianismo, onze milhões de mártires, homens, mulheres, crianças, velhos, preferiram perder a vida nos suplícios mais horríveis a renunciar ao símbolo. Hoje em dia, nos países infiéis, encontram-se cristãos apenas convertidos que mostram a mesma coragem. Assim no Ugandá, no centro da África equatorial, pereceram, por causa da fé, em 1886, no meio de atrozes tormentos, 150 cristãos recém-batizados pelos Padres Brancos. Se é verdade que nós não temos que derramar o sangue pela fé e não encontramos as ameaças dos perseguidores, contudo devemos lutar contra o respeito humano e a pusilanimidade que todos os dias fazem tantas vítimas. Que a memória e o exemplo de nossos pais e irmãos na fé, nos animem a combater impávidos na luta pela virtude e pelo dever.

1.º ARTIGO

Creio em Deus, Padre todo poderoso, criador do céu e da terra

Divisão do assunto.

9. — *Quais são as principais verdades que temos ocasião de explicar neste artigo?*

R. — *Neste primeiro artigo falaremos: de Deus, de sua existência, de suas perfeições e do mistério da santíssima Trindade; 2.º da criação em geral, da criação dos anjos e do homem, do pecado original logo seguido da*

promessa do Messias. Lembraremos também as profecias que conservaram esta grande esperança.

Estudaremos todos estes pontos em outros tantos parágrafos.

§ I. — Deus: sua existência.

10. — *Indicai as principais provas da existência de Deus.*

R. — *Entre as provas da existência de Deus, lembramos quatro principais que estão ao alcance de todas as inteligências: 1.º a revelação; 2.º o testemunho da razão; 3.º o testemunho de todos os povos, e 4.º o testemunho do senso íntimo ou da conciência.*

1.º A *revelação.* — Primeiro, cremos em Deus porque se revelou, isto é, porque êle mesmo se deu a conhecer. "No comêço, diz o historiador sagrado, Deus criou o céu e a terra". Criou, logo existe. — Depois, manifestou-se a Adão, Noé, Abraão, aos patriarcas, a Moisés. E quando êste pergunta a Deus como e debaixo de que nome deve dá-lo a conhecer ao faraó: "Sou, diz êle, aquele que é". — Mais tarde, no monte Sinai, o Senhor manifesta-se e diz a seu povo: "Sou Jeová, o Senhor; não adorareis deuses alheios; sou o Deus todo poderoso..."

Enfim, Deus se revelou e deu-se a conhecer ao mundo no seu Filho único, Jesús Cristo, "de modo que, diz S. João, vimos a sua glória..., e êle se fez carne e habitou entre nós."

O próprio Deus revelando-se, eis a primeira e irrecusável prova da sua existência.

2.º *Testemunho da razão.* — A razão diz que não há efeito sem causa. Quando vemos uma casa, um quadro, uma estátua, concluímos que há um pedreiro, um pintor, um escultor que fez êste trabalho. Ora, temos diante dos olhos o espetáculo do céu, da terra, de tudo o que existe; é preciso que tantos objetos tenham uma causa; esta causa não é o homem: logo, é Deus.

Debalde havíamos de procurar a causa dos seres atuais em outros seres que os produziram; é preciso, afinal, remontar a uma *causa primeira,* que é Deus.

A razão diz ainda que, quanto mais bela é uma obra, tanto mais perfeita é a causa... Ora, o espetáculo do mundo, o céu com sua imensidade e seus milhões de astros, a terra com todas as suas maravilhas, demonstram um Ser infinitamente inteligente e soberanamente poderoso. É êle que chamamos *Deus.*

3.º *O testemunho de todos os povos.* — É fato sabido que, em todos os tempos e em todos os países, os povos bárbaros ou civilizados, antigos ou modernos, sempre acreditaram na existência de Deus. Como prova, temos os templos, os altares, os sacrifícios; as adorações, que se encontram por toda a parte na antigüidade, entre os Judeus, Gregos, Romanos, Assírios, Persas, Egípcios, etc., e hoje ainda entre os Chineses, Índios da América e da Oceania, selvagens do centro da África, etc., como atestam as narrações dos missionários e dos viajantes. Sendo universal, esta crença não pode proceder do êrro: confirma, pois, a verdade.

3.º Enfim, o *senso íntimo* e a *conciência* proclamam a existência de Deus. Instintivamente, na paz da alma e sobretudo nas penas, exclamamos: "Meu Deus!" É o grito do coração e da natureza. É ainda esta convicção que se revela na voz da conciência, que nos indica de antemão o bem e o mal, repreende e castiga se fazemos o mal, anima e felicita quando fazemos o bem, e diz que seremos castigados ou recompensados conforme merecermos. Esta voz que nos instrue, esta testemunha que nos julga, é Deus de quem nossa alma não pode prescindir.

Assim, a existência de Deus aparece como uma verdade tão clara e tão certa, que só o insensato pode rejeitá-la. Entretanto, homens há que se dizem *ateus* e pretendem que Deus não existe. Muitas vezes enganam-se

a si mesmos e o coração lhes desmente as palavras, como os atos lhes contradizem as teorias: porque, no perigo e na dôr, voltam-se logo para Deus a quem se recomendam. Aliás, em vão negariam a Deus; não podem trazer uma única razão sólida contra nossas provas, nem um só argumento sério a favor do seu *ateismo*.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Um Árabe dizia: "Estou convencido que há um Deus do mesmo modo que reconheço pelos vestígios impressos na areia, o lugar onde passou um homem ou um animal". — À vista do universo, não podemos deixar de exclamar: "Deus passou por alí!" — O sábio Lineu proclamava que por toda a parte encontrava a Deus na criação. — Newton inclinava-se cada vez que ouvia pronunciar o nome de Deus. — O próprio Voltaire, reconhecendo a harmonia do mundo, dizia:

Eu, quanto mais reflito, tanto menos me convenço
Que êste relógio ande e não teve quem o fabricasse.

Não paremos nesta conclusão teórica; mas, como faziam os santos, e em particular são Francisco de Assiz e são Francisco de Sales, aproveitemos de todos os seres da criação para nos elevarmos a Deus e cantarmos o hino perpétuo do nosso reconhecimento.

§ II. — Deus: sua natureza, suas perfeições.

Deus definido segundo sua natureza. — Várias perfeições de Deus: 1.° perfeições essenciais; 2.° atributos operativos; 3.° atributos morais.

11. — *Quem é Deus?*

R. — *Deus é um espírito perfeitíssimo, eterno, criador do céu e da terra.*

Tal é a definição exata que podemos dar de Deus, graças à revelação. Os antigos filósofos, embora reconhecessem a existência de Deus, enganavam-se sôbre a natureza dêste Ser supremo; quanto a nós, cristãos, sabemos o que êle é.

É um *puro espírito,* isto é, um Ser invisível, ainda que real; é uma inteligência vivente, sem corpo nem figura, que não se pode ver nem tocar. — Sua natureza consiste ainda em não ter começo, nem fim, pois é *eterno;*

consiste também em reunir em si mesmo todas as perfeições em grau infinito.

Em seguida, em relação ao mundo e a nós, é o Criador, isto é, de nada fez o céu e a terra e tudo o que encerram; é também o *mestre absoluto* do universo inteiro, isto é, governa tudo e poderia aniquilar tudo.

12. — *Quais são as principais perfeições de Deus?*

R. — *Há em Deus perfeições ou atributos de diversos gêneros: 1.º a eternidade, a unidade, a simplicidade, a imutabilidade, a imensidade, que são atributos constitutivos da natureza divina; 2.º a inteligência, a vontade e a onipotência, que são atributos operativos; 3.º a sabedoria, a bondade, a santidade e a providência, que são perfeições morais.*

Uma *perfeição* é uma qualidade que torna melhor quem a possue. Falando de Deus, dizemos que é infinitamente perfeito, tem todas as perfeições desejáveis e possíveis, e as possue num grau infinito, suas perfeições não tendo limites.

Todavia, seria êrro acreditar que as perfeições em Deus, são distintas umas das outras, e portanto múltiplas. Não, Deus tem a soberana perfeição, é o *infinito* e esta palavra explica tudo. Mas nosso espírito limitado, quando considera Deus, não tem a fôrça de ver tudo em conjunto e percebe nêle atributos ou perfeições de diversos gêneros.

Há perfeições que constituem a essência divina e não pertencem senão a Deus. São:

1.ºA *eternidade.* — Deus, o Ser necessário, a Causa primordial, sempre existiu e existirá sempre; desde que existe por si mesmo, não pode ter nem comêço, nem sucessão, nem fim.

2.º A *unidade.* — Esta qualidade pertence igualmente à essência divina; de outro modo Deus não seria mais o Ser supremo. A razão diz que basta *um* Deus para explicar

tudo e o infinito não podendo ter igual a si mesmo, vários Deuses se excluiriam uns aos outros.

3.º A *simplicidade.* — Esta palavra exprime a exclusão de todas as imperfeições do composto e da matéria; é isto que significa a expressão: puro espírito.

4.º A *imutabilidade.* — Deus não muda, não pode adquirir nem perder cousa alguma; não modifica suas previsões nem suas vontades, e as variações que lhe atribuímos não existem senão em relação a nós.

5.º A *imensidade.* — Sem limites no tempo, Deus também é ilimitado na extensão. Está em toda a parte, no céu, sôbre a terra, em todos os lugares, não como os corpos que necessitam de parte determinada de espaço, mas como os espíritos e, mais ou menos, como nossa alma que está toda inteira em cada parte do corpo.

Há em Deus outras perfeições que se designam pelo nome de *atributos operativos* e são os princípios dos seus atos; possue-os no supremo grau, mas permite que o homem os possua também em certo grau. São:

1.º A *inteligência:* que se chama em Deus onicência ou sabedoria infinita; por ela Deus vê tudo junto: o passado, o presente, o futuro e até os nossos mais secretos pensamentos, e isto sem alterar em nada a nossa liberdade.

2.º A *vontade:* em Deus é uma faculdade livremente ativa para fazer o que lhe apraz; a vontade humana é a imagem da vontade divina, com esta diferença, porém, que em Deus a perfeição infinita exige que sua vontade não se dirija senão para o bem.

3.º A *onipotência:* Deus fez e pode fazer tudo o que quer, sem esfôrço e por sua só vontade, exceto tudo o que envolve pecado ou contradição.

Enfim, Deus possue ainda outras perfeições que se chamam *atributos morais.* São como que as virtudes de Deus, que as criaturas racionais devem procurar imitar. A esta categoria pertencem:

1.º A *sabedoria:* é a perfeição moral em virtude da qual Deus se determina sempre para fins dignos de sua infinita perfeição.

2.º A *bondade:* é a propensão que leva Deus a promover o bem de suas criaturas. — A bondade de Deus é tão manifesta, que costumamos designá-lo por êste atributo, e dizemos: *o bom Deus!* Quando a bondade de Deus se exerce a favor do pecador e tende a convertê-lo e conceder-lhe o perdão, chama-se *misericórdia.*

3.º A *santidade:* por esta palavra designamos o ódio infinito ao mal. Na realidade, Deus é santo: pois não pode amar o pecado e é, pelo contrário, autor de todas as virtudes. A santidade tem como consequência a *justiça* que consiste em castigar o mal e recompensar a virtude.

4.º Enfim, a *providência:* é uma perfeição que abrange a sabedoria, a bondade e a solicitude de Deus no govêrno do mundo. Em virtude de sua providência, Deus cuida de todas as criaturas. Governa o mundo físico, o sol, os astros, a terra, as estações, o oceano. Vela em particular sôbre o homem, "não permitindo que um cabelo caia da nossa cabeça sem sua ordem". Governa igualmente os povos, e a história da humanidade não é senão o resultado da ação de Deus sôbre os impérios, como o mostra Bossuet no seu admirável livro de História universal.

Algumas desordens aparentes no mundo físico ou no mundo moral não modificam o dogma da Providência porque, neste mundo, não podemos apreciar os motivos de Deus; só na eternidade é que havemos de avaliá-los perfeitamente.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Senhor, exclama o profeta Daví, de longe adivinhastes os meus pensamentos, previstes todas minhas vias... Conheceis em mim o antigo e o presente. Onde pôderei fugir de vossa face? Si subir ao céu, alí estais; si descer no abismo, alí estais ainda e é vossa dextra que me conduz.

Eis que as trevas não têm escuridão para vós e a noite vos aparece luminosa como o dia.

Nada vos está escondido e as vossas vistas presenceiam minhas imperfeições.

Todos hão de ter a sua vida escrita no livro de vossos julgamentos" (*Salmo* CXXXVIII, 9).

"Como poderei, pois cometer o mal, dizia o patriarca José, e pecar na face de meu Deus?" (*Gên.* XXXIX, 9).

§ III. — Mistério em geral. — Trindade.

I. Definição do mistério. — Mistérios na natureza e na religião. — II. Mistério da santíssima Trindade. — Nós o conhecemos pela revelação. — Como podemos concebê-lo. — Operações das três pessoas divinas.

I. — Mistério em geral

13. — *Que é um mistério?*

R. — *A palavra mistério (cousa escondida) significa, em geral, cousa que não compreendemos. Na religião, mistério é uma verdade que não podemos compreender, mas devemos crer, porque Deus a revelou.*

Evidente é que Deus, espírito infinito, conhece mais cousas que o homem, espírito limitado. Si lhe aprouver revelar alguns dos conhecimentos que excedem nossos horizontes restritos, terá toda a liberdade de o fazer e então receberemos o conhecimento da verdade que Deus quiser descobrir. É possível dizer que teremos a inteligência dessa verdade e a compreenderemos como Deus a compreende? Não, porque pode acontecer que esta verdade exceda o nosso entendimento neste mundo. E então tal verdade ficará para nós mistério incompreensível; contudo deveremos acreditar. Porque? Porque Deus, que a enuncia e revela, sendo a própria ciência e a própria verdade, não pode enganar-se nem enganar a ninguém.

14. — *Será de estranhar haver mistérios na religião?*

R. — *A religião, sendo vínculo, ou laço de união entre Deus, infinito nas suas perfeições, e o homem, ser finito e limitado nos seus atributos, concebe-se que haja na*

religião, um lado inacessível à inteligência humana, e encontremos mistérios incompreensíveis.

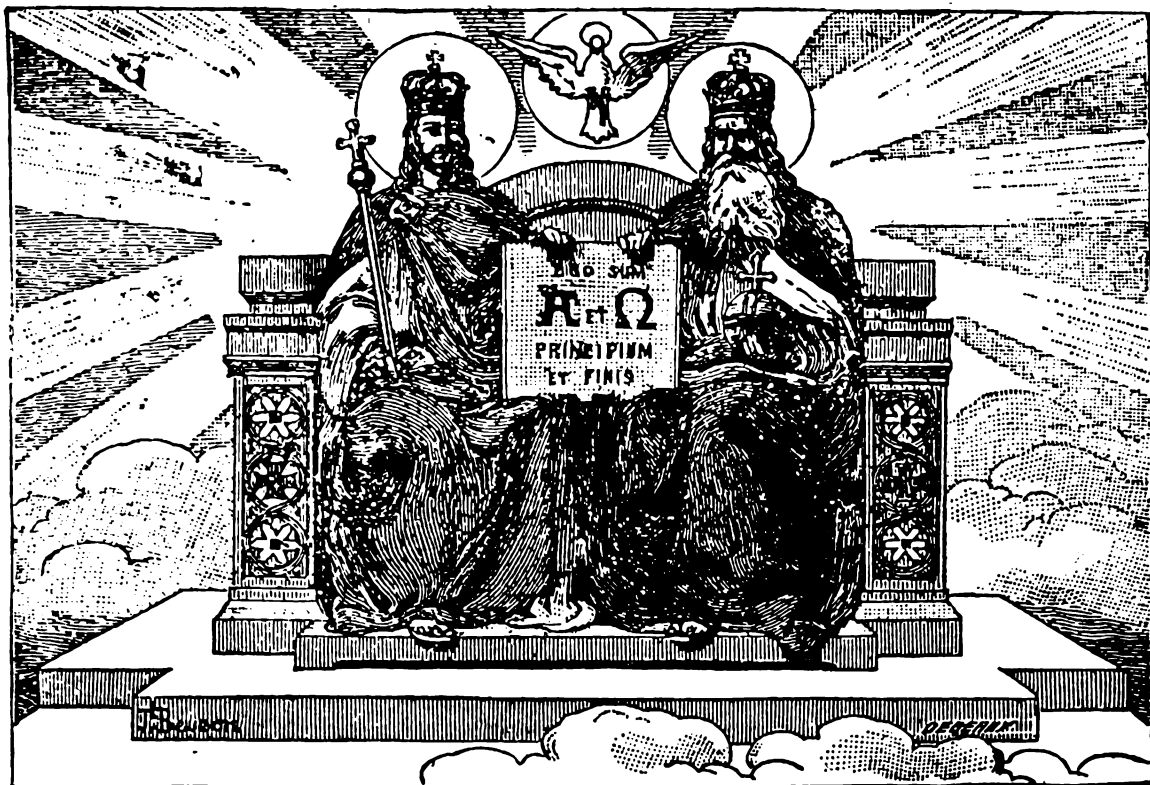
Aliás não é unicamente na religião que há mistérios. Na própria natureza e nas ciências, vemos um sem número de fatos que passam as raias da nossa inteligência. Lançado à terra, o grão de trigo se corrompe, germina e produz sessenta ou cem grãos da mesma espécie; a lagarta transforma-se em crisálida e borboleta; os astros giram no espaço; a comida, feita carne, sangue, etc.; a luz, o vapor, a eletricidade: eis outras tantas cousas repletas de mistérios, apesar de todas as explicações apresentadas. Com maior razão, não é de estranhar haver mistérios em Deus e na religião.

Podemos dizer mesmo que, relativamente, poucos são os mistérios da religião. Resumem-se em três principais: da *santíssima Trindade,* da *Incarnação* e da *Redenção.*

II. — Mistério da santíssima Trindade?

15. — *Que é o mistério da santíssima Trindade?*

R. — *É o mistério de um só Deus em três pessoas iguais e realmente distintas: Padre, Filho e Espírito Santo.*

Estas três pessoas distintas entre si, não são contudo senão um só Deus, porque têm uma mesma natureza divina. A primeira pessoa é chamada *Padre* ou *Pai,* porque é o primeiro e gera de toda eternidade o Filho consubstancial a êle; a segunda é chamada *Filho,* porque, de toda eternidade, é gerada pelo Padre, tendo a mesma natureza ou substância que êle. A terceira pessoa é o *Espírito Santo,* que procede a um tempo do Padre e do Filho, desde toda a eternidade igualmente; de maneira que as três pessoas divinas são iguais em tudo, não tendo senão uma única e mesma substância, sem ser uma mais antiga, nem mais poderosa, nem mais perfeita que as outras.

Mistério da santíssima Trindade.

16. — *Como conhecemos o mistério da santíssima Trindade?*

R. — *Nós o conhecemos porque o próprio Deus no-lo revelou.*

Êste mistério era pouco conhecido dos Judeus; mas, no Evangelho, Nosso Senhor falou amiúde de seu Pai e do Espírito Santo, e ensinou que formavam com êle um só e mesmo Deus. Mandou os apóstolos batizar as nações em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. São João diz: "São três no Céu que dão testemunho: o Padre, o Verbo (ou o Filho), e o Espírito Santo, e estes três são um só" (*I Epist.*, v, 7).

A Trindade manifestou-se no batismo de Nosso Senhor e na transfiguração: o *Padre,* falava do alto do céu; o *Filho,* estava glorificado, e o *Espírito Santo,* baixava nêle sob a forma de pomba ou de nuvem luminosa. Porisso, a crença na santíssima Trindade sempre fez parte do dogma católico: os símbolos da nossa fé e mais especialmente o de Santo Atanásio, declaram expressamente esta verdade.

17. — *Podemos conceber o mistério da santíssima Trindade?*

R. — *Ainda que não seja possível entendermos o mistério da santíssima Trindade, podemos, todavia, concebê-lo, isto é, fazer idéia dêle.*

Eis como se exprimem os doutores: "Sendo o Ser infinitamente inteligente e ativo, Deus *Padre* não foi jamais um instante sequer sem ter conhecimento de si próprio. Ora, êste conhecimento infinito, perfeito, igual a Deus, embora distinto dêle, é sua Sabedoria ou seu Verbo, o qual, possuindo necessariamente uma realidade diferente, chama-se *Filho.* — Mas Deus Padre, conhecendo-se tal qual é, e conhecendo o Filho com suas infinitas perfeições, não pode deixar de amá-lo. Do mesmo modo, êste Filho, conhecendo seu Pai, não pode deixar de o amar com amor eterno e infinito. Ora, o amor recíproco do Padre e do Filho, realidade necessariamente subsistente, chama-se terceira pessoa, ou *Espírito Santo.* Procede a um tempo do Padre e do Filho, e é Deus também, sendo infinito e eterno como êles".

Por outra parte, para facilitar a concepção dêste dogma, Deus multiplicou em todo lugar, na natureza, imagens, símbolos da sua Trindade. Hajam vista a raiz, o caule e os ramos, formando uma só planta; no sol: o foco, a luz e o calor, fazendo sòmente um astro; na família: o pai, a mãe e a criança que são uma como trindade da terra. A vida do homem encerra três vidas: animal, intelectual, sobrenatural. Sua alma, principalmente, é como que o retrato da Trindade celeste; ser único, tem ela três faculdades: sensibilidade, inteligência, vontade; ela é o princípio do seu pensamento e do seu amor. Se cada uma destas três cousas: princípio, pensamento, amor fosse em nós uma personalidade, teríamos a trindade na unidade.

18. — *Quais são as obras ou operações das três pessoas da santíssima Trindade?*

R. — *Atribuímos geralmente ao Padre a criação, ao Filho a redenção e ao Espírito Santo a santificação.*

Na realidade as três pessoas divinas cooperam em todas essas obras.

Por terem a mesma substância divina, as três pessoas divinas não se manifestam exteriormente uma sem outra e tudo, no mundo, é sua obra comum. — Não obstante, *por apropriação* e modo de falar, atribuímos geralmente ao Padre a *criação,* como obra de poder; ao Filho a *redenção* como obra de sabedoria, e ao Espírito Santo a *santificação,* como obra de santidade. Na realidade, as três pessoas divinas cooperam em todas estas obras. Devemos notar, entretanto, que a redenção foi a obra do Filho por ter sido levada a efeito pessoalmente por êle; pois é unicamente a segunda pessoa que se fez homem, e nos remiu.

O mistério da santíssima Trindade excede qualquer inteligência criada; santo Agostinho quis devassá-lo e foi repreendido por um anjo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Querermos devassar o mistério da santíssima Trindade não poderia trazer vantagem alguma. Santo Agostinho experimentou fazê-lo, com seu grande gênio, e foi por um anjo lembrado da humildade conveniente ao nosso espírito limitado.

É preferível mover-nos à gratidão para com a santíssima Trindade que envolve com seus favores toda a nossa vida de cristão: em nome da santíssima Trindade é que somos batizados, crismados, purificados na penitência, santificados na extrema-unção. E a derradeira prece que a Igreja dirigirá a Deus por nós, na hora da agonia, será esta: "Parte, alma cristã, em nome do Padre que te criou, em nome do Filho que te remiu, em nome do Espírito Santo que te santificou".

Portanto, esforcemo-nos por honrar a Trindade sacrossanta, fazendo com piedade o sinal da cruz que a rememora, e rezando com atenção o *Glória Patri* e a *Doxologia* que termina os salmos e hinos litúrgicos.

§ IV. — A criação.

Explicação. — Ordem da criação. — Reflexões acêrca da narração de Moisés.

19. — *Que significam estas palavras: criador do céu e da terra?*

R. — *Significam que Deus, pelo poder da sua palavra, fez de nada o céu e a terra, e tudo o que êles contêm.*

Entre a obra de Deus e a do homem, vai esta grande diferença: para fazer qualquer cousa, o homem precisa ter elementos: o pintor, tela e tintas; o escultor, mármore ou madeira; o arquiteto, materiais. Pelo contrário, Deus cria, arranca seres do nada por uma simples palavra: "Disse e tudo foi feito".

Pela palavra *céu,* entende-se aquí não só o firmamento e os astros, ou a matéria que devia servir a formá-los, senão ainda o céu com seus moradores, os *anjos;* da mesma forma, pela palavra *terra,* entende-se tudo quanto ela encerra: minerais, água, plantas, animais e homens.

Criação do mundo.

20. — *Qual foi a ordem seguida na criação?*

R. — *A ordem seguida na criação, consoante a narração do Gênesis, foi a seguinte:*

"No princípio, Deus criou o céu e a terra.

No primeiro dia, criou a luz.

No segundo dia, fez o firmamento.

No terceiro dia, separou a terra das águas.

No quarto dia, fez o sol, a lua e as estrêlas.

No quinto dia, criou as aves e os peixes.

No sexto dia, fez os répteis e os quadrúpedes e, na tarde dêste mesmo dia, fez o homem à sua imagem e semelhança.

No sétimo dia, descansou.

Consoante a narração de Moisés, no livro do Gênesis, eis a ordem da criação:

"No princípio, Deus criou o céu e a terra", isto é, segundo a explicação de santo Agostinho, a matéria que havia de servir a formar o mundo sideral e terrestre. Mas esta matéria achava-se ainda infórme, e Deus continuou a aperfeiçoá-la na obra dos seis dias.

"No primeiro dia, disse: Que a luz seja! — E a luz existiu". A luz, o fluido misterioso que, por suas vibrações, devia iluminar e alegrar o mundo.

"No segundo dia, fez o firmamento". É a extensão, o espaço que consta de uma camada de ar chamada atmosfera, na qual ficam os vapores de água que, ao condensarem-se, tornam a cair em orvalho e em chuvas.

"No terceiro dia, Deus separou a terra das águas, e deu à parte árida o nome de terra, e às águas reunidas, o nome de mar". Depois, fez brotar as plantas e as árvores, produzindo cada qual uma semente conforme a sua espécie.

"No quarto dia, fez a lua, o sol e as estrêlas". Estas três palavras resumem um sem número de maravilhas: o sol, corpo luminoso, 1.400.000 vezes maior que a terra; a lua, que lhe reflete os raios e no-los manda durante a noite; tantos milhões de estrêlas, e cada uma é maravilha divina, e muitas dentre elas são maiores que o sol.

"No quinto dia, Deus fez as aves que povoam os ares, e os peixes que enchem o oceano e os rios".

"No sexto dia, Deus criou os animais terrestres, répteis e quadrúpedes, cada um segundo a sua espécie". E o texto sagrado observa que Deus viu que toda sua obra era bela. Porém faltava um rei; e na tarde dêste mesmo dia, Deus se recolheu em si, e disse: "*Façamos o homem à nossa imagem.* Depois, formou com barro o corpo do homem, e deu-lhe uma alma viva". E no sétimo dia, Deus descansou, isto é, deixou de criar novas espécies.

21. — *Não tendes algumas observações a fazer acêrca desta narração?*

R. — *Observemos: 1.º que a palavra "dia" significa período indefinito e não espaço de 24 horas; — 2.º que a Bíblia não pretende revelar a idade do mundo, mas sòmente que não é eterno; — 3.º que, segundo a Bíblia, os seres atuais não seriam consequência de transformações sucessivas.*

1.º O vocábulo hebraico usado por Moisés e traduzido pela palavra *dia* significa igualmente, no texto primitivo, um período indefinito, e é licito, portanto, interpretá-lo em sentido diferente de uma duração de vinte e quatro horas.

2.º Quanto à antiguidade do mundo, a Bíblia revela sòmente que não é eterno, mas não determina a data da sua criação. Todavia, as cronologias bíblicas relatam a história da humanidade num período que não vai muito além de seis mil anos.

3.º A Bíblia menciona que as plantas e os animais foram criados segundo sua espécie e dá a narração da formação particular do homem: donde resultaria que os seres atuais não são a consequência de transformações sucessivas.

4.º Enfim, depois de ter criado o mundo em sete épocas, Deus entrou no seu repouso: é a origem do repouso do sábado, da divisão do tempo em semanas, e da santificação do sétimo dia.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Vivemos no meio das obras da criação quasi sem darmos por elas. E contudo, ao fitar o céu, ao contemplar a terra com suas maravilhas, ao lançar as vistas no oceano, quem não haveria de exclamar com Daví: "O' Senhor, quão admiráveis são as vossas obras, e como é grande o vosso nome em todo o universo!"

Deus é grande nas grandes cousas, e não é pequeno nas cousas ínfimas. "Uma fôlha de árvore, diz santo Agostinho, é tão difícil

coros cada uma. Conhecemos nomeadamente: S. Miguel, S. Gabriel e S. Rafael.

Os anjos foram criados antes do homem, num estado de santidade e felicidade. Depois de os ter criado justos e santos, Deus quís experimentar sua fidelidade como fez também para com o homem no paraíso terrestre. Chefiados por *Lúcifer,* alguns rebelaram-se contra Deus, desobedeceram por orgulho, e, em castigo da sua revolta, foram imediatamente precipitados no abismo do inferno. São os maus anjos, ou *demônios.*

Os anjos fiéis, — e são mais numerosos, pois julga-se que a têrça parte sòmente desobedeceu, — foram confirmados na graça e na glória, isto é, já não podem mais ofender a Deus; gozam da sua presença; sua ocupação é louvá-lo e executar as suas ordens e são felizes para sempre; são os *bons anjos.*

Sabemos mais que os bons anjos são numerosíssimos. Os profetas, especialmente Daniel e S. João, nas suas visões, falam de milhões e milhões de anjos cercando o trono de Deus.

Não são todos iguais. Baseada em algumas passagens da Escritura sagrada, a Igreja católica admite, com S. Dionísio o Areopagita, que os anjos se dividem em *três jerarquias,* abrangendo cada uma *três coros,* vindo a ser ao todo *nove coros* de anjos, como segue:

1.ª jerarquia: *serafins, — querubins, — tronos;*

2.ª jerarquia: *dominações, — principados, — potestades;*

3.ª jerarquia: *virtudes, — arcanjos, — anjos.*

Entre os anjos, conhecemos nomeadamente: são *Miguel,* chamado arcanjo, cujo nome significa: "Quem é semelhante a Deus!"; são *Gabriel,* arcanjo também, cujo nome quer dizer "Fôrça de Deus"; são *Rafael,* mandado a Tobias: seu nome se traduz por "Remédio de Deus".

25. — *Quem é o anjo da guarda?*

R. — *O anjo da guarda é um bom anjo a quem assiste, por ordem de Deus, o dever de guardar e proteger a cada um de nós.*

Há, pois, entre os bons anjos, alguns a quem Deus confiou a missão de nos defender.

A crença no anjo da guarda é baseada na sagrada Escritura. "Deus, diz o Salmista, ordenou aos seus anjos,

Santo anjo da guarda, protegei-me sempre.

que nos guardassem". — "O anjo do Senhor está sempre ao lado dos que temem a Deus, e ampara-os contra os perigos" (*Salmos*, XC e XXXIII). Tal era já a crença judaica.

Mas Nosso Senhor a confirma no Evangelho, quando, pedindo aos discípulos que não dêm escândalos às crianças, acrescenta: "Eu vo-lo declaro, seus anjos contemplam sem cessar a face de meu Pai" (*S. Mat.*, XXIII, 10).

Mais, é doutrina geralmente aceita, e baseada por igual na sagrada Escritura, que a Igreja, os reinos, as dioceses, as paróquias, têm também seus anjos tutelares.

26. — *Que serviço nos presta o anjo da guarda, e quais são nossos deveres para com êle?*

R. — *O anjo da guarda apresenta a Deus as nossas orações, inspira-nos bons pensamentos, protege-nos nas tentações e não nos desampara nem mesmo no purgatório.*

Em retribuição devemos-lhe respeito, devoção e confiança.

Os *serviços* que nos presta o anjo da guarda podem resumir-se em quatro:

1.º Apresenta a Deus nossas orações e boas obras;

2.º Zela por nós, inspira-nos bons pensamentos, e auxilia-nos na prática do bem;

3.º Protege-nos contra desastres, e nos vale em apuros materiais; especialmente ampara nossas almas nas tentações, contra os embustes do demônio;

4.º Não nos abandona quando cometemos o pecado, e esforça-se por mover-nos à penitência. Mais, é crença dos doutores que se vamos ao purgatório, nosso anjo nos consola e nos alivia as dores, deixando-nos tão sòmente depois de nos conduzir ao céu.

Em paga dêstes benefícios, diz são Bernardo, *nós lhe devemos* três cousas:

1.º O *respeito* para com sua presença e já que é testemunha dos nossos atos, não devemos desgostá-lo pelo pecado;

2.º A *devoção* por esta solicitude que nos manifesta; externar-se-á por viva gratidão e fidelidade atenciosa em obedecer a todas as suas inspirações e seguir-lhe os exemplos;

3.º A *confiança* pela proteção constante que nos concede; porisso é que em nossas necessidades, nos perigos,

nas aflições, precisamos recorrer à sua poderosa intercessão.

27. — *Que sabemos dos demônios?*

R. — *Sabemos que os demônios foram condenados aos suplícios do inferno para onde procuram arrastar as nossas almas empregando, para isso, as tentações e as obsessões.*

Depois da sua queda, foram os *demônios* ou maus anjos, expulsos do céu e sentenciados aos suplícios eternos do inferno. Entretanto, com o beneplácito de Deus, avultado número de demônios andam pelo mundo, onde trazem o seu inferno consigo. Movidos pelo ódio que têm a Deus e pela raiva contra os homens, usam, para nos perder e arrastar também ao inferno, de dois meios que Deus lhes consente:

1.º As *tentações,* isto é, más inspirações e ciladas armadas contra a nossa alma, devido à nossa natureza perversa da qual se aproveitam;

2.º As *obsessões* ou *possessões;* entendemos por estas palavras, os tormentos sensíveis que os demônios exercem às vezes nos corpos. Muito frequentes no tempo de Nosso Senhor, as possessões do demônio são raras hoje em dia, porque o seu império foi desbaratado por Jesús Cristo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Por maior que seja o poder do demônio, "Deus é fiel, diz são Paulo, e não há de permitir que a tentação supere as nossas fôrças". Temos a certeza de triunfar se empregarmos a vigilância, a oração, as invocações a Maria e a confiança em nosso bom anjo.

É particularmente útil dar todos os dias ao nosso anjo da guarda provas do nosso afeto e gratidão, nas orações da manhã e da noite. Será vantajoso usarmos desta pequena reza, enriquecida de preciosas indulgências:

Anjo de Deus, meu fiel guarda, vós a quem a divina bondade confiou o cuidado da minha pessoa, neste dia (ou nesta noite) alumiai-me, guardai-me, dirigí-me e governai-me. — 100 dias de indulgência cada vez, sendo plenária uma vez no ano, a 2 de outubro

e na hora da morte (Pio VI); Pio VII acrescentou uma indulgência plenária uma vez todos os meses, aplicável aos defuntos.

§ VI. — O homem

Criação de Adão e Eva. — Definição do homem. — A alma humana: 1.º substância espiritual; 2.º livre; 3.º imortal.

28. — *Narrai a criação do primeiro homem e da primeira mulher.*

R. — *Deus criou o primeiro homem, formando o seu corpo do limo da terra e unindo a êsse corpo uma alma imortal.*

Enviou-lhe depois um profundo sono e, nesse tempo, tomou dêle uma costela, de que formou o corpo de Eva, e lhe deu uma alma semelhante à de Adão.

Depois de criar o mundo material, pareceu Deus

Criação de Adão e Eva, inocentes e felizes.

recolher-se como para um grande desígnio, e disse: "Façamos o homem à nossa imagem e semelhança". Depois, continua Moisés, formou o corpo do homem com o barro da terra, bafejou-lhe no rosto um sôpro de vida e o homem ergueu-se, ente racional dotado de alma.

Para o homem lembrar-se da sua origem, Deus lhe pôs o nome de *Adão,* que significa "tirado da terra". Logo Adão começa a desempenhar seu papel de chefe da criação: dá aos animais nomes adequados. Mas, de novo, fala Deus e diz: Não é bom ficar o homem sòzinho; façamos para êle uma companheira que lhe seja semelhante". Então, mandou a Adão um sono profundo durante o qual "tirou-lhe uma das costelas, formando com ela o corpo da primeira mulher". Ao despertar, Adão exclamou: "Eis aquí osso dos meus ossos e carne da minha carne". E Deus chamou a esta primeira mulher *Eva,* nome que significa "mãe dos vivos".

29. — *Que é pois o homem?*

R. — *O homem é uma criatura racional, composta de corpo e alma.*

Por seu corpo, de estrutura mais perfeita que o dos animais, já o homem assume o primeiro lugar entre os seres dêste mundo. Os filósofos e poetas do paganismo tinham reconhecido no homem uma constituição superior; a beleza do rosto, onde se retratam seus pensamentos; a majestade da cabeça, que se alça para o céu enquanto os animais andam debruçados para a terra; sua aptidão em viver sob todos os climas e em todas as regiões...

O que constitue, porém, a verdadeira superioridade do homem, é a alma criada à imagem e semelhança de Deus.

30. — *Que é a alma?*

R. — *A alma é um espírito imortal, que Deus criou para ser unido ao corpo do homem.*

É *substância espiritual,* como a de Deus e dos anjos, ainda que menos perfeita, destinada a ser unida a um corpo e servida por órgãos.

Dizemos que esta alma é feita à imagem e semelhança de Deus. Com efeito, é um espírito como Deus

é um espírito; como êle, embora em menor grau, ela pode conhecer, amar e determinar-se livremente; como êle, há de viver eternamente. Enfim, — segundo breve explicaremos, — Deus completou êstes traços de semelhança divina revestindo a alma humana de justiça, santidade e inocência, e destinando-a a gozar da felicidade eterna. O homem foi criado, com efeito, para conhecer a Deus, amá-lo, e por êste meio alcançar a vida eterna.

I. A *existência da alma* é negada pelos *materialistas*, seita "não de filosófos, mas de mentirosos" como dizia Pascal. Dizemos nós, *espiritualistas* e *católicos*, que a alma existe, e é distinta do corpo. A sagrada Escritura nenhuma dúvida deixa a êste respeito. Acabamos de vê-lo, no ato da criação do homem, a alma é alguma cousa espiritual, qual sôpro que dimana de Deus. A palavra *alma* se nos depara em cada página dos livros santos, e em todo lugar, designa cousa real, distinta do corpo. "Na morte, o pó volta à terra donde tem sido tirado, e o espírito ou a alma, vai para Deus que a tinha dado" (*Ecl.*, XII, 7). Portanto, a existência da alma humana é dogma fundamental, e a fé nele é necessária para a salvação.

Eleva-se a razão humana até o conhecimento e a certeza da existência da alma pelas mesmas considerações que a levam a aceitar a existência de Deus. Conhecemos Deus por suas obras e nossa alma pelos atos dela. Averiguamos facilmente, em nós mesmos, fatos que os filósofos atribuem à sensibilidade, à inteligência, à vontade. Mas a matéria, nosso corpo, portanto, não é capaz de *sentir, pensar, querer*. É preciso, pois, que haja outro princípio, e êste princípio chama-se alma.

II. Completamos esta noção da alma humana, acrescentando que é *livre* e *imortal*.

1.º É *livre*, isto é, pode escolher e praticar o bem ou o mal. Esta liberdade é afirmada pela Sagrada Escritura

e pela Igreja nos concílios; aliás, a promessa de recompensas, e a ameaça de castigos baseiam-se nesta liberdade; não haveria mérito nem culpa se não fôssemos livres. Ora, em todos os lugares e sempre, houve leis, tratados, recompensas e castigos; logo, acredita-se universalmente na liberdade humana.

Por outra parte, sentimos que somos livres, e o *fatalismo*, negação do livre arbítrio, achava-se rebatido pela própria conciência individual que apregoa nossa liberdade, e pela discordância que se nota entre os princípios dos fatalistas e seus atos: sempre, na prática, um fatalista porta-se como ente dotado de conciência e usando da sua liberdade.

2.º A alma é *imortal*, isto é, não morre com o corpo, o qual não passa de invólucro. "Deus, diz a Escritura, criou o homem sem têrmo e sem fim" (*Sab.*, II, 23). Era dogma da religião mosaica; é o ensino positivo de Nosso Senhor, que não sòmente proclama a vida imortal da alma, mas ainda revelou o mistério da ressurreição do corpo afim de compartilhar o destino eterno, feliz ou infeliz da alma.

A sabedoria antiga, na pessoa dos filósofos Sócrates, Platão, Cícero, Sêneca, professou a crença na imortalidade da alma. Cremos nela, nós cristãos, pelo ensino da revelação e da Igreja, e porque a razão diz que: 1.º sendo a alma espiritual e simples, não pode morrer: com efeito, a morte é a decomposição das partes que constituem um ser; ora, a alma, uma e indivisível, não pode decompor-se nem morrer; 2.º não há tão pouco aniquilamento para a alma; se a própria ciência ensina que nada pode perecer na criação, Deus não faz uma exceção para as almas, criaturas de ordem superior; 3.º enfim, a alma é imortal, porque tem o desejo inato de viver, e Deus não deve iludir êste desejo; ela tem fome e sêde de ventura, e Deus, que não corresponde à sua expectativa neste

mundo, deve satisfazê-la na outra vida; é livre, e portanto, precisa encontrar, além dêste mundo, a recompensa ou o castigo que não acha, cá na terra.

Ela precisa, numa palavra, de uma vida futura, porque a justiça de Deus, que não se exerce sempre na vida presente, requer outra vida onde o bem receba recompensa definitiva e o mal, definitivo castigo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Quando eu não tivesse outra prova da imortalidade da alma senão o triunfo do mau e os sofrimentos do justo neste mundo, dizia João Jacques Rousseau, isto não me deixaria a menor dúvida. Uma contradição tão palmar estaria a pedir-me alguma solução. Eu diria comigo: Não acaba tudo para mim com a vida; na morte tudo entra na ordem".

Aí fica a esperança do justo; êle conta com a imortalidade, e diz como S. Paulo: "Padeço, mas não estou confundido" (II *Tim.* I, 12). Aí deve ficar o tormento do pecador e se o êxito, as prosperidades temporais o afagarem, muito tem que recear em outra vida, o desfôrço da justiça de um Deus que tem ao seu dispor a eternidade.

§ VII. — O estado de inocência. — A queda.

Estado de inocência ou de justiça original. — Condição a preencher para êle perpetuar-se. — Queda do homem. — Suas consequências. — Transmissão da culpa original.

31. — *Em que estado criou Deus Adão e Eva?*

R. — *Deus criou Adão e Eva num estado de santidade e ventura, reservando-lhes o céu como recompensa da sua fidelidade.*

É isto que chamamos *estado de inocência* ou de *justiça original,* cujo quadro vem traçado na história sagrada, e cuja lembrança ficou impressa na memória de todos os povos com o nome de *idade áurea.* Neste feliz estado, possuíam nossos pais dotes portentosos no corpo e na alma.

1.° *Quanto ao corpo,* o homem entregava-se ao trabalho sem custo, nem sofrimento nenhum; nada sabia de

incômodos ou doenças; e não tinha de morrer. Depois de ter auferido na terra todos os gozos da ordem natural, devia ser levado para o céu, remanso de uma felicidade pura e perene.

2.º *Quanto à alma,* estava exornada de todos os *dons naturais,* aos quais a bondade divina tinha ajuntado *dons sobrenaturais.* — Na ordem natural, era uma inteligência perfeita, isenta das trevas e dúvidas da ignorância; vontade norteada para o bem, livre de toda tendência ao mal; coração que ia espontaneamente a Deus e ao que é bom, alheio por completo ao triste pêso da concupiscência. — Na ordem sobrenatural, Deus comunicava à alma dos nossos primeiros pais luzes mais perfeitas que as da razão: palestrava com êles, consentia que o amassem, e a todas as alegrias dêste mundo, acrescentava a promessa de fazê-los participar da própria ventura, e isto durante a eternidade. A palavra que dá a síntese, o resumo dêstes privilégios sobrenaturais, é a de *graça,* princípio de santidade, caridade e glória.

32. — *Pusera Deus uma condição para êste estado perpetuar-se?*

R. — *Sim, Deus lhes impusera de não tocarem no fruto da árvore da ciência do bem e do mal.*

Colocando nossos primeiros pais no Paraíso terrestre, Deus pôs, para que tamanha felicidade não tivesse fim, um único e fácil requisito, ao preenchimento do qual, porém, ligava a máxima importância. Deixou que Adão e Eva provassem todos os frutos do jardim de delícias, com exceção do fruto de uma árvore, que apelidou *árvore da ciência do bem e do mal.* Depois, acrescentou: "No dia em que comerdes dêste fruto, morrereis". Importava esta ameaça na perda de todos os dons extraordinários e sobrenaturais próprios do estado de inocência, para Adão e todos os seus descendentes.

33. — *Contai a queda do homem.*

R. — *O demônio, disfarçado sob a forma da serpente, logrou induzir a primeira mulher a desobedecer a Deus. Eva ofereceu depois o fruto a Adão que imitou a companheira.*

Eva escuta a serpente e desobedece a Deus.

Pouco tempo havia que o homem estava de posse da sua felicidade no Paraíso terrestre, quando o demônio, invejoso de sorte tão ditosa, resolveu perder a raça humana. Disfarçou-se sob a forma de serpente, chegou-se a Eva, por ser ela mais fraca, apresentou-lhe a tentação debaixo do engôdo da sensualidade, do orgulho, e levou-a a desobedecer a Deus. A mulher comeu da fruta proibida, e a ofereceu a Adão, que imitou a companheira, comendo êle também. Logo, abriram-se-lhes os olhos, e entenderam quão grave era o seu pecado. Pouco depois, o Senhor mostrou-se aos culpados, ouviu sua confissão e pronunciou a sentença. A pena especial de Eva foi a dôr e sujeição

ao seu marido; a de Adão, o trabalho difícil, e para ambos, o sofrimento e a morte. Deus os expulsou do Paraíso terrestre, porque, para êles, a felicidade estava acabada.

34. — *Quais foram as consequências do pecado original?*

R. — *Nossos primeiros pais perderam a graça santificante, viram diminuídos os seus dons naturais, foram privados do direito à visão sobrenatural de Deus e comunicaram aos seus descendentes êste estado de decadência.*

Gravíssimas foram as consequências da queda dos nossos primeiros pais, para êles próprios e seus descendentes:

1.º Perderam a *justiça original* ou graça santificante que os fazia amigos de Deus, e de envolta com esta graça, os privilégios todos que a ela estavam ligados, conservando sòmente as faculdades essenciais da natureza humana.

2.º Esbulhados dos dotes sobrenaturais próprios do estado de inocência, Adão e Eva foram ainda *feridos naturalmente,* isto é, os dons naturais, se bem que lhes não fossem tirados, sofreram diminuição. Assim, *quanto ao corpo,* sentiram os espinhos do trabalho, da dôr, da doença e, por último, da morte; *quanto à alma,* em sua inteligência alastravam as trevas ou ignorância; na sua vontade, entrou a malícia ou inclinação ao mal; na sensibilidade ou no coração, esta fraqueza ou concupiscência que nos leva a procurar o prazer sensível.

3.º Desherdados e feitos objeto de horror aos olhos de Deus, foram nossos primeiros pais despojados de todo o direito à visão e à posse sobrenatural de Deus, isto é, ao céu que tinha sido prometido à sua fidelidade. Esta privação constitue o que se chama a reprovação ou morte da alma.

4.º Enfim, Adão e Eva, já não tendo mais a graça e seus privilégios, não os podiam transmitir aos seus descen-

dentes; comunicaram-lhes, porém, seu estado de decadência: é o que se denomina *pecado original.*

35. — *Passou o pecado de Adão a todos os seus descendentes?*

R. — *Sim, o pecado de Adão passou a todos os seus descendentes; porisso, todos nós, nascemos com a nódoa do pecado do nosso primeiro pai, e sujeitos às mesmas misérias que êle.*

Esta verdade é claramente ensinada pela Sagrada Escritura, e especialmente por S. Paulo (*Epístola aos Romanos,* v). O concílio tridentino a proclamou dogma católico, e a tradição da Igreja, neste particular, é constante e universal. Mas é um mistério acima da razão. Tudo quanto podemos dizer a respeito, é que o pecado original, sendo para nossos primeiros pais pecado atual, não é para seus descendentes senão *pecado habitual;* nem porisso deixa de ser em cada um de nós um estado de morte da graça, e portanto, mácula e castigo a um tempo.

Todas as tradições admitiram êste estado de decadência, e a razão não pode achar injustiça nisto. Muitas vezes, herdam os filhos os defeitos e vícios do pai: a transmissão do pecado original é tão aceitável como estas outras transmissões certíssimas. É aliás autorizada a crença que quem morrer com o só pecado original, não é, porisso, condenado ao inferno, senão, unicamente, à privação de ver a Deus. É o parecer de santo Agostinho, que põe no *limbo* êstes desventurados.

Ninguém é isento do pecado original, a não ser a santíssima Virgem. Sòmente ela apareceu no mundo sem mácula: essa gloriosa exceção constitue o privilégio da *Imaculada Conceição,* de que breve passaremos a falar.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O homem é um deus decaído que se lembra dos céus.

Ao recordar-se da sua grandeza antiga, deve abençoar a infinita misericórdia que o tinha levantado tão alto e feito quasi igual

aos anjos. Ao lembrar-se da queda e das misérias do corpo e da alma que dela resultaram, o homem deve abençoar e adorar a infinita justiça. Felizes de nós podendo hoje passar das lástimas para a esperança! Devido aos méritos do Redentor, onde avultara o pecado, aí transbordou a graça... "Feliz culpa, exclama santo Agostinho, que nos valeu tal redenção!" Devemos, todavia, merecer a aplicação dêstes méritos pela humildade, a penitência, a fé, recorrendo ao Redentor prometido ao mundo, que veio para nos salvar.

§ VIII. — O Messias prometido.

Primeira promessa de um Salvador. — O Messias esperado: 1.° promessas divinas; 2.° profecias; 3.° figuras do Messias. — O libertador esperado por todas as nações: seu reino preparado pela Providência.

36. — *Deus abandonou o homem depois do pecado?*

R. — *Não, mas prometeu-lhe um Redentor ou Salvador, chamado o Messias.*

A primeira promessa deu-se no próprio berço do mundo. Na sentença lavrada contra a serpente infernal, lemos estas palavras: "Hei de pôr inimizade entre ti e a mulher, entre sua raça e a tua: esmagar-te-á a cabeça, e tu pelejarás para mordê-la no calcanhar" (*Gên.*, III,15).

Todas as tradições entenderam por estas palavras que da raça humana havia de nascer o vencedor do demônio, e a mulher bendita que daria à luz êste libertador, é a Virgem *Maria*.

Deus deixou correr quatro mil anos antes da vinda do Messias, para os homens sentirem melhor, diz Bossuet, quanto precisavam desta vinda. Entretanto, a partir da promessa, puderam os homens selvar-se, conquanto, à prática exata dos seus deveres e da sua religião, unissem a fé no Messias prometido, pois eram os merecimentos dêste Messias prometido que lhes dariam a salvação.

37. — *Que meios empregou Deus para tornar mais vivas a expectativa dos povos e sua esperança no Messias?*

R. — *Durante os séculos de expectativa, Deus não cessou de multiplicar as promessas, profecias e figuras do futuro libertador.*

1.º As *promessas.* — Ao escolher Abraão para que fosse pai dos crentes, Deus lhe disse: "Multiplicarei tua raça como as estrêlas do firmamento e todas as nações da terra serão abençoadas naquele que nascer de ti" (*Gên.*, XII e XVIII). As mesmas promessas foram renovadas a Jacó.

2.º As *profecias.* — Cêrca de 1700 anos antes de Jesús Cristo, Jacó, morrendo, disse a Judá, seu quarto filho: "O cetro não sairá de tua raça antes que venha aquele que deve ser enviado e será o desejado das nações" (*Gên.*, XLIX).

1500 anos antes de Jesús Cristo, *Moisés,* estando para morrer, anuncia um legislador maior que êle, a cuja palavra deverão atender, e que dará ao povo de Israel uma lei definitiva (*Deut.*, XVIII).

No ano de 1050 antes de Cristo, *Daví,* rei e profeta, canta nos salmos a vinda do Redentor, seus sofrimentos, sua morte, sua ressurreição, seu império eterno.

Desde o ano de 700 até 490 antes de Cristo, *quatro grandes profetas* e *doze pequenos* sucedem-se e apresentam, cada um por sua vez, alguns traços da figura profética do Messias. Os *grandes profetas* são:

Isaías; anunciou que Jesús Cristo há de nascer de uma virgem, narrou sua vida, seus milagres, sua paixão, seu reino.

Jeremias; profetizou particularmente os sofrimentos do Salvador, e a redenção do povo de Israel;

Daniel; mais célebre pela profecia que limita a setenta semanas de anos (490 anos) o tempo que medeia entre o fim do cativeiro e a chegada do Messias.

Os *doze profetas menores* são: *Jonas, Osias, Amos, Joel, Abdias, Miqueu, Naúm, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, e Malaquias,* o último dos profetas, que anun-

ciou o fim de todos os sacrifícios antigos, substituídos pelo sacrifício único e puro do Calvário.

3.º *Figuras do Messias.* — Ao passo que ia renovando promessas e profecias, Deus fazia passar por baixo dos olhos de seu povo personagens que delineavam de antemão o Cristo futuro, sua vida e suas obras. Aquí estão as principais figuras:

Adão, pai do gênero humano, figurava Jesús Cristo, pai do povo dos eleitos.

Abel, morto por seu irmão, representa o Salvador atraiçoado e imolado.

Noé salva sua família na arca, e Jesús salva os fiéis na Igreja.

Melquissedec, rei e pontífice, oferece um sacrifício, imagem da Eucaristia.

Isaac, vítima no monte Moriá, é figura de Jesús Cristo no Calvário.

José, vendido por seus irmãos, salva sua familia, como Jesús salva seu povo.

Moisés, libertador dos Israelitas, legislador da sua nação, é a imagem frisante do verdadeiro libertador.

Sansão, presageia o Cristo vencedor da morte, salvando o mundo.

Daví, rei perseguido, depois vitorioso, indica as tribulações de Nosso Senhor e seus triunfos.

Salomão, príncipe pacífico e glorioso, anuncia o reino do Redentor.

Jonas, é a figura da ressurreição.

Elias, levado num carro de fogo, anuncia a ascensão de Jesús Cristo, etc.

38. — *Não esperava o mundo pagão também um libertador?*

R. — *Sim, a esperança de um Messias libertador era universal, não só no povo judeu, mas ainda em todos os povos pagãos.*

A Grécia o esperava, como o testemunham Platão, Sócrates. Segundo Virgílio, Tácito e Suetônio, Roma tinha a mesma esperança. Enfim, o próprio Deus, conforme a profecia de Daniel, e como diz Bossuet no seu *Discurso sobre a história universal,* acabava de preparar o caminho para o Messias, curvando o mundo em pêso ao jugo de Roma. Depois de ter-se servido dos *Assírios* para castigar seu povo, dos *Médos* e dos *Persas* para trazer os Judeus à pátria onde Cristo tinha de nascer, dos *Gregos* e de *Alexandre,* para difundir os livros santos e as profecias, a Providência trazia o quarto grande império, o dos *Romanos,* para facilitar a prègação do Evangelho por meio de suas comunicações com todos os mais povos.

Então é que o nascimento de Jesús Cristo em Belém, no ano de 4004 do mundo (consoante a cronologia vulgar), no ano de 747 da fundação de Roma e o 4.º da olimpíada 194, veio pôr têrmo à expectativa das nações.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Por quatro mil anos, os patriarcas, os profetas e todos os Judeus fiéis ansiaram pela vinda do Messias. A Igreja nos traz à memória, todos os anos, esta lembrança, nas quatro semanas do Advento, e nos põe nos lábios, os acentos de seus suspiros, das suas orações. — Também nós, imploremos o nascimento espiritual do Salvador em nossas almas; quanta precisão não temos desta sua presença! "Céus, derramai o vosso orvalho, mandem as nuvens o Justo!... Abra-se a terra e nos dê um Salvador!" (*Ofício da Igreja*). — Ai! que seria feito de nós sem Jesús Cristo e sem a sua graça!

II.º E III.º ARTIGOS

Creio em Jesús Cristo, um só seu filho, Nosso Senhor, o qual foi concebido do Espírito Santo, nasceu de Maria Virgem.

Divisão do assunto

39. — *Quais são os principais ensinos que dimanam dêstes dois artigos do símbolo?*

R. — *Dêstes dois artigos, que reunimos por ambos dizerem respeito à mesma pessoa de Nosso Senhor, teremos que deduzir: 1.º o mistério da Incarnação e as verdades dogmáticas que se lhe prendem; 2.º falaremos da Virgem Maria e suas prerrogativas; 3.º depois, daremos a conhecer a vida de Nosso Senhor.*

§ I. — Mistério da Incarnação.

Definição da Incarnação. — Narração do fato: razão da sua existência. — Jesús Cristo, seus nomes. — Verdades dogmáticas que se derivam da Incarnação; 1.º natureza divina; 2.º natureza humana; 3.º unidade de pessoa; 4.º vontades e duas operações distintas.

40. — *Que é o mistério da Incarnação?*

R. — *A Incarnação é o mistério do Filho de Deus feito homem, ou segundo a teologia: é a união da natureza divina e da natureza humana na única pessoa de Jesús Cristo.*

Dizendo que o Filho de Deus se fez homem, entendemos que a segunda pessoa da santíssima Trindade, existindo como o Padre desde toda a eternidade, espírito invisível como êle, veio, num momento determinado, revestir a nossa natureza humana e tomar na terra um corpo e uma alma semelhantes aos nossos no seio da bem-aventurada Virgem Maria.

Cumpriu-se êste mistério acêrca do ano de 4004 do mundo. O aniversário dêste acontecimento celebra-se todos

os anos a 25 de março; devido à importância da Incarnação do Filho de Deus, é nesta época que se inicia o cômputo dos anos da *era cristã.*

I. O Evangelho narra de que modo se deu êste sucesso misterioso. Chegada a hora da Providência, o anjo *Gabriel* foi mandado por Deus a uma Virgem da Judéia, chamada Maria, cujo espôso tinha o nome de José. Ambos moravam na pequenina cidade de Nazaré. O anjo

A Anunciação de Maria e a Incarnação do Verbo.

inclinou-se perante a humilde Virgem que estava rezando e a saudou com estas palavras: "Ave, cheia de graça; o Senhor é convosco; bendita sois entre as mulheres". Maria, por um instante, ficou perturbada. O anjo, porém, a sossegou dizendo: "Não temais, Maria, pois achastes graça perante Deus. Haveis de conceber, e dareis à luz

um Filho, a quem tereis de pôr o nome de Jesús. Será grande e hão de chamá-lo Filho do Altíssimo..."

Maria receava que êste mistério lhe viesse empanar o brilho da virgindade. O anjo aquietou a Virgem: "O Espírito Santo, disse êle, estará convosco, e a virtude do Altíssimo cobrir-vos-á com a sua sombra: porque o fruto que de vós nascer será chamado Filho de Deus". Maria disse então: "Eis aquí a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a vossa palavra". E nesta mesma hora, incarnou-se o Verbo de Deus.

Vê-se, pela narração evangélica, que a Incarnação de Nosso Senhor é misteriosa. Jesús possue no céu um Pai eterno; precisa apenas, na terra, de mãe segundo a carne, e é isto que nos leva a dizer dêle: "Foi concebido do Espírito Santo, nasceu de Maria Virgem".

II. A razão da Incarnação é a seguinte: Para o Filho de Deus sofrer e resgatar-nos, era necessário ter êle um corpo que pudesse padecer, e alma humana que lhe permitisse representar em sua pessoa a humanidade culpada: é, pois, por ter-se incarnado que Nosso Senhor pôde sofrer e morrer, desta forma remir-nos da escravidão do pecado, livrar-nos das penas do inferno, e merecer-nos a vida eterna.

41. — *Quem é Jesús Cristo e que significam os nomes pelos quais designamos a sua pessoa?*

R. — *Jesús Cristo é o filho de Deus feito homem. O nome de Jesús quer dizer Salvador. Cristo significa ungido, consagrado pela unção santa.*

Chamamos também, a Jesús Cristo de Nosso Senhor, porque êle é, de fato, o nosso soberano.

Segundo o que dissemos, *Jesús Cristo* é o Filho de Deus feito homem. — Se consideramos sua augusta pessoa, achamos nêle não só os dois elementos que constituem a natureza humana, isto é, o corpo e a alma, mas um terceiro elemento, o divino, que aperfeiçoa todo o

seu ser, deixando subsistir a unidade de pessoa: é a divindade ou natureza divina.

Se atentamos no significado dos nomes que damos ao Salvador, descobrimos alí um ensino completo: *Jesús* quer dizer *Salvador*, porque, com efeito, é para nos salvar e nos remir que o Filho de Deus baixou à terra.

Cristo significa *ungido, sagrado*, ou consagrado pela unção santa. Designava-se outrora, pela palavra *Cristo*, o rei, sacerdote ou profeta, que tivesse recebido a consagração dos santos óleos; ora, Jesús Cristo foi a um tempo rei, sacerdote, profeta, e consagrado por seu sangue.

Chamamos a Jesús Cristo *Nosso Senhor*, por ser êle, de fato, nosso soberano e nosso mestre; e êle o é por um título duplo: enquanto *Criador*, êle nos fez o que somos; enquanto *Salvador*, êle é quem nos conquistou, resgatando-nos e saldando êste resgate com seu sangue.

42. — *Quais são, no tocante à Incarnação de Nosso Senhor, as verdades da fé católica?*

R. — *A fé católica ensina que há em Jesús Cristo duas naturezas, a natureza divina e a natureza humana; que há, contudo, nêle uma só pessoa, a do Filho de Deus; que as duas naturezas, porém, ficam distintas, tendo cada uma sua vontade e suas operações.*

Examinemos cada um dêstes pontos.

1.º *Jesús Cristo possue a natureza divina.* "É Deus". Esta verdade prova-se: 1.º pelas primeiras palavras do Evangelho de S. João: "No princípio era o Verbo, e o Verbo era Deus... E o Verbo se fez carne e habitou entre nós".

2.º Em muitas circunstâncias, declarou Nosso Senhor ser Filho de Deus, semelhante em tudo a seu Pai. É com a acusação de proclamar-se Filho de Deus que foi condenado à morte.

3.º À autoridade da sua palavra, ajuntou Jesús Cristo a autoridade das suas obras. Provou sua divindade

por muitíssimos milagres, repetindo aos Judeus: "Se não acreditais na minha palavra, crede em minhas obras". E deu, em abono desta verdade, o mais assombroso dos milagres, sua própria ressurreição.

Com toda a razão, pois, o concílio de Nicéia proclamou, em 325, a divindade de Nosso Senhor e condenou *Ário* que a atacava no seu princípio: a geração eterna do Verbo.

II. *Jesús Cristo possue a natureza humana: "É homem".* — Com efeito, tem um corpo semelhante aos nossos. "O Verbo se fez carne", diz S. João. E os Evangelistas mostram Nosso Senhor a nascer em Belém, a trabalhar em Nazaré, a passar fome e sêde, a padecer e chorar, a morrer na cruz, posto no sepulcro, tornando a aparecer cheio de vida, deixando-se ver e tocar por seus apóstolos. — Possuia igualmente alma semelhante à nossa, distinta da divindade: é esta alma que sentiu a tristeza, o temor, a dôr. Jesús Cristo tinha, portanto, realmente a natureza humana, e não um corpo de empréstimo.

III. Em Jesús Cristo, não há senão uma só pessoa, que é a do *Filho de Deus.* — Assim reza o concílio de Éfeso (431), de encontro à heresia de Nestório, patriarca de Constantinopla, que pretendia houvesse em Nosso Senhor uma pessoa divina e uma pessoa humana, sendo a Virgem Maria, mãe sòmente desta última. — O Evangelho apresenta, pelo contrário, em Jesús Cristo, uma única e mesma pessoa, ora chamando-o Filho do homem, ora Filho de Deus: com certeza, é sempre a mesma individualidade, o mesmo que nasceu e sofreu, que fez milagres e morreu; e sua mãe deve ser chamada *Mãe de Deus,* pois é mãe de Jesús Cristo, que é Deus.

IV. *Em Jesús Cristo, há duas naturezas distintas, e também duas vontades, e duas operações.* — É o ensino do concílio de Calcedônia (451) contra *Eutiques,* monge

de Constantinopla, o qual levado por um ardor descomedido na defesa da unidade de pessoa, deu no êrro oposto e ensinou a unidade de natureza, afirmando que a natureza humana era absorvida pela natureza divina.

Não, as duas naturezas subsistem, *distintas, sem confusão nem misto,* depois da união hipostática. Isso resulta do que dissemos acima, a respeito das duas naturezas. Portanto, também, — contrariamente àquilo que pretendiam *Sérgio* e os *monotelitas,* partidários de uma única vontade, condenados no terceiro concílio de Constantinopla (680), — as *duas vontades* e as *duas operações* da natureza divina e da natureza humana permanecem distintas e não confundidas. Em Nosso Senhor, que a vontade humana fosse submetida à vontade divina, não padece dúvida; assim muito distintas as vemos no jardim das Oliveiras: "Meu Pai, cumpra-se a vossa vontade, que não a minha" (*S. Lucas,* XII). O mesmo se dá com as operações; não se confundem: externáva-se a natureza divina pelos milagres, pela transfiguração, a ressurreição, a ascenção; e a operação humana traduzia-se por meio de atos pertencentes essencialmente à nossa natureza, como sejam comer, beber, dormir, sofrer, morrer...

CONCLUSÃO PRÁTICA

Sendo as duas naturezas, divina e humana, unidas em vossa pessoa, ó Jesús, meu Salvador, vossos atos todos, vossas palavras, vossos sofrimentos e principalmente vossa morte, têm um valor infinito, e de vós posso dizer: "Meu Deus me amou, padeceu e morreu por mim!..." Qual não deve ser a minha gratidão!

Por outra consequência, ó Jesús, tudo quanto compõe a vossa humanidade: vossa carne, vosso sangue, é adorável. Posso e devo tributar-lhes o culto supremo da *adoração* que pertence a Deus. Porisso é que eu, com a Igreja católica, mãe minha, adoro por um verdadeiro culto de latria o vosso corpo sagrado na *santíssima Eucaristia,* pois a santíssima Eucaristia não é senão vós mesmo. Pelas mesmas razões, tributo um culto ao vosso Sagrado Coração, porque foi unido substancialmente à vossa divina pessoa e tem sido a um tempo fonte do sangue divino que me resgatou e órgão do amor incomparável que me tivestes.

§ II. — A Virgem Maria.

A santíssima Virgem. — Suas quatro grandes prerrogativas: 1.º Imaculada Conceição; 2.º Maternidade divina; 3.º Virgindade perpétua; 4.º Assunção.

43. — *Dai-nos a conhecer a santíssima Virgem Maria e suas prerrogativas.*

R. — *Maria era uma humilde filha de Judá, da estirpe real de Daví. Eram seus pais são Joaquim e santa Ana. Aos três anos consagrou-se a Deus no templo de Jerusalém e alí permaneceu até que desposasse um homem virtuoso e humilde chamado José.*

Deus, que a destinara a ser a mãe de Jesús Cristo, adornou-a com todas as graças e a Igreja nela reconhece quatro grandes prerrogativas: a Imaculada Conceição, a Maternidade divina, a Virgindade perpétua e a Assunção gloriosa.

Maria era uma humilde filha da tribu de Judá; sua família descendia da raça real de Daví. Seu pai e sua mãe chamavam-se *Joaquim* e *Ana*. Desde a idade de três anos, fôra oferecida a Deus no templo de Jerusalém, e alí ficara. Piedosas mulheres tinham zelado por sua educação, amoldando seu espírito às ciências divinas, e seu coração à prática de todas as virtudes. Ficou entregue a seus desvelos até que a deram em casamento a um homem virtuoso, humilde como ela, chamado *José*. Deus, que a destinava a ser mãe de Nosso Senhor Jesús Cristo, a tinha adornado com todas as graças e ela era a mais santa das criaturas.

A Igreja aponta em Nossa Senhora *quatro grandes prerrogativas* que foram a base, o alicerce da sua santidade e da sua glória: 1.º a *Imaculada Conceição;* 2.º a *Maternidade divina;* 3.º a *Virgindade perpétua,* e 4.º a *Assunção gloriosa.*

I. *Imaculada Conceição.* — Com estas palavras, entendemos que a Virgem Maria, por favor especial e em consideração dos méritos futuros do seu divino Filho,

foi preservada do pecado original desde o primeiro instante da sua existência. — Já que não a manchara a culpa original, ela não teve que sofrer os tristes resultados; sua inteligência não foi cercada das trevas da ignorância como a nossa, nenhuma inclinação tinha que lhe impelisse a vontade para o mal, seu coração desconhecia a concupiscência. — É esta verdade um dogma de fé, definido pelo Sumo Pontífice Pio IX, em 1854, na presença de mais de duzentos bispos. Todavia, tal verdade não se pode chamar nova. Também dantes era a crença geral da Igreja baseada na Escritura Sagrada. Pois, bem devia a inimizade que Deus pusera, no princípio, entre a serpente e a mulher, repelir toda a idéia de pecado, e até do pecado original, para esta inimizade ser completa!

Ao saudar a Maria "cheia de graça, bendita entre todas as mulheres", não nos dizia o anjo que ela era mais santa do que nossa primeira mãe?

Assim falava a tradição, e a razão, por sua vez, parecia exigir que aquela de quem havia de nascer Jesús Cristo, a santidade incarnada, não fosse, um instante sequer, debaixo do poder do demônio, fato que o espírito infernal não deixaria de eternamente lançar em rosto ao Filho e à Mãe.

II. *Maternidade divina.* — Êste privilégio resulta do que temos dito: Maria sendo a verdadeira mãe de Jesús, que não é senão uma pessoa em duas naturezas, ela pode e deve ser chamada *Mãe de Deus.* Única entre todas as criaturas, Nossa Senhora possue esta prerrogativa sem par, e a Igreja o afirmou solenemente contra Nestório, no concílio de Éfeso (431), e mais tarde acrescentou à *Saudação angélica* a segunda parte desta oração: "Santa Maria, mãe de Deus, rogai por nós pecadores..."

III. *Virgindade perpétua.* — Dá-se a entender por estas palavras que a santíssima Virgem, tendo milagrosamente dado à luz Nosso Senhor depois de o ter

concebida por operação do Espírito Santo, ficou *sempre virgem*, antes como durante e depois dêste parto divino. — Já no século quarto, um concílio de Milão proclamava esta doutrina que é a de tôda a Igreja.

São José, espôso da santíssima Virgem, não é pai de Nosso Senhor; foi sòmente seu protetor e pai adotivo, e é por causa da sua dedicação que é chamado impropriamente pai de Jesús.

IV. *Assunção gloriosa.* — É crença aceita na Igreja, — ainda que não seja proclamado êste ponto dogma de fé, — que a santíssima Virgem, tendo falecido em Jerusalém, cêrca do ano de 54 de J.C., ressuscitou logo e foi levada, corpo e alma, pelos anjos, ao céu. Festejamos êste glorioso aniversário a 15 de agôsto.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Exornada com estas prerrogativas tôdas, aparece Maria como o vulto ideal que divisava S. João no Apocalipse: "O sol como um vestuário a cercava; a lua estava debaixo dos seus pés e uma coroa de doze estrêlas lhe iluminava a fronte". Seja para nós um prazer reverenciar esta esplêndida visão repetindo com júbilo as palavras do anjo Gabriel: *Ave Maria...*

Em 1858, ao baixar a augusta Virgem ao nosso degrêdo, em uma montanha de Lourdes, na França, revelava-se por seu mais belo privilégio: "*Eu sou,* disse ela, *a Imaculada Conceição*". Havemos de corresponder a seu desejo, e merecer seus favores dizendo-lhe amiúde: *O' Maria concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a vós!*

§ III. — Vida oculta de Nosso Senhor Jesús Cristo.

I. Vida particular; nascimento; primeiros anos; vida oculta em Nazaré. — II. Vida pública; escolha dos apóstolos; prègação do Evangelho. — missão divina confirmada: 1.° pelo cumprimento das profecias; 2.° pela sublimidade da doutrina; 3.° pelos milagres.

I. — Vida particular de Nosso Senhor

44. — *Narrai o nascimento e os primeiros anos de Jesús Cristo.*

R. — *Nosso Senhor Jesús Cristo veio ao mundo em Belém, num humilde presépio. Avisados pelos anjos, vieram adorá-lo os pastores da montanha e os reis Magos*

acudiram do Oriente, trazendo-lhe presentes. Oito dias depois, na circuncisão, recebeu o Menino o nome de Jesús,

Após quarenta dias apresentaram-no ao templo, conforme preceituava a lei de Moisés.

Perseguida por Herodes, teve a sagrada Família que fugir para o Egito onde Jesús ficou enquanto reinou o tirano.

Voltaram para Nazaré e Jesús alí crescia em idade e em sabedoria, perante Deus e perante os homens.

Nosso Senhor Jesús Cristo veio ao mundo em Belém, num presépio, a 25 de dezembro, dia do Natal, no ano

NATAL. — *No presépio, o Menino Jesús é adorado pelos anjos.*

do mundo 4004, segundo reza a cronologia senão a mais exata, pelo menos a que se adota mais geralmente.

De conformidade com uma ordem do imperador romano, César Augusto, que mandava fazer o recenseamento de seus Estados, intimando que todo o habitante fosse inscrever-se no país donde era originário, lá se foram Maria e José, moradores de Nazaré, a caminho de

Belém, cidadezinha da Judéia e pátria de Daví, de quem ambos descendiam. Alí, durante a noite, no seio da pobreza, num estábulo abandonado, onde tinham sido constrangidos a abrigar-se, nasceu o Menino Jesús, o Salvador prometido ao mundo.

Anjos participaram o fato aos pastores na montanha, e estes vieram ao presépio, os primeiros a adorarem seu libertador. Uma estrêla no Oriente trouxe a nova aos reis *Magos*, que acudiram a reconhecê-lo, adorá-lo e oferecer-lhe seus presentes: ouro, incenso e mirra. (*Festa da Epifania*, 6 de janeiro).

Oito dias após o nascimento, recebeu o Menino o nome de *Jesús*, na circuncisão. — Quarenta dias depois, segundo preceituava a lei de Moisés, foi apresentado ao templo, enquanto Maria, por sua vez, cumpria a obrigação legal da *Purificação* (2 de fevereiro). — É nesta ocorrência que se realizou a entrevista do santo velho *Simeão* e da profetisa *Ana*.

Achava-se ainda em Belém a santa Família quando, ameaçada pela perseguição de Herodes, teve que procurar refúgio no *Egito*. Assim é que o Menino Jesús foi salvo do morticínio dos *Inocentes*.

No degrêdo viveu o Salvador seus primeiros anos. Morto Herodes, a santa família regressou e veio morar em Nazaré. Jesús, alí, crescia em idade e em sabedoria, perante Deus e perante os homens.

45. — *Dai a conhecer a vida oculta de Jesús.*

R. — *A piedade, a oração e o trabalho foram os misteres do Menino Deus desde que voltou do Egito até os 30 anos, quando iniciou a sua vida pública.*

Aos 12 anos deixou-se ficar três dias no templo de Jerusalém afim de mostrar que devemos dar a Deus a primazia sôbre todos os demais afetos.

"Jesús lhes era submisso", resume o Evangelho, e a tradição acrescenta que auxiliava a S. José na humilde profissão de carpinteiro.

Jesus rezava, trabalhava e obedecia.

Chama-se *vida oculta* o tempo que Jesús passou em Nazaré desde a volta do Egito, aos seis ou sete anos de idade, até os trinta, época em que deu comêço à sua vida pública.

A piedade, a oração e o trabalho foram os misteres dos primeiros anos do Menino Deu . Em nada se diferenciava dos mais meninos, a não ser por um procedimento perfeito.

Contava doze anos quando sucedeu um episódio da sua vida particular: por ocasião das festas da Páscoa, fôra levado por Maria e José a Jerusalém onde perma-

neceu, sem os pais saberem o que tinha sido feito dêle. Depois de três dias de angústias e pesquisas, acharam o filho no templo, entre os doutores, escutando-os e interrogando-os.

Jesús dava, por êste proceder, o exemplo da fidelidade às ordens de Deus, do zêlo que devemos trazer no estudo da religião e da primazia que devemos dar a Deus sôbre todos os afetos, até sôbre os da família.

De volta em Nazaré, Jesús "era submisso e obedecia"; a isto limita-se o que refere o Evangelho. A tradição acrescenta que auxiliava a S. José, seu pai adotivo, nos afazeres da humilde profissão de carpinteiro, ensinando-nos por seus exemplos a vida pobre, singela e afanosa. Tinha uns dezoito, vinte anos, há quem diga trinta, quando S. José morreu; Jesús, seu filho adotivo, lhe cerrou os olhos, e até a idade de trinta anos, ficou sendo o amparo de Maria

II. — VIDA PÚBLICA DE NOSSO SENHOR.

46. — *Relatai os principais acontecimentos da vida pública de Jesús Cristo.*

R. — *Aos 30 anos, Nosso Senhor Jesús Cristo recebeu o batismo no Jordão e retirou-se num deserto onde passou 40 dias em jejuns e orações.*

Ao sair, escolheu os seus apóstolos e com êles percorreu a Judéia e a Galiléia, anunciando o Evangelho, provando que era o Filho de Deus, o Messias esperado que vinha redimir os homens.

Chamamos *vida pública* de Nosso Senhor os três últimos anos da sua existência na terra, consagrados à prègação do Evangelho.

Aos trinta anos, Nosso Senhor Jesús Cristo recebeu o batismo de S. João, no rio Jordão. A voz divina que se fez ouvir nesta função solene, deu princípio ao seu ministério público.

No entanto, para preparar-se à sua missão, retirou-se o Salvador primeiro no deserto e alí ficou jejuando por quarenta dias; queria ensinar com isso o espírito de penitência que tão bem assenta à nossa religião. Feito êste jejum, deixou que o demônio o tentasse, para mostrar como devemos resistir.

Ao sair do deserto, Jesús escolheu os primeiros discípulos: *Simão Pedro,* que devia ser o chefe, e *André,* irmão de Pedro; depois, *Tiago* e *João,* ambos filhos de

Agonia de Jesus à vista de nossos pecados.

Zebedeu, todos pescadores chamados nas margens do lago de Genesaré; *Filipe, Bartolomeu, Tomé, Mateus* o publicano; *Tiago,* filho de Alfeu; *Tadeu, Simão* o Cananeu e *Judas Iscariote* completaram o número de doze apóstolos.

Nosso Senhor começou a instruí-los da religião que trazia ao mundo. Percorria com êles as províncias da Galiléia e da Judéia, fazendo até algumas excursões nos confins do país de Canaã. Comunicava-lhes o *Evangelho,* anunciando que era o Filho de Deus, o Salvador ou

Messias esperado desde o comêço do mundo e chegado na terra para remir todos os homens.

47. — *Como provava Nosso Senhor Jesús Cristo sua missão divina?*

R. — *Nosso Senhor provava a sua missão divina realizando as profecias que lhe diziam respeito, prègando uma doutrina inteiramente divina e fazendo numerosos milagres rematados pelo da própria Ressurreição.*

Nosso Senhor provava sua *missão divina:* 1.º realizando as profecias que diziam respeito à sua pessoa e vaticinavam a época de sua chegada, sua descendência da tribu de Judá, seu nascimento em Belém, sua paixão, sua morte, sua ressurreição, enfim a reprovação dos Judeus e a vocação dos gentios;

2.º Prègando uma doutrina inteiramente divina e mostrando-se exemplo vivo de todas as virtudes. Começava dando o exemplo, depois ministrava o ensino. Gostava de tornar sua doutrina fácil pela clareza, pela singeleza, e muitas vezes ensinava em parábolas. As mais notáveis são as da *Semente,* do *Samaritano,* do *bom Pastor,* do *Filho pródigo;*

3.º Em abono de sua doutrina, fazia numerosos milagres. Entre os mais salientes temos a *multiplicação,* no deserto, *de cinco pãezinhos,* que deram para o sustento de cinco mil pessoas; grande número de curas de doenças e possessões do demônio; a cura do *cego de nascença* e do *paralítico* da piscina probática impressionou sobremaneira o povo. Citam-se ainda três *ressurreições* praticadas por Nosso Senhor: a do filho da viúva de Naim, a da filha de Jairo, chefe da sinagoga, e a de Lázaro, feita com tamanho brilho, poucos dias antes da paixão. Enfim, Jesús Cristo devia pôr o remate a todos estes milagres pelo prodígio mais estupendo ainda da sua própria *Ressurreição.*

CONCLUSÃO PRÁTICA

Ainda que não tivéssemos outros muitíssimos testemunhos a evidenciarem a divindade da nossa santa religião, bastariam o ensino e as obras de Jesús Cristo para excitar nossa admiração. Que doutrina sublime! Onde acharemos noções tão claras, e tão belas sôbre Deus, nossa alma, nossos deveres, a vida futura? Onde encontraremos moral tão elevada e tão pura? Teriam jubilado os filósofos da antiguidade, se tivessem possuído tal Mestre... E ao par de suas lições, que exemplos de humildade, dedicação, caridade, paciência e resignação!

O' Jesús! não nos coube a dita de ouvir vossas palavras, nem contemplar vossas obras; temos porém o *Evangelho*. É neste livro que iremos buscar o que temos a certeza de achar: vosso ensino e vossos exemplos.

IV.º ARTIGO

Padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu aos infernos.

Divisão do assunto

48. — *Que ensina o quarto artigo do símbolo?*

R. — *Ensina as verdades que dizem respeito à paixão de Nosso Senhor e à sua morte na cruz, assim como aos fatos que se deram depois da sua morte até o momento da ressurreição.*

Havemos de resumir os ensinos que resultam dêste artigo, dividindo-o em três parágrafos, onde falaremos: 1.º da *paixão e morte de Nosso Senhor Jesús Cristo;* 2.º do *mistério da Redenção*, consequência desta morte, e 3.º da *sepultura de Nosso Senhor; foi durante ela que* teve lugar a *descida de sua alma aos infernos*, isto é, ao limbo.

§ I. — Paixão e morte de Jesús Cristo.

Quinta-feira santa. — Sexta-feira santa: diversos interrogatórios; a flagelação; Jesús crucificado. — Incidentes notáveis.

49. — *Narrai as principais circunstâncias da Paixão de Nosso Senhor.*

R. — *A paixão de Jesús Cristo começou na tarde da quinta-feira santa com a instituição da divina Eucaristia, na última Páscoa celebrada com os apóstolos.*

Após a ceia última, sofreu Jesús os tormentos da agonia no jardim das Oliveiras e deixou-se prender pelo bando de soldados que Judas, o traidor, guiava.

A noite Jesús passou-a recebendo apupos e insultos dos soldados.

Na madrugada de sexta-feira, Pilatos o interrogou e, não achando nele crime algum, entregou-o a Herodes.

O príncipe devasso, porque Jesús não se dignou de responder-lhe, mandou que o revestissem com as vestes dos loucos e o devolveu a Pilatos.

Novo interrogatório. Pilatos, embora não o encontrasse culpado, deixou que os soldados romanos o flagelassem e lhe pusessem, na cabeça, a coroa de espinhos.

Mas os judeus vociferavam: "Crucifica-o!"

O Salvador, carregando a pesada cruz, subiu as encostas do calvário onde o crucificaram entre dois ladrões.

Os benefícios derramados por Nosso Senhor Jesús Cristo, o brilho de seus milagres tão falados e a santidade de toda sua vida, tinham despertado a inveja e o ódio dos Judeus e nomeadamente, dos fariseus e sacerdotes da lei. Estes resolveram perdê-lo e negociaram o ajuste com o traidor Judas.

A paixão começou na *Quinta-feira santa*, à tarde (17 de março do ano de Roma 782, 34.º da era cristã). Naquele dia, pela última vez, celebrou Jesús Cristo a Páscoa com seus apóstolos, e instituiu a divina Eucaristia.

Entrada a noite, retirou-se ao jardim das Oliveiras para fazer oração e seus apóstolos o acompanharam; porém, ficavam a alguma distância enquanto Jesús rezava, prostrado no chão, derramando suor de sangue. Judas escolhera essa hora para o entregar aos sacerdotes judeus e aos fariseus. Um bando de soldados e de furiosos prendeu a Nosso Senhor e o levou nessa mesma noite à casa do sumo sacerdote *Caifaz.* Jesús pernoitou num pôsto de guarda, nas mãos de soldados que o apupavam, cuspindo-lhe no rosto, dando-lhe bofetadas com êste insulto: "Adivinha quem é que te bateu".

No dia imediato, *Sexta-Feira santa,* de madrugada, Nosso Senhor foi conduzido ao palácio do governador romano da Judéia, *Pôncio Pilatos,* que o interrogou e o reconheceu inocente. Mas êste juiz fraco não teve ânimo de soltá-lo.

Ciente de que Jesús tinha nascido na Galiléia, mandou-o ao seu soberano legal, *Herodes,* que se achava então em Jerusalém. Herodes interrogou a Nosso Senhor. Por ser êste homem, príncipe intrometido e soberbo e nenhum juiz, negou-se Jesús a responder. Então, meteram-lhe o vestido dos loucos e o devolveram a Pilatos.

Êste abriu novo inquérito, que não trouxe mais provas de culpabilidade. Mas, para agradar à multidão que pedia a morte de Jesús, Pilatos condenou-o ao suplício cruel da flagelação. Depois disto, deixou que lhe pusessem uma coroa de espinhos na cabeça, e, na mão, um caniço, símbolo zombeteiro da sua realeza; então, apresentou-o aos Judeus, pensando que a vista da vítima os movesse à compaixão; mas com grande celeuma pediram sua morte. Ainda tratou Pilatos de salvá-lo, aproveitando o poder que tinha de libertar um preso por ocasião das festas da Páscoa. "A quem quereis, disse êle, que eu mande soltar, a Barrabás, — era um facínora terrível, — ou a Jesús, chamado Cristo?" A turba-multa exclamou: "Solte

Barrabás!" Vendo que nada lograva, Pilatos abandonou Jesús para que fosse crucificado.

O Salvador foi carregado com uma cruz pesada, e levaram-no para fora da cidade, ao monte *Calvário;* alí o crucificaram entre dois malfeitores. Era meio-dia. Após três horas de agonia, Jesús deu um grande grito, e expirou. Todos os anos, a *Sexta-feira santa* nos traz esta lembrança imorredoura.

50. — *Que se deu de notável com a morte de Nosso Senhor Jesús Cristo?*

R. — *No momento da morte de Jesús, o sol escureceu, tremeu a terra, partiram-se os rochedos e mortos ressuscitaram e apareceram na cidade santa. Era a afirmação de que estava cumprida a Redenção.*

Para Jesús, como para todos os homens, a morte foi a separação da alma e do corpo. A divindade, porém, inseparável da sua pessoa, permaneceu unida ao corpo e à alma, separados embora. Desta arte, a alma, unida à divindade, podia receber as adorações dos anjos; e o corpo, por igual sendo unido à divindade, podia receber as adorações que se tributam a Deus.

No momento da morte de Nosso Senhor, para proclamar a grandeza do acontecimento que acabava de suceder, o sol escureceu não sòmente para a Judéia, mas no mundo inteiro (são Dionísio o Areopagita assevera êste prodígio); a terra estremeceu; rochedos partiram-se, e podem-se ver ainda no Calvário vestígios dêstes transtornos. Enfim, mortos ressuscitaram e apareceram na cidade santa para afirmar que a Redenção estava cumprida.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Quando estamos na presença do crucifixo, consideremo-lo atentamente... Olhemos o Salvador pregado na cruz, os pés e as mãos traspassados com pregos, a cabeça coroada de espinhos, o lado aberto pela lança do soldado... Paremos nesta contemplação,

e perguntemo-nos a nós mesmos quanto Jesús Cristo sofreu. Então, como S. Paulo, digamos conosco, pois é uma verdade absoluta: "Cristo foi morto por mim, por causa dos meus pecados". Sim, por mim, como se eu tivesse sido no mundo o único pecador precisando de redenção. Mais de molde ainda vêm estas reflexões para quem se prepara à confissão.

§ II. — Redenção.

Idéia precisa da redenção. — Suas quatro qualidades: foi 1.° real; 2.° livre; 3.° superabundante; 4.° universal.

51. — *Que é o mistério da redenção?*

R. — *O mistério da redenção é o mistério de Nosso Senhor Jesús Cristo morto na cruz para remir todos os homens.*

A humanidade caída tinha que resolver êste problema: achar entre o céu e a terra medianeiro assaz grande, vítima bastante santa para expiar o crime da terra e acalmar o céu irritado. O pecado de Adão, nosso primeiro pai, e todos os pecados que a êste tinham seguido, formavam, por assim dizer, uma ofensa infinita, pois avalia-se a extensão da ofensa pela condição da pessoa ofendida e pela inferioridade da pessoa que comete a ofensa. A injúria feita a Deus pelo pecado do homem era, portanto, como que infinita. Ora, o homem, criatura limitada, finita e culpada, não podia oferecer a Deus reparação infinita, igual à ofensa. Veio Nosso Senhor Jesús Cristo: tomou nossa natureza para assumir toda a responsabilidade da raça humana. Igual em tudo a seu Pai, inocente, santo e infinito como êle, Deus e homem a um tempo, ficou em nosso lugar, satisfez por nós; apresentou suas obras que tinham valor infinito, sua oração, seu trabalho, seus sofrimentos, sua morte; e então, sendo a reparação perfeitamente igual à ofensa, e infinita como ela, êle nos remiu: é o que chamamos mistério da *Redenção.*

52. — *Quais são as quatro qualidades da redenção?*

R. — *A redenção que Jesús Cristo ofereceu a Deus por nós foi real, livre, superabundante e universal.*

Quatro qualidades ou condições principais teve a redenção que Jesús Cristo ofereceu por nós a Deus.

1.º Foi *real*, isto é, Jesús Cristo tomou realmente o nosso lugar; padeceu verdadeiramente e derramou seu sangue. Logo, satisfez a Deus de modo adequado e completo; e por causa dos sofrimentos e dos méritos infinitos de seu Filho, Deus realmente nos perdoou. É o que S. Paulo exprime dizendo: "Fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, e por êle havemos de ser salvos" (*Rom.*, v, 9-11).

2.º Foi *livre*. Segundo a justiça, nenhuma obrigação tinha Deus de remir-nos. A sua pura bondade e caridade imensa levaram Nosso Senhor a vir oferecer-se: daí resulta para nós o dever de uma gratidão sem limites.

3.º Foi *superabundante*. Com efeito, por terem seus atos valor infinito, Jesús Cristo, com uma oração, um ato qualquer de desagravo, uma gota de sangue, podia nos remir... Mas, consagrando-nos sua vida, suas penas, seu sangue todo e seus tormentos, fez mais do que era necessário, querendo assim manifestar-nos melhor seu amor e inspirar-nos mais horror ao pecado.

4.º Foi *universal*, isto é, a morte de Jesús Cristo foi oferecida para todos os homens em geral e para cada um de nós em particular, para os que precederam a reparação como para os que a seguiram, os cristãos e também os judeus, infiéis, e maiores pecadores. Para ter parte na redenção, basta querer e recorrer ao manancial da graça, isto é, aos sacramentos. Se há homens que não se salvam, a culpa é dêles sòmente.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O meio de aproveitarmos a redenção do Salvador, é unirmonos com êle. "Sou a videira, disse êle e vós sois os ramos. Cortado, não pode o ramo dar frutos por si mesmo. Assim, vós nada podereis fazer para a vossa salvação se não estiverdes unidos comigo... Mas aquele que permanece em mim e no qual permaneço, dará pingues frutos. Se não permanecer unido ao pé da vide, será um sarmento inútil, será enjeitado como galho estéril; dessecar-se-á, será apanhado para lenha, e há de arder sem consumir-se" (*S. João*, xv, 1 e seguinte).

Que significa isto, senão que o homem foi e fica perfeitamente rehabilitado na pessoa de Jesús Cristo? porém, se êle não participar pessoalmente nesta rehabilitação, "o Cristo de nada lhe valerá"; pelo contrário tem parte na graça da redenção se estiver unido com Jesús Cristo pela fé e as boas obras, e principalmente pela recepção dos *sacramentos*.

§ III. — Sepultura de Nosso Senhor. — Descida aos infernos.

53. — *Que significam estas palavras: Foi sepultado?*

R. — *Significam que, depois da morte, o corpo de Nosso Senhor Jesús Cristo foi envolto num lençol e depositado em um túmulo.*

Para a tarde da sexta-feira, vieram, a mando de Pôncio Pilatos, certificar-se da morte de Jesús. Os soldados partiram os membros dos dois supliciados; vendo porém, o Salvador já morto, não lhe quebraram os ossos. Um soldado lhe traspassou o coração com golpe de lança e da ferida jorrou sangue e água.

Com a licença do governador romano, dois discípulos, *José de Arimatéia* e *Nicodemo,* despregaram da cruz o corpo de Nosso Senhor, embalsamaram-no, conforme o uso dos Judeus e depositaram-no não longe do Calvário, em sepulcro cavado na rocha. Trancaram a entrada com pedra pesada. Então, os fariseus e sacerdotes judeus puseram os selos na pedra do sepulcro e deixaram junto do túmulo uma guarda composta de soldados romanos, "para que, diziam êles, os discípulos não viessem tirar o corpo e não espalhassem depois o boato de ter êle ressuscitado".

54. — *Que querem dizer estas palavras: desceu aos infernos?*

R. — *"Desceu aos infernos" quer dizer que depois da morte de Jesús Cristo, sua alma desceu ao limbo, onde os justos esperavam sua vinda para serem libertados.*

Os infernos, aos quais se alude aquí, não são o lugar de tormentos onde eternamente padecem os réprobos; mas êste vocábulo designa lugares vulgarmente chamados *limbos*, onde as almas dos justos, mortos na graça de Deus, aguardavam a sua libertação. Alí, não sofriam; desfrutavam até uma tal e qual ventura natural, porém não viam a Deus. Alí é que deviam estar Noé, Abraão, Isaac, Jacó, os patriarcas, os profetas, numa palavra: todos os que tinham sido fiéis à lei, pondo no Messias prometido toda a esperança. Eram almas santas; o céu, todavia, estava vedado aos homens desde o pecado de Adão, e só Nosso Senhor Jesús Cristo havia de no-lo franquear, entrando nêle, primeiro.

A chegada do Salvador àquele lugar de expectativa, trouxe a todas as almas justas júbilo imenso, pois era o anúncio e o penhor da sua libertação próxima. Não é, contudo, neste dia que elas entraram no céu; alí Jesús Cristo as levaria sòmente no dia da *Ascensão.*

CONCLUSÃO PRÁTICA

Para todos nós, há de chegar um momento, talvez próximo, em que entraremos nesta morada estreita e sombria que chamamos sepulcro. Oxalá mereçamos, por uma vida santa, entrar nela sem receio, como Nosso Senhor, com o sossêgo de uma esperança completa!

Também para nós, não será o túmulo senão breve passagem: "Senhor, exclama o profeta Daví, não deixareis minha alma no desamparo no seio da terra, não permitireis que o vosso santo veja a corrupção do túmulo... Vós me abristes os caminhos da vida; a contemplação da vossa face encher-me-á de alegria, e as felicidades que em mim derramar vossa direita não conhecerão resfriamento..." (*Salmos*, XV).

V.º ARTIGO

Ao terceiro dia ressurgiu dos mortos

§ único. — Ressurreição de Nosso Senhor Jesús Cristo.

Narração da ressurreição. — Provas dêste grande milagre: 1.º certeza da morte do Salvador; 2.º suas aparições; 3.º testemunho dos apóstolos e dos cristãos.

55. — *Como e quando se deu a ressurreição de Jesús Cristo?*

R. — *No terceiro dia depois da sua morte, isto é, na manhã do domingo 20 de março do ano de Roma 782, e 34 da era cristã, Jesús Cristo, por um ato do seu próprio poder, reuniu ao corpo a alma e saiu glorioso do túmulo.*

Era no despontar da aurora: vigiavam os soldados. Nenhum, contudo, viu o Salvador sair do sepulcro. Mas,

Jesús ressuscita.

neste momento, houve grande abalo na terra, e quando os guardas amedrontados voltaram do seu espanto, a lage que fechava a entrada do sepulcro estava derrubada; um anjo estava sentado em cima e o túmulo estava vazio.

Foi o que averiguaram as santas mulheres vindas de madrugada para os cuidados de uma sepultura mais completa; foi também o que viram os apóstolos, Pedro e João, que se apressaram para o túmulo, logo ao ouvirem os primeiros boatos da ressurreição de Nosso Senhor.

Todos os anos, no dia santo da Páscoa, celebramos o aniversário dêste fato memóravel que põe o remate à missão do Salvador e prova a divindade da sua pessoa e da sua obra.

56. — *Será a ressurreição de Jesús Cristo fato certo?*

R. — *Sim, entre os fatos históricos não há nenhum que seja mais solidamente demonstrado que a ressurreição de Jesús Cristo. É fora de dúvida que Jesús esteve realmente morto e é certo também que foi visto por várias pessoas durante os quarenta dias que ficou na terra após a ressurreição. Enfim, os apóstolos e os mártires não sacrificariam a própria vida, o cristianismo não lograria adeptos se êsse milagre não fosse patente.*

1.º É absolutamente fora de dúvida que Jesús Cristo estava realmente morto; a flagelação, a coroação de espinhos, a crucifixão, uma agonia de três horas, a perda de todo seu sangue, é, com certêza, mais do que se necessitava para causar a morte de Nosso Senhor. Aliás Pilatos o verificara antes de autorizar José de Arimatéia a tirar o corpo; também os soldados o sabiam, e é porisso que não lhe partiram as pernas. Por outra parte, o golpe de lança, vibrado no coração, era o bastante para dar a morte, e enfim, três dias de sepultura em túmulo fechado, sem luz, nem ar, nem comida, no meio de cem libras de perfumes, teriam asfixiado um homem de boa saúde. A morte de Nosso Senhor é, portanto, muito real e muito certa.

2.º Ora, não é nem menos real nem menos certo, que se tornou a ver Jesús Cristo vivo, não só um dia, mas por

quarenta dias que passou na terra depois da ressurreição, e neste ponto, são muitos os testemunhos. O Evangelho menciona *dez aparições* diferentes, várias das quais alí vêm pormenorizadas. Eis as principais:

No mesmo dia da ressurreição, de manhã, Jesús apareceu a *Maria Madalena;* depois, às santas mulheres, que vinham para terminar a embalsamação; a S. Pedro; de tarde, aos *dois discípulos de Emaús;* depois aos *dez apóstolos,* reunidos no Cenáculo, faltando são Tomé.

No domingo imediato, apareceu de novo Jesús Cristo no Cenáculo (*São Tomé* achando-se presente com os mais apóstolos) e mandou ao discípulo incrédulo que lhe tocasse as feridas; êste, perfeitamente convencido, exclamou: "Meu Senhor e meu Deus!" Outro dia, mostrou-se num *monte de Galiléia,* na presença de quinhentas e tantas testemunhas; depois, nas margens do *lago de Genesaré* onde houve outra pesca milagrosa; enfim, no dia da *Ascensão,* no monte das *Oliveiras,* à vista de numerosa multidão a quem queria mostrar o último milagre.

3.º O que abona ainda o fato da ressurreição é o testemunho dos apóstolos, dos mártires e de todos os primeiros cristãos. É sabido que a princípio, os apóstolos todos eram incrédulos: deram fé na ressurreição sòmente pela evidência, e não se podiam iludir a respeito de um fato que viam com os olhos e tocavam com as mãos. Creram; e não só creram, como também sofreram todos a morte para confessar sua fé em Jesús Cristo e na ressurreição. Outro tanto fizeram as mais testemunhas apesar das ameaças, das perseguições e da morte.

Enfim, era preciso que êste fato fosse patente, evidente, para dar como resultado a conversão de tantos judeus e pagãos. Ninguém podia ser cristão, que não acreditasse na ressurreição de Jesús Cristo. Era êste fato um dos maiores testemunhos para os quais apelava

S. Paulo afim de converter os povos, e conseguir seu intento. Com efeito, nada há que melhor prove a divindade de Nosso Senhor e da sua religião do que esta ressurreição gloriosa, previamente anunciada na face de um povo inteiro e levada a efeito pelo próprio poder de Jesús.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Si Jesús Cristo não ressuscitou, escrevia S. Paulo, nossa fé é vã; se êle ressuscitou, logo, também nós havemos de ressuscitar. Ora, Cristo, primícias dos que dormem, ressuscitou dentre os mortos; após êle ressuscitarão aqueles todos que creram na vinda" (I *Cor.*, xv). É esta a nossa fé, e é também a nossa esperança; mas repara o Evangelho, e era a própria palavra que Jesús ressuscitado dirigia aos discípulos de Emaús. "Foi preciso que o Cristo sofresse antes de entrar na glória". Volvamos o olhar, pois, para o nosso modêlo e, se como êle, quisermos participar da ressurreição gloriosa, como êle também, morramos para o orgulho, o egoísmo, os bens dêste mundo. Para nós, tal morte será o caminho da vida.

VI.º E VII.º ARTIGOS

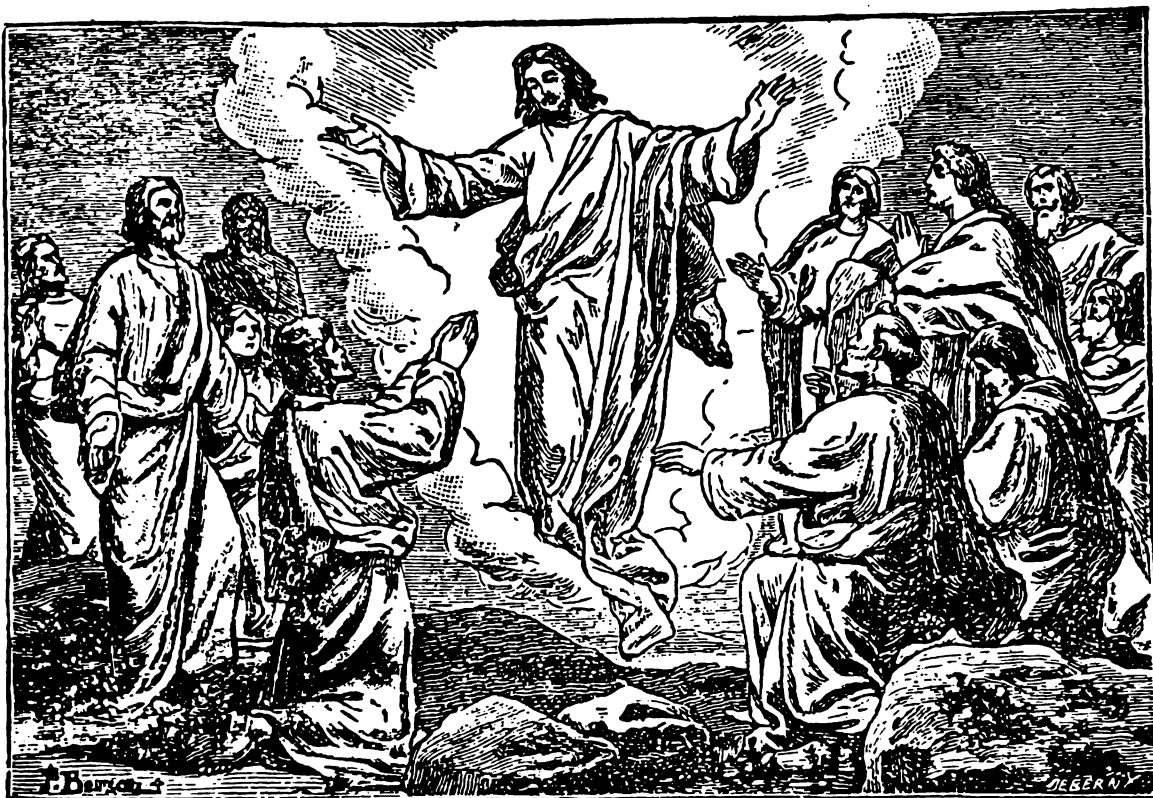
Subiu ao céu, está sentado à mão direita de Deus, padre todo poderoso, donde há de vir a julgar os vivos e os mortos.

§ único. — Ascensão de Nosso Senhor.

Narração da ascensão de Nosso Senhor. — As razões da ascensão. — Volta do Salvador no fim do mundo para julgar os homens.

57. — *Contai a ascensão de Nosso Senhor Jesús Cristo.*

R. — *Numa quinta-feira, quarenta dias após a ressurreição, Jesús atravessou as ruas de Jerusalém com numerosos discípulos. Em Betania, nas encostas do monte das Oliveiras, deu-lhes os derradeiros conselhos e elevou-se ao céu com o rosto e as vestes resplandecentes.*

Quando N. S. J. C. acabou de passar quarenta dias na terra, depois da ressurreição, ora mostrando-se aos discípulos para os instruir ainda e convencê-los, ora desaparecendo para os acostumar com sua ausência, Nosso Senhor reuniu de novo seus apóstolos em Jerusalém, no Cenáculo. Era na *quinta-feira, quadragésimo* dia depois

Por virtude própria, Jesús sobe ao céu.

da ressurreição (28 de abril do ano 782 de Roma, 34.º da era cristã). Era chegada a hora de voltar para seu Pai. Jesús atravessou as ruas da cidade com seus discípulos cujo número ia avultando enquanto caminhavam; conduziu-os em Betania, e dalí à encosta do monte que havia de presenciar o prodígio da ascenção. Deu-lhes os derradeiros conselhos e a bênção, e, à vista dêles, elevou-se majestosamente para o céu, com o rosto e as vestes resplandecentes de luz.

Ficavam as testemunhas de olhos fitos no céu, a ver se Jesús não tornava a aparecer. Baixaram à terra dois anjos que vieram dizer: "Homens de Galiléia, êste Jesús

que acabais de ver subindo ao céu, dalí, na mesma forma, há de descer um dia" (*Atos dos apóstolos,* I). Tal é o acontecimento que rememora anualmente a *festa da Ascensão.*

58. — *Porque subiu Jesús Cristo ao céu?*

R. — *Jesús subiu ao céu, para: 1.º recompensar a sua santa humanidade pelos trabalhos e sofrimentos que tivera; 2.º abrir-nos as portas da morada celestial; 3.º servir-nos de advogado e medianeiro junto a seu Pai.*

1.º Para que sua santa humanidade gozasse da felicidade e da glória que merecera por seus trabalhos e sofrimentos. Alí "está sentado à mão direita de Deus Padre Todo Poderoso"; isto significa que Jesús Cristo está agora na mansão do repouso e da glória, ocupando lugar de honra junto de seu Pai, e com o mesmo poder.

2.º Subindo ao céu, Nosso Senhor queria, como êle próprio tinha anunciado, abrir-nos as portas da morada celeste, e preparar-nos um lugar e uma coroa em seu reino. De fato, é no dia da Ascensão que Jesús Cristo introduziu no céu a multidão dos eleitos que aguardavam a libertação e podemos esperar que um dia, como êles, alí entraremos.

3.º Jesús Cristo está agora no céu para exercer, junto de seu Pai, uma *mediação* contínua e todo poderosa em nosso favor; desempenha as funções de advogado e pontífice, isto é, continua intercedendo por nós junto de Deus. São João, no *Apocalipse,* o viu debaixo da figura de um cordeiro imolado ao pé do trono do Eterno, para mostrar que Jesús tem no céu as cicatrizes de suas chagas e as oferece, de contínuo, com sua morte, pelo perdão dos nossos pecados. "Com tal pontífice e tal medianeiro, conclue S. Paulo, fiquemos cheios de confiança!"

59. — *Explicai as palavras do sétimo artigo: Donde há de vir a julgar os vivos e os mortos.*

R. — *Exprimimos assim nossa fé no dogma da ressurreição geral e do juízo último.*

O próprio Jesús Cristo tinha anunciado aos seus discípulos e perante o tribunal de Caifaz, que havia de voltar à terra para julgar os vivos e os mortos. Os anjos, no dia da Ascensão, repetiram esta importante verdade. Quem há de aparecer no fim do mundo, é o mesmo Jesús, com o corpo glorificado, como estava no dia em que se elevou ao céu; e, conforme explicaremos nos capítulos dos *Novíssimos,* não julgará sòmente quem já estiver morto, senão que os próprios vivos hão de morrer primeiro, e então hão de ressuscitar para serem julgados com os mais homens no vale de Josafá, no dia do *Juízo geral.*

CONCLUSÃO PRÁTICA

Eliseu, ao ver seu mêstre, o profeta Elias, levado ao céu, em carro de fogo, exclamava: "Ó pai, por toda a parte vos seguirei, não hei de abandonar-vos!"

Exclamemos, nós também, à vista do nosso Redentor subindo para a glória: "Ó Mestre, quero seguir-vos ao céu!"

Mas, aí vem santo Agostinho que nos diz: "Não sobe o orgulho ao céu com o Deus da humildade, nem a avareza com o Deus pobre, nem a moleza com Deus das dores, nem a voluptuosidade com o Deus casto, nem vício algum com o pai de todas as virtudes". Para o alto, portanto, voem os pensamentos e os corações! Mas deixemos, cá em baixo, o despôjo dos nossos pecados, que nos haviam de estorvar a ascensão.

VIII.º ARTIGO

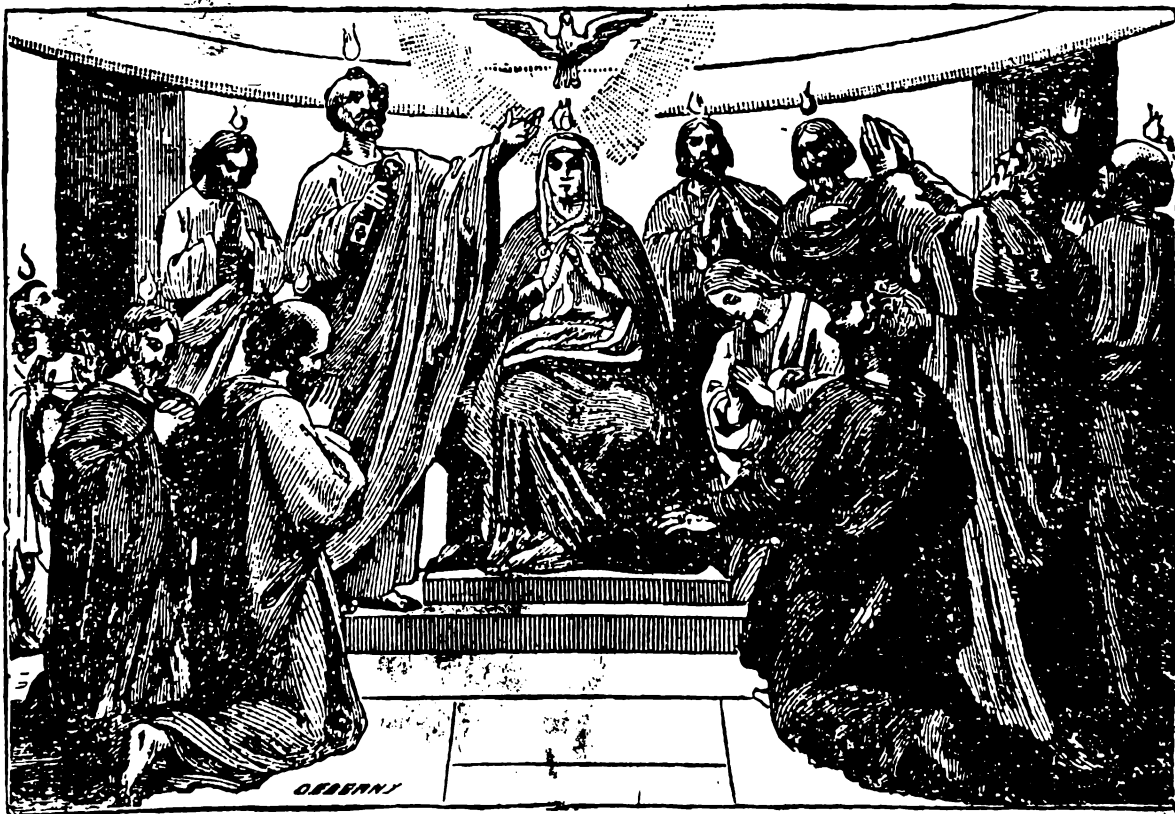
Creio no Espírito Santo

§ único — Espírito Santo.

Conhecimento do Espírito Santo. — Suas manifestações e seus símbolos. — Obra particular do Espírito Santo: a santificação.

60. — *Quem é o Espírito Santo?*

R. — *O Espírito Santo é a terceira pessoa da santíssima Trindade, que procede do Padre e do Filho e tem a mesma natureza que êles.*

Já o temos dito falando da Trindade, o Espírito Santo procede do Padre e do Filho por efeito do amor: é o fruto do afeto eterno do Padre para com o Filho, e

O Espírito Santo desce sôbre os apóstolos e os transforma.

o eterno amor de gratidão do Filho para com o Padre. É um só Deus com as duas outras pessoas, às quais é igual em tudo, possuindo a mesma natureza divina.

A sua divindade foi impugnada pelo herege Macedônio, no século quarto, o que deu logar, no concílio

de Constantinopla, reunido em 381, a que fosse definida explicitamente esta verdade que lemos no símbolo da missa: "Creio no Espírito Santo, que é também Senhor, e dá a vida, procede do Padre (e do Filho) (1), é adorado e glorificado juntamente com o Padre e o Filho, e falou pelos profetas".

61. — *Manifestou-se o Espírito Santo ao mundo?*

R. — *O Espírito Santo pairou sôbre o mundo para comunicar-lhe a fecundidade e a vida; falou pelos profetas do Antigo Testamento; mostrou-se de modo visível no batismo de Nosso Senhor Jesús Cristo, em forma de pomba; na transfiguração sob as aparências de nuvem e, no dia do Pentecostes, nas línguas de fogo que desceram sôbre os apóstolos.*

No princípio, o Espírito Santo tinha pairado por sôbre o mundo para comunicar-lhe a fecundidade e a vida, e, no correr das idades, tinha falado pelos profetas; manifestou-se no Novo Testamento de modo visível:

1.º No batismo de Nosso Senhor, debaixo da forma de *pomba,* para mostrar que é a mansidão, a inocência, o amor fiel.

2.º Na transfiguração de Jesús Cristo no monte Tabor. Apareceu então sob a forma de *nuvem* luminosa para mostrar que sua ação benfazeja tempera os ardores muito vivos, ilumina sem deslumbrar, aquenta sem consumir.

3.º Manifestou-se especialmente no dia do Pentecostes, quando desceu sôbre os apóstolos sob a forma de *línguas de fogo.*—Estes sinais externos indicavam os maravilhosos efeitos que a vinda do Espírito Santo havia de produzir nas almas dos apóstolos, e mais tarde, em todos os cristãos, de modo menos patente, mas espiritual e invisível. O Espírito Santo revestia o sinal da luz para significar que

(1) Esta parte: e do Filho, Filioque, foi acrescentada sòmente no comêço do século IX.

dava aos apóstolos perfeita inteligência das verdades ensinadas por Nosso Senhor Jesús Cristo; as línguas indicavam o dom milagroso, que êles recebiam de entender e falar as diversas línguas dos povos que tinham de evangelizar; o fogo, enfim, indicava os ardores da caridade, o grande zêlo, a grande coragem que haviam de animar os apóstolos para irem prègar o Evangelho ao mundo inteiro.

62. — *Para os outros cristãos, qual é a ação particular do Espírito Santo?*

R. — *A ação particular do Espírito Santo, em relação a cada um de nós, é a santificação. Opera em todos os sacramentos e, principalmente, na confirmação e na ordem. Inspira e dirige a santa Igreja e habita, de módo especial, nas almas dos justos.*

A ação particular do Espírito Santo, em relação a cada um de nós, é a *santificação;* êle é quem invisivelmente comunica às nossas almas a graça que as faz santas. Vemo-lo operando em todos os sacramentos: purificando-nos e fazendo-nos filhos de Deus no *batismo,* reconciliando-nos com Deus na *penitência,* vivificando em nosso benefício a carne e o sangue de Jesús Cristo na *Eucaristia,* purificando e fortificando o enfêrmo na *extrema-unção,* santificando os cônjuges no *matrimônio* para os auxiliar no cumprimento de seus deveres.

Há, todavia dois sacramentos nos quais o Espírito Santo se comunica mais especial e eficazmente: é a *confirmação* na qual recebemos a plenitude dos seus dons, e a *ordem,* na qual o ministro de Jesús Cristo recebe a plenitude da luz, da fôrça e da santidade, como os apóstolos, para cumprir fielmente seus deveres e fazer dignamente a obra de Deus.

Enfim, o Espírito Santo habita de modo particular na alma dos justos; é sua luz, sua fôrça, seu consôlo. É êle ainda que, depois de ter presidido à fundação da

Igreja, a conduz, dirige, e por ela continua a santificar as almas.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Se o Espírito Santo é a luz, a êle devemos recorrer nas trevas ou nas dúvidas; se é o consôlo, devemos implorá-lo em nossas tristezas; se é a fôrça, devemos pedir-lhe socorro em nossas fraquezas e misérias.

"Com o Espírito de Deus por Mestre, diz o papa são Leão, breve chegamos a gostar daquilo que nos parece difícil e austero".

As orações da Igreja têm eficácia particular; não podemos encarecer demais a recitação do hino *Veni Creátor* e da sequência *Veni, sancte Spíritus,* que são do ofício do Pentecostes; encerram as mais belas e mais tocantes súplicas ao Espírito Santo. Os cristãos piedosos costumam santificar o trabalho e os principais atos pelo *Veni sancte...* e a *Ave Maria.*

Vinde, Espírito Santo, enchei o coração dos vossos fiéis, e acendei nêles o fogo do vosso amor.

V. Enviai, Senhor, vosso Espírito para êle nos dar nova vida.

R. E renovareis a face da terra.

OREMOS

Deus, que iluminais os corações dos vossos fiéis com as luzes do Espírito Santo, dai-nos pelo mesmo Espírito a reta sabedoria e fazei-nos gozar sempre da sua consolação. Por Jesús Cristo Senhor Nosso. Assim seja.

Ave Maria, etc.

Veni, sancte Spíritus, reple tuórum corda fidélium, et tui amóris in eis ignem accénde.

V. Emítte Spíritum tuum, et creabúntur.

R. Et renovábis fáciem terrae.

ORÉMUS

Deus, qui corda fidélium sancti Spíritus illustratione docuísti da nobis in eódem Spíritu recta sápere, et de ejus semper consolatióne gaudére. Per Christum Dóminum Nostrum. R. Amen.

Ave Maria, etc.

IX.º ARTIGO

Creio na Santa Igreja Católica, na comunhão dos santos

Divisão do assunto.

63. — *Que ensinos contém o nono artigo do símbolo?*

R. — *Êste artigo trata da Igreja, da sua instituição e constituição, do seu poder de ensinar, dos caracteres que a distinguem, dos seus membros e do dogma da comunhão dos santos.*

Estes diversos assuntos vêm tratados em outros tantos parágrafos.

§ I. — Instituição e constituição da Igreja.

Noção da Igreja. — Sua instituição. — Constituição da Igreja primitiva e atual. — Soberano Pontífice, bispos, fiéis.

64. — *Que é a Igreja?*

R. — *A santa Igreja católica é a sociedade de todos os cristãos que professam a mesma fé, e recebem os mesmos sacramentos, sob a obediência dos legítimos pastores e principalmente do papa.*

A palavra *igreja* vem de um vocábulo grego que significa *assembléia.* Define-se a Igreja: a sociedade dos cristãos, governados por nosso santo padre o papa e pelos bispos debaixo da autoridade do papa.

Convém esta definição à Igreja verdadeira, estabelecida por Nosso Senhor Jesús Cristo, e veremos que cabe à *Igreja católica romana,* e a ela só. Reparemos desde já que, para ser membro desta Igreja, é preciso: 1.º ser cristão, isto é, ser batizado e crer em Jesús Cristo; 2.º reconhecer como chefe supremo o pontífice romano que ocupa visivelmente na terra o lugar de Jesús Cristo, fundador e chefe invisível da Igreja; e 3.º obedecer aos

pastores *legítimos*, isto é, aos que estão regularmente estabelecidos, e permanecem submissos à autoridade do papa.

65. — *Narrai a instituição ou estabelecimento da Igreja.*

R. — *Jesús Cristo congregou doze discípulos, que chamou apóstolos. Deu-lhes o poder de comunicar a outros os ensinos e direitos que lhes tinha transmitido.*

Além dos apóstolos, Nosso Senhor teve outros discípulos e a multidão sempre crescente dos que creram na sua palavra.

Vindo na terra para fundar uma sociedade religiosa de fiéis, iniciou Jesús Cristo esta obra no primeiro ano do seu ministério público. Congregou primeiro doze discípulos que chamou *apóstolos* ou enviados. Ensinou-os e, como queria que fossem seus auxiliares e sucessores no govêrno da Igreja, êle os fez *bispos* dando-lhes o poder de comunicarem a outros os ensinos e direitos que êle mesmo lhes tinha transmitido.

Além dos apóstolos, Nosso Senhor teve discípulos, de ordem inferior, em número de setenta e dois no comêço, avultando êles sempre mais com a multidão dos que creram na sua palavra.

No dia imediato a Pentecostes, mercê das numerosas conversões que fizera são Pedro, contava a Igreja em Jerusalém oito mil prosélitos, e achava-se fundada com tôdas as condições de uma sociedade bem estabelecida.

66. *Dai a conhecer a constituição primitiva e atual da Igreja.*

R. — *Jesús Cristo, antes de deixar a terra deu a S. Pedro a primazia sôbre os demais apóstolos. Estes, no govêrno da multidão dos fiéis, eram auxiliados pelos discípulos.*

A constituição da Igreja é, hoje, absolutamente a mesma. No vértice, o papa, sucessor de Pedro, chefe visível de toda a Igreja. Abaixo, os bispos, sucessores dos

apóstolos. Para ajudá-los, os vigários e sacerdotes. Enfim, os simples fiéis formam o rebanho confiado à solicitude dos pastores.

No princípio, os apóstolos eram todos iguais e não tinham senão um chefe, Jesús Cristo. Porém, antes de deixar êste mundo, quis Jesús Cristo instituir um *vigário* ou sucessor. Escolheu a Simão Pedro, declarou que queria fazê-lo base e alicerce da sua Igreja, prometeu-lhe as chaves do reino dos céus e o encarregou de apascentar ou governar o rebanho inteiro, pastores e fiéis. Esta providência rematou a constituição da Igreja.

"Quem vos escuta, me escuta. — Ide, ensinai todas as nações... Estarei convosco até a consumação dos séculos."

Vemos nela a jerarquia assim estabelecida: no vértice, *Pedro*, seu chefe supremo; abaixo, os *apóstolos* que administram e governam, ajudados por auxiliares escolhidos entre os primeiros discípulos; enfim, a *multidão* dos fiéis, que escuta e obedece.

A constituição da Igreja, hoje em dia, é exatamente a mesma. Temos no vértice, *nosso santo padre o papa,* vigário de Jesús Cristo, sucessor de são Pedro, chefe visível de tôda a Igreja, pai e doutor de todos os cristãos.

Abaixo, os *bispos,* sucessores dos apóstolos, encarregados do govêrno espiritual das dioceses, sob a autoridade do nosso santo padre o papa. São auxiliados pelos *vigários* e *sacerdotes,* seus coadjutores, que trabalham sob a sua autoridade, na salvação das almas; alguns, como os vigários, dirigem uma freguesia; outros, como os coadjutores e capelães, são auxiliares.

Os *simples fiéis* formam, como outrora, o rebanho confiado à solicitude dos pastores.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Jesús Cristo, diz S. Paulo, amou a sua Igreja até entregar-se à morte por ela" (*Ef.,* v.) E' êste mesmo sentimento que, no decorrer dos séculos, norteou sempre os pastores da Igreja. Papa, bispos, sacerdotes, todos amam a Igreja, dedicam-se, sacrificam-se por sua causa.

Em pagá, estremeciam os primeiros cristãos aos seus chefes jerárquicos. Com que gratidão respeitosa rodeavam S. Pedro, os apóstolos e os sacerdotes, que lhes traziam a verdade e a graça!... Filhos e herdeiros dos primeiros cristãos, amemos o soberano pontífice, os bispos, os sacerdotes... Muito de coração, rezemos por êles. Desta união há de brotar a fôrça, e realizaremos o voto de Nosso Senhor: um só rebanho e um só pastor!

§ II. — Ensino da Igreja.

Poder de ensinar confiado aos pastores. — Fontes do ensino: 1.º Escritura sagrada; 2.º tradição; 3.º concílio. — Infalibilidade: 1.º da Igreja em geral; 2.º do papa em particular.

67. — *A quem é que o poder de ensinar foi confiado por Jesús Cristo?*

R. — *O poder de ensinar foi confiado por Nosso Senhor Jesús Cristo a S. Pedro e aos apóstolos, e na pessoa dêstes, ao papa, sucessor de S. Pedro e aos bispos, sucessores dos apóstolos.*

Aos apóstolos reunidos, — Pedro estando na frente dêles, — disse Nosso Senhor: "Ide, ensinai, todas as nações... Ensinai-lhes a guardar o que eu próprio vos confiei... Eis que estarei convosco até a consumação dos séculos" (*S. Mat.*, XXVIII).

A S. Pedro, em particular, disse Jesús Cristo: "Apascenta meus cordeiros, apascenta minhas ovelhas" (*S. João,* XXI), isto é, instrue, faze viver da verdade meu rebanho todo, a Igreja inteira, pastores e fiéis.

Passou êste poder do ensino ao papa e aos bispos, pois devia durar até a consumação dos séculos. São êles que continuam a ser mestres do ensino, que ficam únicos juízes da doutrina, que a explicam e a resguardam de todo o êrro. Agremiam, contudo, para o desempenho desta missão de instruir os fiéis, auxiliares que são os sacerdotes. E êste corpo congregado dos pastores forma o que se chama *Igreja docente,* enquanto os fiéis são a *Igreja discente.*

68. — *Donde tira a Igreja seu ensino?*

R. — *A Igreja tira o seu ensino da Sagrada Escritura, da tradição e dos concílios.*

1.° Da *Escritura Sagrada,* cujos principais livros, quer do Antigo, quer do Novo Testamento, já enumeramos (n.° 3). Alí é que se acha escrita a palavra de Deus; alí é que estão encerradas as verdades reveladas por Deus e que os pastores devem transmitir aos fiéis.

2.°. Da *tradição:* assim apelidamos a palavra de Deus, vinda dos apóstolos até os nossos dias sem ser escrita, mas comunicada primeiro oralmente.

3.° Dos *concílios.* Damos êste nome às grandes *assembléias* da Igreja docente. O concílio é chamado *geral* ou ecumênico, quando representa a Igreja universal, tendo sido convocados todos os bispos e sendo êle presidido pela autoridade do papa e sancionado por êle; *nacional,*

quando se reunem os bispos de uma nação sob a presidência de um delegado do papa; *provincial,* quando consta dos bispos de uma provincia eclesiástica, sob a presidência de um patriarca, metropolitano ou arcebispo.

As decisões dos concílios, especialmente dos concílios gerais, são a matéria do ensino da Igreja.

69. — *Na Igreja, como são garantidas a integridade e a exatidão do ensino.*

R. — *A integridade e a exatidão do ensino são garantidas na Igreja pelo privilégio da infalibilidade.*

Entende-se por esta palavra a prerrogativa que Jesús Cristo deu à sua Igreja de não poder enganar-se no ensino da verdade religiosa. Envolve, esta infalibilidade, duas cousas: 1.º a assistência divina que preserva a Igreja de qualquer êrro: é o que se chama infalibilidade *negativa;* 2.º e o poder de formular decisões dogmáticas ou morais obrigatórias para todos os cristãos: é o que se denomina infalibilidade *positiva.*

O privilégio da infalibilidade resulta da promessa formal de Nosso Senhor: "Eis, diz êle, que estarei convosco até a consumação dos séculos" (*S. Mat.,* XXVIII, 20). Alí onde está Jesús Cristo, aí está a autoridade: aí não pode existir o êrro.

Notemos, entretanto, que esta promessa não respeita senão a religião, e portanto, a Igreja é infalível sòmente nas questões de fé, costumes ou disciplina geral.

70. — *A quem cabe o privilégio da infalibilidade?*

R. — *Êste privilégio cabe: 1.º à Igreja em geral; 2.º ao papa em particular.*

I. A Igreja em geral é infalível; a promessa que aduzimos era dirigida ao colégio dos apóstolos, sendo Pedro o chefe. Em consequência, passa êste privilégio,

não a cada bispo pessoalmente, senão à *congregação dos bispos* em geral, tendo como cabeça, o Sumo Pontífice. Disto resulta que, em matéria de fé, pode um bispo enganar-se; a totalidade dos bispos, porém, nunca. Porisso é que a Igreja é infalível: 1.° no sentido *positivo,* quando, reunida em concílio geral, debaixo da autoridade do papa, ela decide que uma doutrina respeitando a fé ou os costumes deve ser acreditada e aceita por tôda a Igreja; 2.° e no sentido *negativo* quando, sem ser reunida em concílio, mas ficando dispersa, acha-se ensinando de comum acôrdo e em união com o soberano pontífice, um ponto de fé ou de moral. Com efeito, prometeu Jesús Cristo estar com sua Igreja "todos os dias" e não sòmente quando estivesse reunida. Êle a resguarda, pois, do êrro ainda que dispersa, embora a Igreja não possa formular definição moral ou dogmática estando ausente o papa, que é seu chefe, fonte da sua infalibilidade positiva, órgão principal e essencial das suas definições.

Em matéria de religião, o papa é infalível.

II. Afora a infalibilidade concedida à Igreja em geral, *possue o papa individualmente* o mesmo privilégio da *infalibilidade,* quando fala, como se diz, *ex cáthedra,* isto é, quando, desempenhando suas funções de pastor e doutor de todos os cristãos, em virtude da sua suprema

autoridade apostólica, expõe, para a Igreja inteira, uma decisão a respeito da fé e dos costumes.

Êste privilégio da infalibilidade pessoal do papa resulta de promessas especiais feitas a S. Pedro, e na pessoa dêste, aos seus sucessores. Nosso Senhor lhe disse: "Tu és Pedro, e nesta pedra edificarei minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela" (*S. Mat.*, XVII). Se Pedro chegasse a ensinar o êrro, havia o inferno de prevalecer contra a verdade, o que é oposto à promessa divina.

Disse-lhe mais: "Rezei por ti, para que não desfaleça a tua fé. Quando convertido, fortalece teus irmãos" (*S. Lucas,* XXII). Ora, a oração de Nosso Senhor é eficaz; resulta que Pedro, encarregado de fortalecer os outros, não pode cair em êrro.

Enfim, por três vezes, disse-lhe Jesús Cristo: "Apascenta minhas ovelhas, apascenta meus cordeiros" (*S. João,* XXI). Ora, se acontecesse S. Pedro ou seu sucessor ensinar o êrro, já não seria mais guia do rebanho, senão que êle próprio careceria ser encaminhado de novo para a verdade; seria o contrário daquilo que reza a ordem de Jesús.

Estes são os testemunhos nos quais o concílio geral do *Vaticano* se firmava, quando, a 18 de julho de 1870, apelando neste ponto para a tradição antiga, proclamou a infalibilidade pontifical dogma de fé, que os cristãos têm de admitir, sob pena de caírem na heresia.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Jesús Cristo disse aos apóstolos e seus sucessores: "Quem vos escuta, a mim escuta; quem vos despreza, a mim despreza". Quando obedece aos pastores da Igreja, um cristão tem certeza de não se iludir: é a Jesús Cristo que obedece. Se por outra parte, chegasse a desprezar os ensinos da Igreja, teria que recear o juízo do próprio Jesús Cristo.

Louvado seja o Salvador Jesús por nos ter dado dupla garantia, dupla certidão: a Igreja e o papa; dupla autoridade para conservarmos a fé verdadeira: o concílio e a cadeira infalível do pontífice romano!

"Santa Igreja romana, mãe das igrejas e mãe de todos os fiéis, Igreja escolhida por Deus para unir seus filhos na mesma fé e na mesma caridade, com tôdas as veras da nossa alma, amaremos e defenderemos tua unidade. Antes de eu olvidar-te, Igreja romana, olvide-me eu a mim próprio. Fique sêca a minha língua e pregue-se ela imóvel na minha bôca, se não fores sempre a primeira na minha lembrança, se eu não te puser no princípio de todos os meus cânticos de alegria!" (Bossuet).

§ III. — Caracteres ou sinais da Igreja.

Diversas igrejas cristãs: 1.º Igreja católica; 2.º igrejas protestantes; 3.º igrejas cismáticas. — Noções sôbre os caracteres da verdadeira Igreja: 1.º unidade; 2.º santidade; 3.º catolicidade; 4.º apostolicidade. — Aplicação à Igreja católica que os possue em grau eminente. — Faltam nas outras igrejas.

71. — *Deve haver, na terra, várias Igrejas verdadeiras?*

R. — *Não, Nosso Senhor Jesús Cristo estabeleceu uma só Igreja; êle a fez depositária e guarda dos seus ensinos, da sua autoridade e dos seus poderes; quís que houvesse um só rebanho e um só pastor. Portanto, deve haver na terra uma única Igreja verdadeira.*

Vemos, entretanto, várias igrejas *cristãs*, reconhecendo Jesús Cristo como chefe e seu Evangelho como lei, diferindo porém na crença e no culto, e que pretendem igualmente estar de posse da verdade. Estas igrejas formam três grupos principais: 1.º a *Igreja católica;* 2.º as *igrejas protestantes;* 3.º as *igrejas cismáticas*, grega ou russa.

A Igreja *católica*, também chamada Igreja *romana*, por ter ela como chefe nosso santo padre o papa, cuja sede está em Roma, é a mais antiga e mais numerosa: remonta até os apóstolos e Jesús Cristo.

As *igrejas protestantes* tiveram seu comêço no século XVI; formam três seitas principais: os *luteranos*, que

reconhecem Lutero como chefe e são mais numerosos na Alemanha; os *calvinistas,* cujo chefe é Calvino, acham-se na Suíça e na França; os *anglicanos, que* reconhecem como fundadores Henrique VIII e Isabel, ocupam especialmente a Inglaterra, sendo o rei ou a rainha chefe religioso do *anglicanismo.*

Enfim, as igrejas cismáticas remontam ao século IX. Fócio, patriarca de Constantinopla, deu origem, naquela época, ao cisma grego consumado no século XI por Miguel Cerulário: encontra-se ainda no Oriente. No século XV, a Rússia, obedecendo ao patriarca de Moscou, separou-se de Constantinopla; e, no comêço do século XVIII, Pedro o Grande constituiu definitivamente a *Igreja russa,* a cuja frente estabeleceu o *Santo Sínodo,* sendo os membros dêste nomeados por êles: esta escolha ficou privilégio do czar ou imperador da Rússia. Por êsse fato, caíu a Igreja russa mais ou menos sob a dependência do poder temporal.

É evidente que não tendo J. C. fundado senão uma única Igreja, não podem essas sociedades diferentes, achar-se, ao mesmo tempo, na verdade.

72. — *Quais são os caracteres da verdadeira Igreja?*

R. — *Os caracteres da verdadeira Igreja são a unidade, a santidade, a universalidade e a apostolicidade.*

Se os quisermos conhecer, é preciso consultarmos o Evangelho, onde acharemos a vontade exata de Jesús Cristo, a respeito da Igreja que fundou.

Ora, notamos: 1.º que Jesús Cristo prègou uma única religião, enviou os apóstolos a prègarem a mesma doutrina, e quís que todos os membros da sua Igreja obedecessem a um mesmo pastor. A Igreja, portanto, deve ser *una,* e a unidade, que será o seu primeiro caráter, deve abranger unidade de crença, de sacramentos, de govêrno.

2.º Jesús Cristo, ao estabelecer a Igreja, quís que por ela se santificassem todos os homens; deixou-lhe, neste intuito, uma doutrina santa e santificante, e meios de santificação, que não devem permanecer estéreis, senão manifestar-se por obras santas. Portanto, sua Igreja deve ser *santa,* e a santidade, que será o seu segundo caráter, não deve ser sòmente interior, mas exterior e real; não bastará que possua doutrina e sacramentos adequados à santificação dos fiéis, mas terá ainda de mostrar santos, heróicos na prática da virtude, operando milagres e dando frutos de conversão e de caridade.

3.º Jesús Cristo quís que a sua religião fosse difundida entre todos os povos, até o extremo da terra, e os apóstolos fizessem quanto possível para anunciá-la a tôda e qualquer criatura. Portanto, a Igreja deve abranger todos os países e todos os tempos; será, pois, *universal* ou *católica,* e êste terceiro caráter da Igreja diz respeito, no mesmo tempo, ao espaço e ao número.

4.º Enfim, Nosso Senhor escolheu os apóstolos para que fossem seus discípulos e depois propagassem a sua doutrina. Logo, a Igreja verdadeira deve ser *apostólica,* e êste quarto caráter consta de duas partes: deve ser apostólica quanto ao ministério, isto é, os pastores para serem legítimos, precisam remontar aos apóstolos por uma sucessão não interrompida; è apostólica quanto à doutrina, isto é, a verdadeira Igreja não deve ter alterado a doutrina dos apóstolos.

Donde concluímos haver quatro caracteres da verdadeira Igreja: uma, santa, católica, apóstolica.

73. — *Possue a Igreja católica romana os quatro caracteres da verdade?*

R. — *Sim, ela os possue de maneira admirável, o que não acontece com as demais sociedades cristãs.*

1.º *A Igreja católica* é uma. Tem unidade de doutrina; todós os fiéis que dela fazem parte, acreditam nas

mesmas verdades e admitem o mesmo símbolo; — tem unidade de sacramentos, pois quem não os admite todos não é católico; — tem unidade de chefe, pois, reconhecer o pontífice romano como suprema autoridade é um dos requisitos para ser católico.

2.º *É santa.* Possue doutrina santa e santificante: o Evangelho, em toda sua integridade; — meios de santificação verdadeiramente eficazes: os sacramentos; — e a santidade da Igreja patenteia-se por sinais exteriores: obras de caridade, frutos de conversão entre os infiéis e, na sociedade, a presença de *santos* que mereceram ser inscritos no rol dos eleitos que podemos invocar, e portanto, praticaram virtudes heróicas e fizeram milagres.

3.º *A Igreja romana é verdadeiramente católica,* ou universal. Com efeito, está espalhada em todas as partes do mundo: conta membros seus em todos os continentes e nas ilhas mais longínquas em que as outras igrejas não penetraram. Sôbre ocupar o espaço de maior extensão, tem ainda superioridade quanto ao número; hoje, há 380.000.000 de católicos;

157.000.000 de cismáticos; 212.000.000 de hereges e mais cristãos não católicos;

510.000.000 de confucionistas, budistas, etc.

sôbre 1.900.000.000 de habitantes na terra.

4.º Enfim a *Igreja católica é verdadeiramente apostólica:* pois, com o símbolo dos apóstolos, conservou toda a doutrina, todo o ensino dêles; por seu ministério ainda ou seu govêrno, é apostólica. Com efeito, perdurou, na cadeira de Roma, a sucessão legítima e jamais interrompida dos papas; e por autra parte, não há sede episcopal que não remonte aos próprios apóstolos ou não tenha sido estabelecida por um dos seus sucessores legítimos, e não esteja em comunhão com o pontífice romano.

É preciso concluir, portanto, que a Igreja católica possue todos os caracteres da verdade, e é portanto, a verdadeira Igreja de Jesús Cristo.

74. — *Porque não são verdadeiras as outras igrejas?*

R. — *Porque não possuem todos os caracteres da verdade.*

1.º Não têm *unidade*. Vemos, de fato, que todas, esta mais, aquela menos, alteraram a doutrina; com diversas crenças e diversos sacramentos, não têm um mesmo chefe visível, mas obedecem a tantos chefes particulares quantas são as seitas dissidentes.

2.º Não têm *santidade*. Se tiverem conservado algo da moral cristã e uns poucos meios de santificação, a santidade exterior manifestando-se pelo milagre, pelo heroísmo da virtude, pelos frutos de conversão entre os infiéis, falta-lhes por completo; não têm santos, no sentido rigoroso da palavra.

3.º Não são *católicas:* extremam-se geralmente no país em que nasceram, e não se difundem em todo o universo. Quanto ao número de seus membros, é muito inferior ao dos católicos: os protestantes reunidos não passam de 212.000.000 e os cismáticos da Europa e do Oriente não excedem 157.000.000.

4.º Enfim, não são *apostólicos*. Com efeito, começaram por rejeitar a doutrina dos apóstolos ou por falseá-la, e seus pastores, longe de serem sucessores legítimos dos apóstolos, ou se arrogaram a própria missão, ou foram separados desta sucessão legítima pela autoridade regularmente estabelecida.

Logo, não podem as seitas protestantes ou cismáticas fazer jus ao título de Igreja verdadeira de Jesús Cristo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Filhos da Igreja católica, devemos agradecer a Deus por nos ter feito nascer no seio da verdade. Devemos apegar-nos com todas as fôrças da nossa alma à santa Igreja romana, mãe e mestra das igrejas particulares que lhe ficam unidas.

Lastimemos a sorte dos nossos irmãos separados que se acham no êrro e podem estar de boa fé; pela palavra, a caridade, o bom exemplo, trabalhemos, na medida das nossas fôrças, a encaminhá-los para a fonte da verdade, sob o cajado do pastor único, sucessor de são Pedro e de Jesús Cristo Nosso Senhor.

É neste pensamento de união na fé e na caridade que o Soberano Pontifíce multiplicou os chamados às igrejas do Oriente e da Inglaterra, esforçou-se em reatar relações diplomáticas com todos os países cismáticos; e convida todos os cristãos a uma oração comum.

"Onde está Pedro, alí está a Igreja", disse santo Ambrósio.

§ IV. — Membros da Igreja.

Corpo e alma da Igreja. — Não são membros da Igreja: 1.º os infiéis; 2.º os hereges; 3.º os cismáticos; 4.º os apóstatas; 5.º os excomungados. — Explicação da máxima: **Fora da Igreja, não há salvação.**

75. — *Para a salvação será necessário ser membro da Igreja?*

R. — *Sim, para ser salvo, é preciso ser membro da Igreja.*

Mas podemos ser membros da Igreja de dois modos. Distinguem-se, com efeito, os membros que pertencem *ao corpo* da Igreja, e os que pertencem *à alma.*

A Igreja, cá na terra, pode ser considerada como sociedade visível. Neste caso, é comparada a um corpo vivo: o papa seria a cabeça; os bispos, membros principais, e os fiéis, membros secundários. Para pertencer ao corpo da Igreja, é preciso fazer profissão exterior de fé católica; portanto, ser batizado, crer tudo quanto a Igreja ensina e ser submetido ao papa e aos pastores legítimos.

Mas a Igreja pode ser também considerada como sociedade invisível das almas unidas a Deus pela caridade perfeita ou pela graça santificante. Esta graça, derramada

nos corações pelo Espírito Santo, é o que chamamos a alma da Igreja, pois ela é, na realidade, o que lhe comunica a vida, como a alma para o nosso corpo.

Ora, para pertencer à alma da Igreja, não é necessário ser batizado e fazer profissão de fé católica. Deparam-se, fora do cristianismo, almas retas que amam a Deus e o servem, ainda que no êrro: se tiverem a caridade perfeita ou graça santificante, pertencem à alma da Igreja

Inferimos desta explicação que, para ser salvo, é mister pertencer à alma da Igreja e os pecadores, embora membros do corpo da Igreja, não serão salvos por não pertencerem à alma. E inversamente hão de ser salvos, por pertencerem à alma, homens afastados do corpo da Igreja.

76. — *Quais são os que se acham fora da Igreja?*

R. — *Acham-se fora da Igreja os infiéis, os hereges, os cismáticos, os apóstatas e os excomungados. Os pecadores, são membros da Igreja, porém, membros mortos enquanto não recuperarem a graça santificante.*

1.º Os *infiéis:* assim são chamados os que não foram batizados e não têm a fé em Jesús Cristo: como os judeus, maometanos, idólatras.

2.º Os *hereges,* isto é, os que, pertinazmente, não querem acreditar uma verdade revelada por Deus e ensinada pela Igreja como artigo de fé. Entre os hereges modernos, podemos nomear os *protestantes:* luteranos, calvinistas, etc.

3.º Os *cismáticos:* êste nome se dá aos que se separam da Igreja, recusando aceitar os pastores legítimos e obedecer-lhes, conservando, no entanto, a fé nas verdades reveladas. Por exemplo, no século XI, os adeptos do cisma grego; mais tarde os do grande cisma do Ocidente,

nos quais pode-se encontrar boa fé maior; no século décimo sexto, os do cisma anglicano de Henrique VIII.

4.º Os *apóstatas:* assim são designados os que foram batizados e renunciam à fé de Jesús Cristo que tinham professado. Juliano, imperador romano, conhecido com o apelido de Apóstata, é um dêstes; também seriam apóstatas, hoje, os que se arredassem do catolicismo para abraçar o maometanismo, o positivismo, etc.

5.º Enfim, os *excomungados,* isto é, os que a Igreja expele do seu grêmio por causa de crimes; desde logo, perdem toda a participação dos sacramentos e bens espirituais da Igreja: ex. os franco-mações, os que aceitam duelo.

Quanto aos pecadores, permanecem ainda membros da Igreja, porém, membros mortos; todavia, podem recuperar a vida, recebendo de novo a graça santificante.

X 77. — *Explicai a máxima: fora da Igreja, não há salvação.*

R. — *Esta máxima implica a exclusão do céu para os que não pertencem à alma da Igreja. Fora da Igreja católica, não há salvação para os que a conhecem e não querem aceitar a verdadeira fé, porque, então, acham-se em estado de revolta contra Deus.*

Esta máxima é verdadeira na sua significação geral. Jesús Cristo, com efeito, disse no Evangelho: "Se alguém não renascer na água e no Espírito Santo, — não fôr batizado, — não entrará no reino de Deus". E em outra passagem: "Quem não crer será condenado". É a exclusão do céu sentenciada contra os infiéis, hereges e apóstatas.

Disse mais: "Se alguém não atender à Igreja, seja êle tratado como pagão e publicano". Nestas palavras temos a exclusão dos cismáticos e excomungados.

A Igreja, contudo, de acôrdo com o espírito do seu fundador, fez, desta máxima, aplicação justa e misericordiosa a um tempo. Longe de repelir aqueles todos que

não pertencem à sua comunhão exterior, isto é, a seu corpo, ensina que para ser salvo, basta pertencer à sua alma. E na prática, discrimina duas categorias de homens: os a quem não foi prègado o Evangelho, e os que o conhecem; e ela diz:

1.º Os a quem não foi comunicado o Evangelho, não fazem parte do corpo da Igreja: todavia, serão salvos se pertencerem à sua alma, por outros têrmos, se amarem, desejarem, e buscarem a verdade, se obedecerem à própria conciência alumiada pelas luzes naturais, e cumprirem os preceitos da religião que julgarem ser verdadeira. Nestas condições, pode a sua salvação achar-se dificultada, porém, não é impossível.

2.º Quanto aos que conheceram o Evangelho, hão de ser julgados segundo a sua lei. Se tiverem sido educados e formados no catolicismo, não podem salvar-se *fora desta Igreja católica,* que é a única verdadeira.

Se estiverem no cisma ou na heresia e souberem, quando chegados à idade de razão, que a Igreja católica está de posse da verdade, não poderão salvar-se permanecendo *fora desta Igreja,* pois, deve-se seguir a verdade, desde que é conhecida. Se tiverem apenas dúvidas quanto à superioridade da Igreja católica, cumpre-lhes estudar, inteirar-se dos fatos e abrir o coração à verdade, caso ela se lhes manifeste; pois é crime preferir as trevas à luz. Enfim, se julgarem, com tôda a boa fé, ser verdadeira a seita a que pertencem; se, por outra parte, forem fiéis no desempenho dos deveres que prescreve essa religião, que julgam boa; neste caso, não os condena a Igreja, mas sim, crê e ensina que hão de ser salvos, porque, pela intenção e caridade, pertencem à alma da Igreja.

Resumimos: fora da Igreja católica, não há salvação para os que a conhecem e não querem aceitar a verdadeira fé, porque, então, acham-se em estado de revolta contra Deus.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Unicamente Deus sabe o número dos eleitos que há de colocar na eterna mansão. Jamais devemos desesperar por completo da salvação de quem quer que seja; mas, *na Igreja católica*, conforme dizia um dos chefes do protestantismo, *Melanchton*, à sua mãe que morria, *a salvação é mais certa.*

Demos graças a Deus por êle nos ter oferecido, no catolicismo, uma fé mais certa, meios mais eficazes, e segurança maior no tocante à nossa salvação e à dos nossos irmãos.

Assim como a Igreja, rezemos pelos infiéis, hereges, cismáticos, pecadores e até pelos próprios apóstatas e excomungados para êles se converterem e viverem. As obras da *Propagação da fé*, da *Santa Infância*, de *São Francisco de Sales*, também da *Arquiconfraria de Nossa Senhora das Vitórias*, apresentam meios fáceis para cumprirmos êste grande ato de caridade.

§ V. — Comunhão dos santos.

Noção da comunhão dos santos. — Diversas relações: 1.° dos fiéis da terra entre si; 2.° dos fiéis da terra com os santos do céu; 3.° dos fiéis da terra com as almas do purgatório. — Os que estão fora da comunhão dos santos.

78. — *Que entendeis por comunhão dos santos?*

R. — *A comunhão dos santos é a participação dos fiéis nas orações e outras boas obras que se fazem na Igreja.*

Por comunhão dos santos, — união comum entre os santos, — entende-se que todos os membros da Igreja, na terra, no céu e no purgatório, são unidos entre si como membros de um mesmo corpo de que é chefe Jesús Cristo.

Dá-se o nome de *santos* a todos os membros da Igreja que se acham na graça de Deus, isentos de pecados mortais. Ora, podemos encontrar estes membros santos em três lugares diferentes:

1.° Na terra, onde, levando vida piedosa, trabalham para merecer o céu e lutam contra o demônio, o mundo e a carne. Compõem a Igreja que milita, chamada, por êste fato, *Igreja militante;*

2.° No céu, onde gozam de Deus, triunfam e reinam com Jesús Cristo: formam a *Igreja triunfante;*

3.º No purgatório, onde, ainda que santos, pois não têm culpa mortal, acabam de expiar e purificar-se: é a *Igreja padecente.*

No entanto, embora os membros estejam em três lugares diferentes, formam, assim mesmo, uma sociedade única.

De fato, é *uma* no seu chefe, que é Jesús Cristo; *uma* no seu vínculo, que é a caridade; *uma* no seu têrmo final, que é o céu.

Ora, seja qual fôr o lugar onde se achem, os membros da Igreja têm, entre si, comunidade de bens espirituais, e relações recíprocas que diferem, no entanto, segundo o estado atual.

79. — *Explicai as diversas relações dos membros da comunhão dos santos, e as vantagens que proporciona.*

R. — *A comunhão dos santos póde ser considerada debaixo de três pontos de vista: 1.º a comunhão dos fiéis da terra entre si; 2.º a comunhão dos fiéis da terra com os santos do céu, e 3.º a comunhão dos fiéis da terra com as almas do purgatório.*

Ora, aquí estão os efeitos desta tríplice união ou sociedade:

1.º Os fiéis da terra têm *entre si* comunhão de bens espirituais. Dá-se com êles o que acontece numa família muito unida ou numa associação cujas riquezas pertencem a todos. Cada membro traz no tesouro comum os próprios lucros, mas cada um tem ali seu quinhão e pode tirar o que precisa. Assim, na Igreja, há um tesouro de bens espirituais: o fundo que constitue o capital consta dos méritos infinitos de Nosso Senhor e dos méritos superabundantes de Nosso Senhora e dos santos. A Igreja da terra vai derramando alí suas riquezas: sacramentos, frutos do santo sacrifício da missa, orações públicas, etc. Os próprios fiéis da terra alí trazem suas boas obras, esmolas, penitências, orações, etc. E a cada um dêles,

cabe uma parte. Quem faz uma boa obra conserva o mérito pessoal; comunica, porém, aos outros, o mérito satisfatório desta obra boa.

2.º Existe entre os fiéis da terra e *os santos do céu* uma comunhão de intercessão e de benefícios. A Igreja triunfante lembra-se da terra onde sofreu a provação; contempla a Igreja dêste mundo no meio das lutas, das dificuldades, e então intercede poderosamente a favor dos fiéis vivos, conforme foi revelado a S. João no Apocalipse.

Por sua parte, os fiéis da terra honram aos santos do céu; congratulam-se com êles por seus triunfos, imploram seu auxílio, e, conservando-lhes os exemplos, esmeram-se em imitá-los para, um dia, reunirem-se com êles na glória eterna.

3.º Os fiéis da terra e os santos do céu têm, *com as almas do purgatório,* comunhão de simpatia e caridade. Primeiro, a Igreja do céu e a da terra estão compadecidas dos sofrimentos das almas do purgatório, incapazes por completo de valer-se a si próprias. Os santos do céu intercedem e oram muito eficazmente para suavizar as dores da expiação e diminuir-lhes a duração. Por sua vez, os fiéis da terra oferecem, para alívio das almas padecentes, orações, jejuns, esmolas, e especialmente o santo sacrifício da missa, a comunhão e as indulgências.

Do seu lado, as almas do purgatório, ainda que entregues aos suplícios, saúdam e honram a Igreja triunfante e já vão rezando pela Igreja militante; muito mais poderosa, todavia, há de ser a intercessão destas almas a favor dos seus benfeitores, quando elas estiverem no céu.

80. — *Quais são, na terra, os que não têm parte na comunhão dos santos?*

R. — *Não têm parte na comunhão dos santos os que estão fora da Igreja. Para os pecadores, porque pertencem ainda ao corpo da Igreja, cabe-lhes diminuta porção*

dêstes tesouros, principalmente graças preciosas de conversão.

Não têm parte na comunhão dos santos todos os que estão fora da Igreja: *infiéis,* — *hereges,* — *cismáticos,* — *apóstatas,* — *excomungados;* são outros tantos ramos cortados, privados da graça e excluídos da comunhão dos santos, que existe sòmente entre os verdadeiros fiéis.

Quanto aos *pecadores,* não deixam de auferir algumas das vantagens da comunhão dos santos, porque pertencem ao *corpo* da Igreja. Como ficam em estado de pecado, não trazem ao tesouro comum nenhum concurso ativo, porque suas obras são mortas e sem mérito. Por outra parte, a porção dêste tesouro que lhes cabe é diminuta, consistindo especialmente em preciosas graças de conversão.

Para colher na sua plenitude os frutos da comunhão dos santos, é necessário pertencer à *alma da Igreja,* isto é possuir o estado de graça. Os que participam da vida divina de Jesús Cristo, desfrutam todas as vantagens, e as obras boas que praticam neste estado redundam em benefícios para o tesouro da Igreja.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Importa muito viver habituàlmente no estado de graça, afim de participar plena e eficazmente das vantagens da comunhão dos santos.

2.º Um dos meios mais seguros de salvação, é manter união estreita com a Igreja triunfante pelo culto e a invocação dos santos.

3.º Se tomarmos vivo interêsse nas almas padecentes do purgatório se ofertarmos em alívio destas pobres infelizes, mormente das mais desamparadas, as nossas orações e obras boas, a santa missa, as indulgências, grangearemos avultado número de intercessores junto de Deus. Uma das obras de maior valia é sem dúvida o *ato heróico*: consiste em abandonar em proveito das almas do purgatório, todas as nossas obras satisfatórias neste mundo, e até os socorros que nos forem ministrados no outro.

———

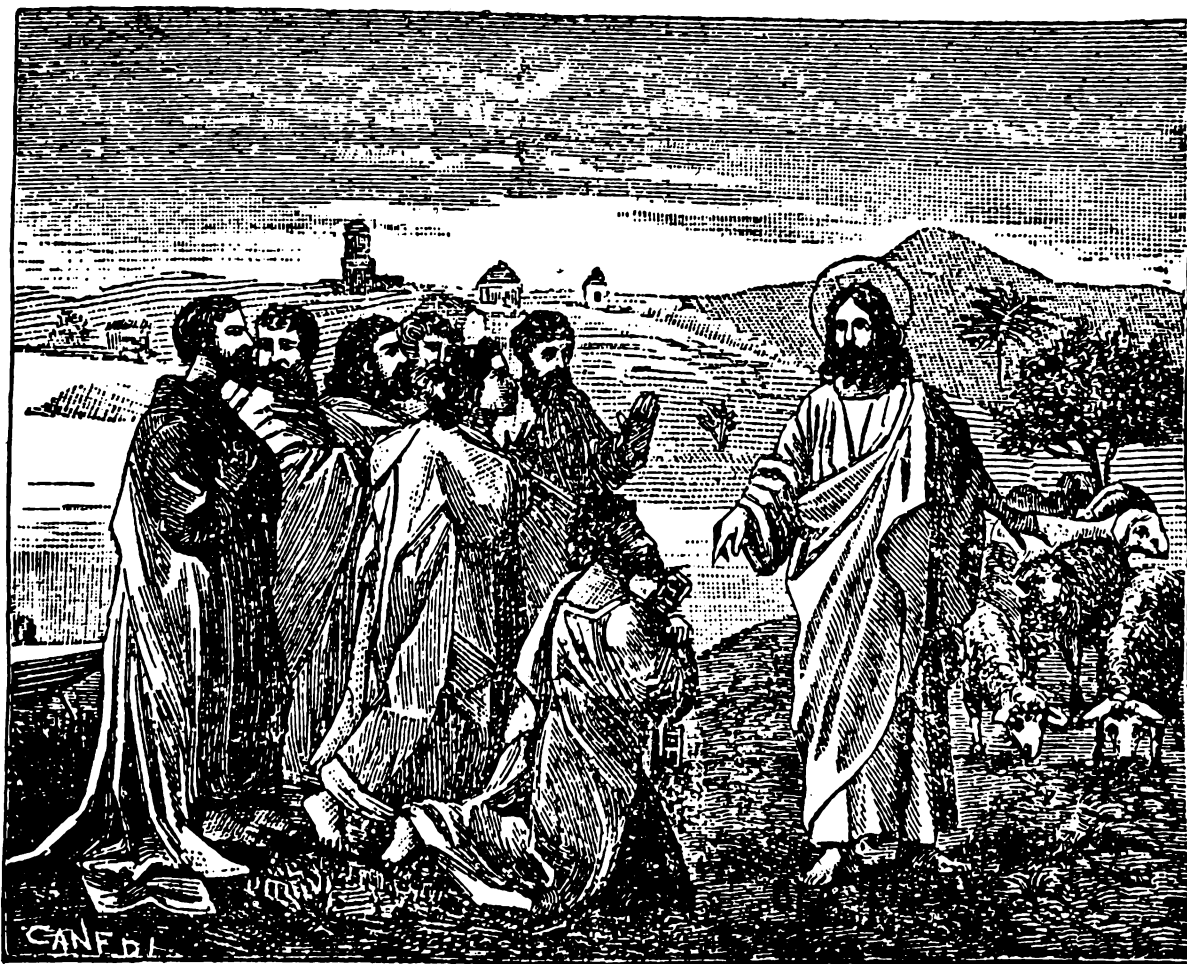
X.º ARTIGO

Creio na remissão dos pecados

§ único. — Remissão dos pecados.

Dogma da remissão dos pecados. — Origem e transmissão dêste poder. — Meios de remissão.

81. — *Que se deve entender por estas palavras: creio na remissão dos pecados?*

R. — *Isto quer dizer que Jesús Cristo deu à sua Igreja o poder de perdoar os pecados.*

"Os pecados serão remitidos a quem os remitirdes e serão retidos a quem os retiverdes." É o poder das chaves do céu.

Cremos nele, não sòmente porque êste dogma vem expresso no símbolo, mas porque resulta claramente das palavras que Nosso Senhor disse aos apóstolos: "Recebei o Espírito Santo; os pecados serão remitidos aos a quem

os remitirdes, e serão retidos aos a quem os retiverdes" (*S. João*, xx, 23).

Porisso é que o concílio de Trento, contra o protestantismo, proclama solenemente que Jesús Cristo deixou à Igreja o poder de perdoar os pecados, sendo esta verdade dogma de fé.

82. — *Mostrai a origem e transmissão do poder da remissão dos pecados.*

R. — *Só Deus pode perdoar os pecados. Êste poder pertence a Jesús Cristo porque é Deus como também porque pagou com seu sangue as nossas iniquidades. Ora, Jesús Cristo o transmitiu aos seus apóstolos: "Os pecados serão remitidos a quem os remitirdes". Portanto, a Igreja tem o poder de perdoar os pecados.*

Deus é o Ser poderoso e infinito que o pecado ofende; logo, exclusivamente êle tem direito e faculdade de perdoar. Ora, êste poder que o único Deus possue por natureza, pertencia a Jesús Cristo, por muitos títulos. Primeiro, por ser Deus, êle o repartia com o Padre; como homem, gozava dêle, já que a divindade estava unida à natureza humana; como Salvador, enfim, tendo pago com seu sangue a dívida dos nossos pecados e alcançado o nosso perdão, podia dá-lo conforme lhe aprouvesse. De fato, amiúde usou dêste poder durante sua vida como o mostram: a Samaritana, Madalena, o ladrão arrependido e especialmente o paralítico curado para atestar êste direito e poder.

Mas o direito que tinha Nosso Senhor de remitir os pecados, êle o podia comunicar a quem quisesse, da mesma maneira que outro poder qualquer; êle o fez: "Assim como meu Pai me enviou, disse Nosso Senhor, assim também vos envio; os pecados serão remitidos aos a quem os remitirdes...".

Dirigiam-se estas palavras aos apóstolos; mas o poder que elas outorgam deve passar aos sucessores legítimos, aos bispos, que o comunicam, êles próprios, aos sacerdotes. Com efeito, na terra, sempre haverá pecados que perdoar. Sempre também, há de perdurar o fruto da morte do Salvador e deverá ser aplicado. A Deus, portanto, pertencia providenciar para haver, até o fim dos séculos, ministros que fizessem esta aplicação e é a ordinação sacerdotal que transmite aos sacerdotes êsse poder como todos os mais direitos que assistem ao seu ministério.

Notemos que esta remissão dos pecados é completamente *gratuita* por parte de Deus; de modo algum podíamos merecê-la, nem com orações, nem com expiações. Jesús Cristo, e só êle, a mereceu por nós com seus sofrimentos e sua morte. Por outra parte, o poder da Igreja é absoluto, sem limites, nem restrições, como a própria reparação oferecida por Nosso Senhor. Portanto, a Igreja pode perdoar-nos as faltas todas, sem embargo do grande número ou da culpabilidade. Jesús Cristo excetua tão sòmente o pecado contra o Espírito Santo, isto é, a impenitência final ou crime de quem não quer arrepender-se.

83. — *Por que meios remite a Igreja os pecados?*

R. — *A Igreja perdoa os pecados aplicando os merecimentos de Jesús Cristo por meio dos sacramentos.*

Os *pecados mortais*, que nos privaram, na totalidade, da graça de Deus, a Igreja os perdoa pelos sacramentos, ordinariamente pelo batismo e a penitência, e excepcionalmente pela extrema unção.

É o mesmo Jesús Cristo quem instituiu estes meios: o batismo, especialmente com o fim de remitir o pecado original; a penitência, para absolver os pecados atuais;

e a extrema-unção, para suprir, quando fosse preciso, a penitência, para os que se achassem impossibilitados de recebê-la.

Tratando-se de pecados veniais, podemos alcançar o perdão pela oração, o jejum, a esmola, e geralmente por todas as obras boas, conquanto o arrependimento as acompanhe.

CONCLUSÃO PRÁTICA

A remissão dos pecados é, com certeza um dos poderes de maior importância que Jesús Cristo deixou à sua Igreja, e êste artigo do símbolo é para nós manancial de consolação...

Imensa deve ser a nossa gratidão ao recebermos tamanha graça. Precisamos, com frequência, confiança e amor recorrer à confissão. É com o propósito de trazer estímulo à nossa confiança, diz são Francisco de Sales, que Deus põe todos os dias, nos nossos lábios, esta palavra: "Creio na remissão dos pecados".

Mas, para afervorarmos a nossa fé nesta verdade e podermos fruir as suas vantagens, rezemos atentos e contritos, todos os dias, a oração *Confíteor.*

XI.º E XII.º ARTIGOS

Creio na ressurreição da carne, na vida eterna

Divisão do assunto

84. — *Que dão a conhecer os dois últimos artigos do símbolo?*

R. — *Estes dois artigos referem-se aos novíssimos do homem; pois, a ressurreição dos mortos e a vida eterna inculcam outras verdades: a morte, o juízo particular e o final, o céu, o inferno e o purgatório.*

São estas as principais verdades abrangidas pelos dois últimos artigos do símbolo, e às quais chamamos comumente *novíssimos.* Vamos estudá-las sucessivamente em outros tantos parágrafos.

§ I. — Morte e juízo particular.

Morte. — Ensino da fé. — Juízo particular. — Pronunciada a sentença, a alma começa a gozar ou a padecer.

85. — *Que é a morte e que ensina a fé a êste respeito?*

R. — *A morte é a separação da alma do corpo. A fé ensina que: 1.º todos morreremos; 2.º a morte é o castigo do pecado; 3.º é incerta a hora da morte; 4.º a morte determina irrevogavelmente a sorte de cada um.*

Morte é a separação da alma do corpo. A união dêstes dois elementos constituía a vida: sua separação acarreta a morte.

São José, padroeiro da boa morte, alcançai-nos a graça de morrer como vós, nos braços de Jesús e Maria.

Neste momento, a alma, — que é imortal, que não pode corromper-se como o corpo, pois é um espírito, nem deixar de existir, pois a isto se opõe sua natureza, — comparece diante de Deus para ouvir o primeiro juízo. O corpo, porém, permanece na terra, entra em decompo-

sição, corrompe-se, e posto no túmulo, reduz-se a pó misturado com a terra.

Morte boa é a morte no estado de graça; morte infeliz é a morte em estado de pecado mortal. A primeira é tanto para desejar quanto a segunda é para temer.

A respeito da morte, ensina a fé: 1.º a necessidade que a todos se impõe de morrer uma vez: "É lei, diz S. Paulo, que todos os homens hão de morrer". Aliás, vemos esta verdade diariamente proclamada pela história e a experiência.

2.º A morte é castigo do pecado: verdade é que o homem é mortal por natureza, sem atender ao pecado; contudo, por um privilégio concedido à sua natureza, Deus o tinha feito imortal.

3.º A morte, certa quanto ao fato, é indeterminada quanto às circunstâncias de dia, hora, modo: "Vigiai e orai, diz o Evangelho, porque nada sabeis do dia nem da hora em que o juiz há de vir" (*S. Mateus*, xxv).

4.º Enfim, a fé diz que a morte determina, irrevogavelmente, a sorte de cada um, segundo os méritos. Depois da morte, o homem não pode mais merecer; porisso é que S. Paulo fala: "Enquanto temos tempo, façamos o bem"; pois além, continua são João, "é a noite em que ninguém pode mais trabalhar".

86. — *Dai a conhecer o juízo particular.*

R. — *Logo depois da morte, comparece a alma perante Deus para serem julgadas suas ações boas ou más: é o juízo particular.*

Nada há mais certo que êste primeiro juízo. São Paulo, depois de lembrar a lei da morte, acrescenta imediatamente: "Depois da morte, o juízo".

Em todo lugar, a razão humana reconheceu e proclamou a certeza dêste juízo particular. Todos os povos e todos os filósofos admitiram, além do túmulo, recom-

pensas e castigos para as almas imortais; mas para dar esta sanção, um juízo é necessário.

A revelação tem completado estas noções. Dar-se-á o primeiro juízo entre Deus e nossa alma, no mesmo lugar onde expirarmos, na presença do anjo da guarda como testemunha e do demônio como acusador. Êste juízo é muito rigoroso: versa sôbre tudo quanto podemos ter feito quer no bem, quer no mal, sôbre nossas palavras, e até sôbre nossos pensamentos. "O Senhor desvendará o âmago dos corações", diz o profeta Jeremias, e são Mateus acrescenta que daremos conta até "de uma palavra inútil".

87. — *Que é feito da alma depois do juízo particular?*

R. — *Nossa alma, depois do juízo particular, e esperando o juízo geral, vai para o céu, o purgatório ou o inferno, conforme tiver merecido.*

A sentença da justiça divina cumpre-se no mesmo instante em que está pronunciada: a alma inteiramente pura entra logo a gozar as inefáveis delícias do céu; imediatamente começam, para as almas justas que têm contudo alguma cousa para expiar, as penas temporais do purgatório; e o inferno recebe as almas maculadas pelo pecado mortal.

Alguns Padres antigos tinham pensado que ficavam as recompensas adiadas para até depois da ressurreição geral; tal parecer foi reprovado pelo concílio de Lião (1274); e o de Florença (1445) declara que as almas justas estão imediatamente aceitas no céu, e as almas dos réprobos logo descem para o inferno.

Reparemos que a alma, para gozar ou expiar, não exige a presença do corpo. Cá na terra, ela tem suas alegrias e seus padecimentos distintos das dores do corpo; e Deus, por seu poder, na espera da ressurreição, a faz participante da felicidade dos anjos ou do suplício dos

demônios que não têm corpo: Sem embargo disso, sofrem os réprobos na alma uma dôr análoga a que sentimos quando o fogo toca nosso corpo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Lembrai-vos dos novíssimos, disse o Espírito Santo, e nunca jamais haveis de pecar". — Com efeito, se refletirmos que a todo instante, a morte pode surpreender-nos como já tem surpreendido a muitos outros, que ela nos há de deixar para todo o sempre no estado de justiça ou de condenação em que nos tiver colhido; se pensarmos enfim que se lhe há de seguir, ato imediato, o juízo em que será sentenciada nossa sorte eterna, consentiremos então em ofender a Deus mortalmente?

Consentiremos então em desafiar os perigos da morte no estado de pecado? Consentiremos em arrostar sem receio os juízos do Deus vivo?...

Ó morte, conselheira boa és tu!... Ó juízo, como é saudável a tua lembrança!... Sim; hei de pensar na morte para me aparelhar, no juízo para o temer, no inferno para evitá-lo, no céu para merecê-lo.

§ II. — Ressurreição dos corpos.

Dogma da ressurreição. — Qualidades dos corpos gloriosos: 1.º impassibilidade; 2.º clareza; 3.º agilidade; 4.º sutilidade. — Os corpos dos réprobos.

88. — *Explicai o dogma católico da ressurreição dos corpos.*

R. — *O corpo e a alma, depois da morte, não serão eternamente separados. Um dia, por seu poder, Deus os reunirá; então, o corpo tomará sua vida de novo; é o que se define: ressurreição da carne.*

É um dogma católico encerrado nos nossos diferentes símbolos, proclamado claramente no concílio de Latrão (1215) e que se acha baseado não na razão humana, é verdade, mas sim na revelação.

Entregue às próprias fôrças, a razão humana não chegaria, com efeito, a descobrir nem a demonstrar esta verdade .

Ela acha muito justo e conveniente que o corpo tenha parte nas recompensas ou nos castigos que a alma tiver merecido, assim como êle teve parte em nossas ações boas ou más, é certo; mas, nisto se limitam os ensinos da razão: e se povos como os Judeus e os Persas, filósofos como Platão, acreditaram na ressurreição futura, vieralhes esta noção por uma revelação primitiva.

O dogma da ressurreição dos corpos já estava nas tradições dos Judeus, mas devemos sua revelação precisa especialmente a Jesús Cristo: "Na verdade, na verdade, eu vo-lo digo: vem chegando a hora em que todos aqueles que estiverem nos túmulos, ouvirão a voz do Filho de Deus. Quem tiver feito o bem irá para a ressurreição do juízo (*S. João,* V, 29). Eis o ensino que desenvolve S. Paulo: "Qual semente, o corpo é lançado à terra, cheio de corrupção, e há de ressuscitar incorrutível; é semeado na ignomínia, porém há de ressuscitar na glória (I *Cor.,* 1).

Se bem que nos pareça extraordinária essa doutrina da ressurreição, encontramos todavia preságios e símbolos em todo lugar na natureza. "Todas as cousas, diz Tertuliano, conservam-se perecendo; todas as cousas tornam a viver morrendo". De fato, o grão de trigo é metido no chão antes de germinar e produzir uma espiga. As estupendas metamorfoses do bicho da sêda no reino animal oferecem a imagem da nossa transformação futura. Jesús Cristo, enfim, pelas ressurreições que fez e por sua própria ressurreição, deu-nos um penhor da nossa.

89. — *Quais serão as condições e as qualidades dos corpos ressuscitados?*

R. — *Os corpos ressuscitados não mais hão de morrer. Serão substancial e identicamente os mesmos que na vida presente. Aos corpos dos eleitos atribuem-se quatro qualidades: a impassibilidade, a clareza, a agilidade e a suti-*

lidade. Os corpos dos réprobos não serão espiritualizados nem participarão das qualidades que acabamos de enumerar.

Todos os corpos ressuscitarão para nunca morrer, e serão substancial e identicamente os mesmos que na vida presente. Esta será uma condição comum a todos os corpos ressuscitados, mas são Paulo acrescenta que "nem todos hão de ser mudados". Haverá, com efeito, diferenças notáveis entre os corpos dos eleitos e os dos réprobos.

Atribuem-se aos *corpos gloriosos transfigurados* quatro qualidades.

1.º *Impassibilidade.* — Não sentirão mais fome nem sêde, nem o rigor das estações, nem aflição, nem doença, nem morte. S. João, no *Apocalipse,* revela essas vantagens preciosas.

2.º *Clareza.* — "Os justos, diz o Evangelho, hão de brilhar como estrêlas na eternidade" (*S. Mat.,* XIII). Assim replandecia Nosso Senhor na transfiguração sôbre o Tabor, e na Ascensão gloriosa.

3.º *Agilidade.* — Céleres como os espíritos, rápidos como a faísca elétrica, instantâneos como o pensamento, transportar-se-ão os corpos gloriosos de um lugar para outro: assim fazia Nosso Senhor depois da ressurreição.

4.º *Sutilidade.* — Em virtude desta propriedade, os corpos dos eleitos serão de alguma maneira espiritualizados; nenhum estôrvo material lhes poderá demorar ou impedir o movimento. Dêste modo, Jesús Cristo ressuscitado atravessava o rochedo do sepulcro, mostrava-se aos discípulos mesmo com as portas e janelas do aposento fechadas.

Quanto aos corpos ressuscitados dos *réprobos,* não serão espiritualizados, não participarão das qualidades que acabamos de enumerar. O império da carne dominará neles mais violento que dantes; serão *passíveis,* atormentados por todos os males reunidos. Em vez de serem

brilhantes, serão *tenebrosos* e *escuros;* em lugar da agilidade, terão o *pêso* que os conservará prisioneiros; em lugar da sutilidade, a *frouxidão* que embargará todo impulso da alma.

Numa palavra, para os corpos dos eleitos será a glória; para os dos réprobos, a ignomínia, a vergonha.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Somos nós que assentamos, cá na terra, as condições futuras dos nossos corpos ressuscitados. "O homem, diz são Paulo, há de colher o que tiver semeado". — Se tratamos nosso corpo com respeito, mortificação, penitência, nós lhe preparamos uma eternidade de luz, brilho e glória. Pelo contrário, se o arrastamos miseravelmente no gôzo de todas suas vontades, nas satisfações da gula e da sensualidade, nós lhe preparamos uma eternidade de trevas e de vergonha.

É preferível, e muito, perder aquí na terra, por amor de Deus, um dos olhos, a mão, a perna, isto é, o que mais prezamos, a perder, a um tempo, alma e corpo por uma eternidade!

§ III. — Juizo último.

Verdade do juízo final. — Sinais que o anunciam. — Circunstâncias do juízo final. — Motivos dêste juízo.

90. — *Que é juízo final?*

R. — *Juízo final, ou juízo geral, é o que todos os homens terão de ouvir no fim do mundo, e no qual hão de comparecer em corpo e alma.*

É diferente do primeiro juízo pronunciado invisivelmente entre Deus e nossa alma, porque o juízo final será visível e público. Alí estarão presentes todos os homens ressuscitados; Jesús Cristo em pessoa presidirá, desempenhando as funções de juiz, porque foi nosso redentor.

É êste o ensino que o próprio Jesús Cristo deu pela narração antecipada do juízo final que fez a seus apóstolos. Na paixão, fala terminantemente ao sumo sacerdote: "Haveis de ver o Filho do homem vindo com majestade sôbre as nuvens do céu, para julgar a todos

os homens" (*S. Mat.*, XXVI); e os anjos, depois da Ascensão, comunicaram a mesma mensagem.

O fato do juízo geral é, pois, certíssimo; a época, todavia, não é conhecida. Prende-se esta época ao fim do mundo, e Jesús Cristo, interrogado neste particular, negou-se em anuir ao pedido dos seus apóstolos. No entanto, êle se dignou de indicar alguns sinais precursores.

91. — *Quais são os sinais que anunciam o fim do mundo e o juízo geral?*

R. — *Podemos resumí-los em quatro principais: 1.º a prègação do Evangelho por toda a terra; 2.º a apostasia dos homens e dos povos; 3.º a aparição do Anticristo; 4.º sinais no sol, na lua e nas estrêlas e o fogo devorador que consumirá a terra.*

1.º A prègação do Evangelho por toda a terra; ela foi confiada aos apóstolos, e é sòmente quando fôr realizada que há de chegar a "consumação" (*S. Mat.*, XXIV).

2.º A apostasia dos homens e dos povos. À prègação do Evangelho por toda a terra se há de seguir um enfraquecimento geral da fé. Sedutores de tôda a casta, falsos cristos, profetas mentirosos, hão de arrastar fora da Igreja multidões inteiras e tratarão de seduzir os próprios eleitos (*S. Mat., ib.*).

2.º A aparição do Anticristo. — São Paulo fala nesta aparição de um homem de pecado, no mesmo tempo que a apostasia geral. "Quererá sentar no templo de Deus, como se fosse Deus... Terá o poder de Satanaz, com toda a sorte de prodígios enganadores" (II *Tess.*, II). Mas então, reaparecem Enoc e Elias para fazer frente ao Anticristo. Êste os fará morrer, depois de terem convertido a nação judaica inteira; mas será efêmero o triunfo dêle. O próprio Deus há de exterminar o Anticristo (*S. Paulo, ib.*, e *Apocalipse*, XI).

4.º Durante estas lutas, haverá, diz Nosso Senhor, "sinais no sol, na lua, e nas estrêlas; os céus serão abalados; dar-se-ão na terra tremores desusados; o mar se achará numa agitação violenta, e os homens ficarão mirrados de pavor" (*S. Mat.*, xxv). Enfim, um fogo devorador acender-se-á por toda parte e consumirá a terra (I *Ep. de S. Pedro,* III). Neste cataclismo geral, hão de morrer os homens e o mundo há de acabar.

92. — *Dai a conhecer as principais circunstâncias do juízo último.*

R. — *Ao clangor da trombeta, os mortos ressuscitados reunir-se-ão no vale de Josafá. Os anjos separarão os bons dos maus e Jesús pronunciará a sentença de recompensa para os justos e de condenação para os réprobos.*

1.º Com o clangor da trombeta dos anjos, todos os mortos hão de ressuscitar. O mar, a terra e a morte hão de restituir suas vítimas; as almas serão reunidas aos respectivos corpos, e Deus ajuntará todos êstes exércitos vivos, no vale de *Josafá* ou do juízo. Então há de aparecer o filho de Deus, visível no seu corpo ressuscitado, levando a cruz gloriosa, rodeado pelos doze apóstolos, para julgar as tribus de Israel e todos os povos da terra. Isto será o prelúdio do juízo.

2.º Depois, terá lugar o grande julgamento do gênero humano. O Senhor, consoante a expressão da sagrada Escritura, desvendará as conciências, e todos os segredos dos corações serão manifestados. Para vergonha dos pecadores, suas faltas serão publicadas perante o mundo inteiro, e as boas obras dos justos divulgadas para glória dêstes. Depois, os anjos hão de separar os bons dos maus, colocando os eleitos à direita, os réprobos à esquerda (*S. Paulo, I Cor.*, IV).

3.º Em seguida, haverá a sentença, pronunciada pelo Juiz soberano. Aos justos, o Salvador Jesús dirá: "Vinde,

benditos de meu Pai; entrai na posse do reino que vos tem sido preparado desde o comêço do mundo".

Dirigindo-se aos maus, êle lhes dirá: "Ide, malditos, ao fogo eterno que tem sido preparado para o demônio e seus anjos" (*S. Mat.*, XXV).

Logo depois desta dupla sentença, os justos entrarão com Jesús Cristo na vida eterna, e os réprobos, com os demônios, irão para o suplício eterno. — E então a terra e toda a criação material não serão aniquiladas, senão purificadas e transformadas em céu novo e em nova terra (II *S. Pedro,* III).

93. — *Porque terá lugar o juízo final?*

R. — *O juízo final terá lugar para que se cumpra a justiça completa para com Jesús Cristo, para com Deus, e para com os homens.*

1.º *Para com Jesús Cristo.* — Foi menosprezado e crucificado pelos Judeus, blasfemado pelos hereges, insultado pelos ímpios, ultrajado pelos maus cristãos; a justiça requer que a reparação seja completa e o mundo inteiro o contemple na glória.

2.º *Para com Deus.* — Aquí, na terra, impugnam, muitas vezes, o proceder da Providência; os malvados vão prosperando, e então acoima-se de fraca e deficiente a divina sabedoria; os justos passam sofrimentos, e então, é a bondade de Deus que se ataca. Ora, o juízo geral há de justificar a conduta de Deus com todos e qualquer um, e sua justiça há de ficar evidenciada até nos mais ínfimos pormenores.

3.º *Para com os homens.* — Há na terra muitas almas justas a quem só cabe em partilha a injúria e o desprêzo; vemos, pelo contrário, homens maus que parecem ter êxito e grangear estima; o juízo final há de endireitar tudo, pondo no seu lugar verdadeiro e competente a honra e a vergonha. O bem desconhecido ostentar-se-á na luz; o mal oculto surgirá aos olhos de todos.

Por êstes motivos, o juízo geral será uma reparação completa e justa.

CONCLUSÃO PRÁTICA

São Jerônimo, levando em Belém a vida mais austera e mais penitente, julgava sempre ouvir a trombeta tremenda ressoar nos seus ouvidos, com estas palavras: "Erguei-vos, ó mortos, vinde a juízo!" E ficava aterrorizado e multiplicava as penitências. Qual não deve ser nosso temor, nosso arrependimento ao pensarmos no juízo!

Se a lembrança do juízo geral é terrível para os culpados, consola muito a alma justa e provada. Esta diz com máxima segurança: "Senhor, bem o sei, sois meu Redentor vivo. Um dia, vos verei na minha carne. Um dia, manifestar-me-eis vossa justiça, vossa bondade, vossas misericórdias!"

§ IV. — O céu.

O céu: sua existência. — Ventura do céu. — Ventura essencial e felicidade acidental.

94. — *Que é o céu? — Em que provas se baseia sua existência?*

R. — *O céu, ou paraíso, é um lugar de delícias onde os anjos e santos gozam eternamente de ventura perfeita, vendo e amando a Deus.*

Comprovam a existência do céu, além da palavra de Deus, a nossa própria razão, o nosso coração, o testemunho de todos os povos, de todas as religiões, de todas as filosofias.

Onde está êsse lugar? Não podemos determiná-lo; porém, sempre que a sagrada Escritura o menciona, usa da expressão "subir ao céu"; é porisso que costumamos pôr o céu no alto, além dos páramos imensos em que se movem os astros.

Quanto à sua existência, nada há mais certo. Primeiro, a razão diz que o bem tem de ser recompensado. Ora, isto nem sempre acontece neste mundo; portanto, a justiça de Deus exige outro lugar de recompensa: é o céu.

Creio na vida eterna.

Mais: nosso coração tem fome e sêde de ventura; e não pode saciar-se na terra: logo, Deus deve satisfazê-lo num mundo melhor.

Todos os povos, todas as religiões, todas as filosofias admitiram a existência de um céu ou lugar de ventura. Os pagãos o denominavam *Campos Elísios;* nós o chamamos paraíso ou *céu.*

Excusado é provar que a revelação especialmente ensina a existência do céu, pois estas expressões encontram-se muitíssimas vezes na sagrada Escritura.

95. — *Em que consiste a felicidade do céu?*

R. — *A felicidade do céu vem sintetizada nestas duas palavras: isenção de todo o mal, posse de todo o bem.*

1.º *Isenção de todo o mal.* — "Lá, como diz são João, não haverá mais choros, nem gritos, nem mágoas. Deus enxugará tôdas as lágrimas, e a morte não existirá mais"

(*Apoc.*, XXI). Logo, nem sofrimentos, nem doenças. O corpo será libertado de tôdas as misérias, livre de tôdas as necessidades.

Lá, não há mais ignorância, dúvidas, incertezas, nem pecados; a alma também será livre de tudo quanto a perturba.

2.º O céu é *a posse de todos os bens.* — Quem os poderá enumerar? São Paulo diz: "O olhar do homem não viu jamais, seu ouvido nunca percebeu, nem seu coração entendeu o que Deus reserva aos que o amam" (I *Cor.*, II).

Quem poderá analisar esta felicidade?... Para o corpo, é o gôzo sem limites dos quatro predicados da glória; para a alma, é a satisfação plena de todos os desejos.

Uma palavra concretiza a *ventura essencial* do paraíso: *visão beatífica,* isto é, contemplação que torna feliz. Vê-se a Deus assim como é, "face a face", diz são João, "na sua natureza e pessoa", acrescenta o concílio de Florença. Nele vemos mais tudo quanto se pode divisar, não só com o olhar, senão também com a inteligência.

Então, vendo a Deus, nós o amamos como sumo bem, e nêle amamos tudo quanto é amável, tudo quanto legitimamente temos amado na terra.

Não sòmente vemos e amamos a Deus, mas nós, quais os anjos, possuímo-lo e gozamos dêle, e como êles ainda, achamos nesta posse tesouros, riquezas, delícias. Enfim esta ventura imensa é *perene, eterna.* Não a diminue o receio de ver êste gôzo, êste amor, esta posse acabarem-se.

Aí fica o que constitue a ventura essencial dos eleitos. Há mais uma *felicidade acidental,* que dimana do mérito particular de cada um e é proporcionada a êste mérito.

— "Há várias moradas no céu", diz são João. "Também o brilho difere como nos astros", diz são Paulo. Há várias *auréolas* de glória: *mártires, doutores, virgens,*

para premiar os três grandes méritos diferentes: dedicação a Deus, — ensino da verdade, — prática da perfeita castidade. Enfim, existem graus na visão e gôzo de Deus, de acôrdo com o número e grau das virtudes que tivermos praticado.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"A terra me parece vil quando penso no céu!" repetia muitas vezes santo Inácio de Loiola. — Santo Agostinho não ficava nunca cansado de pensar no céu, nem podia meditar bastante nestas palavras: "Veremos a Deus; havemos de amá-lo; havemos de possuí-lo!" Como estas grandes almas, conservemos no espírito o pensamento do céu. Encontraremos nesta lembrança um manancial de zêlo para cumprirmos o bem, tesouros de paciência para suportarmos as penas da vida presente, fonte de fôrças e vigilância para evitarmos as menores faltas. Pois, não o esqueçamos, para entrar no céu, é preciso ter a inocência, a justiça absoluta. "Nada que não seja imaculado, impoluto, alí pode penetrar," diz são João; é preciso ter pago até o último ceitil para alcançar a recompensa suprema.

§ V. — O inferno.

Inferno: sua existência. — Penas do inferno: 1.º pena da reprovação: 2.º pena dos sentidos. — Diferença nas penas.

96. — *Que é o inferno? será preciso acreditar na sua existência?*

R. — *O inferno é um lugar de tormentos onde os réprobos são para sempre separados de Deus e padecem com os demônios num fogo que jamais se extinguirá.*

Provam a existência do inferno a razão humana, as filosofias e as religiões, tanto da antiguidade como as dos tempos modernos, e, sobretudo, as reiteradas afirmações de Jésús Cristo.

Onde fica êsse lugar? Nem a razão, nem a revelação o dizem; todavia a expressão usada nos nossos livros santos, "descer ao inferno" daria a entender que o lugar de suplícios está colocado nas vastas regiões que ocupam

o interior da terra, onde se encontram, com efeito, oceanos de fogo.

A existência do inferno nunca foi posta em dúvida pelas filosofias e pelas religiões, quer da antiguidade, quer dos tempos modernos.

A mesma razão humana, que reclama recompensas na outra vida, exige, além túmulo, castigos para os culpados que a justiça presente não alcança.

O paganismo professava essa crença. Platão fala muito dos suplícios dos maus e da "sua espantosa e

O inferno existe e é eterno.

dolorosa eternidade". Os poetas gregos e latinos, Homero, Virgílio, Ovídio, descreveram os infernos ou o *Tártaro,* e Maomé ensina no Alcorão a existência de castigos eternos.

A revelação, a respeito da existência do inferno, é positiva; Jesús Cristo, no Evangelho, repete até *quinze vezes* que há um *inferno;* a Igreja sempre proclamou essa verdade dogma de fé.

97. — *Quais são as diferentes penas do inferno?*

R. — *No inferno os réprobos padecem duplo gênero de suplícios: a pena da reprovação e a pena do sentido. Êse duplo suplício jamais há de ter fim.*

1.º A pena da *reprovação* consiste na privação da vista de Deus. Esta privação é cheia de angústias, pois a visão de Deus é o bem supremo do homem, e o fim último da sua existência. Ora, esta privação da visão de Deus vem incluída de modo claro na sentença: "Retirai-vos, malditos!..."

2.º A pena do *sentido* consiste nas dores causadas pelo fogo vingador, e pelos mais tormentos reunidos, aos quais se ajunta a companhia horrível dos demônios e dos precitos. — Qual é êste fogo? Si bem que sua natureza não seja definida e possamos em rigor entender esta palavra significando fogo moral, inferimos antes, pela linguagem da sagrada Escritura e dos doutores, que é fogo material. A palavra *fogo* é repetida *onze vezes* por Nosso Senhor, falando do inferno. Encontra-se também no Evangelho a palavra *verme roedor,* várias vezes empregada para indicar um suplício dos réprobos: entende-se com isso o remorso que atormenta os maus. Acrescentemos ainda que o fogo do inferno é dotado pelo poder de Deus, de propriedades peculiares: atua diretamente sôbre as almas e sem mediação do corpo, causa nelas sofrimentos análogos aos que produz a chama.

3.º Enfim o duplo suplício do inferno é *eterno.* Nosso Senhor o assevera: "Ide, malditos, para o fogo eterno" (*S. Mat.,* XXV, 41). "O fogo que devora os réprobos arde *eternamente,* e o verme que os rói nunca morre" (*S. Marcos,* XI, 42).

Tudo quanto dissemos, constitue as penas *essenciais* do inferno; excedem o que se pode exprimir, e todos os réprobos as sofrem. Também há penas que se podem chamar *acidentais.* De fato, cada um sofre pessoalmente

na medida das suas culpas, e sofre o gênero de suplícios adequado às faltas que cometeu. "Os réprobos, diz a sagrada Escritura, serão castigados do modo por que tiverem pecado" (*Sab.*, XI, 17). Cada réprobo padecerá na memória, no entendimento e na vontade, um suplício que será seu castigo individual e próprio.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Para uma pessoa cair no inferno, basta morrer em estado de pecado mortal, e por um pecado mortal único incorremos neste castigo tremendo, ainda que tivesse sido nossa vida anterior uma vida santa.

Ponhamos sentido particularmente neste aviso de são João; "Os covardes, incrédulos, abomináveis, homicidas, fornicadores, envenenadores, idólatras, mentirosos serão mergulhados no tanque ardente de fogo e enxôfre que é a segunda morte" (*Apoc.*, XXI, 8).

Para ir ao fogo eterno, basta não ter o *vestido nupcial* da inocência e da caridade, ter sido rude e sem compaixão para com os pobres, qual *o mau rico* da parábola, ter sido um *servo inútil*, deixando os talentos recebidos de Deus inutilizados, criarem ferrugem: quem o diz, é Nosso Senhor.

O fogo eterno! quem sabe se pensamos bastante nisso?...

"O inferno, dizia o P. Bridaine, é um relógio, cujo pêndulo está a dizer e repetir sem cessar no silêncio dos túmulos: "Sempre, sempre! nunca, nunca!" E durante estas revoluções assombrosas, alí estão milhares de réprobos exclamando: "Que horas são?" e outros milhares respondem: *"A eternidade!"*

§ VI. — O purgatório.

Purgatório. — Provas da sua existência. — As penas do purgatório. — Alívio das almas do purgatório: 1.° dever; 2.° meios.

98. — *Que é o purgatório? Provai sua existência.*

R. — *O purgatório é um lugar de sofrimentos onde as almas dos justos acabam de expiar seus pecados antes de entrarem no céu.*

A existência do purgatório é uma verdade de fé definida pela Igreja; está de pleno acôrdo com a razão e todas as religiões a admitem.

Por causa da semelhança dos suplícios, costumam colocar o purgatório na vizinhança do inferno. No entanto, êste lugar não é o dos réprobos e o suplício das almas que alí se acham não é a reprovação eterna: é um lugar onde expiam e reparam, na certeza de serem admitidas no céu; saem quando a purificação é completa.

Êste lugar intermediário é igualmente transitório: não deve durar sempre, e após o juízo final, não existirá mais; só haverá céu e inferno.

1.º A existência do purgatório é verdade de fé definida pela Igreja. Depois dos concílios de Lião (1274), Florença (1445), eis aquí o que foi declarado contra os protestantes pelo concílio de Trento: "A Igreja católica ensina que há um *purgatório,* e as almas alí prêsas são aliviadas pelos sufrágios dos fiéis" (*Sess.* XXV).

2.º Êste ensino está de pleno acôrdo com a razão. Entendemos que a justiça divina, nada podendo introduzir no céu que seja maculado, exija, de uma parte, reparação pelas mínimas faltas. Compreendemos muito bem, por outra parte, que não condene a suplícios eternos almas nas quais só tem que censurar faltas de menor monta: logo, o *purgatório* é necessário.

3.º Todas as religiões admitiram penas expiatórias. Era também a crença dos judeus; *Judas Macabeu,* depois de uma batalha, no dia imediato, pedia se oferecessem sacrifícios pelos mortos, afim de que lhes fossem perdoados seus pecados. Ora, para quem estiver no inferno, já não há mais redenção possível; logo, a oração pelos mortos supõe a existência do *purgatório.*

No Evangelho, Nosso Senhor fala de um lugar donde ninguém poderá sair sem ter pago até "o último óbolo". E em outro passo, aludindo ao pecado contra o Espírito Santo, declara não ser esta falta remitida "nem nesta vida, nem na outra". Demonstram estas últimas palavras

haver pecados cujo perdão se alcança na outra vida: portanto, há um *purgatório.*

— O apóstolo são Paulo ensina positivamente que certos cristãos, tendo feito obras imperfeitas, poderão ser salvos, mas "passando pelo fogo" (I *Cor.*, III, 11-15). É esta a noção do *purgatório* ensinada por toda a tradição católica.

99. — *Quais são as penas do purgatório?*

R. — *Como as do inferno, são de duas qualidades: a pena da reprovação e a pena do sentido.*

1.º *Pena da reprovação.* — No *purgatório,* consiste na privação da vista de Deus, mas privação *temporária.*

Podemos aliviar as almas do purgatório por: orações, missas comunhões, esmolas, indulgências, etc.

Essa dôr é tanto mais pungente para as almas padecentes quanto melhor conhecem elas a bondade de Deus, e o amam como o soberano bem; porém é minorada e consolada pela esperança.

2.º *Pena do sentido.* — Consiste, como no inferno, em tormentos sensíveis, e os textos da sagrada Escritura com todas as tradições, levam-nos a crer que há no purgatório *um fogo* vingador e purificador. "No inferno, escreve Santo Tomaz, êste fogo devora a palha; alí, acrisola o ouro". Êste padecer é mais acerbo que todos os suplícios da terra; no sentir dos doutores, baseados em revelações particulares, pode durar muitos anos e mesmo séculos.

100. — *Podemos aliviar às almas do purgatório, e de que modo?*

R. — *Sim; podemos abreviar a duração das penas das almas, no purgatório, com orações, boas obras, indulgências e principalmente com o santo sacrifício da missa e a comunhão.*

Sim, podemos aliviar as almas do purgatório: é o ensino claro do concílio de Trento, firmado de uma parte na sagrada Escritura, conforme acabamos de ver, firmado também por outra parte na grande lei da solidariedade ou união fraterna que irmana os fiéis da terra e os fiéis do outro mundo.

Já que podemos aliviar as almas padecentes do purgatório, é *dever* para nós fazê-lo.

1.º É dever de *humanidade,* pois são irmãos nossos, por meio de Adão e por Jesús Cristo;

2.º É dever de *caridade fraterna* e *cristã,* pois curtem dores cruéis sem nada poder a favor de si próprias, e pelos horizontes que a fé nos descortina, sabemos que são almas remidas pelo sangue de Jesús Cristo e dignas, um dia, das recompensas eternas;

3.º Será muitas vezes dever de *justiça,* pois estas almas são as de nossos pais, benfeitores, amigos, que padecem, quem sabe se por causa de nós, por pecados que direta ou indiretamente os levamos a cometer;

4.º Enfim, é dever de *interêsse pessoal*, pois quem auxilia as almas do purgatório, quem as livra dos tormentos grangeia, junto de Deus, advogados e protetores que hão de orar por êle; isto nos valerá também porque Deus empregará conosco a mesma misericórdia que tivermos mostrado para com os outros.

Os meios de aliviar as almas do purgatório são muitíssimos.

Temos: 1.º a *oração*, cuja eficácia se verifica até na outra vida; 2.º o *santo sacrifício da missa*, que o concílio de Trento encarece especialmente por causa dos seus méritos infinitos, assim como a *comunhão*; 3.º as *esmolas*, que apagam os pecados e cujo mérito podemos ceder em proveito das almas dos defuntos; 4.º enfim, as *indulgências*, podendo a maior parte, segundo o ensino e as permissões da santa Igreja, ser aplicadas por via de sufrágio, às almas do purgatório.

CONCLUSÃO PRÁTICA

I. Pelo que nos respeita pessoalmente, devemos esmerar-nos em escapar às chamas do purgatório, e andar bem lembrados que nelas há de cair: 1.º qualquer pecador, — perdoado muito embora, — que não tiver feito cabal penitência e a quem sobrar alguma dívida para com a justiça de Deus; 2.º todo o justo imperfeito, isto é, o que vai cometendo pecados veniais sem fazer reparação suficiente. As pequenas negligências, as mentiras leves, os cuidados vaidosos e um tanto sensuais, as palavras pouco caridosas, isto tudo leva ao purgatório.

II. Quanto às almas padecentes do purgatório, seja para nós um dever rigoroso socorrê-las. Quantos meios preciosos e fáceis desprezamos!... Quantas horas de amargo sofrer podíamos poupar-lhes se aplicássemos a estas pobres almas o mérito satisfatório das nossas orações, do nosso trabalho e das nossas dores, as indulgências ligadas às ladainhas, ao anjo do Senhor, ao rosário, às jaculatórias! etc.

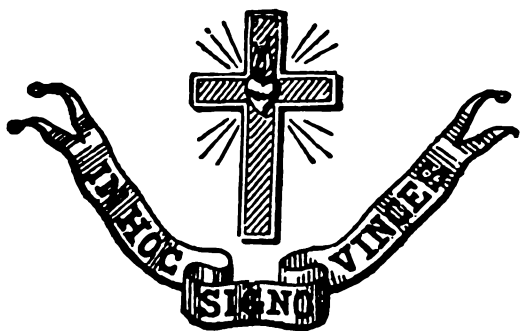
LIÇÃO COMPLEMENTAR

Sinal da Cruz

Sinal da cruz: diversos modos de fazê-lo. — Suas vantagens: 1.º ensino; 2.º oração; 3.º arma poderosa.

101. — *Que é o sinal da cruz?*

R. — *O sinal da cruz é o distintivo, o lábaro do cristão. Êle o separa dos infiéis. Traça-se fazendo três cruzes, com o dedo polegar direito, na testa, nos lábios, no peito, ou então, uma só cruz com a mão direita, da testa ao peito e do ombro esquerdo ao direito.*

É um movimento da mão pelo qual representamos a figura da cruz. — Desde que Nosso Senhor Jesús Cristo nos remiu, morrendo por nós na cruz, tornou-se êste instrumento de suplício, objeto glorificado: a cruz ocupa na Igreja lugar de honra, impera sôbre os edifícios religiosos, encontra-se nas estradas, está no peito dos valentes, brilha como jóia no diadema dos reis e está dependurada no pescoço das pessoas cristãs. Porém, não satisfeitos ainda com tais homenagens, os cristãos, desde a origem da nossa religião, fizeram uso do *sinal da cruz*, já traçando-o com a mão sôbre sí mesmos, da testa ao peito, e do ombro esquerdo ao direito (*benzer*); já fazendo menor êste mesmo sinal, no coração com o polegar; ou então, três vezes da mesma forma na testa, nos lábios e no coração (*persignar*), como na missa, no momento do evangelho; já, enfim, traçando-o com a mão direita em cima dos objetos a que queremos dar a bênção.

Em qualquer destas formas, o sinal da cruz veio a ser o lábaro do cristão, distintivo que mostra imediatamente o fiel batizado e o separa dos infiéis.

O sinal da cruz é, pois, de alguma maneira, uma *profissão de fé* em síntese, um como resumo do símbolo.

102. — *Que vantagens oferece o sinal da cruz?*

R. — *É a um tempo ensino, — oração, — e arma poderosa contra o demônio e a tentação.*

1.º É *ensino.* — Com efeito, lembra de modo sucinto os três principais mistérios de nossa santa religião. — Ao traçarmos sôbre nós o sinal da cruz, pronunciamos estas palavras: "Em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo". Ora, aí está o enunciado muito claro de primeiro mistério: *santíssima Trindade.*

No mesmo instante, formamos sôbre nós o sinal da cruz; ora, esta figura da cruz na qual morreu por nós o Filho de Deus feito homem, lembra visivelmente o mistério da redenção.

Por outra parte, Jesús Cristo não podia ter sido pregado na cruz e morrer por nós, se dantes, não tivesse tomado corpo semelhante aos nossos, se não se tivesse feito homem; logo, confessamos, implicitamente, pelo sinal da cruz, o mistério da *incarnação.*

2.º É *oração.* — Porque, ao fazermos o sinal da cruz, elevamos o nosso pensamento para Deus e para seu Filho único, Nosso Senhor Jesús Cristo, e confiamo-nos na sua proteção todo poderosa. É porisso que iniciamos ordinariamente nossos atos de religião pelo sinal da cruz, e os terminamos da mesma maneira. Quando temos pouco tempo para rezar, o sinal da cruz supre, de algum modo, a oração mais extensa.

O sinal da cruz é ainda oração quando o traçamos sôbre nós mesmos ou sôbre o objeto para o qual solicitamos a bênção de Deus. Com efeito, é pela cruz que nos foram merecidas todas as graças, e o sinal da cruz as atrai com abundância.

3.º O sinal da cruz é *arma* poderosa contra o demônio e suas tentações. — Desde que Nosso Senhor Jesús Cristo, morrendo na cruz, destruiu o império do demônio, êste sinal sagrado derruba e afugenta o eterno inimigo das nossas almas. Porisso é que a partir dos primeiros séculos, a Igreja se valeu do sinal da cruz para expelir o demônio do corpo dos possessos e dos catecúmenos apresentados ao batismo; ainda hoje, emprega-o nos *exorcismos* e na administração de todos os *sacramentos.*

Mas os fiéis também o podem usar muito eficazmente para arredar o espírito impuro e as más tentações. Muitas vezes, um mero sinal da cruz conseguiu expelir o demônio, pôr côbro a todas suas ciladas, e dar em terra com todas as suas armadilhas.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

Para o sinal da cruz reunir tôdas estas vantagens e produzir todos êstes efeitos, é preciso fazê-lo com fé e *piedade,* isto é, com a atenção e o respeito próprios de um ato religioso. Senão é ato sem significação, sem mérito nem préstimo.

O verdadeiro cristão: 1.º esmera-se em *fazer bem* o sinal da cruz, com regularidade, gravidade, pensando no que diz e no que faz.

2.º Êle o faz amiúde, nomeadamente de manhã, logo ao acordar; de noite, antes de adormecer. Principia por êste sinal sagrado suas orações, seu trabalho e principais ações.

3.º Vale-se do sinal da cruz nos perigos e tentações. O estandarte que foi dado ao imperador Constantino como arma poderosa e penhor da vitória, foi a cruz. Também ao cristão a fé lhe diz: "Por êste sinal hás de vencer".

SEGUNDA PARTE

DEVERES QUE TEMOS DE CUMPRIR

OU

MORAL CRISTÃ

LIÇÃO PRELIMINAR

A moral e as diversas leis

Moral em geral. — Moral natural e moral cristã. — Diversas leis: 1.º natural; 2.º divina positiva; 3.º humana.

103. — *Que se entende por moral?*

R. — *Moral é o conjunto das regras que servem para nortear os costumes e atos livres do homem, de acôrdo com as luzes da reta razão e de harmonia com a vontade positiva de Deus.*

Para o homem desempenhar seu papel e alcançar a eterna bem-aventurança não sòmente cumpre-lhe acreditar nas verdades que a fé ensina e se acham resumidas no símbolo, acresce ainda observar os preceitos que Deus impõe, quer na *lei natural* exarada no fundo da conciência, quer nas *leis positivas* que Deus revelou.

Distinguimos, com efeito, duas partes na moral; uma *natural,* a outra *cristã.* A *moral* natural determina os costumes segundo a reta razão; é a que a filosofia ensina e convém a qualquer homem, seja qual fôr a sua religião. A moral cristã vai mais longe. Além de preceituar tudo quanto encerra a moral natural, aperfeiçoa-a inspirando-se mais alto; toma, como normas, não só as luzes da simples razão, senão os ensinos ministrados pelo próprio Deus, por Nosso Senhor Jesús Cristo e apresentados aos fiéis pela autoridade da Igreja. Enquanto a primeira só atende à razão e se denomina orgulhosamente *moral filosófica* ou *independente,* não hesita a segunda, mais

perfeita, em confessar-se *dependente de Deus*. Com efeito, Deus está na base, êle é quem manda. Está no vértice: êle é quem julga, pune a desobediência ou premeia a fidelidade.

104. — *Dai a conhecer as diversas leis.*

R. — *Temos a lei natural, a lei divina positiva e as leis humanas: eclesiásticas ou civis.*

Não há propriamente senão uma só lei: a suprema vontade de Deus; é desta que as outras tiram a sua fôrça. No entanto, essa lei absoluta e eterna pode ser comunicada de vários modos. Portanto, distinguimos:

1.º A *lei natural*. — É a lei eterna de Deus, aprovando tudo o que é bom, condenando o que é mau, lei manifestada ao homem pela razão, ou gravada pelo instinto na conciência que não foi depravada ou enuviada. "É ela, diz santo Tomaz, o reflexo da luz divina em nós, a participação da criatura inteligente na lei eterna".

2.º A *lei divina positiva*. — É a que Deus acrescenta à primeira; trata das cousas que, por si próprias, podem ser indiferentes, tornando-se contudo boas ou más, em consequência de uma ordem que, em particular, Deus nos dá: por exemplo, esta ou aquela prática de religião, esta ou aquela proibição... Várias vezes, Deus promulgou leis para o homem, especialmente em duas épocas: pelo ministério de Moisés, deu a *lei judaica* ou *mosaica*, e, por Jesús Cristo, a *lei evangélica* ou *cristã*. Chamam-se ainda antiga lei e nova lei.

3.º Há também *leis humanas*. — São leis feitas pelos homens, e cujo fim é o bem-estar das sociedades. Há duas espécies: umas dimanam da autoridade religiosa; outras, da autoridade civil. Aquelas são chamadas *leis eclesiásticas*; estas, *leis civis*.

Por termos que desenvolver aquí a *moral cristã*, isto é, os deveres que os cristãos têm de praticar, trataremos

sucessivamente dos *mandamentos da lei de Deus* ou preceitos divinos contidos no *decálogo*, e dos *mandamentos da Igreja*, impostos a todos os fiéis.

CONCLUSÃO PRÁTICA

No sermão do monte, pronunciou o divino Mestre esta sentença: "Nem todos os que clamam: Senhor, Senhor, hão de entrar no reino dos céus; sòmente há de entrar, quem fizer a vontade de meu Pai que está no céu". (*S. Mat.*, VII, 21).

Importa, pois, sobremodo, conhecermos a vontade de Deus e a ela nos submetermos plenamente. Ora, não se encontra esta vontade na *moral independente*, não; mas, sim, na manifestação que Deus, pela *moral revelada* e especialmente pela *moral evangélica* ou *cristã*, fez das suas intenções e das suas ordens. Daví dizia, falando da antiga lei de Moisés: "Vossa lei, ó Deus meu, é objeto contínuo da minha meditação". Quanto mais razão não temos nós para fazermos da lei mais perfeita de Cristo, a matéria dos nossos estudos, o norte da nossa vida!... Havemos, pois, de estudá-la, com espírito dócil, nos *mandamentos da lei de Deus e da Igreja.*

MANDAMENTOS DA LEI DE DEUS

OU

DECÁLOGO

Nota. — Logo após cada pergunta, as primeiras linhas em grifo podem ser decoradas e recitadas pelos alunos.

NOÇÕES GERAIS

Decálogo: história, preceitos. — Obrigação de observar o decálogo.

105. — *Que é o decálogo?*

R. — *A palavra decálogo designa os mandamentos da lei de Deus. São dez:*

1.º *Amar a Deus sôbre todas as cousas;*
2.º *Não tomar seu santo Nome em vão;*
3.º *Guardar domingos e festas;*

4.º *Honrar pai e mãi;*
5.º *Não matar;*
6.º *Não pecar contra a castidade;*
7.º *Não furtar;*
8.º *Não levantar falso testemunho;*
9.º *Não desejar a mulher do próximo;*
10.º *Não cobiçar as cousas alheias.*

A palavra decálogo (de dois vocábulos gregos, *dez* e *palavra*) emprega-se para designar os *dez mandamentos* que Deus promulgou para seu povo no monte Sinai, e Nosso Senhor renovou no Evangelho.

No Sinai, Deus entrega o decálogo a Moisés.

Estes preceitos existiam antes, pelo menos quanto à substância, na lei natural, que Deus tinha gravado no coração do homem desde o começo do mundo. Porém, ficavam esquecidos, e Deus, diz Bossuet, resolveu lavrar na pedra o que o homem já não podia mais ler no coração.

Moisés narrou esta maravilhosa promulgação, da qual tinha sido testemunha, ou melhor, medianeiro. Era

para o ano de 2500 da criação, uns 1700 anos antes de Jesús Cristo. O povo hebraico, liberto das cadeias do Egito, tinha atravessado o mar Vermelho, e chegara às fraldas do Horeb. Cincoenta dias tinham decorrido desde a saída do Egito; o povo todo estava arranchado ao pé do monte; sòmente Moisés recebera ordem para galgar a encosta. De repente, ao levantar do sol, densa nuvem envolveu a montanha que apareceu completamente abrasada. Em meio dos relâmpagos e do trovão, reboou uma voz temerosa que dizia, para todo o povo ouvir:

I. "Sou eu o Senhor, vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito, da casa de servidão. Diante de mim, não tereis outros deuses. Não fareis imagens esculpidas, nem qualquer figura para adorá-las ou serví-las.

II. Não jurareis em vão o nome do Senhor vosso Deus.

III. Lembrai-vos de santificar o dia do Senhor.

IV. Honrai vosso pai e vossa mãe para terdes sôbre a terra vida dilatada.

V. Não matareis.

VI. Não cometereis o pecado de impureza.

VII. Não furtareis.

VIII. Não levantareis falso testemunho contra o próximo.

IX. Não desejareis a mulher do próximo.

X. Não cobiçareis sua casa, nem seu servo, nem sua criada, nem seu boi, nem seu jumento nem cousa alguma do que lhe pertence" (*Êxodo,* xx).

Formulados estes dez preceitos, Deus os escreveu sôbre duas tábuas de pedra que entregou a seu servo Moisés.

A primeira tábua trazia os três primeiros mandamentos que determinam nossos deveres *para com Deus:* a segunda, os sete outros que determinam nossos deveres

para com o próximo. Sabe-se que Moisés, ao encontrar o povo de Israel prostrado em adoração diante de um bezerro de ouro, em justo arroubo de cólera, quebrou as tábuas da lei: Deus lhe entregou outras; conservaram-nas preciosamente na Arca de aliança, debaixo do Tabernáculo, e mais tarde, foram depositadas no *Santo dos santos* do templo de Jerusalém. Dsapareceram no incêndio da cidade e do templo, quando estes foram assolados por Nabucodonosor.

106. — *Temos obrigação de observar os mandamentos da lei de Deus?*

R. — *Sim: somos obrigados a observar os mandamentos da lei de Deus, e basta pecarmos gravemente contra um só dêles para merecermos o inferno.*

Sim, devemos observar os mandamentos da lei de Deus, pois:

1.º Sendo o decálogo resumo da lei natural e desenvolvimento dos deveres sagrados que nos dita a conciência, resulta, para todo o homem, a obrigação severa, rigorosa, de observá-los como os conhece.

2.º Nosso Senhor, longe de revogar os preceitos do decálogo, pelo contrário, promulgou-os de novo no Evangelho.

Um dia, veio um jovem perguntar-lhe: "Senhor, que me cumpre fazer para ter a vida eterna?" Respondeu Jesús: "Observai os mandamentos. — E quais mandamentos?" Entrou então o Salvador a lembrar os preceitos do decálogo.

Logo vigoram tanto debaixo da lei cristã como debaixo da lei judaica.

3.º Mais; Deus é juiz e remunerador: há de recompensar os que seguirem seus mandamentos; há de punir os que os postergarem, de modo que, quem não quiser obedecer por amor, assim mesmo deve fazê-lo por receio,

por interêsse, senão por afeto. É êste duplo sentimento que Deus intentava inspirar quando desdobrava, na promulgação da lei, êsse aparelho formidável que espantou os Hebreus; quando acrescentava, logo que o edito foi publicado, ameaças e promessas; a maldição, os flagelos, a invasão estrangeira chegariam atrás da desobediência; pelo contrário, as bênçãos do céu e da terra haveriam de acompanhar a fidelidade. Ora, estes bens e estes males temporais, que os Judeus sentiam em extremo, eram o prenúncio dos bens e dos males espirituais e eternos, que serão o galardão da nossa fidelidade ou o castigo da nossa desobediência.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Falando da lei que dera, dizia Deus ao povo de Israel. "Minhas palavras hão de ser gravadas no teu coração; tu as meditarás na tua morada e nos caminhos, antes de adormeceres, e ao acordares; serão de alguma sorte escritas na tua mão, nas portas da tua casa..." (*Deut.*, IV, 619).

Deverá o povo cristão mostrar menos gratidão, menos zêlo? Os mandamentos da lei de Deus acham-se na oração da manhã. É costume excelente recitá-los todos os dias pedindo a graça de observá-los fielmente. Não será menos profícuo, inteirar-nos do sentido que encerram e andarmos perfeitamente em dia com as obrigações que dêles resultam. "Pois aquele, diz S. Tiago, que tiver cumprido a lei inteira, e der falta num só ponto, pecará contra tôda a lei" (*Ep.*, II, 10).

1.º MANDAMENTO

Amar a Deus sôbre todas as cousas

Divisão do assunto.

107. — *Que ordena Deus pelo primeiro mandamento?*

R. — *Deus ordena diretamente de amá-lo e adorá-lo; mas, por êste fato, encerra implícita e indiretamente a obrigação de crer em Deus e nele pôr tôda a esperança.*

Dalí, quatro deveres: 1.º *crer* em Deus; 2.º *esperar* nele; 3.º *amá-lo* com todo o coração; 4.º *adorá-lo* e *não adorar senão a êle só.*

Satisfazemos às três primeiras obrigações pela prática de três virtudes: *fé, esperança, caridade.* Estas virtudes são chamadas teologais, por terem Deus como objeto imediato e se relacionarem diretamente com êle. Teremos, portanto, que estudar primeiro estas três virtudes e os deveres que impõem.

Quanto à quarta obrigação imposta pelo primeiro mandamento, é preenchida pelo *culto* ou *adoração.* Êste dever dará ensejo de estudar primeiro o *culto que devemos a Deus,* depois os *pecados* que se podem cometer *contra a adoração,* e enfim, os *diferentes cultos* que tributamos: 1.º a Nossa Senhora; 2.º aos anjos e aos santos; 3.º à cruz, às relíquias e às imagens.

§ I. — Fé.

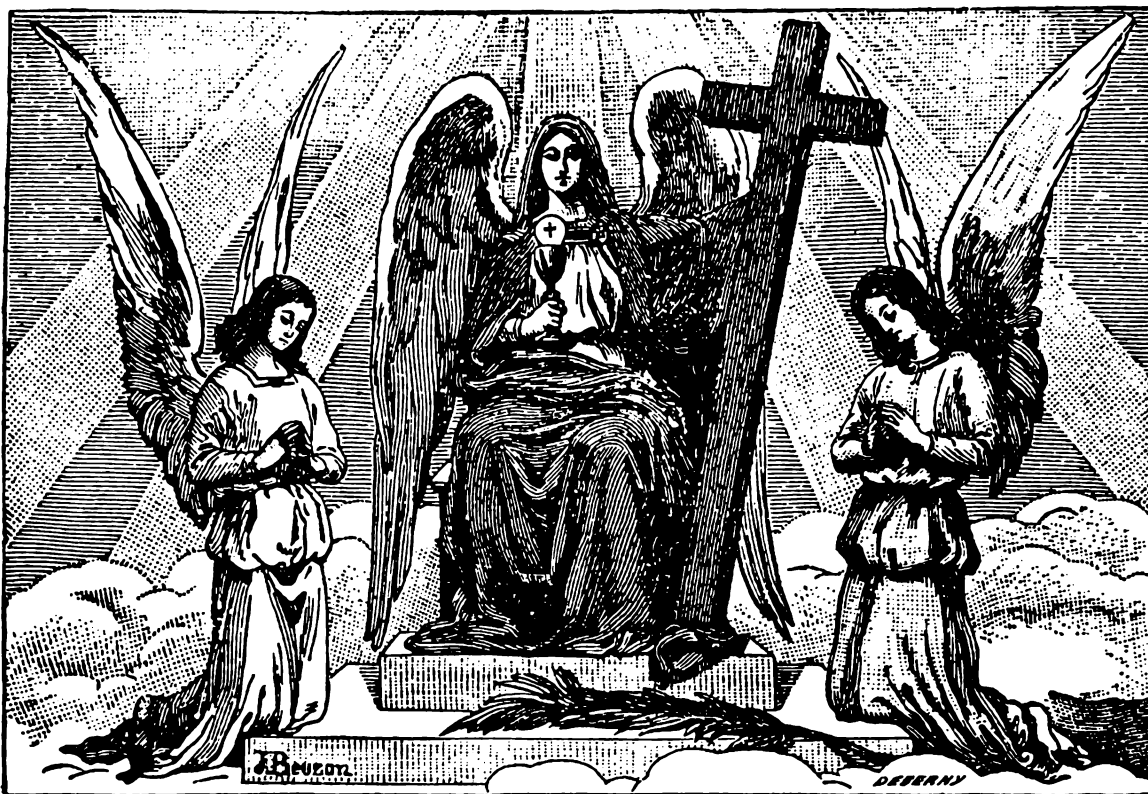
Fé. — Sua necessidade. — Verdades que é preciso conhecer e crer. — Principais pecados: 1.º contra a fé em geral; 2.º contra a fé interior; 3.º contra a fé exterior.

108. — *Que é a fé?*

R. — *A fé é uma virtude sobrenatural infundida por Deus, pela qual cremos firmemente todas as verdades reveladas pelo mesmo Deus e propostas pela Igreja.*

A fé é chamada *virtude* por ser, com efeito, inclinação, hábito da alma, que leva ao bem; *sobrenatural* porque não se pode adquirir, nem praticar com as únicas fôrças humanas, senão que é formada em nós pela graça e tende para um bem não terrestre e natural, e sim espiritual e eterno.

Esta disposição, — como a da esperança e da caridade, — nos é comunicada no batismo. Pela fé, cremos *firmemente,* isto é, sem dúvida alguma, todas as verdades reveladas por Deus e ensinadas pela Igreja, e se as cremos,

é *pela autoridade da palavra de Deus,* isto é, nós nos firmamos na veracidade de Deus, que não pode iludir-nos nem enganar-se. O testemunho que dá o homem pode falhar; o de Deus, porém, é infalível, e nisto funda-se a certeza absoluta da fé dos cristãos.

FÉ. — *Radica-se na cruz e na santíssima Eucaristia; como os anjos, eleva-se até o céu; alcança a palma do martírio e da vitória.*

109. — *Será a fé necessária à salvação? Quais são as verdades que devemos mais circunstanciadamente conhecer e acreditar para sermos salvos?*

R. — *Sim, a fé é absolutamente necessária à salvação; ela é o fundamento e a raiz da justificação.*

Para nos salvarmos, devemos crer implicitamente todas as verdades por Deus reveladas e ensinadas pela Igreja e, de modo explícito e particular:

1.º *A existência de um Deus único, que tudo criou e tudo governa por sua Providência;*

2.º *A existência da alma imortal e da vida futura, onde Deus recompensa os bons e castiga os maus: portanto, certeza do céu e do inferno;*

3.º *Os três principais mistérios de nossa santa religião: trindade, incarnação e redenção.*

I. Sim, a fé é absolutamente necessária à salvação. "Sem ela, diz são Paulo, é impossível agradarmos a Deus" (*Hebr.*, xv, 6) e, portanto, impossível alcançarmos o céu. Segundo reza o concílio de Trento, é o fundamento e a raiz da justificação. Sem a fé, não se pode obter o perdão, nem chegar à glória.

II. O objeto da fé é o conjunto das verdades reveladas. Porém, não há necessidade de acreditar da mesma maneira todas as verdades da fé. Umas, devemos crer explicitamente, isto é, em particular e nos pormenores; outras, basta crê-las implicitamente, isto é, em geral. Se eu disser, por exemplo: "Creio tudo quanto crê e ensina a santa Igreja", faço um ato de fé implícita em todos os dogmas revelados por Deus. Esta fé geral, porém, não é suficiente. Há verdades que o cristão deve crer de modo explícito e particular, as quais, portanto, tem de conhecer detalhadamente. Neste número incluem-se:

1.º A existência de um Deus único, que tudo criou e tudo governa por sua Providência;

2.º A existência da alma imortal e da vida futura, onde Deus recompensa os bons e castiga os maus: portanto, certeza do céu e do inferno;

3.º É necessário também conhecer e crer os três principais mistérios de nossa santa religião: trindade, incarnação e redenção.

Para o cristão, é também dever, ainda que não tão rigoroso talvez, contudo grave: *a*) conhecer e crer os artigos do símbolo; *b*) saber, ao menos quanto às idéias, a oração dominical, os mandamentos da lei de Deus e da Igreja; *c*) saber e crer o que ensina a Igreja a respeito dos sacramentos já recebidos ou por receber, e enfim,

conhecer as disposições requeridas para sua conveniente e digna recepção.

Acrescentemos ainda que não basta ter a fé *interior*, isto é, a que reside no coração; mas é necessário, às vezes, professá-la *exteriormente* por palavras e atos. Nosso Senhor declara que há de renegar perante o seu Pai os que o tiverem renegado perante os homens (*S. Mat.*, x, 32). Ora, esta obrigação de professar exteriormente a fé existe sempre que o silêncio ou a abstenção havia de ser injúria a Deus ou à religião, ou dar ao próximo escândalo grave.

110. — *Quais são os principais pecados que se podem cometer contra a fé?*

R. — *Pode-se pecar contra a fé:*

1.º *Por negligência em instruir-se pessoalmente das verdades que cumpre saber e crer.*

2.º *Por falta de zêlo e cautela deixando-se afrouxar ou perder a fé.*

Peca-se contra a fé interior por infidelidade, heresia e apostasia e, contra a fé exterior, por indiferença prática e por respeito humano.

Especialmente hoje em dia, são muitos, infelizmente os pecados contra a fé.

I. Mencionemos primeiro, nas disposições gerais:

1.º A *negligência* em instruir-se pessoalmente das verdades que cumpre saber e crer, e, para os pais e mestres, o descuído do importante dever de mandar instruir os filhos e empregados.

2.º *A falta de zêlo e cautela* nos que possuem a fé e a deixam afrouxar ou perder-se. A leitura de livros contra a fé, o convívio com pessoas ímpias ou de fé apoucada, são um perigo contra o qual devemos andar de sobreaviso.

II. Contra a *fé interior*, há três pecados principais, São:

1.º A *infidelidade.* — Consiste em não querer aceitar a fé, nem acreditar na doutrina cristã. A infidelidade, contudo, é falta, sòmente quando voluntária, isto é, quando rejeitamos a verdade, de caso pensado.

2.º A *heresia.* — É pecado daquele que nega, teimando, alguma verdade da fé. A heresia acarreta a *excomunhão* para quem faz profissão exterior e obstinada de algum êrro contra a fé, filiando-se por exemplo aos hereges, ao seu culto, de modo habitual e continuado.

Certos erros modernos condenados pelo *Sílabus* de Pio IX (1864), pelo *concílio do Vaticano* (1869-70), por Pio X na Encíclica *Pascendi* (1907), arrolam-se nas heresias; por exemplo: o *ateísmo,* que nega a Deus; o *racionalismo,* muito chegado à incredulidade, que não quer admitir senão o que abrangem as raias da razão; o *materialismo,* que nada vê nem crê além da matéria sensível e palpável; o *cepticismo* ou dúvida voluntária das verdades da fé, terminando por não aceitar mais certeza alguma; o *modernismo,* falsa adaptação da doutrina católica às pretensas exigências da sociedade atual.

3.º A *apostasia.* — É o pecado de quem, tendo feito profissão da fé católica, a rejeita completamente, passando para a infidelidade, o judaísmo, o maometismo, etc... Para os cristãos, o *materialismo,* o *niilismo* e o tal chamado *livre pensamento* constituem uma espécie de apostasia.

III. Enfim, relativamente à *fé exterior,* notamos como faltas principais:

1.º A *indiferença prática.* — É descuído repetido que leva a eximir-se por êste ou aquele pretexto, dos deveres religiosos que a fé impõe. Muito facilmente tal descuído pode vir a ser estôrvo que causa a perda da fé em quem o comete, e dá escândalo ao próximo.

2.º O *respeito humano.* — É uma cobardia; consiste em corar da fé, em não ousar parecer cristão por mêdo da crítica ou dos juízos do mundo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Propriamente falando, não é a fé o resultado dos nossos esforços ou da nossa vontade, é um dom de Deus; o primeiro meio, então, para adquirí-la e conservá-la será pedir êste dom pela oração. "Senhor, diziam os discípulos, fortalecei, aumentai a nossa fé". Entretanto, robustece-se pela instrução religiosa, pelo *estudo do cristianismo* nos livros sérios, escritos por quem conhece a religião.

O cristão deve acautelar-se contra os *maus livros*. Existe em Roma uma congregação chamada do *Índice*, fundada por Pio IV, em 1564. Assiste-lhe o dever de examinar os livros e condená-los quando perigosos quer para a fé, quer para os costumes. Segundo as regras do *Índice*, revistas em 1897 por ordem de Leão XIII, é proibido expressamente ler livros de *hereges* tratando especialmente de matérias religiosas. Aquele que, ciente, infringe esta proibição, não só é culpado de desobediência grave, como também incorre na excomunhão reservada ao Sumo Pontífice.

É proibido igualmente, sob pena de pecado, ler *jornais* e *revistas*, cujo *plano determinado* é combater a religião ou os costumes.

§ II. — Esperança.

Esperança: seu duplo objeto. — Três motivos de esperança cristã: — Pecados contra a esperança: 1.º presunção; 2.º desespêro.

111. — *Que é a esperança?*

R. — *A esperança é uma virtude sobrenatural infundida por Deus, pela qual confiamos alcançar do mesmo Deus a vida eterna e os meios necessários para conseguí-la.*

A esperança, como a fé, tem origem sobrenatural; vem de Deus; recebemo-la no batismo; seu fim é sobrenatural, como o da fé; põe a mira em bens melhores do que os bens da terra. Como a fé, é necessária à salvação. A Escritura sagrada fala amiúde da obrigação de pormos em Deus a nossa confiança.

A esperança tem objeto duplo:

O primeiro, essencial e final, é o *céu,* glória eterna, suprema bem-aventurança, consistindo na visão e no gôzo de Deus. É o próprio fim da nossa criação.

O segundo objeto, são os socorros de que carecemos para alcançar êste fim. Uma palavra os resume: a *graça.*

ESPERANÇA. — *Apesar da coroa de espinhos, sente a luz celestial que vem do alto e, como âncora inabalável, tem certeza de alcançar um dia a palma da vitória.*

Concebe-se que Deus, querendo êste fim sobrenatural, está obrigado a proporcionar-nos meios para atingí-lo. O Rei-Profeta diz: "Deus nos dará *graça* e *glória*" (*Salmos,* LXXXIII, 12). Portanto, devemos esperar a luz, a fôrça, o socorro, a perseverança, e mesmo o arrependimento se fôr preciso.

Pelo que respeita aos *bens temporais,* é sòmente de modo indireto que são objeto da nossa esperança; isto é, devemos esperar de Deus o que fôr necessário, pois temos dêle promessa formal, e esperar ainda os bens úteis, contanto que esta nossa esperança seja submissa e

conformada à vontade de Deus, não sendo estes bens prejudiciais à nossa salvação.

112. — *Quais são os motivos da esperança cristã?*

R. — *Podemos apontar três motivos de esperança que lhe comunicam certeza absoluta:*

1.º *A bondade infinita de Deus;*
2.º *As promessas formais de Deus;*
3.º *Os méritos de Jesús Cristo.*

1.º *A bondade infinita de Deus.* — A simples razão diz, com efeito, assim como a fé, que Deus nosso Criador e Pai, é bom e poderoso. Por outra parte, somos pobres e infelizes. Sua bondade e nossa fraqueza compelem, portanto, Deus a conceder-nos os socorros que esperamos.

2.º As *promessas formais de Deus.* — "Há de ser, êle mesmo o diz, nossa recompensa infinitamente grande". Com razão, fala o apóstolo são Paulo:

"Êle fez a promessa, e esta promessa, jurou cumprí-la para dar à nossa esperança mais fôrça" (*Hebr.*, VI, 17); e sabemos que Deus não mente.

3.º Os *méritos de Jesús Cristo.* — De antemão, Nosso Senhor pagou a graça e a glória que esperamos, não com ouro ou prata, mas com o preço do seu sangue. "Deus, diz ainda S. Paulo, dando-nos seu Filho, por êle deu-nos tudo" (*Rom.*, VIII, 32). "Mas êste Filho, tendo oferecido sangue e vida por nossa salvação, vem a ser base segura da nossa esperança" (I *Tim.*, I, 1.).

113. — *Quais são os principais pecados contra a esperança?*

R. — *Os pecados contra a esperança resumem-se em dois: pecados por excesso e pecados por falta. O excesso chama-se presunção; a falta chama-se desespêro.*

Presunção é confiança excessiva pela qual, ousadamente, contamos com o céu e a graça. Deixar de converter-se por enquanto, a pretexto que Deus é muito bom

para nos abandonar ao inferno e será bastante pedirmos perdão na hora da morte; contar com as próprias fôrças e cuidar que sem a graça havemos de salvar-nos; ficar nas ocasiões de pecado dizendo: "Qual! hei de resistir..."; não nos valer dos meios estabelecidos por Deus, oração, sacramentos, pensando que poderemos assim mesmo morrer na graça: eis pecados de presunção.

O apóstolo S. Pedro, pela grande confiança que tinha em si próprio e por sua tríplice apostasia, vem a ser exemplo frisante da presunção e suas consequências.

Desespêro, pelo contrário, é desconfiança excessiva e voluntária da bondade de Deus, que nos leva a descoroçoar, e afasta-nos do nosso fim, do céu. Eis pecados de desespêro: julgar-se réprobo, aconteça o que acontecer, por causa das faltas cometidas, dos maus hábitos que se tem; considerar-se, na adversidade, desamparado de Deus; queixar-se da Providência; desejar a morte; suicidar-se; arredar-se por desânimo, da oração e dos sacramentos ficando assim sem fôrça, sem defesa... *Caim* e *Judas* apresentam, ambos, exemplos do pecado de desespêro, o qual geralmente, é mais grave que o pecado de presunção.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Cometer pecado mortal, diz santo Isidoro, é dar a morte à alma; entregar-se ao desespêro, é descer ao inferno". — "Amanhã, vou me converter, diz o pecador ousado. — Insensato! responde o Senhor, esta mesma noite, Deus há de pedir a tua alma".

O verdadeiro cristão vai caminhando entre estes dois abismos: *desespêro* e *presunção*. Confia em Deus, mas desconfia muito de si próprio. Antes da culpa, a justiça de Deus o assusta; depois dela, espera na misericórdia divina.

"O bom ladrão, diz santo Agostinho, foi convertido e salvo na hora da morte. Sim, mas o mau ladrão não recebeu o mesmo favor. Aquí está um que se salva na hora da morte: não desespereis. É um só: não fiqueis confiados demais".

§ III. — Caridade.

A caridade: objeto duplo. — I Amor de Deus: caridade perfeita e imperfeita. — Pecados opostos ao amor de Deus.

114. — *Que é a caridade?*

R. — *A caridade é uma virtude sobrenatural infundida por Deus, pela qual o amamos sôbre todas as cousas e ao próximo como a nós mesmos por amor de Deus.*

CARIDADE. — *Ama a Deus de todo o coração, e, por amor de Deus, ama ao próximo como a si mesma, a exemplo de são Vicente de Paulo e das Irmãs de Caridade.*

É o sacramento de batismo que infunde na alma a caridade, virtude cristã e sobrenatural, assim como infunde a fé e a esperança. Ela tem objeto duplo: primeiro, *Deus*, que amamos por êle mesmo, acima de tudo o mais; depois, o *próximo* que amamos por Deus; e eis porque, na lei evangélica, o amor do próximo muito se distância do mero sentimento de altruísmo, humanidade ou filantropia. Nada foi mais vezes nem mais claramente definido por Nosso Senhor do que esta dupla lei da

caridade, que é, pode-se dizer, o resumo da religião. "Amareis, diz êle, o Senhor vosso Deus, é o primeiro e maior dos mandamentos e aquí tendes o segundo mandamento, semelhante ao primeiro: Amareis ao vosso próximo como a vós mesmos" (*S. Mat.*, XXII, 37-39). Portanto, a caridade é considerada como a mais perfeita das virtudes teologais, e diz ainda S. Paulo que a fé, capaz embora de remover os montes, não teria, sem a caridade, valor algum.

Passemos agora a explanar seu duplo objeto: *Deus* e o *próximo*.

I. — Amor de Deus

115. — *Há quantas maneiras de amar a Deus?*

R. — *Distinguimos duas: uma é chamada caridade perfeita; outra, caridade imperfeita.*

A primeira consiste em amar a Deus por êle mesmo, pelas perfeições que o tornam infinitamente amável e não pelos benefícios que nos depara: pois, neste último motivo, transparecem uns laivos de egoísmo, e haverá nisto algo de menos generoso. Desenvolvendo esta caridade *perfeita*, manda o preceito que amemos a Deus "acima de tôdas as cousas, com todo o nosso coração, com tôda a nossa alma, tôdas as nossas fôrças" (*S. Mat.*, XXII).

Para ser perfeito, portanto, o amor de Deus deve exceder todos os demais afetos, de forma que estejamos prontos a sacrificar tudo antes de separar-nos de Deus. Êste amor patenteia-se melhor nos atos que nas palavras; poderemos crer que o possuímos quando fizermos tudo quanto Deus manda, e evitarmos tudo quanto proíbe. Enfim, nosso coração, nossa alma, nossas fôrças estão na verdade consagradas a Deus, se lhe oferecemos todos os nossos afetos, nossas ações tôdas, refrindo-lhe tudo

de tal modo que seja êle deveras a nossa meta última, o nosso escopo final.

Se a caridade não tiver as condições que aduzimos, será sòmente *imperfeita.* Isto não significa que tal caridade seja culpada, ou de censurar, não; pois ainda que imperfeita, a caridade é boa, é um sentimento honroso que leva a amar a Deus por gratidão. Porém, esta caridade imperfeita é insuficiente por si mesma: não satisfaz por completo ao preceito, porisso cumpre fazermos mais, de vez em quando, atos de caridade perfeita.

116. — *Quais são os pecados opostos ao amor de Deus?*

R. — *Todo e qualquer pecado é oposto ao amor de Deus. Opõem-se mais diretamente à caridade:* 1.º *o ódio de Deus;* — 2.º *o esquecimento de Deus;* — 3.º *as preferências que damos às criaturas.*

Qualquer pecado, em geral, é oposto ao amor de Deus, porque tôda a desobediência importa numa falta de amor para com Deus. Qualquer pecado mortal em particular, é contrário, essencialmente, à caridade, pois apaga esta virtude no coração do culpado.

Mas os pecados mais *diretamente* opostos ao amor de Deus são:

1.º O *ódio de Deus,* pecado do qual nem podemos fazer idéia, sendo Deus a própria bondade; e no entanto, há quem o insulte, quem o blasfeme, e se esmere em derrubar-lhe o reino e a religião; é o ódio que os *perturba e lhes transtorna as faculdades.*

2.º O *esquecimento de Deus.* — Externa-se pelo descuido ou desgôsto nos deveres religiosos.

3.º A *preferência que damos às criaturas* contra Deus, quando amamos nossos pais ou outras pessoas mais que Deus, ou mesmo, tanto como êle.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Relativa aos atos das virtudes teologais.

"Se alguém me amar, diz Nosso Senhor, guardará a minha palavra". O amor de Deus prova-se portanto pelas obras. É o que levava o apóstolo S. João a dizer: "Quem disser que conhece a Deus e não observar seus mandamentos é um mentiroso".

Uma das manifestações mais excelentes do nosso amor de Deus será levantarmos para êle nossos pensamentos e nosso coração, rezando os atos das virtudes teologais.

O cristão é obrigado a fazer *atos de fé, de esperança* e *caridade*:

1.º Quando chega à idade de razão e conhece seus deveres para com Deus:

2.º Na hora da morte, quando está para voltar a Deus.

3.º *De tempos a tempos* no decorrer da vida. Por esta expressão *de tempos a tempos*, entende-se geralmente todos os meses mais ou menos, e quem passasse êste prazo, talvez cometesse pecado grave. Todavia, desempenha seu dever o que reza alguma oração contendo estes atos, como seja o *Padre Nosso, o símbolo*, se bem que não empregue a fórmula própria dos atos.

4.º Há casos especiais em que temos de fazer atos de *fé, de esperança e caridade;* será por exemplo, quando estivermos tentados contra esta ou aquela virtude, quando quisermos cumprir certos deveres religiosos que os exigem, como receber os sacramentos de penitência, de eucaristia.

Ato de fé. — Eu creio firmemente que há um só Deus em três pessoas realmente distintas, Padre, Filho e Espírito Santo; que dá o céu aos bons e o inferno aos maus para sempre.

Creio que o Filho de Deus se fez homem, padeceu e morreu na cruz para nos salvar, e ao terceiro dia ressuscitou. Creio todo o mais que crê e ensina a Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana; porque Deus, verdade infalível, lho revelou. E nesta crença quero viver e morrer.

Ato de esperança. — Eu espero, meu Deus, com firme confiança, que, pelos merecimentos de meu Senhor Jesús Cristo, me dareis a salvação eterna e as graças necessárias para conseguí-la; porque Vós, sumamente bom e poderoso, o haveis prometido a quem observar fielmente os vossos mandamentos, como eu proponho fazer com o vosso auxílio.

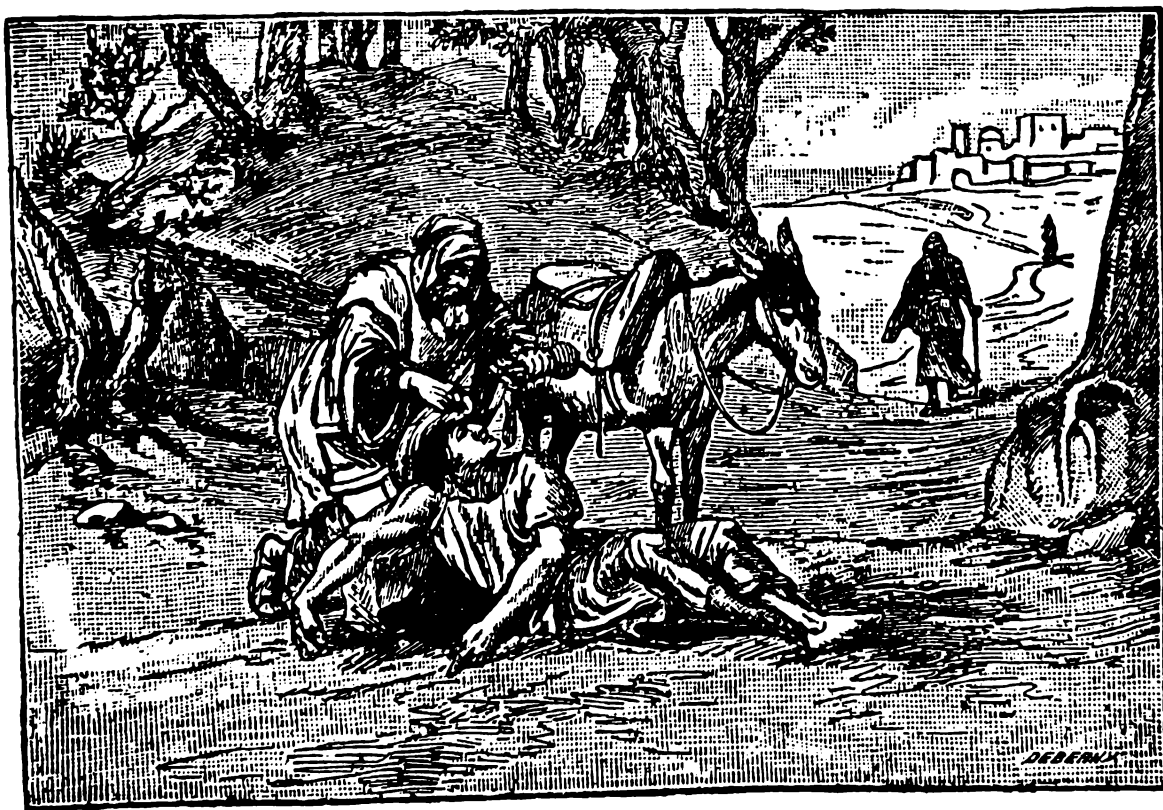
Ato de caridade. — Eu vos amo, meu Deus, de todo o coração e sôbre todas as cousas, parque sois infinitamente bom e amável; e antes quero perder tudo que vos ofender. Por amor de vós, amo ao próximo como a mim mesmo.

Atos resumidos. — Meu Deus, creio tudo quanto ensina vossa Igreja; espero em Vós, porque sois clemência inefável e amo-Vos sôbre todas as cousas porque sois bondade infinita.

II. — Amor do próximo.

Três deveres que abrangem: 1.º o amor dos inimigos; 2.º a esmola; 3.º a correção fraterna. — Pecados contra o amor ao próximo.

117. — *Explicai o dever da caridade para com o próximo.*

R. — *A caridade para com o próximo é virtude cristã da qual o mundo antigo nada sabia, e que Nosso Senhor trouxe à terra. Consiste em amar o próximo, isto é, todos os homens, e em amá-los por Deus.*

O bom Samaritano: exemplo perfeito de caridade para com o próximo.

Posto que deva a caridade abranger todos os homens, até nossos inimigos, certa ordem, contudo, deve reger o exercício desta virtude: colocam-se, em primeiro lugar,

os pais; depois, os irmãos, irmãs e demais parentes; depois, nossos amigos, benfeitores, concidadãos, e enfim, os estrangeiros.

A caridade cristã leva a amar o próximo *por Deus*, isto é, no intuito de agradar a Deus, tomando o próprio Jesús Cristo como modêlo e objeto da nossa caridade.

O cristão trata de não se conformar unicamente com um sentimento de humanidade, mas reveste seus atos caridosos com intenções mais nobres, procurando inspirações em fontes mais elevadas e perfeitas. Lembra-se: 1.º que o mandamento de amar o próximo não se baseia sòmente na lei natural, que ordena de amar os semelhantes, senão na lei positiva de Nosso Senhor: "Eu vos dou, diz êle, um mandamento novo, é que vos ameis uns aos outros" (*S. João,* XIII, 34); 2.º que todos os homens, já irmãos por causa de Adão, foram unidos mais estreitamente ainda por Jesús Cristo, que a todos resgatou com seu sangue.

118. — *Quais são os principais deveres que abrange o preceito da caridade para com o próximo?*

R. — *A regra geral é amar ao próximo como a nós mesmos. Logo, cumpre: 1.º não termos raiva de ninguém; 2.º desejarmos, pelo contrário, para todos, o bem espiritual e temporal que desejamos para nós mesmos; 3.º fazermos, de fato, aos outros, todo o bem que razoàvelmente quiséramos nos fizessem; 4.º orarmos pelo próximo.*

Mas, no detalhe, deparamos, no dever da caridade, três obrigações especiais: 1.º o amor dos inimigos; 2.º a esmola; 3.º a correção fraterna.

1.º O *amor dos inimigos* não é nenhum conselho de perfeição, mas sim preceito imposto por Nosso Senhor, "E eu vos digo: Amai vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam" (*S. Mat.*, v, 44). Perdoarmos no fundo do coração, repelirmos qualquer ódio ou desejo de vingança, aceitarmos as desculpas de quem nos ofendeu, se as pedir,

e abrangê-lo pelo menos na caridade comum; é isto, quando menos, o que exige de nós o preceito de Cristo. A não ser assim, com que direito poderíamos dizer a Deus: "Perdoai-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos?..."

2.º A *esmola,* tão pouco, não é sòmente conselho, mas sim, preceito positivo para todos os que a podem dar. O *mau rico* da parábola é condenado ao inferno, só por não ter dado esmola. Sob pena de falta grave, e na proporção de suas posses, as pessoas ricas devem aliviar os pobres que se acham em *necessidade comum,* isto é, os que a custo ganham o sustento; com mais razão têm de auxiliar a quem se acha em *necessidade mais urgente,* dando até mais que o supérfluo.

3.º A *correção fraterna.* — É obra de caridade espiritual, como a esmola é obra da caridade corporal. Consiste em avisar o próximo dos seus defeitos e das suas faltas, quando isto se pode fazer sem inconveniente sério e quando, aliás, há motivo de esperar fruto da correção. Êste dever assiste especialmente aos superiores.

119. — *Quais são os pecados contrários ao amor do próximo?*

R. — *Constituem faltas contrárias ao amor do próximo o descuido dos deveres acima lembrados e, mais particularmente, o ódio, a discórdia e o escândalo.*

O descuido dos deveres acima lembrados pode constituir falta contrária ao amor do próximo. Há, porém, vários pecados mais particularmente opostos a esta virtude. Na ordem natural, são o *ódio* e a *discórdia;* na ordem espiritual, o *escândalo.*

1.º O *ódio* é sentimento de aversão contra o próximo; leva-nos a ficar com raiva dêle ou a desejar que lhe aconteça algum mal: as injúrias, maus tratos, ferimentos, homicídios, daí resultam naturalmente. O ódio violento e refletido é sem dúvida pecado mortal.

2.º *A discórdia.* — Esta palavra designa, em geral, qualquer dissensão que divide espíritos e corações, e quebra, com palavras azêdas ou proceder desleal, o vínculos da caridade.

3.º *O escândalo* fere o próximo na alma. Chama-se *escândalo* qualquer palavra ou ato que vem a ser, para o próximo, ocasião de ofender a Deus. — Teremos ensejo de falar nesta falta quando explicarmos o quinto mandamento.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Se alguém possue bens nêste mundo, escreve S. João, e vendo o irmão em apuros, fecha o coração, e nega-lhe socorro, como pode o amor de Deus permanecer nêle? Irmãos bem amados, amemo-nos uns aos outros, pois a caridade é de Deus. Se alguém disser: "Amo a Deus", e não deixa de odiar o irmão, é mentiroso; pois, como pode êste, não amando ao irmão que êle vê, amar a Deus que êle não vê?" (I *S. João,* III).

Os mestres da vida cristã distinguiram e encareceram *sete obras de misericórdia espiritual*: 1.º corrigir os que erram; 2.º ensinar os ignorantes; 3.º dar conselhos a quem precisa; 4.º consolar os aflitos; 5.º perdoar as ofensas; 6.º sofrer com paciência as injúrias; 7.º rezar pelos vivos e pelos mortos.

Distinguem e encarecem também *sete obras de misericórdia corporal:* 1.º dar de comer a quem tem fome; 2.º dar de beber a quem tem sêde; 3.º vestir os nús; 4.º resgatar os cativos; 5.º visitar os doentes e prisioneiros; 6.º hospedar os estrangeiros e viajantes; 7.º sepultar os mortos.

Debaixo dos farrapos é Deus que divisamos; estende a mão o pobre, mas é Deus quem recebe (*S. Ambrósio*).

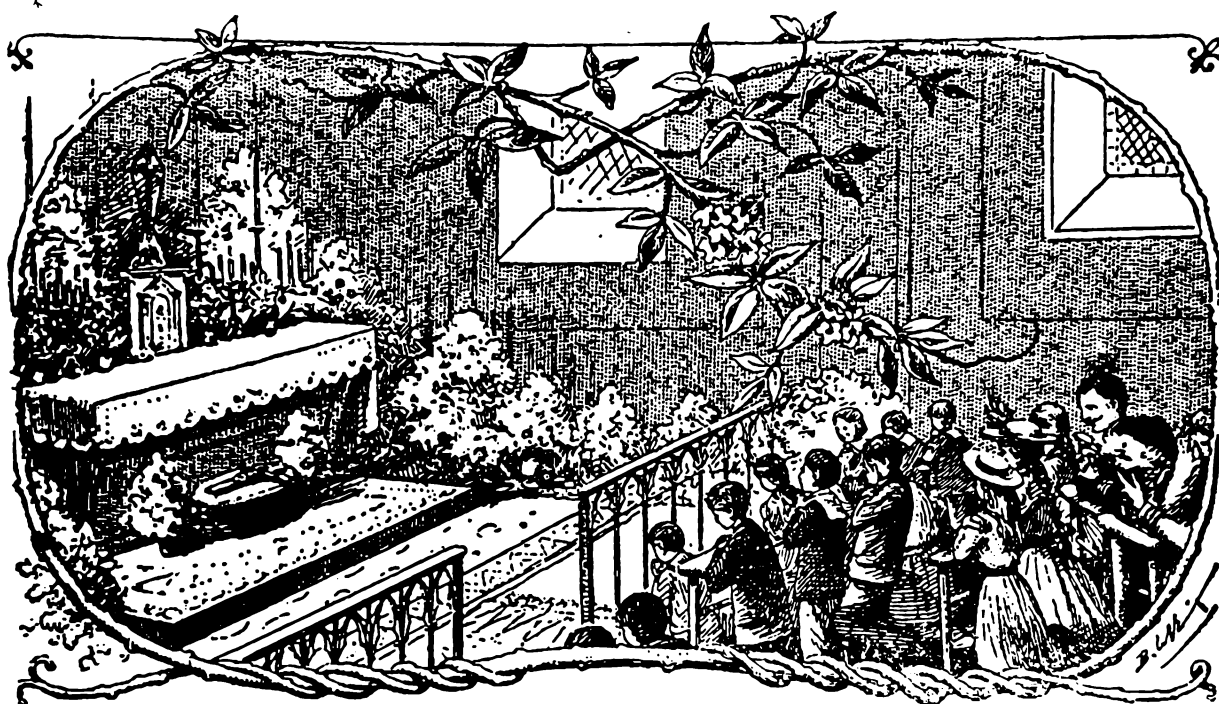
§ IV. — Adoração.

I. — Culto de adoração ou de latria devido a Deus

Adoração ou culto de latria. — Qualidades do culto; deve ser: 1.º interior; 2.º exterior; 3.º público. — Dever da adoração.

120. — *Que é adoração?*

R. — *Adoração ou culto de latria é a honra ou homenagem suprema devida a Deus como ao criador e soberano senhor de tôdas as cousas.*

Quanto mais elevado acima de nós é o ser, tanto maior honra lhe devemos. Ora, o ato pelo qual a criatura reconhece a Deus como seu criador e senhor absoluto de tôdas as cousas, é a honra suprema: é a *adoração.* E porque há um só criador, único mestre soberano, resulta daí não pertencer o culto da adoração senão ao único Deus, conforme lembra o primeiro preceito do decálogo.

Culto de adoração devido a Deus; tem de ser interior, exterior e público.

121, — *Que qualidades deve ter o culto que tributamos a Deus?*

R. — *Deve ter três qualidades principais; ser: interior, exterior e público:*

1.º *Deve ser interior,* isto é, a verdadeira devoção deve originar-se no coração, e nossas homenagens tôdas, se não incluíssem a do espírito e da vontade, nenhum valor teriam. "Os verdadeiros adoradores, dizia Nosso Senhor à Samaritana, hão de adorar o Pai em espírito e em verdade" (*S. João,* IV, 21). Os sentimentos de fé, esperança, amor e respeito perfazem o culto interior.

2.º *Deve ser exterior,* isto é, manifestar-se por meio de atos. O homem, com efeito, não é puro espírito: tem

também um corpo. Ora, deve a Deus a homenagem do seu ser inteiro, e o corpo deve tomar parte no culto com atos visíveis, que são: oração vocal, práticas religiosas, postura respeitosa na presença de Deus. É fato sabido que o homem é levado a externar seus sentimentos, e o sentimento da adoração mais que qualquer outro. Além disso, tais manifestações são o amparo do culto interior.

3.º *Deve ser público,* isto é, mostrar-se algumas vezes publicamente nas reuniões e assembléias religiosas. O homem não foi criado para viver isolado; pertence à sociedade que tem também seus deveres a preencher para com Deus, e então é preciso, para dar bom exemplo, como para o cabal e completo desempenho dêsses deveres sociais, que todos participem nestas homenagens públicas e solenes: assistência à missa, aos ofícios da Igreja, às cerimônias públicas.

122. — *Quando devemos particularmente adorar a Deus?*

R. — *Devemos adorar a Deus todos os dias, de manhã e à noite; aos domingos, dia especialmente consagrado a Deus; antes de lhe apresentarmos as nossas súplicas.*

Há tempos determinados para a adoração: 1.º todos os dias, de *manhã* e de *noite;* 2.º no *domingo,* especialmente consagrado a Deus; nesse dia, impõe-nos a Igreja o dever de assistir ao santo sacrifício da missa, que é o ato de adoração por excelência.

Enfim, devemos adorar a Deus sempre que necessitamos o seu socorro e começar geralmente nossas orações por um *ato de adoração,* pelo qual rememoramos a presença e majestade infinita de Deus. Tendo-lhe tributado as nossas homenagens, estaremos melhor preparados para apresentar os nossos requerimentos: fim, êste, da oração.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"*Ato de adoração.* — Meu Deus, creio que estais aquí presente; adoro-vos e vos amo de todo o coração; dou-vos infinitas graças por me haverdes criado e feito nascer no grêmio da Igreja Católica: por me haverdes conservado nesta noite (*ou* neste dia) e preservado de morte repentina. Em união com os merecimentos de Jesús Cristo, de sua Mãi Santíssima e de todos os santos, ofereço-vos todos os meus pensamentos, palavras e obras, para vossa maior glória, em ação de graças por todos os benefícios que de Vós tenho recebido e em satisfação de meus pecados. Dignai-vos, Senhor, de preservar-me neste dia (*ou* nesta noite) do pecado e livrai-me de todo o mal. Amém".

Esta forma da nossa vassalagem para com Deus, vem muito de molde no princípio de todos os nossos atos religiosos e não podíamos achar expressão mais adequada dos nossos respeitos e homenagens ao entrarmos numa igreja.

II. — Pecados contra a adoração

Principais pecados opostos à adoração: I. irreligião; 1.º tentação de Deus; 2.º irreverência; 3.º sacrilégio. — II. Superstição: idolatria; 2.º culto ilegítimo; 3.º superstições propriamente ditas; 4.º superstições modernas.

123. — *Quais são os principais pecados opostos à adoração?*

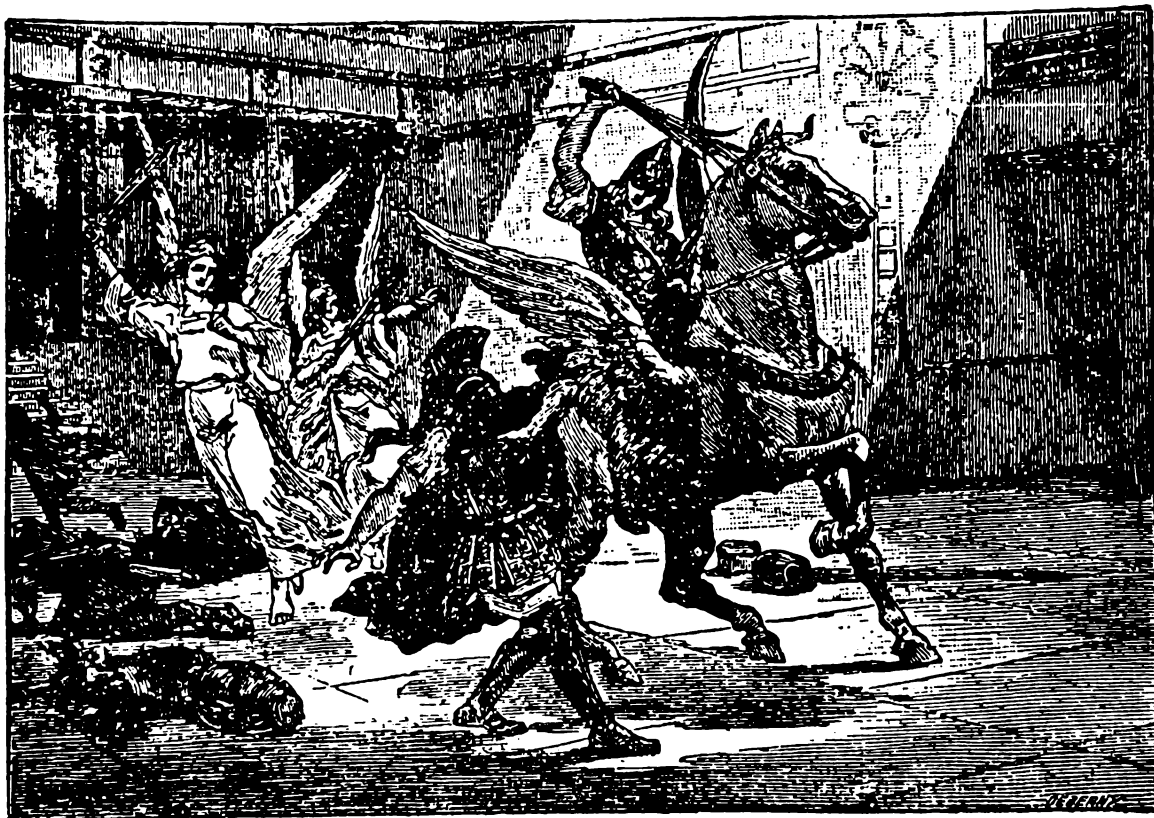
R. — *Há duas classes de pecados opostos à adoração: 1.º os pecados de irreligião ou deficiência de adoração; são a tentação de Deus, a irreverência e o sacrilégio; 2.º os pecados por excesso: a idolatria, o culto ilegítimo e a superstição.*

Entre as superstições, são mais notáveis certas operações magnéticas e o espiritismo.

Os pecados opostos à adoração podem repartir-se em duas classes: uns, por deficiência, são chamados *pecados de irreligião;* outros, por excesso, chamam-se *pecados de superstição.*

I. Os principais pecados de irreligião são: a *tentação de Deus,* a *irreverência* e o *sacrilégio.*

1.º *Tentação de Deus.* — Tentamos a Deus quando requeremos, sem motivo razoável, favores extraordinários ou milagres sòmente para experimentar o poder divino e sem tomar meios eficazes, idôneos para os alcançar.

2.º *Irreverência.* — É o pecado de quem trata sem respeito a religião, seus ministros, os lugares santos, objetos bentos, etc.

O sacrílego Heliodoro é castigado pelos anjos.

3.º *Sacrilégio.* — É mais grave que a irreverência: é a profanação das cousas santas. De muitas maneiras pode-se cometer o sacrilégio: *a*) para com as *pessoas* consagradas a Deus pelas ordens sacras, votos de religião, ou voto de castidade, seja ferindo-as, seja cometendo, de parceria com elas, pecados de luxúria; *b*) para com os *lugares santos*, igrejas, cemitérios, profanando-os pelo incêndio, homicídio, atos indecentes, sepultura de um infiel; *c*) para com as *cousas santas:* sacramentos, santos óleos, vasos sagrados, relíquias, cruzes, imagens, paramentos e vestes sacras; é sacrilégio receber indignamente

um sacramento, em particular a santíssima Eucaristia, fazer dos objetos do culto, uso profano ou ímpio, e sobretudo ultrajar as santas hóstias consagradas.

II. *Superstição.* — Em geral, consiste em tributar a uma criatura a honra e o culto que não são devidos senão a Deus, ou em tributar a Deus um culto que êle mesmo não aprova.

Eis os principais pecados de superstição:

1.º *Idolatria.* — É o culto de adoração que se presta a uma criatura. A idolatria peor é certamente prestar culto supremo ao demônio, eterno inimigo de Deus: ora, é êste o pecado do paganismo antigo, no qual o demônio se fazia adorar pelo povo nos ídolos. Mas não será mais ou menos a mesma idolatria, dirigir-se diretamente ao demônio para obter dêle cousas que só Deus pode conceder?

2.º *Culto ilegítimo.* — É um culto que tributamos a Deus, mas de maneira que êle não aprova. Seria um culto *falso,* caso se apoiasse em milagres falsos, falsas revelações; *supérfluo,* se aos atos religiosos aprovados pela Igreja, se ajuntassem outras práticas vãs, inúteis, como seja acrescentar cerimônias à missa, honrar os santos com práticas ridículas, etc.

3.º *Superstição propriamente dita.* — Dá-se êste apelido a certas práticas pelas quais, mediante compromisso *expresso* ou *tácito* com o demônio, pede-se e espera-se, de uma causa, algum efeito extraordinário que ela, por si mesma, não é capaz de produzir. Neste particular, são inúmeras as variedades e o nome muda conforme o gênero de superstição empregado. É a vã *observância,* pedindo-se a cura de doenças ou o preservativo contra desgraças, a certas causas não adequadas à realização de tais efeitos: sinais cabalísticos, amuletos, talismãs, observação dos dias felizes ou aziagos, etc...

É *adivinhação* quando se espera o conhecimento do porvir ou de cousas ocultas por meios incapazes por si mesmos: consultar adivinhadores, indagar dos astros, do vôo dos pássaros, das cartas, da sorte ominosa ou feliz, buenadicha, etc.

É *magia,* experimentando fazer cousas maravilhosas que passam as fôrças do homem, não podendo ser levadas a cabo senão com auxílio do demônio. A magia torna-se sortilégio, feitiço ou malefício quando redunda em prejuízo do próximo. — A Igreja condena estas práticas tôdas, como Deus as reprovava para seu povo; quem a elas se entregasse com acinte e impiedade, cometeria certamente culpa grave. A ignorância e a boa fé podem desculpar certa gente menos culta e pode-se admitir em alguns casos a pouca importância da matéria.

4.º Enfim, é preciso registrar no rol das *superstições* censuráveis e culpadas estas práticas antigas que aparecem de novo hoje em dia: operações magnéticas que produzem, além do sono e do sonambulismo, certos efeitos extraordinários, ciência das doenças e dos remédios, conhecimento do futuro, etc...

Outro tanto diremos das *mesas que giram,* e, mais ainda, que falam. A crendice popular muito exagerou os efeitos extraordinários de tais processos; contudo, caso haja resultados reais, a intervenção diabólica é patente, e a Igreja proíbe entregar-se a estas práticas, quer seriamente, quer por mera curiosidade. O *espiritismo,* evocação e consultação dos *espíritos* do outro mundo, não é menos ímpio, nem menos diabólico. Deus, na antiga lei, o proibira rigorosamente. Com igual zêlo e vigor, reprova-o atualmente a Igreja, e a experiência demonstrou que tem razão. Estas superstições, essencialmente más, importam no transtôrno de toda a religião, de toda a moral; lançam a perturbação nas famílias, e levam muitas vezes à ruína, à loucura, ao crime ou ao suicídio.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Às vezes, os inimigos da religião chamam os cristãos de supersticiosos; é censura que não cabe de modo algum à Igreja. Fiel ao ensino da razão e da revelação, o verdadeiro cristão reserva para Deus só as suas adorações. Sabe discriminar o *culto verdadeiro* e *legítimo* de tudo o que se parece com *superstição;* evita tanto as *observâncias vãs e ridículas* quanto acata e venera as cerimônias e usos autorizados pela Igreja. — Desconfia particularmente de tudo o que podia ser conluio diabólico, e anda sempre lembrado desta palavra de um santo doutor: "Quem gracejar com o demônio não poderá jamais alegrar-se com Jesús Cristo". (*S. Pedro Crisólogo*).

§ V. — Culto da santíssima Virgem, anjos e santos.

Culto de dulia ou de honra; hiperdulia. — Legitimidade e utilidade do culto aos anjos e santos. — Legitimidade do culto especial tributado à santíssima virgem.

124. — *Que culto prestamos à santíssima Virgem, aos anjos e santos?*

R. — *O culto que tributamos à santíssima Virgem, aos anjos e santos, não é a adoração, mas sim homenagem de veneração e respeito.*

São os amigos de Deus: porisso os honramos; são os nossos protetores junto dêle: porisso os invocamos. — Uma palavra exprime êste culto, é *dulia,* que significa *respeito, deferência.* Assim, enquanto o culto de *latria,* ou adoração, caracteriza a homenagem suprema que damos ao único Deus, o de *dulia* exprime nossa veneração para os anjos e santos, que não passam de criaturas e servos de Deus. — Por sua dignidade, por sua santidade, Nossa Senhora ocupa o primeiro lugar entre os eleitos, e prestamos a ela um *culto de honra superior* ao que damos aos santos; êste culto chama-se hiperdulia. Mas não é a adoração, e há distância muito grande entre as homenagens que os católicos tributam a Deus e as que dão a Nossa Senhora. A fórmula usada nas orações da

Igreja salienta muito bem esta diferença; a Deus falamos: "O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai-nos, etc..."; — à Nossa Senhora: "Santa Maria, mãe de Deus, rogai por nós..."; — a Nosso Senhor: "Tende piedade de nós"; — aos anjos e santos: "Intercedei por nós".

125. — *Será o culto dos anjos e dos santos razoável e legítimo?*

R. — *Sim, êste culto é perfeitamente razoável e legítimo. Os anjos e os santos são nossos modelos, nossos benfeitores e as suas orações têm grande poder junto ao trono de Deus.*

Êste culto consta de dois atos: nós os *honramos* e *invocamos.*

Ora: 1.º haverá cousa mais justa que *honrá-los.* Pois, não damos, na terra, mostras de veneração e respeito a nossos pais, aos nossos superiores, e particularmente aos grandes homens que se distinguem por seus benefícios ou seus predicados? Guardamos sua lembrança e lhes erigimos estátuas. Os anjos são criaturas mais perfeitas que nós e amparam-nos; os santos são benfeitores e modelos: logo, baseia-se na razão e na gratidão o culto que lhes tributamos. Encontra apôio também na tradição cristã, isto é, nos ensinos e exemplos da Igreja desde a sua origem.

2.º Que seja lícito e proveitoso *invocá-los,* não padece dúvida. Na terra, a oração do justo já tem poder e é deferida por Deus; disto somos cientes; e então, não é razoável pensar que no céu, muito maior crédito há de ter esta oração? É justamente o que rezam as sagradas Escrituras... Onias e Jeremias o profeta, falecidos de havia muito, oravam eficazmente pelo povo de Israel (II *Macab.,* XV).

Muita razão, pois, tem o concílio tridentino ao encarecer a saudável e útil invocação aos santos; a

experiência, aliás, todos os dias, desdobra às nossas vistas, provas de utilidade e eficácia das nossas orações apresentadas a Deus por intercessão dos anjos e santos.

126. — *Não devemos a Nossa Senhora um culto especial?*

R. — *Sim, a santíssima Virgem tem direito a homenagens especiais e superiores às que tributamos aos santos, porque é Mãe de Deus, nossa Mãe, e a mais santa e mais poderosa das criaturas.*

As mesmas razões que militam a favor de homenagens tributadas aos anjos e santos, e as tornam legítimas, reclamam, para a santíssima Virgem, culto especial.

1.º Ela é *Mãe de Deus,* e por êste título, ocupa, na criação, lugar glorioso e único.

2.º É *nossa Mãe;* já tinha para nós extremos, afeto de mãe, pois fôra chamada a cooperar com seu Filho na obra da nossa redenção; mais ainda, Jesús, na cruz, nos deu Maria como Mãe quando nos disse, falando a S. João, que nos representava: "Eis aquí vossa Mãe!" Ora, uma mãe merece provas especiais de ternura e gratidão.

3.º Enfim, a santíssima Virgem foi, na terra, *mais santa* do que todos os eleitos, e no céu, é *a mais poderosa.*

Por estas razões todas, sempre a Igreja praticou e ensinou a devoção a Nossa Senhora. Vinte séculos de graças e benefícios abonam a confiança em Maria, mostram que esta confiança não é cousa inútil, mostram quanto agradam a Deus as homenagens que tributamos à sua Mãe, que também agora veio a ser *nossa* Mãe.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Rodeados de contínuo pela proteção dos nossos amigos do céu, não deixemos passar um dia sequer sem dirigirmos um ato de amor e uma oração aos que foram constituídos especialmente para nos amparar: ao anjo da guarda; ao santo padroeiro, cujo nome recebemos no batismo; aos santos cuja vida nos fala mais

à alma, ou se parece mais com a nossa, e especialmente àquela que é considerada como Padroeira universal de todos os cristãos.

Vantajosamente nos serviremos para êste fim das orações que a Igreja põe nos lábios dos fiéis:

"Anjo de Deus, que por divina piedade sois minha guarda e proteção, inspirai-me, defendei-me dirigí-me e governai-me. Amém":

"Grande Santo, cujo nome tenho a honra de trazer, orai por mim, protegei-me para eu poder servir a Deus como o servistes na terra e glorificá-lo eternamente convosco no céu".

O cristão devoto de Nossa Senhora gosta de repetir a bela oração de São Bernardo:

"Lembrai-vos, ó puríssima Virgem Maria, que nunca se ouviu dizer que algum daqueles que recorreram à vossa proteção, imploraram o vosso socorro, fosse por vós desamparado. Animado eu, pois, com igual confiança, a vós Virgem entre todas singular, como a minha mãe recorro; de vós me valho, e gemendo sob o pêso de meus pecados, me prostro aos vossos pés. Não rejeiteis as minhas súplicas, ó Mãe do Filho de Deus humanado, mas dignai-vos de as ouvir propícia e de me alcançar o que Vos rogo. Amém".

(300 *dias de ind. cada vez*).

§ VI. — Culto das relíquias, cruzes e imagens.

Culto às relíquias: legítimo, útil. — Culto à cruz. — Culto às santas imagens.

127. — *Dai a conhecer o culto das relíquias e o que se deve pensar a respeito.*

R. — *O culto das santas relíquias é muito legítimo e muito útil. Não se refere aos próprios objetos venerados, mas aos santos de quem são os restos preciosos.*

Chamam-se *relíquias* dos santos principalmente os restos de seus corpos, seus ossos, e também, em sentido mais lato, os objetos que usaram, os instrumentos do seu suplício, etc. Os seus despojos mortais são naturalmente mais importantes e mais dignos do nosso respeito.

A Igreja católica concede às relíquias um culto que não é *absoluto,* isto é, limitado aos próprios objetos, senão *relativo,* isto é, *remonta* até os santos de quem estes objetos são restos preciosos.

I. *Êste culto é muito legítimo.* — Com efeito, gostamos de conservar e venerar o que nos fica dos nossos pais, dos nossos amigos, dos grandes vultos que ilustraram nossa terra. Achamos muito justo que seus restos mortais sejam cercados de respeito; guardamos piedosamente qualquer lembrança de sua pessoa. E então, não seriam os santos dignos de honra igual? Seus corpos foram templos do Espírito Santo; hão de ressuscitar gloriosos; honrá-los não será justo? A Igreja sempre o acreditou, e desde o princípio do cristianismo, teve religioso respeito para com os corpos dos santos e dos mártires. O concílio de Trento definiu que êste culto era muito legítimo.

II. *É muito útil.* — Haverá cousa mais própria que a presença dos restos mortais dos santos para levantarmos até o céu os nossos pensamentos? Muitas vezes também vemos, no Antigo e no Novo Testamento, que Deus recompensa com favores e prodígios, o respeito às santas relíquias. Os ossos de Eliseu ressuscitam um morto; as roupas que usou são Paulo curam os enfermos. Enfim, os milagres, muitas vezes realizados no túmulo dos santos e especialmente dos mártires, são um estímulo para a fé do povo.

128. — *Falai do culto da santa cruz.*

R. — *As parcelas do sagrado lenho em que se realizou o mistério de nossa redenção foram sempre objeto de veneração especial. Merecem igualmente o nosso respeito, pela lembrança que despertam, as cruzes feitas de madeira ou de metal.*

A *cruz* que serviu ao suplício de Nosso Senhor tinha sido enterrada no próprio monte do Calvário. Pesquisas, ordenadas por santa Helena, trouxeram a descoberta da verdadeira cruz, a 3 de maio de 326. Celebra-se o aniversário na *festa da Invenção da santa Cruz*. Desde então, entrou a ser objeto de grande veneração. Neste lenho

sagrado se realizara o mistério da nossa redenção; por seu aconchêgo, Jesús Cristo o tinha santificado; com seu sangue, êle o tinha enrubecido; no século VII, a verdadeira cruz caiu no poder de Cosroés, rei da Pérsia. Heráclio, porém, imperador de Constantinopla, obteve sua restituição. Êle fez timbre de levá-la pessoalmente, e com todo o fausto, ao próprio lugar donde fôra tirada, isto é, à Igreja da Ressurreição, em Jerusalém (628). É o aniversário desta solenidade que se festeja sob o título de *Exaltação* da santa Cruz, a 14 de setembro.

Desde a descoberta da verdadeira cruz, foi considerado felicidade e riqueza possuir algum fragmento dela; e tributa-se a estas pias relíquias culto especial. Não é isto, com toda a certeza, adoração da madeira, mas sim d'Aquele que morreu na cruz, e é neste sentido que se deve entender a expressão aceita: *adoração da cruz.*

Conforme o modêlo da cruz do Salvador, muitas outras cruzes foram feitas, de madeira, de metal, etc. Estas não são relíquias; porém, devido à lembrança que despertam, merecem também nosso respeito e veneração.

129. — *Que se deve pensar do culto das imagens?*

R. — *O culto das sagradas imagens é tão antigo como o cristianismo. O cristão não adora as imagens. São preciosas lembranças que lhe falam aos sentidos e ao coração com preciosíssimas vantagens para a sua piedade.*

Entende-se por *culto das santas imagens* a honra que se tributa, na Igreja católica, às representações, pintadas, esculpidas, ou gravadas, de Nosso Senhor Jesús Cristo, de Nossa Senhora, ou dos santos. Êste culto é tão antigo como o cristianismo; as imagens que se acharam nas catacumbas, são prova evidente. No oitavo século, foi impugnado o culto das imagens, com furor ímpio, pelos *iconoclastas* ou quebradores de imagens. No século

dezesseis, renovaram os *protestantes* a heresia e impiedade dos iconoclastas.

O segundo concílio de Nicéia (787) e o concílio de Trento (1545-1563) determinaram, contra os hereges, ser muito louvável o culto das santas imagens, não encerrar êle êrro algum, e muito menos ainda, nenhuma idolatria. Com efeito, êste culto não se dirige diretamente à imagem, mas sim, a quem está representado pela imagem.

O cristão não a adora; vê alí piedosa lembrança, e dela se vale como de um meio que se dirige aos sentidos para melhor falar ao coração e o levantar mais alto. "O culto às Imagens, conclue o concílio tridentino, deve-se, portanto, conservar na Igreja, tal qual sempre existiu e nele os fiéis hão de achar preciosíssimas vantagens para a sua piedade".

CONCLUSÃO PRÁTICA

Se o retrato de um pai, mãe, irmão, amigo, muitas vezes desperta em nós sentimentos bons e piedosos; se com a vista desta imagem surgem em nosso ânimo pensamentos elevados, resoluções generosas, muito mais podemos esperar das inspirações saudáveis que hão de nascer ao contemplarmos a representação de Jesús crucificado, ou outra santa imagem ou uma relíquia autêntica e verdadeira!...

Os nossos pais na fé muito bem entendiam a linguagem, os ensinamentos das imagens, das representações santas; porisso, as belas igrejas e catedrais esplêndidas da idade média eram verdadeiros poemas nos quais se cultivava o espírito, se abrasava o coração com o espetáculo das esculturas, pinturas, vitrais coloridos, ou desenhos que falavam à vista.

Oxalá encontremos de novo em todo o lar cristão o *crucifixo,* que é ensino e modêlo; a imagem da *Virgem,* cuja beleza doce e inocente incita à virtude e convida à confiança; estatuazinhas dos *santos* protetores da família; algumas pias *relíquias,* tesouro caro e precioso: a um tempo salvaguarda e consôlo!... Oh! quem nos dará fé robusta? Fruiremos com ela piedade, honra e alegria no lar.

II.º MANDAMENTO

Não jurar o santo nome de Deus em vão

Divisão das matérias.

130. — *Que proíbe Deus pelo segundo mandamento?*

R. — *Pelo segundo mandamento, Deus proíbe diretamente pronunciar em vão o nome do Senhor. Esta proibição compreende os juramentos vãos, as blasfêmias, as imprecações e a transgressão dos votos ou promessas.*

Mas *indiretamente*, ou na significação mais lata, o objeto do segundo mandamento é levar-nos a respeitar o santo nome de Deus em tudo e por toda a parte: pois, consoante repara o catecismo do concílio tridentino, "não são as letras, nem as sílabas que se têm de considerar, nem o nome na sua feição, mas sim, a cousa expressa por êste nome: isto é, o poder e a majestade eterna de um Deus uno e trino". Donde resulta haver vários modos de faltar ao acato devido ao santo nome de Deus; porisso é que entre as proibições do segundo mandamento, compreendemos quatro cousas: 1.º *juramento* feito em vão; 2.º *blasfêmia;* 3.º *imprecações,* e 4.º *transgressão dos votos* que se têm feito.

Estas matérias serão explanadas nos quatro parágrafos consagrados ao desenvolvimento do segundo preceito.

§ I. — Juramento.

Noção do juramento. — Três requisitos para ser lícito. — Regras relativas à execução do juramento.

131. — *Que é juramento?*

R. — *Juramento é um ato religioso no qual tomamos a Deus pessoalmente ou por alguma criatura sua, como testemunha da verdade do que asseveramos ou da sinceridade das promessas que fazemos.*

Deus é tomado *pessoalmente* como testemunha quando seu nome é pronunciado, por exemplo: "Juro diante de Deus...", ou quando se faz um ato que vale tanto como estas palavras: assim levantar a mão diante do crucifixo ou sôbre o santo Evangelho. — Toma-se a Deus como testemunha indiretamente *por suas criaturas* dizendo por exemplo: "Apelo para o céu e a terra como que estou falando verdade..."

Para haver juramento, é preciso ter vontade de tomar a Deus como testemunha. Estes dizeres: "Eu juro... Dou minha palavra de honra..." são juras verdadeiras, sòmente quando as entendemos no sentido que acabamos de indicar.

O juramento é *invocatório,* quando se toma a Deus por testemunha de uma cousa passada ou presente, como se vê nos exemplos acima; é chamado *promissório* quando usado para afiançar uma promessa, garantir um compromisso; seria *imprecatório,* se apelássemos para Deus como juiz e vingador do perjúrio. Exemplo: "Deus me dê a morte; caia eu no inferno, se eu não disser a verdade...; se eu não cumprir o prometido..."

132. — *Será permitido o juramento? Em que condições?*

R. — *Sim, o juramento é permitido e até pode vir a ser obrigatório.*

Deve, porém, ser feito conforme a verdade, com juízo e sòmente em cousas justas.

Sempre foi considerado como ato religioso, mesmo no paganismo. Os Romanos chamavam o juramento *sacramento,* isto é, cousa sagrada. O próprio Deus o emprega na Escritura e aprova o seu uso na lei judaica; "Vós cumprireis vossos juramentos" (*S. Mat.,* v., 33).

Todavia, o juramento foi instituído apenas para remédio contra a fraqueza humana: a êle devemos recorrer unicamente em graves ocorrências. Por se

afastarem os homens dêste princípio, é que Nosso Senhor censurou o abuso das juras. "Digo-vos de não jurar, nem pelo céu, nem pela terra... Falai: É; ou: não é, tudo quanto acrescentásseis seria ruim" (*S. Mat., ib.*). Por estas palavras, não se há de inferir que o juramento seja proibido totalmente. Sempre, pelo contrário, foi reconhecido como legítimo, na prática da Igreja; mediante certas condições:

1.º O juramento deve ser feito *conforme a verdade:* se fosse usado para asseverar cousa falsa, seria falta grave, denominada *perjúrio.*

2.º Deve ser feito com *juízo,* isto é, em caso de necessidade ou utilidade grave. É permitido, e mesmo ordenado, a quem está legitimamente chamado perante o tribunal; quando exigido por um superior; quando se assume um encargo, ou se entra em funções públicas.

3.º Deve ser *conforme a justiça,* isto é, não pode ser pronunciado quando se trata de cousa má, ilícita ou injusta. Não é permitido, portanto, prometer com juramento de vingar-se, de cometer crimes; nem prometer da mesma forma cousas que intentamos não cumprir.

133. — *Que regras se hão de seguir na execução do juramento promissório?*

1.º Sempre que o juramento foi feito com os necessários requisitos, segundo a verdade, o juízo e a justiça, é pecado geralmente grave não o cumprir, a não ser que alguma causa legítima nos releve desta obrigação. Juramento político, civil, juramento religioso, no que respeita à conciência, todos impõem a mesma obrigação. Assim acontece, porque violar o juramento é fazer injúria a Deus que foi tomado como testemunha ou caução pela promessa; ésta grave falta é considerada como *perjúrio.*

2.º No entanto, se fizemos o juramento por sermos colhidos de improviso, ou em consequência de engano, ou impelidos por um receio grave, que estorvava a razão e tolhia a liberdade, êle já não obriga mais.

3.º Não obriga tão pouco quando foi feito para alguma cousa má ou injusta. Neste caso, foi pecado o fazer a promessa, e cumprindo-a haveria outro pecado; exemplo, o juramento das *sociedades secretas.*

4.º O juramento fica sem fôrça se a sua realização se tiver tornado impossível por causa de circunstâncias ocorridas desde a promessa, fazendo que esta promessa seja irrealizável ou ilícita; ou ainda se a pessoa a quem demos a promessa nos releva do seu cumprimento.

5.º Enfim, em certos casos, e por motivos válidos, pode a Igreja, na pessoa do papa e dos bispos, conceder dispensa ou comutação de um compromisso feito com juramento.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Como regra geral e afora a necessidade absoluta, deixemo-nos de juramento. Seja a nossa bôca por tal forma acostumada à verdade, que um *sim,* um *não* sejam quanto basta para sossegar as pessoas com quem temos de lidar: é o desejo de Jesús Cristo. Pelo mesmo sentimento de respeito profundo para o nome de Deus, não empreguemos as fórmulas parecidas com o juramento:

Eu juro... por Deus..., palavra de honra..., etc.

No tocante ao juramento prestado nas sociedades secretas de *Maçons, Solidários, Livres Pensadores,* lembremo-nos que é criminoso, pois estas sociedades tôdas almejam oculta ou claramente o desmoronamento de toda autoridade civil ou religiosa. Clemente XII, Bento XIV, Pio VII, Leão XII, Pio IX, Leão XIII sentenciaram a pena de *excomunhão reservada* contra os que prestarem tais juramentos. Mais, Leão XII terminantemente declarou ser nulo o juramento ímpio e culpado pelo qual os sócios se comprometem a guardar silêncio e juram matar quem fizesse revelações.

§ II. — Blasfêmia.

Blasfêmia: diversos modos de blasfemar. — Gravidade dêste pecado.

134. — *Que é a blasfêmia?*

R. — *A blasfêmia é uma palavra injuriosa a Deus, aos santos ou à religião.*

Há blasfêmia não sòmente quando o discurso se faz diretamente contra Deus, mas ainda se fôr contra os santos ou contra a religião. Com efeito, até neste caso, é Deus que fica injuriado *indiretamente,* pois êle é autor da religião e fonte das graças e virtudes dos santos, e Nosso Senhor disse aos que o representam: "Quem vos despreza, a mim despreza" (*S. Lucas,* x, 16).

Blasfema-se contra Deus de três maneiras:

1.º Negando as perfeições que possue, como sua justiça, sua providência, etc.; ou atribuindo-lhe o que é contrário à sua natureza, como a malvadez ou outra imperfeição qualquer.

2.º Amaldiçoando a Deus, desejando que lhe suceda algum mal, ou que não exista.

3.º Falando de Deus ou dos seus atributos com desprêzo ou escárneo. Assim, Juliano o Apóstata, por exemplo, blasfemava quando dirigia a Nosso Senhor esta apóstrofe: "Tu venceste, Galileu!"

135. — *Falai na gravidade da blasfêmia.*

R. — *Todas as blasfêmias contra Deus, quando pronunciadas com reflexão, são pecados mortais, porque ultrajam a majestade de Deus.*

Porisso, na antiga lei, o Senhor ordenou de apedrejar os blasfemos. Inspirando-se nestes mesmos sentimentos de respeito para com o santo nome de Deus, as legislações cristãs editavam contra os blasfemos penas severas, iguais às infligidas aos homicidas e ladrões. São Luiz, rei de

França, mandava furar com ferro em brasa a língua de quem tivesse proferido blasfêmias contra Deus (1); a pedido do papa Clemente IV, suavizou os rigores da lei; mas seus sucessores mantiveram penas graves contra os blasfemos incorrigíveis. Hoje em dia, desapareceram das legislações tais editos; porém, a blasfêmia não fica sendo porisso menos repreensível aos olhos de Deus. É o crime dos demônios, e quem, nesta vida, se parece com êles, merece sofrer o mesmo castigo no inferno.

As blasfêmias contra os santos, Nossa Senhora, a religião, a Igreja, não têm a mesma gravidade do que as outras proferidas contra Deus; contudo, não deixam de ser falta mais ou menos grave, conforme a injúria que encerram.

Não podem ser consideradas como blasfêmias as palavras simplesmente grosseiras ou injuriosas aos homens, nem as locuções em que aparece o nome de Deus, porém sem intenção ruim. Convém todavia evitar tais expressões, opostas por igual ao respeito de Deus e à boa educação.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Constrangido a blasfemar o Cristo ou perder a vida, S. Policarpo respondia: "Já faz oitenta e seis anos que o sirvo, e êle nunca me fez mal algum; como havia então de blasfemar o meu Rei e Salvador?" E morreu, antes do que cometer êste crime. — Acaso, pensam na injúria que fazem a Deus e nos castigos que os aguardam, estes cristãos, cumulados diariamente dos benefícios de Deus, que ultrajam seu santo nome?... É costume, dizem êles, nem cuido do que estou dizendo"; mas, será possível procurar desculpar-se, com o costume, da injúria dirigida ao soberano benfeitor?

"Eu quisera antes morrer, dizia S. Francisco Xavier, do que ouvir blasfemar tantas vezes o santo nome de Deus". Se o nosso amor de Deus não dá para formularmos êste mesmo desejo,

(1) Não devemos extranhar um castigo que hoje nos parece bárbaro, mas perfeitamente de acôrdo com as leis e as sanções daquele tempo.

tomemos, quando menos, o louvável costume de oferecer a Deus reparação quando acontece ouvirmos blasfemar, e rezemos uma ou outra das seguintes jaculatórias:

Bendito seja Deus!

Bendito seja o seu santo nome!

Bendito seja Jesús Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem!

Bendito seja o nome de Jesús!
Bendito seja Jesús no santíssimo Sacramento do altar.
Bendito seja o seu Sacratíssimo Coração!
Bendita seja a grande Mãe de Deus, Maria santíssima!
Bendita seja sua santa e imaculada Conceição!
Bendito seja o nome de Maria, Virgem Mãe!
Bendito seja S. José, seu castíssimo Espôso!
Bendito seja Deus nos seus anjos e nos seus santos!

(Um ano de indulgência cada vez, plenária uma vez no mês para quem as rezar todos os dias. — *Rescritos* de 1810 e 1847).

§ III. — Imprecações.

Várias imprecações: 1.º contra nós mesmos; 2.º contra o próximo; 3.º contra entes privados de entendimento. — Apreciação.

136. — *Que são imprecações?*

R. — *Imprecações são palavras de ódio, ou raiva, desejando, para nós mesmos ou para o próximo, a morte ou qualquer outra infelicidade.*

A imprecação é o contrário da bênção. Abençoar alguém, é desejar o bem para êle; fazer imprecação, é amaldiçoá-lo, entregá-lo à infelicidade.

Examinemos as imprecações:

1.º *Contra nós mesmos.* — Assim, as fórmulas de juramentos imprecatórios: "Morra eu... caia eu no inferno... se eu disser mentira, se eu não tirar desforra!" Se pronunciamos estas palavras de caso pensado e sèriamente, que podemos esperar senão sermos logo atendidos e condenados pela própria bôca? Não está escrito que "Deus atenderá às imprecações dos maus"? (*Ecl.*, IV, 6).

2.º *Contra o próximo.* — São os primeiros e mais ordinários ímpetos com que se externa a cólera. A morte, a condenação, o inferno, são as expressões mais usadas e mais culpadas; havendo reflexão, são certamente pecado mortal. Conforme o grau de atenção e a importância do mal desejado, as outras imprecações serão mais ou menos graves.

3.º *Contra entes privados de razão.* — Na verdade, a imprecação não é tão culpada neste caso; mas sempre é mostra de raiva ou de impaciência, e também é ingratidão para com Deus amaldiçoar suas criaturas e desconhecer os serviços que nos prestam.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Se bem que muitas vezes, nas imprecações, haja antes estouvamento e impaciência do que reflexão e má vontade, é muito difícil desculpar totalmente as fórmulas imprecatórias; são sempre contrárias à caridade cristã e ao respeito próprio. — Quanto aos que já tiverem êste hábito, devem fazer esforços para emendar-se, e neste propósito: 1.º desmentir logo e sinceramente diante de Deus as imprecações que lhes escaparem; 2.º repará-las por uma palavra de bênção ou uma oração a favor dos entes contra quem exprimiram desejo de infelicidade.

§ IV. — Voto.

Noção do voto. — Várias espécies de votos. — Obrigação que decorre do voto — Circunstâncias que dispensam do seu cumprimento.

137. — *Que é voto?*

R. — *Voto é uma promessa livre, feita a Deus, pela qual nos empenhamos, em conciência, em cumprir uma boa obra que não seja embargo para outra mais perfeita.*

Nesta definição, encontramos as condições exigidas para constituir voto verdadeiro, legítimo e obrigatório. A promessa que encerra deve ser *livre;* se fosse feita a poder de temor ou violência, a ponto de ser a razão muito

perturbada, não seria válida. Sendo ato de adoração e dependência, o voto só pode ser oferecido a *Deus;* pode, na verdade encerrar promessa cujo objeto seja honrar a santíssima Virgem ou os santos; mas é com Deus que êste voto nos liga. O voto não é mero propósito, resolução, mas sim, compromisso real, pelo qual ficamos vinculados, *em conciência,* e sob pena de pecado. Enfim, cumpre que a *matéria* do voto, isto é, a cousa prometida, seja possível, boa, não trazendo obstáculo para cousa melhor, como se impedisse a prática de um dever prescrito pela lei de Deus ou da Igreja, ou pela obediência aos superiores.

138. — *Quais são as várias espécies de votos?*

R. — *O voto pode ser: 1.º temporário ou perpétuo; 2.º absoluto ou condicional; 3.º pessoal, real ou misto; 4.º simples ou solene.*

1.º O voto é *temporário* ou *perpétuo,* segundo estabelece a obrigação para um tempo determinado ou para a vida inteira.

2.º É *absoluto* ou *condicional,* conforme é feito sem reserva nem condições, ou depende da realização anterior de uma condição que apontamos. Exemplo: "Si eu sarar ou si escapar dêste perigo, faço voto de ir a tal romaria..." O voto, então, é obrigatório sòmente no caso de realizar-se a condição.

3.º É *pessoal, real* ou *misto. Pessoal* quando a pessoa se compromete a cumprir por si mesma o ato prometido: *real,* quando a matéria do voto é um objeto ou bens que se possuem. Exemplo: "Faço voto de dar cem mil réis aos pobres". Esta espécie de votos não obriga sòmente a pessoa que os faz, obriga também os herdeiros. *Misto* quando a matéria contém a um tempo cousa pessoal e cousa real. Exemplo: "Levarei um *ex-voto* à Aparecida". Neste caso, a parte real se transmite aos herdeiros.

4.º Enfim, distinguem-se votos *simples* e votos *solenes*. Geralmente, estas palavras designam os três votos de *obediência, pobreza* e *castidade*. São chamados *solenes* se a Igreja assim os aprova e aceita, como se dá com as profissões nas grandes ordens religiosas. São *simples* nos outros casos, isto é, se a pessoa os faz particularmente, sem aceitação da Igreja, ou em comunidade cujos votos não são declarados solenes.

139. — *Que obrigação decorre do voto?*

R. — *Seja qual fôr a espécie do voto, desde que reuna as condições enunciadas para constituir voto verdadeiro, há obrigação rigorosa de cumprir a promessa feita a Deus.*

A honra e a justiça o prescrevem, e a lei divina o diz expressamente: "Vós cumprireis vossos votos ao Senhor" (*S. Mat.*, v, 33). Sendo grave a matéria, é pecado mortal não cumprir um voto. Adiar a sua execução por um tempo demorado, por negligência e sem motivo razoável, seria falta. Nada nos constrange a fazer votos, reconhece-o a sagrada Escritura; mas se nos tivermos empenhado por promessa, Deus não quer delongas na execução.

140. — *Não haverá razões que possam destruir a obrigação do voto?*

R. — *Sim, quatro causas podem destruir a obrigação imposta pelo voto:*

1.º Mudança de circunstâncias.

2.º A irritação ou anulação pela autoridade legítima.

3.º A dispensa em virtude do poder eclesiástico.

4.º A comutação.

1.º *Mudança de circunstâncias.* — Se a cousa se tornou impossível ou má; se a pessoa, por algum transtôrno no seu estado ou na sua fortuna, se acha inhabili-

tada, cessa então a obrigação do voto, para algum tempo ou para sempre, conforme o impedimento fôr temporário ou permanente.

2.º A *irritação* ou *anulação* pela autoridade legítima. — Assim o pai e a mãe podem anular votos feitos por um menor; um marido, os votos da espôsa, quando vão de encontro aos direitos dêle; um superior e um mestre os dos seus subordinados no que toca ao direito respectivo dos primeiros.

3.º A *dispensa.* — Em vrtude do poder eclesiástico de que são depositários, podem o papa e os bispos dispensar dos votos, havendo porém razões e contanto os motivos aduzidos não sejam ilusórios. O voto de castidade perpétua, o de entrar em religião, os de romaria a Jerusalém, Roma e São Tiago de Compostela são reservados ao papa.

4.º Enfim, a *comutação.* — Consiste em mudar a obra prometida por outra obra boa. Esta mudança só pode ser feita por aquele que tem faculdade de conceder dispensa. Com a *comutação,* fica o dever de cumprir, senão a primeira obrigação, pelo menos a que lhe foi substituída.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O voto é ato religioso bom em si mesmo, e dá mérito maior às obras que cumprimos depois de as termos prometido a Deus; por outra parte, torna culpados e criminosos os que o formaram desatinadamente, com pouca reflexão. Porisso, antes de fazer voto, é preciso rezar, refletir, consultar um diretor prudente e esclarecido, e não empenhar-se antes de ter recebido parecer favorável.

Quando o voto foi feito com estas condições de prudência e submissão, será preciso guardar escrupulosamente a palavra dada a Deus. "Feliz necessidade, exclama santo Agostinho, que nos obriga a fazer o que há de melhor. Ânimo, pois, e perseverança! Contai com o socorro d'Aquele que recebeu vossas promessas e reclama a execução".

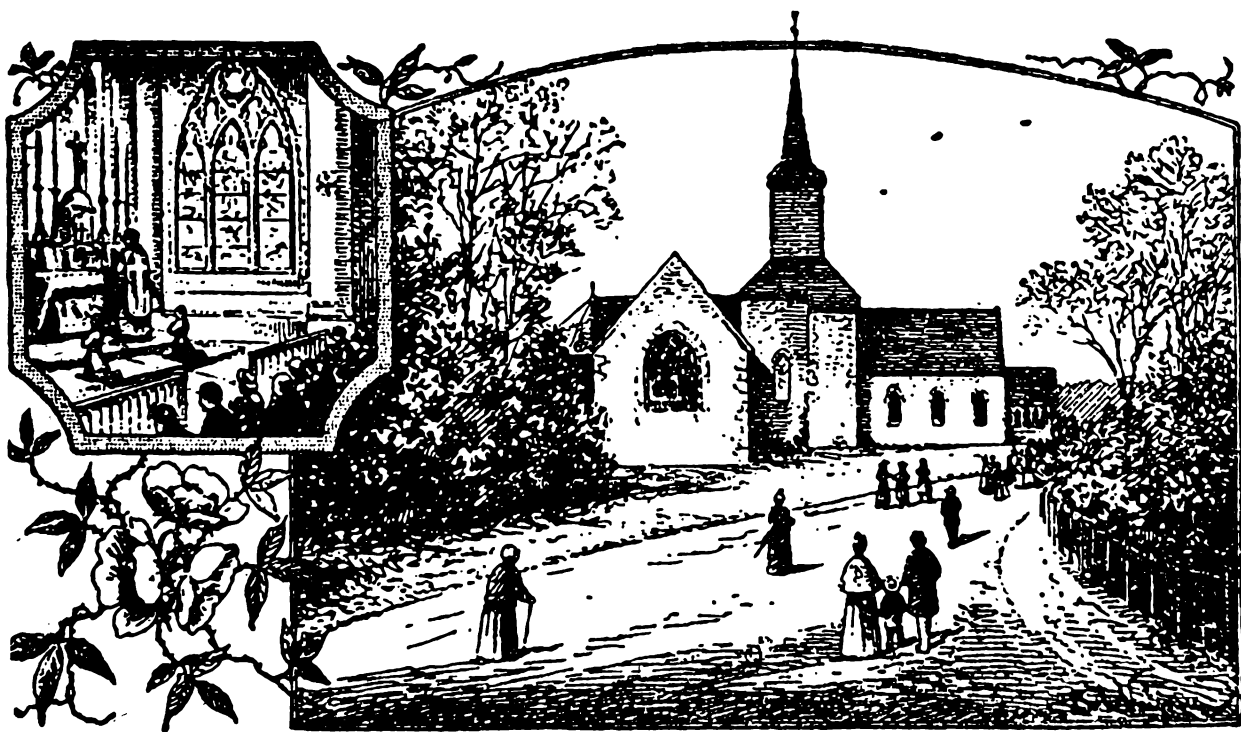
III.º MANDAMENTO

Guardar domingos e festas

Divisão do assunto.

141. — *Que ordena Deus pelo terceiro mandamento?*

R. — *O terceiro mandamento manda honrar a Deus com obras de piedade cristã, nos domingos e dias santos.*

Na lei cristã, como na lei judaica, compreende o preceito da santificação do dia do Senhor, duas cousas: 1.º abstenção de obras servís; 2.º prática de certos atos religiosos.

No domingo, o cristão: 1.º *abstém-se de obras servis;* — 2.º *assiste à santa missa e pratica outros atos religiosos.*

Por êste mandamento, Deus ordena de santificar o dia do Senhor, consagrando-o mais especialmente ao seu serviço. A lei de Moisés dizia: "Lembra-te de santificar o dia do sábado". Era, de fato, o *sábado* que devia ser santificado pelo povo antigo, em memória do descanso de Deus depois de ter criado o mundo. Haver algum

tempo consagrado ao culto de Deus, é preceito do direito natural. Mas, desde a origem do mundo, o próprio Deus tinha-se reservado um dia sôbre sete, e Moisés sòmente lembrou êste dever. Cousa digna de reparo, em todos os povos, encontra-se a tradição fiel da divisão do tempo em semanas e da santificação de um dia por semana: é prova de sua instituição primitiva.

A lei do sábado, sendo abrogada na morte de Jesús Cristo, assim como as outras cerimônias dos Judeus, os apóstolos lhe substituidam o domingo, porque êste dia fôra consagrado por dois acontecimentos importantes do cristianismo: ressurreição de Nosso Senhor e descida do Espírito Santo sôbre os apóstolos no dia do Pentecostes.

Na lei cristã, como na lei judaica, compreende o preceito da santificação do dia do Senhor, duas cousas: *1.º abstenção de obras servís; 2.º prática de certos atos religiosos.* Vamos falar destas duas obrigações.

§ I. — Obras servís e trabalho proibido no domingo.

Distinção das obras: 1.º servís e proibidas; 2.º liberais e permitidas; 3.º comuns ou mistas, toleradas. — Razões que autorizam o trabalho do domingo: 1.º costume; 2.º necessidade pública; 3.º caridade; 4.º precisões do culto; 5.º receio de prejuízo importante; 6.o dispensa.

142. — *Quantas espécies de obras distinguimos?*

R. — *Distinguimos três espécies: 1.º obras servís; 2.º obras liberais; 3.º obras comuns ou mistas.*

I. Por *obras servís,* entendem-se os trabalhos manuais, e em geral, as obras nas quais o corpo tem maior parte que o espírito. São chamadas servís porque, de ordinário, são desempenhadas por servos, operários, criados, que a elas se entregam para ganhar a vida. Arar o campo, construir casas, lavrar a pedra, trabalhar no ferro, na madeira, coser, tecer, fazer "croché", etc., são obras servís.

II. Chamam-se *obras liberais* as em que o espírito tem papel mais importante que o corpo e tendem diretamente à cultura ou satisfação da inteligência. Ler, escrever, estudar, desenhar, pintar, cantar, tocar música, são obras liberais. Assim foram apelidadas, porque outrora, eram exercidas por pessoas de condição livre.

III. Obras *comuns* ou *mistas* são as que são feitas pelo espírito e pelo corpo, não dependem de nenhuma profissão servil ou liberal e são praticadas por qualquer pessoa: vestir, cuidar da limpeza, andar, viajar, brincar, e até, caçar e pescar, são obras comuns ou mistas.

143. — *Quais são as obras proibidas no domingo?*

R. — *As obras servís são proibidas no domingo, embora realizadas gratuitamente ou em favor de alguma boa obra.*

São permitidas as obras liberais, ainda que delas se tire proveito.

A necessidade ou o costume podem autorizar certas compras e vendas.

As obras *servís* são proibidas nos dias de guarda, ainda que realizadas sem auferir lucro, gratuitamente, ou até a favor de alguma boa obra. É geralmente admitido que é preciso trabalhar duas ou três horas, seguidas ou não, para cometer-se pecado mortal. O trabalho servil de duração menor é pecado venial, a não ser que fosse feito por desprêzo da lei, ou com escândalo, pois então, o pecado podia ser mortal.

Quanto às *obras liberais e comuns,* é permitido fazê-las ao domingo, ainda que delas se tire algum proveito. Assim, os médicos, tabeliães, escritores, artistas, etc., podem cobrar a remuneração de suas funções e o preço de suas obras, já que são autorizadas.

Geralmente os *negócios* e *compras* são proibidos no domingo, por serem obstáculo para a santificação dêste

santo dia; contudo, a necessidade ou o costume pode autorizar certas compras.

Os jogos, divertimentos honestos, viagens, são permitidos, conquanto seja reservado o tempo devido para o desempenho dos deveres religiosos.

144. — *Quais razões podem autorizar o trabalho do domingo?*

R. — *Podem autorizar o trabalho aos domingos: 1.º o costume; 2.º a necessidade pública; 3.º a caridade para com o próximo; 4.º as precisões do culto; 5.º o receio de prejuízos importantes, 6.º a dispensa.*

1.º O *costume* introduziu certas derrogações ao princípio geral da abstenção das obras servís. Quando está legitimamente estabelecido, aceito ou tolerado pela Igreja, podemos conformar-nos com êste costume. Assim é permitido ao domingo, cozinhar alimentos, pôr em ordem cousas da casa, fazer certas compras que não foi possível executar durante o semana, etc. Tolera-se que os padeiros, carniceiros, pasteleiros se entreguem no domingo aos seus misteres, se não puderem atender de outra maneira aos pedidos dos fregueses, contanto que não deixem de assistir à missa.

2.º A *necessidade pública.* — Dá-se êste caso quando uma precisão urgente reclama socorro pronto, como seja apagar incêndios, concertar pontes, vias férreas, etc., se aconteceu algum desarranjo. Os marinheiros, carteiros, empregados do correio, do telégrafo ou da estrada de ferro, podem igualmente fazer o trabalho que o serviço exige, cuidando porém em cumprir o preceito da assistência à missa.

3.º A *caridade para com o próximo* pode autorizar certo trabalho urgente, por exemplo, para levar socorro na doença ou pobreza extrema, se não houver possibilidade de fazê-lo em outro tempo. Uma mãe de família, ocupada a semana inteira, poderá empregar nos cuidados

da casa ou dos filhos, o único tempo que lhe sobra, ainda ao domingo.

4.º As *precisões do culto*. Adornar ou armar altares, tocar sinos, são obras permitidas no domingo: o serviço divino as exige, e por outra parte, são feitas para honrar a Deus.

5.º O *receio de prejuízos importantes* pode legitimar, em certos casos, o trabalho do domingo, por exemplo, no campo, na época das colheitas, nas grandes usinas tocadas a fogo, onde a suspensão do trabalho haveria de acarretar grandes perdas, etc.

6.º Enfim a *dispensa* pode ser concedida pelas autoridades eclesiásticas. Quando a necessidade não é evidente e absoluta e apresentam-se razões sérias, deve-se pedir autorização. O bispo pode, nestes casos particulares, dispensar seus diocesanos, e o vigário, seus paroquianos. Entretanto, a dispensa geral e permanente não pode ser concedida, nem pelo papa, pois a lei do descanso dominical é preceito divino.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Ao povo de Israel, Deus comunicou outrora promessas e ameaças: "Guardai meu dia do sábado, e cumular-vos-ei de bênçãos, vossas terras serão férteis, gozareis das doçuras da paz; serei vosso Deus, e vós sereis meu povo... Mas, se desprezardes minha lei, a esterilidade, a fome, a guerra e suas funestas consequências são os flagelos com que hei de castigar vossa infidelidade. O céu, para vós será de ferro, e a terra, como que de aço" (*Levit.*, XXVI). Pode-se dizer que a história tôda do povo judeu foi a realização dêstes oráculos.

Com a lei da graça, vigoram as mesmas promessas e ameaças cumprindo-se à risca para os indivíduos, as famílias, as nações. A violação do descanso dominical nunca deu a felicidade. O trabalho do domingo não enriquece a ninguém; muitas vezes, pelo contrário, ocasiona ruínas, e o Espírito Santo disse: "O pecado infelicita os povos".

Pautemos invariavelmente a nossa vida pelo seguinte regulamento:

1.º Não fazer, ao domingo, obra servil alguma;
2.º Não deixar trabalhar, de forma alguma, as pessoas que estiverem a nosso serviço;
3.º Não abrir lojas, oficinas, usinas, etc. sem necessidade verdadeira;
4.º Nada vender nem comprar o domingo, exceto em caso de necessidade imprevista;
5.º Fazer com antecedência as encomendas nas lojas de quem respeita o domingo.

Assim daremos a Deus honra, e à patria, prosperidade e glória.

§ II. — Atos religiosos a praticar no domingo.

145. — *Quais são os atos religiosos pelos quais santificamos o domingo?*

R. — *O único ato religioso, essencialmente necessário, sob pena de falta grave, é o santo sacrifício da missa.*

A Igreja, porém, aconselha a assistência aos ofícios religiosos, as leituras piedosas e as obras de misericórdia espiritual e temporal.

1.º O primeiro e principal ato religioso, o único, até essencialmente necessário, sob pena de falta grave, é a assistência ao santo sacrifício da *missa*. É por êste ato especialmente que adoramos a Deus, e lhe agradecemos, pedimos perdão e solicitamos graças. Não há que estranhar, portanto, se a Igreja, intérprete da vontade divina, fez da missa o meio principal de santificar o domingo.

Quando explicarmos o segundo mandamento da Igreja, diremos as condições requeridas para bem se ouvir missa, e as únicas razões que podem dispensar a prática dêste dever importante.

Quem não pudesse assistir à missa deveria substituir êste ato religioso por alguma oração, sendo possível e especialmente pela união do espírito e coração com o sacerdote e fiéis presentes ao santo sacrifício.

2.º Embora seja a assistência à missa o único ato obrigatório sob pena de pecado mortal, afastar-se-ia do

espírito da Igreja, e não cumpriria o fim do preceito, isto é, a santificação do domingo, aquele que se limitasse a esta prática religiosa. Porisso, dá-se o conselho de assistir a outras cerimônias; como a *bênção,* que nos dá o santíssimo Sacramento; os *ofícios* e *práticas* da noite, em que rezamos e aprendemos os nossos deveres. Essas diversas cerimônias, todavia, não são consideradas como obrigatórias, nem sob pena de pecado venial, mormente quando há alguma razão para nos dispensar.

3.º As leituras piedosas, a visita ao santíssimo Sacramento, as visitas aos doentes ou às pessoas aflitas, todas as obras de misericórdia espiritual ou corporal são meios excelentes de bem santificar o domingo. A Igreja não as ordena como preceito, porém aconselha sua prática com tôda a instância da sua terna solicitude para os nossos mais caros interêsses.

CONCLUSÃO PRÁTICA

A lei divina, proibindo o trabalho do domingo, procura facultar-nos mais vagar para nos entregarmos ao serviço de Deus e ao cultivo de nossa alma; logo, não é bastante conceder descanso ao nosso corpo; mas o domingo deve ser *dia de Deus.* Assim há de ser se dermos ao nosso Criador mais algum tempo pela assistência assídua à missa e outras cerimônias. Deve ser também *dia da alma;* e o será pela meditação, oração, reflexão sôbre os nossos atos passados, estudo dos nossos devêres e boas resoluções que hão de nascer com a reflexão e a oração.

Depois, se todos forem fiéis a êsse dever religioso, há de ser ainda o domingo *dia da família.* Neste dia, reunem-se todos os membros da família; gozam o mesmo descanso, rezam ao mesmo Deus, aprendem deveres comuns, auferem mesmas alegrias; alegrias profanas que vão de envolta com os excessos, prazeres ilícitos e remorsos, não, estas não; mas sim, as verdadeiras alegrias do coração que se encontram principalmente em família, nos divertimentos honestos. Na verdade, as melhores alegrias são as que a religião proporciona: "Alegrai-vos, diz São Paulo, mas alegrai-vos no Senhor" (*Filip.,* IV, 4).

IV.º MANDAMENTO

Honrar pai e mãe

Divisão do assunto.

146. — *Quais são as obrigações que encerra o quarto mandamento?*

R. — *O 4.º mandamento prescreve diretamente os deveres dos filhos para com os pais. Indiretamente, porém, abrange os deveres dos pais, dos superiores e dos inferiores.*

Honrar pai e mãe. Jesús observa o 4.º mandamento.

O quarto mandamento prescreve *diretamente* os deveres dos *filhos para com os pais.* "Honra teu pai e tua mãe, reza a lei, para viveres longo tempo sôbre a terra que Deus te há de dar". Mas, *indiretamente,* abrange, o mesmo preceito, outros deveres que nem enumera, de tão naturais que êles parecem, e deveres, entretanto, que, hoje em dia, é bom lembrar: *deveres dos pais para com os filhos.*

Depois, em certa época da vida, passa a autoridade do pai e da mãe para mestres, superiores, e então os inferiores têm deveres para com estes, e reciprocamente, os superiores têm obrigações a preencher para com as pessoas que estiverem de alguma maneira debaixo de suas ordens. Daí resulta que o quarto mandamento encerra ainda, indiretamente, *deveres dos inferiores para com os superiores,* e dos *superiores para com os inferiores.*

Explicaremos estas diversas obrigações nos seguintes parágrafos.

§ I. — Deveres dos filhos para com os pais.

Resumem-se em quatro: 1.º respeito; 2.º amor; 3.º obediência; 4.º assistência espiritual e corporal.

147. — *Quais são os deveres dos filhos para com os pais?*

R. — *Os filhos devem aos pais respeito, amor, obediência e assistência.*

Com uma palavra, o quarto mandamento resume estes deveres: honrar os pais. É fácil, contudo reconhecer que neste único vocábulo, se entendem quatro cousas: 1.º *respeito;* 2.º *amor;* 3.º *obediência;* 4.º *assistência.*

I. *Respeito.* — É sentimento de veneração e de temor para com nossos pais, porque ocupam, junto de nós, o lugar de Deus. Sim, pela paternidade e pela bondade, são êles, para nós, a imagem mais parecida de Deus; são também seus delegados, para manifestar-nos a sua vontade; e é porisso que devemos respeitá-los, isto é, tratá-los com o tom, as palavras e os modos mais delicados e finos; cumpre lembrar-nos que somos filhos, portanto inferiores e não iguais. Seria falta grave desprezá-los, desejar-lhes algum mal e falta mais grave ainda, injuriá-los ou espancá-los.

II. *Amor.* — Êste sentimento remata o respeito; incute em nossa alma benevolência, afeto, dedicação filial.

Firma-se êste amor na natureza; os próprios animais não deixam de mostrar apêgo aos autores de seus dias; inspira-se também na gratidão: quem dirá quantos sacrifícios não se impuseram os pais; por quantos trabalhos e penas não passaram a favor de seus filhos! "Meu filho, diz a sagrada Escritura, não vos esqueçais dos gemidos de vossa mãe" (*Ecl.*, VII, 29).

O amor filial deve primeiro ser interior e sincero; depois, externar-se por palavras afetuosas e bondosas, e especialmente por atos delicados, paciência com os defeitos, doçura, carinho, solicitude. Odiar em lugar de amar, ralhar em lugar de suportar, seriam certamente faltas graves.

III. *Obediência.* — É contida no mandamento divino. Como se pode, de fato, desobedecer e honrar? "Filhos, diz S. Paulo, obedecei aos vossos pais, segundo a vontade de Deus, que isto é justiça" (*Ef.*, VI, 1). As leis humanas não menos que a conciência, preceituam a obediência aos pais de acôrdo com a autoridade legítima.

Seguindo o exemplo de Jesús Cristo, o menino cristão praticará a obediência perfeita, isto é, *pronta,* sem hesitação nem relutância; *alegre,* sem queixa ou mau humor; *inteira,* em tudo quanto não fôr de encontro aos mandamentos da lei de Deus ou da Igreja. O único ponto em que cessa a obediência é no caso de ordenarem os pais o mal. Então, é hora de responder com o apóstolo S. Pedro: "Preciso obedecer a Deus antes de obedecer aos homens" (*Atos,* V, 29). E ainda, esta resistência não deve ser desprovida de mansidão e respeito.

O pecado de desobediência é mortal sempre que se comete em matéria grave, de oposição com uma ordem terminante dos pais; nos casos de menos importância, a falta é venial, tornando-se porém maior se a desobediência fôr habitual.

IV. *Assistência.* — Consiste em auxiliar os pais nas suas necessidades *corporais* ou *espirituais:* 1.º nas necessidades corporais, ajudando-os com nossos desvelos, nosso dinheiro, na doença, velhice, pobreza. A caridade cristã já impunha êste dever; com mais instância ainda vem a gratidão prescrevê-lo: "Cuidai da velhice de vosso pai... Amaldiçoado é o que provocar a ira de sua mãe" (*Ecl.*, III, 13).

2.º Nas necessidades *espirituais* devemos aos nossos pais auxílio e socorro durante a vida, rezando por êles, levando-os a aproximar-se de Deus, facilitando-lhes, especialmente na doença, os socorros da religião. Depois da sua morte devemos rezar pelo descanso de sua alma, e cumprir religiosamente suas últimas vontades.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Queremos saber o que Deus promete para a observação ou a violação do quarto mandamento? Aí está o que referem os livros santos:

Primeiro, *ameaças* contra quem não o observar:

"Maldito seja o que não honrar seu pai e sua mãe (*Deut.*, XXVII). Sejam os olhos que insultarem o pai arrancados pelos corvos da torrente e tornem-se pasto da prole da águia (*Prov.*, XXX, 17).

E depois, *promessas* a favor dos que forem fiéis:

"O que honra seu pai e sua mãe é como o homem que vai ajuntando tesouros. O que honrar o pai achará alegria nos próprios filhos e, um dia, será atendida a sua oração" (*Ecl.*, III, 5).

Enfim, uma vida dilatada na terra, o que pode significar dias prolongados, e também posteridade feliz e abençoada e especialmente a vida eterna no outro mundo: é esta a recompensa que o próprio Deus garante aos que forem fiéis aos deveres da piedade filial.

§ II. — Deveres dos pais para com os filhos.

Três deveres principais: 1.º afeição; 2.º educação; 3.º exemplo.

148. — *Quais são os principais deveres dos pais para com os filhos?*

R. — *Os deveres dos pais para com os filhos resumem-se na afeição, na educação e no exemplo.*

I. *Afeição.* — A própria natureza depositou no âmago do coração do pai e da mãe, o sentimento do afeto levado até a ternura. Porisso, podemos notar que em parte alguma, não formularam os nossos santos livros a obrigação para os pais de amarem os filhos. Mas devem amá-los de maneira verdadeiramente cristã, sobrenatural, segundo a vontade de Deus que os deu. Êste amor será *sem fraqueza,* isto é, isento de toda complacência mole para seus defeitos; *sem preferência,* pois muitas vezes as predileções são injustas e perigosas; *sem egoísmo,* isto é, devem os pais lembrar-se que os filhos são de Deus antes de pertencerem ao pai e à mãe, e então se Deus os pedir pela morte ou pelo sacerdócio ou pela vocação religiosa, devem oferecer êste sacrifício a Deus com generosidade e submissão.

II. *Educação.*— Êste dever é duplo; abrange os cuidados a dar ao corpo e os que é preciso dar à alma. A *educação corporal* diz respeito a tudo quanto se relaciona com a vida material e terrestre: comida, roupa, exigências da saúde, colocação conveniente dos filhos segundo a sua condição. A *educação espiritual,* muito mais importante, consiste em formar cuidadosamente o *espírito* e o *coração* dos filhos. Forma-se o espírito pela instrução, de acôrdo com a condição das famílias; essa instrução deve ser, antes de tudo, religiosa e cristã Forma-se o *coração* e a *alma* dos filhos, observando seu procedimento, avisando-os dos seus defeitos, melhorando o seu gênio. Muitas vezes, é necessário empregar para isto a *correção,* com acêrto e prudência, sem dúvida, porém com ânimo e firmeza, sempre lembrando a palavra do Espírito Santo: "Quem ama ao filho não lhe poupa o castigo" (*Ecl.,* XXX, 5).

III. *Exemplo.* — Vem de molde o dito do grande Vieira: "As palavras sem exemplo são tiros sem bala". Fénelon dizia: "Serão de pouco proveito as lições se os

exemplos as desmentirem". Com efeito, o melhor estímulo para o bem, é o exemplo. Assim o entendia Nosso Senhor, pois antes de impor preceitos, começou dando exemplos. Os pais devem, portanto, pôr o maior empenho em não deixar que seu proceder destoe dos seus conselhos, e cuidar particularmente da observância exata das práticas religiosas, como a oração cotidiana, santificação do domingo, obediência às leis da abstinência, frequentação da santa mesa, etc.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Será proveitoso meditarem os pais cristãos nos conselhos comoventes que são Luís, rei de França, quando estava para morrer, dirigia ao filho Felipe, conselhos que tinha escrito com a própria mão: "Meu filho, a primeira cousa que ambiciono para ti, é amares a Deus com todo o coração e desejares sofrer toda a espécie de tormentos antes do que o ofenderes mortalmente. Vai confessar-te muitas vezes e escolhe confessor sábio e prudente, que tenha ânimo de censurar tuas faltas e mostrar-te os defeitos. Assiste com devoção ao serviço divino. Ama o bem, seja onde fôr, odeia o mal seja qual fôr. Tem dó dos pobres, respeita seu direito como o direito dos ricos. Ampara, protege, ama, honra todas as pessoas da Igreja. Eu te suplico, meu querido filho, lembra-te de mim e da minha pobre alma e procura em todo o reino socorro de missas, rezas e esmolas. Eu te dou todas as bênçãos que um bom pai pode dar ao filho estremecido". Felizes os filhos que receberem tais conselhos; mais felizes ainda os que receberem tais exemplos!

§ III. — Deveres dos inferiores para com os superiores.

Deveres particulares: 1.º dos alunos para com os mestres; 2.º dos servos para com os donos; 3.º dos súditos para com o soberano e as autoridades; 4.º dos fiéis para com os chefes espirituais.

149. — *Quais são os deveres dos inferiores para com os superiores?*

R. — *Os deveres dos inferiores para com os superiores variam conforme a natureza da autoridade e a condição dos inferiores.*

Nas condições de inferioridade, encontramos: 1.º os *alunos,* que dependem dos mestres; 2.º os *servos* ou *criados,* que obedecem a senhores ou donos; 3.º os *súditos,* que estão debaixo de uma autoridade temporal ou civil; 4.º os *fiéis,* que têm acima de si superiores espirituais ou eclesiásticos. Ora, eis aquí seus deveres respectivos.

I. Aos *mestres* que se ocupam da instrução e da educação, delegados e representantes dos pais, na obra mais espinhosa e delicada, devem os *alunos* os mesmos sentimentos e as mesmas atenções que ao pai e à mãe, portanto: *respeito,* pois os mestres são imagem a um tempo de Deus e da família; *amor,* baseado na gratidão pelo maior dos benefícios; *obediência* às suas ordens legítimas e aos seus bons conselhos, principalmente no tocante à instrução e à educação; finalmente, senão *assistência,* pelo menos o pagamento de uma dívida de justiça, dando-lhes retribuições convenientes. "Nunca, disse Aristóteles, se pode dar aos mestres o valor dos serviços que prestam".

II. Os *servos,* operários ou criados, devem aos *donos* ou *senhores: respeito,* pois é de Deus que estes recebem a autoridade: "É o Senhor a quem devereis servir quando os servirdes", diz S. Paulo (*Col.,* XXIII, 24); portanto continua o Apóstolo, os criados devem considerar Deus na pessoa dos superiores, cumprir com toda a boa vontade suas ordens, auxiliando-os com afeto, sem os melindrar por palavras impertinentes: *obediência* no trabalho requerido e no modo de executá-lo: é dever rigoroso de justiça; enfim, a *fidelidade,* isto é, devem geralmente advogar os interêsses dos donos, não lhes causar nenhum prejuízo e empregar concienciosamente o tempo que têm de dar ao serviço.

III. Os *súditos* de um Estado devem ao *soberano* e aos seus delegados (*ministros, oficiais, magistrados, juízes,* etc.) *honra* e *respeito; mas* sua autoridade, já

que é legítima, vem de Deus: "É por mim, diz êle, que os reis governam, e os legisladores discriminam o que é justo" (*Ecl.*, x, 2). "O soberano, acrescenta S. Paulo, é ministro de Deus para o bem" (*Rom.*, XIII). — Segundo, a *obediência* em tudo o que fôr justo e não se afastar da lei de Deus e da Igreja: "Seja toda a alma, fala ainda S. Paulo, submissa aos poderes, porque o poder vem de Deus (*Rom.*, XIII). Mais: "Quem resiste aos poderes, a Deus resiste" (*Ib.*). Diz mesmo o apóstolo S. Pedro: "Obedecei ainda que os mestres sejam desapiedados e aborrecidos" (*S. Pedro,* II, 18). Deve-se à pátria, e portanto aos que a governam, o pagamento do *imposto equitativo;* é ainda S. Paulo quem o ensina: "Pagai o tributo a quem fôr devido" (*Rom.*, XIII). Deve-se até se fôr necessário, o *imposto do sangue,* quando é reclamado para a sua defesa. Enfim, todo o cidadão eleitor fica obrigado, perante o país e a própria conciência, a votar unicamente a favor de candidatos que respeitam a Deus, a religião, o direito, a justiça, e todas as liberdades cristãs e sábias.

IV. Os *fiéis* têm *superiores espirituais* ou eclesiásticos, que são: o papa, os bispos, párocos, sacerdotes... A êles devem *respeito religioso* pelo caráter sagrado de que estão revestidos. "Somos, diz S. Paulo, embaixadores de Cristo, cooperadores de Deus, ministros de Jesús, administradores dos seus mistérios" (II *Corínt.*, VI, 4). O respeito sempre deve existir para com o ministro, sem embargo dos defeitos ou das imperfeições do homem. Em segundo lugar, *amor filial* e *grato* por todos os benefícios que deles se recebem na ordem da graça, desde o berço até o túmulo; depois, *obediência perfeita,* como a Deus, em tudo quanto se refere à religião. Enfim, os fiéis devem aos ministros do culto *assistência temporal* e *espiritual: temporal,* contribuindo, de acôrdo com a ordem estabelecida na satisfação das precisões dos sacerdotes e

pontífices, pois segundo a palavra de S. Paulo, "o oficial merece salário", e quem serve no altar precisa viver do rendimento do altar; os fiéis devem prover especialmente às necessidades do Sumo Pontífice, muito mais urgentes hoje em dia; enfim, *assistência espiritual,* ajuda com o socorro de suas orações aos ministros da Igreja, que sacrificam tempo, saúde e vida em prol das almas, recolhendo, muitas vezes, em paga, a ingratidão.

150. — *Devemos respeitar e obedecer a tôdas as leis, impostas pela autoridade civil?*

R. — *Sim; devemos respeitar e obedecer a tôdas as leis impostas pela autoridade civil, contanto que não sejam contrárias à lei de Deus.*

151. — *Que outras obrigações nos impõe o quarto mandamento para com a sociedade civil?*

R. — *O quarto mandamento impõe-nos a obrigação de, na medida de nossas fôrças, promovermos a prosperidade e o bem da sociedade civil, onde nascemos, que é a nossa pátria.*

152. — *De que modo concorremos para a prosperidade de nossa pátria?*

R. — *Concorremos eficazmente para a prosperidade da nossa pátria, se procuramos que seja governada por cidadãos idôneos, respeitadores da religião e da moral.*

153. — *Que havemos de fazer para que a nossa pátria seja bem governada por cidadãos idôneos, respeitadores da religião e da moral?*

R. — *Para que a nossa pátria seja governada por cidadãos idôneos, respeitadores da religião e da moral, devemos exercer o direito do voto segundo os restritos ditames da conciência.*

154. — *Quais são os ditames da conciência com relação ao direito do voto?*

R. — *Os ditames da reta conciência com relação ao direito do voto são que ela não nos permite concorrer com o voto para a eleição de homens sem capacidade, sem religião e sem moral, ou filiados a seitas inimigas da Igreja.*

CONCLUSÃO PRÁTICA

Quanta felicidade e quanta paz na *sociedade doméstica,* quanta segurança no *Estado,* e quanta beleza harmoniosa na Igreja, se todos os deveres que aduzimos fossem fielmente cumpridos por todos os inferiores! — No começo do cristianismo, notou a sociedade pagã, que em todo lugar e sempre, os cristãos eram respeitosos, obedientes, delicados; começou a admirar, depois entrou a amar uma religião que pedia e alcançava tão belos resultados. Respeito, amor, obediência, dedicação: eis as virtudes cuja prática há de conservar a escola, o lar paterno, a nação brasileira e as sociedades modernas, que o eterno espírito de independência e de revolta sempre assalta e amaça solapar.

§ IV. — Deveres dos superiores para com os inferiores.

Deveres particulares: 1.º dos mestres para com os discípulos; 2.º dos donos para com os criados; 3.º das diversas autoridades para com os súditos; 4.º dos chefes espirituais para com os fiéis.

155. — *Quais são os deveres dos superiores para com os inferiores?*

Para os enunciarmos com ordem e precisão, vamos percorrer de novo a classificação estabelecida e dizer os deveres: 1.º dos *mestres no ensino;* 2.º dos *donos de casa,* dos *chefes de usina* ou de oficina; 3.º dos *depositários da autoridade civil;* 4.º *dos representantes da autoridade religiosa.*

I. Os *mestres na educação,* fazendo as vezes dos pais, devem, como estes, aos alunos que lhes forem confiados, *afeição* sincera e desvelada, isenta de fraqueza e parcia-

lidade, santificada por intuitos cristãos; *educação* intelectual e moral baseada no cristianismo e reunindo mansidão e firmeza; quando necessário, *correção*, prudente e justa, e sempre, *bom exmplo.*

II. Os *donos e as donas de casa*, os *chefes de usina* ou de oficina devem aos operários, criados, empregados, etc., o salário conveniente, segundo a justiça: "Não fique a recompensa do jornaleiro, um dia sequer, nas vossas mãos", dizia Tobias a seu filho (*Tob.*, IV, 15). Com o salário ajustado, devem ainda a *comida* necessária, os *cuidados* exigidos pelas doenças que o serviço tiver ocasionado e, às vezes, *socorros* particulares, conforme prescreve a caridade.

Mandando, sempre devem usār de *mansidão* e *bondade,* lembrando-se destas palavras da sagrada Escritura: "Quando tiverdes um servo fiel, amai-o como vossa alma, e tratai-o como irmão". (*Ecl.*, XXXIII, 21). — "Não há mais escravos, nem homem livre; todos são filhos de Deus" (*Gal.*, III, 28).

Não devem andar esquecidos da *alma* dos que lhes forem submetidos, mas vigiar no seu proceder, repreendê-los quando útil, facultar-lhes os meios de praticar os deveres religiosos e dar-lhes bom exemplo.

III. Os que são *depositários da autoridade temporal* ou *civil* devem aos subordinados *justiça* e *proteção*. São obrigados a manter com firmeza a *ordem pública,* defender pessoas ou propriedades contra ataques injustos, respeitar e fazer respeitar as leis civís, manter e proteger a liberdade religiosa, entre as liberdades tôdas, a mais preciosa, a mais sagrada.

IV. Os *superiores eclesiásticos,* representantes da autoridade espiritual e religiosa, devem aos subordinados, o *ensino religioso* proporcionado às suas necessidades; os *socorros do seu ministério* em todas as precisões da alma, na saúde ou na doença; a *correção* dos escândalos, maus

exemplos ou más doutrinas, aliando a mansidão à firmeza; a *edificação* em todo o seu proceder; enfim, conforme puderem, *assistência* caridosa em todas as necessidades corporais ou espirituais.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O meio que têm os superiores para grangear o respeito, amor, obediência e tôdas as atenções, é exercer a autoridade com *justiça, doçura, caridade.* Se houver ainda alguma autoridade respeitada, amada e obedecida na terra, é certamente a do papa e dos nossos bispos: Porque será?

É porque é repassada de amor, de afeto verdadeiro.

Mais amados seriam os depositários da autoridade se pudessem exclamar com Jó: "Afirmavam que eu escutava o grito do pobre oprimido e do órfão desamparado. Eu era o olhar do cego, o pé do aleijado e o pai dos indigentes". (*Jó*, XXIX, 1).

V.º MANDAMENTO

Não matar

Divisão do assunto.

156. — *Que proíbe Deus pelo quinto mandamento?*

R. — *Pelo quinto mandamento Deus proíbe matar e de qualquer modo ofender ao próximo.*

Pelo quinto mandamento, Deus proíbe *diretamente* todo homicídio voluntário, portanto, dar-nos a morte pelo *suicídio;* dar a morte a outros pelo *assassinato,* e mesmo ter sòmente desejo e vontade de fazê-lo, como se dá, por exemplo, no *duelo.* — *Indiretamente,* o mesmo preceito proíbe tudo quanto pode levar ao homicídio, como o desejo da morte, vontade de matar alguém, ódio, injúrias, vingança e qualquer cousa que fosse comêço de realização: pancadas, feridas, mutilações.

Enfim, por extensão, o mandamento que proíbe danificar a *vida natural* do próximo, isto é, a vida do corpo, proíbe por igual prejudicar à vida de sua alma, que se denomina vida *sobrenatural,* provocando o pecado pelo escândalo.

NÃO MATAR. — *O invejoso Caim mata o irmão Abel.*

Dividiremos em dois parágrafos o estudo dêste mandamento; o primeiro tratará dos *prejuízos causados à vida natural,* e o segundo do *prejuízo causado à vida espiritual* do próximo, pelo pecado de *escândalo.*

§ I. — Ofensas à vida natural.

Prejuízos vários: 1.º suicídio: que idéia se deve fazer dêle; 2.º homicídio, circunstância em que é permitido; 3.º duelo severamente proibido; 4.º outras proibições.

157. — *Como se pode causar prejuízo à vida natural?*

R. — *A vida natural ou do corpo fica prejudicada: 1.º pelo suicídio; 2.º pelo assassínio ou homicídio; 3.º pelo duelo; 4.º pelos maus tratos ou proceder injurioso.*

XX**158.** — *Que é suicídio e que idéia se deve formar dêle?*

R. — *O suicídio, crime de quem dá a morte a si próprio, é pecado gravíssimo, pois constitue um atentado contra Deus, injustiça contra a sociedade, crueldade para consigo e grande cobardia.*

1.º É *atentado contra Deus,* cujos direitos usurpamos. Sòmente êle é mestre da vida: é êle quem no-la deu e só êle no-la pode tirar. Concedeu-nos o uso dela, porém não a propriedade.

2.º É *injustiça para com a sociedade,* que nos criou, educou, instruiu e, portanto, tem direito aos serviços que lhe podemos prestar. Quem se mata rouba à família um membro, à pátria um cidadão, que lhe podia ser útil.

3.º É *crueldade para consigo;* com efeito quem se dá a morte impõe-se um mal presente, e despenha-se na condenação eterna, pois ordinariamente perde a vida no próprio ato do crime, sem haver tempo para o arrependimento.

4.º Enfim, longe de ser ato de coragem, não passa o suicídio de *cobardia;* dá cabo da vida quem não possue a devida energia para suportar uma dôr física ou moral.

Nenhuma razão pode desculpar o suicídio voluntário: para inspirar horror dêste crime, nega a Igreja o socorro das sũas orações e as honras da sepultura cristã aos que morrem pelo suicídio sem terem dado provas de arrependimento.

É proibido ainda apressar a hora da morte por um trabalho excessivo, intemperança ou avareza; expor-se à morte, a não ser por dedicação, para o bem público ou por caridade; ferir-se, a não ser para evitar perigo de morte provável, e enfim desejar a morte, levado pelo desânimo.

XX **159.** — *Que é homicídio?*

R. — *Homicídio é a morte dada voluntária e injustamente ao próximo.*

Homicídio é a morte dada voluntária e injustamente ao próximo. Põe-se-lhe o nome de *parricídio, fraticídio, infanticídio, regicídio* segundo fôr a pessoa assassinada, um pai, irmão, filho, rei.

O homicídio é *crime horrível,* formalmente proibido: "Não matar" (*Deut.*, xxv); *atentado* contra o soberano domínio de Deus; *injustiça* para com a vítima, sua família e a sociedade. Porisso, geralmente, as leis humanas condenam à morte os assassinos e a Igreja os declara *excomungados.*

É culpado de homicídio — não de fato, mas por *vontade,* — quem tem desejo de matar e procura fazê-lo, embora não o consiga.

O homicídio *por imprudência* não é culpado no mesmo grau; pode ser, contudo, falta mais ou menos grave, conforme a imprudência cometida.

X **159** *bis.* — *Haverá casos em que se pode matar alguém sem que haja culpa de homicídio?*

R. — *Há 3 casos em que o homicídio é permitido: 1.º para exercer o direito da sociedade; — 2.º em caso de guerra; — 3.º em caso de legítima defesa.*

O homicídio é permitido em três circunstâncias:

1.º É direito da sociedade desfazer-se dos criminosos, e a *pena de morte* tendo sido sentenciada pela justiça, é lícito aos executores infligir esta pena.

2.º O *direito da guerra* autoriza os soldados a ferir ou matar os inimigos, sendo a guerra justa e legitimamente declarada.

3.º O *direito da defesa legítima* permite, — caso não haja outro meio de livrar-se, — de matar o agressor injusto que ameaça nossa própria vida.

160. — *Que é duelo e como devemos apreciá-lo?*

R. — *Duelo é o combate entre duas pessoas que lutam com perigo de perderem a vida ou sairem feridas, e isto diante de testemunhas designadas e tendo determinado o lugar e a hora do encontro, assim como o modo de combater. — O duelo é rigorosamente proibido pelo direito natural, pelo direito divino e pelo direito eclesiástico.*

O duelo é rigorosamente proibido:

1.º *Pelo direito natural.* — Nenhum homem, com efeito, tem direito na sua vida, nos seus membros, nem tão pouco na vida ou nos membros alheios.

2.º *Pelo direito divino.* — A lei que proibe o homicídio, proíbe com a mesma fôrça, expor-se a perder a vida ou atacar a vida do próximo. Esta falta é tanto mais grave que o combatente se expõe e expõe o adversário a morrer no próprio ato de pecado mortal e a cair no inferno.

3.º *Pelo direito eclesiástico.* — Com efeito, a Igreja une suas condenações às de Deus; fere com excomunhão os atores e testemunhas, e nega-lhes a sepultura cristã se falecerem sem ter feito penitência.

É êrro pensar que os chefes militares têm direito de impor o duelo aos subordinados: se o fizerem, será violando o direito e violando a lei e seria ainda o caso de responder com a palavra do Apóstolo. "Melhor vale obedecer a Deus do que aos homens".

161. — *Não há outras cousas condenadas pelo quinto mandamento?*

R. — *Ainda que o preceito não fale senão de homicídio, proíbe mais tudo quanto pode ser origem dêle, ou*

a êle nos levar, e com maior razão as pancadas, feridas, mutilação.

Se os maus tratos infligidos ao próximo são graves em si mesmos ou nas suas consequências, a falta é mortal, e impõe o dever de compensar todo o prejuízo que resultar. — Se esta falta se dirigiu a um sacerdote ou a pessoas consagradas a Deus, há excomunhão reservada ao papa.

Não sòmente são proibidos os maus tratos, mas o Evangelho de Jesús Cristo, aperfeiçoando a antiga lei, que tolerava as desforras e autorizava a pena do talião, "olhos por olhos, dentes por dentes", vai até condenar *todo o ódio, toda a injúria, toda a palavra* e mesmo *todo o pensamento contra o próximo.* "E eu vos digo, — declara Nosso Senhor, — que si um homem qualquer deixa entrar no coração a raiva contra o próximo, merece ser julgado pela justiça de Deus; que se êle disser ao irmão *Raca* (isto é, palavra de afronta ou desprêzo), merecerá ser castigado e se êle o chamar de *louco,* merecerá o próprio inferno" (*S. Mat.*, v, 22).

CONCLUSÃO PRÁTICA

O preservativo de todo pecado contra o quinto mandamento, é a *caridade:* a caridade para com Deus nos resguarda do desespêro e inspira-nos a resignação; a caridade para com o próximo nos faz esquecer e perdoar, afasta do nosso coração todo o sentimento de ódio ou desejo de vingança.

Quando a caridade mora no coração, domina-o, senhoreia todas as impaciências, os ímpetos, as primeiras emoções da cólera; leva *S. Gualberto,* não a vingar-se, mas sim a atirar-se nos braços do assassino de seu irmão; leva *S. Francisco de Sales* a ouvir sossegado as injúrias e a redarguir: "Assim mesmo, amo-vos como a um irmão". Portanto é com toda a razão que o apóstolo S. João conclue: "O que ama seu irmão habita na luz, e para êle não há ocasião de pecado" (I *S. João,* II, 10).

§ II. — Ofensa à vida espiritual: escândalo.

Escândalo: várias espécies. — Apreciação teológica. — Escândalos graves e frequentes.

162. — *Que é escândalo?*

R. — *Escândalo é palavra ou ação que leva o próximo a ofender a Deus, e expõe assim a dar a morte à sua alma.*

O escândalo é *direto* quando se tem a intenção de levar o próximo ao pecado; isto se dá quando se ensina o mal, quando se manda ou aconselha, quando se facilita a sua realização. Nestes casos, o pecado de escândalo é evidentemente mais grave.

É *indireto* quando não se tenciona fazer o próximo cair no pecado, e, no entanto, se praticam cousas próprias para dar mau exemplo. É o caso de quem, em público, blasfema, transgride as leis de Deus e da Igreja, tem um procedimento irregular.

O escândalo pode ser *dado e não recebido,* quando, por uma parte alguém dá maus exemplos ou maus conselhos, aliás sem que estes exemplos e conselhos produzam mau fruto algum. É *recebido* e não *dado* quando o próximo julga ser autorizado a fazer mal por ter visto cousas que aliás nada tinham de repreensível. Assim é que os fariseus estavam escandalizados com as melhores ações de Nosso Senhor: é a razão porque êste escândalo é chamado *farisaico.*

163. — *Que devemos pensar do pecado de escândalo?*

R.— *O escândalo verdadeiramente dado, direta ou indiretamente consentido, é falta que ajunta mais malícia ao pecado que se comete, e constitue uma circunstância que cumpre declarar na confissão, quando pode ter tido como resultado fazer o próximo cair em pecado mortal.*

A *gravidade* do pecado de escândalo fica evidenciada nas seguintes considerações: 1.º o pecador que dá escân-

dalo trabalha com o demônio para perder almas que Jesús Cristo veio remir com o sangue. Ora, se já é criminoso tirar ao próximo a vida do corpo, quanto mais grave não é o crime de perder-lhe a alma!

2.º O mal produzido pelo escândalo, é muitas vezes, irreparável. O próximo escandalizado pode, por sua vez, ter comunicado a outras vítimas o mal que lhe fôra transmitido. E quem há de dizer o sem número de pecados que um primeiro escândalo pode ter causado? E onde se há de ministrar o remédio?

São estas graves reflexões que faziam Nosso Senhor dizer no Evangelho: "Ai daquele que der escândalo! Melhor fôra para êle que lhe suspendessem no pescoço uma pedra de moinho e o jogassem ao mar!" (*S. Mat.*, XVIII, 7).

164. — *Apontai alguns escândalos mais frequentes e mais graves?*

R. — *Devemos considerar como culpado de escândalo grave:*

1.º Quem faz alarde da impiedade e dá exemplo triste e nefasto, empenhando-se em apagar a fé nas almas e o sentimento religioso nos corações.

2.º Quem publica, compõe, vende livros ou jornais tratando de assuntos imorais ou ímpios.

3.º Quem escreve peças de teatro contra a religião ou os costumes, ou as representa.

4.º Quem faz ou expõe estátuas, pinturas, fitas ou desenhos imodestos.

5.º Quem ostenta a depravação e ofende as leis da decência por seu traje ou suas atitudes.

Acusar-se dêstes pecados na confissão não é bastante: cumpre reparar o mal feito, e se foi público e considerável, também a reparação ou retratação tem de ser pública e solene.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Relativamente ao escândalo *recebido,* impõe-nos a caridade o dever de interpretar com indulgência as palavras ou atos duvidosos; a vigilância manda que afastemos do nosso espírito os maus efeitos que poderiam produzir e a generosidade deve levar-nos a pôr em pratica o conselho do divino Mestre: "Se vossos olhos, vossos pés ou vossas mãos, — isto é, o que mais prezais neste mundo — forem ocasião de escândalo, arrancai-os e atirai-os para longe de vós" (*S. Mat.*, XXVIII, 8).

2.º Relativamente ao escândalo *dado,* cumpre: nunca dizer palavra nem fazer ato algum que possa ser ocasião de escândalo e de queda; deixar de fazer até aquilo que pode nos parecer bom, mas não é ordenado, logo que percebemos que assim podíamos escandalizar os fracos; reparar os escândalos de palavras por conselhos melhores, os escândalos de ação por melhores exemplos.

"Senhor, repetia o santo rei Daví, purificai-me dos meus pecados secretos, e poupai ao vosso servo o castigo dos pecados alheios que podia ter causado" (*Salmos,* XVIII, 13).

VI.º E IX.º MANDAMENTOS

Não pecar contra a castidade.
Não desejar a mulher do próximo.

Divisão do assunto.

165. — *Que proíbe Deus pelo sexto e nono mandamentos?*

R. — *Pelo sexto mandamento Deus proíbe os pecados de luxúria, isto é, qualquer ato exterior contrário à santa virtude de pureza. O nono preceito vai além. Condena o desejo voluntário, o simples pensamento do mal.*

A *pureza,* que se chama também *modéstia cristã, bela virtude, virtude angélica,* manda que respeitemos o nosso corpo qual templo a Deus consagrado, e condena tudo quanto lhe poderia embaciar a inocência.

O *nono preceito* vai além, e debelando o mal na própria raiz, condena até o deseio voluntário, o simples pensamento do mal. "No coração é que se originam os atos vergonhosos" (*S. Mat.*, xv, 19). Porisso quís Nosso Senhor, renovando e aperfeiçoando a antiga lei, proibir o próprio desejo do mal.

Sodoma é destruída por uma chuva de fogo: pecou contra o 6.° mandamento.

Os atos *exteriores* e *interiores* contra a pureza formam o objeto *direto* das proibições dos preceitos sexto e nono, que reunimos por tratarem do mesmo assunto; mas estes dois mandamentos proibem *indiretamente* tudo quanto pode vir a ser *ocasião* de pecado contra a pureza.

Dividiremos em três paragrafos a explicação e diremos: 1.° os *pecados contra a santa virtude,* assim como suas *ocasiões;* 2.° a *gravidade dos pecados de luxúria;* 3.° os *preservativos e remédios* contra estes pecados desastrados.

§ I. — Pecados proibidos pelos VI.º e IX.º mandamentos.

Atos exteriores. — Atos interiores. — Principais ocasiões de impureza: 1.º más leituras; 2.º espetáculos; 3.º dansas e bailes; 4.º reuniões mundanas.

166. — *Quais são os principais pecados proibidos por estes dois preceitos?*

R. — *O sexto preceito proíbe atos exteriores, e o nono, atos interiores opostos à pureza.*

Pelo nome de *atos exteriores,* deve-se entender tudo o que se manifesta para fora. São:

1.º Todas as ações *indecentes,* denominadas ainda *impurezas* ou *pecados vergonhosos,* porque constrangem quem os comete a corar perante Deus e perante os homens. Cometidos a sós ou com alguma pessoa, estes pecados são mortais por natureza, e podem mudar de espécie conforme as pessoas, os lugares, os atos. Então, tais circunstâncias devem ser declaradas na confissão.

2.º Os *olhares maus,* isto é, fitos, sem necessidade e com reflexão, sôbre pessoas ou objetos que podem levar ao mal; são quasi sempre pecados mortais, por causa, ao menos, do perigo próximo de consentimento.

3.º As *conversas deshonestas* ou livres, palavras ou cantos obscenos ou de significação dupla, pronunciadas ou ouvidas com intenção ou perigo próximo de excitar em si mesmo ou nos outros a impressão do mal, são pecados mortais.

Com o nome de *atos interiores,* contra a pureza, é preciso entender o que se dá tão sòmente no espírito e no coração. São:

1.º Os *maus pensamentos* livremente consentidos.

A idéia do mal, se a repelirmos; a própria impressão que a acompanha, se fôr combatida, não são pecados. Mas é no beneplácito da vontade demorando-se e com-

prazendo-se no gôzo excitado pelo pensamento, que está o pecado; é *mortal* se a cousa é verdadeiramente má e o consentimento inteiro; *venial,* se a matéria fôr leve ou o consentimento imperfeito.

2.º Os *maus desejos.* — Ao simples pensamento, ajuntam-se então a *intenção* e *vontade* de cometer o ato mau. Neste caso, têm a malícia e a gravidade do mesmo ato, se o consentimento fôr inteiro.

167. — *Quais são as principais ocasiões exteriores de pecados contra a pureza?*

R. — *As principais ocasiões exteriores dos pecados contra a pureza são as más leituras, os maus espetáculos, as reuniões mundanas, as dansas e os bailes.*

Chama-se *ocasião* de pecado tudo quanto, no estado de nossa natureza decaída, leva mais particularmente ao mal, e ocasião *exterior* então, a que encontramos fora do nosso espírito viciado e do nosso coração inclinado para a corrupção, nos objetos, nas pessoas ou circunstâncias que levam ao pecado. Diz-se que a ocasião é *próxima,* quando leva diretamente ao mal e acarreta quasi sempre uma queda; *remota* quando leva indireta e fracamente ao pecado.

Excusado é dizer que a mesma lei que proíbe o pecado ordena também de fugir das ocasiões que conduzem a êste pecado, especialmente se forem próximas. Ora, as principais ocasiões dos pecados contra a pureza são:

1.º *Más leituras;* êste têrmo geral abrange: os livros *ímpios,* que abalam a fé e atacam a moral pura; os livros *licenciosos,* em que se apresenta o vício em toda a sua realidade; os *romances* mais ou menos perigosos, onde a paixão entra em cena de modo cativante; as *fôlhas diárias* ou revistas periódicas que, sôbre trazerem todos os inconvenientes do romance, têm o perigo de excitarem

mais a curiosidade; e enfim os *livros fúteis*, que, embora não sejam absolutamente maus, falseiam o juízo, desviam a imaginação, fazem perder o gôsto da piedade, e aos poucos causam a derrota da virtude. A má leitura é pecado mortal tôdas as vezes que é feita em livro condenado pela Igreja, se soubermos da condenação, e mais, quando, ainda que o livro não seja formalmente proibido, deixa esta leitura pensamentos, idéias, impressões cuja verdadeira culpabilidade é fácil reconhecer.

2.º *Espetáculos*. Por sua natureza, os espetáculos não são maus em absoluto; podem mesmo contribuir a elevar a alma, quando tiverem em mira um fim moral, e são admitidos até nas casas de educação cristã. Mas em nossos tempos, os espetáculos públicos, tornaram-se cousa diferente. As mais das vezes, são escolas de imoralidade em que o vício sai glorificado e a virtude ludibriada. Abrasam a imaginação e quasi fatalmente arrastam a vontade para o mal: porisso constituem ocasião de pecado.

Um autor dramático, — Alexandre Dumas, — confessou que a mãe prudente não devia ir ao teatro, e muito menos alí levar a filha. Dizia Chateaubriand ao jovem Ozanam: "Eu lhe peço, nunca va assistir ao espetáculo; alí não ganhava nada e havia de perder muito".

Pelas cousas que se ouvem ou se contemplam, se o espetáculo fôr ocasião de pensamentos ou impressões ruins, acarretando perigo de consentimento, então, sob pena de falta grave, é preciso abster-se.

3.º *Dansa e baile*. — Em si mesma, a dansa não é má, e se não passasse de exercício corporal, nem se poderia censurar. Entretanto, por muitas circunstâncias, pela música que se ouve, pelas cousas que se vêm, a frequentação das pessoas que alí se encontram, pelos trajes que se vestem, pela liberdade que se toma, é quasi sempre pecado. Afora certas reuniões na família, onde tudo corre

segundo os ditames da boa educação, devemos evitar a *dansa,* mormente os *bailes públicos,* e principalmente certas dansas modernas que em si mesmas são muito perigosas. Eis o parecer de S. Francisco de Sales, que era santo muito bondoso, muito indulgente: "Dos bailes digo o que dizem os médicos a respeito dos cogumelos: *os melhores não prestam".* E de fato, são sempre ocasião de leviandade, muitas vezes de luxo, de ciumes, mais vezes ainda, de estouvamento, e finalmente são a ruína da piedade e da virtude. Será portanto sempre mais acertado evitá-los. Os bailes apelidados *"bailes de caridade"* apresentam os mesmos perigos e êste não é meio do qual os cristãos podem lançar mão para exercer a sua caridade. Os próprios *bailes de crianças* não deixam de apresentar inconvenientes de muitas espécies.

4.º As *reuniões mundanas* são muito perigosas também; a sociedade de pessoas de sexo diferente, os brinquedos, os cantos, a leviandade que alí muitas vezes imperam, o luxo que se quer ostentar à viva fôrça, as amizades que se travam e as consequentes familiaridades, etc., tudo faz concluir que devemos fugir de tais reuniões sob pena de culpa grave, se forem ocasião próxima de pecado.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Quando o homem, diz S. Bernardo, dá largas à ambição, é um homem quem peca, peca porém como o anjo; quando a avareza o avassala, peca, mas como o homem; mas se anda a reboque dos desejos baixos da carne, peca como a bêsta".

"Quem amar o perigo, nele há de perecer" (*Ecl.,* III, 27). Afugentamos as outras tentações lutando contra elas, dizem os santos; as tentações contra a pureza só podem ser vencidas fugindo delas.

Ponderemos os conselhos que dá S. Francisco de Sales a respeito da *dansa* e que podem, da mesma forma, aplicar-se aos *espetáculos* e outras *reuniões mundanas:* "Se tiverdes de ir ao baile, constrangido por uma ocasião de que vos não podeis livrar

de maneira alguma, ponde sentido que seja a vossa dansa muito reservada. Dansai pouco e raras vezes... Refletí nos seguintes pensamentos: "Enquanto estou dansando, várias almas ardem no inferno por terem dansado, como eu... Várias pessoas oram a Deus e cantam seus louvores; não são mais ajuizadas do que eu?... Vários, neste momento, comparecem perante Deus: também eu posso ser chamado. Jesús Cristo, a santíssima Virgem, os anjos e os santos me consideram e têm dó de mim... (*Vida devota,* liv. III, cap. XXXIII).

§ II. — Gravidade dos pecados contra a pureza.

Gravidade dos atos: consequências. — Apreciação dos atos interiores.

168. —*Apreciai a gravidade dos atos contra a pureza.*

R. — *Os atos contra a virtude de pureza não sòmente são gravíssimos aos olhos de Deus e da conciência honesta, mas acarretam ainda consequências terríveis neste mundo e para a eternidade.*

Quanto aos atos interiores, podem também ser pecados mortais, sendo a matéria grave e se nos demorarmos voluntariamente neles com prazer consentido.

Os pecados de ações são geralmente gravíssimos. O apóstolo S. Paulo, depois de ter enumerado as diferentes qualidades, declara terminantemente que quem os cometer não entrará no reino do céu; logo, êstes pecados são *mortais.*

Com efeito, as ações criminosas degradam o homem, apagam nele as feições da semelhança divina, e rebaixam-no ao nível do irracional. É contra estes pecados que o Senhor sentenciou os anátemas mais terríveis: "Meu espírito, diz êle, não há de morar no homem, porque o homem é carne" (*Gên.*, VI, 3). Contra êles ainda é que exerceu o castigo com mais rigor; hajam vista o dilúvio, o incêndio de Sodoma e Gomorra, a ruína de Babilônia, etc.

Estes pecados vêm a ser mais graves para cristãos, cujo corpo e alma se tornaram, pelo batismo, pelos sacra-

mentos, mormente pela Eucaristia, membros de Jesús Cristo e templos do Espírito Santo.

Não sòmente são gravíssimos aos olhos de Deus e da conciência honesta, mas estes pecados contra a pureza acarretam ainda *consequências terríveis* neste mundo e para a eternidade.

1.º Escurecem a *inteligência:* "O homem que se materializa, diz S. Paulo, embrutece; não entende mais as cousas de Deus" (I *Cor.*, II, 14).

2.º Cegam e entorpecem o *coração;* tornam-no incapaz de afetos puros e honestos, arruínam a paz das famílias, e levam muitas vezes ao crime.

3.º Geram na *alma,* primeiro, o esquecimento de Deus, depois o desgôsto da religião, enfim, a impiedade, muitas vezes, o ódio a Deus e a tudo quanto o representa.

4.º Especialmente quando se tornam triste *costume,* derribam saúde e fortuna, impossibilitam qualquer ato generoso e dedicado, produzem moleza, cobardia, acabando pelo desânimo, e não raro, pelo desespêro, a impenitência e o inferno.

Quanto aos *atos interiores,* podem também ser pecados mortais, sendo a matéria grave e se nos demorarmos voluntariamente nelès com prazer consentido. Estes pecados de pensamento e desejo trazem como consequência quasi necessária as ações culpadas, apresentam mais o inconveniente de multiplicar-se tão facilmente que quasi nem podemos dar por êles, nem portanto emendar-nos. Enfim, povoam o espírito de lembranças e imaginações que impossibilitam toda reflexão e oração.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Tem razão, pois, o Espírito Santo em dizer: "Guardai o vosso coração com temor" (*Prov.*, IV, 23). O início do mal é sempre um *pensamento;* fortifica-se o mal pelos *desejos;* desenvolve-se pelas

ocasiões, e pelo *costume* torna-se por assim dizer fatal. Por demais tem a experiência abonado êste oráculo do Espírito Santo: "O adolescente seguirá seu caminho e ainda quando tiver encanecido, não se arredará desta via" (*Ibid.*, XXII, 6); e também êste reparo de Jó: "Hão de pulular ainda nos seus ossos os vícios da juventude e dormirão com êles no pó do túmulo" (*Jó*, XX, 11).

Quer isto dizer que o vício impuro é incorrigível? Não; mas é preciso desarraigar o mal no comêço, opor-lhe remédios enérgicos, querer com afinco remar para a virtude contra a correnteza da paixão, confiar-se a um diretor hábil e firme, e, depois contar com a graça de Deus.

§ III. — Preservativos e remédios contra a impureza.

Meios habituais de preservação. — Procedimento nas tentações. — Remédios depois do pecado.

169. — *Indicai os remédios e preservativos contra a impureza.*

R. — *Afim de conservarmos tão delicada virtude importa andarmos sempre acautelados. Citemos como preservativos: 1.º o amor e a estima da pureza; 2.º o gôsto da oração e do trabalho; 3.º a mortificação dos sentidos, principalmente da vista; 4.º a fuga das ocasiões.*

A virtude de pureza é delicada; nós a levamos em vasos quebradiços e por toda a parte as ciladas e os inimigos nos rodeiam. Importa, primeiro, andarmos acautelados por *meios de preservação* que são:

1.º *O amor e a estima da pureza*, virtude dos anjos que Deus premeia no homem, deparando-lhe, na terra e no céu, recompensas especiais.

2.º *O gôsto do trabalho e da oração.* O demônio nos tenta sobretudo quando nos acha na desídia, na ociosidade; também Deus abandona à própria fraqueza e às suas perversas inclinações os que não rezam.

3.º *A prática habitual da mortificação dos sentidos, especialmente da vista*, pela modéstia dos olhares; do gôsto, pela prática da temperança; do ouvido, evitando toda conversa ruim, todo canto torpe; da imaginação,

fugindo das más leituras, combatendo certo cismar perigoso; do coração, repelindo todo afeto muito vivo "que não quiséramos contar à nossa mãe".

4.º *A fuga de todas as ocasiões* que apontamos: leituras, espetáculos, bailes, reuniões ou frequentações perigosas.

Nas *tentações* que se apresentam sem estarmos expostos, devemos:

1.º Desconfiar de nós mesmos, não contar com as próprias fôrças, mas sim esperar em Deus e no poder da sua graça.

2.º Afugentar sossegadamente a tentação, ocupando-nos com outra cousa, entregando-nos a um trabalho ativo, a uma conversação que divirta, etc. Erguer também o coração para Deus pela oração, para a santíssima Virgem e o nosso bom anjo por um apêlo entranhado e confiante à sua proteção.

3.º Opor à tentação pensamentos sérios, a lembrança da morte, do juízo e do inferno, rememorar a presença de Deus que nos vê; escutar a voz da honra e da conciência, refletir nas nefandas consequências do pecado...

Enfim, dentre os *remédios contra os pecados*, o primeiro e principal é recorrer à confissão frequente, sem deixar à alma tempo para enlanguecer e entorpecer-se no vício. Mas é preciso ter na confissão sinceridade perfeita, dar a conhecer suas chagas, como o doente revela ao médico todo o seu mal, e submeter-se com energia e confiança à direção do confessor, aceitando suas decisões e seguindo seus conselhos.

A *comunhão frequente,* feita com preparação excelente e disposições de fervor e confiança, será a um tempo preservativo e remédio: comunicar-nos-á a própria fôrça de Deus, e é o meio todo poderoso para conservarmos a inocência ou recuperarmos a virtude, ainda mesmo que tivéssemos dado quedas lastimáveis.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Consagração a Maria Santíssima. — (*Para se rezar todos os dias de manhã e de noite, de joelhos*). — Ó minha Senhora e minha Mãe! Eu me ofereço todo a Vós, e, em prova de minha devoção para convosco, vos consagro neste dia os meus olhos, os meus ouvidos, a minha bôca, o meu coração e inteiramente todo o meu ser. E porque sou vosso, ó incomparável Mãe, guardai-me, defendei-me como cousa e propriedade vossa.

(*100 dias de ind., uma vez ao dia, para quèm a rezar de manhã e de noite; plenária no fim do mês*).

Aspirações nas tentações.

Ó minha Soberana, ó minha Mãe, lembrai-vos de que sou vosso; guardai-me, defendei-me, como vosso bem e propriedade vossa.

O Maria concebida sem pecado, rogai por nós que a vós recorremos.

VII.º E X.º MANDAMENTOS

Não furtar.

Não cobiçar as cousas alheias.

Divisão do assunto.

170. — *Que proíbe Deus pelo sétimo e pelo décimo mandamento?*

R. — *Pelo sétimo mandamento, Deus proíbe tomar ou reter injustamente o bem do próximo. — Pelo décimo, Deus quer estancar a fonte das injustiças, remontando até a origem, o princípio: condena o desejo de apossar-se por meios ilícitos das cousas alheias.*

Reunimos em um mesmo capítulo estes dois mandamentos por se referirem ao mesmo objeto: *respeito da propriedade* dos outros. Violamos a propriedade alheia quando tomamos o que é dos outros ou quando lhes

causamos algum prejuízo, seja de que modo fôr. Não sòmente é proibido tomar, mas quem se achar de posse de uma cousa pertencente ao próximo, e o souber, não poderá ficar com a tal cousa: há obrigação de ***restituí-la***.

São Luís, modêlo de justiça, observa e faz observar o 7.º mandamento.

Enfim, é proibido *cobiçar*, isto é, desejar de modo injusto e avarento as cousas alheias. São estas diferentes questões que vêm estudadas nos três parágrafos tratando: 1.º *das várias maneiras de violar os direitos alheios;* 2.º *da apreciação que se deve fazer dos pecados cometidos contra o sétimo e o décimo mandamento;* 3.º *da obrigação de restituir.*

§ I. — Diversas maneiras de violar o direito do próximo.

Noção do roubo: suas diferentes espécies. — Detenção injusta. — Prejuízos causados injustamente. — Violação dos compromissos.

171. — *De quantas maneiras ofendemos os direitos do próximo?*

R. — *Ofendemos os direitos do próximo principalmente de quatro maneiras: 1.º tomando injustamente cousas alheias: é roubo; 2.º ficando com elas, injustamente: chama-se detenção injusta; 3.º causando-lhe prejuízos injustamente; 4.º não executando as promessas escritas ou verbais: é violação dos compromissos.*

I. Roubo é furto ou usurpação de cousas alheias contra a vontade do dono. Denomina-se *gatunagem,* quando as cousas se tiram por esperteza; *rapina,* quando se tiram por violência, fôrça; *fraude,* quando há dolo na mercadoria ou no trabalho; *usura,* quando se dá emprestado com juros excessivos, acima do que é permitido pela lei e o costume aceito; *sacrilégio,* se a cousa furtada fôr objeto sagrado ou se o fato se der em lugar santo. Esta última circunstância acrescenta ao roubo nova malícia, que muda a espécie.

II. A *detenção injusta* consiste em reter ilegitimamente o que pertence ao próximo. É culpado de detenção: 1.º todo aquele que não paga as dívidas quando pode, ou não se importa em ganhar, com o trabalho, dinheiro para as saldar; 2.º aquele que recusa devolver o que lhe foi confiado como depósito; 3.º quem fica injustamente com uma cousa achada sem procurar qual é o dono; 4.º quem não cumpre as obrigações de justiça ligadas a uma herança que recebeu: por exemplo, dívidas que ainda existem, piedosas fundações daquele cuja fortuna se herdou.

III. Chama-se *prejuízo injusto* todo ato ou participação a um ato que pode redundar em prejuízo ou perda de algum bem para o próximo. Somos culpados de prejuízo injusto: 1.º sempre que fazemos, contra nossa conciência, algum ato prejudicial ao próximo destruindo, por exemplo, ou estragando, o que lhe pertence, ou ainda, impedindo-lhe, por meios injustos, de realizar lucros lícitos; 2.º quando cooperamos no seu prejuízo ordenando a injustiça ou aconselhando-a, auxiliando-a ou deixando-a cometer-se, embora fosse nossa obrigação impedí-la; ou ainda comprando e ocultando cousas que sabemos terem sido roubadas.

IV. *Violação dos compromissos.* — *Compromisso* é uma convenção escrita ou verbal, pela qual várias pessoas se empenham umas para com outras. Os principais compromissos são: a *promessa,* pela qual nos empenhamos em dar um bem, um objeto; a *doação,* ato pelo qual dispomos a favor de uma pessoa, e gratuitamente, de parte ou da totalidade dos nossos bens; si vigorar sòmente depois da morte de quem dá, vem a ser *testamento;* a *venda,* ato escrito ou verbal, pelo qual passamos a outrem, mediante preço ajustado, a propriedade de uma cousa: denomina-se *troca,* quando se recebem outros valores em vez de dinheiro.

Não executar estes compromissos, quando estão feitos, é violação da palavra dada ou pecado mais ou menos grave, conforme o prejuízo causado à pessoa ofendida nos seus direitos.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O móvel ordinário do roubo e das injustiças cometidas para com o próximo é a *avareza.* "Os que se querem tornar ricos, diz são Paulo, entregam-se a desejos perniciosos que os arrastam para a condenação; pois a avareza é a raiz de todos os males" (I *Tim.,* VI, 9). O remédio a esta má inclinação é o *desapêgo das cousas dêste mundo.*

Outra fonte de injustiça é a *falta de sinceridade e de franqueza.* O homem honesto tem uma palavra só, e o verdadeiro cristão não sabe o que é mentir. Traz nas suas palavras e promessas a boa fé mais plena, avaliando as cousas segundo seu valor, dando aos atos públicos, o caráter da legalidade, isto é, fazendo-os de acôrdo com as prescrições da lei, sem jamais sacrificar a conciência ao interêsse.

"A sociedade haveria de perecer, diz Santo Tomaz, se os homens pudessem roubar os bens uns dos outros."

§ II. — Apreciação dos pecados de injustiça.

Regras de apreciação: 1.º injustiça em geral; 2.º roubos importantes; 3.º pequenos furtos; 4.º desejos injustos.

172. — *Dai regras para apreciarmos a gravidade das faltas contra a justiça.*

R. — *O direito natural, as leis divinas e humanas condenam as injustiças cometidas contra o próximo.*

Não sòmente os atos podem constituir falta grave, se é grave a matéria, mas até os desejos injustos e plenamente consentidos.

I. Qualquer injustiça cometida para com o próximo, — seja qual fôr a maneira, — constitue prejuízo severamente proibido:

1.º *Pelo direito natural,* que não consente façamos aos outros o mal que não quiséramos nos fizessem a nós mesmos;

2.º *Pelo direito divino,* que diz: "Não furtar";

3.º *Pelas leis humanas,* que, em toda a parte, condenam o roubo e o castigam.

II. Em si mesmo o *roubo é falta grave,* pois são Paulo declara que "os ladrões não entrarão no céu" (I, *Corint.*, VI, 10). Contudo, esta palavra diz respeito aos que causam prejuízo considerável.

Ora, é admitido geralmente que, em matéria de injustiça, 90 para 100 mil réis furtados de pessoa rica,

50 para 60 mil réis de pessoa de condição comum, 20 para 30 mil réis de jornaleiros, e 10 mil réis e até menos de pobres, constituem matéria grave e, portanto pecado mortal.

III. Pequenos furtos e fraudes leves são só pecados veniais. No entanto, estando moralmente unidos, e se, no propósito de quem os comete, devem formar certo total, ou ainda quando prejudicam à mesma pessoa, vêm a ser pecado mortal logo que a matéria se tornou considerável.

IV. Já o temos dito, não sòmente os atos de injustiça são proibidos, mas ainda os simples *desejos injustos*. O décimo mandamento os condena e são Paulo declara que "êsses desejos perniciosos arrastam para a perdição" (I, *Tim.*, VI, 9). Mas quando é que os desejos injustos serão pecados mortais?... Sempre que a *matéria é grave*, segundo a interpretação que damos acima, e vêm acompanhados de inteiro consentimento. Não importa que os desejos sejam realizados ou não: o pecado está no coração e na vontade; simples desejos, porém, não obrigam a fazer restituição.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Não é lícito aos meninos tirar bens de seus pais, a pretexto que estes bens da família lhes caberão um dia e já são dêles. Aquele modo de falar não é exato; há verdadeiro prejuízo causado aos pais, perda possível para com os irmãos, as irmãs; e em todo caso, os pequenos furtos cometidos em casa são indício de uma inclinação perversa, que não deixaria de avultar se não fosse refreada.

2.º É êrro pensar que os prejuízos causados a uma sociedade abastada ou ao Estado não são pecados, por serem ricos esta sociedade e o Estado. Para haver pecado mortal, talvez seja necessário um prejuízo mais considerável do que dissemos em nossa apreciação geral; mas o pecado sempre existe.

3.º É injustiça grave roubar uma nação pela anexação violenta e ilegítima de suas províncias, e é injustiça sacrílega usurpar

os bens e as propriedades da Igreja; são o fruto da caridade dos fiéis, foram reconhecidos legítimos por compromissos e tratados, ficam sendo o tesouro dos pobres: por todos estes motivos, devem ser respeitados.

§ III. — Obrigação de restituir.

Dever da restituição. — A quem cabe êste dever. — Razões que podem adiar ou suprimir a obrigação de restituir.

173. — *Será um dever a restituição?*

R. — *A conciência e a lei divina impõem o dever rigoroso de restituir o que foi tirado injustamente. A restituição deve ser feita à pessoa lesada ou aos seus herdeiros.*

A *restituição,* isto é, o ato de devolver ao próximo o que lhe foi tirado injustamente, é dever rigoroso: 1.º A *conciência* ensina êste dever e diz que devemos compensar o prejuízo que temos causado a outros, como desejamos que os outros compensem o prejuízo que nos podem ter causado. 2.º A *lei divina* impõe esta obrigação: "É preciso devolver ao próximo o que lhe temos tomado" (*Ezequiel,* XXXIII, 15). "Dai a César o que é de César" (*S. Mat.,* XXII, 21). 3.º A *Igreja* sempre adotou como regra êste axioma de santo Agostinho: "Sem restituição, não há remissão!" e o *direito civil* reconhece o mesmo princípio: obriga os ladrões a restituir.

A restituição deve ser feita a quem sofreu o prejuízo ou aos seus herdeiros se tiver falecido. Se não se conseguisse descobrir quem sofreu o prejuízo nem os herdeiros, poder-se-ia restituir aos pobres, ou fazer em nome do legítimo proprietário uma obra de beneficência ou alguma obra de caridade para uma igreja pobre.

A restituição deve-se fazer *quanto antes,* moralmente falando, e isto sob pena de ter que indenizar a pessoa prejudicada pelo atraso voluntário.

174. — *Quais são os que têm obrigação de restituir?*

R. — *Têm obrigação de restituir: 1.º os que roubam; 2.º os que retêm o roubo; 3.º os que para êle concorrem.*

1.º Todos aqueles que, pessoalmente e de qualquer modo, causaram algum prejuízo ao próximo.

2.º Os que, sem terem roubado pessoalmente, estão de posse de um bem alheio, estando perfeitamente côncios do fato. Logo que entram a duvidar e, portanto, logo que cessa a posse de *boa fé,* assiste-lhes a obrigação de devolver a dita cousa, ou seu valor se estiver empenhada. Contudo, se a compraram de boa fé, têm direitos contra o vendedor.

3.º Quando várias pessoas concorreram no prejuízo, ficam *solidariamente,* isto é, uma na falta da outra, obrigadas à restituição na seguinte ordem: 1.º o detentor; 2.º quem mandou; 3.º quem levou a efeito o ato; 4.º quem aconselhou ou facultou os meios; 5.º quem deixou fazer, devendo ou podendo impedir; 6.º quem recebeu.

175. — *Não há razões que adiam ou apagam a obrigação de restituir?*

R. — *A inhabilitação moral ou física pode suspender, por algum tempo, a obrigação de restituir; a remissão, a compensação e a prescrição apagam por completo esta obrigação.*

Por grave que seja a obrigação de restituir, há porém razões que a *adiam,* ou suspendem por algum tempo, deixando subsistir o princípio da obrigação, que tornará a vigorar assim que as razões não existirem mais. São:

1.º *Inhabilitação física,* isto é, se o devedor nada tem, ou se, restituindo, caísse em miséria extrema, pode diferir, a não ser que o credor se ache nos mesmos apuros.

2.º *Inhabilitação moral:* existe se o devedor não pode ainda restituir sem perder a reputação ou decair

notavelmente de uma posição que adquiriu legitimamente; um prazo lhe fica então concedido, a não ser que o próprio credor esteja na miséria.

Outras causas apagam por completo a obrigação de restituir; são:

1.º A *remissão* livre e espontânea da dívida pelo credor;

2.º A *compensação* que o próprio credor já teria tirado dos bens do devedor;

3.º A *prescrição,* nas condições legais, isto é, se o detentor de boa fé teve, durante o tempo determinado pela lei, a posse contínua, pacífica, de um objeto com o título de dono: então, êsse objeto fica definitivamente seu e êle o pode conservar. Não se dava o mesmo, se no comêço tivera dúvida e particularmente se tivesse estado de má fé.

CONCLUSÃO PRÁTICA

A restituição leal pode ser ponto de partida de grande virtude. Zaqueu, no Evangelho, é exemplo frisante desta verdade: "Senhor, disse êle a Jesús, vou dar metade da minha fortuna aos pobres, e se tiver causado prejuízo a alguém, restituir-lhe-ei quatro vezes o valor". E Nosso Senhor o abençoou, dizendo: "Hoje entrou nesta casa a salvação, porque também êste é filho de Abraão" (*S. Luc.,* XIX, 9).

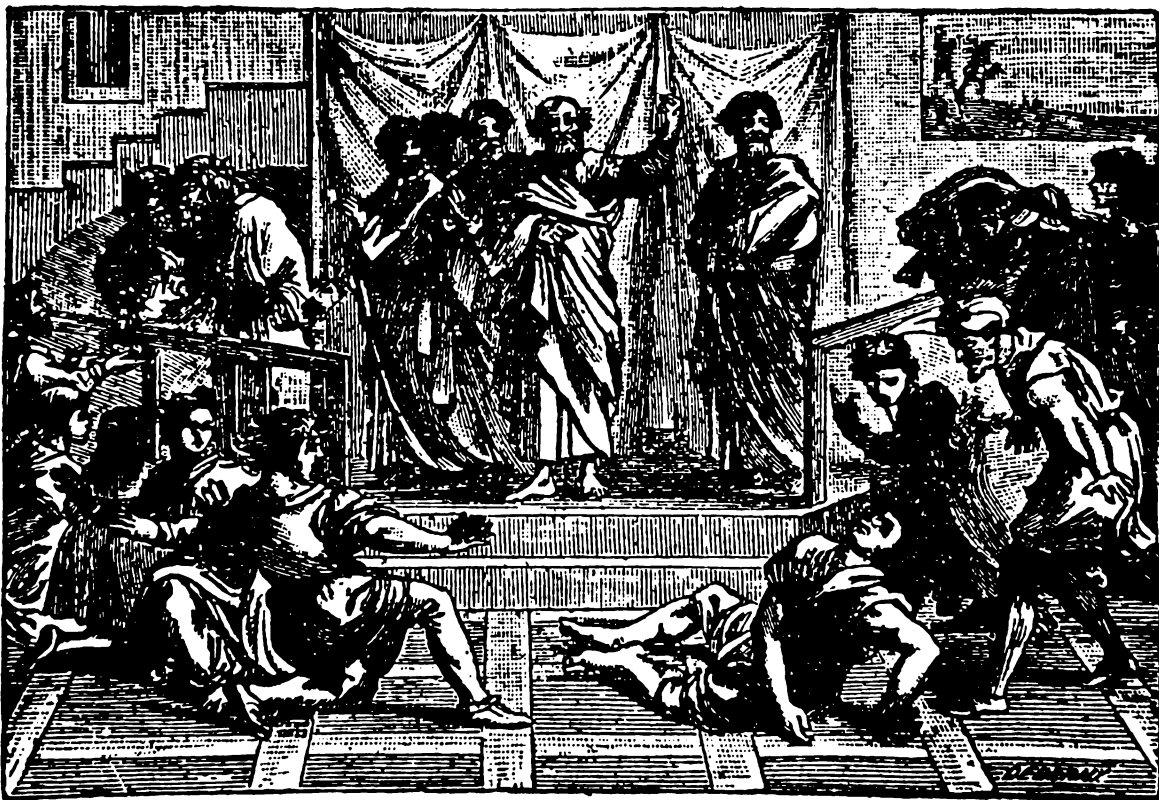
A restituição pode ser feita em segrêdo, pessoalmente ou por intermédio de alguém, por medianeiro discreto, pelo confessor, o dono estando informado ou ficando na ignorância, e até a pretexto de presente feito ao credor... Será bom darmos esmolas, às vezes, com o intuito de preenchermos as obrigações de justiça que podíamos ter para com os pobres.

VIII.º MANDAMENTO

Não levantar falso testemunho.

Divisão do assunto.

176. — *Que proíbe Deus pelo oitavo mandamento?*

R. — *Pelo oitavo mandamento Deus proíbe dar testemunho falso em juízo; proíbe mais a detração, a calúnia, a adulação, o juízo e a suspeita temerária e qualquer espécie de mentira.*

Ananias e Safira mentem ao Espírito Santo e são feridos de morte.

Proíbe *diretamente* o *falso testemunho* e a *mentira*. Depois de ter ordenado o que podia prejudicar a vida e os bens do próximo, o decálogo remata o enunciado dos nossos deveres para com êle; quer que sejam as nossas palavras de acôrdo com a verdade e reprova tudo quanto poderia danificar a reputação do próximo. O falso testemunho está claramente mencionado na proibição,

porque é o pecado que traz o prejuízo mais direto e mais culpado à verdade e à honra do próximo; a mentira indica-se logo depois por ser muito parecida com o falso testemunho. — Mas *indiretamente*, o oitavo mandamento proíbe também tudo o que havia de contribuir à difamação do próximo, isto é, à perda da boa fama. Vamos tratar sucessivamente: 1.º do *falso testemunho;* 2.º da *mentira;* 3.º da *difamação* e suas várias espécies.

§ I. — Falso testemunho.

Noção do falso testemunho; apreciação moral. — Proceder a observar relativamente aos depoimentos em juízo.

177. — *Que é falso testemunho, e como devemos apreciar esta falta?*

R. — ***Falso testemunho, no sentido geral, é uma afirmação falsa quer de cousa boa, quer de cousa ruim, a respeito de outrem. Mas, no sentido exato do vocábulo, é um depoimento contrário à verdade, feito perante um juiz.***

Inclue três pecados: 1.º é mentira; 2.º é perjúrio; 3.º é injustiça.

Daí resulta que o falso testemunho só pode ser cometido diante da justiça, depois do juramento de dizer a verdade, a verdade tôda, e nada senão a verdade. Santo Tomaz repara acertadamente que o único falso testemunho inclue três pecados: 1.º é *mentira;* 2.º é *perjúrio;* pois antes de depor, jurou-se que se diria a verdade; 3.º é *injustiça,* porque sempre resulta algum prejuízo, já para um indivíduo, já para a sociedade.

Por estas circunstâncias e por causa da injúria feita a Deus, que é a soberana verdade e entretanto invocado como testemunha da mentira, é êste pecado mortal por sua natureza. Porquanto a Sagrada Escritura enuncia o falso testemunho entre os pecados que Deus aborrece

em extremo. A lei de Moisés queria que não tivessem dó das falsas testemunhas, mas que lhes arrancassem olhos por olhos, dentes por dentes (*Deut.*, XIX, 18).

Em todas as nações, o Código penal inflige condenações rigorosas às testemunhas falsas.

178. — *Qual é o proceder a observar relativamente a depoimentos perante a justiça?*

I. *Para quem é chamado perante a justiça, há obrigação grave de comparecer e dizer a verdade.*

Porém, o direito natural e o direito divino isentam dêste dever:

1.º Os confessores, para com as pessoas cujos crimes só conhecem de confissão;

2.º Os parentes, em linha ascendente e descendente, do acusado ou seus aliados em primeiro grau;

3.º As pessoas obrigadas ao sigilo profissional, como os médicos, advogados, etc., para com seus clientes.

II. Perante a justiça, deve-se dizer a verdade e a verdade toda; seja ela favorável ou prejudicial ao inculpado, não importa.

III. *Depois de um falso testemunho, isto é, se acontecesse fazer-se um depoimento falso; há obrigação de conciência em ressarcir, e portanto, em retratar-se diante dos magistrados, embora à custa da reputação e sem embargo das penas em que se pode incorrer.*

Deve-se reparar igualmente todo o prejuízo causado à honra, fama, e bens do próximo, pelo falso testemunho.

Estas diretivas tôdas servem igualmente para os que subornam falsas testemunhas e as incitam a depor contra a verdade.

CONCLUSÃO PRÁTICA

É uma circunstância solene na vida a em que somos chamados para depor perante a justiça humana; da nossa declaração pode sair a salvação do inocente; ou, pela condenação do verdadeiro

culpado, pode resultar o proveito geral da sociedade. Estas considerações devem nortear as nossas palavras e conservá-las na simplicidade, franqueza e sinceridade. — Lembremo-nos então da palavra divina: "Há seis cousas que Deus odeia..., uma sétima que êle detesta, é *a mentira e o falso testemunho*" (*Prov.*, VI, 19).

Há outro pecado que tem muita relação com o falso testemunho e se chama *falso em escrito*. Escrever atas falsas, alterar uma ata autêntica ou usar de documentos falsificados são outras tantas faltas graves que impõem a obrigação de reparar todos os consequentes prejuízos.

§ II. — Mentira.

Várias espécies de mentiras. — Equívocos e restrições mentais. — Outras pecados: 1.º hipoorisia; 2.º dissimulação; 3.º adulação.

179. — *Que é mentir? Apreciai a mentira e as suas várias espécies.*

R. — *Mentir, é, em geral, falar de modo diverso de seu pensamento com intenção de enganar. Distinguem-se a mentira jocosa, a oficiosa e a perniciosa.*

Há diferença na gravidade da mentira. A mentira jocosa e a mentira oficiosa são ordinariamente pecados veniais; a mentira perniciosa há de ser pecado mortal se causar prejuízo sério à caridade, à justiça, à fé ou aos bons costumes.

A mentira não é sòmente uma palavra contra a verdade, pode ser igualmente um sinal ou ato que se façam no intuito de iludir o próximo.

Distinguem-se três espécies de mentiras: 1.º mentira *jocosa*, que se diz brincando, a modo de gracejo; 2.º mentira *oficiosa*, que se diz em proveito próprio ou para obsequiar os outros; 3.º mentira *perniciosa*, que se diz com vontade ou probabilidade de causar dano ao próximo.

Seja qual fôr a sua natureza, a mentira é sempre ruim, e nenhuma razão a pode desculpar. Com efeito, mentir é abusar da linguagem que Deus nos comunicou para externar os nossos pensamentos; é insultar a santi-

dade de Deus e sua soberana verdade; é faltar à caridade e às relações de franqueza e sinceridade que devem unir os homens. Porisso, Nosso Senhor disse que a mentira é obra do demônio, justamente chamado pai da mentira, e o apóstolo são João declara: "O lugar dos mentirosos é no tanque de enxôfre e fogo" (*Apoc.*, XXI, 8).

Há contudo diferenças na gravidade da mentira. A mentira *jocosa* e a mentira *oficiosa* são ordinariamente pecados veniais; mas a mentira *perniciosa* há de ser pecado mortal, se causar prejuízo sério à caridade, à justiça, à fé, aos bons costumes.

180. — *Que idéia deve-se fazer dos equívocos ou restrições mentais?*

R. — *Os equívocos e as restrições mentais, quando próprias para enganar realmente os ouvintes, são de fato mentiras, e devem evitar-se.*

Não o serão quando, devido às circunstâncias ou ao costume aceito, se entendem facilmente.

Chamam-se *equívocos* palavras que têm duplo sentido e convém para uma interpretação diferente da que se tem no espírito. Exemplo: O dono está? Resposta: *Não está;* para dizer: "Não recebe". Ou ainda o equívoco será uma escapatória. Exemplo: "Fez isto?" Resposta: *Porque o teria eu feito?*

As *restrições mentais* são frases incompletas por si mesmas, falsas no seu sentido natural e ordinário, mas verdadeiras por alguma palavra subentendida: Um mendigo pede esmola, responde-se: "Nada tenho", subentendido: "para lhe dar".

Os equívocos e as restrições mentais, quando próprias para enganar realmente os ouvintes, são de fato mentiras, e devem evitar-se .

Si, porém, devido às circunstâncias ou ao costume aceito, se entendem facilmente, não são mentiras. Usam-se,

contudo, tão sòmente quando houver motivo plausível, como seja, para furtar-se a uma pergunta indiscreta, para não revelar segredos. Tais expressões nunca são autorizadas nos compromissos, em justiça ou na confissão.

181. — *Não há outros pecados que se equiparam à mentira?*

R. — *Sim, alguns pecados há parecidos com a mentira. São a hipocrisia, a dissimulação e a adulação.*

1.º A *hipocrisia*. É mentira em ato, que consiste em aparentar qualidades que não se tem, para outros nos julgarem menos culpados ou mais virtuosos. Nosso Senhor profligou no Evangelho êste vício destestável, e o fez com tanta fôrça que devemos considerar a hipocrisia como pecado grave (*S. Mat.*, XXI e XXIII).

2.º A *dissimulação*. Consiste em esconder a verdade debaixo de um disfarce oposto. Nem toda a verdade se pode nem se deve dizer e há uma dissimulação, aliás honesta, que não é disfarce, e pode ser permitida, até aconselhada, quando, por exemplo, se trata de evitar o escândalo dos fracos; mas se a dissmulação oculta cousas que deviam ser conhecidas ou se pratica com propósito mau, é absolutamente proibida.

3.º A *adulação*. É o louvor falso ou exagerado que damos a alguém. Alimenta o orgulho, deturpa a verdade, muitas vezes favorece os vícios, e porisso, é pecado grave se o fim que se tem em mira é muito ruim.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"A mentira no homem, é mancha vergonhosa", disse o Espírito Santo, e prossegue: "Mais vale o ladrão do que o mentiroso; ambos porém terão a ruína como herança" (*Ecl.*, XX, 26-7).

Que diremos dos *mentirosos por costume?* É dêles que o Espírito Santo falou: "O Eterno tem horror aos lábios falsos" (*Prov.*, XXII, 22). E de fato, haverá cousa mais odiosa que os mentirosos?" — "Ninguém os acredita mais, dizia Aristóteles, — um pagão, —

nem quando falassem, depois, alguma verdade". E com muito acêrto, compara Santo Tomaz a mentira a uma moeda falsa que todos desprezam.

Nunca é lícito dizer alguma mentira, por leve que seja; ainda que, — cousa impossível, — ela houvesse de redundar em glória de Deus e da religião, salvar a vida a um inocente, livrar todas as almas do purgatório, assim mesmo, não se devia pronunciar esta mentira, pois, antes de ofender a Deus, devemos aceitar para nós e para os outros as maiores infelicidades.

§ III. — Difamação.

Difamação: 1.° calúnia; 2.° murmuração; 3.° juízo temerário; 4.° violação dos segredos.

182. — *Que se chama difamação?*

R. — *Chama-se difamação tudo quanto fere a boa fama do próximo, ou prejudica a sua honra. São muitos os modos de difamar; os principais são: 1.° a calúnia; 2.° a murmuração ou maledicência; 3.° os juízos temerários; 4.° a violação dos segredos.*

I. A *calúnia*. — Caluniar é atribuir falsamente a alguém defeito que não tem ou falta que não cometeu. A calúnia sempre encerra *mentira, ofensa à caridade* e *injustiça;* portanto, é sempre pecado, quer seja dirigida contra o indivíduo, quer contra a religião, a Igreja, o papado, o clero... A gravidade dêste pecado infere-se da importância do mal atribuído ao próximo. Deve-se reparar esta falta restabelecendo a verdade junto daqueles a quem foi feita a calúnia e compensando todo o prejuízo que dela resultou.

II. A *murmuração*. — Murmurar é descobrir sem necessidade as faltas ou defeitos do próximo. Dêste modo, ofende-se a caridade e é pecado, a não ser que tenhamos o dever de dar conta do procedimento dos outros ou seja vantajoso para a sociedade darmos a conhecer suas faltas.

Quando conhecidas estas faltas, falar nelas não é murmurar, contanto que não seja por malvadez e intenção de prejudicar. — Mas, excetuando-se estas circunstâncias, dizer ou escrever mal do próximo é pecado cuja gravidade varia segundo a importância do mal revelado. Deve-se reparar a murmuração diminuindo o dano que o próximo sofreu na reputação, desculpando suas fraquezas e mostrando todas as boas qualidades que pode ter.

III. *Juízo temerário.* — É o mau conceito do próximo formado sem provas suficientes. Êste juízo pode ser *interior*, se não o comunicamos; *exterior*, no caso contrário, e então a culpa é maior. Sendo o juízo temerário refletido e versando sôbre pontos que podem danificar gravemente a reputação alheia, é pecado mortal. Com efeito, julgar os atos dos outros é arrogar-se um direito que sòmente a Deus assiste; portanto, é fazer-lhe injúria; também é ofensa contra a caridade: "Não julgueis, disse Nosso Senhor, e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados" (*S. Lucas.*, VI, 37).

Quando o juízo temerário foi comunicado a outros, cumpre repará-lo, como a maledicência e a calúnia.

IV. *Violação do segrêdo.* — É uma como difamação violar o segrêdo que nos foi confiado ou podemos ter descoberto. Distinguem-se: segrêdo *de convenção*, resultando da promessa formal de não falar; segrêdo de *profissão*, consequente da natureza das funções que se desempenham nos misteres de médico, advogado, tabelião, etc.; o segrêdo *sacramental*, imposto aos sacerdotes para as cousas ouvidas de confissão. A lei do sigilo confissional é tão rigorosa, que não é permitido nunca transgredí-la, ainda com perigo da própria vida; os *outros segredos* devem se guardar fielmente, a não ser que o bem público exija sua revelação. Afora esta exceção, a violação de segredos importantes seria falta grave.

Enfim, é também ato indiscreto e culpado, extorquir os segredos alheios, e depois divulgá-los, ler carta endereçada a outro e especialmente abrí-la sem autorização expressa ou tácita. Quem tivesse cometido indiscrições destas deveria guardar segrêdo absoluto a respeito das cousas descobertas assim sorrateiramente.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

1.º Pelo que é de nossa conta pessoal, *evitemos a difamação* do próximo, lembrando-nos destas máximas dos nossos Livros santos: "Os detratores são odiosos e dignos de morte" (*Rom.*, I, 30). — "O reino dos céus não é para os murmuradores" (I, *Cor.*, XI, 10).

2.º Não *demos ouvidos* facilmente a quem está caluniando, murmurando, fazendo juízos temerários, apregoando segredos. Não haveria quem fale mal do próximo se não houvesse ninguém muito serviçal para lhes prestar atenção. "O caluniador e aquele que o escuta são ambos possessos do demônio da discórdia; um traz êste demônio na língua, o outro no ouvido". — Se não pudermos impor silêncio, mostremos que a detração nos desagrada: "O rosto severo põe peias à lingua que murmura" (*Ecl.*, XXV, 23).

3.º Enfim, *se tivermos que sofrer a calúnia* ou juízos menos caridosos dos outros, lembremo-nos do nosso modêlo, Jesús caluniado, e das suas palavras: "Sereis bem-aventurados, quando os homens vos odiarem, quando falarem mal de vós... Alegrai-vos então, porque grande há de ser a vossa recompensa no céu" (*S. Mat.*, V, 11).

MANDAMENTOS DA IGREJA

NOÇÕES GERAIS

Origem dos mandamentos da Igreja. — Poder que a Igreja possue de fazer leis: sanção. — Dever de obedecer à Igreja. — Motivos dos seus mandamentos.

183. — *Que se chamam mandamentos da Igreja?*

R. — *Dá-se êste nome a certos preceitos que dizem respeito a todos os fiéis e são estabelecidos pela Igreja,*

isto é, pelos superiores eclesiásticos revestidos da própria autoridade de Jesús Cristo.

Certo é que Nosso Senhor, ao instituir a Igreja, quis fundar uma sociedade duradoura; ora, uma sociedade não pode manter-se sem autoridade e sem leis. É porisso que o divino fundador da Igreja estabeleceu nesta sociedade uma autoridade espiritual, independente dos poderes humanos; é a do Soberano Pontífice e dos bispos. Tal autoridade, porém, não teria efeito nenhum, se não lhe fosse lícito legislar; porisso, a Igreja sempre usou, desde a sua origem, do direito de fazer mandamentos para todos os seus súditos, isto é, para os fiéis batizados.

184. — *Mostrai como é que a Igreja tem o poder de fazer mandamentos e dar-lhes uma sanção.*

R. — *O poder de fazer mandamentos deduz-se da mesma natureza desta sociedade chamada Igreja. Além disto, êste direito foi claramente expresso pelo próprio Jesús Cristo. A Igreja pode também assegurar a execução dos seus mandamentos, pronunciando, contra os rebeldes, penas eclesiásticas ou censuras, como a suspensão, a interdição e a excomunhão.*

"Ide, disse Jesús Cristo, aos apóstolos, ensinai a todos os povos, mostrai-lhes o meio de observar tudo quanto eu mesmo vos prescreví" (*S. Mat.*, XXVIII, 19). "Tudo quanto ligardes na terra será ligado no céu, e tudo quanto desligardes na terra será desligado no céu" (*S. Mat.*, XVIII, 19). E em outro passo: "Quem vos escuta, a mim escuta, quem vos despreza a mim despreza e a meu Pai que me enviou" (*S. Lucas*, X, 16). Dirigiam-se essas palavras aos apóstolos reunidos; logo, é ao corpo reunido do papa e dos bispos que pertence, primeiramente, fazer leis que obriguem a todos os fiéis. Mais o Sumo Pontífice, tendo recebido "as chaves do reino dos céus" e pleno poder para governar o rebanho inteiro,

cordeiros e ovelhas", isto é, fiéis e bispos, tem pessoalmente o direito de fazer leis para toda a Igreja.

Ora é esta, na realidade, a origem dos preceitos chamados *mandamentos da Igreja:* são a obra dos *concílios gerais* ou dos *papas.*

II. A Igreja, que tem o poder de fazer mandamentos, tem também a necessária autoridade para assegurar sua execução. Pode pôr uma sanção às suas leis, infligindo *penas eclesiásticas* ou *censuras,* pronunciadas contra os rebeldes. Estas penas são:

1.º A *suspensão,* que priva um eclesiástico, por algum tempo ou para sempre, do exercício de suas funções, do seu ofício ou dignidade;

2.º A *interdição,* que priva do uso de alguns sacramentos, da celebração pública do ofício divino e da sepultura cristã;

3.º A *excomunhão,* que expulsa da sociedade dos fiéis o culpado, priva-o dos sacramentos, da presença aos ofícios, da sepultura cristã.

185. — *Somos, porventura, obrigados a obedecer aos mandamentos da Igreja?*

R. — *Sem dúvida; o poder que a Igreja tem de fazer leis, inculca, para os fiéis, a obrigação de obedecer a estas leis como às de Deus, e é pecado mortal transgredí-las em matéria grave.*

No entanto, os mandamentos da Igreja, como todas as leis humanas, podem admitir *dispensa.* Com efeito, o Sumo Pontífice concedeu particularmente dispensa da observação de algumas festas, outrora obrigatórias, de certos dias de abstinência, etc.

Mais, os mandamentos da Igreja, como as leis humanas, podem deixar de ser obrigatórios para quem se acha *impossibilitado* de cumprí-los ou quando há dificuldade grave e excepcional em executá-los.

Neste caso, para respeitar o princípio da obediência à Igreja, para não se expor a um relaxamento culpado, convém não se dispensar facilmente a si mesmo, mas recorrer à autoridade da Igreja, isto é, submeter suas razões quer ao bispo, quer ao pároco ou ao confessor.

186. — *Porque será que a Igreja fez mandamentos?*

R. — *O intuito da Igreja foi auxiliar-nos, dirigindo-nos na observação dos mandamentos da lei de Deus, tornando assim a prática dêstes preceitos mais clara e mais fácil.*

Assim: Deus mandou que o adorássemos e ordenou que um dia por semana lhe fosse consagrado; a Igreja determina as *formas* da adoração e o *modo* de santificar o domingo.

Jesús Cristo impôs a obrigação de confessar-se e de comungar; a Igreja determinou a *época* em que convém preencher estes deveres.

Nosso Senhor prescreveu a penitência; a Igreja indicou os meios: o *jejum* e a *abstinência.*

São muito razoáveis, portanto, as prescrições da Igreja. Vê-se também que são pouco numerosas as que dizem respeito a todos os fiéis; resumem-se a cinco mandamentos.

Todavia, a Igreja fez muitas outras leis para várias classes de pessoas; umas são relativas à *liturgia,* isto é, ao culto, à administração dos sacramentos, e interessam particularmente os sacerdotes; outras constituem o *direito canônico* e determinam os regulamentos relativos às ordenações, à jerarquia eclesiástica, às ordens religiosas; enfim, a Igreja tem uma legislação especial completa a respeito do *casamento cristão.*

Tratamos aquí sòmente dos cinco mandamentos que interessam a todos os fiéis.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Há quem pense que uma desobediência à lei da Igreja é muito menos culpada que uma transgressão à lei de Deus: é êrro. Sem dúvida, sempre vai a diferença, que certas leis de Deus não admitem nunca exceção nem dispensa alguma, como: o respeito de Deus, do seu nome, da moral pura, etc., enquanto as leis da Igreja admitem dispensa legítima; mas afora estes casos de dispensa, a ofensa à lei da Igreja equivale à ofensa à lei de Deus: "quem vos escuta, a mim escuta," disse Nosso Senhor.

Delineando aos fiéis normas de proceder, mostra-se a Igreja como mãe extremosa, que ampara o filho para êle não se magoar; regula nossa liberdade para esta não se extraviar... Sêde pois bendita, ó Igreja santa, por terdes determinado nossos *deveres semanais* no tocante à religião e à penitência; *trimensais* quanto à mortificação pelo jejum; *anuais* para a recepção dos sacramentos de penitência e Eucaristia.

1.º MANDAMENTO

Ouvir missa inteira nos domingos e festas de guarda

Divisão do assunto.

187. — *Que manda a Igreja pelo primeiro mandamento.*

R. — *Pelo primeiro mandamento a Igreja manda-nos ouvir missa com atenção, do comêço até o fim, todos os domingos e festas de preceito.*

Pelo primeiro mandamento, ordena a Igreja *diretamente* de *assistir à missa* nos domingos e dias santos e *indiretamente* de *santificar* como o domingo os dias de festas de guarda.

Em dois parágrafos, trataremos da *assistência à missa* e das *festas.*

§ I. — Assistência à missa.

Dever da assistência à missa. — Razões que podem dispensar da missa: 1.º impossibilidade física; 2.º impossibilidade moral; 3.º caridade; 4.º costume; 5.º dispensa. — Como se deve ouvir missa. — Missa paroquial.

188. — *Explicai a origem desta obrigação e apontai as razões que nos podem dispensar.*

R. — *A Igreja ordena de ouvir missa nos domingos e festas de guarda. Esta prescrição remonta à mais alta antiguidade. A assistência ao santo sacrifício da missa praticava-se desde o tempo dos apóstolos (At.,* II, 42). *Os mais antigos concílios não tardaram em impor a obrigação sob pena de culpa grave. Ainda hoje, é esta a legislação da Igreja.*

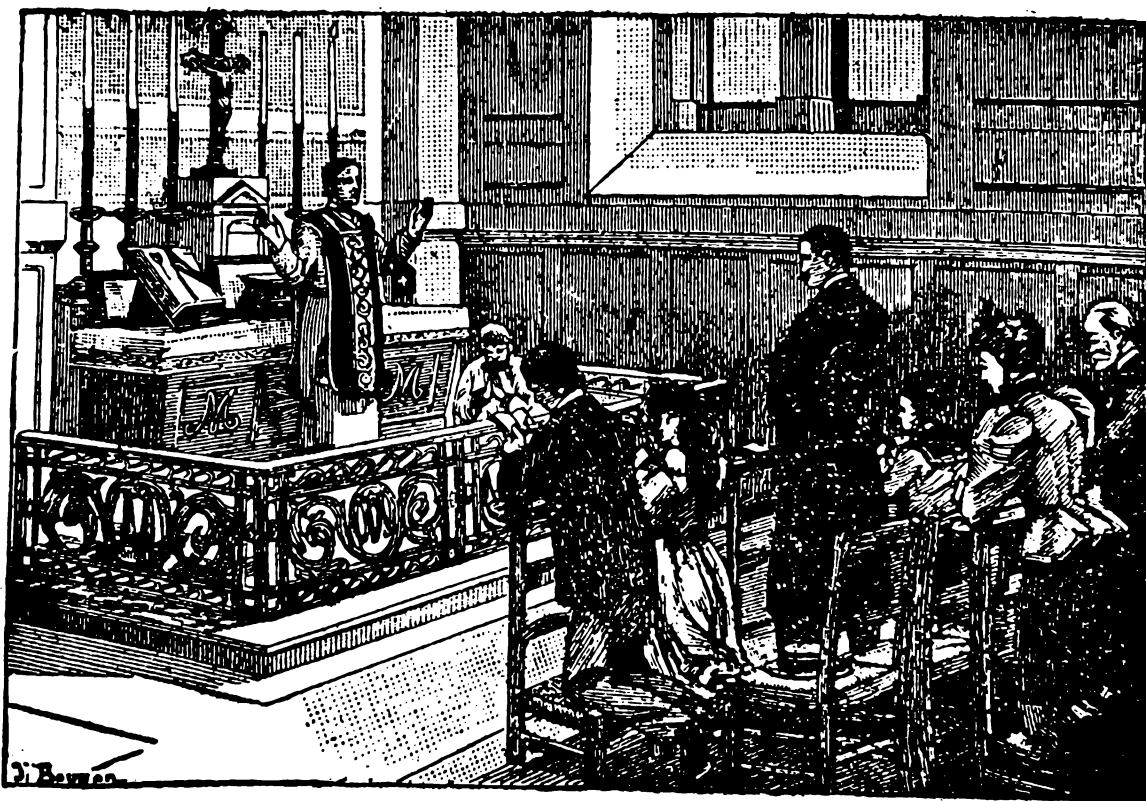
Ao passo que se iam instituindo festas cristãs (sendo as primeiras, a Páscoa e Pentecostes, estabelecidas pelos apóstolos), estendeu a Igreja a estas solenidades a obrigação de assistir à santa missa, que é o ato de adoração por excelência.

É ensino comum e universal que não se pode, por culpa própria, perder a missa no domingo e nos dias de festas de guarda, sem cometer pecado mortal; esta obrigação começa com a idade de razão.

A Igreja, porém, admite razões plausíveis que podem legitimar a falta à missa. Resumem-se em cinco principais:

I. *Impossibilidade física.* — Os doentes, que têm de ficar de cama ou no quarto, os prisioneiros guardados numa casa em que não há serviço religioso, os passageiros ou tripulantes que não têm capelão, etc., acham-se, pelo fato desta impossibilidade, dispensados de assistir à missa.

II. *Impossibilidade moral.* — Designam-se, com estas palavras, uma dificuldade muito grande e verdadeira-

mente excepcional, para assistir à missa: os aleijados, os convalescentes, os que moram a grande distância da igreja, ou estão impedidos pelo mau tempo ou por estrada intransitável; os que têm de ficar tomando conta de uma casa que não pode ser abandonada sem inconvenientes graves; os filhos ou criados, que os pais ou donos não deixam ir à missa, senão despedem-nos ou maltratam-nos; militares presos por seu serviço; estes todos têm como desculpa legítima a *impossibilidade moral.*

A missa é o mais perfeito exercício de piedade.

III. *Caridade.* — Ela isenta da obrigação da missa as pessoas que têm de cuidar dos doentes, de vigiar criancinhas, os que são chamados para levar algum socorro urgente, em caso de incêndio, de invasão, etc.

IV. *O costume,* em certos países, autoriza a não assistir à missa em dia de luto, ou para uma jovem pessoa quando se publicarem os proclamas de casamento, não havendo outra missa que pudesse ouvir.

V. Enfim, em caso duvidoso, se as razões que se julgar ter são suficientes, pode-se pedir *dispensa* ao pastor legítimo, que há de concedê-la para casos particulares, sendo razoáveis os motivos aduzidos.

Importa notar que nem as viagens, nem trabalhos apressados, são por si mesmos razões de bastante valia para dispensar da missa, que é um dever rigoroso e essencial da vida cristã.

189. — *Como se deve ouvir missa para cumprir o preceito?*

R. — *Para verdadeira assistência à missa quatro são as condições requeridas. Quanto ao corpo, é preciso: 1.º estar realmente presente ao santo sacrifício; 2.º assistir a uma missa inteira. Quanto ao espírito e ao coração, é preciso ouvir missa: 1.º com atenção; 2.º com devoção.*

I. É necessário estar *real e corporalmente presente:* não cumpre o preceito o que ouve missa achando-se numa casa pegada; nem fora do edifício, salvo porém, se, por muito pequena, a igreja ficar de portas abertas, unindo-se o ouvinte ao povo e acompanhando as orações do sacrifício.

II. Deve-se ouvir *uma missa:* não duas partes de missas seguidas, mas a mesma, desde o princípio até o fim. A omissão de uma parte importante, como desde o começo até o ofertório inclusive, como a consagração, ou como a comunhão do sacerdote, tornaria nula a assistência.

III. A *atenção* consiste em não se deixar voluntariamente distrair dos pensamentos religiosos. Distrações voluntárias e prolongadas por um tempo notável impediriam a assistência à missa e constituiriam falta grave.

IV. A *devoção* é mais que a atenção: não sòmente será preciso que o espírito se ocupe com santos pensa-

mentos, mas também que o coração esteja unido a Deus por sentimentos de piedade. As orações do santo sacrifício facilmente farão nascer estas disposições na alma de quem as rezar atentamente, em união com Jesús Cristo que se imola no altar.

190. — *Será também preceito a missa paroquial?*

R. — *A missa paroquial não é obrigatória. Deve, porém, ser preferida sempre que possível.*

É *chamada missa paroquial* a que se celebra na igreja da freguesia a que pertencemos por nossa residência ordinária, e particularmente a em que se canta e se fazem a leitura do Evangelho, os anúncios e as instruções.

A missa paroquial não é obrigatória, e já que se ouve uma missa, seja qual fôr, cantada ou rezada, em igreja ou capela, fica satisfeita a obrigação de assistir ao santo sacrifício. Sempre que é possível, deve-se preferir a missa paroquial; pois:

1.º É celebrada pelo vigário em benefício dos paroquianos;

2.º Aprendem-se melhor os deveres do cristão;

3.º Os paroquianos dão, uns aos outros, o bom exemplo mútuo, unem-se mais intimamente na caridade, e comunicam às suas orações maior eficácia e poder.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º No *regulamento* de vida do cristão, deve-se encontrar êste artigo: Nunca perder a missa do domingo, nem sequer uma vez por acaso. Lembre-se êle da piedade e do zêlo dos primeiros fiéis para assistir à missa, o exemplo dos nossos maiores, nossos pais na fé, nos dias de perseguição; o dos cristãos nos países longínquos, pouco civilizados, e então não terá vontade de ceder aos caprichos, a pretextos falazes, para se eximir do mais rigoroso dever da religião.

2.º O melhor método para bem assistir à missa, é usar de livro e acompanhar as orações litúrgicas. — Com muito proveito

também, podemos refletir na paixão de Nosso Senhor, da qual o santo sacrifício é reprodução, ou nos quatro fins do sacrifício: adorar, agradecer, pedir perdão, solicitar graças. — Enfim, pessoas menos habilitadas podem rezar orações vocais, nomeadamente o *têrço.*

3.º Pensemos nestas palavras do concílio tridentino: "Cuide o bispo em avisar o povo de que *deve* vir à sua paróquia, se puder facilmente, para ouvir a palavra de Deus" (*Sess.*, XXIV, cap. IV).

§ II. — Festas.

Distinção das festas. — Dias santos ou festas de obrigação. — Festas de devoção

191. — *Que sabeis das festas e que ordena o primeiro mandamento a respeito?*

R. — *Entre as festas da Igreja umas são de obrigação, e outras simplesmente de devoção. Nas festas de obrigação, como nos domingos, cumpre: 1.º abster-se de toda obra servil; 2.º assistir à santa missa; 3.º praticar alguns atos de religião e ocupar-se mais particularmente do mistério da festa.*

Pelo *primeiro mandamento* ordena a Igreja que santifiquemos *como o domingo* os *dias santos* ou festas de obrigação, que instituiu em honra de Nosso Senhor, da santíssima Virgem e dos santos.

As *festas* são geralmente dias de alegria consagrados a celebrar aniversários faustosos. As religiões todas tiveram festas; a religião mosaica em particular tinha as grandes solenidades da *Páscoa,* do *Pentecostes,* dos *Tabernáculos,* da *Dedicação do Templo.* Também a religião cristã naturalmente havia de ter seus dias de alegria, seus aniversários instrutivos e consoladores.

Entre as festas da Igreja, umas são de *obrigação,* e outras simplesmente de *devoção.*

As festas de obrigação são as que os fiéis devem santificar. — Segundo as leis gerais da Igreja, as festas

de guarda seriam bastante numerosas, mas em consideração dos inconvenientes que sua observação apresentava, especialmente para a classe menos abastada, ficaram reduzidas às 10 seguintes: 1.º *festa do Natal* (25 de dezembro); 2.º *Circuncisão de Nosso Senhor* (1.º de janeiro); 3.º *Epifania* (6 de janeiro); 4.º *Ascensão de Nosso Senhor* (Quinta-feira, quarenta dias depois da Páscoa); 5.º *Corpo de Deus* (11 dias depois do Pentecostes); 6.º *Imaculada Conceição de Nossa Senhora* (8 de dezembro); 7.º *Assunção de Nossa Senhora* (15 de agôsto); 8.º *festa de são Pedro e são Paulo* (29 de junho); 9.º *festa de Todos os santos* (1.º de novembro); 10.º *festa de S. José* (19 de março; dispensada no Brasil, exceto no Ceará e na diocese de Garanhuns).

Naqueles dias como no domingo, cumpre: 1.º abster-se de toda obra servil; 2.º assistir à santa missa; 3.º depois, praticar alguns atos de religião e ocupar-se mais particularmente do mistério da festa.

192. — *Que chamais festas de devoção e que convém fazer naqueles dias?*

R. — *Festas de devoção são as que a Igreja oferece à piedade dos fiéis, sem, contudo, impor-lhes a obrigação de as celebrar.*

Portanto as obras servís não são proibidas, nem é necessário ouvir missa nesses dias.

Quasi todos os dias a Igreja festeja algum mistério da vida de Nosso Senhor, de Nossa Senhora ou dos santos: *Festa do Sagrado Coração de Jesús, Exaltação da santa Cruz, Purificação, Anunciação, Nossa Senhora dos anjos, Nossa Senhora das Mercês,* a festa de *são José, são João Batista,* dos *doze apóstolos,* de *são Vicente de Paulo,* do *orago* da pároquia. É bom santificar estas festas de devoção pela assistência à missa, que os vigários devem oferecer por todos seus paroquianos, com alguns

exercícios de piedade, e especialmente pela *santa comunhão;* deve-se entrar no espírito da Igreja refletindo nos mistérios que se comemoram, rezando a Nosso Senhor, Nossa Senhora, ou os santos conforme o objeto da festa.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Os dias de *festas cristãs* são para os verdadeiros fiéis, dias de alegria e júbilo; lembram a pátria, o céu. Nos cantos da Igreja, ouve-se como que o éco da harmonia dos céus; as preces públicas dilatam o coração, e as belas cerimônias do culto estão cheias de encanto e de grandes esperanças.

As festas cristãs não são como as festas mundanas; aquelas não deixam perturbação nem remorsos; são de todos, ricos e pobres; reunem, no mesmo recinto, todos os filhos da grande família; e o homem sente-se melhor e mais feliz.

Portanto, devemos amar as festas da Igreja e as celebrar com fervor e alegria.

II.º MANDAMENTO

Confessar-se ao menos uma vez cada ano

§ único. — Confissão anual.

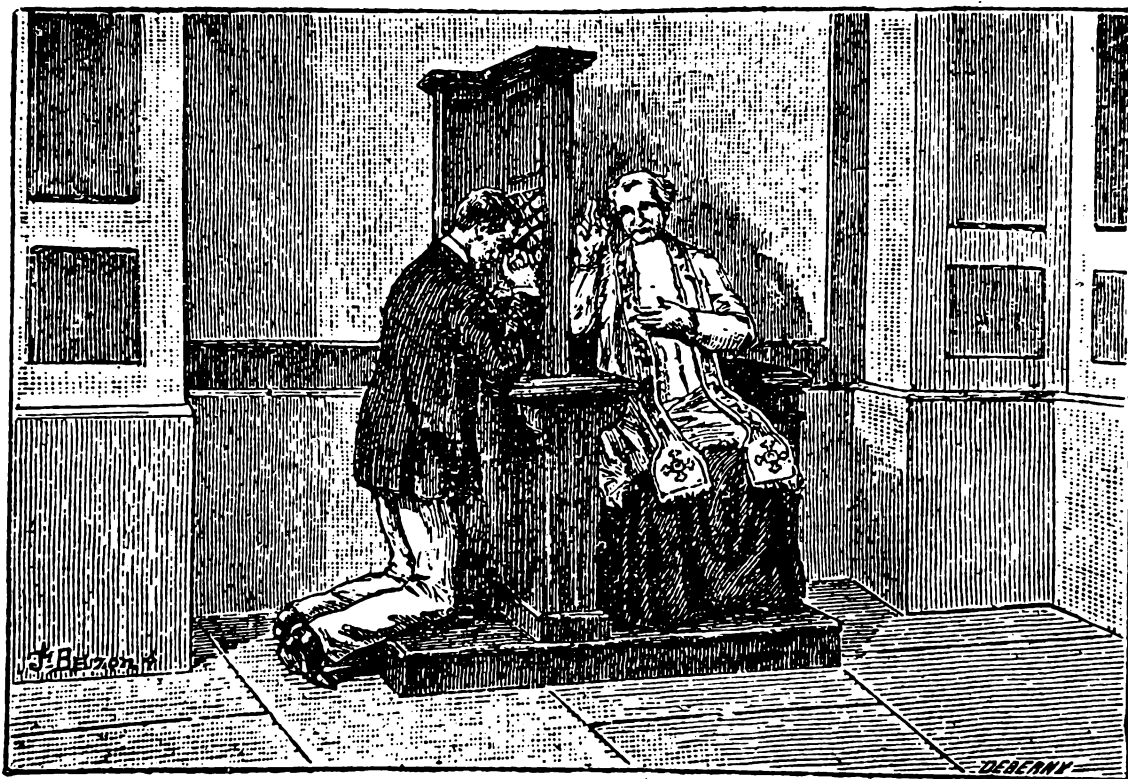
Preceito da confissão anual. — Modo de cumprí-lo. — Gravidade do preceito.

193. — *Que ordena o segundo manaamento da Igreja?*

R. — *O segundo mandamento da Igreja obriga a todos os cristãos que tiverem o uso da razão, a se confessarem ao menos uma vez cada ano.*

Nasce esta obrigação com a idade de razão, isto é, quando o juízo está bastante desenvolvido para se poder ofender mortalmente a Deus, na idade de sete anos, mais ou menos.

Nosso Senhor Jesús Cristo, instituindo o sacramento da penitência, fazia da confissão, por êste fato, um dever

para todos os fiéis; não determinava, porém, quando é que se havia de preencher. Mas, para obstar ao relaxamento e ao descuido dos fiéis, formulou a Igreja, no concílio de Latrão, em 1215, o seguinte edito: "Que todo o fiel de um e outro sexo, tendo atingido a idade de discrição, confesse só, exatamente, todos os seus pecados ao próprio sacerdote e faça esforços para cumprir a

Confessar-se ao menos uma vez cada ano.

penitência que lhe fôr imposta" (*Can.*, XXI). Vem completado êste preceito pelo da comunhão pascal, cujo teor e sanção aduziremos no seguinte capítulo.

194. — *Que é preciso fazer para observar exatamente êste preceito da Igreja?*

R. — *Para cumprir exatamente êste preceito da Igreja, o cristão deve, todos os anos, fazer uma confissão sincera dos seus pecados. O tempo mais oportuno para cumprir o preceito anual da confissão é a quaresma.*

1.º É preciso, *ao menos uma vez cada ano,* aproximar-se do tribunal da penitência, e por uma confissão sincera dos seus pecados, entrar de novo na graça de

Deus. Quem deixa passar mais de um ano sem confessar-se, é réu de pecado mortal.

2.º O concílio de Latrão não determinou precisamente a época da confissão anual. Entretanto, já que mandou *comungássemos na Páscoa,* e a recepção da Eucaristia exige o estado de graça, é uso fazer-se aquela confissão junto com a comunhão pascal.

3.º Reza o concílio que se deve fazer a confissão ao *próprio sacerdote;* mas, por estas palavras, designam-se o papa para a Igreja universal, o bispo para a diocese, o vigário ou seus coadjutores para a paróquia; depois, segundo o costume e a interpretação geral dos bispos, *qualquer sacerdote aprovado* pode ouvir as confissões, seja êle da diocese ou não, e sem pedir permissão especial.

4.º Fica o mandamento satisfeito sòmente por *uma boa confissão,* seguida da absolvição sacramental. Uma confissão nula não preenche o fim, que é trazer de novo o pecador na graça de Deus; muito menos, se fosse sacrílega.

5.º Enfim, quem tivesse deixado passar um ano sem confissão, ou fazendo-a mal, ou não recebendo a absolvição, não deve pensar que é permitido esperar até o ano seguinte; dá-se, com a confissão, o que se dá com uma dívida: deve-se saldar quanto antes, já que não foi paga na época do vencimento. As delongas, sendo voluntárias, aumentam a culpa.

195. — *Será muito grave o preceito da confissão anual?*

R. — *Sim, êste preceito é muito grave e comete-se pecado mortal não cumprindo o dever da confissão anual.*

Bem o mostra a Igreja pela sanção que fecha o decreto: a *excomunhão* ameaça os que violarem a lei. Se é cominatória, é para mostrar que a obrigação da confissão anual é muito importante. E também, êste preceito, que parece severo, não será para maior vantagem nossa? É muito para recear, com efeito, se vivermos no pecado,

que aconteça morrermos no pecado: e é êste perigo terrível que a Igreja quer arredar de nós; recusarmos a salvação que se apresenta, seria, portanto, falta gravíssima.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Ao estabelecer a confissão, manifestou Nosso Senhor misericórdia imensa, e quando determina a época para o desempenho dêste dever, procede a Igreja com toda a sabedoria e bondade. Sabe que confessar as faltas, é o meio de curá-las; sabe que alí encontra o nosso coração paz e ânimo. A sociedade inteira podia auferir, nesta prática, lucros sem conta, reparações proveitosas, desaparecimento de ódios e vinganças, supressão de muitos crimes... E então precisamos ainda de ameaças para a prática do preceito?

Impondo a obrigação de nos confessar *ao menos uma vez cada ano,* a Igreja indica o têrmo de rigor; mas assim, mostra também um desejo: que vamos confessar-nos mais amiúde. É necessário fazê-lo, sempre que nos sentimos culpados de pecado mortal, para não permanecermos num estado perigosíssimo, que nos expõe ao inferno e nos priva de todo mérito; é necessário ainda fazê-lo quando nos sentimos levados ao pecado: pois, o que nos preservará das quedas, é a *confissão frequente.*

Porisso, os bons cristãos vão confessar-se geralmente *todos os meses,* e os que querem progredir na virtude, mais vezes ainda, *todas as semanas,* ou quando menos, *todos os quinze dias.*

III.º MANDAMENTO

Comungar ao menos pela Páscoa da ressurreição

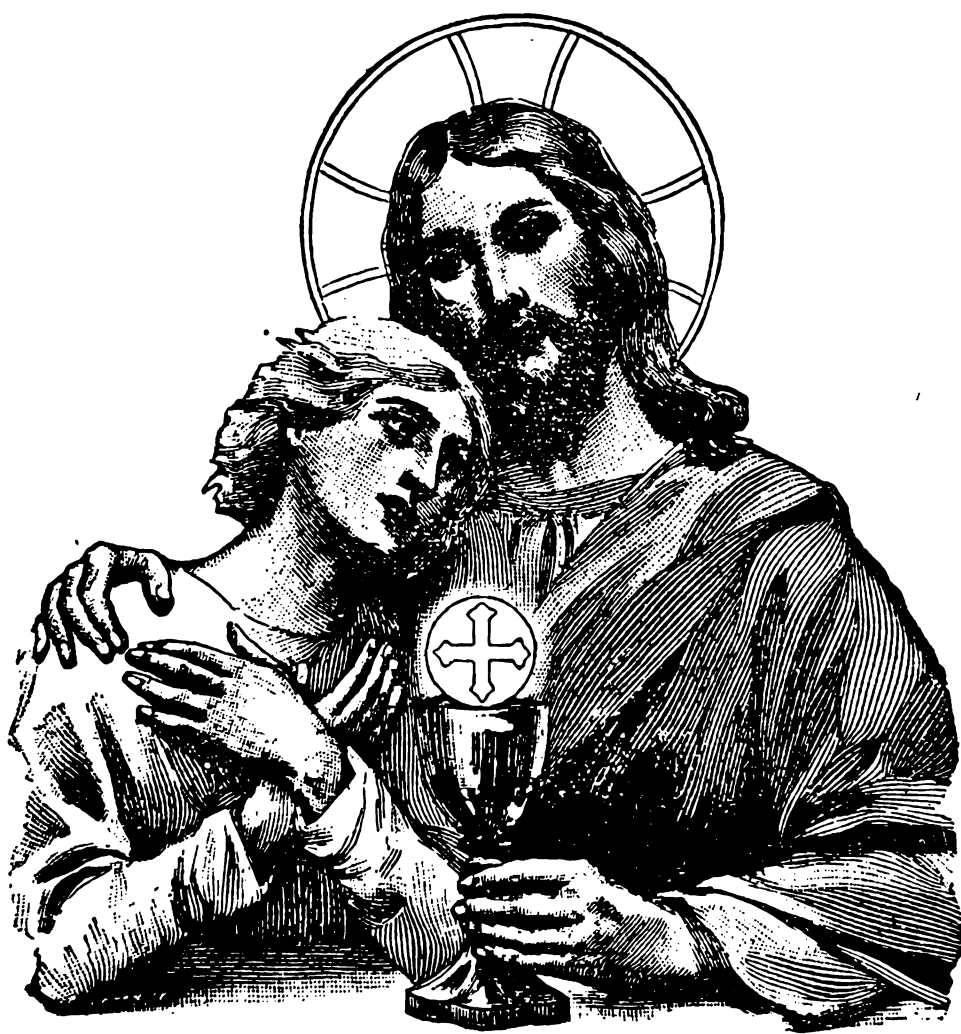
§ único. — Comunhão pascal.

Preceito da comunhão pascal. — Regras para esta observação — Comunhão em artigo de morte. — Gravidade do preceito da comunhão.

196. — *Que ordena o terceiro mandamento da Igreja?*

R. — *O terceiro mandamento da Igreja obriga a todos que atingem a idade da discrição, a fazer a comunhão cada ano no tempo pascal.*

Nosso Senhor fez da comunhão um dever quando disse no Evangelho: "Se não comerdes a carne do Filho do homem e se não beberdes seu sangue, não tereis a vida em vós" (*S. João*, IV, 24).

Por muito tempo esta palavra foi bastante eficaz para os primeiros cristãos: comungavam frequentemente. Mas a caridade afrouxou e acostumaram-se a comungar só raras vezes; não tendo Jesús Cristo marcado época que limitasse a negligência, a Igreja encarregou-se de

Comungar ao menos pela Páscoa da ressurreição.

interpretar o preceito divino. Foi lavrado no concílio de Latrão, em 1215, êste decreto que segue imediatamente o da confissão anual: "Que todo o fiel... tendo atingido a idade de discrição... receba, ao menos em tempo de Páscoa, o sacramento da Eucaristia, a não ser que, a conselho do seu próprio sacerdote, seja autorizado a

diferir, por algum motivo plausível, a execução dêste preceito... Se não o cumprir seja-lhe proibida durante a vida, a entrada na igreja, e quando morrer, seja-lhe negada a sepultura eclesiástica" (*Can.*, XXI). Estas disposições foram confirmadas pelo concílio de Trento (*Sess.*, XII, *can.* IX).

197. — *Que se deve observar para o desempenho fiel do preceito da comunhão?*

R. — *Para o fiel desempenho do preceito da comunhão, cumpre observar que a obrigação da comunhão pascal entra em vigor com a idade de discrição. A comunhão deve ser feita no tempo indicado pelo bispo e na própria paróquia.*

1.º A obrigação da comunhão pascal entra a vigorar com *a idade de discrição.* Não é propriamente a idade de razão, mas, sim, o momento em que o menino começa a raciocinar, isto é, aos sete anos, mais ou menos. Então começa a obrigação de satisfazer a ambos os preceitos da confissão e comunhão.

2.º A comunhão deve ser feita *em tempo de Páscoa,* isto é, no intervalo determinado pelo bispo de cada diocese para o desempenho dêste importante dever. Geralmente o tempo de Páscoa dura quatro semanas: começa na dominga da Paixão, quinze dias antes da Páscoa, e termina na dominga do Bom Pastor, quinze dias depois da Páscoa. No Brasil, porém, o tempo pascal começa na dominga da Setuagésima e vai até a oitava da festa do Corpo de Deus, inclusive, por um privilégio que ainda dura. Embora tivéssemos comungado pouco antes da época marcada, há obrigação rigorosa de aproximar-nos da missa sagrada naquele prazo. Deixando passar o tempo da Páscoa sem comungar, fica o dever de satisfazer ao preceito *quanto antes:* a demora aumenta a culpa.

3.º Já não se dá com a comunhão pascal o que se dá com a confissão anual. Para esta, podemos ir onde

quisermos, e com quem nos aprouver; quanto à comunhão pascal, deve ser feita *na própria paróquia,* a não ser que se alcance do próprio vigário a licença de fazê-la em outra parte. Todavia, os estrangeiros e os viajantes podem comungar no lugar onde estiverem no tempo da Páscoa. Geralmente, os bispos autorizam os internos dos hospitais, das casas religiosas e dos colégios, a fazer a comunhão pascal na capela dos respectivos estabelecimentos, quando está regularmente feito o serviço religioso.

4.º Enfim, para satisfazer ao preceito, é preciso que a comunhão *seja bem feita,* isto é, com todas as disposições da alma e do corpo requeridas para uma boa comunhão: jejum, estado de graça e intenção reta.

198. — ***Não há também obrigação de comungar em artigo de morte?***

R. — *A Igreja sempre considerou como uma obrigação a recepção da divina Eucaristia em artigo de morte.*

Embora o concílio de Latrão nada determine a êste respeito, a Igreja, intérprete do pensamento de Jesús Cristo e desejando assegurar a realização da promessa: "Aquele que comer minha carne e beber meu sangue terá a vida eterna", sempre considerou como uma obrigação a recepção da divina Eucaristia em *artigo de morte.* Estas palavras devem aplicar-se a todos os que estão em perigo próximo de morte, quer resulte êste perigo da idade adiantada, quer se origine em qualquer outra cousa, emprêsa arriscada, operação delicada e difícil.

Porém, ficam dispensados da comunhão em artigo de morte os doentes que não têm bastante discernimento ou não podem comungar por impossibilidade material; por exemplo, se o estômago não pudesse suportar nada ou se o doente tivesse vômitos.

199. — *Será muito grave o preceito da comunhão pascal?*

R. — *Sim, êste preceito é gravíssimo e não se pode transgredir voluntariamente sem cometer pecado mortal.*

Assim fala a Igreja. De fato, há alí desobediência, em matéria importante, à vontade de Jesús Cristo e da santa Igreja; é desprezar o maior benefício de Deus, recusando a um tempo a pessoa divina de Jesús Cristo, sua graça, e as vantagens prometidas aos que recebem sua carne e seu sangue; é finalmente escandalizar o próximo e incorrer assim na responsabilidade de todas as negligências e as infrações que o mau exemplo pode ocasionar.

Dalí resultam as terríveis ameaças do concílio de Latrão contra os que faltam ao dever essencial da comunhão pascal e não reparam em artigo de morte seus descuidos culpados.

A *excomunhão* durante a vida e a recusa da sepultura cristã na morte são sòmente, na verdade, penas cominatórias cujos rigores a santa Igreja, na sua misericórdia, não aplica integralmente; mas esta sanção da lei mostra bastante qual é sua gravidade e importância.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Se soubermos avaliar o benefício da comunhão, não esperaremos que o preceito nos constranja. Por estas palavras *ao menos*, a Igreja dá a conhecer seu desejo de ver-nos comungar mais vezes. O concílio de Trento exprime o voto que os fiéis comunguem todas as vezes que ouvem a missa, segundo a admirável prática dos primeiros cristãos.

Por outra parte, se pensamos na honra e na graça que nos são concedidas pela recepção da divina Eucaristia, e nas vantagens que nos proporciona, então torna-se patente que a comunhão deve ser o anelo, o objeto dos esforços constantes da alma que ama a Jesús Cristo e quer progredir no bem.

Foi esta verdade que levou o Papa Pio X a convidar, com a maior instância, todos os católicos, e mais especialmente os jovens, a comungar *todos os dias.*

Havemos de corresponder ao convite amável e delicado que Nosso Senhor nos dirige pela bôca do Sumo Pontífice. Na santíssima comunhão, receber Jesús Cristo amiúde, e todos os dias, é, atualmente, o único meio de conservar nossa virtude e progredir no caminho do bem, da perfeição e da salvação.

IV.º MANDAMENTO

Jejuar e abster-se de carne quando manda a Santa Madre Igreja

§ I. — Jejum.

Prescrições do quarto mandamento. — Dias de jejum: 1.º quaresma; 2.º têmporas; 3.º vigílias; — Obrigações compreendidas na lei: 1.º abstinência; 2.º unidade de refeição; 3.º hora da refeição. — Faltas contra a lei do jejum. — Causas que dispensam do jejum.

200. — *Que manda a Igreja pelo quarto mandamento?*

R. — *Pelo quarto mandamento a Igreja manda-nos jejuar e fazer abstinência na quaresma, em alguns dias do advento, nas quatro têmporas e nas vigílias de preceito.*

A *penitência* é dever indispensável do homem culpado: o arrependimento interior não basta; é a penitência ou ato exterior de desagravo que expia verdadeiramente. Porisso, Nosso Senhor manifestou claramente estes princípios, levando, não por causa de seus pecados, senão pelos nossos, vida penitente, e declarando de modo terminante esta verdade: "Se não fizerdes penitência, todos perecereis" (*S. Luc.*, XIII, 3).

Ora, é a Igreja quem interpretou em nosso lugar êste preceito, dando, no quarto mandamento, *a lei da penitência.* Dentre as penitências corporais, escolheu a Igreja e prescreveu aos fiéis, o jejum e a abstinência. *Jejum* é a privação de comida, privação senão absoluta, ao menos parcial; *abstinência* é a privação de carne e alimentos preparados com carne.

A Igreja lançou mão destas duas espécies de penitências: 1.º por já terem sido praticadas em tempos

anteriores pelos Judeus e pelos pagãos, e porque Nosso Senhor as tinha confirmado com seu exemplo; 2.º porque ficou provado pela experiência que estas penitências são geralmente mais fáceis de praticar por todos os fiéis; sem prejudicarem à saúde, trazem preciosas vantagens espirituais, levantam o espírito, sofreiam a carne, amortecem as paixões.

Foi porisso que a Igreja nos impôs o *jejum* e a *abstinência* em certos dias.

201. — *Quais são os dias de jejum estabelecidos pela Igreja?*

R. — *São os quarenta dias da quaresma, os doze das têmporas e as vígilias ou vésperas de festas de preceito.*

I. *Quaresma.* — Julga-se que o jejum da quaresma é de instituição apostólica: foi estabelecido para honrar e imitar o jejum de Nosso Senhor Jesús Cristo no deserto, e preparar, pela penitência, todos os cristãos à solenidade da Páscoa e à comunhão que devem fazer naquela época.

A quaresma, também chamada *quarentena santa,* dura quarenta dias. Começa no dia de *Cinzas* e acaba no *sábado de Aleluia.* Os domingos não entram na quaresma propriamente dita. Regularmente, não havendo dispensa, devem estes quarenta dias ser santificados pelo jejum e pela abstinência (1).

II. *Têmporas.* — São os três primeiros dias de cada estação do ano: *quarta, sexta e sábado.* As têmporas caem as primeiras, na primeira semana da quaresma; as segundas (*têmporas do Espírito Santo*), nas primeiras quarta-feira, sexta e sábado depois da dominga do Pentecostes; as terceiras (*têmporas de setembro*), nas 1.as quarta-feira, sexta e sábado seguintes à festa da Exaltação da Santa Cruz; as quartas (*têmporas do*

(1) A lei da quaresma é muito modificada, hoje em dia, pelas dispensas que os Snrs. bispos obtêm de Roma. Ver o Indulto sôbre o jejum e a abstinência, n.º 209.

advento), nas 1.as quarta-feira, sexta e sábado seguintes à 3.a dominga do advento.

Atribue-se a instituição das *têmporas* a S. Calixto I, papa, em 218. As épocas aludidas foram escolhidas: 1.º para santificar e consagrar a Deus, pelo jejum e pela abstinência, as primícias de cada estação; 2.º atrair as bênçãos de Deus sôbre os frutos da terra, cuja prosperidade depende do tempo e da estação; 3.º pedir a Deus bons sacerdotes e ministros cheios de zêlo pelas ordenações que se fazem nesses tempos de ano.

III. *Vigílias.* — Dá-se êste nome à véspera das festas. Querendo a Igreja preparar-nos a celebrar mais piedosamente as grandes festas, impôs a seus filhos a obrigação de jejuar e fazer penitência nas seis vigílias: 1.º do *Pentecostes* ou *da festa do* Espírito Santo; 2.º da festa de *S. João Batista;* 3.º da festa de *São Pedro e São Paulo;* 4.º da *Assunção de Nossa Senhora;* 5.º da *festa de Todos os santos;* 6.º da festa do *Natal.* (*Ver o Indulto,* n.º 209).

202. — *Quais são as obrigações que encerra a lei do jejum?*

R. — *São três: 1.º abstinência; 2.º unidade de refeição; 3.º observação da hora desta única refeição.*

I. *Abstinência:* Consiste na privação de carne e alimentos preparados com carne. A abstinência é consequência ordinária da lei do jejum; mesmo os que estão dispensados de jejuar têm de observar a abstinência, si ainda esta parte da lei é possível para êles.

II. *Unidade de refeição:* Constitue a própria essência do jejum eclesiástico. A dispensa da abstinência deixa subsistir a obrigação de uma refeição única. Esta não deve prolongar-se com intenção de iludir a lei.

Fora da refeição principal e única, a Igreja autoriza mais uma leve consoada. Não deve constituir refeição completa. É permitido tomar a quantidade de alimentos

necessários para poder esperar, sem prejuízo para a saúde e os deveres de estado, a refeição do dia seguinte.

Em virtude dêste axioma: "O líquido não destrói o jejum", é permitido beber para tirar a sêde, fora das refeições, água, cerveja, vinho, café, e geralmente o que entendemos por bebidas.

III. *Hora da refeição.* Nos primeiros tempos da Igreja, fazia-se, na quaresma, a única refeição sòmente ao pôr do sol, e nos mais dias de jejum, para as três horas da tarde. Hoje, porém, costuma-se fazer esta refeição para as cinco da tarde, tomando de manhã a consoada. Também pode-se inverter essa ordem.

203. — *Dai uma apreciação moral das faltas cometidas contra a lei do jejum.*

1.º Comer carne por culpa própria, em dia de abstinência, é pecado mortal: fica o pecado repetido tantas vezes quantas refeições houve, porque há, cada vez, desobediência em matéria grave.

2.º Transgredir a lei do jejum quando a ela estamos sujeitos, quebrando a unidade de refeição sem causa suficiente, é pecado mortal, se a lei fôr violada em matéria grave; porém, o pecado é único seja qual fôr o número das outras refeições.

3.º Haveria ainda falta grave em adiantar consideravelmente, e sem razão plausível, a hora da única ou principal refeição.

204. — *Quais são as causas que isentam desta lei?*

R. — *As causas que dispensam legitimamente do jejum são:*

1.º A idade. A obrigação do jejum começa aos vinte e um anos e termina aos sessenta.

2.º A impossibilidade física ou moral.

3.º O trabalho, quando penoso, cansativo ou demorado.

4.º A dispensa.

1.º A *idade*. — Não há obrigação de jejuar para quem não tem vinte e um anos completos; também para os que chegaram à idade adiantada (regra, sessenta anos), que já não lhes permite impor-se privação de comida sem estar bastante incomodados.

2.º A *impossibilidade física* ou *moral;* a impossibilidade *física* dispensa os doentes, convalescentes, etc. A impossibilidade *moral* é uma dificuldade excepcional para praticar o jejum; os pobres, que apenas têm com que preparar uma refeição suficiente, as pessoas de compleição fraca, são dispensadas, em virtude da impossibilidade moral.

3.º O trabalho, quando penoso, cansativo, demorado, é desculpa legítima para a lei do jejum: consideram-se como dispensados, por esta razão, os lavradores, padeiros, operários, etc., e também os que o trabalho intelectual ou o uso da palavra incomodaria bastante se jejuassem.

4.º Enfim, *a dispensa*. Quando é evidente a impossibilidade de jejuar, não se precisa pedir licença ou dispensa. Mas, caso haja dúvida, pode-se obter dispensa do superior eclesiástico. O papa pode dispensar todos os fiéis; o bispo, seus diocesanos, em certos casos particulares. Os vigários podem dispensar seus paroquianos em casos particulares e pessoais. Quanto aos simples confessores, não têm propriamente direito de dar dispensa; no entanto, a favor de seus penitentes, podem interpretar a lei e declarar isentos os que tiverem motivos razoáveis.

É escusado dizer que devem ser verdadeiras as *razões aduzidas*, para se obter dispensa; do contrário, esta seria nula. — Licitamente alcançada, a dispensa releva de todo o pecado; é pessoal e deve restringir-se nos têrmos da licença; assim, quem tem dispensa da lei do jejum deve sempre observar a da abstinência, se esta ficar possível. Enfim, os que usam de alguma dispensa devem oferecer, em compensação, esmolas, boas obras, orações, quando podem.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Se é verdade que há muitas pessoas isentas do jejum pelas razões acima explicadas, não fica menos certo que muitas, com boa vontade e espírito de mortificação, poderiam praticar o *jejum* eclesiástico com as diminuições que a Igreja quis introduzir no cumprimento desta lei. Nossos pais na fé, os primeiros cristãos, a observavam em todo o seu rigor, e não ficavam mais doentes nem viviam menos tempo.

Os médicos o confessaram: "A temperança é mãe da saúde". A experiência das ordens religiosas mais severas vem abonar esta regra.

Também, ainda que se houvesse de sofrer, teria o jejum, assim mesmo, sua razão de ser: "Mato o meu corpo, diz santo Isidoro, para êle não me matar a alma". E santo Agostinho: "Para domar um cavalo gordo, insofrido, rebelde, reduz-se a sua comida; para domar meu corpo, imponho-lhe o jejum".

§ II. — Abstinência.

Dias de abstinência. — Lei da abstinência: o que proíbe, o que permite. — Causas que dispensam da abstinência.

205. — *Que proíbe a Igreja pela abstinência?*

R. — *A Igreja proíbe geralmente aos fiéis comer carne nos dias de jejum e nas sextas-feiras do ano, exceto o caso de impedimento justo e de dispensa.*

A Igreja completa assim a lei da penitência: impõe a abstinência todas as *sextas* e todos os *sábados* do ano onde não houver permissão especial (1). A abstinência de carne na sexta-feira é de origem apostólica. Êste dia tinha sido escolhido para fazer penitência como lembrança da paixão e da morte de Jesús Cristo. A abstinência do sábado é também muito antiga na Igreja; foi estabelecida em memória da sepultura de Nosso Senhor. Estes dois dias de penitência devem servir de preparação ao domingo.

(1) Vêr o indulto de 1919, n.º 209.

206. — *Explicai a lei da abstinência.*

R. — *1.º A lei da abstinência proíbe, nos dias em que é de preceito, a carne e o caldo de carne dos animais que vivem na terra ou no ar.*

2.º Permite a carne dos animais que nascem e vivem na água.

3.º Começa a vigorar na idade da razão.

I. A *lei da abstinência* proíbe, — todos os dias em que esta abstinência fôr de preceito, — usar de *carne* e *caldo de carne*. Por esta última expressão, entende-se não sòmente a carne dos animais que vivem na terra e das aves que vivem no ar, senão também seu sangue e todo o adubo de carne. Esta proibição abrangia outrora a banha, os ovos, a manteiga, os laticínios, por serem estes alimentos provenientes do animal; hoje porém podem-se usar.

II. A lei da abstinência não proíbe a carne dos animais que nascem e vivem na água, como peixes, enguias, etc. Permite igualmente os crustáceos, lagostas, caranguejos, etc.; os molúscos, ostras, etc.; certos animais anfíbios de sangue frio, tartarugas, etc.

Em certos países, o costume autorizou o uso das aves aquáticas. É sòmente por um hábito legítimo, não proibido pela Igreja, que estes alimentos são tolerados. Cumpre, na prática, conformar-se com os usos do lugar.

III. A lei da abstinência começa a entrar em vigor na *idade* de razão, isto é, para os sete anos. A partir desta idade, o uso de carne, em dia proibido, constitue infração grave à lei, e portanto, pecado mortal se não houver necessidade ou dispensa. Haveria igualmente pecado mortal em servir a outros, alimentos de carne, e são tantos os pecados quantas as refeições: pois é cada vez uma desobediência.

Contudo, a falta é venial quando a matéria é leve: umas poucas gramas de carne, uma iguaria sòmente

adubada com carne, podem ser consideradas como matéria leve.

207. — *Não há causas que podem dispensar da abstinência?*

R. — *Sim; são as mesmas que dispensam do jejum, com a diferença que devem ser mais sérias tratando-se da abstinência, pois é mais fácil deixar de comer carne do que jejuar.*

Estas causas são as seguintes:

1.º A *idade.* — A obrigação de fazer abstinência não existe antes da idade de razão: comer carne ou não, é por si cousa indiferente; quem não tem a razão, portanto, não pode pecar, sendo incapaz de desobediência.

2.º A *impossibilidade física* ou *moral.* — Há impossibilidade física para os doentes, convalescentes e todos aqueles cuja saúde, no conceito de médicos concienciosos ou pessoas sérias, exige alimentação mais fortificante.

Há impossibilidade *moral* para os pobres, que só a muito custo conseguem arranjar outros alimentos que não carne; para os soldados, que recebem a comida do Estado; para os filhos, operários, criados que não podem obter de seus pais ou mestres os alimentos devidos, nem deixar a casa sem graves inconvenientes.

3.º Quanto ao *trabalho,* não é motivo suficiente para dispensar da lei da abstinência, se não fôr excepcionalmente penoso. As viagens, também não são razão plausível, salvo para os passageiros nos paquetes, os viajantes ou caçadores cujas provisões escasseiam.

4.º Enfim, em caso de dúvidas, os superiores têm o direito de conceder *dispensas,* mas dispensas particulares sòmente e por motivos verdadeiros e razoáveis. Convém então recorrer à autoridade: bispo, pároco ou confessor; expor as razões e conformar-se com a resposta que fôr dada.

Por causa dos prejuízos que à religião ou a êles próprios uma recusa podia acarretar, ficam os hotéis e

restaurantes autorizados a servir carne aos que assim o pedirem em dia de abstinência. Quanto às pessoas que têm de cozinhar os alimentos, estão desculpadas quando obedecem às ordens de seus superiores ou mestres, mandando estes com autoridade, e especialmente com ameaças.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Muito frouxos são os cristãos que sacrificam sua religião e perdem a alma por uma sensualidade na refeição, pelo prazer de um petisco! "Seu deus é o ventre, disse são Paulo; mas seu fim será a ruína eterna" (*Filip.*, III, 19). Em que pese à paródia que fazem da palavra do divino Mestre: não é o que entra no corpo que o corrompe, senão o que dêle sai... responde-lhes a voz da Igreja: "Com efeito, não é um bocado de carne que lança ao inferno, mas sim o ato de revolta e de sensualidade que saiu do coração".

Outros violadores das leis da abstinência são os escravos do respeito humano, que, sem embargo dos gritos da conciência, postergam um preceito cuja importância e razão de ser conhecem muito bem. Para estes falou o Salvador: "Tambem eu corarei deles perante meu Pai" (*S. Luc.*, IX. 26).

Nunca violemos a lei da abstinência nem *por gula, nem por respeito humano.*

V.º MANDAMENTO

Pagar dízimos segundo o costume

208. — *Como se observa o quinto mandamento da Igreja: Pagar dízimos segundo o costume?*

R. — *Observa-se o quinto mandamento da Igreja, contribuindo com o necessário para o sustento do culto e dos ministros da religião.*

Todos os fiéis, na medida de suas posses, são obrigados a concorrer com o seu óbolo para o sustento do culto, ornamentação e conservação das igrejas e oratórios públicos e também para a sua restauração.

Exortem pois os Rvds. párocos aos fiéis que contribuam com o necessário para êsse fim (*Pastoral Coletiva,* 785).

Outrotanto se deve dizer para o óbolo de São Pedro, o sustento do clero, as obras de vocações eclesiásticas e religiosas, a boa imprensa, a propagação da fé, etc.

*
**

209. — *Indulto sôbre o jejum e a abstinência.*

Os Exmos. e Revmos. Snrs. arcebispos e bispos do Brasil, tendo em vista as determinações do Código de direito canônico, can. 1250 e seguintes, em virtude do Indulto apostólico *decenal* de 10 de novembro de 1919 dispensam da lei do jejum e da abstinência em todos os dias do ano de 194...., exceto nos seguintes:

1.º Dias de jejum com abstinência de carne:

Quarta-feira de cinzas;
Todas as sextas-feiras da quaresma.

2.º Dias de jejum sem abstinência de carne:

As quartas-feiras da quaresma;
Quinta-feira da semana santa;
Sexta-feira das têmporas do advento.

3.º Dias de abstinência de carne sem jejum:

As vigílias do Espírito Santo, da Assunção de Nossa Senhora, de Todos os santos e do Natal.

NOTAS. — 1. O uso dêste indulto valerá até o fim do ano de *194....*, para todos os fiéis em geral, sem que haja obrigação de pedí-lo.

2. Aproveitará também aos regulares de um e outro sexo, que não forem ligados por votos especiais neste sentido ainda que sejam da ordem dos Frades Menores; e todos, com consentimento dos seus superiores, poderão dêle usar, mesmo quanto às abstinências e jejuns prescritos na regra e estatutos respectivos.

Aconselha, entretanto, o Santo Padre a todos os superiores regulares e principalmente os provinciais ou quasi provinciais que, quanto possível, se abstenham de seu uso dentro dos claustros, devendo os súditos estar pelo juízo dos superiores.

3. Está abolida a lei que vedava, mesmo aos que não jejuavam, o uso de ovos e laticínios em certos dias do ano, principalmente na quaresma.

4. Nos dias de jejum sem abstinência, os que jejuam podem usar carne só ao jantar; os que não jejuam com legítima excusa ou licença, poderão usá-la quantas vezes quiserem.

5. Nos dias de jejum com abstinência, estão obrigados a guardá-la os que estiverem legitimamente excusados ou dispensados de jejum, como os menores de 21 anos e maiores de 60 anos.

6. Nos dias de jejum permite-se o uso de ovos e laticínios na consoada; na *parva,* porém, só o uso de laticínios, excluídos os ovos.

7. Está suprimida a lei do jejum das sextas-feiras e sábados do advento.

8. Está igualmente abrogada a lei que proibia a promiscuidade de carne e peixe na mesma refeição nos dias de jejum.

9. A lei da abstinência só proíbe carne e caldo de carne nos dias de preceito; e permite quaisquer condimentos, inclusive a gordura dos animais.

10. Nos domingos de todo o ano, nos dias santos de guarda fora da quaresma e nas vigílias antecipadas, cessa a obrigação do jejum e da abstinência.

11. A obrigação da abstinência começa na idade de 7 anos completos; e a do jejum vai dos 21 anos completos aos 60 começados.

12. Pode-se permutar livremente a hora do jantar com a da consoada, nos dias de jejum.

13. Em execução ao que no citado indulto determina o Santo Padre, mandam Suas Excias. Rvdmas. aos Rvdmos. párocos recomendam aos seus paroquianos que compensem com fervorosas orações e principalmente com a recitação do santíssimo rosário as atenuações e mitigações do jejum e da abstinência.

14. Os Rvdmos. párocos e outros sacerdotes nada podem exigir nem receber por ocasião desta dispensa.

Entretanto, no mesmo indulto, o Santo Padre exorta a todos os fiéis que o puderem, concorram com esmolas voluntárias para o culto divino, educação cristã da juventude, obras de beneficência e missões; e para isso manda que se façam 4 coletas anuais, em todas as igrejas.

15. Em obediência ao Santo Padre, os Rvdmos. párocos e sacerdotes em geral, façam uma coleta de esmolas em todas as matrizes e igrejas, capelas e oratórios, nos 4 dias seguintes: 1.ª na dominga da setuagésima; 2.ª na 1.ª dominga da quaresma; 3.ª na dominga que precede as têmporas de setembro; 3.ª na 1.ª dominga do advento.

16. Os Rvdmos. párocos e sacerdotes remetam à secretaria episcopal as esmolas que receberem, para serem aplicadas nas referidas obras pias.

17. Os Rvdmos. párocos, reitores de igreja e capelães leiam e expliquem aos fiéis o presente indulto, na estação da missa, e o registrem no livro competente.

Nota. — No Brasil, êste indulto continua a vigorar, embora tenha decorrido mais tempo do que o que está marcado no começo.

APÊNDICE À MORAL

§ I. — A conciência.

Noção da conciência. — Várias espécies de conciências: 1.° verdadeira ou falsa; 2.° certa ou duvidosa; 3.° provável ou improvável; 4.° escrupulosa ou larga. — Normas práticas de proceder nestes diferentes casos.

210. — *Que é conciência?*

R. — *No sentido geral, pode-se definir a conciência, "regra moral dos nossos atos".*

Sem dúvida, os mandamentos da lei de Deus e da Igreja que deixamos explanados, formam para nós, o código da *moral cristã.* Tudo quanto com êles está de acôrdo é bom; tudo quanto lhes vai de encontro é ruim; Deus, porém, pôs dentro em nós outra regra; segundo santo Tomaz, serve ela para que a nós mesmos façamos aplicação da lei de Deus, e julga se o ato que praticamos está ou não está de conformidade com sua lei.

Esta regra interior chama-se *conciência.*

Antes do ato, a conciência é luz que nos diz se é boa ou má a cousa que estamos para fazer. Durante o ato, é um juiz que proclama ser bom ou mau o que vamos praticando, e isto, sem embargo dos nossos preconceitos ou paixões. Depois do ato, premeia-nos pela satisfação de termos cumprido um dever, ou castiga-nos pelo remorso de termos feito o mal.

No entanto, para a conciência tornar-se, na prática, norma certa, é mister que seja *bem formada;* do contrário, daria decisões falsas e não seria mais o intérprete autorizado de Deus e da sua lei.

211. — *Não se podem distinguir várias espécies de conciências?*

R. — *Sim, segundo os diferentes pontos de vista em que nos colocamos, a conciência pode ser: reta ou errônea,*

certa ou duvidosa, provável ou improvável, escrupulosa ou larga.

I. No ponto de vista da *verdade:* a conciência é *reta* ou *verdadeira,* quando seus julgamentos são concordes com a lèi real; *errônea* ou *falsa,* quando o julgamento que pronuncia é oposto à verdade: por exemplo, é o caso de quem pensa fazer cousa boa mentindo para obsequiar o próximo.

O êrro é *vencível,* quando a conciência pode sair dêste engano de apreciação; é *invencível* quando há impossibilidade moral de descobrir o engano.

II. No ponto de vista da *certidão:* a conciência é *certa,* quando julga com prudência e sem mêdo de errar que tal ato é bom, mau, ou lícito; *duvidosa,* quando hesita para decidir-se. — A dúvida é *especulativa* quando a questão é encarada teoricamente; *prática,* quando a cousa por fazer é atual e pessoal; *perplexa,* quando, colocada entre duas alternativas, a conciência vê pecado em ambos os casos.

III. No ponto de vista dos *motivos* que servem para estear o julgamento: a conciência é *provável* quando se firma sôbre razões graves, embora falíveis; *improvável* quando tem razões pouco valiosas.

As opiniões, são, portanto, *mais ou menos prováveis* conforme a gravidade dos motivos; mas também, *mais ou menos seguras* segundo afastam mais ou menos a ocasião de pecar.

IV. No ponto de vista do *proceder geral:* a conciência é *escrupulosa,* quando, por motivos frívolos ou falsos, ela está com mêdo de fazer o mal e vê pecado em todo lugar; *larga,* quando, por um princípio contrário, julga ser tudo permitido e trata como faltas leves as que são verdadeiramente graves.

Em meio destas interpretações múltiplas da lei, importa delinear, para a *conciência,* norma certa.

212. — *Daí as regras práticas para a conciência.*

R. — *Princípio geral: "Nunca é permitido proceder contra a conciência quando manda ou proíbe um ato".*

Com efeito, há pecado sempre que se tem vontade de fazer o mal; ora, proceder contra a conciência é querer o mal. "Tudo quanto não está de acôrdo com a conciência diz são Paulo, é pecado" (*Rom.*, XIV, 52). O pecado então cometido é aquele mesmo que se julga cometer, mortal ou venial, conforme a idéia que fazemos dêste pecado.

Aplicações particulares:

I. Estando em êrro *invencível,* pode-se, e até, deve-se-lhe obedecer; se estiver em êrro *vencível,* não será lícito seguí-la, pois o êrro seria voluntário e culpado; também não é permitido proceder contra ela. Que se há de fazer então? Retificar a conciência pela oração, o estudo, o conselho de homens cultos e conscienciosos.

III. Quando a conciência está em dúvida não teórica, mas *prática,* não é permitido proceder nesta dúvida prática, pois seria expor-se ao mal: mas como no caso acima, devem-se tomar providências para sair do estado de dúvida. Contudo, se apesar-de todos os esforços, permanecesse a dúvida, formar-se-ia a conciência com êste princípio reflexo: "Uma lei duvidosa não obriga" e procederíamos segundo o partido mais favorável à liberdade.

Com a conciência *perplexa,* deve-se tomar o partido menos ruim, e assim não se comete pecado.

IV. No caso de mais ou menos *probabilidades* de uma opinião, deve-se tomar sempre o partido mais seguro quando se trata de cousa *absolutamente necessária à salvação,* como seja a crença nos artigos de fé, ou a validez de um sacramento, ou ainda a vida e os interêsses de alguém. — Mas, fora dêstes casos, pode-se aceitar uma opinião meramente provável, ainda que não a mais segura,

desde que ela se baseia sôbre razões sérias. Êste alvitre, que se apelida *probabilismo* e favorece a liberdade, pode-se adotar na prática, segundo ensina S. Ligório, cuja doutrina foi reconhecida ortodoxa pelos soberanos Pontífices.

V. Não é lícito proceder contra a conciência, *escrupulosa* muito embora; mas se os escrúpulos, ou temores da conciência não forem fundados, será preciso vencê-los por uma conciência mais esclarecida, e observar cegamente as prescrições dadas por um diretor prudente.

VI. Enfim, a *conciência larga*, achando-se *em êrro vencível*, não pode ser norma para os nossos atos: obedecendo-lhe, comete-se um pecado mais ou menos grave, conforme a gravidade do mal que se faz realmente.

CONCLUSÃO PRÁTICA

A conciência que Deus tem dado a cada um de nós é reta por si mesma; mas em consequência do pecado original, a ignorância, os preconceitos, as más doutrinas e os maus exemplos falseiam esta conciência. — *É necessário endireitá-la* pela *oração*, o *estudo*, a *sinceridade* e uma *resistência corajosa* às paixões e aos maus exemplos. Precisamos chegar a formar em nós mesmos uma conciência *reta, certa, trilhando o bom caminho, afastado igualmente do escrúpulo e do relaxamento.*

Enquanto não tivermos ainda esta retidão, cumpre atendermos à voz de nossa conciência apesar-de laborar em êrro; do contrário, pecamos: mortalmente se ela nos apresenta o ato como mortal, venialmente se o julga venial.

"Mas a vossa palavra, ó meu Deus, é um como facho colocado a meus pés, uma como lâmpada alumiando minhas sendas" (*Salmos*, CXVIII, 105).

§ II. — Pecado.

Noção e divisão do pecado: original e atual. — De quantos modos se pode cometer o pecado atual. — Distinção específica e numérica dos pecados. — Diferença entre pecados relativamente à sua gravidade: mortais, veniais.

213. — *Que é pecado e há quantas espécies de pecados?*

R. — *Pecado, em geral, é desobediência aos mandamentos de Deus ou da Igreja.*

Para haver verdadeiramente desobediência, e portanto pecado, são duas as condições que se devem achar reunidas: *advertência* ou atenção do espírito ao valor moral, bom ou mau, do ato que se pratica, e *consentimento* da vontade ao ato julgado mau: sem isto, não seria *ato humano,* nem responsável.

Todos, nascemos culpados do pecado original; Maria Santíssima só teve conceição imaculada.

Considerado no seu princípio ou causa, divide-se o pecado em duas espécies: *original* e *atual.* — Pecado *original* é aquele com que todos nascemos culpados, aquele que provém da nossa origem e foi cometido por nosos primeiros pais. Falámos dêste pecado no estudo da queda original e dos seus resultados. — Pecado *atual* é aquele que comete, por um ato da própria vontade, quem

já tem idade de razão. Em relação a Adão, o pecado original era atual; para nós, não é mais atual.

214. — *De quantos modos se comete o pecado atual?*

R. — *De quatro modos se pode cometer o pecado atual: por pensamento, por palavras, atos e omissão.*

1.º *Por pensamento:* o pensamento é a representação de uma cousa no espírito; se a cousa é ruim, injusta ou deshonesta e se nela nos comprazemos com advertência e consentimento, é pecado de pensamento. O *desejo,* também, é pensamento ao qual vem ajuntar-se *a intenção* ou vontade fazer um ato contrário à lei de **Deus** o que o torna mais grave.

2.º *Por palavras:* quando se proferem discursos que ofendem a Deus, como a blasfêmia, murmuração, mentira, etc.

3.º *Por atos:* quando se faz o que proíbe a lei de Deus ou da Igreja, como trabalhar no domingo, injuriar o próximo, matar, roubar, comer carne em dia proibido.

4.º *Por omissão:* quando se deixa de cumprir uma cousa ordenada, como não fazer suas orações diárias, não assistir à missa do domingo, não comungar na Páscoa.

215. — *Que se entende por distinção específica e numérica dos pecados?*

R. — *Por distinção específica entendem-se as várias espécies de pecados e por distinção numérica, o número ou a repetição das faltas cometidas.*

Os pecados são diferentes *quanto à espécie:* com efeito, o pecado contra a adoração não é o mesmo que a blasfêmia, nem esta o mesmo que a cólera. Há tantas espécies de pecados quantos preceitos diferentes e virtudes diversas.

Os pecados são diferentes *quanto ao número:* cada ato completo em si mesmo forma um pecado distinto;

e às vezes num só ato, há vários pecados: com uma pancada, matar dois homens constitue dois pecados. É mais difícil contar os *atos interiores;* todavia, pode-se dizer em geral que há tantos pecados distintos quantos são os consentimentos repetidos da vontade; os consentimentos se repetem quando houver arrependimento ou interrupção, e depois, volta a vontade a querer o mal.

216. — *Dai a conhecer a distinção dos pecados atuais a respeito da sua gravidade.*

R. — *Não têm todos os pecados atuais a mesma gravidade: há pecados mortais e pecados veniais. Diferem: 1.º na sua natureza; 2.º nas suas consequências.*

I. *Na sua natureza.* — Com efeito, o pecado mortal é desobediência à lei de Deus reunindo os três requisitos seguintes: 1.º *matéria grave,* isto é, infração à lei em ponto importante; 2.º *plena advertência* do espírito na malícia do ato; 3.º *perfeito consentimento* da vontade a êsse ato julgado grave ou à causa que o devia produzir.

O pecado *venial* é também desobediência à lei de Deus faltando, porém, um ou outro dêstes requisitos, e tendo, portanto, sòmente *matéria leve* ou *semi-advertência,* ou *consentimento imperfeito.*

II. *Nas suas consequências.* — Com efeito, o pecado *mortal* tira à alma a vida da graça, isto é, a santidade, a semelhança com Deus, e logo, sua amizade, o direito à vida eterna; 2.º imprime na alma uma nódoa: é uma mancha ou diformidade moral, que a torna merecedora das vinganças divinas e das penas eternas do inferno; 3.º priva a alma de todos os méritos entesourados pelas boas obras precedentes e a torna incapaz de adquirir novos méritos para o céu enquanto ela permanecer nesse estado. Suas boas obras são nulas; contudo, têm por efeito mover Deus à misericórdia.

e às vezes num só ato, há vários pecados: com uma pancada, matar dois homens constitue dois pecados. É mais difícil contar os *atos interiores;* todavia, pode-se dizer em geral que há tantos pecados distintos quantos são os consentimentos repetidos da vontade; os consentimentos se repetem quando houver arrependimento ou interrupção, e depois, volta a vontade a querer o mal.

216. — *Dai a conhecer a distinção dos pecados atuais a respeito da sua gravidade.*

R. — *Não têm todos os pecados atuais a mesma gravidade: há pecados mortais e pecados veniais. Diferem: 1.º na sua natureza; 2.º nas suas consequências.*

I. *Na sua natureza.* — Com efeito, o pecado mortal é desobediência à lei de Deus reunindo os três requisitos seguintes: 1.º *matéria grave,* isto é, infração à lei em ponto importante; 2.º *plena advertência* do espírito na malícia do ato; 3.º *perfeito consentimento* da vontade a êsse ato julgado grave ou à causa que o devia produzir.

O pecado *venial* é também desobediência à lei de Deus faltando, porém, um ou outro dêstes requisitos, e tendo, portanto, sòmente *matéria leve* ou *semi-advertência,* ou *consentimento imperfeito.*

II. *Nas suas consequências.* — Com efeito, o pecado *mortal* tira à alma a vida da graça, isto é, a santidade, a semelhança com Deus, e logo, sua amizade, o direito à vida eterna; 2.º imprime na alma uma nódoa: é uma mancha ou diformidade moral, que a torna merecedora das vinganças divinas e das penas eternas do inferno; 3.º priva a alma de todos os méritos entesourados pelas boas obras precedentes e a torna incapaz de adquirir novos méritos para o céu enquanto ela permanecer nesse estado. Suas boas obras são nulas; contudo, têm por efeito mover Deus à misericórdia.

O pecado *venial* não acarreta estas consequências graves: 1.º não tira à alma a vida da graça, sòmente enfraquece e resfria a amizade de Deus; também não faz perder a vida eterna, senão que adia a posse do céu. — 2.º Verdade é que êle também é nódoa; porém, nódoa delével, que não destrói a santidade nem a semelhança com Deus: desfigura-a sòmente; merece também punição, mas punição temporal, nesta vida ou no purgatório. — 3.º Enfim, não tira os méritos nem impede a aquisição de outros neste estado: todavia, enfraquece as luzes da inteligência e as fôrças da vontade, diminue o ardor da caridade e, dêste modo, aos poucos, conduz ao pecado mortal.

CONCLUSÃO PRÁTICA

É com toda a razão que se chama o *pecado mortal*: *o maior de todos os males*: em si mesmo, porquanto é ofensa a Deus, ingratidão, revolta; em relação a nós, porquanto é nódoa vergonhosa que, em lugar da imagem de Deus, põe a imagem do demônio; nas suas consequências, porquanto fecha-nos o céu e abre-nos o inferno. E para isso tudo, basta um único pecado mortal.

Muito bem compreendera o mal do pecado mortal, a mãe de são Luís, rei de França, quando dizia ao filho ainda jovem: "Meu filho, sabeis quanto vos amo; e contudo, eu antes quisera ver-vos morrer que cometer um único pecado mortal!"

O *pecado venial* também é grande mal; se não assola a alma como a falta grave, prepara o caminho para todos os estragos desta. "Aquele que menosprezar as cousas pequenas há de ir resvalando aos poucos" (*Ecl.*, XIX, 1). O que julgamos pecado venial pode ser pecado mortal, pois é difícil, às vezes, perceber a distância que medeia entre os dois. E também em certos casos, podem as matérias leves, ajuntando-se, constituir matéria grave e portanto pecado mortal. E enfim, não é nada o purgatório?

Por estas razões o cristão que ama a Deus foge até do pecado venial; esmera-se em não cometer nenhum de caso pensado e voluntariamente.

§ III. — Pecados capitais.

Os sete pecados capitais: noção e consequências: 1.º soberba 2.º avareza; 3.º luxúria; 4.º inveja; 5.º gula; 6.º cólera; 7.º preguiça.

217. — *Quantos são os pecados capitais?*

R. — *São sete; chamam-se capitais por serem cabeça, fonte, princípio de muitos outros: 1.º soberba; 2.º avareza; 3.º luxúria; 4.º inveja; 5.º gula; 6.º cólera; 7.º preguiça.*

Mais propriamente se poderiam denominar *vícios* do que pecados. O *vício* é disposição ao mal, inclinação desregrada, consequência do pecado original: pode existir sem o pecado. — O pecado é um ato causado muitas vezes por esta inclinação; pode encontrar-se de passagem sem ser vício. Porém, é fato averiguado pela experiência, que os *vícios capitais* facilmente se exteriorizam em atos e são, por natureza, pecados mortais. A Escritura sagrada fala a respeito do orgulho: "O orgulhoso está em abominação aos olhos de Deus" (*Prov.*, XVI, 5); a respeito da preguiça: "Lançai o servo inútil nas trevas exteriores" (*S. Mat.*, XXV, 30); e a respeito dos mais pecados capitais: "Nem os avarentos, nem os bêbedos entrarão no céu" (I, *Cor.*, VI, 10). "As obras da carne são a luxúria, a cólera, a inveja... Quem delas se torna culpado não possuirá o reino de Deus" (*Gal.*, V, 19).

Como todos os mais pecados, os pecados capitais serão sòmente veniais, se a matéria fôr leve ou o consentimento imperfeito.

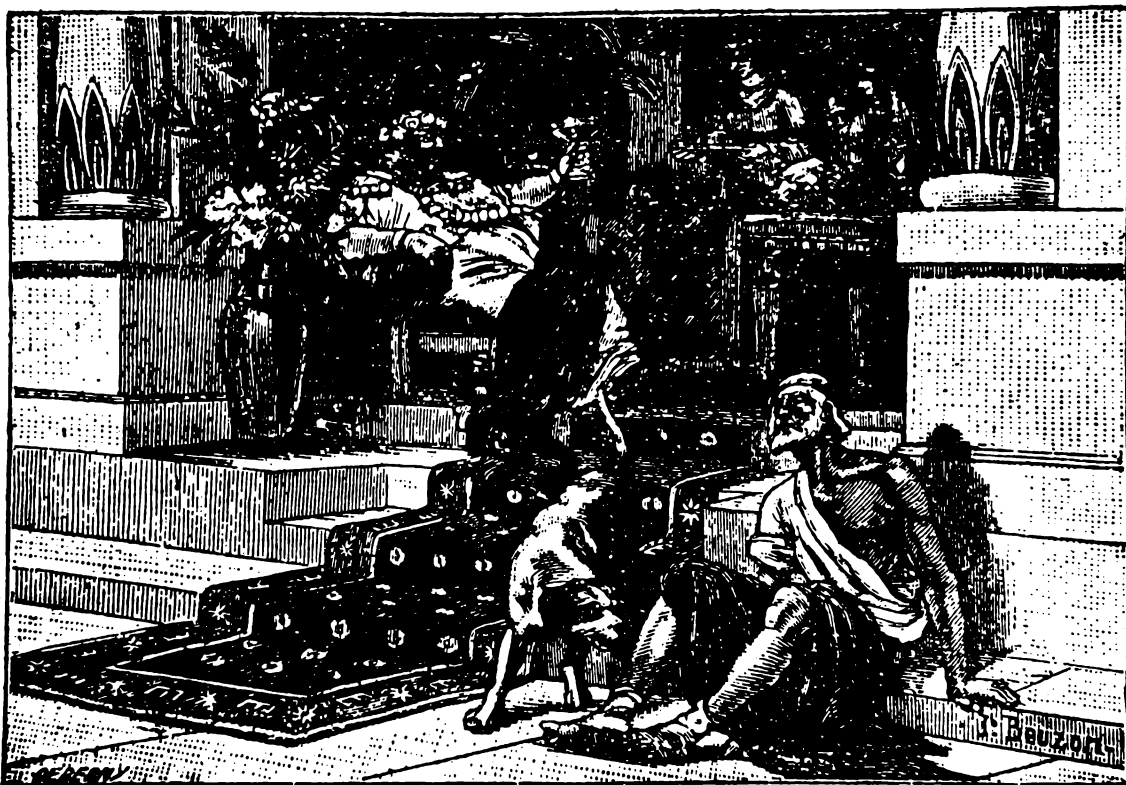
218. — *Dai uma noção pormenorizada de todos os pecados capitais e das principais faltas que deles resultam.*

R. — *1.º Soberba ou orgulho: é a estima e amor desordenado de nós mesmos, que nos leva a desprezar os outros e a elevar-nos acima dêles, referindo a nós mesmos o que devíamos referir a Deus.*

É o primeiro de todos os pecados; foi o pecado dos anjos no céu, de Adão no paraíso terrestre; é o primeiro vício que desponta em nós, e o último que em nós morre. Da soberba nascem: a *ambição,* desejo insaciável das honras e posições; a *vanglória,* que faz alarde das quali-

dades, etc.; a *ostentação,* que procura pôr em relêvo seu espírito, sua riqueza, etc.; a *hipocrisia,* que oculta seus defeitos e arremeda a virtude; a *teima* que se aferra ao próprio juízo; a *desobediência,* que não escuta ou menospreza os superiores; o *desprêzo do próximo,* etc.

R. — 2.º *Avareza: é o amor desordenado aos bens da terra, mormente ao dinheiro.*

Há certo amor aos bens da terra que é legítimo: é um estímulo para o trabalho, previdência para o futuro;

O pobre Lázaro e o rico avarento; após a morte, um foi para o céu e o outro para o inferno.

porém, desejar as riquezas, não para usar delas licitamente, senão pelo mero gôsto de as possuir e pôr nelas todo o afeto, é idolatria aviltante e cheia de perigos. A avareza gera: a *dureza* para com os pobres e a própria família; o *desassossêgo* perpétuo, o esquecimento dos bens eternos; a *injustiça* para com o próximo, pois não há boa fé nem conciência no avarento: daí as *fraudes,* a *traição,* a *violência,* etc.

R. — 3.º *Luxúria: é o amor desordenado aos deleites da carne, proibidos pelo VI.º e IX.º mandamentos da lei de Deus.*

Em outra parte, deixamos dito quanto é grave. Pode-se afirmar que, entre todos os vícios, é a luxúria o mais imperioso e mais fecundo em lástimáveis consequências. Os seus resultados são ordinariamente: a vergonha, a deshonra, o desgôsto das cousas de Deus, a cegueira do espírito, o endurecimento do coração, etc. Da luxúria nascem um sem número de outros pecados: *egoísmo* medonho, que leva a pensar unicamente em si; o *ciume* ou o *ódio,* o *homicídio,* os *sacrilégios* e *todos os crimes.*

R. — 4.º *Inveja: é a tristeza causada pelo bem do próximo ou a alegria pelo mal que lhe acontece, sentimentos estes que se originam no desejo injusto do bem alheio.*

A inveja, filha do orgulho, é pecado do demônio. "É pela inveja do demônio que a morte entrou no mundo" (*Sab.*, II, 24). A inveja é tortura e suplício contínuo para aquele que se entrega a esta inclinação. De mais a mais, dá origem a pecados sem conta: *suspeitas injustas, calúnia, murmuração, discórdia, ódio* e até *homicídio.* — "Qual a traça para a roupa, diz são Ligório, o verme para a madeira, a ferrugem para o ferro, assim é a inveja para o coração do homem; ela o rói e o devora; é ainda o verme que corrói o vestido de honra da virtude, a ferrugem que mareia o brilho da reputação.

R. — 5.º *Gula: é o amor desordenado do comer e do beber.*

Comer e beber é obrigação necessária à vida e à saúde. Deus pôs neste ato puramente animal uma sensação agradável para aceitarmos melhor a obrigação aborrecida e penosa. A gula consiste em transformar a necessidade em gôzo, e é desordem comer e beber sem regra e sem precisão,

com excesso na quantidade, muita delicadeza na qualidade, com avidez ou com muito luxo. A peor gula é a *embriaguez;* se fôr completa, até tirar o uso da razão, sendo também voluntária por parte de quem se embriaga, é pecado mortal, e incorre na responsabilidade de todos os pecados que se podem cometer neste estado. As consequências ordinárias são: o *esquecimento da alma,* da *salvação,* dos *deveres cristãos;* especialmente a *transgressão das leis do jejum e da abstinência;* à embriaguez seguem-se as *rixas, cóleras, blasfêmias, impureza, assassínio* às vezes.

R. — 6.º *Ira: é o movimento desordenado da alma pelo qual se repele com violência o que desagrada: leva à vingança.*

Há uma ira legítima e santa: a de Nosso Senhor contra os profanadores do templo, a do pai ou da mãe contra os filhos rebeldes. Fica todavia esta ira submissa à razão; pelo contrário, a cólera criminosa não é mais senhora de si. Os efeitos são: *ódio, vingança, injúrias, blasfêmias, imprecações, pancadas* e, às vezes, *duelos* e *assassínios.* É porisso que falou o Espírito Santo: "A ira e o furor são ambos destestáveis" (*Ecl.,* XXVIII). "Quem der largas à cólera, às rixas, às dissensões, não entrará no céu" (*Gal.,* V).

R. — 7.º *Preguiça: é o amor desordenado ao descanso que nos faz omitir os nossos deveres.*

Distinguem-se a preguiça *corporal* e a preguiça *espiritual:* a primeira é uma frouxidão cheia de negligência para o trabalho e os deveres do estado; a segunda, grande desgôsto e descuido para a oração e os deveres religiosos. Quem vence ou sofreia esta frouxidão, êste desgôsto, faz um ato de coragem e adquire méritos; quem se deixa levar por eles cai na cobardia e no pecado, sendo pecado mortal se o descuido fôr grave.

leviandade: norteia seguramente todos os nossos atos, todos os nossos passos.

R. — II. *Justiça é a virtude que nos leva a dar a cada um o que lhe pertence e respeitar os direitos alheios: esta é a justiça natural.*

A justiça *cristã* é mais perfeita. Na primeira plana, coloca nossos deveres para com Deus, não se limita em dar ao próximo o que lhe é devido: reina no âmago da nossa alma, impera nos nossos pensamentos, nos nossos sentimentos para com os outros, torna-nos humildes, desconfiados para conosco, segundo a justiça absoluta o exige dos pecadores.

R. — III. *Fortaleza natural e pagã consiste no ânimo que temos para suportar as desgraças, resistir às paixões, empreender cousas difíceis e virtuosas.*

Quando virtude *sobrenatural* e cristã, dá-nos coragem para vencermos e sofrermos tudo antes do que ofender a Deus. Pode-se dizer que é remédio para todas as fraquezas, lenitivo e arrimo em todas nossas provas, alavanca poderosa na prática de todos os nossos deveres.

R. — IV. *Temperança. — É uma virtude que nos leva a evitar os excessos e a usar de tudo com moderação.*

No paganismo consistia principalmente em refrear as paixões e os desejos, mormente os desejos sensuais. A *temperança cristã* não só proíbe o abuso dos alimentos e de tudo quanto lisongeia os sentidos, mas regula até os nossos sentimentos no gôzo das cousas da vida, condena os prazeres culpados e limita o uso dos que são inocentes. Permite o gôzo dêstes últimos; não quer porém que nêles vamos procurando nossa ventura, nosso fim último.

Nos alicerces destas virtudes cardiais, ergueu o Evangelho o edifício da perfeição cristã. Tornou estas virtudes sobrenaturais mais perfeitas: propôs, não como dever, mas sim como conselho, não como obrigação geral,

mas sim como fidelidade a uma vocação privilegiada, de levar até o heroísmo a prática destas virtudes no estado chamado *vida religiosa*. Firma-se o estado religioso sôbre três votos ou compromissos que são a prática eminente das virtudes morais: os votos de *pobreza, castidade* e *obediência.*

221. — *Dai a conhecer as outras virtudes morais opostas aos pecados capitais.*

R. — *1.º) À soberba opõe-se a humildade cristã.*

2.º) À avareza opõe-se o desapêgo dos bens da terra.

3.º) À luxúria opõe-se a castidade.

4.º) À inveja opõe-se a caridade.

5.º) À gula opõe-se a sobriedade.

6.º) À cólera opõe-se a mansidão cristã.

7.º) À preguiça opõe-se a diligência.

1.º À *soberba* opõe-se a *humildade cristã,* virtude desconhecida do mundo pagão; leva-nos a distinguir nossos defeitos, referir a Deus o bem que em nós se encontra, e a confessar-nos, de bom grado, inferiores aos outros.

2.º À *avareza* opõe-se o *desapêgo* dos bens da terra. Desta virtude Nosso Senhor fez a base da sua religião: amaldiçoou a riqueza, abençoou a pobreza, e declarou indigno de seguí-lo aquele que, pelo menos de coração, não renunciasse a tudo quanto possue.

3.º À *luxúria* opõe-se a *castidade,* virtude que incute o horror das cousas deshonestas. Praticada na perfeição chama-se *virgindade,* virtude angélica pela qual renunciamos a todo o prazer sensual.

4.º À *inveja* opõe-se a *caridade,* que leva a partilhar as tristezas do próximo como se fossem nossas e a alegrar-nos por todo o bem que êle sente. — A caridade é a virtude caraterística do cristianismo: "Si vós vos

amardes uns aos outros, disse Nosso Senhor, a êste sinal, conhecer-se-á que sois meus discípulos" (*S. João,* XIII, 35).

5.º À *gula* opõe-se a *sobriedade,* que nos afasta de qualquer excesso no comer e no beber. Esta virtude, quando aplicada à observância exata dos preceitos da penitência impostos pela Igreja, chama-se *abstinência;* abrangendo outros sacrifícios voluntários, é chamada *mortificação.*

6.º À *cólera* opõe-se a *mansidão cristã,* virtude elogiada por Jesús Cristo e que leva a suportar com paciência aquilo que nos contraria.

7.º Enfim, à *preguiça* em geral, opõe-se a *diligência,* que nos leva a cumprir os nossos deveres com muita coragem e constância. Com proveito se há de combater a preguiça *espiritual* pela exatidão nos exercícios de piedade, e a preguiça *corporal,* pela atividade e pelo trabalho.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Assim como cada um de nós tem um defeito dominante que combater, assim nos devemos esmerar na aquisição de uma virtude dominante, quer por descobrirmos em nós o seu germe, quer por ela nos agradar mais, quer porque a julgamos mais indispensável ou útil à nossa vocação pessoal. A virtude dominante de Nossa Senhora por exemplo, era a humildade; a de são José, a castidade; a de são João, a caridade; a de são Paulo, o zêlo. Em tempos mais recentes, são Francisco de Assiz especialmente amou a pobreza; são Francisco de Sales, a mansidão; santa Teresa, a penitência; são Vicente de Paulo, a dedicação.

Façamos a escolha da nossa *virtude predileta,* e sem descuidarmos as outras, envidemos, para aperfeiçoamento desta, os nossos mais generosos e perseverantes esforços. A reflexão, a oração, os exames, a meditação, a comunhão frequente são os meios de que havemos de lançar mão para adquirir e aperfeiçoar esta virtude.

TERCEIRA PARTE

MEIOS QUE DEUS ESTABELECEU PARA NOSSA SANTIFICAÇÃO

LIÇÃO PRELIMINAR

A GRAÇA

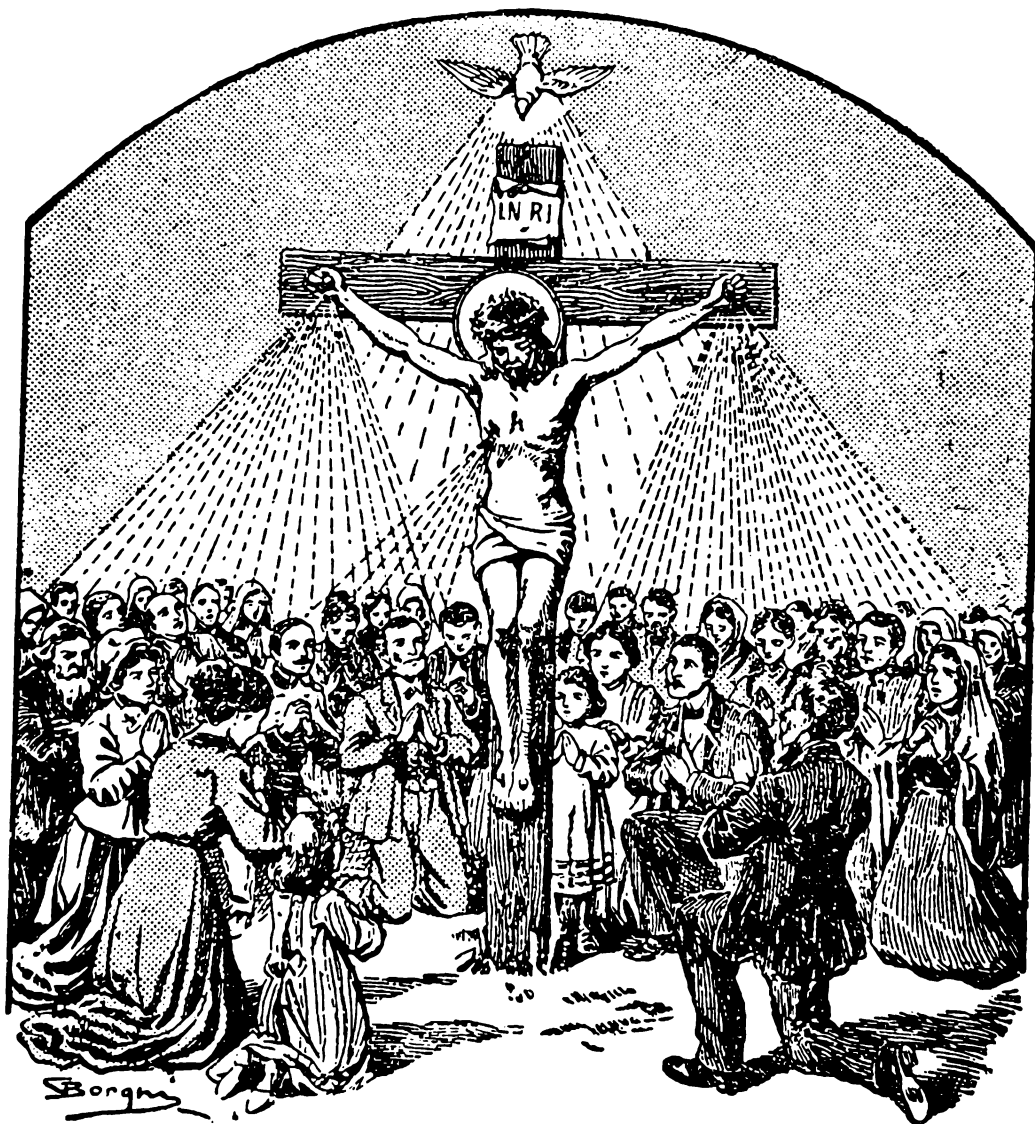
Santificação. — Noções gerais da graça. — Divisão das matérias.

222. — *Como é que Deus nos santifica?*

R. — *Deus nos santifica, isto é, nos faz santos, por sua graça. Para nos comunicar a sua graça, Deus estabeleceu a oração e os sacramentos.*

Esta palavra *graça* (tirada do latim *grátia*, favor) indica, em geral, um dom gratuito que Deus nos concede, por pura bondade, sem nenhum direito de nossa parte. — Quando Deus criou o homem, foi uma graça, pois podia perfeitamente deixar de criá-lo. Depois de ter dado ao homem corpo e alma, exornados com todos os dons da natureza, quando Deus ajuntou a justiça e a santidade original, foi nova graça; enfim, quando o destinou para a felicidade de o ver e possuir o céu, foi outra graça de ordem mais eminente ainda.

Ora, o homem pecador e caído não pode recuperar os dons da sua natureza original, e especialmente a amizade de Deus, os direitos ao céu, senão por novo favor. É preciso que Deus o santifique outra vez e outra vez o torne digno do céu; que alumie sua inteligência, endireite sua vontade e a fortaleça, que lhe derrame de novo na alma a inocência e a santidade: ora, isto tudo faz-se pela *graça* de Deus.

Para comunicar esta graça, Deus estabeleceu dois meios: *oração* e *sacramentos*. Pelo primeiro dêstes meios, pedimos o socorro de Deus: e Deus, por sua natureza e por suas promessas, tem que nos conceder êste socorro. Mas Nosso Senhor Jesús Cristo, por um ato de pura e

Pela oração e os sacramentos, alcançamos as graças que nos mereceu Jesús Cristo.

livre vontade, determinou e ensinou meios que nos pusessem em comunhão mais íntima com êle, empenhando-se em dar graças a quem usasse dêstes meios. Chamam-se meios de santificação: — oração e sacramentos. — Importa dar uma noção mais completa da graça, que é fruto dêles.

223. — *Dai a definição da graça e dizei suas várias espécies.*

R. — *A graça é um dom interno, sobrenatural e gratuito, que Deus nos dá em relação à vida eterna.*

Podemos agrupar as graças sobrenaturais:

1.º relativamente ao modo ou à maneira como são concedidas: em graças interiores e graças exteriores.

2.º na sua natureza, divide-se a graça em atual e habitual.

Chama-se graça, em geral, qualquer dom que Deus concede gratuitamente já na *ordem natural,* já na *ordem sobrenatural.* Por ordem natural, entende-se o que se refere ao espírito, ao corpo, aos bens da vida presente, à felicidade dêste mundo. Por ordem sobrenatural, entende-se a vida superior da alma, os bens acrescentados à sua natureza e relacionados com a santidade e a felicidade numa vida mais perfeita.

Mais particularmente usa-se o vocábulo *graça* para designar os bens desta ordem sobrenatural, e é neste sentido que se define a graça: dom sobrenatural que Deus concede por pura bondade, em consideração dos méritos de Jesús Cristo, para alcançarmos a vida eterna.

Podemos assim agrupar as *graças sobrenaturais:*

1.º Relativamente ao *modo* ou à maneira como são concedidas: em graças *interiores* e graças *exteriores.* — As primeiras são comunicadas diretamente pelo próprio Deus: são bons pensamentos, afetos piedosos, impulsos generosos que nos movem para o bem. As graças *exteriores* são meios que Deus dispõe em redor de nós para incitar-nos ao bem: bons exemplos, educação cristã, leituras piedosas, exortações, etc.

2.º Na sua *natureza,* divide-se a graça em *atual* e *habitual.* — A primeira é transitória; não permanece, e porisso, chama-se *atual.* — A outra, posta por Deus em nossa alma, alí mora constantemente; torna-nos justos e

santos e transforma-se em estado: é o estado de graça, que dura até o perdermos pelo pecado mortal; ela se denomina *graça habitual* ou *santificante.*

Atendendo à sua importância, empregaremos para explicação da *graça atual* e da *graça habitual* os dois primeiros parágrafos desta lição preliminar; acrescentaremos terceiro parágrafo sôbre o *mérito,* fruto da graça santificante e da graça atual.

§ I. — Graça atual.

Definição. — Necessidade da graça. — Graça suficiente sempre concedida. — Eficácia da graça.

224. — *Que é graça atual?*

R. — *A graça atual é um dom sobrenatural, transitório, que ilumina o nosso entendimento, move e conforta a nossa vontade para praticarmos o bem e evitarmos o mal.*

Êste socorro divino, que nos chega em tempo oportuno, é luz para a inteligência, estímulo para a vontade, bom impulso, finalmente, que nos auxilia e no entanto precisa da nossa cooperação; para ter efeito e desempenhar seu papel, a graça atual precisa do nosso concurso. De acôrdo justamente com êste resultado, diz-se que a graça é *suficiente* ainda que pelo fato de nossa liberdade ou de nossa oposição, não produza os frutos por Deus determinados; diz-se que é *eficaz* quando preenche êste fim.

225. — *Será necessária a graça de Deus, e como?*

R. — *Sim, a graça de Deus é absolutamente necessária ao homem para êle fazer obras de salvação: privados dêste socorro, nada podemos cumprir que seja proveitoso para a vida eterna, nem dar um passo no caminho do céu.*

"Nada podeis sem mim", diz Nosso Senhor (*S. João,* xv, 5). Entendem-se estas palavras na *ordem sobrenatural.* — Pois, na ordem natural, o homem, embora culpado e

caído, pode, sem o auxílio da graça, conhecer algumas verdades, como a existência de Deus e certos princípios da lei natural. Pode também, sem a graça, e mesmo sem fé, cumprir algum bem nesta ordem natural. Todavia, a graça é *necessária* para êle conhecer toda a lei si bem que natural, para êle observar todos os preceitos e vencer todas as tentações. Com maioria de razão, a graça é *absolutamente necessária* para cumprirmos uma obra que nos torne dignos da salvação. Se o pássaro não pode elevar-se nos ares sem o auxílio das asas, menos ainda pode o homem sem a graça, subir para as sublimes alturas celestes.

Donde havemos de concluir: 1.º sem a graça não podemos ter a fé, nem mesmo o princípio da fé: "Ninguém, diz Nôsso Senhor, poderá vir a mim, si meu Pai não lhe der a graça" (*S. João*, VI, 44); 2.º sem esta mesma graça, o homem pecador não pode sair do seu infeliz estado, nem o justo perseverar na justiça.

226. — *Será sempre dada ao homem a graça suficiente para salvar-se?*

R. — *Sim; Deus dá-nos a graça atual sempre que dela precisamos ou a pedimos com as devidas disposições.*

Por uma parte, si a graça é necessária, certo é, por outra, que nunca é negada a quem faz o que pode para alcançá-la. Com efeito, atesta e ensina a Sagrada Escritura que Deus "quer salvar a todos os homens" (I, *Tim.*, II, 4); logo, dá a todos graças suficientes de salvação. Se muitos não conseguirem a salvação, será por negligência ou má vontade. Deus nos deu a liberdade e a respeita, para depois recompensar-nos se correspondemos à sua graça e castigar-nos se resistimos.

Mas fica certo que:

1.º Os *justos* têm graça suficiente para perseverar: "Deus não quer que sejamos tentados acima das nossas fôrças" (I, *Cor.*, X, 13).

2.º Os *pecadores,* endurecidos embora, podem converter-se: "Deus não quer a morte do ímpio senão a sua conversão" (*Ezeq.,* XXXIII, 11).

3.º Os próprios *infiéis* ainda podem salvar-se: têm a lei natural e, se a observarem, Deus recompensará esta fidelidade.

4.º Também as *crianças* que morrem sem batismo não são privadas da graça suficiente à salvação; por ventura, se não a possuirem, é o resultado de ocorrências que não dependem diretamente da vontade de Deus.

227. — *É sempre eficaz a graça de Deus?*

R. — *Em si mesma, a graça de Deus é todo poderosa. Mas Deus respeita a liberdade do homem, que pode resistir à graça e impedir-lhe a eficácia.*

Em si mesma, a graça de Deus é *todo poderosa.* "Posso tudo, dizia são Paulo, n'Aquele que me fortalece" (*Filip.,* IV, 13). Porisso vemos que, às vezes, produz efeitos de modo infalível, deixando contudo, ao homem, liberdade de resistir. São Paulo, falando da própria conversão, diz: "A graça de Deus não foi estéril em mim; trabalhei mais que todos os outros: não eu, contudo, mas sim a graça de Deus comigo" (I, *Cor.,* XV, 10). O acôrdo entre esta graça *eficaz* e a nossa liberdade é misterioso muitas vezes; porém, é muito real, e é dogma de fé que a graça eficaz deixa a nossa liberdade tôda (*Conc. de Trento,* sess. VI, IV).

Por outra parte, acontece infelizmente muitas vezes que o homem, por efeito de sua livre vontade, *impede* a graça de Deus *de ser eficaz.* É isto que exprimia Jesús Cristo chorando sôbre Jerusalém: "Quantas vezes não quis eu reunir teus filhos como a galinha ajunta os seus pintinhos debaixo das asas e não quiseste!" (*S. Mat.,* XXIII, 27). É precisamente esta resistência à graça que constitue a culpabilidade do pecador.

CONCLUSÃO PRÁTICA

A graça de Deus é necessária à nossa salvação: "Si alguém disser que sem a inspiração prévia do Espírito Santo e sem seu auxílio, o homem pode crer, esperar, amar ou arrepender-se devidamente para alcançar a graça da justificação, contra êle seja anátema!" (*Concílio de Trento*, sess. VI, c. III). São Paulo até fala: "Sem a graça do Espírito Santo nem é possível pronunciarmos utilmente o nome de Jesús" (I, *Cor.*, XII, 3). Êste ensino deve inspirar-nos constantes sentimentos de *humildade* e *desconfiança.*

Por outra parte, somos certos de ter sempre a graça de Deus enquanto dela não nos tornamos indignos, e aí temos motivo de grande confiança na infinita bondade de Deus. Todavia, devemos recear de não corresponder à graça de modo suficiente: "A terra muitas vezes regada pela chuva do céu, que nada produz senão espinhos e brenhas, é terra condenada e próxima da maldição" (*Hebr.*, VI, 7). Qual a conclusão? É que devemos pedir humildemente a graça, e a ela corresponder docilmente.

§ II. — Graça habitual ou santificante.

Definição. — Efeitos da graça santificante. — Meios de alcançá-la, de aumentá-la, de perdê-la.

228. — *Que é a graça habitual ou santificante?*

R. — *A graça santificante é um dom sobrenatural inerente à nossa alma, que nos faz santos, filhos adotivos de Deus e herdeiros do céu.*

Enquanto a graça atual é sòmente um socorro transitório, a graça habitual, pelo contrário, é uma qualidade, influência permanente, divinamente derramada em nossa alma, unida e inerente à alma como a vida é unida e inerente ao corpo que esta anima. Porisso, na Escritura, designa-se comumente esta graça pela palavra *vida.* É, com efeito, a vida sobrenatural da alma. É também chamada *estado de graça,* porque a alma que a possue se acha por ela na amizade de Deus. É chamada *caridade,* por ser em nós o princípio desta virtude que nos leva a amar a Deus e ao próximo por amor de Deus, e nos obtém, em troca, o amor e os benefícios de Deus.

229. — *Quais são os efeitos da graça santificante?*

R. — *A graça santificante justifica a nossa alma, dá-lhe celestial beleza, fazendo-a participante da natureza divina, outorga-lhe direitos à recompensa do céu e a torna capaz de fazer obras meritórias.*

1.º Quando concedida à alma em estado de pecado mortal, a graça santificante traz esta alma do estado de pecado para o de graça: chama-se então *justificação,* significando que faz justo e santo o que era pecador e culpado.

2.º Com o estado de inocência e de justiça, a graça santificante comunica à alma celestial beleza, divina semelhança com Deus: porisso, Deus a ama com amor inefável e vem morar nela, segundo a própria palavra de Nosso Senhor. Feita participante da natureza divina, a alma tem direito à felicidade de Deus: *é digna do céu.*

3.º Quando concedida à alma que já a possue, a graça santificante aumenta sua formosura, seus tesouros, seus méritos, e dá-lhe um direito correspondente a um *acréscimo de recompensa* e de glória no céu.

4.º Enfim, a graça santificante nos torna aptos a fazer obras *meritórias* para a vida eterna, enquanto nossas obras tôdas ficam mortas e sem valor para o céu se dela estivermos privados.

230. — *Como se pode adquirir, aumentar ou perder a graça santificante?*

R. — *Adquire-se pelo batismo a primeira vez e recupera-se pela contrição perfeita ou a penitência; aumenta-se pela oração, as boas obras e os sacramentos; e perde-se pelo pecado mortal.*

1.º *Adquire-se* pela primeira vez a graça santificante no *batismo.* Quando a temos perdido por nossas culpas, *recupera-se* por meio do sacramento de *penitência* ou pelo

ato de *caridade perfeita.* Conserva-se observando fielmente a lei de Deus e fugindo do pecado mortal.

2.º *Aumenta-se* a graça santificante pela *oração,* as boas obras, e especialmente a participação dos *sacramentos* que recebemos quando somos justos e santos. Sempre pode crescer mais e mais; é neste sentido que o Espírito Santo falou: "A senda do justo, qual uma luz pura, eleva-se e alumia sempre mais, até chegar ao dia claro e perfeito" (*Prov.*, IV, 18).

3.º A graça santificante *perde-se* pelo pecado mortal, e um único basta para nos arrebater êste tesouro e também todo o mérito de nossas boas obras anteriores. Se porém, a alma culpada recuperar a graça santificante, seus méritos passados tornam a viver; mas as obras feitas no estado de pecado ficam inúteis para o céu.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Oh! alma santa, exclama santa Teresa, se pudesses ver o que és pela graça, tu morrerias de felicidade quando deparasses esta beleza mil vezes maior que toda a beleza criada!" Ora, êste portento de formosura é aniquilado por um só pecado mortal, e a divina semelhança substituída então pela fealdade, pela degradação. Quanta cautela não devemos tomar para evitar o pecado!... Há outra reflexão com que não podemos deixar de tremer: é esta palavra da sagrada Escritura: "Ninguém sabe se é digno de amor ou de ódio" (*Ecl.*, IX, 1). Nunca temos certeza de nos achar em estado de graça... Porém, Nosso Senhor nos dá mais esta palavra consoladora: "Quem me ama, guarda os meus mandamentos" (I, *João,* XIV, 21). E o apóstolo da caridade, são João, completa essa certeza moral dizendo: "Si o nosso coração não censurar nada, podemos ter plena confiança em Deus" (I, *João,* III, 21).

§ III. — Mérito.

Noção do mérito. — Suas condições — Donde vem a grandeza do mérito.

231. — *Que é mérito?*

R. — *Mérito, — que se considera aquí como obra meritória, — é uma obra boa, feita com o socorro da graça por amor de Deus, e digna, aos olhos dêle, de recompensa eterna.*

O mérito, portanto, é fruto da graça e, por nós mesmos, somos incapazes de fazer obra que seja digna de recompensa celeste. Com a graça, pelo contrário, o homem pode praticar atos meritórios. Ora, nos méritos do homem, pode-se distinguir mérito de *justiça* e mérito de *conveniência*.

O mérito de *justiça* constitue verdadeiro direito à recompensa; o mérito de *conveniência* não é mérito absoluto, outorgando direito rigoroso à recompensa; mas sim, conforme o nome indica, certa conveniência digna de consideração, de maneira que chamar-se-ia igualmente mérito de *misericórdia*, porque é baseado principalmente na misericórdia de Deus.

232. — *Quais são as condições do mérito?*

R. — *Para qualquer mérito, é imprescindível o socorro da graça atual, que nunca falta. Para ter mérito de justiça é preciso: 1.º o estado de graça; 2.º oferecer a Deus a boa obra com intenção santa. — Para ter mérito de de conveniência, basta fazer qualquer boa obra, com intenção de fé.*

Para qualquer mérito o socorro da graça atual é imprescindível; mas esta condição dependente de Deus, nunca falha. É porisso que sòmente tratamos aquí das condições exigidas por parte do homem.

1.º Para ter mérito de *justiça*, constituindo acréscimo de graça neste mundo e de glória no outro, é preciso: *a*) ter o estado de graça; *b*) oferecer a Deus a boa obra com intenção santa. Neste sentido, Nosso Senhor declara que quem der, em seu nome, um copo de água fria a um pobre, não perderá a recompensa. Infere-se dalí que só os justos podem adquirir méritos de justiça.

2.º Para ter mérito de *conveniência*, basta fazer uma boa obra qualquer, *com intenção de fé*, isto é, para agradar a Deus e em vista da salvação. Todos podem assim merecer

de Deus graças atuais e os auxílios necessários para evitar o pecado e adiantar-se na virtude. O próprio pecador pode assim, por suas orações e boas obras, merecer a graça da conversão.

✠ **233.** — *Donde provém a grandeza do mérito?*

R. — *A grandeza do mérito depende da santidade da pessoa que trabalha, da excelência ou dificuldade da obra e da perfeição com que é feita.*

A *grandeza* do mérito depende: 1.º da *pessoa* ou da dignidade e santidade de quem trabalha. O mérito de Jesús Cristo, por exemplo, é infinito; o mérito do justo é incomparavelmente maior que o do pecador, porque a graça o faz filho e amigo de Deus.

2.º Da *excelência* ou *dificuldade* da obra. Assim, uma grande esmola é mais meritória que uma esmola pequena feita peda mesma pessoa. Mas o óbolo da viúva mais vale aos olhos de Jesús Cristo que o ouro dado pelos ricos.

3.º Da *perfeição,* isto é, da pureza de intenção, do fervor, e principalmente da caridade com que se trabalha. Estas disposições, com efeito, comunicam às obras valor tal que atos ainda os mais indiferentes podem, aos olhos de Deus, adquirir mérito extraordinário.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O tempo em que podemos grangear méritos é a vida presente: "Enquanto temos tempo, pratiquemos o bem", diz são Paulo (*Gal.,* VI, 10). Se não tivermos zêlo e coragem para cumprir obras difíceis ou brilhantes, seja esta falta de grandes méritos suprida pelo *espírito de fé,* pelas intenções puras em todos os nossos atos mais ordinários e mais simples. Quem dirá o mérito sobrenatural de cada um dos nossos dias oferecidos a Deus no *estado de graça!...* Oh! pensamento consolador! O pecador ainda pode preparar a sua salvação pela oração e as obras de penitência, e o justo entesourar méritos, subir mais alto na santidade e na glória... E para isto, que é preciso fazer? Rezar, sofrer, trabalhar e sobretudo amar-vos, ó Jesús!...

A ORAÇÃO

NOÇÕES GERAIS

Definição. — Várias espécies de orações. — Divisão do assunto.

234. — *Que é oração?*

R. — *Oração é a elevação de nossa alma para Deus, para o adorar, agradecer-lhe, pedir-lhe graças e implorar o perdão dos nossos pecados.*

A palavra *orar,* no sentido exato, quer dizer *pedir:* a oração, pois, difere na realidade da adoração, ato pelo qual reconhecemos simplesmente nossa inferioridade e dependência para com Deus. Mas esta confissão humilde

Orar, é elevar a alma até Deus para adorar, agradecer, implorar perdão e pedir novos favores.

do nosso nada traz muito naturalmente a oração sôbre os nossos lábios e também a expressão da nossa gratidão. Assim, num mesmo ato, confundem-se, muitas vêzes, todos os nossos deveres para com Deus: criaturas, nós o

adoramos; filhos cumulados de benefícios, nós lhe agradecemos; fracos, solicitamos graças; pecadores, imploramos o perdão.

235. — *Distinguem-se quantas espécies de orações?*

R. — *Duas espécies: mental e vocal. A oração vocal pode ser particular ou pública.*

A oração *mental* é a que se faz no fundo do coração, sem pronunciar palavras. Assim, fazer oração mental é elevar o espírito e o coração a Deus, ocupar-se em silêncio com as verdades que nos deu a conhecer, refletir nelas debaixo do seu olhar, formar sentimentos piedosos e resoluções sinceras de tornar-se melhor. A oração mental é certamente mais excelente; sem ela, todas as outras perderiam o seu mérito essencial; a oração mental sòzinha, porém, não basta; precisamos recorrer à oração vocal.

A oração *vocal* é aquela na qual externamos por palavras os sentimentos do coração. Para ser oração verdadeira, não deve consistir unicamente no movimento dos lábios, mas sim, vir acompanhada dos sentimentos interiores de fé e piedade. Que o corpo também reze de alguma maneira, é justo, natural, segundo a ordem e êle o faz pela palavra. Mais é fato provado pela experiência, que a oração vocal, ao passo que mantém e desperta a atenção do espírito, serve ao prestígio do culto exterior e público, dá boa edificação ao próximo, e a todos permite a união na oração comum. Ora, é muito proveitoso rezar em comum, pois Jesús Cristo prometeu bênçãos especiais aos que se reunissem para rezar. "Se duas ou três pessoas se reunirem para fazer oração em meu nome, disse êle, estarei no meio delas" (*S. Mat.* XVIII, 20).

Nas *orações vocais*, podemos distinguir orações *particulares* e *públicas*. Damos o nome de orações particulares às que fazemos em nossa vida privada, ou sòzinhos, ou com nossa família, e o nome de orações *públicas* às

ordinariamente feitas na igreja, em benefício da sociedade cristã, como a *missa*, o *ofício divino* e mais cerimônias religiosas. O *breviário* que rezam os ministros da Igreja, é também oração pública.

A importância dêste dever da oração requer que o estudemos por extenso num parágrafo primeiro, em que trataremos da *oração em geral*, e em mais dois outros parágrafos nos quais falaremos especialmente das duas orações: *Padre nosso* e *Ave Maria*.

§ I. — Oração em geral.

Obrigação de rezar. — Tempo marcado para a oração. — Qualidades da oração: 1.º atenção; 2.º humildade; 3.º confiança; 4.º perseverança. — Acolhimento que têm nossas orações.

236. — *Haverá para nós obrigação de rezar?*

R. — *Sim; é necessário fazer oração frequentemente; porque Jesús Cristo o ordena, e o nosso bem temporal e eterno o exige.*

Temos obrigação de rezar e poderemos apontar três motivos:

1.º O *mandamento divino*. — É terminante: "Adorarás o Senhor teu Deus". Ora, um dos elementos constitutivos da oração, é justamente a adoração: antes de pedirmos socorro a Deus, devemos ser convencidos do seu poder, da sua infinita grandeza como também da nossa miséria.

2.º Os *ensinos e os exemplos* de Nosso Senhor. — Êle fala no Evangelho: "É preciso orar sempre" (*S. Lucas*, XVIII, 1). Não é mero conselho, mas sim preceito. Em outro passo, diz: "Vigiai e orai" (*S. Mat.*, XXVI, 41).

Ao ensino, acrescentou o exemplo. Muitas vezes, passava a noite tôda em oração; para ficar mais sossegado, retirava-se no jardim das Oliveiras. Na sua agonia, quanto mais sofria, mais orava; não porque precisasse, mas por amor de nós, para deixar-nos o exemplo.

3.º *Nossas próprias necessidades nos impõem a oração* como dever, ainda que Deus não nos tivesse dado o mandamento. É verdade evidente que não podemos viver sem Deus; para o corpo e para a alma, precisamos do seu socorro; sua graça é absolutamente necessária para fazermos o bem, evitarmos o mal, perseverarmos até o último dia. Ora, sendo Deus o poder infinito, a infinita bondade, e nós, a miséria extrema, não será natural, não será indispensável que lhe dirijamos nossas súplicas?

237. — *Quando é preciso rezar?*

R. — *O bom cristão deve orar: 1.º todos os dias de manhã e à noite; 2.º ao domingo, dia consagrado a Nosso Senhor; 3.º nos momentos de tentação, nos perigos e sobretudo na hora da morte.*

Nosso Senhor disse: "É preciso orar sempre, e nunca cessar" (*S. Lucas,* XVIII, 1). Estas palavras significam que a oração deve ser contínua, habitual, para o coração cristão, e, pela oferta a Deus de tôdas as nossas ações, devemos fazer com que estas ações sejam uma oração perpétua. Não significam, porém, que devemos estar sempre recitando fórmulas de oração.

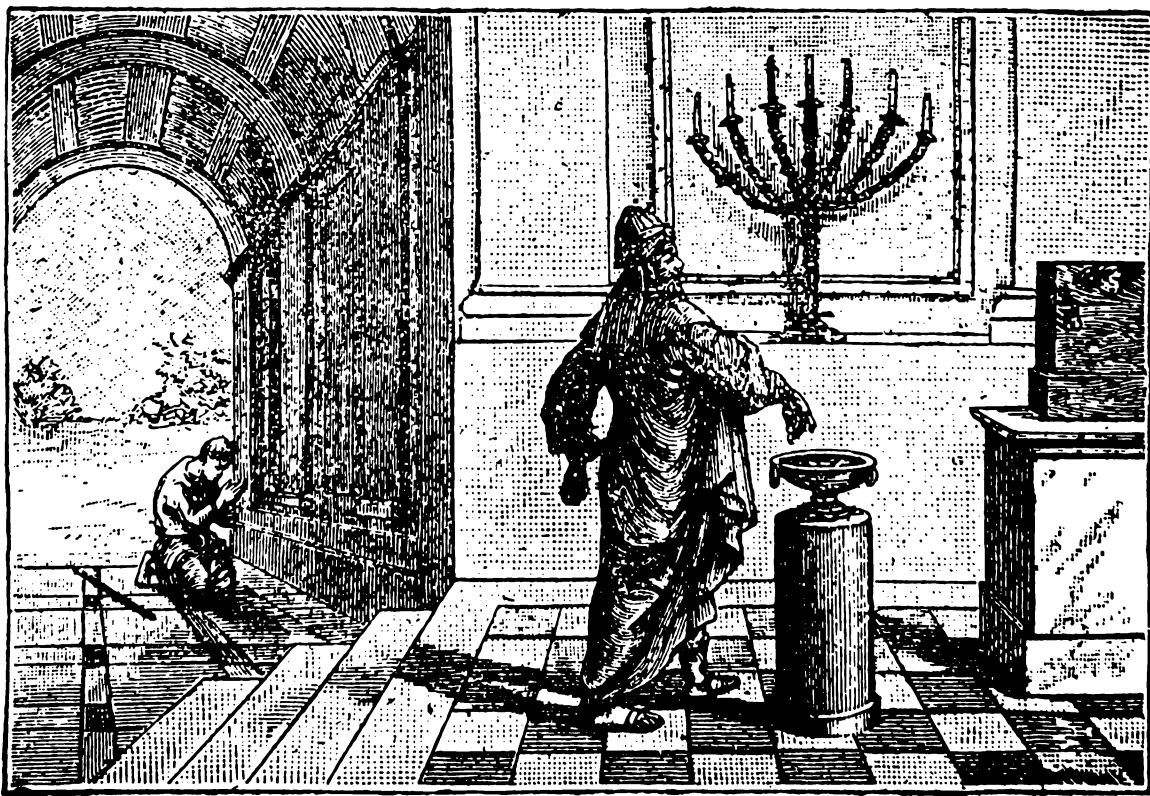
1.º O preceito do Salvador será cabalmente preenchido se tomarmos diariamente alguns instantes para a oração, principalmente de *manhã* e de *noite:* de manhã para lhe oferecermos nosso coração e os trabalhos do dia, logo ao despertar, enquanto o espírito está melhor disposto e mais sério; de noite, para agradecer os favores recebidos durante o dia e consagrar a Deus o sono que, sem isto, seria considerável perda de tempo.

2.º Há um dia que se deve mais especialmente consagrar à oração: é o dia do Senhor, o *domingo.* A missa é a oração por excelência, oração de preceito; as mais cerimônias servem, depois, para cumprirmos dignamente o dever da oração.

3.º Enfim, há *momentos particulares* na vida em que o dever da oração se torna mais urgente: é nas tentações, nos perigos e nas penas, para alcançarmos os socorros necessários à luta, fugirmos do perigo e suportarmos as provações que nos manda a Providência.

238. — *Como devemos rezar?*

R. — *É preciso rezar com atenção, humildade, confiança, perseverança e em nome de Nosso Senhor Jesús Cristo.*

1.º *Atenção.* — Rezar com atenção, é pensar em Deus e no que se pede, afastando do espírito, quanto possível, qualquer distração, pelos menos qualquer

O publicano reza com humildade e é justificado, o que não acontece para o orgulhoso fariseu. Deus detesta os orgulhosos.

distração voluntária. Tomemos cuidado, quando oramos, de não incorrer nesta censura de Nosso Senhor dirigida aos fariseus: "Êste povo me honra com os lábios, mas o seu coração está longe de mim" (*S. Mat.*, xv, 8).

2.º *Humildade.* — Rezar com humildade, é reconhecer-se, em consideração da própria baixeza e da grandeza de Deus, indigno de comparecer na presença de sua majestade e de obter suas graças.

Na parábola do *Fariseu e do publicano,* claramente patenteia Nosso Senhor que a nossa oração, para ser eficaz, deve ser feita com humildade.

3.º *Confiança.* — Ter confiança, quando se reza, é ter certeza inabalável que Deus atenderá aos nossos pedidos conforme forem úteis e proveitosos para a nossa salvação; a bondade de Deus, seu poder, suas promessas, tudo garante o bom acolhimento das nossas súplicas. O *centurião* do Evangelho, implorando a cura do servo enfermo, é exemplo magnífico de oração confiante.

4. *Perseverança.* — Rezar com perseverança, é não desanimar, ainda quando Deus não atende logo aos nossos rogos. Nosso Senhor encareceu muito, no Evangelho, a necessidade da perseverança na oração. A parábola do *Juiz,* e a do solicitante que chega de noite, o provam muito bem. O exemplo da *Cananéia* é demonstração da eficácia soberana da oração perseverante.

5.º Enfim, Jesús Cristo quis que *rezássemos em seu nome.* Êle, com efeito, constituiu-se medianeiro e pontífice nosso; e lembrar a Deus o nome de seu Filho Redentor, é o mesmo que trazer-lhe, debaixo das vistas, seus méritos, seus sofrimentos, sua morte, isto é, a quantia paga para nos merecer as graças que imploramos. Jesús Cristo também o declarou positivamente: "Tudo quanto perdidos a meu Pai em meu nome, êle vo-lo dará" (*S. João,* XVI, 23). Porisso é que a Igreja, mostrando-nos como devemos recorrer a esta mediação do nome de Jesús Cristo, termina tôdas as suas preces por estas palavras: "Nós vos pedimos estas graças por Jesús Cristo. Nosso Senhor, que vive e reina, etc.".

239. — *Atende sempre Deus às nossas orações quando feitas com as condições que acabamos de indicar?*

R. — *Sim, Deus atende sempre às orações bem feitas e concede-nos bens preciosos quando os favores solicitados não estão de acôrdo com os seus desígnios.*

Deus sempre atende às orações bem feitas; é verdade que não dá sempre o que pedimos e desejamos, pois, às vezes, acontece solicitarmos favores que não estão de acôrdo com os desígnios de Deus nem com nossos verdadeiros interêsses; mas Deus, neste caso, concede-nos outro bem, muito mais precioso. Porquanto, sempre devem os nossos requerimentos vir acompanhados desta condição: "conquanto aquilo que peço esteja conforme à vontade divina".

Maior certeza teremos de ser atendidos no sentido exato da nossa oração, quando pedirmos a Deus o que pode aumentar a sua glória, trazer-nos a salvação ou a salvação do próximo, pois somos cientes de que estas cousas estão na vontade de Deus.

Quanto aos bens temporais como saúde, riqueza, bom êxito em nossas emprêsas, podemos também pedí-los a Deus, desde que o façamos com discrição, curvando-nos de antemão à sua santa vontade, e fazendo tenção de usar muito bem dêstes favores, caso a Providência no-los conceda.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"A oração é para a alma o que é a respiração para o corpo. Se a respiração parar por intervalos ou se efetuar dificilmente, o corpo passará mal; assim, faltando a oração ou sendo rara, a alma passa mal, e está em grande perigo. Se a respiração cessar de todo, o corpo morrerá; deixando por completo de rezar, assim também morre a alma" (*P. Faber*).

"É uma verdade esta, que experimentei, pois tive ensejo de sondar a alma de muitos jovens. Ora, nunca encontrei a inocência que não fosse sob o amparo, sob o escudo da oração; ausente esta, só ficava a fraqueza" (*P. Felix*).

"Antes da prece, aparelhai a vossa alma e não procedais como alguém que tenta a Deus" (*Ecl.*, XVIII, 23). — "Vós estais pedindo e nada recebeis, porque estais pedindo mal" (*S. Tiago,* IV, 3).
"Quem ora muito bem, sabe viver bem" (*S. Agostinho*).

§ Oração dominical.

Origem e excelência. — Explicação sumária: 1.º prolóquio; 2.º três pedidos referentes à glória de Deus; 3.º quatro pedidos relativos às nossas precisões.

240. — *Dai a conhecer a origem e excelência da Oração dominical.*

R. — *A mais excelente de todas as orações é a Oração dominical ou o Padre Nosso, porque nos foi ensinada por Jesús Cristo e, num curto resumo, encerra tudo quanto devemos pedir a Deus.*

Já várias vezes Nosso Senhor tinha verberado a maneira soberba e defeituosa com que os fariseus costumavam orar. Um dia, como acabasse de rezar, chegaram-se a êle os discípulos e disseram-lhe: "Senhor, ensinai-nos a rezar". — E o Senhor respondeu: "Quando orardes, direis: "Padre nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome; venha a nós o vosso reino; seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia nos dai hoje; perdoai-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores; não nos deixeis cair em tentação; mas livrai-nos do mal. Amém" (*S. Mat.*, VI, 9; *S. Lucas*, XI, 2).

Esta oração é sublime *por sua origem*, pois não é composição de um homem senão do próprio Nosso Senhor Jesús Cristo. Melhor do que nenhum outro, êle sabia das nossas precisões, e da maneira com que seu Pai queria que pedíssemos; logo, deu-nos a verdadeira fórmula da oração. — É também sublime *por si mesma*, pois, num curto resumo, encerra tudo quanto podemos desejar para Deus e para nós mesmos. Portanto, convém recorrermos de preferência a esta oração em todas as nossas necessidades.

241. — *Dai uma explicação sumária da Oração dominical.*

R. — *A Oração dominical consta primeiro de pequeno prolóquio, cheio de ensinos; depois, de sete pedidos, sendo três para a glória de Deus e os quatro últimos para as nossas próprias necessidades.*

O *prolóquio* só tem estas palavras: *Padre nosso, que estais no céu...* Começamos dando a Deus o nome de *Pai,* para lembrar que somos seus filhos e animar-nos a rezar com maior confiança. Na antiga lei mandou Deus que o chamassem "o Senhor poderoso e terrível", e queria ser temido; na lei nova, deu-se a conhecer sob o nome de Pai e queria ser chamado por êste nome suave. Qual é o filho que não terá confiança podendo pronunciar estas doces palavras: "Meu Pai!"

Mas Deus quer que falemos: *Padre nosso;* aí vai uma lição de fraternidade. Proíbe que a oração do cristão seja prece egoísta, feita só para si; rememora-nos que somos irmãos todos, e cumpre orarmos uns pelos outros. Portanto, ao recitarmos a *Oração dominical,* pensemos em nossos irmãos do mundo inteiro, e o que pedirmos para nós mesmos, também o pediremos para êles ao nosso Pai comum.

Acrescentamos: *Que estais no céu.* É para lembrar o pensamento da nossa pátria. Deus, na verdade, está presente em toda a parte. O céu, porém, é o lugar da sua glória: é alí que se manifesta com mais esplendor. O céu é também o lugar do nosso destino futuro. Principiando a nossa oração, elevaremos pois os nossos corações para o céu onde reina Deus nosso Pai, lembrando-nos que nós também esperamos reinar lá com êle um dia.

Seguem *três pedidos* que dizem respeito à *glória de Deus:*

I. *Santificado seja o vosso nome.* — Para o nome do Senhor ser santificado, é mister que seja conhecido. Ora, mais de metade da população total do nosso globo não

conhece o nome do verdadeiro Deus... E também, quantos não há, dentre os que o conhecem, que o ultrajam em vez de abençoá-lo. Por estas primeiras palavras, pedimos que cheguem os infiéis ao conhecimento do verdadeiro Deus; que os hereges, cismáticos e pecadores, amem, sirvam, adorem e glorifiquem, na verdade e na caridade, ao Pai comum de todos os fiéis, e os católicos o honrem e abençoem, como quer ser abençoado e servido.

II. *Venha a nós o vosso reino.* — Deus é rei, e ninguém pode diminuir seu poder infinito sôbre a criação. Todavia, há um reino de Deus que depende da livre vontade dos homens. Êle pode reinar em nossas almas por sua graça, sòmente se não pusermos embargo a esta sua realeza. Ai! são tantas as almas em que Deus não reina, porque são culpadas de pecados e vergadas ao jugo do demônio!... Pedimos que todas as almas aceitem o reino de Deus e sejam, por sua docilidade, admitidas a reinar um dia com êle na glória.

III. *Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu* — Por estas palavras, pedimos que os homens cumpram na terra a vontade de Deus com tanto zêlo e amor como os anjos a cumprem no céu. — Ora, fazer a vontade de Deus, é obedecer à sua lei, e submeter-se à ordem da sua Providência, sofrendo com paciência as provações e adversidades. Que espetáculo apresentaria a terra, que doce imagem do céu não seria ela, se a vontade de Deus se cumprisse sem restrição nem reserva!...

Mas, mesmo nas almas mais fiéis, quanto falta para que esta vontade seja feita em tudo!...

Tomando interêsse na glória de Deus, chamamos assim a sua atenção para nossas necessidades, e pensamos no que precisamos: é o objeto de *quatro pedidos.*

IV. *O pão nosso de cada dia nos dai hoje.* — Por estas palavras, pedimos a Deus o que necessitamos, todos os dias, para a vida do corpo e da alma... Só falamos do presente "hoje", porque Nosso Senhor não quer que

nos importemos com o dia seguinte: "Cada dia traz seus afazeres e seus cuidados", e ainda porque êle quer que rezemos todos os dias. Quanto à vida do corpo, só pedimos o que é indispensável, o pão; mas podemos entender também com isto: comida, roupa, morada. "O homem não vive sòmente de pão", disse Jesús Cristo; possue alma que vive da verdade, da palavra de Deus, Portanto, devemos pensar também naquilo que precisamos para a vida da nossa alma: seu pão de cada dia, isto é, a graça de Deus, a verdade, e principalmente o pão por excelência, que lhe dá a vida: a santíssima Eucaristia, pão *de cada dia.*

V. *Perdoai-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores.* — Por estas palavras, rogamos a Deus nos conceda o perdão dos nosos pecados e a graça de uma sincera penitência. Com efeito, infelizmente, cada dia somos pecadores, e o próprio justo, disse o Espírito Santo, comete o pecado sete vezes no dia. Portanto, é diariamente que convém implorar a misericórdia divina. — Nosso Senhor, porém, a êste pedido acrescentou uma lição de indulgência: quer que perdoemos aos que nos ofenderam, e esta nossa indulgência para com os outros será a condição do nosso próprio perdão. Condenar-se-ia a si próprio, quem tivesse no coração algum sentimento de ódio enquanto vai pedindo a Deus que lhe perdoe como êle mesmo perdoa.

VI. *Não nos deixeis cair em tentação.* — Com estas palavras, rogamos a Deus que afaste de nós as tentações, ou quando menos, não nos deixe cair. A tentação, são as más inspirações que podem vir, ora do demônio, ora do mundo, ou de nós mesmos. São ainda as provações e adversidades que a Deus apraz mandar-nos. Não podemos esperar ficar livres de qualquer tentação: ela, com efeito, é necessária para acrisolar a nossa virtude e fazer-nos ganhar méritos. Pedimos pelo menos a Deus a graça de resistirmos à tentação; a esta oração, contudo, devemos

unir a vigilância para não ficarmos expostos voluntariamente às setas do inimigo.

VII. *Mas livrai-nos do mal.* — O mal, em geral, é tudo quanto é ruim ou penoso. Pedimos a Deus nos livre de qualquer mal: do mal que nos podia acometer o corpo, como sofrimento, doença, reveses, perda dos bens ou de pessoas estremecidas; e ainda do mal muito mais terrível que assola nossa alma, as ciladas do demônio, inclinações perversas, o pecado e suas tristes consequências: as penas neste mundo e o inferno na eternidade.

Quanta razão não tínhamos em dizer que a oração dominical, numa fórmula certa e precisa, contém tudo o que podemos pedir de melhor! A última palavra *Amém* é um desejo que aprova, confirma e renova o conjunto dêstes pedidos. Sim, meus Deus, assim seja!

CONCLUSÃO PRÁTICA

Para auferirmos da recitação da oração dominical todos os frutos que podemos esperar e nos prometeu Jesús Cristo, é mister reagir contra o costume, o hábito chamado rotina, pela qual muitas vezes vamos rezando esta belíssima oração sem piedade, sem reflexão. Um *Padre nosso,* bem rezado, vale por si só, longas fórmulas. "Estudai e meditai as orações todas, diz santo Agostinho; não encontrareis nenhuma, creio, que não se ache na oração do Senhor".

Acostumemo-nos a recitar a oração dominical atenta e pausadamente, pensando em cada palavra que estamos pronunciando. Cuidemos especialmente em ter no coração a confiança de um filho que fala com seu Pai. Finalmente, seja esta oração o nosso remédio em todas as necessidades, nas tentações e nas penas: "*Seja feita a vossa vontade!... Não nos deixeis cair!... Livrai-nos do mal...*

§ III. — Saudação angélica.

Origem desta oração. — Explicação sumária das palavras da saudação angélica.

242. — *Dai a canhecer a origem da oração chamada saudação angélica.*

R. — *A saudação angélica consta de 3 partes cuja origem são as palavras do anjo Gabriel a Maria, as de santa Isabel a Maria e as que compôs a Igreja.*

Esta oração, dirigida a Nossa Senhora, não tem, como a oração dominical, Jesús Cristo como autor. Não

se acha, tão pouco, integralmente no Evangelho; no entanto, tem origem muito nobre, e por sua importância, merece lugar imediato depois do Padre Nosso. Consta de três partes, as três de origem diversa.

A primeira parte é formada com as palavras que o anjo Gabriel dirigiu a Maria, quando veio participar-lhe o mistério da Incarnação: *Ave, Maria,* disse êle, *cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres* (*S. Lucas,* I, 28).

"Ave, Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres."

A segunda parte consta das palavras que santa Isabel, mãe de são João Batista, disse à Virgem Maria, sua parente, quando esta a veio visitar em Hebrão. Isabel repetiu, depois do anjo: *Bendita sois vós entre as mulheres,* e continuou: *E bendito é o fruto do vosso ventre* (*S. Luc.,* I, 42).

A terceira parte foi composta muito mais tarde e acrescentada pela Igreja ao texto da saudação angélica. Era no concílio de Éfeso (431). Acabavam os Padres

do concílio de proclamar contra o herege Nestório que a santíssima Virgem podia e devia ser chamada verdadeimente *Mãe de Deus*. São Cirilo de Alexandria, que tinha sido a alma do concílio, depois da definição solene, se pôs de joelhos e disse perante a assembléia: *Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora da nossa morte.* Esta curta invocação pareceu tão bela que o papa Celestino I.º a acrescentou às precedentes palavras, e assim foi completada a saudação angélica.

243. — *Explicai brevemente o sentido das palavras da Ave Maria.*

A primeira, *Ave,* eu vos saúdo, é têrmo de respeito usado pelo próprio anjo Gabriel. Ora, devemos à santíssima Virgem respeito muito profundo porque é Mãe de Deus, raínha dos anjos e dos homens e a mais santa de todas as criaturas.

Maria é o nome da santíssima Virgem, e significa a um tempo, *oceano de amargura, estrêla do mar, iluminadora.* Ora, Maria é isto tudo: sua vida foi repassada de tantas provas e dores que bem se pode comparar com as águas amargas do oceano. Em boa hora também foi chamada *estrêla do mar,* poi s brilhou na escuridão, espancando as trevas, como um raio de esperança, a anunciar Jesús Cristo, verdadeira luz; e, no mesmo sentido, nós a chamamos a *iluminadora* do gênero humano.

Cheia de graça. — Estas palavras significam que a santíssima Virgem não recebeu a graça de Deus simplesmente como nós, senão que foi cumulada de graça, e como inundada: no seu espírito, dotado de luzes tão vivas; no seu coração, tão perfeito e tão santo; na sua alma, tão rica de todos os dons e particularmente aformoseada pelo privilégio da maternidade divina; e até no corpo, reflexo de todas as graças interiores de Maria.

O Senhor é convosco. — Estas palavras indicam que a divindade é muito particularmente unida com Maria: o Padre a trata como filha estremecida, o Filho como sua mãe, e o Espírito Santo como espôsa fiel.

Bendita sois entre as mulheres. — Por estas palavras, reconhecemos, com o anjo Gabriel, a superioridade de Maria sôbre todas as mulheres que viveram antes dela ou hão de viver depois.

Ela é com efeito a mais santa, a mais privilegiada de todas as criaturas; só ela recebeu o incomparável privilégio da imaculada Conceição, e ela só deu ao mundo um Salvador. Enquanto Eva transmitiu a seus filhos a vergonha e o pecado, Maria nos comunica a salvação e a vida.

E bendito é o fruto do vosso ventre, Jesús. — Indicamos com estas palavras que a maior glória da santíssima Virgem dimana d'Aquele que é verdadeiramente seu Filho segundo a carne e possue *por natureza,* e não já como Maria *por privilégio,* todas as bênçãos: com efeito, não só possue o poder, a santidade, a glória, como também é abençoado, glorificado por seu Pai, pelos anjos, por todos os homens.

Santa Maria, Mãe de Deus. — Estas palavras lembram a um tempo a santidade de Maria e sua maternidade divina, e têm por fim despertar em nosso coração sentimentos de confiança em qualquer momento, para lhe dirigirmos ardentes súplicas.

Sendo santíssima, sendo Mãe de Deus por escolha divina, feita mãe nossa pela participação que tomou em nossa redenção e a palavra eficaz e poderosa que Jesús pronunciou no Calvário, confiando-nos à sua maternal ternura: "Eis vosso filho"; porventura poderia Nossa Senhora fechar os ouvidos e o coração ao grito da nossa miséria?

Rogai por nós pecadores. — É o único rogo que dirigimos a Nossa Senhora, sem pormenorizar os desejos ou as precisões.

Ah! é porque ela os conhece melhor que nós. Qualquer mãe adivinha as necessidades do filho, e a mãe de um Deus sabe tudo quanto precisam seus filhos adotivos. Nós nos limitamos, portanto, em lembrar a ela que somos pecadores: é êste com certeza o mais eloquente apêlo para sua compaixão e caridade.

Agora. — Esta palavra indica a necessidade de socorro para a hora presente; a todo o instante da nossa vida, andamos em alguma necessidade particular; agora, é o momento atual do perigo, da luta ou da prova; é também o tempo oportuno para a misericórdia do Filho e o poder da Mãe.

E na hora da nossa morte. — Outra hora, contudo, mais assombrosa e temível, há de vir: será o momento do último e decisivo assalto do demônio, hora esta que há de terminar nossa sorte eterna, deixando-nos para sempre no amor ou na inimizade de Deus; hora, portanto, na qual será mais urgente ter Maria como advogada e amparo. É porisso que lhe pedimos, junto com o auxílio para a hora presente, assistência especial para a hora imprevista da nossa morte. *Amém.* Assim seja! É desejo meu, ó Maria!

CONCLUSÃO PRÁTICA

Com as palavras da *Saudação angélica,* a Igreja compôs duas orações que muito nos incita a rezar: orações fáceis e enriquecidas de numerosas indulgências.

A primeira é o *têrço* ou o *rosário.* O têrço consta do *símbolo dos apóstolos,* de um *Padre Nosso,* de três *Ave Marias...* após as quais se rezam cincoenta *Ave Marias...* permeiando, entre todas as dezenas o *Glória Patri...* e um *Padre Nosso...* — O *rosário* se compõe de três têrços, ou de quinze dezenas que rezam meditando durante cada dezena sôbre um dos quinze mistérios da nossa redenção: *mistérios gozosos*: 1.º Incarnação; 2.º Visitação; 3.º Natividade de Nosso Senhor; 4.º Presentação ao Templo; 5.º Jesús achado no templo.

Mistérios delorosos: 6.º Jesús no horto das Oliveiras; 7.º Flagelação; 8.º Jesús coroado de espinhos; 9.º Jesús levando a cruz ao Calvário; 10.º Jesús crucificado.

Mistérios gloriosos: 11.º Ressurreição; 12.º Ascensão; 13.º Descida do Espírito Santo; 14.º Assunção de Nossa Senhora; 15.º Maria coroada rainha do céu e da terra.

Para lucrar as *indulgências do têrço,* é preciso usar de têrço indulgenciado por alguém que tenha poder para isso, e para lucrar as do *rosário* acresce ainda meditar sôbre os mistérios e ser afiliado à *confraria do Rosário.*

A segunda oração aconselhada pela Igreja é o *Anjo do Senhor,* que se reza três vezes ao dia, ao tocar do sino, de manhã, ao meio-dia e de noite. Essa bela oração é oriunda dos tempos das Cruzadas, e hoje em dia, foi aceita como lema e divisa pela *Aliança católica;* lembra-nos o mistério da Incarnação. Eis a fórmula:

O Anjo do Senhor anunciou a Maria.

E ela concebeu do Espírito Santo.

Ave, Maria, cheia de graça.

Eis aquí a escrava do Senhor:

Faça-se em mim segundo a vossa palavra.

Ave, Maria, cheia de graça.

E o Verbo se fez homem.

E habitou entre nós.

Ave, Maria, cheia de graça.

Rogai por nós, santa Mãe de Deus.

Para que sejamos dignos das promessas de Cristo.

OREMOS

Infundí, Senhor, como vos pedimos, a vossa graça em nossa alma, para que nós, que pela anunciação do anjo viemos ao conhecimento da incarnação de Jesús Cristo, vosso Filho, pela sua paixão e morte, sejamos conduzidos à gloria da ressurreição. Pelo mesmo Jesús Cristo Nosso Senhor. Assim seja.

Angelus Dómini nuntiávit Mariae.

Et concépit de Spíritu sancto.

Ave María, etc.

Ecce ancílla Dómini.

Fiat mihi secúndum verbum tuum.

Ave María, etc.

Et Verbum caro factum est.

Et habitávit in nobis.

Ave María, etc.

Ora pro nobis, sancta Dei Génitrix.

Ut digni efficiámur promissiónibus Christi.

OREMUS

Grátiam tuam, quaesumus, Dómine, méntibus nostris infúnde, ut qui, Ângelo nuntiánte Christi Fílii tui Incarnatiónem cognóvimus, per Passiónem ejus et Crucem ad Resurrectiónis glóriam perducámur. Per eúmdem Christum Dóminum nostrum. Amen.

OS SACRAMENTOS

NOTA: — Logo após cada pergunta, as primeiras linhas em grifo podem ser decoradas e recitadas pelos alunos.

INTRODUÇÃO

Os sacramentos em geral.

Noção do sacramento. — Utilidade. — Divisão do assunto.

244. — *Donde vem o nome de sacramento, e qual é, na religião, a utilidade do sacramento?*

R.—*A palavra sacramento vem do latim sacramentum, formando-se esta do vocábulo sacer, que quer dizer santo ou sagrado. Designa os ritos ou cerimônias de todas as religiões.*

A utilidade do sacramento, ou sinal exterior, é impressionar os sentidos e dirigir-se à natureza sensível para elevar as almas até as cousas invisíveis e espirituais.

Em geral, emprega-se a palavra *sacramento,* na Escritura sagrada e também nos autores profanos, para exprimir cousa religiosa e santa, e muitas vezes para designar um sinal exterior, destinado a produzir alguma santidade. — Em todas as religiões, encontram-se, de fato, certos ritos e cerimônias cujo fim é santificar o homem, purificá-lo das suas faltas, e estreitar mais suas relações com Deus. No sentido lato, podem estas cerimônias denominar-se sacramentos.

As religiões pagãs não descuidaram estes meios exteriores: a água lustral, os sacrifícios, as cerimônias do culto eram seus sacramentos.

Neste sentido geral, como acabamos de explicar, houve também na religião primitiva do povo de Deus, e mais tarde, na religião mosaica, umas espécies de sacra-

mentos: a árvore da vida no Paraíso terrestre, a circuncisão prescrita a Abraão e aos patriarcas como sinal da aliança com Deus, e, depois de Moisés, o cordeiro pascal e os sacrifícios da lei judaica, podem ser considerados como ritos sacramentais notando-se, no entanto, que o efeito produzido nas almas era proporcionado tão sòmente à fé, ao arrependimento e às disposições dos que usassem dêstes meios instituídos pelo próprio Deus.

Muito diferentes são os sacramentos da nova lei, dos quais passamos a tratar. Para os estudarmos com método e proveito, primeiro, nesta lição preliminar ou *introdução,* daremos a conhecer os sacramentos em geral e para isso: 1.° explicaremos a *noção;* 2.° indicaremos os *efeitos;* 3.° veremos o que se há de entender pelas expressões: *ministro, sujeito e cerimônias* do sacramento. Concluiremos estes detalhes preliminares dando algumas noções sôbre os *sacramentais.* Logo, encetaremos o estudo, mais profícuo então, de cada sacramento em particular.

§ I. — Noção geral dos sacramentos da lei nova.

Definição. — Elementos necessários: 1.° sinal sensível; 2.° instituição divina; 3.° graça santificante. — Os sete sacramentos: razão de sua existência. — Sua necessidade.

245. — *Que é sacramento na lei nova?*

R. — *Sacramento, na lei nova ou evangélica, é um sinal sensível instituído por Nosso Senhor Jesús Cristo, para produzir a graça em nossas almas e santificar-nos.*

Nós o chamamos *sinal,* porque é destinado, quer por natureza, quer por convenção, a indicar cousa invisível diferente da que se vê; *sensível,* porque é percebido por nossos sentidos: olhar, ouvido, tato. Ora, o sinal sensível do sacramento indica a *graça,* agente misterioso e invisível de Deus, e isto por uma relação de semelhança entre o sinal e a cousa significada: assim, por exemplo, a água

do batismo significa a purificação interior da alma. Mas é evidente que a graça invisível não pode ser ligada a estes sinais sensíveis, a não ser pela vontade expressa de Jesús Cristo: por si mesmos, são absolutamente incapazes de produzir efeito tão extraordinário; só a vontade sapientíssima e todo poderosa de Deus pode fazer tal maravilha.

246. — *Quantas cousas devem concorrer para constituir verdadeiro sacramento?*

R. — *Segundo a própria definição são três os requisitos; deve haver: 1.º sinal sensível, com matéria e forma; 2.º instituição divina; 3.º o poder de produzir a graça santificante.*

1.º É preciso haver *sinal* sensível. Ora, o sinal sensível consta de duas partes igualmente essenciais, sendo uma chamada *matéria:* é o elemento material e sensível que se emprega, por exemplo: água, óleo, pão... ; — a outra chama-se *forma* e consiste nas palavras que pronuncia o ministro enquanto aplica a matéria.

2.º O sacramento exige *instituição divina,* isto é, deve ter sido estabelecido pessoalmente por Nosso Senhor Jesús Cristo, durante o tempo que passou na terra, antes da sua Ascensão gloriosa. Só êle, com efeito, tinha o poder de ligar a um rito qualquer o dom divino da sua graça. Não confiou à sua Igreja a instituição dos sacramentos: êle mesmo quís estabelecê-los e legou-os à Igreja como ritos permanentes, dos quais ela havia de ser depositária e guarda, gozando da faculdade de realçá-los com cerimônias, não de modificá-los na substância.

3.º Enfim, o sacramento deve ter a virtude de produzir a *graça santificante,* isto é, de distribuir-nos os efeitos e méritos da redenção que Nosso Senhor Jesús Cristo, na cruz, ofereceu por nós. E esta graça, os

sacramentos comunicam-na por virtude própria, e não sòmente conforme as disposições de quem os recebe.

247. — *Há quantos sacramentos?*

R. — *Há sete: batismo, confirmação, penitência, eucaristia, extrema unção, ordem e matrimônio.*

Encontramos nos livros do Novo Testamento a instituição de cada um dêles, como teremos ensêjo de verificar na explicação pormenorizada. Porquanto, sempre foram admitidos na Igreja; as seitas heréticas dos primeiros séculos, — Arianos, Eutiquianos, Macedonianos, Nestorianos, — os conservaram. Hoje em dia, encontram-se ainda entre os Gregos cismáticos, e foram os protestantes do século XVI que primeiro rejeitaram vários dêles. O concílio tridentino manteve a fé católica neste decreto: "Se alguém disser que os sacramentos da lei nova não foram instituídos todos por Nosso Senhor Jesús Cristo, seja êle anatematizado!" E continua: "Se alguém pretender que os sacramentos são mais que sete ou menos... ou algum dêstes não é verdadeiramente e propriamente sacramento, contra êle pronunciamos o anátema" (*Sess.* VII, can. I e IV).

Ainda que o número e a escolha dos *sete sacramentos* sejam efeito da pura vontade de Jesús Cristo, é fácil contudo, descobrir alí a obra de uma sabedoria profunda. De fato, os sete sacramentos reunidos são necessários e bastam para a vida, conservação e prosperidade espiritual quer do corpo inteiro da Igreja, quer de cada membro em particular.

Para o entender, notemos com S. Tomaz de Aquino, que há grande analogia, e muito real, entre a ordem espiritual e a ordem natural. Ora, aperfeiçoa-se a vida do homem de duas maneiras: na sua personalidade e no seu estado social. — Na ordem natural, para o aperfeiçoamento pessoal, é preciso: 1.º *nascer;* 2.º *fortificar-se;*

3.º *alimentar-se;* 4.º caso aconteça alguma doença *curar-se;* 5.º quando chegarem os achaques da velhice, o descalabro físico, *refazer-se* com iguarias fortificantes; — para o aperfeiçoamento moral, carece a humanidade: 6.º de *autoridades* para governar; 7.º de *meios de propagação* para ela perpetuar-se.

Igualmente, temos na ordem sobrenatural: 1.º nascimento, é o *batismo;* 2.º desenvolvimento, é a *confirmação;* 3.º alimento, a *eucaristia;* 4.º remédio contra as doenças da alma, a *penitência;* 5.º restabelecimento na fôrça da saúde primitiva, é a *extrema unção.* Depois: 6.º a sociedade religiosa estabelece uma autoridade para governar, pelo sacramento da *ordem,* e 7.º a propagação do povo fiel faz-se pelo *matrimônio.*

Reparemos ainda que os sete sacramentos são outros tantos socorros dispostos ao longo do caminho da vida para a infância, a juventude, a idade madura e a velhice: para as duas principais carreiras que se oferecem: sacerdócio e casamento; e mais, que os dois sacramentos cuja precisão é mais urgente e mais repetida, penitência e eucaristia, têm justamente a vantagem de poderem renovar-se mais amiúde.

248. — *Serão os sete sacramentos igualmente necessários a todos os fiéis?*

R. — *Há dois sacramentos necessários de necessidade de meio: o batismo e a penitência; três são necessários por preceito: a confirmação, a eucaristia e a extrema unção; enfim, a ordem e o matrimônio são de escolha livre.*

Em geral, os sacramentos são necessários à salvação porque Jesús Cristo os estabeleceu para comunicar a graça, e não alcançamos ordinariamente êste socorro indispensável senão pelos sacramentos quando é possível

recebê-los. Todavia, os sete sacramentos não são necessários para todos. Há dois sacramentos necessários de *necessidade de meio*, isto é, sem os quais a salvação pode ser impossível, o *batismo* para todos, e a *penitência* para os que pecaram mortalmente depois do batismo. Outros são necessários de *necessidade de preceito*, isto é, há um mandamento que nos obriga a recebê-los em tempos e circunstâncias determinadas, e logo, há pecado para quem, então, não os recebe; são a *confirmação, eucaristia,* e *extrema-unção.* Enfim, os dois outros sacramentos, *ordem* e *matrimônio* são de escolha livre.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"É o próprio Jesús Cristo que quer reconfortar-nos, em nossa romaria terrena, por meio dos sacramentos: que crime não será, pois, menosprezar os dons da sua graça e do seu amor... Ao longo das estradas, ergueram-se hospedarias para que os viajantes pudessem descansar, esquecer as fadigas da jornada e refocilar-se. Pois bem! Jesús Cristo não sòmente estabeleceu hospedarias; êle próprio é o amigo, o dono que a todo o instante, com toda a lhaneza, todo o afeto está nos convidando: Vinde a mim, diz êle, vós todos que estais cansados, para vos restaurar, reconfortar-vos em vossa peregrinação; vinde buscar o consôlo e as graças que vos quero dispensar, derramando a torrentes em vossa alma as águas da vida (*S. João Crisóstomo*).

"Se alguém disser que os sacramentos não são necessários à salvação, que são supérfluos; que sem êles ou o desejo de recebê-los, os homens podem, unicamente com a fé, alcançar a graça da justificação... seja êle anatematizado!" (*Concílio de Trento,* sess., VII, IV).

§ II. — Efeitos dos sacramentos.

Três efeitos diferentes: 1.° graça santificante; 2.° graça sacramental; 3.° caráter. — Como produzem efeito os sacramentos.

249. — *Quais são os efeitos dos sacramentos?*

R. — *São três os efeitos dos sacramentos: graça santificante, uma graça especial denominada sacramental, e para alguns sacramentos, o caráter.*

I. *Graça santificante.* — Todos os sacramentos a comunicam, mas não é sempre a mesma. Distinguem-se, com efeito, a *primeira* graça e a *segunda* graça. A graça santificante primeira é a que é dada aos homens ainda maculados pelo pecado mortal, e os torna justos e santos. É chamada também graça de *justificação.* Dois sacramentos sòmente comunicam-na de ordinário: *batismo* e *penitência,* e por esta razão apelidam-se sacramentos dos mortos, pois nos trazem da morte do pecado para a vida da graça.

A graça santificante segunda, ou aumento de graça, é a que é dada aos homens já santos e justos para enriquecer seu tesouro espiritual, dar incremento novo à sua santidade, e valer-lhes recompensa maior. Os cinco outros sacramentos: *confirmação, eucaristia, extrema-unção, ordem* e *matrimônio* comunicam ordinariamente esta segunda graça e, por serem administrados aos que já possuem a vida da graça, são chamados sacramentos *dos vivos.*

II. Afora esta graça santificante, todos os sacramentos nos dão *graça sacramental,* ou graça especial, própria de cada um dêles e que não se encontra nos outros. Esta graça sacramental vem expressa na definição de cada sacramento. Mas em que consiste? É um direito de receber, sempre que precisamos, graças atuais análogas ao fim do sacramento. Assim, no batismo, será um socorro para conservarmos a inocência batismal; na confirmação, a facilidade para vivermos como perfeitos cristãos, etc.

III. O *caráter.* — Entende-se por esta palavra uma marca espiritual impressa na alma, sinal indelével que impede a segunda recepção dêstes sacramentos. São três os sacramentos imprimindo na alma êste sinal indestrutível: *batismo, confirmação* e *ordem.*

Êste caráter, reza o catecismo do concílio de Trento, produz dois efeitos: um é tornar-nos aptos a receber ou

cumprir certas cousas na ordem da religião; o outro, é diferenciar os que receberam um sacramento imprimindo-lhes o caráter.

No batismo, por exemplo, que é *nascimento espiritual,* recebe-se o caráter ou distintivo de filho de Deus, membro da grande família cristã, com o direito de participação aos bens que Deus e a Igreja concedem a seus filhos.

Na *confirmação,* que é *armamento espiritual* recebe-se o caráter ou distintivo de soldado de Cristo com a fôrça, de combater e sofrer por sua causa.

Na *ordem,* que é *consagração* espiritual, o ordinando recebe o caráter ou distintivo de ministro de Cristo; dêste modo, é constituído chefe na ordem religiosa, com poder de exercer certas funções.

Invisível aos homens na terra, já visível porém aos olhos de Deus e dos anjos, e mais tarde, depois da ressurreição, muito aparente para todos os olhares, o caráter, há de eternamente discriminar os batizados, os crismados, e os que tiverem sido consagrados pela unção santa. No céu transformar-se-á em sinal de honra e glória; e no inferno, para castigo de quem assim o houver merecido, tornar-se-á sinal de ignomínia e vergonha eterna.

250. — *Como produzem os sacramentos os seus efeitos?*

R. — *Os sacramentos produzem seus efeitos por fôrça própria. Por outra, os sacramentos atuam por si mesmos, sejam quais forem as disposições do ministro, conquànto, unicamente, aquele que os recebe não ponha obstáculo à sua eficácia.*

A vontade todo poderosa de Jesús Cristo ligou, pois, a graça ao sinal sensível dos sacramentos; logo, atuam necessariamente, quais elementos naturais como o fogo e a água, um tendo de consumir a lenha, outro de apagar as labaredas... A razão disto, é que o próprio Jesús

Cristo está operando pela mediação do ministro e por meio do sinal sensível, ao qual comunica plena eficácia.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Quantos doentes não vão tomar águas, todos os anos, na estação propícia! Fazem longas viagens, gastam quantias avultadas para se livrar de alguma enfermidade corporal. E nem todos voltam curados! As águas ainda mais benfazejas não possuem esta virtude todo poderosa... Agora, se a questão fôr das doenças da alma, os homens parecem ignorar ou esquecer que, pertinho, ao alcance, sem incômodo nem gasto algum, há um manancial perene de graças que curam infalivelmente todos os que a êle se chegam com as disposições convenientes.

A Igreja católica possue, na realidade, esta fonte abastada que o Profeta anuncia, sempre aberta para todos os habitantes de Jerusalém. Não é senão o lado traspassado de Cristo donde jorraram os sete sacramentos. Vamos, jubilosos, abastecer-nos a estas fontes benditas... Lá está a cura, a saúde, a vida!...

§ III. — Ministro, sujeito, cerimônias dos sacramentos.

Ministro: ordinário, extraordinário. — Condições requeridas. — Sujeito do sacramento: disposições requeridas: 1.º para a validade; 2.º para a eficácia do sacramento. — Várias recepções. — Cerimônias.

251. — *Que é o ministro de um sacramento?*

R. — *Ministro de um sacramento é a pessoa que confere êste sacramento.*

A matéria e a forma, com efeito, não bastam para haver sacramento; para unir a forma à matéria, é necessária ainda a intervenção e ação legítima de alguém. "Os sacramentos, diz o Papa Eugênio IV, num decreto destinado aos Armênios, se dão pela reunião de três elementos: as cousas, que são como que a matéria; as palavras, que são como que a forma; e a pessoa do *ministro,* que confere o sacramento com intenção de fazer o que faz a Igreja.

Distinguem-se o ministro *ordinário* e o ministro *extraordinário.* — Ministro ordinário do sacramento é

quem o pode conferir em virtude do seu poder habitual ou do seu título; ministro extraordinário é quem o confere, por exceção, por motivo de necessidade, ou por delegação especial.

Seja quem fôr, o ministro deve ter intenção de fazer o que faz a Igreja, isto é, de cumprir o rito usado na Igreja. Para a *validade,* isto é, para o sacramento ser realmente dado e produzir efeitos, esta intenção é o único requisito por parte do ministro; a santidade, e mesmo a fé não são necessárias para a administração válida dos sacramentos. — Sem dúvida, o sacramento é uma cousa santa e o ministro que, fora o caso de necessidade, o conferisse quando em estado de pecado mortal, cometia falta grave e sacrilégio; mas, embora nestas condições haja culpa para o ministro, nada perde no entanto o valor do sacramento. Quer de ouro, quer de chumbo ou de barro, sempre o canal derrama e distribue integralmente tôda a água que recebe. Assim o quís Deus, para que os fiéis fiquem sempre certos da eficácia dos sacramentos que recebem.

252. — *Que é sujeito do sacramento?*

R. — *Sujeito é a pessoa humana que recebe o sacramento achando-se nas condições de uma recepção eficaz.*

Regra geral, para ser sujeito apto à recepção de um sacramento, o ser humano precisa ter vida. Quanto ao batismo, nada mais é requerido; para os outros sacramentos, é preciso ter sido batizado previamente.

Unicamente os doentes em perigo de morte podem ser sujeitos aptos para o sacramento de extrema-unção; as mulheres são absolutamente incapazes de receberem o sacramento da ordem. Enfim, quem já recebeu um sacramento imprimindo caráter é incapaz de o receber de novo.

Se por parte do sacramento o efeito é necessário e não pode falhar, o mesmo não se dá por parte do *sujeito:* os efeitos do sacramento dependem da aptidão e das disposições. Estas são de duas qualidades: umas necessárias *para a validade* do sacramento; outras *para os frutos* do sacramento e a produção da graça.

I. *Para a validade do sacramento,* as condições nos adultos, isto é, naqueles que têm a idade e uso da razão, são as seguintes: 1.° a *intenção* de receber o sacramento; 2.° o *caráter batismal* tratando-se dos sacramentos que devem seguir-se ao batismo; e 3.° as condições de *aptidão* acima aduzidas para certos sacramentos.

II. *Para os frutos,* as disposições necessárias variam segundo os sacramentos: havemos de explicá-las quando falarmos de cada sacramento em particular. Por ora, seja dito sòmente que em geral, para os *sacramentos dos mortos,* cumpre ter fé, esperança, contrição e princípio de amor de Deus; além disso, para os *sacramentos dos vivos,* o estado de graça.

Daquilo que fica exposto resulta que, conforme as disposições do sujeito, a recepção do sacramento poderá ser: *válida* — *inválida* ou *nula,* — *frutuosa* ou *eficaz,* — *infrutuosa* ou *ineficaz,* — *sacrílega.*

A recepção é *válida* quando o sujeito: 1.° é apto, e 2.° tem intenção ou quer receber o sacramento. A recepção é *inválida* ou *nula* quando o sujeito não é apto, não tem intenção, ou lhe faltam disposições essenciais, como por exemplo, contrição, no sacramento de penitência.

A recepção é *frutuosa* quando, além de ser válida, é também eficaz, isto é, produz na alma todos os seus frutos. É o que se dá quando o sujeito tem aptidão, intenção e todos os mais requisitos.

A recepção é *ineficaz,* quando sendo válida, fica infrutuosa porque o sujeito não tem as necessárias disposições. Recebendo-se em tais condições os sacramentos

de batismo, confirmação e ordem, e até os de extrema-unção e matrimônio, o sacramento seria válido, porém sem frutos. No entanto, quem entrasse nas disposições necessárias, podia auferir ainda todos êstes frutos sem ter para isso de receber outra vez o sacramento.

Enfim, a recepção é *sacrílega,* isto é, deturpada por falta grave e caráter especial de profanação, quando houve descuido voluntário de alguma das disposições essenciais para boa recepção do sacramento. Uma recepção sacrílega é sempre infrutuosa; a recíproca, porém, não é verdadeira: toda a recepção infrutuosa não é porisso sacrílega.

253. — *Que se chama cerimônias dos sacramentos?*

R. — *Chamam-se cerimônias dos sacramentos certos atos exteriores de religião que precedem, acompanham ou seguem a administração dos sacramentos.*

Dentre as cerimônias, umas têm sido instituídas por Jesús Cristo, outras pelos apóstolos, algumas pela Igreja.

São adornos sagrados e simbólicos, com que rodearam os sacramentos para os administrar com mais dignidade e respeito. São destinadas também a impressionar mais o olhar e o espírito dos fiéis, e instruí-los: 1.º das *disposições* necessárias para bem receber os sacramentos; 2.º dos *efeitos* que produzem na alma; 3.º das *obrigações* que impõem a quem os recebe.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Os fiéis devem acostumar-se a considerar no *ministro* dos sacramentos, não o homem exposto às imperfeições da natureza humana, mas sim, como diz são Paulo, "o representante e delegado de Deus e dispensador dos seus mistérios" (I, *Cor.*, IV, 1).

É de suma importância para o cristão, bem conhecer primeiro as *disposições necessárias* para a recepção frutuosa dos sacramentos, e depois, esforçar-se por adquirí-las quando chegou a hora de receber êste ou aquele sacramento em particular. De outro modo,

o remédio muda-se em veneno: em vez de encontrar graça e vida, bebe-se alí o pecado e a morte.

Enfim, as *cerimônias* dos nossos sacramentos são por si mesmas ensino precioso. Poderemos apreciar muito melhor estas finezas admiráveis do amor de Jesús Cristo, — os sacramentos, — se conhecermos o significado misterioso das cerimônias que são o seu como invólucro exterior.

§ IV. — Sacramentais.

Definição. — Os seis principais sacramentais: 1.° oração pública; 2.° água benta; 3.° pão bento; 4.° confissão geral dos pecados; 5.° esmola; 6.° bênçãos.

254. — *Que são sacramentais?*

R. — *Sacramentais são certas práticas exteriores de religião, tendo alguma analogia com os sacramentos, se bem que não sejam verdadeiros sacramentos.*

Geralmente, constam de *sinal sensível* e indicam a ação invisível de Deus e da sua graça em nossas almas; mas falta-lhes um ou outro dos caracteres essenciais que constituem o sacramento, isto é, a *instituição divina* ou a *produção* da graça. As mais das vezes, não foram estas práticas estabelecidas por Nosso Senhor Jesús Cristo, mas sim pela Igreja. Sobretudo, não podem, por si mesmas, comunicar a graça santificante; não têm a virtude de produzir a graça primeira, que faz justo o pecador. Verdade é que podem alcançar o perdão das faltas veniais e o aumento de graça santificante; porém, é só por causa das disposições de fé e piedade de quem os usa, ou porque a Igreja pediu para êles graças de conversão e salvação. Vai, portanto, diferença essencial entre sacramentos e simples sacramentais.

255. — *Quais são os principais sacramentais?*

R. — *Podem-se reduzir a seis classes: 1.° oração pública; 2.° água benta; 3.° pão bento, e mais objetos santificados pelas orações da Igreja; 4.° confissão geral dos pecados; 5.° esmola; 6.° bênçãos.*

Oração pública. — Por estas palavras, entendem-se mais especialmente as orações feitas num templo bento e sobretudo consagrado. Quando feitas em nome da Igreja, em união com ela, como a missa, as vésperas, etc., têm maior eficácia que as orações feitas em casa ou em particular.

II. *Água benta.* — O uso da água benta é antiguíssimo: foi instituído pela Igreja desde o tempo dos apóstolos, ou antes, a Igreja tomou êste uso, modificando-o, do costume que tinham os Judeus de se purificarem entrando no templo, e também os pagãos de empregarem nos sacrifícios a água lustral como meio de purificação. O sacerdote, para a bênção desta água, emprega sal e água natural; benze e exorciza estes dois elementos para livrá-los do império do demônio, e pede que os que usaram dêles assim purificados, alí encontrem salvação e proteção. É próprio da água lavar; do sal, preservar da corrupção; mistos e bentos, o sal e a água purificam as nossas almas e as conservam; porisso é que a água benta colocada na entrada das igrejas, derramada nos fiéis pela cerimônia da aspersão, conservada nas moradas, é arma contra o demônio e salvaguarda para os cristãos.

Outro tanto diremos das *cinzas,* dos *ramos,* das *velas bentas,* etc.

III. *Pão bento.* — A sua instituição remonta aos tempos apostólicos; é sinal de união e fraternidade entre os membros da grande família cristã. O pão bento por excelência é a divina Eucaristia; os primeiros cristãos tomavam amiúde êste santo alimento. Mais ainda, nas refeições de caridade denominadas ágapes, dividiam entre si o pão apresentado no altar, no momento do ofertório, e que não tinha sido consagrado por causa da grande quantidade, tendo recebido, contudo, a bênção da Igreja. Mais tarde, veio a ser uma espécie de suplemento à comunhão quando esta se fez mais rara. — Fica sendo

sinal da fraternidade; o sacerdote, antes de deitar-lhe água benta, pediu que quem o comesse, achasse a saúde da alma e do corpo.

IV. *Confissão dos pecados.* — Designa-se por estas palavras não a confissão sacramental, mas sim a recitação da *fórmula de confissão* geral que se reza no princípio da missa, nas completas, e também quando o sacerdote deve dar a comunhão. — O *Confíteor* rezado com sentimentos de arrependimento, torna-se um sacramental e pode alcançar-nos o perdão das faltas veniais.

V. *Esmola;* é o quinto sacramental. — Por êste nome hão de se entender não sòmente o socorro material dado ao pobre, mas em geral, todas as obras de misericórdia espiritual e corporal. Falando desta esmola, disse o Espírito Santo: "Expia os pecados e faz achar misericórdia" (*Tob.*, XII, 9). Para isto, contudo, a esmola tem de ser feita com espírito de fé e por amor de Deus.

VI. A última classe dos sacramentais abrange em geral tôdas as *bênçãos:* primeiro e acima de tôdas, a bênção do Santíssimo Sacramento, mais preciosa, pois é a própria bênção de Jesús Cristo; depois, a bênção do bispo, quer solene, quer dada em particular: convém ajoelhar para receber com mais respeito esta bênção do bispo; depois, a bênção do sacerdote, ao terminar a missa ou ao dar a comunhão. Enfim, todos os objetos bentos, *crucifixos, medalhas, escapulários,* etc., vêm a ser sacramentais: com efeito, são sinais sensíveis da proteção que Deus concede aos que usam dêstes objetos com fé e piedade.

CONCLUSÃO GERAL

Vai muita diferença, com certeza, entre a eficácia das diversas práticas de religião que acabamos de enunciar e a virtude santificante dos sacramentos: tais práticas, no entanto, merecem todo

o respeito e tôda a confiança. Os verdadeiros fiéis se valem muitas vezes destas práticas para expiar suas faltas diárias e aumentar em si a vida sobrenatural da *graça.*

Gostam especialmente de usar da *água benta;* conservam-na em suas casas para afugentar o demônio e remover desastres, tomam-na de manhã e de noite para se persignarem. Sempre com respeito repetem o mesmo sinal ao entrarem na igreja ou no oratório.

Tratam com devido acatamento e piedade o *pão bento* quando houver distribuição; conservam de um ano para outro os *ramos bentos,* considerando-os como proteção para sua pessoa e sua casa.

Quando um objeto bento não pode mais servir, o melhor meio de destruí-lo sem profanação é queimá-lo.

BATISMO

§ I. — Noções gerais do batismo.

Definição do batismo. — Instituição divina. — Sinal sensível; matéria e forma. — Necessidade do batismo.

256. — *Que é batismo?*

R. — *Batismo é um sacramento que Nosso Senhor Jesús Cristo instituiu, para nos regenerar pela graça, fazer-nos cristãos, filhos de Deus e da Igreja.*

O batismo nos torna filhos de Deus, membros da Igreja e herdeiros do céu.

Batismo (de uma palavra grega que significa *eu lavo*) é um sacramento que apaga o pecado original, dá a vida da graça, faz-nos cristãos, filhos de Deus e da Igreja.

Antes de Nosso Senhor, a água já tinha êste significado: reconheciam-lhe virtude purificadora. Deus lavara

as iniquidades do mundo no dilúvio; salvara os Hebreus através das águas do mar Vermelho, purificara Naaman no rio Jordão, preparara o povo de Israel ao batismo cristão pelo batismo da penitência, ministrado por são João Batista nas margens dêste mesmo rio.

Entre vários povos, usavam-se abluções e imersões como sinal de purificação. — Antes de Nosso Senhor, também, varias cerimônias empregavam-se para apagar a culpa original: entre os judeus, a circuncisão, a apresentação no templo; outros ritos religiosos, entre os diversos povos, representavam ou preparavam o meio expiatório estabelecido por Jesús Cristo.

257. — *Quem instituiu o sacramento do batismo?*

R. — *Foi Nosso Senhor Jesús Cristo quando, nas águas do Jordão, recebeu o batismo de são João Batista.*

Ao receber o batismo de são João Batista, nas águas do Jordão, escolheu e santificou, pelo contacto de sua carne divina, a água que havia de servir para a administração do sacramento de batismo, que estabeleceu pouco depois. É êste, pelo menos, o parecer dos doutores; apoiam-se no Evangelho em que vemos os apóstolos dar o batismo, enquanto são João Batista estava ainda vivo (*S. João,* III, 22; IV, 1). Todavia, foi só depois da sua ressurreição que o Salvador promulgou solenemente a lei do batismo, quando disse aos apóstolos: "Ide, ensinai tôdas as nações, batizando-as em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo" (*Mat.*, XXVIII, 19).

258. — *Qual é o sinal sensível do sacramento de batismo?*

R. — *O sinal sensível de um sacramento deve abranger duas cousas: matéria e forma. Matéria do batismo é a água natural, com a dos rios, das fontes, do mar, etc.*

A forma são as palavras: Eu te batizo em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo.

I. No batismo, a *matéria* necessária para a validade é água natural, isto é, pura e sem mescla alguma, tal qual Deus a criou, como água de fonte, do mar, de poço, a que provém da neve ou gêlo derretido... Porém, sâlvo o caso de impossibilidade absoluta, a água empregada é a *água batismal,* benta de modo solene para êste fim na vigília da Páscoa ou do Pentecostes. Esta bênção é diferente da que serve para preparação da água benta comum; pois o sacerdote lhe deitou algumas gotas do *óleo dos catecúmenos* e do *santo crisma.*

Em caso urgente, à míngua de água batismal, tomar-se-ia com preferência água benta; e não a havendo, seria preciso contentar-se com água natural; numa ocorrência extrema, poder-se-ia usar de matéria duvidosa, isto é, de água um tanto alterada, mas o batismo seria então condicional.

A aplicação da matéria do batismo, isto é, da água verdadeira, faz-se atualmente por *infusão* ou *ablução,* isto é, derramando-a na cabeça do batizando. Outrora, especialmente para os adultos, praticava-se a *imersão,* mergulhando a pessoa completamente na água, ou a *aspersão,* borrifando-se água nos catecúmenos. Estas duas maneiras, igualmente válidas, não são mais usadas.

II. A forma do batismo consiste nas seguintes palavras que o ministro deve pronunciar no mesmo tempo em que vai derramando a água na cabeça ou outra parte principal do corpo do batizando: "Eu te batizo em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo".

O esquecimento das palavras "Eu te batizo" ou qualquer outra alteração essencial da fórmula, tornaria o batismo inválido.

O sinal sensível do batismo, reunião da matéria e da forma, indica que a alma é lavada interiormente de

todas as suas manchas. Ao sair dêste banho misterioso em que foi mergulhada, e como que sepultada, renasce para nova vida, qual Cristo ressuscitado. "O homem velho, como fala são Paulo, o homem de pecado, desaparece, e fica o homem novo, formado na semelhança de Jesús Cristo" (*Col.*, III, 9).

259. — *Será necessário para a salvação receber o batismo?*

R. — *Sim: o batismo é absolutamente necessário para a salvação, segundo a palavra expressa do Senhor: Quem não renascer pela água e pelo Espírito Santo, não poderá entrar no reino dos céus.*

Nosso Senhor disse: "Se alguém não fôr regenerado pela água e o Espírito Santo (isto é, não fôr batizado), não poderá entrar no reino de Deus" (*S. João,* III, 5). Dalí inferimos:

1.° As *crianças* que morrem sem batismo, não podem ser salvas. Conforme as palavras acima, não irão para o céu; é permitido pensar, contudo, que também não irão ao inferno. É opinião de santo Agostinho, geralmente aceita pelos doutores e considerada como provável. Seriam colocadas num lugar intermediário, chamado *limbo,* onde não veriam a Deus, porém, nada teriam que padecer. Nestas condições, sua sorte seria, no sentir de santo Agostinho, preferível à não existência.

2.° A respeito dos *adultos,* há vários casos. Ou êstes adultos conhecem o cristianismo e a lei do batismo: então o batismo, para êles, é imprescindível para a vida eterna. Ou ainda, êstes adultos estão nas trevas da infidelidade e do paganismo, sem conhecer a lei evangélica: então, serão julgados segundo as suas obras. Deus não poderia impor-lhes a necessidade do batismo que desconhecem, e se tiverem sido fiéis aos ditames da sua conciência e da sua religião, poderão ser salvos.

Por rigorosa que seja a lei do batismo de água, pode êste sacramento ser suprido, para os adultos, de dois modos: pela *caridade perfeita,* também chamada batismo de *fogo* ou de *desejo;* e pelo *martírio,* que se denomina, às vezes, batismo de *sangue.*

A caridade perfeita pode suprir o batismo de água quando êste é impossível, e se tem desejo ardente de recebê-lo, acompanhado de verdadeiro amor de Deus e do arrependimento das faltas atuais que por ventura se cometeram. — O martírio, que consiste em dar a vida por Deus, é sinal evidente de caridade perfeita: portanto, supre o sacramento do batismo, caso haja impossibilidade de o receber e a Igreja inscreveu entre os santos vários mártires cujo único batismo tinha sido o do próprio sangue.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Por causa justamente da necessidade do batismo, escolheu Nosso Senhor para matéria do sacramento, o elemento mais comum, mais fácil de encontrar; além disso, quis conceder a qualquer pessoa o direito de batizar: logo, todos os fiéis devem saber a maneira de batizar e conhecer exatamente a forma do sacramento de batismo.

Do preceito imposto por Nosso Senhor, resulta, para os pais cristãos, a obrigação de batizar suas crianças *quanto antes*: quem diferisse de cumprir êste dever por várias semanas, sem motivos sérios, tornar-se-ia culpado de falta grave. A ausência do padrinho ou da madrinha não é razão plausível. Batizar uma criança sem as cerimônias solenes que precedem e acompanham êste sacramento, só é licito em casos urgentes. As cerimônias devem ser feitas, depois, na igreja, em tempo oportuno.

Ainda que teoricamente se deva admitir a opinião de santo Agostinho acêrca do destino das crianças falecidas sem batismo, entretanto, é preciso, na prática, considerar a privação eterna do reino dos céus como perda imensa para estes pobrezinhos, e então fazer quanto possível para não deixá-los morrer sem a graça do santo batismo, tendo esta obrigação como gravíssimo dever de conciência.

§ II. — Efeitos do batismo.

Quatro efeitos principais: 1.º O batismo apaga o pecado original, e ao mesmo tempo, nos adultos, os pecados atuais; 2.º perdoa toda a pena devida ao pecado; 3.º dá a graça santificante; 4.º imprime caráter.

260. — *Quais são os efeitos do batismo?*

R. — *O batismo: 1.º apaga o pecado original e também o atual, se houver; 2.º perdoa toda a pena devida a êsses pecados; 3.º imprime na alma o caráter de cristão; 4.º faz-nos filhos de Deus e da Igreja e herdeiros do céu; 5.º nos torna aptos para receber ou outros sacramentos.*

O *efeito geral* do batismo é a regeneração espiritual. O homem recebe nova vida, a vida dos filhos de Deus: é porisso que o batismo é chamado *sacramento da regeneração.*

Encarados em particular, estes efeitos são quatro:

1.º Apaga o *pecado original,* e mais, no adulto, *os pecados atuais* que porventura cometeu desde a idade de razão.

2.º Não sòmente apaga a nódoa do pecado, como também remite *todas as penas:* pena eterna do inferno e penas temporais que teríamos de sofrer nesta vida ou no purgatório, de modo que ficaria certa a entrada imediata no céu, para o que morresse na graça do batismo. — O sacramento do batismo deixa, contudo, subsistir nesta vida as consequências de pecado original e seu castigo: ignorância, concupiscência ou inclinação ao mal, e as misérias desta vida: sofrimentos, doenças, morte... Deus nos deixa estas penalidades como matéria de luta, merecimento e triunfo. Mas, depois da ressurreição dos corpos, estes resultados do pecado original serão destruídos.

3.º Infunde em nós a *graça santificante* acompanhada das três virtudes teologais; fé, esperança e caridade,

assim como as mais virtudes morais e os dons do Espírito Santo.

4.º Imprime *caráter* indelével, que é a qualidade de cristão: donde resulta que o batismo não pode ser reiterado. — Êste caráter consiste na semelhança com o Filho único de Deus, Nosso Senhor Jesús Cristo, e como "filhos de Deus e da Igreja".

Filhos de Deus. — Estas palavras significam que, estando apagado o pecado original, do estado de escravos do demônio e inimigos de Deus, passamos para um estado de justiça e santidade, que nos faz amigos e filhos de Deus. "Tal é a caridade do Padre, diz são João, que êle quer não sòmente que levemos o nome de filhos de Deus, senão que o sejamos de fato e na verdade" (I, *João*, III, 1). A partir dêste momento e mercê desta filiação, temos direito aos bens que Deus nos destina. "Somos, diz são Paulo, herdeiros de Deus e coherdeiros de Jesús Cristo" (*Rom.*, VIII, 17). Ora, os bens de Deus e sua herança são a graça na terra, e no céu a glória.

Filhos da Igreja. — Assim como o batismo nos dá um Pai no céu, também nos dá Mãe na terra: é a Igreja. Nós nos tornamos membros desta grande família, de que é chefe invisível Jesús Cristo, e o Soberano Pontífice chefe visível. Ora, ao receber-nos entre seus filhos, dá-nos a Igreja o direito de participar dos seus bens. Estes bens são os demais sacramentos para os quais o batismo é a porta: orações, santo sacrifício da missa e em geral todos os bens espirituais, que constituem o tesouro da comunhão dos santos. Enfim, é porque a Igreja continua a ser mãe de todos os cristãos batizados, que, depois da morte dêles, guarda-lhes os restos com solicitude maternal e cuida da alma, rezando por seu descanso eterno.

O caráter do batismo é, na verdade, indelével; mas quanto aos mais efeitos que acabamos de lembrar, podem

ser perdidos pelo pecado mortal, como infelizmente sucede muitas vezes. Entretanto, o sacramento da penitência, ao restabelecer-nos na graça santificante, restitue-nos nossos títulos e direitos.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Os primeiros cristãos, como lembrança de seu batismo, levavam, durante oito dias, trajes brancos, símbolo da inocência recuperada, e não compreendiam que se pudesse consentir em marear, por falta grave, o brilho e a beleza de uma alma reconciliada com Deus.

Eram ufanos do seu título de cristãos, e quando os perseguidores os interrogavam acêrca do nome ou da família, com nobreza e coragem, respondiam: "Eu me chamo cristão!" Hoje em dia, quantos não coram dêste nome de cristão, do caráter impresso na sua alma, do sinal exterior da sua fé!

Prezemos, mais que o título de rei, o nosso nome de cristãos. Aquele, com efeito, é efêmero, passa e morre; êste valer-nos-á uma coroa imarcessível e um reino eterno.

§ III. — Ministro, sujeito do sacramento de batismo.

Ministro ordinário e extraordinário. — Sujeito do batismo. — Disposições requeridas. — Promessas ou votos do batismo. — Padrinho e madrinha: 1.° condições; 2.° função; 3.° deveres.

261. — *Qual é o ministro do sacramento de batismo?*

R. — *O ministro ordinário do sacramento de batismo é o bispo em toda a sua diocese, o pároco na sua freguesia, ou qualquer sacerdote delegado pelo bispo ou pelo vigário.*

O ministro extraordinário, em caso de necessidade, é toda a pessoa gozando da razão, fiel ou infiel, católico, herético ou cismático.

Basta que a pessoa cumpra exatamente o rito sacramental e tenha intenção de fazer o que a Igreja faz, deitando água natural na fronte do batizando e dizendo: "Eu te batizo em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo". Posto que, em caso de necessidade, qualquer pessoa possa batizar, notemos porém que sempre se há de

preferir para esta função um eclesiástico a um leigo, uma pessoa razoável a uma criança, um católico a um herege, um homem a uma mulher; por outra, o mais digno ao menos digno, o mais idôneo ao menos idôneo. O pai e a mãe só devem batizar o filho na falta de outra qualquer pessoa e em caso de perigo extremo, por causa do impedimento de afinidade espiritual que daí havia de resultar.

Afora o caso de necessidade, o batismo, dado por uma pessoa qualquer, seria *válido*, porém gravemente *ilícito*, isto é, a pessoa que assim o administrasse cometeria pecado. — Quanto possível o ministro, ainda extraordinário, deve achar-se em estado de graça; do contrário, deveria previamente excitar-se à contrição mais perfeita possível.

262. — *Qual é o sujeito do sacramento de batismo?*

R. — *Qualquer pessoa não batizada ainda, — criança ou adulto, — é sujeito do sacramento de batismo.*

Resulta disto que podemos e devemos batizar as crianças e mesmo os adultos que não tivessem a razão, por causa da necessidade absoluta do batismo para a salvação e porque razoavelmente, podemos supor, que se o soubessem, desejariam receber êste grande benefício.

263. — *Quais são as disposições requeridas para o batismo?*

R. — *Tratando-se da criança ou de adulto privado de razão, a divina misericórdia dispensa toda disposição positiva, pois o sujeito não a pode ter.*

Tratando-se de adulto razoável, para êle receber validamente o batismo, com o caráter que imprime, basta que dê o consentimento.

Todavia, para fruir as outras vantagens e todas as graças ligadas ao sacramento, o adulto deve, além da intenção e da vontade, trazer as seguintes disposições:

1.º Ser instruído dos principais mistérios da religião, crer nêles, e conhecer em particular o sacramento que está para receber, assim como as obrigações que dêle se derivam.

2.º Caso tenha cometido pecados atuais depois da idade de razão, deve ter contrição e firme propósito com um comêço de amor de Deus. Não se exige confissão, desde que é incapaz de receber absolvição e o batismo apaga os pecados atuais que precederam.

264. — *Quais são as obrigações que resultam das promessas ou votos feitos no batismo?*

R. — *Pelas promessas ou votos do batismo, empenhamo-nos irrevogavelmente e para a vida inteira:*

1.º Em crer em Jesús Cristo e professar a doutrina cristã e conformar nosso proceder com todas as leis divinas e eclesiásticas que a fé cristã impõe;

2.º Em renunciar ao demônio, às suas pompas e às suas obras.

Pelas *promessas* ou *votos* do batismo empenhamo-nos irrevogavelmente e para a vida inteira:

1.º Em crer em Jesús Cristo e professar a doutrina cristã, isto é, admitir todas as verdades que Nosso Senhor ensina no Evangelho, a Igreja interpreta e transmite por parte dêle e também, em conformar nosso proceder com todas as leis divinas e eclesiásticas que a fé cristã impõe;

2.º Em renunciar ao demônio, às suas pompas e às suas obras. — Renunciar ao demônio é repelir sua dominação e não querer pertencer-lhe por forma alguma. Renunciar às pompas do demônio, é negar-se a seguir suas falsas máximas, que são o oposto das máximas do Evangelho. — Por exemplo, o Evangelho louva, exalta a pobreza, o desapêgo, o sacrifício; o demônio, pelo contrário, chama bem-aventurados os prediletos da riqueza,

do gôzo e do prazer. O cristão renunciou às máximas mentirosas do demônio.

Pelas *pompas* do demônio, é preciso entender ainda as vaidades do mundo e os prazeres perigosos pelos quais quereria seduzir-nos; tais são: vãos adornos, certos jogos, bailes, espetáculos, divertimentos que são ocasiões de pecado e ciladas armadas contra a inocência. — Enfim, por *obras* do demônio entendem-se todos os pecados. Sendo o demônio espírito do mal, suas obras todas são más. e Nosso Senhor declara que "quem comete o pecado cumpre as obras do demônio e torna-se filho dêle (*S. João*, VIII, 41).

A própria criança faz o mesmo compromisso, pois é consequência necessária do sacramento que recebe. Ela o faz pela bôca do padrinho e da madrinha, os quais pedem o batismo por ela e fazem as promessas exigidas antes da sua administração. Ao chegar na idade de razão, a criança deve renovar os votos do seu batismo, e já que pode avaliar suas vantagens, deve aprová-los e confirmá-los perante Deus: cumpre geralmente esta cerimônia, de modo solene, no dia da primeira comunhão.

265. — *Falai nos padrinhos e madrinhas, nas condições que se exigem dêles, sua função, seus deveres.*

I. Os nomes *padrinho* (derivado de pai) e *madrinha* (derivado de mãe) designam aquele e aquela que seguram a criança junto da pia batismal, respondem por ela, e tornam-se, por assim dizer, pai e mãe espiritual. — Êste costume é oriundo dos primeiros tempos do cristianismo. Naquela época, eram adultos, que, ordinariamente, recebiam o batismo; saíam das fileiras do paganismo, e então, antes de admití-los, como também para assegurar sua instrução religiosa e perseverança, exigia-se que tivessem testemunhas respondendo por êles e por sua fidelidade. As mesmas razões militavam para proceder

de forma igual com as crianças; portanto, deram-lhes padrinho ou madrinha, e as mais das vezes, ambos.

II. Para serem aceitos pela Igreja, os padrinhos e madrinhas, escolhidos pelos pais como testemunhas e caução do batismo dos filhos, devem apresentar *certas condições.*

1.º Ter o uso da razão. — Com efeito, como poderiam preencher o fim se não compreendessem o que fazem?

2.º Êles próprios devem ser batizados e professar a religião na qual desejam ver a criança batizada e instruída.

3.º Precisam ter vida e costumes excelentes, isto é, gozar de boa reputação. Não se podiam aceitar pessoas publicamente excomungadas ou de vida escandalosa.

4.º Devem conhecer suficientemente as verdades da fé e os deveres do cristão, para dirigir e ensinar, quando necessário, as crianças por quem êles prometeram.

III. É o padrinho e a madrinha que escolhem e impõem à criança o nome de batismo. Tomam êste nome nos do calendário da Igreja, dentre os santos honrados com um culto público, para dar à criança um protetor no céu, e, no mesmo tempo, propor-lhe um modêlo.

A *função* dos padrinhos e madrinhas é responder pela criança às perguntas que se lhe dirigem antes de ser conferido o batismo. Por ela, fazem profissão de fé católica, renunciam ao demônio, às suas pompas e às suas obras. Ao correr a água na fronte do batizando, o padrinho e a madrinha descansam a mão na criança para lembrar que eram êles que outrora a retiravam do banho sagrado. Enfim, põem-lhe um boné e um véu brancos, simbolizando a inocência recuperada; seguram o círio aceso, e assinam com o sacerdote a ata do batismo.

IV. Ao padrinho e à madrinha cabe o *dever* de, na falta dos pais, instruir e nortear na vida cristã a criança

que apresentaram ao batismo. É para êles obrigação rigorosa vigiar no seu comportamento e fazer-lhe cumprir fielmente suas promessas. Devem unir o exemplo aos bons conselhos, lembrando-se de que têm para com ela uma como paternidade e maternidade espiritual, que lhes comunica, de alguma maneira, caráter sagrado, donde resulta entre êles e o afilhado ou afilhada impedimento de matrimônio denominado *parentesco espiritual.*

CONCLUSÕES PRÁTICAS

1.º Em caso de *necessidade,* não administrar o batismo seria falta grave; logo, todo o cristão, podendo vir a ser ministro extraordinário dêste sacramento, deve conhecer a fórmula e as cerimônias essenciais.

2.º Santo Agostinho chama o compromisso do batismo o *maior de todos os votos;* com efeito, não há poder neste mundo nem no outro que possa dispensar de viver como cristão aquele que foi batizado.

A renovação dêstes votos é arma poderosa contra o demônio e o pecado. São João Crisóstomo costumava responder às sugestões do espírito mau com estas palavras: "A ti renuncio, espírito mau; eu te desprezo e te aborreço!... — ó Jesús, sêde meu Salvador, a vós unicamente me consagro!" Poderíamos por êste exercício saudável, alcançar, como o grande bispo, elevado grau de virtude.

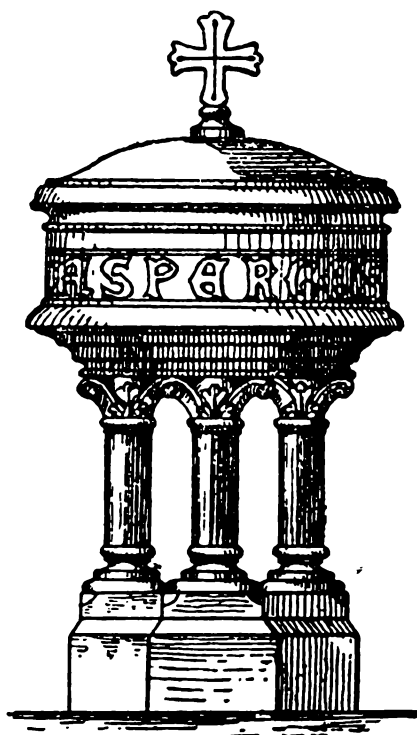
3.º Enfim, é preciso encarar seriamente as funções de *padrinho* e *madrinha,* e compenetrar-se muito bem de que não são mera formalidade ou simples obséquio prestado a uma família, mas sim ato religioso, importando realmente nos mais imperiosos deveres.

§ IV. — Cerimônias do batismo.

I. Cerimônias preliminares para os catecúmenos. — II. Cerimônias concomitantes do batismo, e sua significação. — III. Cerimônias subsequentes.

266. — *Dai a conhecer as principais cerimônias do batismo e sua significação?*

Destas cerimônias, umas precedem, outras acompanham e algumas seguem a administração do sacramento. São, todas, belíssimas e muito instrutivas.

I. As *cerimônias preliminares,* que precedem o batismo, são tiradas da antiga instituição do *catecumenato.* Era assim chamado o tempo consagrado a preparar para o batismo os adultos pagãos desejosos de entrar na religião cristã. Preparavam-nos por várias cerimônias e pelo ensino religioso. Ora, são estas cerimônias que achamos nos preparativos do batismo.

Pia batismal.

1.º O catecúmeno é detido na porta da igreja ou na entrada da capela da pia batismal, para mostrar que ainda não tem direito de penetrar na assembléia dos cristãos e é o batismo que lhe franqueará o ingresso.

O sacerdote, de sobrepeliz, símbolo de inocência e santidade, e de estola, símbolo de poder, interroga o padrinho e a madrinha acêrca do nome que querem pôr à criança. "Que desejais da Igreja de Deus?" diz êle depois. Estes respondem: "A fé! — Qual é o bem que a fé nos dá? — *A vida eterna*". E o sacerdote prossegue: "Se quiserdes entrar na vida eterna, guardai os mandamentos: Amareis a Deus com todo o vosso coração... e ao próximo como a vós mesmos".

2.º O sacerdote sopra levemente no rosto da criança, assim como Deus, no princípio do mundo, soprou no primeiro homem para lhe comunicar uma alma viva e santa. Traça-lhe, depois, o sinal da cruz na fronte e no coração, para significar que é a cruz de Jesús Cristo que nos redime e salva. Depois, estende a mão direita na criança, para indicar que a Igreja toma posse desta criança em nome de Jesús Cristo. As palavras que se pronunciam, ao passo que se fazem as cerimônias, exprimem o sentido destas.

3.º O sacerdote põe um pouco de sal bento na bôca da criança. É símbolo da sabedoria e do gôsto para as cousas celestes.

4.º Depois, rezam-se várias orações chamadas *exorcismos,* pelas quais o sacerdote manda ao demônio que se retire para deixar o lugar a Jesús Cristo. Feito isto, o sacerdote põe a extremidade da estola sôbre a criança e então a introduz na igreja ou na capela da pia batismal.

5.º O sacerdote reza, junto com o padrinho e a madrinha, em nome da criança, o *símbolo dos apóstolos,* profissão de fé que por si mesmos pronunciavam os catecúmenos, e a *oração dominical,* prece por excelência do cristão.

6.º Imitando Nosso Senhor que um dia curou um homem surdo e mudo deitando-lhe um pouco de saliva nos ouvidos, o sacerdote umedece com saliva a extremidade do polegar, e então, faz com ela um sinal da cruz nos ouvidos e no nariz da criança, dizendo, como o Salvador: "*Ephpheta,* isto é, abrí-vos". É para abrí-los, por assim dizer, para a palavra de Deus e para a fragrância que recendem as virtudes ordenadas por sua lei.

II. As *cerimônias concomitantes* do batismo se reduzem a três:

1.º *Renúncia ao demônio.* — Interpelando o catecúmeno ou a criança, o sacerdote pergunta: "Renunciais ao demônio? — *Renuncio,* respondem o padrinho e a madrinha. — Às suas pompas? — *Renuncio.* — Às suas obras? — *Renuncio*".

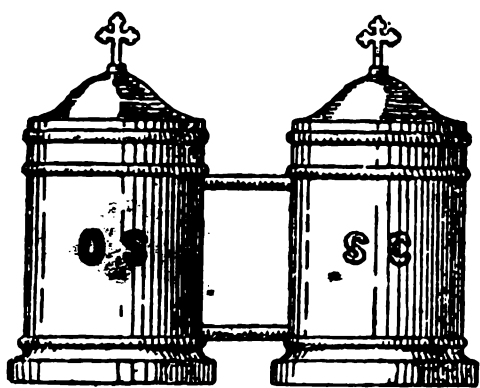
2.º *Unção com o óleo dos catecúmenos.* — É óleo de oliveira bento e consagrado especialmente para êste uso pelo bispo na Quinta-feira santa. O sacerdote, mergulhando a extremidade do polegar no pequeno vaso que contém êste óleo, faz uma cruz no peito e nos ombros

da criança: no peito, para indicar que a graça de Jesús Cristo é perfume que consola; nos ombros para significar o jugo do Senhor, que terá de levar sempre; o óleo mostra a suavidade dêste jugo.

3.º O sacerdote, como se a *profissão de fé* já rezada não fosse bastante, interroga o catecúmeno acêrca das verdades mais importantes da religião:

"Credes em Deus, Padre todo poderoso, Criador do céu e da terra?

— *Creio,* respondem pela criança o padrinho e a madrinha.

— Credes em Jesús Cristo, seu Filho único, que nasceu e sofreu?

Vasos para santos óleos. OS=Óleo dos catecúmenos. SC=Santo crisma.

— *Creio.*

— Credes no Espírito Santo, na santa Igreja católica, na comunhão dos Santos, na remissão dos pecados, na vida eterna?

— *Creio.*

— Quereis ser batizado?

— *Sim, quero.*

Então, o sacerdote administra o sacramento do batismo derramando água na cabeça da criança, e pronunciando a fórmula.

III. As *cerimônias subsequentes* são também em número de três:

1.º *Unção do santo crisma.* — O santo crisma, misto de óleo de oliveira e de bálsamo, foi bento e consagrado pelo bispo na Quinta-feira santa. É êste óleo santo que há de servir igualmente na confirmação e na consagração dos bispos e dos reis. O sacerdote faz com êle uma unção em forma de cruz em cima da cabeça da criança batizada;

indica que a criança é consagrada a Jesús Cristo como são os reis, sacerdotes e profetas, que recebiam outrora a consagração pelo óleo santo.

2.º *Imposição do vestido branco:* outrora vestiam o recém-batizado com túnica branca, que êle levava durante oito dias, como sinal da inocência recuperada. Hoje o sacerdote põe na cabeça da criança o boné ou o véu branco, rezando a fórmula antiga: "Recebei êste vestido branco, e levai-o sem mácula até o tribunal de Nosso Senhor Jesús Cristo".

3.º Enfim, o padrinho e a madrinha seguram um círio *aceso* por cima da criança que descansa no altar: esta vela indica a fé que brilha na alma do novo cristão, e a divina caridade que lhe deverá consumir a vida. A fórmula que o sacerdote reza explica-o admiravelmente: "Recebei este facho ardente e guardai a graça do vosso batismo; observai fielmente os mandamentos da lei de Deus, para que, quando vier Jesús Cristo para celebrar suas bôdas, possais ir ao encontro dêle com todos os santos, na côrte celeste e gozar da vida eterna nos séculos sem fim".

Só resta então assentar nos *registros paroquiais* a ata do batismo, que deverá trazer a firma do sacerdote que conferiu o sacramento, como também a do padrinho e da madrinha da criança. Em certos lugares, é uso tocarem-se os sinos para mostrar o júbilo pela inscrição de um novo cristão nos registros da Igreja, esperando-se que será igualmente inscrito no livro da bem-aventurada eternidade.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Não são as cerimônias do batismo cristão admiráveis e cheias de ensinos?... Sempre que nos fôr dado presenciá-las, ora como simples assistentes, ora como padrinhos ou madrinhas, lembremo-nos que um dia cumpriram-se as mesmas cerimônias sôbre nós e

para nós; escutemos atentos as belas e instrutivas lições que delas dimanam... Também nós, temos sido arrebatados aos poderes do inferno, marcados com o sinal do cristão pela água batismal, e consagrados a Deus pela unção do óleo dos catecúmenos e pelo santo crisma. Também nós, temos renunciado ao demônio, às suas pompas e às suas obras; também nós, nos demos a Jesús Cristo.

Como andamos em relação ao cumprimento destas promessas?... Temos conservado ilibado o manto imaculado da inocência?... Levamos nas mãos, e sempre aceso, o facho da fé e das boas obras?... Reflexões saudáveis, estas, que seria útil concluirmos, caso a conciência censurasse alguma cousa, voltando para a inocência e a justiça, ou quando menos, *renovando seriamente o compromisso e os votos do nosso batismo.*

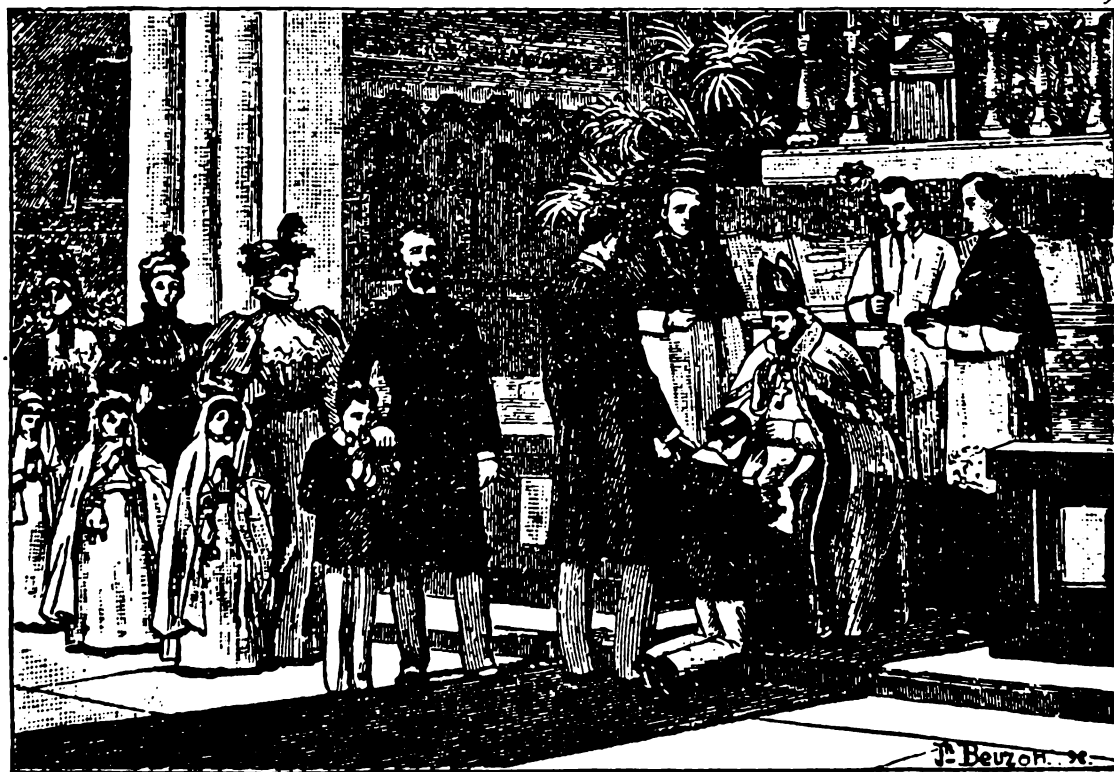
CONFIRMAÇÃO OU CRISMA

§ I. — Noções gerais da confirmação.

Definição. — Instituição divina. — Sinal sensível: matéria e forma. Necessidade da confirmação.

267. — *Que é confirmação ou crisma?*

R. — *Confirmação (do latim confirmare, fortificar, firmar) é um sacramento que nos dá o Espírito Santo com a abundância dos seus dons e nos faz perfeitos cristãos.*

A confirmação vem em segundo lugar na ordem dos sacramentos, porque primitivamente, dava-se logo depois

A confirmação dá-nos o Espírito Santo e faz-nos perfeitos cristãos.

do batismo, de que é complemento. O batismo dá a vida espiritual, a confirmação a desenvolve. O batismo faz nascer os filhos de Deus, a confirmação os faz crescer, transforma-os em homens fortes e soldados de Cristo: de tal maneira que o cristão confirmado deve ser cristão perfeito, corajoso na fé e na prática de todos os deveres.

Ora, êste aperfeiçoamento se obtém pelo Espírito Santo que se recebe com a abundância dos seus dons.

268. — *Quem instituiu o sacramento da confirmação?*

R. — *Foi Nosso Senhor Jesús Cristo que instituiu êste sacramento; todavia, o Evangelho não relata as circunstâncias precisas nem a data do seu estabelecimento.*

Segundo a opinião mais provável foi no tempo que correu entre a ressurreição e a ascensão, quando o Salvador falava aos apóstolos do reino do céu, anunciava-lhes a vinda do Espírito Santo e lhes revelava importantes mistérios. Seja como fôr, são Lucas, no livro dos Atos, nos dá a conhecer a existência dêste sacramento, quando diz: "Os apóstolos punham as mãos sôbre os que acabavam de batizar e êstes recebiam o Espírito Santo" (*At.*, VIII, 27). Ora ninguém que não fosse Nosso Senhor Jesús Cristo podia ligar a êste sinal sensível, a imposição das mãos, graças tão extraordinárias como as que marcavam então visivelmente a descida do Espírito Santo. Portanto, o concílio tridentino, firmando-se aliás na tradição, enumera a confirmação entre os sete sacramentos divinamente instituídos por Jesús Cristo.

269. — *Qual é o sinal sensível da confirmação?*

R. — *A matéria da confirmação consiste na imposição das mãos pelo bispo e na unção que faz com o santo crisma, em forma de cruz, na fronte do confirmando.*

A forma do sacramento de confirmação consiste nestas palavras, que o bispo pronuncia: Eu te marco com o sinal da cruz e te confirmo com o crisma da salvação, em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo.

I. A *matéria* da confirmação vem mencionada nos *Atos dos apóstolos.* O santo crisma é um misto de *óleo de oliveira e bálsamo,* que o bispo benze e consagra solenemente no ofício da Quinta-feira santa. O óleo deve

ser de oliveira, porque era o único usado na Judéia na época da instituição do sacramento. Indica mansidão e fôrça, assim como a luz comunicada pelo Espírito Santo. O óleo serve, de fato, para suavizar, fortalecer e alumiar; simboliza muito bem os efeitos invisíveis produzidos na alma pelo sacramento de confirmação. O bálsamo é substância odorífera produzida por certas árvores da Judéia e da Arábia; sua fragrância indica o perfume agradável das virtudes cristãs, que deve praticar a pessoa confirmada. A unção é feita na fronte para mostrar que o cristão confirmado não deve corar de Jesús Cristo, mas sim levar nobremente na fronte o sinal da cruz, que sintetiza sua doutrina.

II. A *forma* do sacramento de confirmação consiste nestas palavras, que o bispo pronuncia enquanto vai fazendo a imposição das mãos e a unção santa: "Eu te marco com o sinal da cruz e te confirmo com o crisma da salvação, em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo".

Conforme repara santo Tomaz, são estas palavras forma muito adequada da confirmação, pois exprimem muito bem o que encerra êste sacramento: o sinal da cruz caracterizando o soldado de Jesús Cristo, a fôrça espiritual de que o crisma é símbolo, e a origem desta fôrça que não é senão a santíssima Trindade.

270. — *Será necessário o sacramento da confirmação para ser salvo?*

R. — Não; mas privam-se de muitas graças e pecam os que deixam de a receber por negligência.

Não há necessidade absoluta de receber o sacramento de confirmação para ser salvo, como seria o caso para o batismo. Entretanto, ao instituí-lo, Nosso Senhor não pretendeu fazer cousa inútil, e para todos os que podem receber a confirmação, haveria pecado em não recebê-la.

Quem se afastasse, por desprêzo ou negligência, cometia falta grave; pois isto seria a um tempo desconhecer um grande benefício de Deus e privar-se de graças preciosíssimas, talvez necessárias à salvação e também ir de encontro às intenções de Nosso Senhor e da santa Igreja.

Esta falta, como todas as mais, poderia ser expiada e reparada pela confissão acompanhada de arrependimento e firme propósito; mas esta última condição deve encerrar a resolução de receber a confirmação, caso isto seja possível ainda.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Como outrora os atletas esfregavam o corpo com óleo para fortalecer os membros e os tornar capazes de suportar as fadigas da luta, assim nós, atletas espirituais, somos fortificados pelo Espírito Santo, figurado pelo santo crisma, e achamo-nos armados para arrostar os perigos do combate e levar a palma do triunfo.

Acusem-se a si mesmos, por suas fraquezas e derrotas, êstes cristãos que descuidaram de receber o sacramento que os podia tornar corajosos e fortes!... Quantas quedas hão de ser consequência funesta da sua negligência ou do seu desprêzo! Nos primeiros séculos do cristianismo, se Novato fez um cisma lastimável e veio a ser herege, dizem os historiadores da Igreja que suas faltas tiveram por única causa o seu desprêzo da confirmação.

A mesma culpa cometem os que não se preparam a receber o sacramento da confirmação quando sabem a época da visita pastoral do bispo e não se apresentam quando se lhes oferece ocasião de participar de tão grande e útil sacramento.

§ II. — Efeitos da confirmação

Quatro efeitos principais: 1.° graça santificante; 2.° o Espírito Santo: seus sete dons e doze frutos; 3.° caráter: 4.° graça sacramental.

271. — *Quais são os efeitos do sacramento de confirmação?*

R. — *O sacramento de confirmação produz quatro efeitos principais:*

I. *Aumenta a graça santificante que já se possuía.*

II. *Comunica o Espírito Santo com todos os seus dons.*

III. *Imprime na alma caráter indelével de perfeito cristão e soldado de Jesús Cristo.*

IV. *Fortifica-nos na fé e dá-nos mais fôrça e coragem para servirmos a Deus.*

I. *Aumenta a graça santificante* que já se possuia; é um acréscimo de riquezas espirituais e de méritos para o céu ajuntados às virtudes cristãs e aos dons já recebidos no batismo.

II. Comunica o *Espírito Santo,* terceira pessoa da santíssima Trindade, assim como Jesús Cristo o deu aos apóstolos no dia do Pentecostes; não com os mesmos prodígios exteriores e efeitos extraordinários: dom das línguas, dom dos milagres, é verdade; porém, com as mesmas graças interiores e abundância dos sete dons: *sabedoria, inteligência, conselho, fôrça, ciência, piedade e temor de Deus.*

É o profeta Isaías que revela êstes dons maravilhosos do Espírito Santo, quando diz que ao repousar na pessoa do Salvador, há de comunicar-lhe cada um dêstes preciosos efeitos da sua presença.

Pelo dom de *sabedoria,* conhecemos e procuramos os bens verdadeiros, não os bens dêste mundo, mas os da eternidade.

Inteligência é um dom pelo qual entendemos as verdades da religião e delas nos compenetramos. Deixa, com certeza, subsistir o mistério, porém desvenda suas conveniências, belezas e harmonias e prepara-nos admiravelmente para recebermos o ensino divino.

Conselho é um dom que norteia nas ocorrências difíceis, ajuda para discriminar com acêrto o verdadeiro do falso, e vale ainda para orientarmos os outros nas trilhas do bem.

Fôrça é um dom que incute o ânimo, a energia necessária para preenchermos todos os nossos deveres;

auxilia-nos para derrubarmos todos os obstáculos e fazermos frente a todos os perigos e mesmo aos suplícios e à morte.

A *ciência* aquí mencionada não é ciência do mundo, mas sim ciência de Deus, da verdade, do dever: é um dom que nos aponta as sendas pelas quais havemos de enveredar para alcançarmos certamente o nosso fim.

Piedade é um dom pelo qual consideramos a Deus como pai extremoso, sentimos gôsto e deliciamo-nos nas práticas religiosas, e achamos encanto suavíssimo em servir a Deus e amá-lo.

O *temor de Deus,* do qual se trata aquí, não é o receio da sua justiça ou dos seus castigos; mas antes, respeito repassado de amor que nos leva a fugir de tudo quanto lhe pode desagradar, como todo o bom filho evita o que podia magoar a seu pai. É dêste temor filial, dom do Espírito Santo, que se diz na Escritura: "É o comêço da sabedoria" (*Salmos,* x, 7). Além dêstes sete dons do Espírito Santo, o apóstolo são Paulo enumera *doze frutos* da sua presença. São: "caridade, — alegria, — paz, — paciência, — benignidade, — bondade, — mansidão, — longanimidade, — fé, — modéstia, — continência, — castidade" (*Gal.,* v, 22).

III. O terceiro efeito da confirmação, é imprimir na alma *caráter* indelével de perfeito cristão e soldado de Jesús Cristo. Este caráter, mais glorioso e mais nobre aos olhos de Deus que todos os distintivos das dignidades humanas, ficará no cristão como sinal de glória, se fôr para o céu, e como ferrete de vergonha e ignomínia, se merecer o inferno.

IV. Enfim, a *graça sacramental* da confirmação fortifica-nos na fé do batismo e dá-nos mais fôrça e coragem para servirmos a Deus. Porisso é que dizemos que êste sacramento nos faz perfeitos cristãos.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O sacramento de confirmação não se recebe duas vezes. Mas se acontecesse que seus efeitos diminuíssem ou mesmo se perdessem pelo pecado e especialmente pela resistência ao Espírito Santo, poderíamos, como diz são Paulo, "ressuscitar a graça que nos tem sido dada uma vez pela imposição das mãos do bispo" (II *Tim.*, I, 6). Para isso, que se precisa? Recuperarmos o estado de graça e pedirmos ao Espírito Santo que nos devolva suas luzes e sua fôrça.

O Espírito Santo é *luz*: não apaguemos em nós seus divinos fulgores, mormente pelos pecados sensuais, que precipitam a alma nas trevas.

É *fôrça*, mas ponhamos sentido em não resistir aos seus suaves impulsos. Pelo contrário, invoquemo-lo e êle, em tempo azado, incutir-nos-á o ânimo de confessarmos a fé com o coração, a bôca, os atos; auxiliar-nos-á para debelarmos o *respeito humano* e todas as tentações de fraqueza e cobardia; dar-nos-á o triunfo contra todos os inimigos da nossa salvação: o mundo, o demônio, a carne; enfim, será o nosso escudo, o nosso amparo para suportarmos com paciência todas as penas e adversidades da vida, e caso Deus o pedisse de nós, em dias de perseguição, nos ajudaria a sofrer por sua causa os tormentos e a morte como fizeram milhões de mártires dos primeiros séculos.

§ III. — Ministro, sujeito, cerimônias da confirmação.

Ministro ordinário e extraordinário. — Sujeito da confirmação. — Disposições exigidas. — Principais cerimônias: 1.° preliminares; 2.° concomitantes; 3.° subsequentes.

272. — *Qual é o ministro do sacramento de confirmação ou crisma?*

R. — *O ministro do sacramento da crisma é o bispo.*

Conferido por qualquer bispo, que aliás cumprir convenientemente o cerimonial, êste sacramento será *válido*, mas para que a sua administração seja *lícita*, o bispo precisa ter jurisdição. Esta jurisdição, possue-a o papa na Igreja inteira e o bispo na respectiva diocese.

Um simples sacerdote pode tornar-se ministro *extraordinário* da crisma, em virtude de uma delegação especial outorgada pelo Sumo Pontífice. Êste poder de administrar válida e licitamente a confirmação concede-se às vezes a

sacerdotes missionários: mas unicamente o papa o pode dar e o simples sacerdote assim delegado deve usar santo crisma consagrado por um bispo. Afora esta autorização, a confirmação ministrada por um sacerdote seria ilícita e inválida no mesmo tempo.

273. — *Qual é o sujeito do sacramento de confirmação?*

R. — *Segundo a regra geral, bastaria ser batizado para se poder, válida e licitamente, receber a confirmação.*

Era uso na primitiva Igreja, dar a crisma logo depois do batismo, até às crianças. Na Igreja latina, contudo, costuma-se atualmente dar a confirmação sòmente aos que têm idade de razão e as disposições julgadas suficientes. Ordinariamente só são admitidos os que já fizeram a primeira comunhão.

274. — *Que disposições deve ter um adulto para receber dignamente o sacramento de confirmação ou crisma?*

R. — *Para receber dignamente a crisma é mister achar-se a pessoa em estado de graça, conhecer os mistérios principais de nossa fé, apresentar-se ao bispo com respeito e devoção.*

1.º Deve ter o estado de graça; do contrário, cometeria um sacrilégio. A confirmação, com efeito, é sacramento dos vivos. Se fosse recebida com pecado mortal, ficaria o caráter impresso na alma; mas haveria profanação, e não se lucrariam as graças anexas ao sacramento: todavia, recuperando-se a graça santificante por uma boa confissão, tornam a aparecer todos os efeitos da crisma.

Ainda que muito útil quando possível, não é contudo de obrigação estar de jejum ou comungar no dia em que se recebe a confirmação.

2.º Deve-se conhecer as principais verdades da religião, e particularmente a natureza e os efeitos dêste

sacramento. O *bilhete de admissão,* trazendo o nome do confirmando e a firma do sacerdote que o apresenta, é prova de uma instrução julgada suficiente.

3.º No momento da recepção, devemos ficar recolhidos, em união com os apóstolos no cenáculo; como êles, desejar com ardor a vinda do Espírito Santo, chamá-lo por nossos rogos instantes, e a êle consagrar-nos no intuito de servir a Deus mais fielmente.

4.º Enfim, o exterior deve traduzir estas disposições da alma: há de ser modesto e recolhido; os trajes, decentes, sem afetação: o rosto e a testa, que tem de receber a unção sagrada, serão muito limpos. Quando é hora de receber a unção do óleo sagrado, levanta-se um tanto a cabeça, com o cabelo afastado, e não se leva a mão à testa enquanto o santo crisma não houver sido cuidadosamente enxugado por um ministro sagrado.

275. — *Quais são as principais cerimônias da crisma?*

R. — *Para administrar o sacramento da crisma, primeiramente, o bispo, de pé, estende as mãos sôbre os que se vão crismar, invocando sôbre êles o Espírito Santo; depois, com o santo crisma faz uma cruz na testa de cada um, dizendo as palavras da forma do sacramento da crisma: Eu te assinalo com o sinal da cruz e confirmo com o crisma da salvação em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo. Em seguida bate na face do crismando, dizendo: A paz seja contigo. Por último, de pé, dá a bênção a todos os crismados.*

I. *Cerimônias preliminares.* — 1.º O bispo, vestido do roquete, espécie de sobrepeliz, símbolo de inocência; de capa, mitra e estola, insígnias do seu poder e da sua autoridade, lava primeiro as mãos para mostrar a grande pureza de alma que exige a função augusta que vai cumprir.

2.º De pé, no meio do altar, começa invocando o socorro de Deus; depois, estende ambas as mãos sôbre os que devem ser confirmados e estão ajoelhados, de cabeça inclinada. Enquanto está fazendo esta primeira imposição das mãos sôbre os que têm de ser confirmados, e para mostrar que o Espírito Santo toma posse dêles, reza em alta voz uma oração na qual enumera e pede os sete dons do Espírito Santo pela mediação todo poderosa de Jesús Cristo Nosso Senhor.

II. *Cerimônias concomitantes.*. — 1º. O bispo, empunhando o báculo na mão esquerda, aproxima-se de cada um dos confirmados, — ou estes se chegam a êle, — e faz a unção do santo crisma na testa, pronunciando a fórmula sacramental, enquanto a mão direita ainda descansa na cabeça do confirmando: ao terminar a fórmula, dá por três vezes a bênção em nome da santíssima Trindade ao que acaba de marcar com o sinal da cruz e o santo crisma.

2.º Dá então ao confirmando leve bofetada no rosto dizendo: "A paz seja convosco!" para lhe significar que deve suportar tudo por Jesús Cristo, até as afrontas, e a paz será o galardão desta coragem.

III. *Cerimônias subsequentes.* — 1.º Depois de ter dado o bispo o sacramento a todos os que lhe foram apresentados, purifica as mãos, e canta-se uma antífona que encerra votos para a perseverança dos confirmados.

2.º Reza em alta voz por todos os confirmados, que ficam de joelhos, alguns versículos acompanhados de uma última oração, na qual pede que o Espírito Santo permaneça para sempre nesses templos que acabam de lhe ser consagrados, e os faça dignos de participar de sua glória; pronuncia, enfim, uma última fórmula de bênção.

3.º A cerimônia encerra-se com a recitação, em voz alta, por todos os confirmados, do *símbolo dos apóstolos,*

síntese da fé cristã, pela qual vão labutar e combater; da *oração dominical*, a prece por excelência, e da *saudação angélica*, pela qual confiam a Nossa Senhora a perseverança prometida. — Convém não se retirar antes de ter oferecido ações de graças a Deus e rezado especialmente pelo bispo que administrou o sacramento da confirmação.

É uso tomar, por ocasião da confirmação, um novo nome acrescentado ao do batismo. Geralmente, na crisma, há um padrinho ou uma madrinha, como para o batismo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O sacramento da confirmação não se recebe senão uma vez na vida; o ministro é um bispo, investido de grande dignidade e da plenitude do sacerdócio; comunica graças importantes; outros tantos motivos para nos preparar cuidadosamente, recebê-lo com muita fé e piedade verdadeira, e conservar preciosamente todos os seus frutos.

Muito melhor ainda que o cristão simplesmente batizado, o católico crismado é rei, sacerdote, profeta. Deve reinar sôbre suas paixões, imolar em holocausto sua vontade e sua concupiscência e constituir-se vítima do dever; qual um profeta, também, deve fitar a vista em Deus, ver as verdades divinas, e não se desviar do seu destino sublime que é o céu, com Deus Padre, com Jesús Cristo e com o Espírito Santo.

"Ó Deus meu, que sois todo amor, reza êle, eu vos agradeço por me terdes dado vosso Espírito Santo. Não deixeis que eu entristeça em mim o Espírito de santidade e de caridade! Para manifestar a minha gratidão, *nunca hei de corar quando tiver de mostrar a minha fé!*".

PENITÊNCIA

§ I. — Noções gerais da penitência.

Definição da penitência: virtude e sacramento. — Instituição divina. — Sinal sensível: matéria e forma. — Necessidade da penitência. — Quatro efeitos do sacramento. — Condições requeridas para a absolvição.

276. — *Que é penitência?*

R. — *A palavra penitência significa arrependimento e exprime a um tempo virtude e sacramento. — Virtude*

Na confissão, Deus acolhe o pecador arrependido, como o pai de família perdôou ao filho pródigo.

de penitência é um sentimento de dôr que nos leva a odiar nossas culpas e expiá-las para alcançarmos o perdão.

O sacramento de penitência é sacramento instituído por Nosso Senhor Jesús Cristo para remitir os pecados cometidos depois do batismo.

A palavra *penitência* vem de dois vocábulos latinos, *poena*, pena, *tenet*, segura. Sempre e em todo lugar, foi conhecida e praticada a virtude de penitência; é o meio de reparar o pecado. No entanto, antes de Jesús Cristo, dificilmente podia o pecador ficar certo de ter alcançado o perdão.

Na sua bondade, Nosso Senhor quis que certo ato de penitência fosse sacramento, e a êste ato ligou a certeza do perdão. E assim, definimos a penitência: sacramento instituído por Nosso Senhor Jesús Cristo para remitir os pecados cometidos depois do batismo. — Aquí fala-se tão sòmente nos pecados cometidos depois do batismo, pois os que precederam a êste sacramento, quer o pecado original, quer os pecados atuais, são remitidos pelo batismo.

277. — *Quando instituiu Jesús Cristo o sacramento de penitência?*

R. — *Nosso Senhor instituiu a penitência no dia da sua ressurreição, para melhor indicar, por assim dizer, que êste sacramento realiza o milagre da ressurreição das almas mortas pelo pecado.*

Já dantes, o prometera a seus apóstolos, dirigindo-lhes estas palavras: "Em verdade, vo-lo digo, tudo quanto ligardes na terra será ligado no céu, e tudo quanto desligardes na terra será desligado no céu" (*S. Mat.*, XVIII, 13). Levou a efeito a promessa quando, no dia de Páscoa, aparecendo aos apóstolos reunidos no Cenáculo, soprou neles e disse: "Recebei o Espírito Santo: os pecados serão remitidos a quem os remitirdes, e serão retidos a quem os retiverdes" (*S. João*, XX, 22, 23).

278. — *Qual é o sinal sensível do sacramento de penitência?*

R. — *A matéria do sacramento de penitência são os pecados cometidos depois do batismo. A forma consiste nas palavras que o ministro pronuncia ao dar a absolvição dos pecados. "Eu te absolvo de todos os teus pecados, em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo."*

Na penitência, não há, como na maior parte dos sacramentos, elemento corpóreo e visível, fazendo de matéria e indicando os efeitos invisíveis da graça. O sacramento de penitência possue, contudo, matéria muito real: são os pecados cometidos depois do batismo, e o que a torna patente e de alguma maneira presente, são os *atos do penitente: contrição* que tem interiormente e exprime, *confissão* que faz das suas culpas e *satisfação* ou reparação que já tem feito por seus pecados ou tenciona oferecer a Deus.

II. A *forma* do sacramento de penitência é claramente determinada: consiste nas palavras que o ministro pronuncia ao dar a absolvição dos pecados. Eis a fórmula essencial: "Eu te absolvo de todos os teus pecados, em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo". Dizemos que estas palavras são a fórmula essencial, isto é, que são necessárias e suficientes para a validade da absolvição; a fórmula sacramental usada é contudo mais extensa; indica que é em nome de Jesús Cristo que o sacerdote remite os pecados; enuncia e afasta tudo o que, por parte do penitente, podia vir a ser impecilho para a recepção do sacramento, e termina por uma oração na qual o sacerdote pede a Deus que sirvam todos os atos expiatórios oferecidos pelo penitente para reparar seus pecados. Esta sentença de perdão chama-se *absolvição.*

279. — *O sacramento de penitência será necessária à salvação?*

R. — *O sacramento de penitência é necessário à salvação para todos os que, depois do batismo, se tornaram culpados de pecado mortal.*

Geralmente, não podem alcançar seu perdão senão pelo sacramento de penitência, quando é possível recebê-lo. É a segunda tábua depois do naufrágio, um meio de salvação tão necessário depois do segundo naufrágio, como o batismo depois do primeiro. Porém, se fosse impossível a recepção da penitência, alcançar-se-ia o perdão pela contrição perfeita; mas justamente, para ser perfeita, esta deve encerrar o desejo do sacramento.

Antes que a Igreja nos fizesse um preceito da confissão e da absolvição sacramental, Nosso Senhor tinha formulado de modo equivalente esta obrigação. Com efeito, nada cria que seja inútil, e desde que estabelecia os sacerdotes ministros de perdão, entendia que todos os pecadores se valessem dêste auxílio. Queria, portanto, obrigar-nos a recorrer a êle e não estabeleceu outro meio para se obter o perdão dos pecados cometidos depois do batismo.

280. — *Quais são os efeitos do sacramento de penitência?*

R. — *O sacramento de penitência produz os seguintes efeitos:*

1.º Remite a culpa e a pena eterna do pecado.

2.º Restitue a graça santificante.

3.º Restitue os méritos de tôdas as boas obras anteriores perdidas pelo pecado.

4.º Dá direito a graças atuais que ajudam o pecador a emendar-se e a perseverar na justiça.

Para bem compreendermos os efeitos do sacramento de penitência, é mister que sejamos inteirados dos efeitos do pecado, que o sacramento tende a destruir. Ora, os efeitos do pecado são: 1.º a *culpa* ou mancha da alma, que exclue a graça santificante se o pecado fôr mortal; 2.º a *pena* que o pecado merece, quer para o tempo, quer para a eternidade: 3.º a *perda dos méritos* previamente angariados, no caso de pecado mortal.

O sacramento de penitência produz os seguintes efeitos:

1.º *Remissão dos pecados,* sendo êste, seu efeito próprio e direto. A remissão é feita não sòmente quanto à *culpa* ou mácula, senão ainda quanto à *pena eterna:* todavia a pena temporal, de ordinário, não é totalmente perdoada.

2.º *Graça santificante,* isto é, a graça da *justificação* ou primeira graça que, de pecador, faz justo. Contudo, se o que recebe o sacramento de penitência, já tivesse a graça santificante, tendo, por exemplo, só pecados veniais, receberia segunda graça santificante ou aumento da primeira.

3.º *Restituição dos méritos,* isto é, a absolvição faz reviver o mérito de tôdas as boas obras anteriores, perdido pelo pecado mortal.

4.º Como efeito último, a penitência tem *graça sacramental* própria: é um direito a graças atuais medicinais, que hão de auxiliar o pecador para emendar seus defeitos e perseverar na justiça. Porisso repete-se a aplicação dêste remédio espiritual e é vantajosíssimo usar dêle amiúde, embora só houvesse na conciência faltas veniais ou meras imperfeições.

281. — *Quais são as condições para recebermos a graça da absolvição?*

R. — *Três condições são necessárias para recebermos a graça da absolvição: contrição, confissão e satisfação.*

Costuma-se relacionar a cada uma destas partes integrantes do sacramento, tudo quanto se refere à penitência; porisso, arredar-nos-emos um tanto da ordem seguida até aquí na explanação dos sacramentos e, em outros tantos parágrafos, trataremos sucessivamente da *contrição, confissão* e *satisfação.* Teremos ensejo, falando na confissão, de dizer algo a respeito do *ministro, sujeito e cerimônia* do sacramento de penitência.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Em Jerusalêm, havia outrora uma fonte milagrosa, chamada *piscina probática*. Em certos momentos, o anjo de Deus agitava-lhe as águas, e então, o primeiro que mergulhasse na fonte, saía logo perfeitamente curado, fosse qual fosse a doença. Era figura desta milagrosa fonte de perdão, aberta para todos os cristãos no sacramento de penitência.

Amor e gratidão a Cristo por ter-nos preparado êste saudável banho que purifica todas as nódoas, cura todas as enfermidades da alma!... Não uma, mas muitas e muitas vezes já experimentamos seus benfazejos efeitos... O Evangelho narra o júbilo do paralítico curado por Nosso Senhor, perto da piscina probática onde, desde trinta anos, estava esperando mão caridosa que o pusesse na água... Esta mão caridosa, encontramo-la quantas vezes queremos... Agradecido, ó meu Jesús, por terdes estabelecido perto de mim, e em permanência, o tribunal do perdão, e um sacerdote sempre pronto para curar-me!... *Hei de recorrer muitas vezes ao sacramento de penitência.*

§ II. — Contrição.

Noção geral da contrição. — Divisão da matéria.

282. — *Que é contrição?*

R. — *Contrição (do vocábulo latim conterere, contritum, que significa esmagar) é uma dôr de ter ofendido a Deus, com o propósito firme de não o ofender mais para o futuro.*

Segundo a etimologia, contrição é, pois, um como esmagamento do coração, prostrado pela impressão de uma dôr vivíssima de ter magoado a Deus pelo pecado. "Sempre, reza o concílio de Trento, a contrição foi necessária para se alcançar o perdão dos pecados. É ela que prepara o homem caído depois do batismo a receber o perdão" (Sess. XIV, IV). Com efeito, quem haveria de perdoar ao que o tivesse ofendido e não manifestasse arrependimento algum?... Pode acontecer que Deus remita os pecados sem a confissão quando esta é impos-

sível; mas não pode perdoá-los sem a contrição ou a dôr de tê-los cometido.

Para ser real, a contrição deve abranger a um tempo o *passado* e o *futuro*. Quanto ao passado, é a dôr de ter ofendido a Deus; para o futuro, é a vontade firme de não o ofender mais: entende-se facilmente que o arrependimento verdadeiro encerra forçosamente a vontade de não pecar mais. Estas matérias são importantes e exigem desenvolvimento no qual diremos: 1.º *as qualidades da boa contrição;* 2.º quais são as *duas espécies de contrição;* 3.º o que deve ser o *firme propósito*.

I. — Qualidades da contrição.

Quatro qualidades da contrição: 1.º interior; 2.º universal; 3.º soberana; 4.º sobrenatural.

283. — *Que qualidades deve ter a contrição para ser boa?*

R. — *Para ser boa, a contrição deve ter quatro qualidades; deve ser: 1.º interior; 2.º universal; 3.º soberana; 4.º sobrenatural.*

1.º *Interior:* a contrição deve existir realmente no coração, e não consistir simplesmente em palavras e sinais exteriores. De fato, quem cometeu o pecado, foi o coração: "Do coração, diz Nosso Senhor, é que saem os maus pensamentos, crimes, roubos, injustiças, blasfêmias, etc..." (*S. Marcos*, VII, 21-23). Logo, é do coração igualmente que tem de vir o arrependimento.

2.º *Universal:* a contrição deve compreender, quando menos, todos os pecados mortais sem excetuar, um só. A razão é que a ação do sacramento deve estender-se sôbre todos os pecados que constituem sua matéria, e um deles não pode ser remitido sem o outro. É impossível ficar, no mesmo tempo, amigo e inimigo de Deus e, portanto, quem não tivesse arrependimento nem firme

propósito para um pecado mortal, não podia receber o perdão de nenhum. Tendo o penitente só pecados veniais deveria ter, quando menos, a contrição dos maiores, dos mais voluntários.

3.º *Soberana:* a dôr do pecado deve ser maior que qualquer outra tristeza, porque, de fato, o pecado é o maior dos males. Isto não quer dizer que essa dôr, para ser verdadeira, se deve externar por gemidos e lágrimas, e ser necessariamente sensível, não: há provações que nos comovem mais sensivelmente como a perda dos nossos pais ou mesmo dos nossos bens. Mas cumpre ficarmos interiormente mais magoados pela desgraça de termos ofendido a Deus do que por outra qualquer desgraça.

4.º *Sobrenatural:* a contrição não deve basear-se em motivos naturais ou humanos, como a perda da reputação, consequências desastradas que o pecado acarretasse para nossa saúde ou fortuna; mas há de ser sobrenatural de dois modos: 1.º na *origem;* 2.º nos *motivos.* Na origem: de Deus, não de nós mesmos e excitada em nós pelo Espírito Santo a quem a pedimos. Nos motivos: isto é, as razões de nosso arrependimento serão as que a fé aponta: 1.º a infinita bondade de Deus que o pecado ofende; 2.º os sofrimentos e a morte de Jesús Cristo na cruz, causados por nossas faltas; 3.º a perda da graça santificante e do céu que teria sido a recompensa da nossa santidade, enquanto o pecado no-lo tira e nos torna, pelo contrário, réus das penas do inferno, seu muito justo castigo.

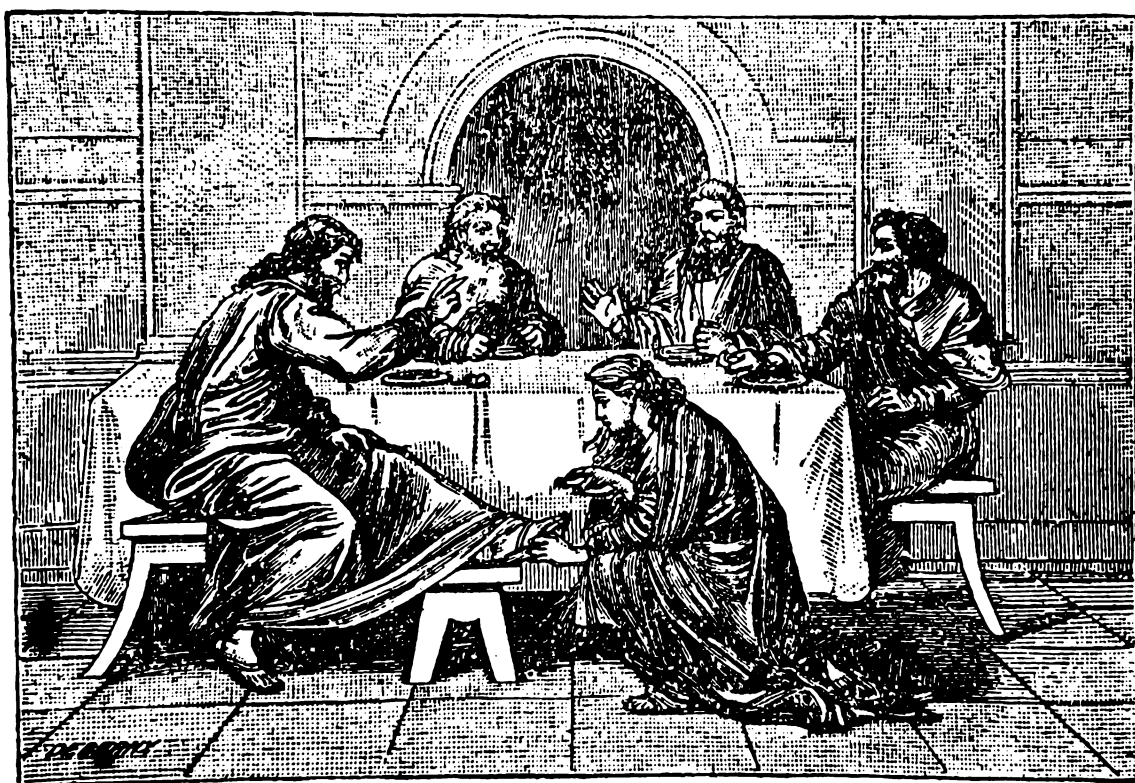
II. — Diferentes espécies de contrição.

Contrição perfeita, imperfeita. — Diferenças: 1.º na sua natureza; 2.º nos seus efeitos.

284. — *Há quantas espécies de contrição? Dai a conhecer exatamente as suas diferenças.*

R. — *Distinguem-se duas espécies de contrição: uma melhor, chamada contrição perfeita: é a dôr de ter*

ofendido a Deus por ser infinitamente bom, infinitamente amável e porque o pecado lhe desagrada; outra, boa também, mas menos perfeita, é chamada contrição imperfeita ou atrição: é a dôr de ter ofendido a Deus, causada sobretudo pela vergonha do pecado ou o temor do inferno.

Ambas, para serem contrição verdadeira, devem reunir as quatro qualidades acima mencionadas e vir acompanhadas de firme propósito; senão, nem lhes caberia o nome de contrição.

Maria Madalena aos pés de Jesús; alcançou o perdão de muitos pecados porque muito amou. Exemplo de contrição perfeita.

A contrição *perfeita* e a contrição *imperfeita* se diferenciam de duas maneiras: 1.º no *motivo;* 2.º nos *efeitos.*

1.º No *motivo.* Pois, da definição que damos, resulta que a contrição *perfeita,* sendo baseada na infinita bondade de Deus, tem motivo nobre, desinteressado; o *amor de Deus;* enquanto a contrição *imperfeita,* fundada na fealdade do pecado, no receio de perder o céu e

merecer o inferno, é menos nobre; tem um pouco de egoísmo e *temor de castigo.*

2.º Nos *efeitos.* Essas duas contrições diferem essencialmente; pois, a contrição *perfeita,* por si mesma, justifica o pecador, ainda sem o sacramento de penitência; apaga o pecado, mesmo antes da absolvição, conquanto o pecador, levado pelo amor de Deus no mais alto grau, tenha intenção de cumprir a divina vontade, e, portanto, de confessar-se logo que puder.

A contrição *imperfeita* não produz êste resultado, não justifica o pecador por si mesma; não apaga o pecado, embora acompanhada do desejo de receber o sacramento de penitência. Entretanto, dispõe o pecador ao perdão e torna-se *suficiente* quando seguida da absolvição sacramental, conquanto ainda, junto com ela, haja a esperança do perdão e vontade de não mais pecar, como positivamente declara o concílio tridentino (Sess. XIV, IV).

Do que deixamos dito, pode-se inferir que, na falta de sacerdote e de absolvição, a contrição perfeita alcança o perdão e introduz no céu, enquanto a contrição imperfeita nos deixaria a responsabilidade dos nossos pecados e o castigo que merecem.

III. — Firme propósito.

O firme propósito: suas qualidades. — Meios de reconhecer a sua presença. — Máus hábitos. — Ocasiões de pecados.

285. — *Que é o firme próposito e que qualidades deve ter?*

R. — *O firme propósito é a resolução bem assente de não tornar a cair nos pecados que se cometeram e foram confessados com arrependimento. O firme propósito deve ser interior, universal, soberano e prático.*

Não é, pois, simples intenção, mero desejo, e sim determinação enérgica de não mais pecar.

Para ser sincero e verdadeiro, o firme propósito, como a contrição, deve ser: 1.º *interior,* isto é, no coração

e na vontade e não unicamente nos lábios; 2.º *universal,* isto é, abranger todos os pecados mortais sem exceção, especialmente os em que caímos mais facilmente; 3.º *soberano,* isto é, superior a todos os vínculos, até os partirmos, superior a tôdas as dificuldades até as vencermos corajosamente; 4.º enfim, deve ser *prático,* isto é, ter sua aplicação circunstanciada e seus meios de realização; êste último sinal será a pedra de toque e real prova da existência verdadeira do firme propósito.

Estes meios de realização são os seguintes: 1.º oração; 2.º vigilância; 3.º emenda dos maus hábitos; 4.º fuga das ocasiões.

A oração e a vigilância já são conhecidas: pela *oração,* imploramos o socorro de Deus; pela *vigilância* acautelamo-nos contra as ciladas e tentações. — *Maus hábitos* são uma facilidade lastimável que nos leva a cair nas mesmas faltas às quais nos acostumamos. Qual é o meio de os debelar? Por hábitos contrários, exames sérios, atos de arrependimento, e principalmente por penitências voluntárias quando demos alguma queda.

As ocasiões de pecado são algumas circunstâncias que expõem ao perigo de fazer o mal: certos lugares, companhias, leituras. Quem não quisesse furtar-se às ocasiões de pecar gravemente, quando pode fugir, ou então, se forçado a ficar nesse perigo, não tomasse as devidas providências e tôda a cautela necessária para removê-las, mostraria que não tem firme propósito e seria indigno da absolvição. Outro tanto se deve dizer das quedas repetidas nos mesmos pecados mortais, sem emenda nem esforços para corrigir-se.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Para que nossa *contrição* tenha as quatro condições necessárias, é indispensável, primeiro, pedí-las a Deus; depois, refletir sôbre cada uma das qualidades que deve reunir, fazendo esforços

para alcançá-la; enfim, procurar especialmente torná-la sobrenatural pela consideração dos motivos tirados da fé.

2.º Quando vamos confessar, a contrição perfeita não é obrigatória; sendo porém desejável, devemos procurá-la com preferência, inspirando-nos em motivos tirados da *infinita bondade de Deus*, e do *incomparável amor de Jesús Cristo por nós*. Porém, a contrição imperfeita, incapaz por si mesma de justificar-nos, tornar-se-á suficiente com a absolvição.

3.º No tocante ao *firme propósito*, corre grande perigo de iludir-se, de enganar o confessor e profanar os sacramentos, quem se contentar com promessas sem efeito nem resultado algum.

É prática de todo bom cristão, rezar todas as noites esta fórmula de contrição perfeita e de verdadeiro e sincero bom propósito:

"Meu Deus, meu Pai, sinto amargo pesar de vos ter ofendido, porque sois infinitamente bom e amável e o pecado vos desagrada. Perdoai-me pelos méritos de Jesús Cristo, meu Salvador. Proponho, mediante a vossa graça, não torná-lo a cometer e fazer penitência per êle".

§ III. — Confissão.

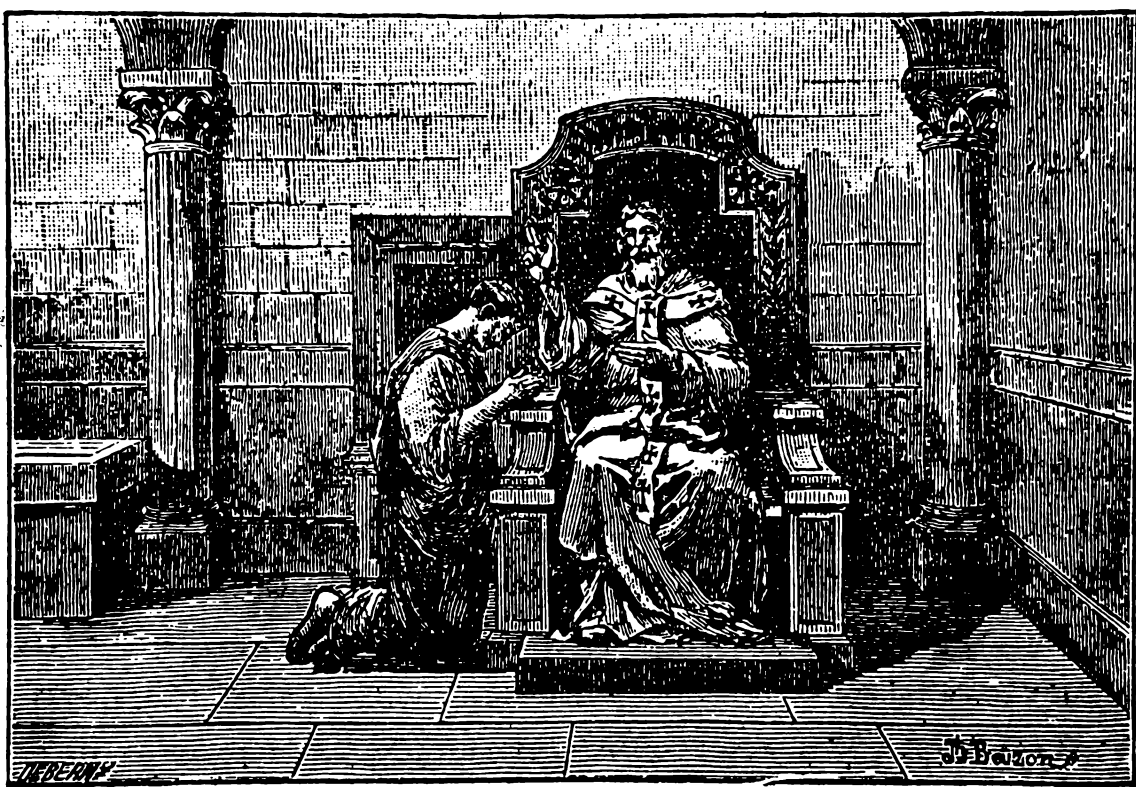
Confissão sacramental: definição explicada. — Instituição divina da confissão, 1.º pelas palavras de Nosso Senhor; 2.º pelo ensino tradicional e a prática da Igreja; 3.º pela razão. — Ministro da absolvição. — Regras a observar. — Sujeito do sacramento de penitência. — Qualidades da confissão: 1.º humilde 2.º sincera; 3.º inteira.

286. — *Que é confissão?*

R. — *Confissão (do vocábulo latino confiteri, confessar) é a acusação de todos os pecados, feita a um sacerdote aprovado para receber a absolvição.*

Desta definição, deduz-se que a confissão sacramental, de que se trata aquí, não é simples narração, mas acusação, isto é, declaração acompanhada de humildade e arrependimento. Faz-se ao sacerdote como ao ministro do perdão, e não como a um confidente. Dois são os requisitos exigidos do ministro da absolvição:

1.º *Ordenação sacerdotal*, que o faz herdeiro do poder legado aos apóstolos e a seus sucessores para remitirem os pecados; 2.º *aprovação* do bispo, isto é, poder de jurisdição, permitindo-lhe de fazer uso do seu poder de

ordem, nos limites determinados de tempo e espaço. Sem esta última condição, a absolvição dada por um sacerdote seria nula, o caso de necessidade exceto, pois nêste caso, a Igreja supre a falta. Os fiéis não têm de indagar se o sacerdote possue os necessários poderes: êle é que tem de conhecer a extensão de seus direitos e não ultrapassar êstes limites sob pena de falta grave, e deve avisar, se fôr o caso, que não tem o poder de absolver.

Confissão nos primeiros tempos do cristianismo.

Enfim, a confissão sacramental deve ser feita em vista de obter a absolvição, quer imediata, quer próxima, de modo que sempre haja matéria no momento em que o perdão fôr outorgado.

287. — *Mostrai que é Jesús Cristo que instituiu a confissão.*

R. — *A confissão sacramental, como se pratica na Igreja católica, não é nenhuma invenção humana nem instituição eclesiástica, é obra de Jesús Cristo.*

Em abôno da instituição divina da confissão pelo próprio Nosso Senhor, temos três provas absolutas e con-

vincentes: 1.º as palavras de Jesús Cristo no Evangelho; 2.º o ensino unânime da tradição e a prática universal da Igreja; 3.º a própria razão, ou o senso comum.

Assim o proclama o concílio de Trento que sentenceia o anátema contra quem pensasse ou ensinasse o contrário (*Sess.* XIV, *can.*, VI).

I. *Palavras de Jesús Cristo.* — Já lembramos as palavras da instituição do sacramento de penitência: "Recebei o Espírito Santo; os pecados serão remitidos a quem os remitirdes, e serão retidos a quem os retiverdes" (*S. João,* XX, 22). Neste passo, verdade é que Nosso Senhor não pronuncia a palavra confissão. Mas êle dá aos apóstolos o poder de sentenciar o perdão e a misericórdia, ou a justiça e a condenação, sendo ambos os julgamentos aprovados e reconhecidos por êle. Ora, no pensamento do Salvador e segundo os ditames da razão e da justiça, cumpre a estes juízes das conciências, como aos juízes dêste mundo, proceder com sabedoria e discernimento: devem saber das causas antes de dar o julgamento... Mas como poderão conhecê-las? Como hão de saber medí-las? Muitas vezes Deus e o culpado são as únicas testemunhas. Há um só meio: é a declaração feita pelo próprio pecador, isto é, a confissão.

II. *Ensino e prática da Igreja.* — Em todas as épocas, os doutores da Igreja, como o patenteiam suas obras, falaram da confissão e da sua necessidade, do mesmo modo que nós fazemos. O concílio de Latrão, em 1215, não inventou a confissão: hajam vista, no século quinto, os escritos de são Leão e de são João Crisóstomo; no quarto século, os de santo Ambrósio, santo Agostinho, são Basílio; no terceiro, as obras de são Cipriano e Orígenes; no segundo, as de Tertuliano e santo Ireneu. No primeiro século, são Clemente, papa, discípulo de são Pedro, escreve, na sua segunda epístola aos Coríntios, que devem aproveitar do tempo presente para fazer

penitência; "porque, acrescenta êle, quando tivermos saído desta vida, não será possível na outra, confessar-se nem fazer penitência".

A *prática*, aliás, andava de acôrdo com êste ensino. Não sòmente são Mateus (III, 6) e são Marcos (I, 5) nos mostram a confissão usada entre os Judeus, mas o livro dos Atos refere que quem se convertia vinha fazer a confissão das suas culpas (XIX, 18-19). Daquela época a esta parte, a história atesta que sempre a confissão foi praticada pelos cristãos: imperadores, reis, bispos, sacerdotes, assim como simples fiéis, de quem conhecemos os confessores.

III. *Provas de razão e de senso comum.* — É impossível admitir que a confissão tenha sido instituída pelos homens. — É fato averiguado que a confissão é usada hoje em dia em todas as partes da Igreja católica, e até nas seitas hereges anteriores ao protestantismo, e sempre foi assim na antiguidade cristã. Ora, reconhecido êste fato, é preciso dizer uma cousa ou outra: ou a confissão foi instituída por Jesús Cristo ou foi estabelecida pelos homens, depois de Jesús Cristo.

Mas, se fôr um homem quem impôs o jugo da confissão, digam o nome dêle, o país que habitava, o tempo em que vivia, os meios empregados para esta sua inovação vingar. São conhecidos os nomes de todos os inventores e a origem de todas as instituições importantes. Donde vem que nada de certo se pode dizer a respeito do tal inventor da confissão?

Quem, por outra parte, a não ser o soberano Mestre dos corações, teria podido fazer aceitar esta prática humilhante da confissão, que tanto custa ao orgulho humano e tamanha resistência encontra hoje?... Inventá-la não era bastante, ainda precisavam difundí-la. Não é verdadeiramente estranho que todos, sacerdotes, bispos, Soberanos Pontífices, se tivessem feito cúmplices de

tamanha impostura?... Mais de estranhar ainda, que êles próprios se tivessem sujeitado a esta prática, ao cansaço e ao incômodo inseparáveis desta parte do seu ministério?... Como, finalmente, os cristãos do mundo inteiro se teriam submetido a esta instituição nova sem resistência nem protesto?... O senso comum responde que isso tudo é impossível, absurdo. Havia, portanto, só um Deus que fosse autorizado a impor esta lei da confissão e a fazê-la aceitar, e Jesús Cristo é quem realmente a instituiu.

288. — *Qual é o ministro legítimo da absolvição sacramental?*

R. — *Ministro ordinário da absolvição e do sacramento de penitência, é o sacerdote legitimamente ordenado pelo bispo e gozando da aprovação ou jurisdição regular. É também o bispo na sua diocese e o Sumo Pontífice na Igreja inteira.*

Denominar-se-ia ministro *extraordinário* o sacerdote ou bispo que fosse legitimamente ordenado, porém não tendo jurisdição, e que, no caso de necessidade, administrasse o sacramento de penitência.

O sacerdote e o bispo, nas condições enunciadas, são ministros do sacramento de penitência, porque, excluindo os simples fiéis, são sucessores legítimos dos apóstolos a quem foi dito: "Os pecados serão remitidos a quem os remitirdes, e serão retidos a quem os retiverdes".

289. — *Que regras deve observar o ministro do sacramento de penitência?*

R. — *No desempenho das suas importantes funções, o ministro do sacramento de penitência deve acatar todas as prescrições da justiça e ser dispensador fiel.*

1.º Não pode *dar a absolvição* senão aos penitentes que julga prudentemente bem dispostos, isto é, cuja confissão lhe pareceu exata e sincera, que dão provas de arrependimento e firme propósito e estão prontos para seguir os conselhos que o confessor lhes dá.

2.º Pelo contrário, deve *negar a absolvição: a)* aos que ignoram os principais mistérios da fé; *b)* aos que não dão sinal algum de contrição e tornam a cair nas mesmas faltas sem fazer esforços para emendar-se; *c)* àqueles em cuja confissão notasse falta de sinceridade; *d)* aos que recusam perdoar ou reparar o dano causado; *e)* enfim, aos que, achando-se no hábito ou na ocasião próxima de pecar, não querem sair nem afastar-se.

3.º Havendo alguma esperança de emenda por parte do pecador, e prova de boa vontade, em vez de negar de modo terminante a absolvição, o ministro contentar-se-á em *diferí-la* por um prazo determinado, até encontrar disposições melhores: assim deve proceder; do contrário, cooperava à recepção sacrílega da absolvição, conservava o penitente numa segurança ilusória e mudava em peçonha o remédio destinado a purificar as conciências.

4.º Qualquer ministro não pode absolver *todos os pecados;* uns são reservados ao Sumo Pontífice, outros aos bispos; porisso, estes pecados, ordinariamente gravíssimos, chamam-se *casos reservados.*

O mesmo acontece com certas penas eclesiásticas chamadas *censuras,* impostas como castigo de crimes consideráveis; são: a *excomunhão, suspensão, interdição.* Quando são reservadas, um simples sacerdote não pode dar absolvição sem autorização especial. Em artigo de morte, porém, acaba toda a reserva e qualquer sacerdote pode perdoar todo o pecado e levantar tôda a censura.

5.º Enfim, o ministro do sacramento de penitência é obrigado, para as cousas que sabe só de confissão, ao *segrêdo* mais absoluto, que se chama *sigilo do sacramento.* O direito natural, o direito divino e o direito eclesiástico impõem ao confessor uma lei tão rigorosa a êste respeito que nenhum poder humano, nenhuma ameaça, nenhum perigo, nem a certeza da morte, o podem dispensar dêste dever ou permitir a violação.

— Aliás, Deus vela para o segrêdo da confissão que êle próprio estabeleceu, e a revelação de segrêdo recebido de confissão é cousa nunca vista na história.

290. — *Qual é o sujeito do sacramento de penitência?*

R. — *Sujeito do sacramento de penitência é todo o cristão batizado, que já tem idade de razão, capaz de ofender a Deus e arrepender-se, e cometeu algum pecado que seja matéria da absolvição.*

Mais, para se receber *licitamente* e com fruto o sacramento da penitência, cumpre ter conhecimento dos principais mistérios e instrução suficiente para apreciar o benefício do sacramento e produzir os atos do penitente, a saber: *contrição,* imperfeita quando menos, *confissão,* quando possível, e *satisfação* ou pelo menos desejo de satisfazer.

Se o ministro tivesse dúvidas acêrca das disposições do penitente, poderia, às vezes, dar absolvição condicional. É assim que procede para com as pessoas cujo grau de razão ou de conhecimento não é cabalmente averiguado e particularmente com os doentes que estão em perigo de morte, sem poderem produzir os atos do penitente.

291. — *Que qualidades deve ter uma boa confissão?*

R. — *A boa confissão deve ser: 1.º humilde, 2.º sincera, 3.º inteira.*

I. A confissão deve ser *humilde:* não é narração que se faz ao confessor, é acusação; portanto, a atitude do penitente deve ser a do culpado perante o juiz e suas declarações devem ser impregnadas de dôr e confusão.

II. A confissão deve ser *sincera,* isto é, devem-se acusar as faltas com franqueza e simplicidade, sem as exagerar, mas também sem as diminuir nem disfarçar. — Esconder voluntariamente um pecado mortal ou julgado mortal seria fazer confissão sacrílega e tornar nula a absolvição que se recebesse. Neste caso, seria necessário

recomeçar a confissão mal feita e tôdas as que a seguiram enquanto não se tivesse reparado a primeira, e cumpriria declarar o sacrilégio ou os sacrilégios cometidos.

III. A confissão deve ser *inteira,* isto é, segundo o ensino do concílio de Trento (*Sess.* XIV, VII), "é preciso declarar todos os pecados mortais que se recordam", depois de exame sério. Ora, esta integridade da confissão exige:

1.º Que se dê a conhecer a *espécie* ou *natureza* do pecado, isto é, contra qual mandamento, qual virtude ou qual dever foi cometido;

2.º Que se indique, quanto possível, o *número exato* dos pecados mortais. É evidente que, quanto mais faltas houver, tanto maior será a culpabilidade;

3.º Que se declarem as *circunstâncias que mudam a espécie,* isto é, modificam a natureza, ou fazem um mesmo ato ficar em oposição a vários deveres, a várias virtudes. Damos algumas circunstâncias que mudam a espécie: mentir depois de ter jurado falar verdade; bater nos pais ou numa pessoa consagrada a Deus; roubar objeto sagrado, ou em lugar santo. Em matéria de luxúria, muitas vezes a condição da pessoa que comete o pecado ou daquela em cuja companhia é cometido, muda a espécie do pecado, etc.

4.º Devem-se declarar ainda as circunstâncias que, sem mudar a espécie do pecado, *aumentam notavelmente* a malícia na mesma espécie, como se dá, muitas vezes, em matéria de roubo. É evidente, quem roubar dez ou cem mil réis é muito mais culpado no segundo caso do que no primeiro, embora tenha cometido roubo da mesma espécie.

Quanto aos pecados veniais, não é necessário acusá-los nem, portanto, dar a conhecer o número, as circunstâncias. Todavia, é útil confessá-los; pois é o meio mais fácil e mais seguro de alcançar o perdão. As pessoas piedosas

desejosas de auferir maiores proveitos de suas confissões, emendar-se mais rapidamente e verdadeiramente esclarecer o confessor, devem mesmo tomar êste costume.

Escusado é dizer que a confissão, para reunir estas qualidades, deve ser precedida de sério exame de conciência sôbre os mandamentos da lei de Deus e da Igreja, sôbre os pecados capitais e os principais deveres de estado. Havendo pecados graves esquecidos por descuido notável e côncio no exame, a confissão é má e comete-se outro pecado. Fica por tornar a fazer, junto com a reparação. Pelo contrário, se o esquecimento tiver sido involuntário, não resultando de negligência alguma, os pecados esquecidos sem querer, estão perdoados, ficando porém a obrigação de acusá-los na seguinte confissão se ocorrerem à memória e forem pecados graves.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

Sob a forma de conclusões práticas, damos aquí um resumo do *método* e *cerimonial* que é bom observar na confissão sacramental: é de máxima importância sabê-lo muito bem e praticá-lo sempre.

Feito o exame de conciência como acabamos de dizer, depois de termos pedido a Deus graças para bem conhecermos nossas culpas e termos contrição, devemos fazer esforços para excitar em nós sentimentos de arrependimento e de firme propósito, e ainda empregar algum tempo em reflexões próprias para aumentar esta contrição.

I. *Preliminares.* — Ao chegar ao confessionário, ajoelhar-se e: 1.º fazer o sinal da cruz dizendo: "Em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo".

2.º Acrescenta-se: "Meu Padre, dai-me a vossa bênção porque pequei". Esta expressão: *meu Padre* sempre se deve empregar em se dirigindo ao sacerdote durante a confissão e nunca a êle se diz *Senhor*. No confissionário, com efeito, o sacerdote ocupa o lugar de Deus: como Deus, é pai pelo carinho e pela bondade e êste nome de pai deve animar a confiança.

Como resposta à êste pedido de bênção, o confessor, enquanto o penitente se inclina, reza uma oração na qual pede a Deus que a confissão seja bem feita, e termina abençoando com o sinal da cruz o penitente que está de joelhos como prova de humildade.

3.º Sem mais demora, começa-se a fórmula de acusação geral: "Eu me confesso a Deus todo poderoso, à bem-aventurada sempre Virgem Maria, ao bem-aventurado são Miguel Arcanjo, ao bem-aventurado são João Batista, aos santos apóstolos são Pedro e são Paulo, a todos os santos, e a vós, Padre, que pequei muitas vezes por pensamentos, palavras e obras".

O penitente pára; com estas palavras, acaba de nomear e de chamar como testemunhas a tudo quanto há no céu de mais puro, mais poderoso e santo. Agora, vai começar a confissão.

II. *Confissão propriamente dita.* — Sem esperar interrogações do sacerdote, o penitente dá as seguintes importantes informações: 1.º quanto tempo correu desde a última confissão; 2.º se recebeu a absolvição; 3.º se cumpriu bem a penitência.

Depois, percorrendo os mandamentos de Deus e da Igreja, os pecados capitais e deveres de estado, declara as faltas que cometeu sôbre cada um dêstes pontos, com o número, as circunstâncias, se fôr preciso, usando a fórmula consagrada: "Meu Padre, acuso-me de ter..."

Finda a enumeração, acrescenta: "Acuso-me ainda dos pecados de que não me lembro e dos da minha vida passada..."

Não havendo senão pecados veniais para confessar, seria muito bom acusar alí, em particular, algum pecado mortal da vida passada, já perdoado, para excitar-se mais à contrição e fornecer à absolvição uma matéria mais precisa.

Termina-se dizendo: "Eu peço a Deus o perdão, e a vós, meu Padre, a penitência e a *absolvição* (estando a ela preparado, ou senão, a *bênção*)."

Depois, acaba-se: "Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa. Portanto, peço e rogo à bem-aventurada sempre Virgem Maria, ao bem-aventurado S. Miguel Arcanjo, ao bem-aventurado S. João Batista, aos santos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, a todos os santos e a vós, Padre, que rogueis por mim a Deus Nosso Senhor".

É o confessor que reza pelo penitente as duas fórmulas: *Misereátur* e *Indulgéntiam...* Depois, disto, dá avisos e faz uma exortação que se deve escutar como a própria palavra de Jesús Cristo, tirando o maior proveito, e evitando de conversar nisso fora do santo tribunal.

Enfim, impõe uma *penitência* na qual devemos pôr sentido, e convida o penitente a se recolher e a rezar o *ato de contrição,* avisando-o, caso o julgue digno, que vai dar-lhe a *absolvição.*

Nota. — As duas partes do eu pecador, em lugar de rezar-se com o Padre, no confessionário, podem rezar-se antes ou mesmo depois da confissão.

III. *Absolvição.* — Enquanto o penitente, de fronte inclinada,

está rezando o melhor que pode a fórmula do *ato de contrição*. o confessor, invocando o nome todo poderoso de Jesús Cristo, levanta a mão direita e pronuncia a sentença da absolvição. No momento em que êle abençoa o pecador, êste faz o sinal da cruz, e profundamente recolhido nesse instante solene do perdão, deixa o confessor acabar a fórmula sacramental e só se retira quando o sacerdote diz: "Ide em paz, não pequeis mais".

IV. *Depois da confissão.* — 1.º Se tiver recebido o perdão, o penitente, antes de deixar a igreja, deverá agradecer a Deus, refletir no que lhe foi dito, renovar suas boas resoluções, e se a penitência que lhe houver sido imposta puder cumprir-se já, então, deve fazê-la imediatamente, para não se expor a esquecê-la ou a fazê-la com menos devoção e piedade; 2.º se o confessor tivesse julgado útil negar ou diferir a absolvição, o penitente deveria submeter-se à sentença do juiz, não se queixar, senão esforçar-se por cumprir o que lhe foi mandado, e voltar no tempo determinado.

§ IV. — Satisfação.

Definição: objeto duplo: Deus e o próximo. — Satisfação para com Deus: dever e meios. — Reparação para com o próximo: preceito e meios.

292. — *Que é satisfação?*

R. — *Satisfação (dos vocábulos latinos satis e facere, satisfazer) é uma reparação da injúria que nossos pecados causaram a Deus ou do dano que causaram ao próximo.*

Sendo qualquer pecado desobediência a Deus, cumpre repararmos primeiro a injustiça contra êle. Porém, acontece às vezes, que o pecado prejudica ao próximo, já na sua pessoa, já na sua honra ou nos seus bens, pelo que, também o próximo tem direito à reparação. Disso resulta que a satisfação tem objeto duplo: *Deus e o próximo.*

Sob outro ponto de vista, pode-se distinguir dupla satisfação: uma é *sacramental*, a outra *voluntária.* — Satisfação sacramental é a que o sacerdote impõe como *penitência.* Esta faz parte do sacramento de penitência; não pode ser dispensada sem pecado. O pecado é mortal quando seja importante a penitência descuidada, imposta para pecados mortais; é venial, quando a omissão seja leve ou por esquecimento, sem má vontade nem negligência.

Satisfação *voluntária* é a que nos impomos a nós mesmos como acréscimo ou suplemento à satisfação sacramental ordinariamente desproporcionada com nossas culpas, e logo, insuficiente.

293. — *Haverá obrigação de satisfazer a Deus, e com que atos?*

R. — *Sim, há obrigação de satisfazer a Deus ainda quando o pecado já está perdoado. Os principais meios pelos quais podemos satisfazer a Deus são: 1.º a oração, o jejum e a esmola; 2.º o trabalho e as penas da vida, aceitas com resignação, e 3.º as indulgências.*

Se bem que Jesús Cristo, por suas orações, seus sofrimentos e sua morte já tenha feito satisfação por nós, e embora nos seja a pena eterna remitida pela absolvição, temos que pagar à justiça de Deus uma pena temporal e pessoal, nesta vida ou na outra. O Senhor a exigiu outrora do povo de Israel, depois que Moisés teve alcançado o perdão dos culpados; de Daví, depois que Natan lhe teve asseverado que seu pecado estava perdoado. Assim, a Igreja sempre exigiu, por parte dos pecadores reconciliados pela absolvição sacramental, uma satisfação: falem os *cânones penitenciais* dos primeiros séculos, onde se vêm penitências longas e rigorosas, dadas mesmo depois do perdão! Portanto, o confessor deve prescrever uma penitência, proporcioná-la, quanto possível, às culpas declaradas, e fazer com que seja uma pena *medicinal*, tornando-a no mesmo tempo expiação e meio de emenda.

Contudo, por causa da fraqueza ou pouca coragem dos cristãos dêstes nossos dias, muitas vezes, contenta-se a Igreja em impor penitências relativamente leves e insuficientes. Convém, pois, acrescentarmos outras obras satisfatórias. Ora, os principais meios pelos quais podemos satisfazer a Deus são: 1.º a oração, o jejum e a esmola; 2.º o trabalho e as penas da vida, aceitas com resignação, e 3.º as indulgências de que breve passamos a falar.

294. — *Será necessário satisfazer ao próximo, e como havemos de fazê-lo?*

R. — *Sim, sempre que temos causado ao próximo algum dano, há obrigação de repará-lo e esta satisfação deve ser adequada à natureza do prejuízo causado.*

Deus e o confessor não perdoam o pecado senão com esta condição. E' axioma de justiça e de senso comum admitido em todo lugar: "Sem reparação, nada de perdão!" Por enquanto, se fôr impossível a satisfação devida ao próximo, deve-se ter vontade de a realizar logo que as circunstâncias o permitirem.

Ora, esta satisfação deve ser adequada à natureza do prejuízo causado ao próximo. Se o temos ofendido, cumpre pedirmos desculpas; se danificamos seus bens, temos que compensar-lhe a perda; se o esbulhamos da sua honra e da sua reputação, é preciso empenharmo-nos em restituir-lhe a boa fama; se é a alma dêle que ficou prejudicada pelo escândalo, devemos desviá-lo do mal por nossos bons conselhos e bons exemplos.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Seria bastante para o soldado que a seta feriu, puxar esta seta e jogá-la longe? Não; necessário é ainda que estanque o sangue e ponha algum remédio. Assim, a confissão só não basta para a penitência ser completa, devemos ainda usar dos meios eficazes que nos preservem do pecado" (*São João Crisóstomo*).

Ora, estes meios eficazes são justamente a satisfação sacramental e mais penitências voluntárias que nos impomos para reparar nossas faltas contra Deus; são igualmente os meios reparadores que empregamos para satisfazer ao próximo na sua pessoa, nos seus bens ou na sua honra. São finalmente as provações que Deus nos envia.

"Senhor e Deus meu, diz santo Agostinho, não tenhais dó de mim: cortai, arrancai nesta vida, conquanto me poupeis na outra!"

Era também o pensamento do imperador Teodósio, aceitando de santo Ambrósio longa penitência pela matança de Tessalônica. Como estes grandes cristãos, não temos nós faltas que expiar?

APÊNDICE

INDULGÊNCIAS

Definição e divisão. — Origem das indulgências e direitos da Igreja — A indulgência do jubileu. — Condições para ganhar indulgências.

295. — *Que é indulgência?*

R. — *Indulgência (do vocábulo latino indulgere, ter compaixão) é a remissão que nos faz a Igreja da pena temporal devida aos pecados já perdoados.*

Vimos que a absolvição remite a nódoa do pecado e a pena eterna do inferno que fôra merecida; de ordinário, porém, deixa existir uma *pena temporal* que expiamos nesta vida pelas obras de penitência, ou na outra pelos sofrimentos do purgatório. Ora, é esta pena temporal que, total ou parcialmente, é remitida pelas indulgências. É preciso, pois, para aplicação da indulgência, que o pecado já tenha sido perdoado; faz-se a aplicação pelo emprêgo muito justo e legítimo das riquezas que constituem o tesouro da Igreja. Êste tesouro consta dos méritos superabundantes de Jesús Cristo, da santíssima Virgem e dos santos, e também das boas obras de todos os fiéis.

Distinguem-se duas espécies de indulgências: indulgência *parcial* e indulgência *plenária*. Aquela remite sòmente parte da pena devida ao pecado; esta a remite tôda.

296. — *Dai a conhecer a origem das indulgências e o direito que tem a Igreja de conceder indulgências plenárias ou parciais.*

R. — *As indulgências têm a sua origem na faculdade que a Igreja sempre usou de perdoar as penas canônicas que impunha.*

O poder de conceder indulgências tem bases firmadas na razão, nas palavras de Jesús Cristo e na prática constante da Igreja.

I. Na origem do cristianismo, as penitências *canônicas* impostas para pecados graves eram muito compridas e rigorosas. Ora, às vezes, a pedido dos mártires indo para o suplício, e em consideração dos seus méritos excepcionais, o Pontífice romano perdoava completa ou parcialmente a certos pecadores penitentes. Era isto uma aplicação da reversibilidade dos méritos entre cristãos. Depois das perseguições, continuou a Igreja a usar dêste seu direito de perdão a favor dos penitentes que o mereciam e estendeu essa obra de misericórdia além dêste mundo, tornando algumas indulgências *aplicáveis às almas do purgatório por via de sufrágio.* Aos vivos, concedia, por vezes, a remissão *plena* da pena, ou então remissão *parcial* de tantos *anos, dias, quarentenas* ou quaresmas, tempo no qual recrudescia de rigor a penitência. Foram conservadas estas expressões; daí dizer-se: indulgência de dois anos, ou de sete anos, sete quarentenas, trezentos ou cem dias. Estas palavras significam: remissão de pena temporal equivalente a dois, a sete anos, sete quaresmas, 300 ou cem dias de antigas penitências públicas.

Aplicadas às almas do purgatório, oferecem-se estas indulgências a Deus, que as liberaliza às almas padecentes por quem se fez a oferta, na medida proporcionada à sua duração na terra e à pena correspondente no purgatório, conhecida de Deus só.

II. Quanto ao direito que possue a Igreja de conceder indulgência, firma-se:

1.º *Na razão.* — Se a Igreja tem o poder, como foi demonstrado, de remitir a nódoa do pecado e a pena eterna que merece no inferno, com maioria de razão poderá perdoar penas temporais desta vida ou do purgatório, castigos menores que o inferno.

2.º *Nestas palavras de Jesús Cristo:* "Eu vos darei as chaves do reino dos céus; tudo quanto desligardes na terra, desligado será no céu" (*S. Mat.*, XVI, 19). Já se vê, Nosso Senhor nenhum limite pôs ao poder da sua Igreja.

3.º *Na prática constante da Igreja.* — Desde a origem vemos são Paulo, tendo excomungado um pecador de Corinto, usar depois, de indulgência para com êle e remitir-lhe sua pena (II, *Corínt.*, II, 10). Durante as perseguições, os Pontífices romanos concedem indulgências, e desde então, sempre se conservou êste costume. Assim, o concílio tridentino sentenceia o anátema contra quem se abalançasse a dizer que são inúteis as indulgências, ou que à Igreja não assiste o direito de as conceder (*Sess.* XV, XXIII).

O Sumo Pontífice sòmente tem o poder de conceder indulgências plenárias e indulgências parciais à vontade na Igreja inteira. Os cardeais podem conceder 200 dias de indulgência nas igrejas de seus títulos e em suas dioceses, os arcebispos 100 e os bispos 50, como consta do decreto da S. Congregação de Indulgências de 28 de agôsto de 1903.

A todos os que, de coração ao menos contrito, oscularem o anel dos bispos, arcebispos e cardeais, há 50 anos de indulgência aplicável às almas do purgatório (*S. Congr. do S. Ofício, 18 de março de 1909*).

297. — *Que é o jubileu?*

R.— *O jubileu, que ordinariamente se concede cada vinte e cinco anos, é uma indulgência plenária, a que estão anexos muitos privilégios e concessões especiais, como: a absolvição de certos pecados reservados e de certas censuras, e a comutação de certos votos.*

Remonta essa instituição a uma época antiquíssima: primitivamente, celebrava-se o *jubileu* todos os cem anos,

no começo do século. O papa Clemente VI, em 1342, o estabeleceu todos os cincoenta anos, e Paulo II, em 1460, todos os vinte e cinco, esta última determinação ficando sempre em vigor desde então.

Além disso, há *jubileu extraordinário* por ocasião da eleição de um novo papa, no ano imediato à sua coroação. Algumas vezes também, em graves ocorrências, os Pontífices concedem indulgências *plenárias sob a forma de jubileu.*

A palavra jubileu é tirada da antiga lei. Entre os Judeus, o ano de jubileu ou de remissão voltava todos os cincoenta anos. Êsse tempo santo trazia três privilégios: 1.º todas as dívidas estavam remitidas; 2.º todos os escravos recuperavam a liberdade; 3.º todas as heranças que tinham sido vendidas ou alienadas entravam de novo gratuitamente na posse dos antigos donos. — O jubileu da lei nova produz, na ordem espiritual, efeitos análogos: remite as dívidas da nossa alma, livra-nos da servidão, e restitue-nos os direitos à herança do céu.

298. — *Quais são os requisitos para se lucrar as indulgências em geral e particularmente a do jubileu?*

R. — *Para ganhar as indulgências, é necessário cumprir exatamente as obras prescritas e fazer ao menos a última em estado de graça.*

Em geral, para lucrar indulgências, duas cousas são necessárias:

1.º O *estado de graça;* 2.º cumprir exatamente *as condições* impostas por quem concede a indulgência. — Acresce ainda ter a intenção de ganhar a indulgência; mas uma intenção geral, formulada de manhã e perdurando virtualmente, é suficiente.

No que respeita ao *jubileu* e mais indulgências *plenárias*, as obras preceituadas são geralmente: 1.º *confissão;* 2.º *comunhão;* 3.º *visita à igreja,* com orações

rezadas às intenções do Soberano Pontífice; pode-se preencher esta última obrigação pela recitação de um *Pater, Ave* e *Glória Patri.* Para o *jubileu* prescrevem-se, ordinariamente, *jejum* e *esmola.*

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º A Igreja, por uma prodigalidade misericordiosa, multiplica para nós as ocasiões de ganharmos indulgências. A maior parte das associações piedosas: *confrarias da santíssima Virgem, do Rosário, do Escapulário, Obras da Propagação da fé,* etc., são ricas de indulgências; os objetos bentos e indulgenciados: *cruzes, medalhas, têrços;* grande número de orações; *Anjo do Senhor, Ladainhas, Atos das virtudes teologais, Orações jaculatórias,* etc., são favorecidas de preciosas indulgências. Para as lucrarmos, façamos tenção, de manhã, de ganhar as indulgências que se podem adquirir durante o dia.

2.º Um *Indulto* do Sumo Pontífice concede às pessoas que se confessarem *uma vez por semana* (e mesmo *duas vezes por mês*) a faculdade de lucrar todas as indulgências até plenárias que se deparam sem que tenham de fazer confissão especial.

3.º O uso das indulgências é sobremodo vantajoso para os fiéis: ajuda-os a saldar suas dívidas para com a justiça divina; permite-lhes praticar um ato de eminente caridade, oferecendo a Deus para as *almas do purgatório,* uma satisfação preciosa. As indulgências, contudo, não isentam do dever da penitência, nem de vivermos como bons cristãos.

EUCARISTIA

§ I. — Noções gerais da eucaristia.

Definição. — Instituição da eucaristia. — Verdades dogmáticas a respeito da eucaristia: consequências que resultam. — Provas da nossa fé na eucaristia: 1.° palavras de Jesús Cristo; 2.° ensino tradicional da Igreja; 3.° milagres. — Vários aspectos da eucaristia: 1.° sacrifício; 2.° sacramento. — Sinal sensível. Matéria, forma.

299. — *Que é a eucaristia?*

R. — *A eucaristia é o sacramento que contém o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Jesús Cristo, real e substancialmente presente, debaixo das espécies ou aparências de pão e de vinho para nosso alimento espiritual.*

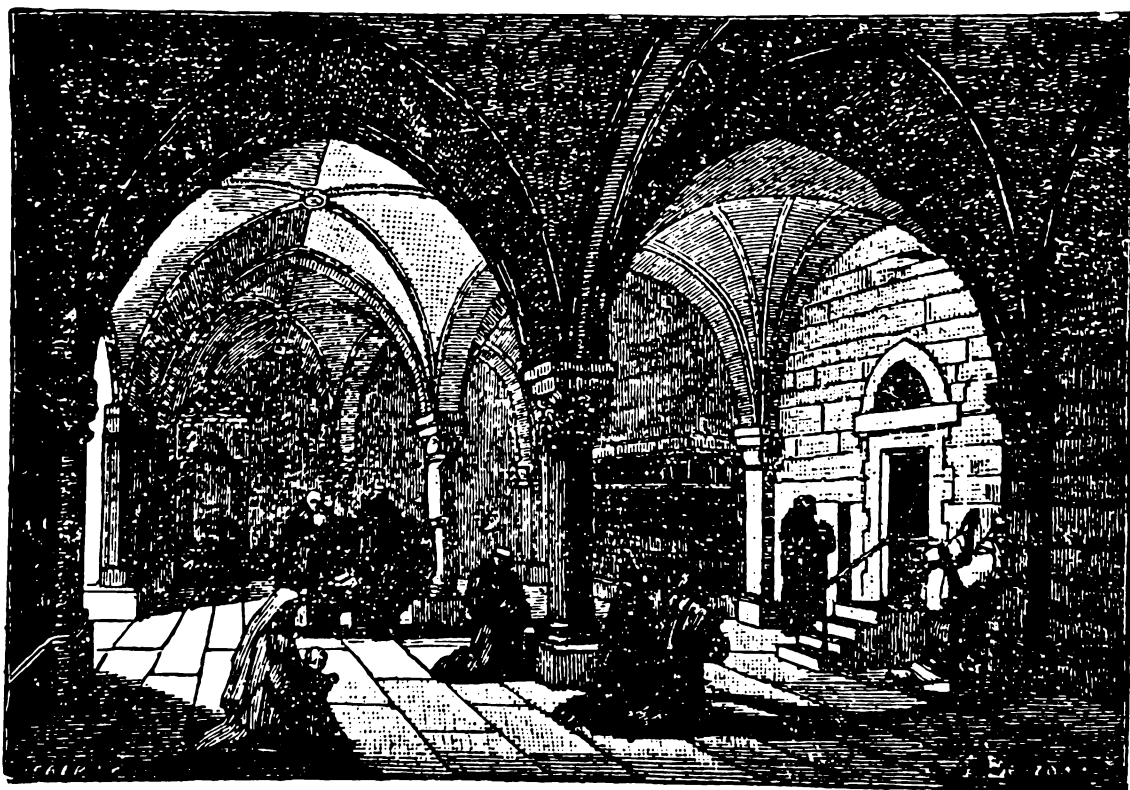
INSTITUIÇÃO DA SANTÍSSIMA EUCARISTIA. — *"Êste é meu corpo."*

A êste sacramento, dá-se o nome de eucaristia, ou ação de graça, porque, como Nosso Senhor, nós o usamos para agradecer a Deus; mas é também chamado

santíssimo sacramento, por ser o mais santo, o mais augusto de todos os sacramentos, pois contém o próprio Jesús Cristo em pessoa; *sacramento do altar,* porque é no altar que Nosso Senhor se oferece e se torna presente.

As expressões acumuladas pelo santo concílio de Trento evidenciam cabalmente que a eucaristia não é imagem, figura ou representação de Jesús Cristo, senão a realidade da sua pessoa verdadeiramente presente, nos dias da sua vida mortal, e tal como está hoje na glória.

300. — *Narrai a instituição da eucaristia.*

R. — *Após a última ceia, Jesús tomou o pão, e abençoando-o deu-o aos discípulos dizendo: Tomai e comei, êste é meu corpo. Deu-lhes igualmente o cálice de vinho, dizendo: Êste é meu sangue.*

Interior do Cenáculo; estado atual.

Era na Quinta-feira santa, véspera da sua morte; Nosso Senhor, para o cair da tarde, tinha, no cenáculo, celebrado, com os apóstolos, a Páscoa preceituado por Moisés, e comido com êles o cordeiro pascal. Para o fim da refeição, levantou-se da mesa, cingiu uma toalha, mandou

que trouxessem água numa bacia e entrou a lavar os pés dos seus apóstolos para lhes dar uma lição de pureza, humildade, obediência e caridade. Depois, sentou-se de novo, tomou o pão, o benzeu e partiu, e então, distribuindo-o aos apóstolos, disse: "Tomai e comei, êste é meu corpo". Tomando depois o cálice em que estava o vinho, da mesma forma o benzeu e distribuiu dizendo: "Tomai e bebei todos: êste é meu sangue, o sangue da nova aliança, que há de ser derramado para a remissão dos pecados". — Acrescentou: "Fazei isto em memória de mim" (*S. Mat.*, XXVI, 26-28; *S. Marcos,* XIV, 22, 24; *S. Luc.*, XXII, 19-20). Por estas últimas palavras, Nosso Senhor conferiu aos apóstolos e aos seus sucessores, até o fim do mundo, o poder de fazer o que êle próprio acabava de praticar. Ora, tinha transubstanciado o pão em seu corpo e o vinho em seu sangue. Achava-se pois a eucaristia instituída como *sacrifício,* como *sacramento* e como *sinal da sua presença* até a consumação dos séculos.

301. — *Quais são as verdades dogmáticas ensinadas pela Igreja, relativamente à santa eucaristia?*

R. — *Duas grandes verdades dogmáticas deduzem-se das palavras que acabamos de referir e são ensinadas pela Igreja, como verdades de fé, que todos os católicos devem crer, sob pena de heresia e anátema: presença real de Jesús Cristo na eucaristia, e transubstanciação, isto é, mudança absoluta e completa da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Nosso Senhor.*

1.º Em virtude das palavras da consagração pronunciadas pelo sacerdote sôbre a hóstia e sôbre o cálice, segundo a vontade de Nosso Senhor Jesús Cristo, temos o corpo, o sangue, a alma e a divindade do Salvador, isto é, torna-se verdadeiramente presente a sua pessoa divina, revestida da nossa humanidade: é isto que se chama o mistério da *presença real.*

2.º Esta presença, entretanto, por tal modo e tão completamente toma o lugar do pão e do vinho que nada mais fica do que as *espécies* ou *aparências* e não a realidade. Acham-se em lugar o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Cristo, e esta mudança denomina-se transubstanciação, palavra que significa mudança de uma substância em outra substância.

Mas desde que Jesús Cristo é ressuscitado, glorioso, imortal e impassível, seu corpo e sangue participam dêste estado glorioso; dos dogmas da *presença real* e da *transubstanciação* resultam, como consequência, as seguintes verdades dogmáticas:

1.º Jesús Cristo está *inteiro,* com sua carne e seu sangue, debaixo da espécie do pão; *inteiro* por igual debaixo da espécie do vinho.

2.º Se a hóstia consagrada fôr partida em vários fragmentos, se o vinho consagrado do cálice fôr dividido em várias porções, o corpo de Jesús Cristo *não está partido* nem dividido, mas fica presente inteiro debaixo de cada parte da hóstia, inteiro debaixo de cada gota do precioso sangue, e isto, até que os fragmentos da hóstia ou as gotas de vinho consagrado forem perceptíveis.

Assim, nossa alma está inteira em nosso corpo e em cada um dos nossos membros; assim é que a luz se reflete no espêlho, e em cada pedaço dêste espêlho quando êle se quebra.

3.º Jesús Cristo está *presente ao mesmo tempo* no céu e na santa eucaristia, em tantos lugares quantos altares houver onde se imola, quantos tabernáculos em que se conservarem hóstias consagradas. O que se multiplica, é a presença de Jesús Cristo, não seu corpo, assim como o sol, sem se multiplicar, faz no entanto penetrar luz e calor em todos os pontos do globo, com esta diferença que a presença de Jesús Cristo é *real.*

4.º Jesús Cristo *fica presente* debaixo das santas espécies consagradas, até que sejam alteradas a ponto de não haver mais aparência de pão e de vinho, portanto até que forem distribuídas em comunhão aos fiéis e desnaturadas pela digestão, ou sensivelmente alteradas pelo tempo, a umidade ou algum acidente.

5.º Enfim, Jesús Cristo, verdadeira ou substancialmente presente na santa Eucarístia, *pode e deve ser alí adorado* com o mesmo culto de latria que tributamos a Deus, pois a sua presença eucarística é real: as naturezas divina e humana subsistem neste mistério, e são dignas das nossas adorações. Dalí origina-se a prática católica de adorar solenemente o santíssimo Sacramento nas bênçãos, exposições, orações das quarenta horas, etc.; dalí ainda o louvável costume da *visita ao santíssimo Sacramento,* para prestarmos homenagens a Jesús Cristo, e solicitarmos as suas graças.

302. — *Sôbre que prova se esteia a nossa fé católica na eucaristia?*

R. — *Os alicerces da nossa fé católica na eucaristia são tão múltiplos quão sólidos e inabaláveis. Lembraremos três principais: 1.º as palavras de Jesús Cristo; 2.º o ensino tradicional da Igreja, e 3.º a autoridade do milagre.*

I. *Palavras de Jesús Cristo.* — Em duas circunstâncias memóraveis, falou Nosso Senhor muito claramente da santa eucaristia: quando deu a *promessa,* e quando realizou a *instituição.*

1.º Palavras da *promessa.* — Corria o ano que precedeu sua morte. Nosso Senhor acabava de multiplicar cinco pães no deserto de maneira tão prodigiosa, que dera de comer a cinco mil homens. Vinha próxima a festa da Páscoa. Aproveitando esta dupla ocorrência, o Salvador disse à multidão que lhe seguia os passos: "Eu sou o pão vivo descido do céu: quem comer dêste pão viverá eternamente... Minha carne é verdadeiramente

uma comida, e meu sangue verdadeiramente uma bebida. Quem comer minha carne e beber meu sangue terá a vida eterna...." (*S. João*, XI, 48 e seg.)

Embora os Judeus resmungassem e protestando se afastassem, Nosso Senhor sustentou suas afirmações e louvou os apóstolos por não se deixarem amedrontar com uma linguagem que podia parecer estranha.

2.º As palavras da *instituição*. — Já as citamos: "Êste é o meu corpo... Êste é o meu sangue..." (*S. Mat.*, XXVI, 26). Ora, a onipotência de Nosso Senhor lhe facultava o poder de cumprir esta maravilha. Não mudara êle a água em vinho, nas bôdas de Caná? no deserto não multiplicara cinco pães até alimentar com êles cinco mil homens?... Êste prodígio, que Jesús Cristo podia operar, Êle o fez; pois que Êle, a própria verdade, o assevera: "Êste é meu corpo... Êste é meu sangue". E completando: "Fazei isto em memória de mim"; quis, é certo, que a mesma maravilha se perpetuasse pelo ministério dos apóstolos e dos seus sucessores.

II. *Ensino tradicional da Igreja*. — Nunca variou neste ponto o ensino da Igreja, coluna e fundamento da verdade. São Paulo escrevia aos Coríntios: "Recebí do Senhor o ensino que vos tenho transmitido, a saber: que na própria noite em que havia de ser entregue, o Senhor Jesús tomou o pão, o benzeu, etc..." E após ter narrado a instituição da Eucaristia, deduz o Apóstolo a seguinte conclusão: "Quem come indignamente dêste pão, e bebe indignamente no cálice do Senhor é culpado do corpo e do sangue de Cristo" (I, *Cor.*, XI, 23-39).

Daquele tempo a esta parte, os doutores de todos os séculos, a tradição constante e universal da Igreja, o ensinamento de todos os concílios professaram a mesma fé. Todos os monumentos dos séculos cristãos: catacumbas, igrejas, altares, esculturas ou pinturas primitivas, tudo se ajunta para apregoar a mesma crença que S. Tomaz

de Aquino tão magistralmente traduziu no *Lauda Sion*, e o concílio tridentino formulou com tamanha precisão contra os erros protestantes (*Sess.* XIII).

3.º A *autoridade do milagre.* — Quantas vezes, através dos séculos, Deus fez milagres a favor do dogma eucarístico! Aparições visíveis de Jesús na hóstia; profanadores castigados, hóstias a derramar sangue, as santas espécies conservadas nas chamas, etc. já não falando no milagre de ordem moral: virtude conservada, heroísmo espalhado e vulgarizado; caridade e santidade levadas ao auge do brilho por naturezas fracas em meio de um mundo corroído pelo egoísmo e pelas paixões.

O dogma eucarístico, é, pois, uma das verdades melhor firmadas, melhor provadas e não pode deixar dúvida alguma no espírito dos que de boa fé, estudam a religião de Cristo.

303. — *Quais são os aspectos debaixo dos quais se pode encarar a eucaristia?*

R. — *Sob três aspectos diferentes podemos considerar a eucaristia: na sua realização, na sua permanência e na sua administração.*

1.º Na sua *realização*, isto é, no próprio ato que muda o pão e o vinho no corpo e sangue de Jesús Cristo: é a consagração, realizada no santo sacrifício da missa;

2.º Na sua *permanência*, isto é, na duração da existência eucarística, que Nosso Senhor conserva no Tabernáculo, enquanto as santas espécies alí estão conservadas para perpetuar sua presença entre nós;

3.º Na sua *administração*, isto é, no ato que comunica aos cristãos o corpo de Jesús Cristo e é chamado *comunhão*, ou recepção do sacramento da eucaristia.

Estudaremos mais acuradamente o primeiro e o terceiro apecto, isto é, a eucaristia como *sacrifício* e a eucaristia como *sacramento*.

304. — *Qual é o sinal sensível da eucaristia?*

R. — *A matéria do sacramento da eucaristia é pão de trigo e vinho de uva, que foi a matéria empregada por Nosso Senhor Jesús Cristo. A forma consiste nas palavras da consagração.*

Na eucaristia, que é um sacramento, havemos de encontrar, como nos mais sacramentos da Lei nova, um sinal sensível, constituído por matéria e forma.

1.º A *matéria* compõe-se de dois elementos; pão e vinho. O pão há de ser feito com farinha de *trigo*. Não importa, quanto à validade, que êste pão seja levedado ou *ázimo*, isto é, sem fermento. Todavia, na Igreja latina, deve-se usar de pão ázimo, porque é êste mesmo que Nosso Senhor empregou na instituição da eucaristia. Êste pão é de farinha de trigo, sem misto algum, amassada sòmente com água; é levemente cozido no fogo, e dá-se-lhe forma redonda, pouco espêssa, facilitando sua distribuição aos fiéis.

O vinho deve ser de *uva* e não de fabrico qualquer, sem nenhuma mistura a não ser algumas gotas de água que nele se deitam na hora do sacrifício. Geralmente prefere-se vinho branco, por ser mais puro.

2.º A *forma* essencial, para a *realização* da eucaristia, consiste, para a consagração do pão, nestas palavras: "Êste é meu corpo", e para a consagração do vinho nestas palavras: "Êste é o cálice do meu sangue". Mas essas palavras sacramentais não podem ser licitamente pronunciadas senão no próprio ato do sacrifício da missa, por um sacerdote validamente ordenado e junto com as orações litúrgicas.

Na *administração* do sacramento da eucaristia, não há forma absolutamente necessária para a validade, mas há obrigação para o ministro, enquanto dá a santa hóstia

aos fiéis, de pronunciar as seguintes palavras: "Que o corpo de Nosso Senhor Jesús Cristo guarde a vossa alma para a vida eterna!"

CONCLUSÃO PRÁTICA

A mais estupenda das maravilhas que inventou jamais o amor divino, não é a criação do homem, nem a incarnação de Jesús Cristo, nem mesmo a redenção oferecida na cruz: é a instituição da divina eucaristia, que vem a ser, para cada um de nós em particular, uma extensão, uma participação da incarnação, pois introduz Jesús Cristo no meio de nós, e também a aplicação dos méritos entesourados pela redenção, pois comunica-nos as graças que o Salvador alcançou morrendo por nós.

Em paga dêste portento admirável, poderemos, por ventura, testemunhar a Nosso Senhor bastante fé, bastante respeito, bastante amor agradecido? A eucaristia, para nós, é o centro e o resumo da religião tôda. É por Jesús Hóstia que sobem a Deus as nossas adorações, no santo sacrifício; por Êle é que nos vem tôdas as bênçãos; é a Jesús presente no tabernáculo que recorremos em nossas mágoas, em nossos apuros; é Jesús eucaristia que se torna, pela santa comunhão nossa comida, nossa fôrça, a fonte da vida sobrenatural e eterna. Gostemos pois, de repetir muitas e muitas vezes ao pé do altar: *"Louvado, amado, adorado seja para sempre o santíssimo sacramento!"* (100 *dias de indulgência*).

§ II. — O santo sacrifício da missa.

Noção geral do sacrifício. — O sacrifício do calvário. — A missa, verdadeiro sacrifício. — Ministro do sacrifício da missa. — A Deus só se oferece, para os vivos e os mortos.

305. — *Que é sacrifício?*

R. — *Sacrifício é a oferta exterior que faz o ministro legítimo a Deus, de uma cousa sensível que lhe consagra para reconhecer seu soberano domínio sôbre todas as cousas, expiar os pecados, agradecer ou pedir algum favor.*

Em todas as épocas, entre todos os povos se ofereceram sacrifícios a Deus. A contar da origem do mundo, vemos Caim e Abel apresentando ao Senhor os bens da terra e as primícias do rebanho. Desde o pecado de Adão, o sacrifício incluiu a idéia de expiação e é porisso que

houve imolações sangrentas. Propagou-se êste uso até entre as nações pagãs, e na lei judaica, o próprio Deus tinha preceituado diferentes espécies de sacrifícios: o *holocausto*, para adorar o Senhor; o sacrifício *eucarístico*, para agradecer; o sacrifício *expiatório*, para pedir perdão; e o sacrifício *impetratório*, para implorar algum favor.

Elevação durante a missa: *"Meu Senhor e meu Deus!"*

Esses sacrifícios todos eram figura do grande sacrifício perfeito, esperado por Deus e pelos homens, que havia de ser oferecido por Nosso Senhor Jesús Cristo na cruz, para adorar a Deus como merece e expiar de modo completo e absoluto os pecados da humanidade.

306. — *Ofereceu Jesús Cristo um verdadeiro sacrifício?*

R. — *Sim, a imolação de Nosso Senhor no Calvário foi sacrifício verdadeiro, pois encontramos nela todas as condições do sacrifício.*

Estas condições são: 1.º *ministro legítimo:* Jesús Cristo, pontífice eterno, único sacerdote, no rigor da palavra, sendo todos os outros sòmente seus delegados ou

substitutos; 2.º *vítima:* Nosso Senhor ainda, verdadeiro cordeiro de Deus, carregado com os pecados do mundo; 3.º *imolação* real, pois a vítima derramou todo o sangue e recebeu o golpe da morte; 4.º os *quatro fins* do sacrifício foram preenchidos: Nosso Senhor apresentou a seu pai *adoração* perfeita, *ação de graças* igual aos seus benefícios, *expiação* infinita pelas nossas ofensas, e *oração* todo poderosa.

Mas querendo representar e continuar até o fim do mundo o grande e único sacrifício da cruz, Nosso Senhor instituiu e ofereceu, na Quinta-feira santa, véspera da sua morte, um sacrifício que é a reprodução fiel do que fez no calvário: é o que chamamos sacrifício da missa.

307. — *Que é missa?*

R. — *Missa é o sacrifício incruento do corpo e do sangue de Jesús Cristo, oferecido sôbre os nossos altares, debaixo das espécies de pão e de vinho, em memória do sacrifício da cruz.*

A missa é verdadeiro sacrifício, e nela encontramos, como no calvário:

1.º *Sacerdote:* é ainda Jesús Cristo; no altar, porém, opera por intermédio de um ministro, que é seu delegado ou substituto;

2.º *Vítima:* é sempre Nosso Senhor, porém velado no sacrifício da missa, debaixo das espécies sacramentais do pão e do vinho, transubstanciadas, no momento da consagração, em sua carne e sangue;

3.º *Verdadeira imolação:* com efeito, primeiro oferecida a Deus, a vítima é imolada, mística mas realmente: as palavras da consagração lhe dão, de algum modo, o golpe da morte e, pela comunhão, ela desaparece como desaparecia outrora a vítima, pela combustão ou pela manducação.

4.º Enfim, a missa é oferecida a Deus para obter os mesmos efeitos que a imolação do calvário, isto é, para preencher os quatro grandes deveres do homem: *adorar* a Deus, *agradecer*, *pedir* perdão, e *solicitar graças.*

O sacrifício da missa, dissemos, *representa* o da cruz; de fato, o pão e o vinho, consagrados separadamente e conservados distintos um do outro, lembram o corpo de Cristo separado, na cruz, do seu sangue derramado no chão, e assim, Nosso Senhor acha-se no altar em estado aparente de imolação e de morte.

O sacrifício da missa *continua* o da cruz; com efeito, Jesús Cristo, sempre pontífice e sempre vítima, nos alcança e liberaliza as mesmas graças, e como no calvário, realiza os quatro fins do sacrifício.

Em ambos os casos, portanto, é o mesmo sacrifício; a única diferença notável é que: 1.º na cruz, Jesús se oferecia a si mesmo, enquanto, no altar, o faz pelo ministério do sacerdote; 2.º no calvário, a imolação era real e sangrenta, enquanto, na missa, é mística: o sangue não está realmente derramado.

308. — *Qual é o ministro do sacrifício da missa?*

R. — *O ministro do sacrifício da missa é o sacerdote, legitimamente ordenado por um bispo.*

A ordenação sacerdotal é absolutamente necessária para a *validade* do sacrifício. Efetivamente, aos apóstolos sòmente e aos seus herdeiros legítimos no sacerdócio é que Jesús Cristo disse: "Fazei isto em memória de mim" (*S. Lucas,* XXII, 19).

Para oferecer *licitamente* o sacrifício da missa, o sacerdote deve observar todas as prescrições da Igreja e em particular estar de jejum e possuir a graça santificante. Se não se conformasse com estas prescrições, tornar-se-ia gravemente culpado; o sacrifício, porém, não deixaria de produzir todos os efeitos, porque a eficácia

dêle depende da virtude todo poderosa de Jesús Cristo e não das qualidades do sacerdote, que não passa de instrumento. Enfim, o sacerdote deve consagrar debaixo das duas espécies, com matérias válidas, e comungar também debaixo das duas espécies do pão e do vinho; sem o que o sacrifício seria a um tempo *ilícito* e *nulo.*

309. — *A quem e por quem se oferece o sacrifício da missa?*

R. — *O sacrifício da missa é oferecido a Deus sòmente. Pode oferecer-se pelos vivos e pelos mortos.*

I. Sòmente a Deus se oferece o sacrifício da missa. Com efeito, o sacrifício é ato de adoração por excelência: portanto, dirige-se unicamente a Deus.

Portanto, não se oferece o santo sacrifício à santíssima Virgem, aos anjos ou aos santos: mas em honra dêles pode-se oferecê-lo a Deus; nada mais legítimo que fazer intervir a santíssima Virgem, os anjos e os santos nas orações do sacrifício. É a consequência do que dissemos tratando do seu culto. A missa, portanto, pode ser rezada em honra dêles para agradecer a Deus pelas graças que lhes deparou e alcançar, por intercessão dêles, os favores que solicitamos.

II. Conforme o próprio fim da sua instituição e de acôrdo com o ensinamento do concílio tridentino, o sacrifício da missa é oferecido *pelos vivos* e *pelos mortos.* 1.º Oferece-se *pelos vivos:* pelos justos, para êles perseverarem; pelos pecadores, para êles se converterem; pelos hereges e cismáticos, para êles voltarem à unidade católica; pelos próprios Judeus e os infiéis para que Deus lhes dê a graça de conhecerem e abraçarem a verdadeira religião. 2.º Oferece-se pelos *mortos:* porque o sacrifício da missa possue virtude expiatória que pode ser, para êles, de grande préstimo além dêste mundo. Todavia, não se oferece pelos santos, já que não precisam mais de graças: também não se pode oferecer pelos réprobos,

que não são aptos a recolher os frutos. Mas quem pode estar certo da reprovação de uma alma?... É, portanto, lícito e saudável mandar rezar missas pelos finados: se estiverem no purgatório, o sacrifício há de redundar para êles em alívio preciosíssimo; e caso não pudessem aproveitar dêste socorro, Deus o aplicaria a outras almas, segundo os intentos da sua sabedoria e misericórdia.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O sacrifício da missa, sendo o mesmo que o sacrifício da cruz, para a êle assistir será *método* excelente, seguir, pelo pensamento, os acontecimentos da *paixão* do Salvador, considerando Jesús sucessivamente no horto das Oliveiras, nos tribunais de Anaz e Caifaz, de Pilatos e Herodes, na cruz e no túmulo. Procuremos ter os mesmos sentimentos que tivéramos presenciando o drama do Gólgota.

Outro método muito louvável também, é ocupar-se com os quatro fins do sacrifício. Desde o comêço até o evangelho, preenchemos o dever da *adoração;* do evangelho até a elevação, cumprimos o da *expiação;* da elevação até a comunhão, oferecemos a Deus seu Filho Jesús Cristo em *ações de graças;* enfim, desde a comunhão até o último evangelho, dirigimos a Deus os nossos *pedidos.*

O meio mais profícuo de ouvirmos missa, é acompanharmos as *orações litúrgicas,* que o sacerdote reza no altar: andar com mais acêrto que a santa Igreja, não podemos; e é comungar nos seus pensamentos, seguirmos com atenção do espírito e piedade do coração as fórmulas da prece que ela própria vai fazendo.

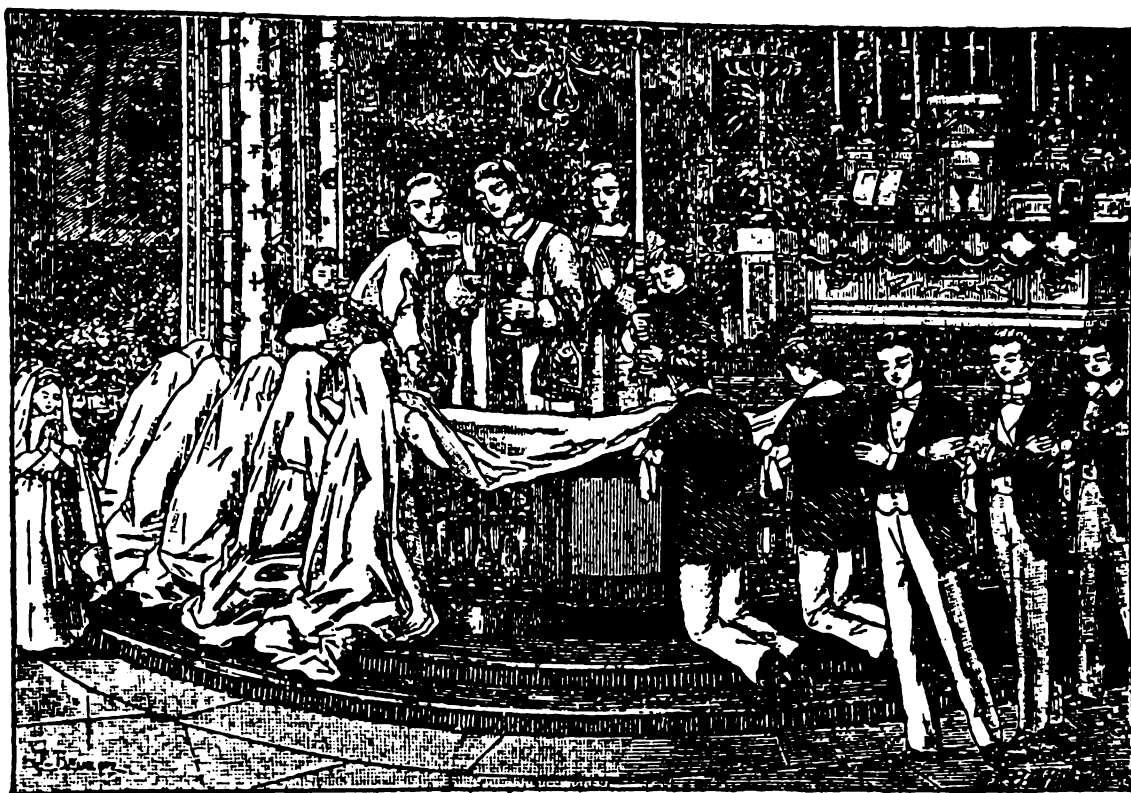
§ III. — Necessidade e efeitos do sacramento da eucaristia.

A comunhão. — Obrigação de comungar. — Comunhão debaixo das duas espécies. — Efeitos da santa comunhão.

310. — *Que é comunhão?*

R. — *Comunhão é a recepção da divina eucaristia, isto é, do corpo e sangue de Jesús Cristo debaixo das espécies sacramentais.*

Êste ato chama-se *comunhão* (união comum) porque nos une a Jesús Cristo da maneira mais íntima e estreita. Poder-se-á, com efeito, imaginar união mais real e completa que a união resultando da assimilação por nossa

própria substância da comida que tomamos? Ora, na santa comunhão, comemos a carne e bebemos o sangue de Nosso Senhor, e êsse alimento divino transforma-se em nossa substância, ou antes, por ser êle mais nobre,

É Jesús que recebemos na Santíssima Comunhão.

eleva-nos até a sua própria altura, e torna-nos participantes da natureza divina. Porque a eucaristia que recebemos, é verdadeiramente o corpo de Nosso Senhor Jesús Cristo, o mesmo que nasceu da Virgem Maria, foi pregado na cruz e agora está ressuscitado glorioso, oculto aos nossos sentidos, porém presente à nossa fé.

311. — *Há obrigação de comungar?*

R. — *Há obrigação de comungar em perigo de morte, e, ao menos, uma vez cada ano, na Páscoa da Ressurreição.*

1.º A intenção de Nosso Senhor, neste particular, manifesta-se pela escolha que fez do pão e do vinho como matéria da eucaristia. Indica-nos claramente por alí que deseja ser, pela comunhão, alimento de nossas almas, como o pão e o vinho são alimento do corpo.

2.º Além disso, Nosso Senhor deu *ordem* terminante de comungar, por estas palavras que o evangelho refere: "Se não vos alimentardes da carne do Filho do homem, e se não beberdes seu sangue, não tereis a vida em vós mesmos"... E completa seu pensamento dizendo: "O que me comer terá a vida por mim, e viverá eternamente" (*S. João,* VI, 54-58). Resulta claro destas palavras que, se quisermos, na terra, possuir a vida sobrenatural de Jesús Cristo e da graça, e no outro mundo, alcançar a vida eterna, devemos receber a eucaristia, por outra, devemos comungar.

3.º Entretanto, não determinou Nosso Senhor o tempo em que se havia de comungar: um *preceito da Igreja* tornou obrigatória — segundo temos estudado na explicação do seu IV.º mandamento (n.º 191 e seguintes) — a comunhão anual em tempo de Páscoa, assim como a comunhão em artigo de morte. Esta última é denominada *viático* porque é socorro preparado para a passagem desta vida para a eternidade.

A Igreja, porém, anseia por ver os fiéis comungarem mais amiúde, especialmente nas principais festas. O concílio tridentino externa o mesmo desejo de ver os fiéis achegarem-se à santa mesa sempre que ouvirem missa, isto é, *quando menos,* todos os domingos e festas.

Com mais insistência, Pio X renovou o mesmo desejo no decreto da comunhão *frequente* e *cotidiana.*

312. — *Haverá obrigação de comungar debaixo das duas espécies?*

R. — *O sacerdote, sòmente quando celebra o santo sacrifício, deve comungar debaixo das duas espécies de pão e de vinho. Os fiéis — e mesmo o sacerdote, se comungar sem celebrar a missa — não estão obrigados à comunhão debaixo das duas espécies.*

É dever para o sacerdote que celebra, porque o sacrifício da missa foi instituído por Nosso Senhor desta

maneira, e porque, do contrário, faltaria alguma cousa na própria essência do sacrifício, que deve reproduzir o do calvário e o do cenáculo.

Mas os fiéis, — e mesmo o sacerdote, se comungar sem celebrar a missa — não estão obrigados à comunhão debaixo das duas espécies. Verdade é que, nos primeiros séculos, costumava-se receber a eucaristia debaixo das espécie de pão e de vinho, mas ninguém cuidava que êste uso fosse necessário. A contar do século XII, o costume de dar a eucaristia aos fiéis sòmente debaixo da única espécie do pão, prevaleceu, e isto por causa das dificuldades, acidentes e profanações que resultavam, não raro, da comunhão debaixo da espécie do vinho.

Aliás, Jesús Cristo, achando-se inteiro debaixo de cada espécie, como ficou dito, recebemos, debaixo de uma só espécie, o sacramento inteiro e as mesmíssimas graças.

313. — *Que efeitos produz em nós a santa comunhão?*

R. — *Os principais efeitos que a eucaristia produz em nós são:*

1.º Conservar e aumentar a vida da alma, que é a graça, como o alimento material conserva e aumenta a vida do corpo;

2.º Apagar os pecados veniais e preservar dos mortais;

3.º Unir-nos a Jesús Cristo e fazer-nos viver de sua vida;

4.º Ser, para nós, penhor da vida eterna.

Os *efeitos* da santa comunhão são sintetizados nestas palavras de Nosso Senhor ao dar-nos a promessa da eucaristia: O que come minha carne e bebe meu sangue permanece em mim e eu, nêle... O que me comer terá a vida por mim e viverá eternamente" (*S. João*, VI, 57-59). Daí inferimos que os efeitos da eucaristia são:

1.º *Alimentar* e fortificar a alma, como o pão e o vinho alimentam e fortificam o corpo, de modo que ela

produz aumento de vida sobrenatural ou graça santificante.

2.º *Unir-nos* estreitamente com Jesús Cristo: "Êle está em nós, e estamos nêle". Unir-nos com Deus pela caridade: tal era o fim da criação. O pecado tinha quebrado êste vínculo; Nosso Senhor o reatou pela incarnação e a redenção; mas é pela comunhão que, estando pessoalmente unidos a Jesús Cristo e a Deus, realizamos a palavra de são Pedro: "participantes da natureza divina" (II *S. Pedro,* I, 4). Era o anelo de todas as religiões. No catolicismo, mercê da eucaristia, foi realizado o que tanto e debalde se almejava.

3.º Ao baixar até o nosso nivel, Jesús Cristo nos traz a *santidade,* da qual Êle é o manancial. Comunica-nos um princípio de grandeza e dignidade, alevanta os nossos pensamentos, aquece-nos o coração, ministra-nos socorros e fôrças para emendarmos os nossos defeitos e chegarmos à prática das mais acrisoladas virtudes. Compreendem-se então as vantagens da comunhão mais frequente, chamada pelo santo concílio de Trento "o antídoto das faltas veniais, e o preservativo dos pecados mortais".

4.º Enfim, a comunhão, princípio da vida sobrenatural e santa, é para nós *penhor de vida eterna* e ressurreição gloriosa. Jesús Cristo o ensina positivamente: "Quem comer minha carne e beber meu sangue, terá a vida eterna, e ressuscitá-lo-ei no último dia" (*S. João,* VI, 55).

CONCLUSÃO PRÁTICA

Jesús Cristo o diz e até jura: "Em verdade, em verdade, eu vo-lo digo..." é preciso receber a santa eucaristia e dela se alimentar; do contrário será impossível viver.

"Os que andam à procura de pretextos ou desculpas para conservar-se afastados do uso frequente do pão dos anjos, podem-se equiparar aos convidados de que fala a parábola do evangelho, os quais não obstante suas desculpas para não irem ao festim, atraem sôbre si a cólera do pai de família" (*São Francisco de Sales*).

Quando o homem não toma, algum tempo, nenhum alimento, vai enfraquecendo e adoece: o mesmo se dá com o cristão privado da fôrça divina, porque êle nega à sua alma o alimento necessário à vida. Não é esta a causa do mal-estar por demais frequente, da fraqueza de muitas almas? Não era assim com os santos, que se mostraram todos piedosamente ávidos da santa comunhão. Sua vida era a eucaristia e quando não pudessem receber a comunhão sacramental, supriam a esta falta com a *comunhão espiritual* ou de desejo.

"Os *sacerdotes* terão *especial* cuidado em excitar vivíssimo desejo da comunhão cotidiana no coração dos meninos que se preparam à primeira comunhão. Tomem providências para que os meninos façam essa primeira comunhão o mais cedo possível..., antes de perderem o brilho da inocência ao contacto das nódoas do mundo..., e a renovem todos os dias" (Pio X).

§ IV. — Ministro e sujeito da eucaristia. Disposições para a santa comunhão.

Ministro do sacramento da eucaristia. — Sujeito dêste sacramento. — Disposições requeridas: 1.° para a alma; 2.° para o corpo. — Comunhão boa, indigna, tíbia.

314. — *Qual é o ministro dispensador do sacramento da eucaristia?*

R. — *O ministro ordinário, na administração do sacramento da eucaristia, é o sacerdote cujos dedos são consagrados pelo óleo santo para tocar o corpo adorável de Jesús Cristo.*

Os diáconos, na primitiva Igreja, eram muitas vezes encarregados de distribuir a santa comunhão, e levá-la aos ausentes. Em caso de necessidade, o simples diácono, que já tem o poder de tocar a hóstia santa, poderia ainda desempenhar esta função, porque é o ministro extraordinário na dispensação eucarística. Um simples fiel, em caso extremo, e para furtar a eucaristia a um perigo de profanação, poderia dar-se a si mesmo ou dar a outros as hóstias santas em comunhão; tornar-se-ia então ministro extraordinário da distribuição da eucaristia.

315. — *Qual é o sujeito do sacramento da eucaristia?*

R. — *Todo o cristão batizado pode validamente receber o sacramento da eucaristia.*

Na primitiva Igreja, costumavam dar a santa comunhão aos recém-batizados, mesmo a criancinhas. Se alguma pessoa não batizada fosse comungar, receberia a eucaristia materialmente, mas não como sacramento, por não ser apta. — Hoje, a disciplina da Igreja não quer que se dê a santa comunhão a crianças antes de terem alcançado a idade de discrição, isto é, antes de serem capazes de discernir o ato importante que praticam recebendo a santa comunhão.

Ao vigário da freguesia pertence admitir à primeira comunhão as crianças que têm instrução suficiente.

Antes desta admissão, pode-se, contudo, e mesmo deve-se dar a santa comunhão aos meninos que estão em perigo de morte, uma vez que tenham idade de razão e sejam capazes de diferenciar o pão eucarístico da comida vulgar. O preceito divino obriga-os, devem seguí-lo.

Não se dá a comunhão aos indignos, isto é, aos pecadores públicos e escandalosos, nem aos que não têm uso da razão (alienados).

Para se receber *licitamente* e com proveito a divina eucaristia, cumpre ter as disposições requeridas.

316. — *Quais são as disposições requeridas para bem comungar?*

R. — *Para bem comungar, três cousas são necessárias:*

1.º Estado de graça;

2.º Jejum desde meia-noite até o momento da comunhão.

3.º Conhecimento do que se vai receber e fé e devoção no apresentar-se à comunhão.

Entre estas disposições, umas se referem à *alma*, outras ao *corpo*.

I. *Disposições da alma.* — 1.º A primeira e principal é o *estado de graça*, isto é, isenção de pecado mortal. "Prove-se o homem a si mesmo, manda são Paulo, e não beba dêste vinho senão com cautela: pois quem come indignamente a carne ou bebe indignamente o sangue do Senhor, come e bebe a própria condenação" (I. *Cor.*, XI, 27-29).

Donde se deduz que haveria falta grave, chamada *sacrilégio*, para quem fosse comungar julgando-se culpado de pecado mortal. Posto que cuidássemos ter contrição perfeita, não nos seria permitido achegar-nos à santa mesa antes de termos purificado a conciência por uma boa confissão e pela absolvição sacramental: assim o prescreve o concílio tridentino (*Sess. XIII*, VII, *e cân.*, II).

Poucas são as exceções a essa regra; por exemplo:

a) Havendo obrigação de comungar e falta de confessor;

b) Se fosse preciso furtar a eucaristia a um perigo ou profanação iminente;

c) Tratando-se de *pecado mortal cometido desde a última confissão*, não basta excitar-se à contrição perfeita, é necessário confessar-se e receber a absolvição antes de comungar. O concílio de Trento o diz formalmente: "Quem tem pecado mortal na conciência, seja qual fôr a contrição de que se julgue animado, não deve aproximar-se da santa eucaristia sem antes recorrer à confissão sacramental" (*Sess.* XIII, *c.* VII). — Entretanto, não se lembrando dêste pecado senão na mesa sagrada, e afim de evitar escândalo, poder-se-ia pedir perdão a Deus no fundo do coração e comungar, com a condição de confessar-se quanto antes.

d) Tratando-se de pecado mortal esquecido em confissão, S. Afonso diz que é mais prudente ir confessar-se, se fôr possível, antes de ir comungar, mas que não há obrigação (*Hom. apost.*, n. 23). Basta, na confissão seguinte, acusar o pecado esquecido.

Nesses diversos casos, é mister ainda excitar-se à contrição perfeita.

2.º Além da pureza da conciência, outra disposição necessária é preparar-se à santa comunhão pelo recolhimento do espírito, a devoção do coração, a confiança, o amor para com Jesús Cristo, o arrependimento dos pecados veniais.

II. *Disposições do corpo.* — 1.º A disposição do corpo essencial e primeira é o *jejum;* não se deve ter ingerido cousa alguma a modo de comida ou bebida a contar de meia-noite. Esta regra é muito antiga na Igreja, e baseia-se no respeito devido ao corpo de Cristo; não convém introduzir no estômago êste alimento divino junto com a comida vulgar. Temos a mesma razão para não comer nem beber imediatamente depois da comunhão; quanto possível, salvo o caso de motivos particulares, é bom esperar quando menos uns quinze minutos. É preciso também, no mesmo intervalo deixar de cuspir, para que não aconteça rejeitarmos algum fragmento da santa hóstia.

O jejum eucarístico constitue obrigação grave: não admite razão de matéria leve. Pode ser dispensado unicamente nas seguintes ocorrências.

a) No estado de *doença* grave; então comunga-se em viático, seja qual fôr a hora, e sem estar de jejum. *b*) No seguinte caso muito raro: o sacerdote cai doente, no altar, depois da consagração, e não pode terminar a missa; outro sacerdote, ainda que não estivesse mais de jejum, deveria completar o santo sacrifício. *c*) Enfim, para

furtar a eucaristia ao perigo ou à profanação, seria permitido, e mesmo ordenado, consumir as santas hóstias, embora se tivesse comido e bebido, se por outra parte não houvesse alí pessoas ainda de jejum (1).

2.º A segunda disposição do corpo é apresentar-se à santa comunhão com exterior modesto e recolhido, trajes convenientes, sem luxo, como também sem desmazêlo. É uso tirar as luvas, indo à santa Mesa; os militares deixam as armas.

317. — *Que é comunhão boa, indigna, tíbia?*

R. — *1.º Uma comunhão é boa quando feita com as devidas disposições da alma e do corpo, sem negligência grave.*

2.º A comunhão é indigna ou sacrílega quando, cientes, nós a fazemos com algum pecado mortal, ou sem estar de jejum, ou com intenções ruins.

3.º A comunhão é tíbia quando não é fervorosa nem má, senão distraída ou mal preparada.

1.º A comunhão será *fervorosa,* se tivermos ardente amor de Deus, vivo desejo de receber a Jesús Cristo, e imensa gratidão por êste benefício incomparável. A comunhão boa, especialmente quando é fervorosa, produz todos os efeitos que demos a conhecer.

2.º Na comunhão *indigna* ou *sacrílega* recebe-se, na verdade, o corpo e sangue de Jesús Cristo, não porém as graças ligadas ao sacramento. Comete-se um pecado enorme: o crime de Judas; "come-se e bebe-se a própria condenação", diz são Paulo. Por grave que seja êste pecado, sempre se pode alcançar o perdão; mas gera ordinariamente a perda da fé, a impiedade, o endure-

---

(1) Um indulto de Pio X (1906) permite às pessoas **fracas** que desejam comungar **diária** ou **frequentemente**, tomar algum alimento (caldo ou mesmo leite), cada vez que o jejum lhes traria graves incômodos; isto, a juízo do confessor ou diretor.

cimento e o desespêro: assim é que se justifica a palavra do Apóstolo.

3.º A comunhão *tíbia* é o caso de quem vai receber a eucaristia com faltas veniais, voluntariamente cometidas, e para as quais conserva apêgo e afeição; ou ainda de quem, voluntariamente, se ocupa, no momento de comungar, com cousas diversas, distrações que não são mortais, porém desagradam a Deus, ou enfim do que não tem bastante recolhimento interior ou exterior. Isto tudo é oposto ao respeito e ao amor que devemos a Jesús Cristo. Eis porque a comunhão tíbia nos priva das vantagens da boa e fervorosa comunhão: deixa-nos frios e indiferentes; não traz nem santidade nem alegria. Finalmente, é muito para recear que a pouco e pouco ela aparelhe o caminho para a comunhão sacrílega, acarretando-a como que fatalmente. Porisso é que importa sumamente estarmos acautelados contra as comunhões tíbias.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

Eis aquí o que estabeleceu e declarou a sagrada Congregação do Concílio, na sessão plenária de 16 de dezembro de 1905, acêrca da comunhão frequente:

1.º A comunhão frequente e cotidiana, porque sumamente desejada de N. S. Jesús Cristo e da Igreja Católica, seja permitida a todos os fiéis cristãos de qualquer ordem ou condição; *de sorte que nenhum, que tenha o estado de graça e se aproxime da S. mesa com intenção reta e pia, possa ser impedido.*

2.º A intenção reta está em que quem se aproxima da S. mesa, *não o faça por costume ou por motivos humanos,* mas com ânimo de satisfazer à vontade de Deus, unir-se a Êle com caridade mais íntima, e remediar com aquele medicamento divino às suas enfermidades e defeitos.

3.º Embora seja sumamente *conveniente* que os que comungam cotidianamente estejam isentos de culpas veniais, ao menos das plenamente deliberadas e do afeto a elas, *todavia é suficiente que estejam livres de culpas mortais e façam o propósito de não pecar mais no futuro*: com êste propósito sincero, não pode deixar de

suceder que os que comungam cotidianamente, *pouco a pouco se livrem também de pecados veniais e do afeto a eles.*

4.º E, desde que os sacramentos da nova lei, se bem que produzam seu efeito *ex ópere operato*, todavia produzem efeito maior em proporção das melhores disposições que se têm ao recebêlos, porisso deve-se procurar que a sagrada comunhão seja precedida por diligente preparação e acompanhada de conveniente ação de graças, segundo a capacidade, condição e ocupações de cada um.

Seguem conselhos aos confessores, vigários, para que animem mais e mais os fiéis a comungar diariamente.

A comunhão semanal e a comunhão diária, como vemos, tem sido encarecidamente recomendadas por sua Santidade Pio X. Os assaltos múltiplos que a impiedade dirige contra a nossa fé nos impõem a necessidade urgente de recorrer a êste escudo, único salva-vidas no mar proceloso do mundo. Cumpre, no entanto atender ao parecer do confessor, e agradecer o favor da comunhão frequente por uma vida seriamente cristã, amparada por constantes práticas de piedade.

§ V. — Cerimônias na administração do sacramento da eucaristia.

Cerimônias da comunhão: 1.º dada na igreja; 2.º levada aos doentes.

318. — *Quais são as principais cerimônias usadas para a administração da eucaristia?*

Temos que distinguir a administração da eucaristia feita aos fiéis na igreja em comunhão ordinária, e a que se faz a domicílio, ou em viático a enfermos e doentes.

I. *Comunhão dada na igreja.* — É mais de acôrdo com a liturgia e o desejo da Igreja dar a comunhão aos fiéis durante o santo sacrifício da missa, no momento indicado, depois da comunhão do sacerdote. Tôdas as orações litúrgicas, antes e depois da comunhão, são dispostas e escolhidas neste intuito, tanto para os fiéis como para o sacerdote: é porisso que convém, quanto possível, comungar na missa.

Todavia, não há nisto nem preceito nem regra invariável, e não é necessário ouvir missa para comungar; mas é necessário sempre fazer uma *preparação;* afora as

orações da missa, a melhor será a recitação atenta dos *Atos antes da comunhão.* Do mesmo modo, para a *ação de graças,* é bom rezar os *Atos depois da comunhão.* — Pode-se usar, contudo, de outras fórmulas ou livro de piedade, uma vez que a leitura seja adequada à circunstância e se refira à santa eucaristia.

Si der a santa comunhão durante a missa, ou imediatamente antes, ou logo depois, o sacerdote será revestido dos paramentos sacerdotais que deve ter para o santo sacrifício. Em outra hora, fora da missa, terá sobrepeliz e estola, símbolos de justiça e autoridade.

1.º No momento em que se abre o tabernáculo, reza-se o *Confíteor* inteiro. Oração muito própria para nos excitar à humildade, à contrição, à confiança em Deus. — O sacerdote, voltando-se para os fiéis, reza as duas orações *Misereatur* e *Indulgéntiam,* pedindo a Deus que perdoe nossos pecados.

2.º O sacerdote toma do cibório uma hóstia santa e erguendo-a, fala voltado para os assistentes: "*Ecce Agnus Dei*... Eis o Cordeiro de Deus que apaga os pecados do mundo"... Depois, por três vezes: "*Dómine non sum dignus*... Senhor, não sou digno de que entreis em minha morada, etc." São as palavras do centurião, no evangelho, transbordantes de fé e humildade.

3.º Os fiéis que desejam comungar acercaram-se da santa mesa, e três vezes bateram no peito, ao *Dómine, non sum dignus*... Põem-se de joelhos por humildade; e, segurando a toalha da comunhão de modo a aparar a santa hóstia se por acidente caísse, adiantam um tanto a língua. O sacerdote depõe a hóstia dizendo: "*Corpus Dómini*... O corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo guarde tua alma para a vida eterna!"

Êste é o cerimonial muito simples usado para a recepção de tão magno sacramento. A Igreja quis que pudéssemos entregar-nos por completo à meditação do

mistério eucarístico, sem nos deixar distrair por cerimônias acessórias.

4.º Se a comunhão fôr dada fora da missa, o sacerdote purifica os dedos num vaso pequeno colocado no altar, e contendo um pouco de água; no mesmo tempo reza a antífona ao santíssimo sacramento, com a respectiva *oração;* depois, abençoa os fiéis, com a fórmula ordinária: *Benedíctio Dei omnipotentis,* etc. Quando dá a comunhão na missa, termina como de costume as orações do santo sacrifício e dá a bênção só no fim.

II. *Comunhão levada aos doentes em casa.* — Levar solenemente o *Viático* aos doentes é regra da Igreja; observa-se ainda nos lugares onde o santíssimo sacramento é respeitado e acompanhado por piedosos fiéis. O sacerdote leva a santa eucaristia debaixo de um dossel, seguido por acólitos, que seguram velas e cantam salmos. É muito para lastimar que a indiferença ou a impiedade da nossa época tenham constrangido a Igreja a suprimir essa prática, que honrava a Nosso Senhor e edificava os cristãos.

O quarto do doente tem sido posto em conveniente estado de limpeza e a sua cama, coberta com panos brancos, por respeito e amor a Jesús Cristo que vem visitá-lo. Numa pequena mesa coberta com toalha branca, põe-se um *crucifixo* e duas velas; um vaso pequeno com *água benta,* e *um ramo bento;* outro vaso com água, para o sacerdote purificar os dedos depois da santa comunhão.

Chegado ao quarto do doente, o Sacerdote desdobra na mesa um *corporal* e deposita o vaso sagrado que encerra a santa hóstia. Com o ramo lança água benta ao doente e circunstantes, rezando o *Asperges me* e as orações litúrgicas. Depois, observa o mesmo cerimonial que na igreja. Dando a comunhão em *viático,* em vez da fórmula ordinária, o sacerdote diz: "Recebei o viático do corpo de Nosso Senhor Jesús Cristo: guarde-vos êle contra os assaltos do inimigo mau e vos conduza à vida eterna!".

Reza depois uma *oração* na qual pede para o doente saúde da alma e do corpo. Em seguida, purifica os dedos como havia de fazer na igreja, com as mesmas orações e termina abençoando o doente fortificado e consolado.

Se o enfêrmo puder tomar a água que serviu para a ablução dos dedos, êle o fará; senão, lançar-se-á esta água ao fogo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Quanta gratidão e quanto amor não devemos a Nosso Senhor pelo dom inefável da santa comunhão!... Depois de se ter preparado à recepção da eucaristia pelos *atos de fé, humildade, contrição* e *desejo,* o cristão que sabe avaliar o benefício recebido, não deixa de consagrar cêrca de quinze minutos à ação de graças. Fica primeiro em silêncio, escutando a Nosso Senhor; depois, faz *atos* de *adoração, agradecimento* e *petição;* enfim, antes de retirar-se, renova suas boas resoluções.

Um dia de comunhão é para êle um dia do céu passado na terra; evita a leviandade, cuida em ficar recolhido, e esforça-se por ficar unido de coração com o Deus que o visitou.

Uma prática boa e saudável é rezar de joelhos, aos pés de um crucifixo, depois de cada comunhão, a oração seguinte. "Eis-me, prostrado em vossa presença, amado e dulcíssimo Jesús, para vos pedir com o mais intenso ardor, e instantemente suplicar-vos que vos digneis de imprimir em meu coração, sentimentos vívidos de fé, de esperança e de caridade e uma verdadeira dôr de meus pecados acompanhada do propósito firme de nunca mais vos tornar a ofender; enquanto com entranhado afeto e profunda compaixão vou considerando e contemplando as vossas cinco chagas, tendo diante dos olhos aquilo que por bôca do profeta Daví dissestes de vós mesmo, bom Jesús: "*Traspassaram-me as mãos e os pés; contaram todos os meus ossos*" (SALMOS, 21, 17-18).

Outra oração muito própria para a ação de graças, é a *oração ao Cristo, Rei universal;* tem igualmente uma indulgência plenária.

EXTREMA UNÇÃO

§ I. — Noções gerais dêste sacramento.

Definição. — Instituição divina da extrema unção. — Sinal sensível: 1.° matéria; 2.° forma. — Necessidade da extrema unção.

319. — *Que é a extrema unção?*

R. — *A extrema unção é um sacramento instituído por Nosso Senhor Jesús Cristo para alívio espiritual e corporal dos enfermos.*

É chamada *extrema* unção, porque, na realidade, é esta a derradeira unção santa que recebe o cristão. Já no

Extrema - unção.

batismo, depois na confirmação e também na ordem se fôr sacerdote, êle tem sido ungido pelo óleo santo. Pela última vez, é consagrado a Deus com a extrema unção, que forma o complemento da penitência, assim como a confirmação, o complemento do batismo. — Êste sacramento

chama-se também *sacramento dos enfermos* ou *unção dos agonizantes*, porque foi estabelecido justamente a favor dos que estão acometidos de doenças graves e prestes a comparecer diante de Deus.

320. — *Quem instituiu o sacramento da extrema unção?*

R. — *Foi Nosso Senhor Jesús Cristo. — O evangelho não menciona as circunstâncias e os pormenores desta instituição; mas vemos êste sacramento já usado pelos apóstolos, estando Nosso Senhor ainda vivo no meio dêles.*

"Êles faziam, refere são Marcos, unções sôbre numerosos doentes, e curavam-nos" (*S. Marc.*, VI, 13). São Tiago, na sua epístola, insere êste texto decisivo: "Há entre vós algum doente? Chame êle os sacerdotes da Igreja: hão de orar por êle, ungindo-o com óleo em nome do Senhor, e a oração da fé salvará o doente; o Senhor o aliviará, e se tiver cometido pecados, ser-lhe-ão remitidos" (*Ep.*, V, 14-15). Nestas palavras, vemos os maravilhosos efeitos ligados a esta unção: ora, ninguém senão Deus pode ligar tais graças a um mero rito exterior, como a extrema unção. Porisso, conclue o concílio tridentino: "A unção dos enfermos é verdadeiro sacramento no Testamento novo, instituído por Nosso Senhor, mencionado por são Marcos e promulgado por são Tiago" (*Sess.* XIV. I).

321. — *Qual é o sinal sensível do sacramento da extrema unção?*

R. — *A matéria é o óleo de oliveira, bento pelo bispo na Quinta-feira santa; denomina-se óleo dos enfermos. A forma do sacramento consiste nas orações que pronuncia o sacerdote fazendo as unções.*

I. O *óleo dos enfermos* aplica-se em forma de cruz nos órgãos que são os principais instrumentos do pecado: olhos, ouvidos, nariz, bôca, mãos e pés.

O óleo, cujas propriedades e significação já conhecemos, indica que o sacramento da extrema unção alumia e fortalece o doente e minora seus sofrimentos. A unção se faz nas diferentes partes do corpo para reparar as suas faltas e consagrar o doente todo, não já como rei e sacerdote, senão como vítima oferecida a Deus em expiação.

Vaso dos santos óleos para enfermos

II. A *forma* do sacramento consiste nas orações que pronuncia o sacerdote fazendo as unções. Eis aquí a fórmula: "Por esta unção santa e por sua dulcíssima misericórdia, perdoe-vos o Senhor todos os pecados que cometestes, por... (alí, acrescenta o nome do sentido no qual está fazendo a unção): vista, — ouvido, — olfato, — gôsto e palavras, — tato, — andar".

Se o doente estivesse em perigo extremo, receando-se não haver tempo suficiente para fazer todas as unções e repetir sôbre cada sentido a fórmula sacramental, seria preciso contentar-se com uma única unção na testa, dizendo de modo geral: "Perdoe-vos Deus todos os pecados que cometestes por todos os sentidos". Depois, se o doente continuasse a viver, far-se-iam as diferentes unções para melhor assegurar os efeitos do sacramento.

322. — *Será o sacramento da extrema unção absolutamente necessário à salvação?*

R. — *Não; o sacramento da extrema unção não é absolutamente necessário para a salvação. Pecaria, porém, gravemente quem, por desprêzo, recusasse recebê-lo.*

Para ser salvo, basta possuir o estado de graça, e êsse estado se alcança pela penitência, e até pela contrição perfeita. — No entanto, Nosso Senhor nada fez inutilmente, e já que instituiu êste sacramento, há proveito e dever de recorrermos a êle sempre que fôr possível. Quem por desprêzo recusar a extrema unção peca mortal-

mente; isso não padece dúvida, diz santo Tomaz, e logo, se morrer sem fazer reparação por esta falta, está em perigo de condenação.

Imprudentíssimo seria também o que se privasse dêste sacramento por descuido ou atrasos culpados; porque a extrema unção completa o efeito do sacramento de penitência, e na falta dêste, pode, em certos casos, vir a ser o único meio de salvação. Enfim, é socorro sempre muito útil, e é porisso que devemos apressar-nos em recebê-la, não nos expondo, com delongas, a perder suas vantagens.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

1.º Longe de assustar-nos com a extrema unção, devemos apreciar êste benefício do nosso divino Salvador. Depois de nos ter santificado pelo batismo logo na entrada da vida, depois de nos ter proporcionado outros sacramentos para o decorrer da existência, Jesús apresenta-nos êsse socorro derradeiro no momento da morte para restituir-nos a Deus inocentes e purificados. Peçamos, muitas vezes, enquanto gozamos saúde, a graça de não morrermos sem a extrema unção.

2.º Para evitar à nossa família grande embaraço, solicitemos, nós mesmos, logo que estivermos doentes a visita de um sacerdote, segundo o aviso que dá o apóstolo são Tiago. "Quando estiverdes, já não digo *levemente* nem *gravemente*, senão *seriamente* enfermos, escreveu um santo Padre, reclamai, vós mesmos, ou melhor, exigí absolutamente a visita de um sacerdote, e se fôr necessário, declarai energicamente que só consentireis na presença do médico depois de terdes visto o sacerdote. Tende por certo que desta maneira, êle chegará breve, e nunca cedo bastante para satisfazer os votos dos circunstantes".

§ II. — Efeitos da extrema unção.

Efeitos produzidos: 1.º sôbre a alma; 2.º sôbre o corpo.

323. — *Quais são os efeitos do sacramento da extrema unção?*

R. — *O sacramento da extrema unção produz os efeitos seguintes:*

1.º Aumenta a graça santificante;

2.º Apaga os pecados veniais e também os mortais, quando o enfêrmo contrito não puder confessá-los.

3.º Livra a alma de todos os resíduos do pecado a saber: de certo torpor e frieza para o bem, que ficam na alma ainda depois de perdoados os pecados;

4.º Restitue a saúde do corpo, se assim convier à salvação da alma e à glória de Deus;

5.º Dá confôrto e paciência ao enfêrmo para suportar os incômodos e trabalhos da doença e fôrça para resistir às tentações e morrer santamente.

Segundo as palavras de são Tiago, vemos que são de duas qualidades os efeitos produzidos pela extrema unção, uns referindo-se à *alma*, outros ao *corpo*.

I. *Efeitos produzidos na alma.* — 1.º "A oração da fé salvará o enfêrmo", diz são Tiago. Qual é a salvação a que alude alí? Primeiro, e antes de tudo, a salvação da alma; pois continua logo: "E se tiver pecados, ser-lhe-ão remitidos". Portanto, se o doente, em estado de pecado mortal, não puder recorrer à penitência, o *primeiro efeito* da extrema unção será remitir-lhe os pecados, ainda mortais. — Mas, se já possuir a graça de Deus, o efeito do sacramento será aumentar a graça santificante e purificar o doente dos *resquícios* do pecado; há de livrá-lo das angústias e perturbações que o acompanham, e também das dívidas que ainda tivesse que pagar à justiça divina.

2.º *Outro efeito* da extrema unção na alma, é aliviá-la e fortalecê-la. Quem pode conhecer seu desassossêgo, suas tristezas, seus temores, e talvez seus remorsos? A extrema unção acalma o espírito e sossega o coração, porque restabelece a paz entre Deus e o doente. Quem sabe também, se em face da morte, o enfêrmo não sente apreensões cruciantes, tentações terríveis? O último sacramento fortalece o cristão contra êstes terrores e contra os esforços supremos do demônio; ajuda-o a fazer uma santa morte.

II. *Efeitos produzidos no corpo.* — 1.º Quando fala: "A oração da fé *salvará* o enfêrmo", são Tiago autoriza-nos

a esperar da extrema unção a saúde corporal, se Deus o julgar útil para o bem da alma. Portanto, êste sacramento não é o prenúncio de morte próxima, é meio de curar: o fato deu-se não raras vezes, e mais frequente se tornaria ainda se recorressem a êsse precioso socorro antes do perigo ser extremo e a morte iminente.

2.º Se a extrema unção não restitue a saúde ao doente, pelos menos, dá-lhe *alívio corporal.* "O Senhor, diz são Tiago, aliviará o enfêrmo", não só no espírito e na alma, mas até no corpo. Não é êle que comunica aos remédios virtude e eficácia?... Os médicos, aliás, muitas vezes verificam que a tranquilidade do espírito favorece o efeito das suas receitas. Reconciliado com Deus, o doente estará mais calmo, sentirá menos seus sofrimentos, ou, pelo menos, terá mais ânimo, mais fôrça para suportá-los com paciência.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

1.º Não satisfeitos com o desejo para nós mesmos dos saudáveis efeitos da extrema unção, devemos tratar de proporcioná-los aos outros, especialmente a nossos pais e amigos, que não pensam talvez em pedí-los ou não ousam fazê-lo por mêdo de magoar-nos.

É dever de *caridade* de primeira ordem, e muitas vezes também, dever de *justiça.* Que lástimas, que remorsos para quem disser: "Por minha negligência, talvez eu tenha sido causa da perda eterna de uma alma... alma que eu amava!" Será, pelo contrário, fonte de consôlo e esperança, bálsamo suavíssimo para as dores da separação, poder dizer: "Ajudei êste meu parente, êste meu amigo a fazer morte santa e espero tornar a vê-lo no céu!

2.º Ter-se-ia menos receio de assustar o doente com a presença do sacerdote, se as famílias se acostumassem a não fazer dêste um como espantalho, se lhe franqueassem mais vezes, quando de saúde, a entrada de suas moradas, se fosse chamado como consolador nas doenças menos perigosas, se finalmente mostrassem aos enfermos que os sacramentos, e em particular a extrema unção, conforme o que a Igreja, segundo os Livros santos, ensina, longe de ser prenúncio de morte, são, pelo contrário, meio de salvação ou, quando menos, de alívio.

§ III. — Ministro, sujeito, cerimônias da extrema unção.

Ministro da extrema unção. — Sujeito dêste sacramento. — Disposições requeridas para bem recebê-lo — Principais cerimônias da extrema-unção.

324. — *Qual é o ministro do sacramento da extrema unção?*

R. — *Qualquer bispo ou qualquer sacerdote pode validamente administrar êste sacramento, porque basta, para isto, o poder da ordem.*

Quando são Tiago fala: "Mande o enfêrmo vir os sacerdotes da Igreja", é preciso entender, por essa palavra, diz o concílio de Trento, os sacerdotes ordenados pelo bispo. Um único sacerdote, aliás, pode desempenhar essa função do ministério.

Afora o caso de necessidade, o vigário sòmente, ou os sacerdotes delegados pelo bispo ou o pároco, podem *licitamente* administrar a extrema unção. Seria falta grave arrogar-se esta função sem consentimento expresso ou presumido. Portanto, é aos párocos da freguesia que os fiéis devem dirigir-se para a administração dêste sacramento, salvo o caso de necessidade urgente.

325. — *Qual é o sujeito da extrema unção?*

R. — *É o cristão adulto, doente e em perigo de morte.*

Como os outros sacramentos, a extrema unção supõe o batismo, condição preliminar e necessária. Sendo destinado a apagar os resquícios do pecado e o mesmo pecado, êste sacramento dá-se unicamente aos que já podem ter ofendido a Deus, portanto, aos adultos. Não se daria às crianças, que não têm idade de razão, nem aos loucos que nunca foram cônscios dos seus atos, e sim aos que gozam de intervalos de razão.

Para ser sujeito apto ao sacramento da extrema unção, cumpre, mais, estar doente: são Tiago positivamente o declara. Não é necessário que a doença seja

desesperada: basta que seja grave por natureza, constituindo perigo provável de morte, mais ou menos próxima. O perigo de morte sem doença não permite a recepção da extrema unção; não se dá, por exemplo, a soldados antes do combate, nem a condenados à morte, muito embora o perigo de morte seja real para uns, certo para outros. Mas, depois de grave ferida, pode-se dar a extrema unção, porque então, há doença e perigo de morte. Também administra-se êste sacramento aos velhos que vão baixando sensivelmente para o túmulo, porque tal estado constitue uma doença. É evidente que não se administra a quem certamente já está morto.

Enfim, na mesma doença, pode-se receber a extrema unção uma vez só. Mas quem cair de novo em perigo, após uma convalescença, ou quem fôr acometido por outra doença grave poderá renovar, mesmo várias vezes, o sacramento da extrema unção.

326. — *Quais são as disposições requeridas para se receber a extrema unção?*

R. — *1.º O doente deve, se possível, receber o perdão dos pecados pela confissão.*

2.º Durante a cerimônia, acompanhará as orações da Igreja pedindo perdão pelas faltas cometidas.

3.º Resignar-se-á depois à vontade de Deus e repetirá os atos de fé, de esperança e de caridade.

I. *Antes da recepção* dêste sacramento, é preciso, quanto possível, pôr-se em estado de graça, pela penitência e a absolvição sacramental, pois só excepcionalmente torna-se a extrema unção sacramento dos *mortos;* por natureza, é sacramento dos *vivos*. Se o doente não se pudesse confessar, ou porque tivesse perdido o uso da palavra, ou porque não houvesse confessor conhecendo a única língua que o doente fala, êste deveria, com algum sinal exterior, dar a conhecer seu arrependimento,

manifestar o desejo da absolvição, e ter interiormente verdadeiro arrependimento dos seus pecados. — Dá-se contudo a extrema unção aos doentes sem conhecimento, ainda que incapazes de mostrar tais disposições, porque sempre supomos o desejo razoável e intenção prévia de não se privar dêste socorro.

II. *Durante a cerimônia* da extrema unção, o doente deve, quanto possível, acompanhar as orações da Igreja, pedir perdão a Deus pelas diferentes faltas cometidas pelos sentidos nos quais se faz a unção santa, confiar-se na misericórdia de Deus, resignar-se à santa vontade, e fazer humildemente o sacrifício da vida.

III. *Depois da extrema unção,* o doente lembrar-se-á que, pela unção do óleo santo, foi consagrado a Deus, como vítima de expiação; e então, tomando a Jesús Cristo na cruz como modêlo de resignação e coragem, confiar-se-á na sua divina bondade, fazendo muitas vezes atos de fé, esperança e caridade, considerando e beijando com amor a cruz que guardará junto de si como exemplo animador e fortificante. Enfim, é muito útil pronunciar os nomes de *Jesús, Maria, José,* invocando-os como modelos e padroeiros para a boa morte.

327. — *Quais são as principais cerimonias da extrema unção?*

R. — *No quarto do doente, o sacerdote, revestido de sobrepeliz e estola roxa, recita algumas orações, unge com os santos óleos os diferentes sentidos e termina com orações em que pede, para o enfêrmo, a saúde da alma e do corpo.*

Notemos primeiro, que o quarto e o leito do doente devem estar dispostos de modo conveniente, como para a *comunhão dos enfermos* (n.º 312). Na mesa preparada da mesma maneira, colocar-se-ão, além do crucifixo, dos castiçais e do vaso de água benta, mais duas bandejas ou dois pratos: num haverá umas sete ou oito bolinhas

de algodão, destinadas a enxugar as unções, e mais um pouco de miolo de pão, para o sacerdote purificar os dedos depois de cada unção. Enfim, preparar-se-á uma bacia com água e toalha para o momento em que o sacerdote lavar as mãos. Estes preparativos se hão de fazer antes da chegada do sacerdote.

Quando entra no quarto do doente, o sacerdote põe na mesa, diante do crucifixo, os *santos óleos* encerrados em pequeno vaso de prata. Veste a sobrepeliz e a estola roxa; depois, dá comêço à cerimônia santa.

1.º Exprime o voto formulado pelo Salvador: "A paz esteja nesta casa e em todos que a habitam!" Depois, lança água benta ao doente e aos assistentes rezando *Asperges me...*

2.º Reza uma oração na qual pede a Deus o afastamento do demônio e a proteção dos santos anjos.

3.º Reza-se o *Confíteor* com *Misereatur* e *Indulgentiam*, para preparar o doente, pela humildade, contrição e confiança, à graça do sacramento.

4.º Então, começa propriamente a administração do sacramento; inicia-se por uma *oração* especial pelo doente e continua-se pelas *unções santas* nos diferentes sentidos, enxugando-as logo o sacerdote com as bolinhas de algodão adrede preparadas. — Cada unção se faz em forma de cruz; pois é sempre em nome de Jesús Cristo e pelos méritos da Paixão que a graça nos é comunicada.

5.º Terminadas as unções, o sacerdote reza ainda três *orações*. Nelas, lembra as promessas de Nosso Senhor referidas por são Tiago, e pede para o doente a saúde da alma e a do corpo, se Deus julgar útil conceder esta última; solicita para êle alívio, confiança e coragem.

Nisto se limitam as cerimônias da extrema unção; no entanto, se o doente parece estar para morrer, e por outra parte, se suas disposições de arrependimento, de fé e resignação justificam êste favor, o sacerdote, em

virtude de um direito especial que lhe assiste nesta circunstância, pode conceder a *indulgência plenária*, denominada *in artículo mortis*, primitivamente reservada ao Sumo Pontífice. — A forma desta indulgência consta de *versículos* e *respostas*, de uma oração especial, da recitação do *Confíteor*, e enfim de uma fórmula de *absolvição geral* com uma última bênção.

Quando o doente está prestes a expirar, é bom rezar por êle as *orações dos agonizantes*.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

1.º Mais uma vez, admiremos e bendigamos a infinita misericórdia de Nosso Senhor por ter-nos deparado, na última hora, tão precioso socorro. Mas amemos e bendigamos também a santa Igreja, que, longe de nos desamparar quando a vida nos foge, redobra sua solicitude e ternura!

2.º Era o voto de um profeta, "morrer da morte dos justos". Seja também êste o nosso desejo de todos os dias. Mostremos claramente êste desejo para aqueles que se interessam por nossa alma, afim de que nos proporcionem o consôlo supremo de termos, à nossa cabeceira mortuária, a assistência e as orações da Igreja e do seu ministro.

3.º Enfim, sejamos bem inteirados desta verdade: o melhor modo de mostrarmos o nosso afeto a um doente, é fazermos o possível, com discrição, prudência e zêlo, para lhe proporcionar boa e santa morte.

ORDEM

§ I — Noções gerais dêsse sacramento.

Definição. — Instituição divina do sacramento da ordem. — Jerarquia da ordem: diferentes graus. — Jerarquia de jurisdição. — Sinal sensível. — Matéria e forma das diversas ordens.

328. — *Que é a ordem?*

R. — *A ordem é um sacramento instituído por Nosso Senhor Jesús Cristo, para conferir o poder e a graça de exercer as funções e ministérios eclesiásticos, que se referem ao culto de Deus e à salvação das almas.*

Ordenação sacerdotal.

Porque êste sacramento é chamado *ordem,* podem apontar-se dois motivos: 1.º coloca os que o recebem numa ordem ou lugar superior ao dos fiéis; designa então o estado permanente dos ministros da Igreja, que

se denomina *ordem clerical* ou *clero,* distinto da ordem leiga; 2.º êste sacramento tem uma graduação, uma jerarquia: não se alcança a sua plenitude senão passando por diferentes graus, que são as *ordens.* A cerimônia pela qual se recebe cada uma destas ordens é chamada *ordenação.*

O sacramento da ordem é o meio estabelecido por Jesús Cristo para perpetuar o sacerdócio na sua Igreja. Comunica o poder de exercer as *funções eclesiásticas* e a graça de fazê-lo santamente, quanto àquele que as desempenha, e frutuosamente quanto àqueles a favor de quem se exercem.

Dentre as funções eclesiásticas, umas pertencem às ordens inferiores; outras são próprias dos padres, chamam-se *sacerdotais;* outras, enfim, são reservadas ao bispo, constituindo as funções *episcopais.* As funções eclesiásticas *sacerdotais* são especialmente: 1.º oferecer o santo sacrifício da missa: em qualquer religião, como repara são Paulo, "é a função do sacerdote ou do pontífice, oferecer dons e sacrifícios a Deus" (*Heb.,* v, 1). 2.º Administrar os sacramentos, excetuando, porém, a *confirmação* e a *ordem,* que são reservadas ao bispo. De fato, é para continuar sua obra e santificar os fiéis até o fim dos tempos, que Nosso Senhor criou sucessores e auxiliares. 3.º Enfim, prègar a palavra de Deus: também esta é a missão especial que confiou a seus ministros: "Ide, ensinai todas as nações..." (*S. Mat.,* XXVII, 19). Preenchem-na pelo ensino do catecismo às crianças e pelas práticas no púlpito para pessoas mais cultas.

329. — *Quem instituiu o sacramento da ordem?*

R. — *Foi Nosso Senhor Jesús Cristo quando, na última ceia, disse aos apóstolos: Fazei isto em memória de mim.*

Foi Nosso Senhor Jesús Cristo. Já se achava aparelhada e indicada esta instituição pelas palavras que dirigira aos apóstolos e os vários poderes de que tinham sido sucessivamente investidos. Mas o sacramento ficou definitivamente instituído na Quinta-feira santa, quando, depois da *ceia*, tendo mudado o pão em seu corpo e o vinho em seu sangue, o Salvador conferiu aos apóstolos o mesmo poder, como sendo sua atribuição mais gloriosa, dizendo: "Fazei isto em memoria de mim" (*S. Lucas*, xx, 19). Assim, os fez *sacerdotes* para oferecerem êste mesmo sacrifício, e *bispos* para comunicarem aos seus sucessores êste direito e êste poder.

É porisso que o concílio de Trento define, contra os protestantes: "Se alguém disser que a ordem ou a ordenação não é sacramento verdadeiro e propriamente dito, instituído por Nosso Senhor Jesús Cristo, senão pura invenção humana, ou simples forma estabelecida para eleger os ministros da palavra de Deus e dos sacramentos, seja anátema" (*Sess.* XXIII, *cân.* III).

Julga-se, todavia que são os apóstolos que estabeleceram, conforme o ensinamento de Jesús Cristo, os graus pelos quais se chega ao sacramento da ordem. O livro dos *Atos* atribue-lhes efetivamente a instituição dos diáconos (c. VI), e, com maior razão, a das ordens preparando ao diaconato deve ser atribuída aos apóstolos ou à Igreja. Tinha-se em mira, segundo explica o santo concílio, preparar melhor os clérigos à dignidade do sacerdócio, fazendo-os passar pelos diferentes graus da jerarquia.

330. — *Quais são as diferentes ordens que constituem a jerarquia eclesiástica?*

R. — *Na jerarquia eclesiástica pode-se discriminar: 1.º jerarquia de ordem, e 2.º jerarquia de jurisdição.*

1.º Na jerarquia de ordem, há primeiro a tonsura e, depois as sete ordens, quatro menores: ostiário, leitor,

exorcista e acólito; e três maiores: subdiaconato, diaconato e presbiterado.

2.º A jerarquia de jurisdição abrange os graus superiores: papa, cardeais, patriarcas, primazes, metropolitanos, arcebispos e bispos; os graus inferiores: vigário geral, cônegos, decanos, párocos, vigários, coadjutores.

Na *jerarquia eclesiástica*, pode-se discriminar: 1.º jerarquia de *ordem, e* 2.º jerarquia de *jurisdição.*

I. *Jerarquia de ordem.* — Antes das ordens propriamente ditas, há primeiro a *tonsura,* que não é ordem, mas preparação às ordens. A tonsura é uma cerimônia na qual o bispo corta o cabelo no meio da cabeça, em forma de coroa chamada *clerical.* Assim é que a pessoa se torna clérigo ou membro do clero. Êste uso, que julgam ser de origem apostólica, indica que já o tonsurado fica separado da multidão e consagrado a Deus. A tonsura autoriza a levar trajes eclesiásticos: batina e sobrepeliz.

Há depois *sete ordens,* quatro *menores* e três *maiores* ou *sacras.* — Começando pelos graus inferiores, as ordens menores são de *ostiário, leitor, exorcista* e *acólito.*

1.º A ordem de *ostiário* dá o poder de chamar os fiéis aos santos ofícios, tocar os sinos, abrir e fechar as portas da igreja, preparar no altar as cousas necessárias ao santo sacrifício, ter cuidado do templo: são os misteres exercidos agora pelo sacristão.

2.º A ordem de *leitor* dá o poder de ler na igreja, em alta vóz, os livros do Antigo e do Novo Testamento, e particularmente as lições que se recitam no ofício da noite, e fazer o catecismo às crianças. Primitivamente, ficava o leitor no púlpito, junto do bispo; lia o texto sagrado, e o bispo explicava-o numa homília ou instrução.

3.º A ordem de *exorcista* dá o poder de expelir o demônio, por meio de orações instituídas pela Igreja e apelidadas *exorcismos.* Êste poder, que usavam os exorcistas nos primeiros séculos, fica hoje reservado aos

sacerdotes, mas esta ordem subsiste e os que a receberam devem auxiliar o sacerdote nesta função e preparar as diferentes cousas necessárias para as *bênçãos.*

4.º A ordem de *acólito* dá o direito de acompanhar no altar os ministros sagrados, levar o turíbulo, preparar o vinho e a água que devem servir na missa, apresentá-los no momento do ofertório, acender as velas do altar, levar os fachos no Evangelho e nas procissões. São funções desempenhadas hoje pelos coroinhas, meninos do côro.

— As *ordens maiores,* que seguem, são em número de três: *subdiaconato, diaconato* e *presbiterado.* Chamam-se *maiores* por causa de sua importância muito maior, e *sacras,* pois quem as recebe está definitivamente consagrado a Deus, e não pode renunciar a seu estado, nem às suas funções.

5.º O *subdiaconato,* primeira ordem maior, consagra para sempre a Deus quem o recebe, e impõe para toda a vida a obrigação do *breviário* e da *castidade perfeita* e também de vestir roupas talares como sinal exterior da profissão. As funções do subdiácono são ajudar o diácono e com êle assistir o sacerdote no altar, cantar a epístola nas missas solenes, cuidar dos vasos e toalhas que pode tocar, lavar estas toalhas, levar a cruz nas procissões, etc.

6.º O *diaconato,* segunda ordem maior, constitue grau importante da jerarquia. As funções do diácono são: servir no altar e cooperar com o sacerdote na oferta do santo sacrifício, cantar o evangelho, prègar quando o bispo o julga conveniente, batizar solenemente, quando autorizado pelo bispo, exceto o caso de necessidade. — Outrora, os diáconos davam a comunhão e levavam-na aos ausentes: ainda podem tocar no santíssimo sacramento e expô-lo.

7.º O *presbiterado* ou *sacerdócio* é a última ordem sacra: confere a quem o recèbe o poder de oferecer o

santo sacrifício da missa, administrar os sacramentos, e em geral conduzir as almas na via da salvação. O sacerdote está associado ao ministério de Jesús Cristo; dalí a excelência da dignidade sacerdotal: "É poder maior, diz são Crisóstomo, e mais venerável que a própria realeza". Mas esta dignidade impõe também grandes deveres, que se resumem na caridade, na dedicação, na imolação.

O *episcopado* não é ordem senão a plenitude do sacerdócio. Confere aos que o recebem o poder de administrar todos os sacramentos, e em particular os de *confirmação* e *ordem*, que o simples sacerdote não pode dar; confere ainda o poder de administrar uma parte da Igreja, isto é, uma diocese, e graças para o bom desempenho desta missão. Por direito divino, a dignidade episcopal é superior à dignidade sacerdotal; os bispos ocupam o vértice da jerarquia sacra: são os sucessores dos apóstolos, juízes da fé e encarregados da direção da sua diocese.

Se bem que haja sete ordens diferentes, só há um sacramento de ordem, do qual se participa mais ou menos plenamente segundo o grau alcançado.

II. Dissemos que, além da jerarquia de ordem, existe uma *jerarquia de jurisdição.* Esta não foi estabelecida por Jesús Cristo, mas pela Igreja, em virtude do poder de administrar que Nosso Senhor lhe comunicou: esta jerarquia abrange o *papa,* os *cardeais, patriarcas, primazes, metropolitanos* ou *arcebispos* e *bispos:* são os graus superiores da jerarquia sacra. — O cardinalato é dignidade superior à dignidade episcopal, posto que os cardeais não tenham de ser forçosamente bispos; pois, podem ser simples sacerdotes, e até diáconos; constituem um como senado venerável, cuja missão é assistir o papa por seus conselhos e dar-lhe sucessor quando falecer.

Há igualmente jerarquia de jurisdição nos graus inferiores: abaixo do bispo vemos o *vigário geral*, os *cônegos* formando um conselho em redor do bispo, os *decanos, párocos, vigários, coadjutores*, etc., todos participam em certa medida, da jurisdição episcopal.

331. — *Qual é o sinal sensível do sacramento da ordem?*

R. — *Cada uma das ordens mencionadas encerra sinal sensível, constando de matéria e de forma.*

Nas *ordens menores*, a *matéria* consiste na apresentação, pelo bispo, dos objetos ou instrumentos que indicam as funções próprias de cada ordem: as chaves, para a ordem de *ostiário;* o livro da missa ou da Escritura sagrada, para o *leitor;* o dos exorcismos ou do evangelho, para a ordem de *exorcista;* o candieiro aceso e as galhetas vazias, para o *acólito.* No mesmo tempo, o bispo pronuncia uma fórmula pela qual confere os poderes atribuídos a cada ordem: é a forma de cada uma das ordenações.

No *subdiaconato*, o bispo deixa tocar o cálice e a patena a cada um dos ordinandos; depois, já tendo-o revestido dos paramentos sacros, *manípulo* e *túnica*, apresenta-lhe o livro das epístolas, unindo a cada um dêstes atos as palavras que indicam sua significação: são a *matéria* e a *forma.*

O diaconato tem como *matéria* particular a imposição *das mãos* do bispo na cabeça dos ordinandos, conforme procederam os apóstolos para os primeiros diáconos. Diz, no mesmo tempo: "Recebei o Espírito Santo, para resistirdes ao demônio e às suas tentações". Depois reveste o diácono com a *estola* e *dalmática* e apresenta-lhe o livro dos evangelhos. Estes atos e as palavras correspondentes constituem a *matéria* e a *forma* do diaconato.

O *sacerdócio* é conferido em cerimônia da maior solenidade. O bispo estende as mãos sôbre cada um dos ordinandos, e todos os sacerdotes presentes fazem o

mesmo; em seguida, erguendo as mãos sôbre todos de uma vez, enquanto os sacerdotes presentes também as têm erguidas, o bispo recita gravemente as orações que se chamam da *consagração*. É isto que se considera como *matéria* e *forma* essencial para o presbiterado. O bispo veste, depois, o ordinando com os paramentos sacerdotais, *estola* e *casula;* faz no interior de cada mão uma unção com o *óleo santo dos catecúmenos;* dá para tocar o cálice em que há vinho não consagrado, e a patena na qual está uma hóstia também não consagrada, dizendo: "Recebei o poder de oferecer a Deus o sacrifício e de celebrar a missa, quer pelos vivos, quer pelos mortos". Estes atos e as palavras que os acompanham constituem a *matéria* e a *forma* do presbiterado.

Enfim, o *episcopado,* plenitude do sacerdócio, consta ainda de uma *imposição das mãos* por três bispos: o oficiante e seus coadjutores, como também das orações rezadas juntamente: são a *matéria* e a *forma* da consagração episcopal. A cabeça e ambas as mãos do eleito são marcadas depois com a unção do *santo crisma;* feito isto, o bispo consagrante benze e entrega ao novo bispo as insígnias da sua dignidade: *báculo, anel, mitra,* com as palavras exprimindo o sentido das cerimônias santas.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O sacramento da ordem é que dá sacerdotes à Igreja. Por uma parte, a ordem, para quem a recebeu, é uma alta dignidade, importando, porém, em deveres imensos e espinhosos; por outra parte, é para a sociedade benefício incomparável.

A consequência é que os fiéis devem ter para todos os que participam da jerarquia da Igreja profundo respeito e muita gratidão.

Mas, quanto mais elevado fôr um membro do clero na santa jerarquia, quanto mais se aproximar por sua dignidade e suas funções de Jesús Cristo, Soberano Pontífice, tanto maior direito tem a êsse respeito, a essa gratidão. Decorrem daí certas obrigações:

1.º *Para com o Sumo Pontífice.* — Cumpre reconhecer sua autoridade soberana, obedecer-lhe com amor filial, rezar muitas

vezes por êle; e nos tempos ominosos que estamos atravessando, auxiliá-lo pela esmola e pelo *óbolo de são Pedro,* já que são tantas as necessidades da Igreja.

2.º *Para com o bispo diocesano.* — Cumpre venerar nêle a plenitude do sacerdócio e obedecer-lhe como ao sucessor dos apóstolos; amá-lo como a um pai a quem devemos, na ordem espiritual, a vida das nossas almas; orar por êle, pois, especialmente nos tempos hodiernos, a honra do episcopado é encargo que impõe deveres ingentes e tremendas responsabilidades.

3.º *Para com o vigário e os sacerdotes, seus coadjutores.* — Cumpre considerar sempre, nêles, ministros de Cristo, honrá-los, e respeitá-los; não reparar nas suas imperfeições ou defeitos, lembrar-se que o caráter sagrado não livra das misérias humanas, ficando assim mesmo, o sacerdote, ministro de Deus, com todo o direito ao respeito, à docilidade, à gratidão.

§ II. — Efeitos do sacramento da ordem.

Efeitos espirituais dêste sacramento. — Principais obrigações que resultam da recepção das santas ordens.

332. — *Quais são os efeitos do sacramento da ordem?*

R. — *O sacramento da ordem comunica aos que o recebem aumento da graça santificante, dá-lhes nova efusão do Espírito Santo, confere o poder de exercer as funções eclesiásticas e imprime caráter indelével.*

1.º Para cada grau da jerarquia, comunica aumento da graça santificante, que já deve habitar na alma; pois é, por excelência, sacramento dos *vivos,* exigindo não sòmente o estado de graça, senão uma santidade sempre maior, ao passo que a ordem se torna mais elevada.

2.º Nas ordens sacras do *diaconato* e do *presbiterado,* quando menos, o sacramento dá nova efusão do Espírito Santo com a abundância dos seus dons, maior ainda do que na confirmação. O concílio tridentino, depois de lembrar que a graça, no sacramento da ordem, é conferida pelos sinais exteriores, acrescenta: "Se alguém disser que a ordenação sacra não comunica o Espírito Santo, e debalde os bispos falam: Recebei o Espírito Santo...

seja contra êle pronunciado o anátema..." (*Sess.* XXIII, *cân.* III e IV).

3.º A *graça sacramental* particular é conferir o poder de exercer as funções eclesiásticas atribuídas a cada ordem; o sacramento comunica ainda a graça de exercê-las santamente, com piedade e fruto; e para alcançar êste fim dá também direito a graças atuais que, em boa hora, valer-lhe-ão para conveniente e eficaz desempenho dessas funções.

4.º Enfim, o sacramento da ordem imprime *caráter indelével,* que impede reiterar sua administração; ninguém poderá jamais fazer desaparecer o sinal divino que consagra para sempre os ministros de Deus. O concílio de Trento claramente o define: "Se alguém disser que a ordenação não imprime caráter, que quem foi uma vez padre pode vir a ser outra vez leigo, contra êle seja pronunciado o anátema" (*Sess.* XXII, *cân,* IV).

Posto que o concílio de Trento especialmente faça alusão ao caráter impresso pela ordenação sacerdotal, outro tanto se há de dizer das outras ordens. Pois os ministros inferiores já têm participação mais ou menos extensa nas atribuições do sacerdote e também são marcados com o *caráter ordinal.* Há de redundar para êles, êste sinal, em confusão ou glória eterna.

333. — *Quais são as principais obrigações impostas pelo sacramento da ordem?*

R. — *Os que recebem o sacramento da ordem têm o dever de uma vida santa e perfeita; são obrigados a recitar diariamente o ofício divino ou breviário; devem tudo sacrificar em prol das almas e, para que a dedicação seja perfeita, a Igreja exige o celibato ou obrigação da castidade.*

1.º Por causa das funções santas que têm de exercer os que o recebem, o sacramento da ordem impõe-lhes vida

mais santa, mais perfeita. É o que são Paulo lembra ao discípulo Timóteo: "Sêde modêlo dos fiéis por vossas palavras, conversas, vossa caridade, fé e castidade" (I, *Tim.*, IV, 12).

2.º Por serem mais especialmente consagrados a Deus como medianeiros entre o céu e a terra, para oferecer ao Altíssimo dons e sacrifícios, os ministros sagrados da Igreja assumem a particular missão da prece feita em nome do povo; é porisso que a Igreja os obriga a recitar diariamente o *ofício divino* ou *breviário.*

3.º O sacramento da ordem — especialmente quando ao poder próprio de caráter sacerdotal, se ajunta um poder de *jurisdição* ou uma missão legítima confiada pelo bispo, — impõe o dever de sacrificar tempo, bens, saúde, e a própria vida em prol das almas. É o ensino do próprio Jesús Cristo: "O bom pastor, diz êle, dá a vida por suas ovelhas" (*S. João,* x, 2).

4.º Enfim, para melhor assegurar o fiel desempenho de todos estes deveres, para poderem atingir maior grau de santidade, próxima à dos anjos, para lhes permitir dedicação completa ao povo, a Igreja impõe aos ministros sagrados a obrigação da *castidade* e do *celibato.* Inspirada por Nosso Senhor, encarecida por são Paulo, praticada desde o tempo dos apóstolos por numerosos fiéis, a virgindade se tornou a honra do clero católico. A origem do celibato eclesiástico acha-se no próprio berço do catolicismo: os concílios não tardaram em torná-lo obrigatório por lei; as tradições da Igreja latina, neste particular, são constantes e o concílio de Trento manteve essa disposição, que entra a vigorar logo com o *subdiaconato.*

CONCLUSÃO PRÁTICA

Na antiga lei, Deus ordenava a seu povo que tivesse grande respeito para os que tinham recebido a unção santa, e contudo nem sua consagração, nem sua dignidade, nem suas funções, podiam ser

comparadas com a consagração, a dignidade eminente, as funções santas dos ministros da nova lei.

Quem há de estranhar que a santa Igreja tenha feito legislação especial para salvaguardar a pessoa dos clérigos, fulminando pela excomunhão quem se atrevesse a levantar sôbre êles, violenta e sacrílega mão, instituindo também para êles tribunais que lhes garantem certas imunidades?

Movido por um sentimento de gratidão respeitosa, o imperador Constantino exclamava: "Caso eu visse um ministro de Deus cometer pecado, escondê-lo-ia com minha púrpura real para êle escapar à malícia pública."

Carlos Magno ordenava que fosse considerado como culpado de falta grave contra o soberano humano e divino, e portanto, fosse expulso dos seus Estados, aquele que negasse aos sacerdotes docilidade e obediência, embora os culpados fossem seus próprios filhos.

Ora, que é feito dêsse respeito, dessa submissão para os que zelam por nossas almas?...

§ III. — Ministro, sujeito, cerimônias do sacramento da ordem.

Ministro ordinário e extraordinário das diversas ordens. — Sujeito do sacramento da ordem, — Condições requeridas: 1.ª vocação; 2.ª isenção de toda irregularidade. — Principais cerimônias das ordenações. — Consagração episcopal.

334. — *Qual é o ministro do sacramento da ordem?*

R. — *Ministro do sacramento da ordem é o bispo só: é ministro ordinário para todos os graus da jerarquia e ministro necessário para as ordens sacras do diaconato e do presbiterado.*

Todavia, os *Abades* dos mosteiros, apesar de não serem bispos, têm por sua bênção abacial, o poder de dar *tonsura* e *ordens menores* aos religiosos que estão sob sua dependência. Simples sacerdotes, em virtude de delegação especial cujo teor tem sido regulado pelo concílio tridentino, podem tornar-se ministros *extraordinários* das ordens menores, até do *subdiaconato;* nunca, porém das ordens superiores (*Sess.* XXIII, x).

O bispo ordenaria *validamente* em todo lugar, uma vez que fossem observadas as condições essenciais. Mas,

para fazer ordenações *licitamente*, tem de conformar-se com as prescrições da Igreja, as quais não lhe permitem conferir ordens senão aos candidatos da sua diocese, e quando se trata das *ordens maiores*, nos dias autorizados, que são os *sábados das têmporas* e as *vigílias* da Paixão e da Páscoa. E só deve admitir às ordenações os que satisfazem aos requisitos exigidos pela Igreja".

335. — *Qual é o sujeito do sacramento da ordem?*

R. — *Qualquer homem batizado, gozando de sua razão, e consentindo em ser ordenado, receberia validamente êste sacramento; para recebê-lo licitamente, porém, acresce satisfazer a outras condições que a Igreja não deixou de determinar.*

Primeiro, *quanto à validade*, a primeira condição é ser do sexo masculino. As mulheres nunca foram consideradas aptas para a ordem: sua condição subordinada não lhes permite exercer autoridade espiritual numa assembléia cristã. — Depois, é preciso ser batizado: o batismo já é necessário para ser membro da sociedade dos fiéis, com mais razão o será para, na mesma, exercer poderes. — Enfim, se o sacramento da ordem impõe graves e numerosas obrigações, importa conhecê-las e aceitá-las para que a recepção não seja nula.

336. — *Quais são as condições requeridas para receber licitamente o sacramento da ordem?*

R. — *Para receber licitamente o sacramento da ordem, além do estado de graça necessário para os sacramentos dos vivos, é preciso, especialmente, para o exercício das funções santas, ser julgado digno. Ora, para essa dignidade, são duas as condições: 1.º ter vocação; 2.º ser isento de qualquer irregularidade.*

I. *Ter vocação.* — A vocação é um chamado de Deus, pelo qual destina cada homem a êste ou àquele estado de vida, e lhe prepara, em consequência, as devidas graças

para êle preencher suas obrigações e alcançar seu fim. Falando do exercício das funções santas, são Paulo dá esta regra de proceder: "Ninguém se arroga a si mesmo esta honra, mas é preciso ser chamado por Deus" (*Hebr.*, v, 4). Os sinais desta vocação divina são:

1.º Ter tido na juventude procedimento excelente e religioso.

2.º Sentir atrativo perseverante para êste estado; não para as honras, a fama ou as vantagens que se podem deparar nêle, mas para as funções e os deveres que lhe são ligados e especialmente com o fim de trabalhar para a glória de Deus e salvação das almas.

3.º Apresentar as condições de *ciência* e virtude que a Igreja requer por parte de seus futuros ministros. Ao bispo e aos sacerdotes delegados para esta obra nos seminários menores e maiores é que cabe julgar se estas condições estão exatamente preenchidas. O aspirante à santa ordem deve conformar-se com a decisão de seus superiores. Cometeria falta grave, fonte de outras sem número, se fosse sem vocação intrometer-se nas ordens; por outra parte, tornar-se-ia gravemente culpado, achando-se muito comprometida a salvação, se rejeitasse a honra que Deus lhe faz e recusasse as santas ordens, quando chamado a elas. Todavia, além disso, para corresponder dignamente à escolha divina, é preciso entregar-se com afinco ao estudo das ciências humanas e sobretudo divinas, e progredir nas virtudes necessárias ao sacerdote.

II. *Ser isento de irregularidade.* — Chama-se *irregularidade* qualquer impedimento canônico que tornaria incapaz das santas ordens. Certos impedimentos resultam de *defeitos naturais* ou de constituição: por exemplo, o estado de idiota, uma diformidade, uma enfermidade grave; — outros provém da falta de idade, de ciência, de qualidades requeridas. Segundo as regras da Igreja, é preciso ter vinte e um anos completos, para receber

o subdiaconato, vinte e dois para o diaconato, vinte e quatro para o presbiterado, trinta para o episcopado; é necessário também ter satisfeito às provas e exames prescritos. Outras irregularidades originam-se no *defeito de nascimento:* não se ordenam ilegítimos; no *defeito de liberdade:* escravos não seriam aceitos. A Igreja, que admite às santas ordens homens viúvos, depois de um primeiro casamento, já não admite mais os viúvos depois de um segundo, e muito menos os que ainda estão presos pelos vínculos do casamento. — Enfim, certos *crimes* ou *delitos:* efusão do sangue humano, ainda na profissão cirúrgica ou na profissão militar, toda participação, legítima embora, à condenação jurídica à pena de morte, constituem outras tantas *irregularidades.* Dentre estas inhabilitações há algumas cuja dispensa pode ser concedida pelos bispos e o sumo pontífice; outras cuja dispensa não se obtém nunca.

337. — *Quais são as principais cerimônias usadas nas ordenações?*

R. — *As cerimônias que se usam nas diversas ordenações são muito extensas, belíssimas, e instrutivas em alto grau.*

Já demos a conhecer as que na essência, constituem a *matéria* e *forma* de cada ordem em particular; mas, há ainda orações e alocuções para cada ordenação, lembrando sua importância e os deveres que impõe.

O bispo pode dar a *tonsura* fora da missa, seja onde fôr e a qualquer hora; corta o cabelo ao ordinando na fronte, em cima da cabeça e em ambos os lados para simbolizar a renúncia que faz do mundo, — e põe-lhe a sobrepeliz, sinal de inocência e de profissão clerical.

As *ordens menores* podem ser conferidas fora da missa, aos domingos e nas festas, de manhã. O cerimonial destas diversas ordenações consta de rezas, exortações,

apresentação dos objetos ou instrumentos indicando cada uma das ordens. As ordens maiores do subdiaconato, do diaconato e do presbiterado só podem ser conferidos nos dias designados, salvo o caso de dispensa concedida pelo Sumo Pontífice, e a cerimônia realiza-se durante a missa, antes do Evangelho.

O bispo dirige aos subdiáconos uma prática muito grave e comovente, lembrando-lhes que é irrevogável a determinação que vão tomar e manda que se aproximem se continuam no mesmo intento. Êles então dão um passo: agora, pertencem a Deus para sempre.

Depois de se terem aproximado, todos os que vão ser ordenados diáconos ou sacerdotes, a convite do arcediago, caem do joelhos e prostram-se, deitados nas lages do santuário. Enquanto ficam assim aniquilados perante Deus, em estado de imolação e morte, o bispo e os assistentes rezam por êles as *ladainhas dos santos,* e três vezes, volta-se o bispo para os *abençoar, santificar* e *consagrar...* Todos então levantam-se, e o bispo entra a ordenar os *subdiáconos* e depois, os *diáconos.*

A ordenação dos *sacerdotes,* que vem depois, é mais solene. Numa linguagem sublime, o bispo lembra-lhes sua dignidade e seus deveres, impõe-lhes as mãos como dissemos, reveste-os com as insígnias sacerdotais, estola e casula, ainda meio dobrada; depois, enquanto se canta o *Veni Creator,* com óleo santo, consagra-lhes as mãos, dá-lhes a tocar o cálice contendo vinho e a patena com hóstia não consagrada, e confere-lhes o poder de oferecer o santo sacrifício.

Então, são padres, e junto com o pontífice, em redor do altar, oferecem o sacrifício da missa, pronunciando todos em alta voz, no mesmo tempo que êle, as orações litúrgicas que, de ordinário, se rezam em voz submissa. Na *comunhão,* todos os novos sacerdotes recebem da sua mão a hóstia consagrada.

No fim da missa, rezam juntos, em alta voz, o *Credo,* resumo da fé que hão de prègar ao povo. Depois, cada um chega-se ao bispo e ajoelha. O pontífice, impondo as mãos na cabeça do novo sacerdote diz: "Recebei o Espírito Santo, os pecados serão remitidos a quem os remitirdes e serão retidos a quem os retiverdes". Então, desdobra completamente a casula para indicar que o novo eleito possue agora a plenitude do poder sacerdotal. Finalmente, pergunta se promete obedecer a seu bispo e sucessores... O sacerdote responde: "Prometo", e o pontífice dá-lhe um abraço dizendo: "A paz do Senhor esteja sempre convosco".

338. — *Dai a conhecer o cerimonial da consagração de um bispo.*

A consagração episcopal é mais solene ainda que a ordenação dos sacerdotes.

O bispo é eleito e preconizado pelo Soberano Pontífice, de quem recebe as bulas de instituição, que lhe permitem fazer-se sagrar. É preciso haver três bispos para a consagração do novo pontífice. A cerimônia se dá na missa, em dia de domingo ou de festa. Inicia-se a cerimônia pela leitura das bulas pontifícias. Um interrogatório extenso sôbre a fé e os deveres do bispo; a promessa de não faltar a êste empenho; a recitação das *ladainhas dos santos,* o eleito estando prostrado; a imposição do evangelho na cabeça e nos ombros; a imposição das mãos feita pelo prelado consagrante e seus coadjutores; depois, a *unção do santo crisma* na cabeça e nas mãos; a bênção e apresentação das insígnias episcopais; a oferta do santo sacrifício pelo bispo eleito juntamente com o bispo consagrante para simbolizar a união do episcopado: são estas as principais cerimônias da *consagração dos bispos.*

No fim da missa, entrega-se o báculo nas mãos do novo bispo, que se entroniza ao canto do *Te Deum,* depois do qual êle dá a primeira bênção episcopal.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

I. Ter *vocação eclesiástica* é glória imensa para um cristão e para sua família. Aquele que descobre em si esta vocação deve tornar-se digno e corresponder fielmente à graça.

Os pais não podem constranger a receber ordens a um filho não chamado ao serviço divino; por outra parte, muito culpados seriam se pusessem estorvos a uma vocação que parecesse verdadeira: perderiam inúmeras graças e assumiriam responsabilidade terrível.

II. Os fiéis todos devem pôr o maior interêsse nas *vocações eclesiásticas*, de que depende a vida religiosa da diocese e o bem geral da Igreja. Pela oração, podem fazê-las nascer; pela benevolência, conselhos úteis e, quanto possível, por suas esmolas e sua caridade, devem animá-las.

Nos tempos dificultosos que atravessamos, é mister tomarmos grande interêsse nos *seminários* e prestarmos valioso concurso a esta obra capital. Nas têmporas, épocas das ordenações, mais instantes devem se tornar nossas orações no intuito de obter bons padres para a Igreja.

III. Muito melhor entenderiam a dignidade do sacerdote os fiéis, se pudessem presenciar as belíssimas e imponentes cerimônias da ordenação. Haviam de conhecer quais são as provas por que passa o ministro da religião, quais os degraus por que vai subindo até o lugar que ocupa na Igreja; menos vontade teriam de tratá-lo como homem, antes descobririam nêle a própria pessoa de Jesús Cristo.

É porisso que, sendo públicas e muito instrutivas as cerimônias da ordenação, seria para desejar que os fiéis a elas assistissem quando se lhes dá facilidade para isso.

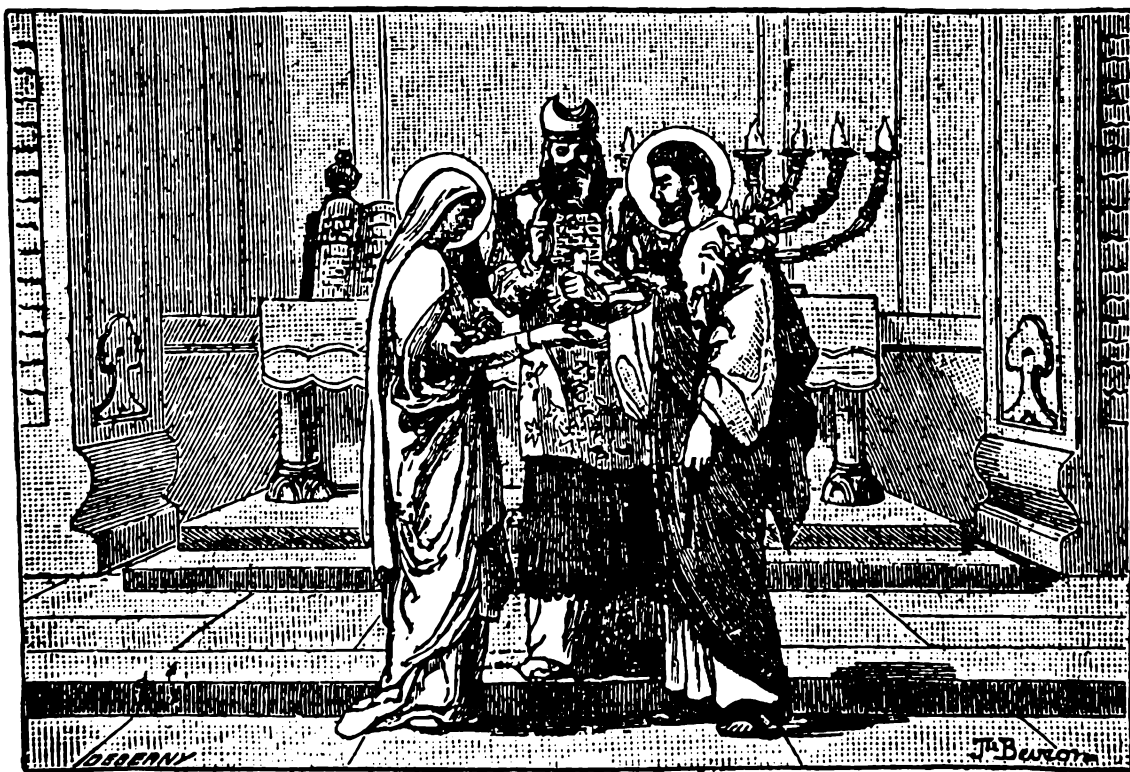
IV. Outro estado que exige igualmente vocação especial é a *vida religiosa*. Estas palavras designam a condição das pessoas que por profissão pertencem a Deus e o servem debaixo de regra aprovada. Os homens que entram no *estado religioso* não têm forçosamente de receber a dignidade sacerdotal. Mas êste estado de vida, baseado na prática dos *conselhos evangélicos* e ordinariamente dos três votos de *obediência, pobreza* e *castidade*, é chamado estado de perfeição. É graça preciosa e muito honrosa, receber esta santa vocação; quem foi assim presenteado pela bondade de Deus deve pôr todo o empenho em corresponder fielmente ao chamado divino. A Igreja e a sociedade auferem dalí socorros valiosíssimos, e a alma dócil à voz de Deus recebe um acréscimo de méritos e de glória para a eternidade.

MATRIMÔNIO

§ I. — Noções gerais dêste sacramento.

Definição. — Instituição divina do sacramento de matrimônio. — Propriedades essenciais do matrimônio cristão: 1.º unidade; 2.º indissolubilidade. — Sinal sensível: matéria e forma.

339. — *Que é o matrimônio?*

R. — *O matrimônio é um sacramento que Nosso Senhor Jesús Cristo instituiu para estabelecer uma santa e indissòlúvel união entre o homem e a mulher e dar-lhes a graça de se amarem mutuamente e educarem religiosamente os seus filhos.*

Casamento de Nossa Senhora com são José.

O matrimônio (do latim *matrimónium, matris munus,* ofício ou cargo da mãe) existia já antes de Jesús Cristo, não como sacramento, mas como *contrato* ou compromisso

natural ou civil, muitas vezes acompanhado de cerimônias religiosas. Sua origem remonta até o berço da humanidade, até Adão despertando do seu misterioso sono, contemplando Eva, sua nova companheira, e dizendo: "Eis osso dos meus ossos e carne da minha carne" (*Gên.*, II, 23).

Desde então, existe o matrimônio. Chama-se também *casamento*, significando que os dois esposos vivem na mesma casa; *união conjugal*, indicando que estão debaixo de um jugo comum; ou ainda *núpcias* (do latim *nuptiae*, *nubere*, cobrir de um véu), em lembrança do véu que a espôsa leva.

Mas êste contrato natural ou civil, e mesmo já religioso, foi elevado, no cristianismo, até à dignidade de *sacramento* por meio de certas condições determinadas.

340. — *Quem instituiu o sacramento de matrimônio?*

R. — *Foi Nosso Senhor Jesús Cristo. Pensa-se que esta instituição se realizou quando o Salvador consentiu em assistir às núpcias de Caná, e santificar, por sua presença e bênção, os esposos a favor dos quais fez o primeiro milagre* (*S. João*, II).

O que é certo, é que são Paulo, lembrando aos cristãos de Êfeso a união e os deveres dos esposos, diz: "Êste sacramento é grande em Jesús Cristo e na Igreja" (*Ef.*, V, 32).

O concílio de Trento diz expressamente: "O matrimônio, na lei evangélica, sendo mais excelente que os casamentos antigos, por causa da graça que confere por Jesús Cristo,... deve ser contado entre os sacramentos da lei nova". E sanciona esta doutrina, pronunciando o anátema contra quem dissesse que o matrimônio não é um dos sete sacramentos instituídos por Jesús Cristo, mas foi estabelecido pelos homens e não confere a graça (*Sess.* XXIV, *cân.* I).

O Soberano Pontífice Pio IX, resumindo a doutrina católica sôbre o sacramento de matrimônio, declara positivamente que o *contrato* primitivo foi elevado por Nosso Senhor Jesús Cristo, à dignidade de *sacramento,* e para os cristãos, as duas cousas são inseparáveis, de sorte que a união conjugal entre cristãos não é legítima senão no *casamento-sacramento,* e não há casamento verdadeiro lá onde não intervém o sacramento (*Carta de Pio IX ao rei do Piemonte,* 1852).

Daí resulta que o *casamento civil* não é verdadeiro matrimônio, mas formalidade necessária, para assegurar perante a lei os efeitos civís do contrato e o verdadeiro matrimônio, para os cristãos, é o que se faz na igreja, diante do ministro sagrado.

341. — *Quais são as propriedades do matrimônio cristão?*

R. — *O matrimônio cristão tem duas propriedades essenciais: unidade* e *indissolubilidade.*

1.º *Unidade.* — Consiste na união de um só homem com uma só mulher. A *poligamia,* ou união matrimonial de um só homem com várias mulheres simultaneamente, é reprovada pela Igreja, como contrária à paz dos esposos, ao bem da família e à instituição divina e primitiva do matrimônio. Sem dúvida, depois do dilúvio, Deus permitiu aos patriarcas terem várias espôsas; mas era simples tolerância. Jesús Cristo reduziu o matrimônio à unidade primitiva; todo o ensino de são Paulo se baseia nesta unidade e o concílio Tridentino declara que é de *direito divino* (*Sess.* XXIV, II). Assim o entenderam e mantiveram tôdas as legislações cristãs.

Contudo, quando acontece um dos cônjuges enviuvar, pode efetuar novo casamento. Não é mais poligamia simultânea, mas sucessiva; aquela foi sempre permitida e são Paulo a autoriza para os cristãos (I, *Corínt.*, VII, 39).

2.º *Indissolubilidade.* — É a permanência do vínculo conjugal enquanto vivem os dois cônjuges. Foi também estabelecida desde a origem do mundo. A lei de Moisés permite, na verdade, em certos casos, de quebrar êste vínculo pelo repúdio. "Mas, diz Nosso Senhor, foi uma tolerância, e não era assim no princípio". Porisso, reduziu o matrimônio à sua verdadeira condição e o proclamou indissolúvel: "Que o homem, diz êle, não separe pois o que Deus uniu" (*S. Mat.*, XIX, 6). Portanto, o matrimônio não pode ser dissolvido senão pela morte de um dos esposos.

Entretanto, a Igreja reconhece que pode haver circunstâncias graves nas quais os esposos serão dispensados da vida comum e *separados* de corpo como de bens; mas, mesmo neste caso, o vínculo matrimonial subsiste, e não é permitido contratar nova união: esta seria absolutamente nula. As leis civís que admitem o *divórcio*, não podem, neste ponto, modificar cousa alguma na lei religiosa.

342. — *O chamado casamento civil é verdadeiro casamento para os cristãos?*

R. — *Não; porque o casamento civil não é sacramento.*

343. — *Que é o casamento civil?*

R. — *O casamento civil é um simples ajuste de união entre o homem e a mulher celebrado perante o oficial civil, tendo apenas para o católico o valor de mero registro.*

344. — *Nos países em que fôr lei o casamento civil, que convém fazer?*

R. — *Nos países em que fôr lei o casamento civil, convém que os cônjuges cristãos, celebrando perante a Igreja seu casamento, se apresentem também ao oficial civil, afim de assegurarem os efeitos civís.*

345. — *Pode o casamento cristão ser dissolvido pelo magistrado civil?*

R. — *Nunca; o casamento cristão só é dissolvido pela morte de um dos cônjuges.*

346. — *Que deve pensar-se então do divórcio?*

R. — *O divórcio é contrário à lei de Deus, à felicidade das famílias e aos interêsses da sociedade.*

347. — *Qual é o sinal sensível do sacramento de matrimônio?*

R. — *O sacramento do matrimônio tem por matéria o consentimento das duas partes e por forma as palavras que exprimem êste consentimento em presença do vigário e das testemunhas.*

Êste sacramento não tem por matéria nenhum elemento natural e sensível: consiste no contrato legítimo; e é o *consentimento expresso,* com a *aceitação mútua* das duas partes, que constitue a *matéria* do sacramento. As palavras pelas quais se exprime êste consentimento diante do vigário ou do padre por êle delegado, e em presença de testemunhas, são a *forma* do sacramento. É o que ensina Eugênio IV no seu decreto aos Armênios: "A causa eficiente do matrimônio, regularmente, é o mútuo consentimento expresso por palavras, de se darem os esposos atualmente um ao outro".

CONCLUSÕES PRÁTICAS

I. "Que a mulher não se separe do marido: se vier a separar-se, fique sem marido, ou se reconcilie. O marido tão pouco não despeça a mulher" (I, *Cor.*, VII, 10 e 11). "A mulher casada está ligada à lei e sujeita ao marido enquanto êle vive; mas se êle morrer, fica livre da lei conjugal. Portanto se fôr achada, durante a vida de seu marido, com outro homem, será chamada adúltera; mas se morrer o seu marido, livre fica da lei e não será chamada adúltera se estiver com outro marido (*Rom.*, VII, 2 e 3).

É a condenação formal do *divórcio.*

II. Quão grande é a altura à qual Nosso Senhor elevou o matrimônio cristão, e quanta gratidão não lhe devem os esposos sob

a lei nova! Que as mulheres sobretudo bendigam ao Senhor que as rehabilitou e as tornou verdadeiramente iguais ao homem!... Por toda a parte onde não reina o cristianismo, encontra-se sempre a mulher numa situação de escravidão, aviltamento e infelicidade.

§ II. — Efeitos do sacramento de matrimônio.

Efeitos espirituais do sacramento de matrimônio. — Principais deveres dos esposos.

348. — *Quais são os efeitos do sacramento de matrimônio?*

R. — *O matrimônio estabelece, entre os esposos, uma união legítima, santa e indissolúvel; comunica-lhes um aumento da graça santificante e confere a graça sacramental própria.*

O matrimônio, considerado como sacramento, tem por efeito:

1.º Criar entre os esposos que o recebem uma *união legítima, santa e indissolúvel.* São Paulo não hesita em compará-la à união santa e perfeita que existe entre Jesús Cristo e sua Igreja e propõe esta união como modêlo aos esposos cristãos.

2.º Proporcionar aos que o recebem nas disposições requeridas *aumento* de graça santificante que os torna mais santos, mais agradáveis a Deus, mais dignos da recompensa celeste.

3.º Comunicar *graça sacramental* cujo resultado é estabelecer entre os esposos afeição íntima, suavizar-lhes os deveres e especialmente ajudá-los, a suportarem juntos, cristã e alegremente, os encargos do matrimônio. Esta graça, recebida no dia da sua união, há de seguí-los em tôda a vida e comunicar-lhes um socorro especial para desempenharem cabalmente os deveres de esposos e pais cristãos.

349. — *Quais são os principais deveres dos cônjuges?*

R. — *Os cônjuges se devem mutuamente amor, fidelidade e tolerância.*

2.º No govêrno da família a espôsa será submissa ao marido que lhe facilitará esta obediência suavizando-a com brandura e bondade.

3.º A ambos incumbe o dever de educar cristãmente os filhos.

1.º Os esposos se devem mutuamente *amor* sincero, dedicado, cristão, e *fidelidade inviolável.* Foi isto que prometeram solenemente diante de Deus e dos altares, na presença de testemunhas, e nunca podem esquecê-lo.

A vida comum reclama *tolerância recíproca:* cada um tem suas imperfeições e deve suportar as dos outros, se quiser que os outros lhe perdoem as próprias imperfeições. Não basta que os esposos se suportem; devem ainda auxiliar-se reciprocamente nas provas e contradições.

2.º No *govêrno da família,* o marido é chefe: a êle pertence a autoridade; a mulher lhe deve submissão e obediência: "Que as mulheres, diz são Paulo, estejam submissas a seus maridos, em todas as cousas, como a Igreja é submissa a Cristo" (*Ef.*, v, 23). Esta obediência não tem outro limite senão a submissão à lei de Deus, que deve ter sempre a preferência. — Contudo, o espôso deve facilitar e suavizar essa obediência, amenizando sua autoridade com a brandura, a bondade e amando a sua espôsa como Jesús Cristo ama a Igreja, segundo a recomendação de são Paulo; não deve esquecer que a mulher não é escrava, mas sim companheira que participa da sua dignidade e de seus direitos.

3.º O terceiro dever comum aos esposos é a *educação* dos filhos. Os filhos pertencem a Deus, que os confiou aos pais como precioso e sagrado depósito, de que deverão dar conta. Ora, a salvação dêste tesouro, único meio de assegurar a virtude e felicidade, é uma educação solidamente moral e cristã.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

I. É ao matrimônio-sacramento que o marido deve a sua autoridade e a respeitosa ternura com que o tratam; a espôsa, essa proteção cheia de benevolência de que é alvo; os filhos, essa afeição respeitosa e delicada que os cerca a todos os instantes da vida. Quanto reconhecimento não deve, pois, a Jesús Cristo a família cristã!... Não será justiça dar-lhe um lugar no lar doméstico, viver sob a sua proteção, e rezar, cada dia, ao pé do crucifixo, a *oração em comum*, em sinal de gratidão pelos benefícios recebidos!

II. Felizes dos que compreendem que o matrimônio é cousa grave e santa!... Se tantas uniões são infelizes, se para tantos esposos, a vida comum vem a ser como que um inferno, não será porque não se importam com a augusta cerimônia dêste sacramento, porque o profanaram e assim atrairam sôbre si a cólera do céu em lugar de receberem as graças que comunica aos que estão devidamente preparados? Não há dúvida que em tais casos, faz falta a fôrça para praticar os deveres que êle impõe.

§ III. — Ministro. — Disposições requeridas. — Impedimentos do matrimônio.

Ministro do sacramento de matrimônio. — Quem o pode receber. — Disposições exigidas. — Impedimentos do matrimônio: 1.º dirimentes; 2.º impedientes. — Dispensa dêstes impedimentos.

350. — *Qual é o ministro do sacramento de matrimônio?*

R. — *Os próprios esposos são ministros dêste sacramento como autores que são do contrato inseparável do sacramento.*

A causa eficiente do sacramento de matrimônio sendo, como já dissemos com o papa Eugênio IV, o mútuo consentimento expresso pelos esposos, segue-se que os esposos são, êles mesmos, ministros do sacramento, como são autores do contrato que é inseparável do sacramento para os cristãos. Assim o compreendeu o concílio Tridentino quando declara válido o matrimônio realizado sem a presença do sacerdote nos países onde não estão promulgados os seus decretos. — Contudo, se os esposos são, neste sentido, *ministros* do sacramento de matrimônio, o seu consentimento não é *válido*, quer para o *contrato*,

quer para o *sacramento*, se não fôr expresso em presença do vigário legítimo ou do seu delegado, que deve assistir não como ministro, mas como testemunha indispensável: assim o declara positivamente o concílio Tridentino (*Sess.* XXIV, I).

Para a *validade* do matrimônio, a presença do vigário legítimo é, pois, necessária. Ora, por êste nome deve-se entender: o papa, que tem pleno poder na Igreja universal; o bispo, que é pastor legítimo de tôda a sua diocese; depois, o vigário, que tem jurisdição em tôda a sua paróquia. — Se os esposos pertencem a duas paróquias diferentes, podem dirigir-se ao vigário legítimo de qualquer das duas paróquias. — Enfim, o bispo a favor de seus diocesanos, e o paróco a favor de seus paroquianos, podem delegar qualquer sacerdote para abençoar um casamento.

Para que o matrimônio seja *lícito*, é preciso observar fielmente todas as condições prescritas pela Igreja.

351. — *Quem pode receber o sacramento de matrimônio?*

R. — *Pode receber o sacramento de matrimônio qualquer pessoa batizada, contra a qual não há nenhum impedimento de direito.*

Os que não foram batizados e não fazem parte da Igreja, podem contratar válida e licitamente o matrimônio, mas não recebem nem sacramento nem graça. — Mais adiante explicaremos os *impedimentos de direito*, que fazem com que certas pessoas não estão habilitadas a contratar matrimônio em determinadas circunstâncias.

352. — *Quais são as disposições necessárias para bem receber o sacramento de matrimônio?*

R. — *Para bem receber o sacramento do matrimônio é necessário:*

1.º Ter vocação para êste estado.

2.º Preparar-se pela reflexão, pela oração e grande vigilância em não se permitir, nas relações que o precedem, nada que seja contrário à honestidade.

3.º Observar as condições impostas pela Igreja.

4.º Possuir o estado de graça.

5.º Ficar recolhido durante a cerimônia.

1.º É preciso ter *vocação* para o matrimônio; com efeito, a condição das pessoas casadas tem dificuldades e deveres. As pessoas cristãs devem, antes de tudo, procurar a salvação, e seria para elas difícil de salvar-se no matrimônio, se não fossem chamadas por Deus. Sem dúvida, o matrimônio é a vocação comum; mas há uma vocação mais perfeita, o estado de *virgindade cristã* e do *celibato religioso,* e se Deus manifestar o desejo que sigamos êste estado mais santo, devemos corresponder à graça e aos desígnios de Deus. — A vocação para o matrimônio se manifesta não tanto pelo gôsto para êste estado, mas sobretudo por um verdadeiro desejo de procurar a sua salvação e cumprir todas as obrigações impostas por êste sacramento.

2.º O matrimônio deve ser preparado: *a*) pela reflexão, evitando-se, no mesmo tempo a leviandade e o capricho, empregando, na escolha do espôso ou da espôsa, toda a maturidade de juízo que exige tão grave determinação; *b*) pela oração, pedindo juntamente as luzes e bênçãos de Deus; *c*) por grande vigilância em não se permitir nas relações que precedem o matrimônio, cousa alguma contrária à honestidade e à castidade.

3.º É preciso observar fielmente as *condições* prescritas pela Igreja, quer a respeito dos impedimentos se os houver, quer a propósito da celebração do casamento.

4.º O matrimônio é sacramento dos *vivos;* é preciso, para o receber dignamente, *possuir o estado de graça,* conhecer de modo suficiente as principais verdades da

religião e o que se refere a êste sacramento. É porisso que às vezes e em certos lugares, a Igreja exige dos futuros esposos o que se chama o *bilhete de confissão.* — Aquele que casasse em estado de pecado mortal não deixaria de receber o sacramento, mas cometeria um sacrilégio e se privaria das graças dêste sacramento. — A *comunhão* não é de necessidade absoluta, mas é muito aconselhada como meio mais eficaz de preparar-se bem ao matrimônio.

5.º Enfim, *durante a cerimônia* do matrimônio, é preciso ficar recolhido, ocupar-se do sacramento que se vai receber, das obrigações que vão ser contratadas para tôda a vida, dos deveres que será necessário cumprir dora em diante e pedir a Deus com instância suas melhores bênçãos.

353. — *Que são impedimentos do matrimônio?*

R. — *Impedimentos do matrimônio são certos obstáculos que se opõem ao matrimônio cristão e foram estabelecidos por Deus ou pela Igreja.*

Desde que o matrimônio é sacramento, êste ato religioso cai sob a autoridade e jurisdição espiritual da Igreja e é ela só, em virtude de sua instituição divina, que tem o direito de fixar condições, estabelecer *impedimentos* julgar os *negócios matrimoniais.* Assim o define o concílio Tridentino (*Sess.* XXIV, IV e XII).

O *poder civil* não tem, estritamento falando, direito algum sôbre o matrimônio, mas tem todo o direito sôbre os *efeitos puramente civís* do contrato, isto é, sôbre o modo de reger e administrar os bens dos esposos, sôbre a herança dos filhos, etc.

A Igreja servindo-se do poder que lhe conferiu Jesús Cristo sôbre as cousas espirituais, estabeleceu, desde a sua fundação e para o bem da família e da sociedade e para atrair maior respeito sôbre o sacramento de matrimônio,

impedimentos de direito. O concílio Tridentino os manteve e especificou com toda a clareza.

354. — *Quais são os principais impedimentos do matrimônio?*

R. — *Há duas espécies de impedimentos: uns anulam absolutamente o matrimônio, e porisso chamam-se dirimentes; outros o tornam ilícito, sem anular o vínculo matrimonial: chamam-se impedientes.*

Quem recebe o sacramento, apesar dessas proibições, comete pecado grave.

I. Eis os principais impedimentos *dirimentes*, anulando o matrimônio:

1.º O *êrro*, quando se deu a respeito da própria pessoa que se quer desposar e não sòmente a respeito das suas qualidades ou da sua fortuna.

2.º A *condição:* se em vez da pessoa ser livre, conforme se julgava, ela fôr escrava.

3.º O *voto*, não simples, mas *solene*, isto é, a profissão religiosa feita numa Ordem cujos votos são reconhecidos pela Igreja como solenes. O mesmo se dá com a recepção anterior das Ordens sacras.

4.º O *parentesco natural* ou *consanguinidade:* em linha *direta*, constitue impedimento dirimente e perpétuo; em linha *colateral*, até o *quarto grau inclusive* (1).

Há impedimento de *parentesco espiritual* entre o padrinho e sua afilhada; entre aquele ou aquela que

---

(1) Trata-se aquí dos graus **canônicos**, que não se contam como no **Direito civil.** — Segundo o **Direito canônico: 1.º em linha direta há** tantos graus quantas pessoas sem contar a primeira: 2.º **em linha colateral,** duas pessoas estão afastadas entre si de tantos graus quantos medeiam entre elas e a origem comum. Ex.: Irmãos e irmãs são parentes em primeiro grau; os primos, em segundo; os filhos dos primos, em terceiro; na geração seguinte, em quarto grau.

Se forem desigualmente distantes da origem, são parentes no grau da pessoa mais afastada.

O **Direito civil** conta os graus pelo número de pessoas que descendem de uma origem comum. Ex.: O irmão e a irmã são parentes no segundo grau; os primos, no quarto; o tio e sobrinho, no terceiro.

batiza e a criança batizada, como também entre ela e os pais; de *parentesco legal* entre os pais adotivos e os enteados, assim como entre os filhos daqueles e estes.

5.º A *afinidade* é impedimento que resulta de aliança legítima ou mesmo do comércio ilegítimo. No primeiro caso, abrange, como a consanguinidade, até o quarto grau inclusive; isto é, o marido viúvo não pode casar com os parentes da mulher até o quarto grau, e reciprocamente para a mulher viúva. — No segundo caso o impedimento abrange o segundo grau sòmente. — Depois dos *esponsais*, há impedimento chamado de *honestidade pública* com os parentes dos noivos no *primeiro grau.*

6.º A *disparidade do culto* seria outro impedimento entre pessoa batizada e outra que não o fosse; por exemplo, entre católico e judeu, católico e infiel.

O *vínculo de casamento* preexistente, a *loucura, violência, clandestinidade* ou tentativa de casamento, sem a presença do sacerdote e das testemunhas, o *crime* (adultério ou homicídio) para facilitar o casamento, o *rapto* ou roubo de uma pessoa no intuito de desposá-la, são êstes os outros impedimentos dirimentes.

II. Os *impedimentos impedientes,* que tornam o casamento *ilícito,* ainda que válido, são:

1.º A *omissão da publicação dos proclamas,* sem dispensa prévia.

2.º A *condição* de quem se achasse debaixo da pena da excomunhão ou interdição.

3.º O *tempo proibido* pela Igreja, desde o Advento até a Epifania e das Cinzas até a dominga de Quasimodo.

4.º Os *esponsais* ou promessas de casamento: tornam ilícito o casamento com outra pessoa, a não ser que haja razões graves ou renúncia consentida.

5.º O impedimento de *religião mista:* existe entre católicos e hereges ou cismáticos, ainda que batizados.

6.º Enfim, o *voto simples* de castidade: é promessa feita a Deus de não casar.

355. — *Não se pode alguma vez alcançar dispensa dos impedimentos de casamento?*

R. — *A Igreja pode dispensar de todos os impedimentos impedientes, quando há motivo, e às vezes de alguns impedimentos dirimentes.*

A Igreja, que faz leis, também pode dar dispensa, havendo razões para isto. Assim concede dispensa de todos os impedimentos *impedientes*, quando necessário. — Todavia, o papa reserva-se o direito de relevar dos impedimentos de *voto simples* e *religião mista*, entre católicos e protestantes por exemplo. — Esta última dispensa outorga-se com a condição que a pessoa católica ficará livre de seguir sua religião, e serão católicos todos os filhos, sem distinção de sexo. Quanto aos impedimentos dirimentes, pode a Igreja conceder dispensa dos que foram por ela estabelecidos, nunca porém dos que resultam do direito *natural* ou *divino*, nem dos de parentesco nos primeiros graus.

Os bispos só podem dar dispensas na medida dos poderes e faculdades que receberem do papa. Todo o requerimento, para alguma dispensa, deve firmar-se em motivos verdadeiros, senão a dispensa ficava *nula*. Enfim, quando um casamento houver sido feito *invalidamente*, por impedimento *dirimente* desconhecido ou não declarado, ainda pode a Igreja, por dispensa especial, tornar válido o casamento.

CONCLUSÃO PRÁTICA

I. Na escolha de um espôso ou de uma espôsa, a sabedoria cristã quer que não se faça caso da paixão que engana, nem da ambição que ilude, nem unicamente do dinheiro que faria do matrimônio um negócio, mas quer que se atenda à *razão*, à *prudência* e à *fé*. A razão dirá que se devem preferir as qualidades do coração

e da alma a tudo o mais, a virtude a todos os tesouros; a prudência dirá que se deve procurar quanto possível a semelhança de caracteres, uma idade mais ou menos igual, assim como as mesmas condições de educação e fortuna; pela fé, saberemos que só se deve entrar no matrimônio com santas intenções e nele viver santamente.

II. Importa conhecer se não houver, para o futuro casamento, algum impedimento *dirimente*, público ou oculto, de parentesco, afinidade, etc. Caso se descubra algum, deve-se declará-lo ao sacerdote que tem de presidir a cerimônia, senão o sacramento seria nulo. O vigário tomará as devidas providências para obter as dispensas, se fôr necessário. É dever para os cônjuges a favor de quem uma dispensa houver sido pedida, saldar os gastos de despachos ou outros reclamados pela *chancelaria* romana ou episcopal.

§ IV. — Condições e cerimônias do casamento.

I. Condições preliminares: esponsais, publicações de proclamas, consentimento dos pais. — II. Condições concomitantes: consentimento recíproco, presença do vigário e das testemunhas. — Cerimônias.

356. — *Quais são as condições do matrimônio cristão?*

R. — *Antecedem o matrimônio os esponsais, a publicação dos banhos e o consentimento dos pais.*

Acompanham-no e são necessários para a sua validade o consentimento recíproco dos nubentes e a presença do vigário e das testemunhas.

Umas condições *precedem*, outras *acompanham* a celebração.

I. Como condições antecedentes ao matrimônio, mencionaremos:

1.º Uma formalidade preliminar possível, mas não necessária; é o que se chama *esponsais:* é promessa livre e ponderosa que fazem duas pessoas de desposar-se. Em certos países, são solenes os esponsais e, às vezes, fazem-se diante do sacerdote. Esta promessa obriga em conciência.

2.º Uma segunda condição, prescrita, ordenada, é a *publicação dos banhos.* Para se poder conhecer os impedimentos que porventura existissem para a celebração

do matrimônio, a Igreja ordenou, no quarto concílio de Latrão e no de Trento (*Sess.* XXIV, I), que todo o casamento entre católicos fosse apregoado no púlpito, na missa paroquial, *três vezes* — ou quando menos *uma,* com dispensa do bispo para as duas outras — nas paróquias em que os noivos têm domicílio por *direito,* e tambem de *fato,* assim como na paróquia que tivessem deixado num prazo inferior a seis meses. Impõe a quem souber de algum impedimento o dever de o revelar ao pároco da freguesia.

3.º O *consentimento dos pais.* — Para uma circunstância tão grave, o respeito e a obediência que os filhos devem aos pais exigem êsse consentimento. A falta do beneplácito dos pais, sendo justificada por motivos plausíveis, tornaria o casamento religioso não inválido, mas ilícito.

II. As outras condições que devem *acompanhar* o matrimônio, necessárias para sua validade, são:

1.º O *consentimento recíproco dos nubentes.* — Êste consentimento é essencial para o compromisso; deve ser *interior e real,* senão o casamento seria nulo no âmago da conciência, ficando, porém, por causa do cumprimento das formalidades, a obrigação de manter sua execução exteriormente; deve ser *livre,* isto é, isento de qualquer coerção, e enfim, manifestado por palavras ou algum sinal exterior.

2.º A *presença do vigário e das testemunhas.* — O concílio tridentino declara nulo, por motivo de *clandestinidade,* qualquer casamento que não fôr celebrado na presença do paróco de um ou outro nubente, e, pelo menos, de duas testemunhas (*Sess.* XXIV, I). Essa lei vigora em todos os países católicos e nos países em que foi promulgado o concílio tridentino.

357. — *Quais são as principais cerimônias do matrimônio?*

R. — *Estas cerimônias resumem-se na alocução dirigida aos esposos, no consentimento que o celebrante pede a ambos, na união das mãos, na bênção do anel e, se o sacramento não se celebra em tempo proibido, na bênção nupcial dado à espôsa.*

Havendo missa logo depois do casamento, o celebrante veste os paramentos que deve ter para o santo sacrifício; em outro tempo, toma o roquete e a estola.

1.º Dá comêço à cerimônia por uma *alocução* lembrando aos nubentes a importância do sacramento que estão para receber e os principais deveres que lhes cabem.

2.º Dirige-se sucessivamente aos esposos: *Snr...., quereis tomar como legítima espôsa, segundo o rito de nossa mãe, a santa Igreja, fulana de tal, aquí presente?* O espôso tendo respondido: *Quero,* o sacerdote indaga o mesmo da futura espôsa, que responde também: *Quero.*

3.º Os esposos dão-se a mão direita; o celebrante faz sôbre êles o sinal da Cruz dizendo: "Eu vos uno pelo vínculo do matrimônio, em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo". E depois, lança-lhes água benta.

4.º O sacerdote *benze um anel* por uma fórmula na qual pede a Deus "que a espôsa que o levar sempre conserve ao espôso fidelidade perfeita, e que ambos vivam em perpétua caridade. Deita, em forma de cruz, água benta no anel, e entrega-o ao espôso, o qual o coloca no dedo anular da espôsa. Este anel é sinal de aliança indissolúvel e de fidelidade conjugal.

Havendo missa depois do matrimônio e se êste não se celebrar em tempo proibido, depois do Pater vêm os esposos ajoelhar nos degraus do altar, e o celebrante reza a favor da espôsa uma bela e extensa fórmula de *bênção nupcial,* lembrando a que os patriarcas davam aos filhos.

— Os esposos voltam a seu lugar e vem ainda no fim da missa, a receberem outra bênção especial.

Estas últimas orações e cerimônias não se dão *em tempo proibido,* ainda que se houvesse alcançado dispensa, nem quando a espôsa fôr viúva e já tiver recebido esta bênção em outras núpcias.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Quem poderá cantar dignamente a glória e felicidade do matrimônio cristão, que a Igreja concede, que o adorável sacrifício confirma, que a bênção consagra, que os anjos proclamam, que o Eterno ratifica no alto dos céus?" (*Tertuliano*).

— Os esposos cristãos guardam fiel e piedosa lembrança do seu matrimônio; todos os anos celebram com prazer a volta dêste dia, melhor ainda por práticas religiosas que por uma festa íntima, e se Deus lhes concede longos anos de bênção, celebram com mais solenidade ainda o 25.º e o 50.º aniversário, sob os nomes de *Bôdas de prata,* e *Bôdas de ouro...*

"Guardai-vos, diz são João Crisóstomo, de deshonrar o matrimônio com pompas inventadas pelo demônio". A Escritura fala dos casamentos de Isaac e Rebeca, de Jacó e Raquel. Festejava-se o ato, não faz dúvida, na casa dos patriarcas, mas nada de despesas estultas ou leviandade louca, que sempre ofendem a Deus. Assim é que os cristãos se alegram na inocência e na simplicidade, atraindo pela *esmola* as bençãos do céu sôbre sua união e fazendo a Igreja e os pobres partilharem benefícios e alegrias.

APÊNDICE

MEIOS DE SANTIFICAR O DIA

Meio geral. — Santificação particular das nossas diferentes ações: 1.º oração, 2.º trabalho; 3.º refeição; 4.º recreio; 5.º conversas; 6.º tentações; 7.º sofrimentos. — Principais exercícios de piedade.

358. — *Qual é o meio de santificar o dia?*

R. — *O meio de santificar o dia é fazer todos os atos no intuito de agradar a Deus e merecer recompensa no céu. Para isso cumpre ter um regulamento, oferecer a Deus todas as ações do dia e fazê-las com espírito de fé e em estado de graça.*

Com efeito, a santidade depende antes do modo perfeito e santo com que cumprimos nossas ações ordinárias, que de feitos extraordinários que porventura tivéssemos de realizar. De Nosso Senhor refere-se: "Tudo tem êle feito bem..." (*S. Marcos,* VII, 37). A maior e única ambição do cristão deve ser imitar o divino modêlo.

Para isto cumpre:

1.º Ter *regulamento,* indicando que tudo se há de fazer no tempo devido, e marcando, quanto possível, os diversos atos que tencionamos praticar no dia, na semana, no mês, no ano.

2.º Dirigir todas as nossas ações para Deus, com o propósito de lhe agradar, assim como fazia Nosso Senhor: "Faço sempre o que apraz a meu Pai" (*S. João,* XIII, 29). É nosso dever; pois, Deus sendo nosso criador e nossa origem, é também nosso fim último e nosso remunerador. Devemos tomar o bom hábito de oferecer cotidianamente a Deus, logo ao acordar, os atos do dia e renovar, de vez em

quando, esta intenção nos nossos afazeres. Desta forma, tornar-se-ão sobrenaturais e meritórias as menores ações.

Para que estas nossas ações sejam dignas de recompensa no céu, cumpre, — 3.º fazê-las para Deus, com *espírito de fé,* quanto possível com atenção, evitando a rotina, unindo-as, pelo espírito, com os atos de Nosso Senhor; no entanto, têm ainda de ser feitas em *estado de graça,* pois é isto condição indispensável para o mérito sobrenatural.

359. — *Quais são os principais atos do dia e como havemos de santificar especialmente cada um dêles?*

R. — *Os principais atos de dia são: 1.º oração; 2.º trabalho; 3.º refeições; 4.º recreios e divertimentos; 5.º conversas; às vezes também achamo-nos expostos: 6.º às tentações; 7.º aos sofrimentos.*

Ora, nestas diversas ocorrências, eis o proceder do cristão para santificar tudo:

I. *Orações.* — A oferta do coração a Deus, com o sinal da cruz, deve ser o comêço do dia, e logo depois do levantar e dos cuidados que prescreve o asseio, far-se-á a *oração da manhã,* de joelhos.

As pessoas que tiverem facilidade e tempo acrescentarão quinze minutos ou meia-hora de leitura refletida ou *meditação.* — Êste exercício praticado com exatidão, proporciona um meio fácil de progredir no espírito de fé e na verdadeira piedade.

A oração iniciou o dia do cristão; também o deve ultimar. — Será, de noite, um ato de agradecimento pelas graças alcançadas no decorrer do dia, e também, pela oferta a Deus, será um meio de santificar o descanso da noite. — Na *oração da noite,* faz-se o *exame de conciência,* olhar rápido, mas sério, sôbre nosso proceder,

sôbre os atos, palavras, pensamentos que nos ocuparam durante o dia com arrependimento e *ato de contrição,* para os pecados cometidos, propósito de emendar-nos para o futuro e imposição de uma penitência, se quisermos mais eficazmente trabalhar em nossa santificação.

II. *Trabalho.* — O trabalho foi imposto a todos como dever e como expiação. — Santifica-se referindo-o a Deus por uma oferta constante, imitando Nosso Senhor que quís, logo em criança, e durante a vida inteira, ser nosso modêlo perfeito. Se o trabalho nos parecer penoso, enfadonho, será então ocasião de aceitá-lo como expiação, com submissão inteira às ordens de Deus, e em espírito de penitência.

III. *Refeições.* — As refeições sempre constituem um perigo: em vez de comer simplesmente para viver e reparar nossas fôrças, achamos, neste ato, repetido várias vezes no dia, ocasião de sensualidade e gula. É uma cautela contra êste perigo recitar o *Benedícite,* destinado a santificar a ação vulgar de comer e beber. — Durante a refeição deve-se evitar a precipitação, o excesso, a demasiada delicadeza. Não deixaremos a mesa sem agradecer a Deus por êle nos haver dado com tanta generosidade uma comida que muitos outros não receberam com a mesma abundância.

IV. — *Recreios e divertimentos.* — As normas para recreios e divertimentos podem resumir-se em três: 1.º *moderação;* 2.º *decência;* 3.º *caridade.* — A *moderação* requer que não se gaste, nos brinquedos e no jôgo, um tempo por demais extenso; — a *decência* manda que tenhamos sòmente jogos honestos e modestos, evitando com cuidado tôda companhia perigosa; — enfim, a *caridade* prescreve que fujamos de tôda briga ou altercação, submetendo-nos, pelo contrário, ao parecer dos outros, proporcionando a todos, quanto possível, alegria

e satisfação por nossos modos francos e singelos, e por uma lhaneza irrepreensível.

V. *Conversas.* — "A língua, disse São Tiago, é um mundo de iniquidades" (*Ep.*, III, 6), e acrescenta, com razão, que pouquíssimos homens sabem refrear a língua. Para santificar as conversas, cumpre evitar a leviandade e a ociosidade com as quais vão sempre mil faltas; depois, deixar de pronunciar qualquer palavra de orgulho ou raiva, cuidar em nada dizer que ofenda a *verdade,* a *religião,* a *decência,* a *caridade.* Evitar o mal nas conversas, porém, não basta; é preciso ainda torná-las agradáveis, úteis, edificantes, e sempre cristãs.

VI. *Tentações.* — O primeiro dever será não se expor voluntariamente às tentações e especialmente não procurá-las. No entanto, se a tentação se apresentar sem haver imprudência da nossa parte, será preciso desviar o espírito dos maus pensamentos, ocupar-se seriamente com algum trabalho, ou distração legítima, recorrer à oração, e ficar depois em frente da tentação sem presunção nem orgulho, mas também sem temor nem fraqueza. — Se tivermos a felicidade de debelar a tentação, a Deus havemos de referir a glória; se tivermos a fraqueza de ceder, devemos atribuir esta derrota à nossa negligência e cobardia, sem contudo desanimarmos: pediremos perdão a Deus e faremos o propósito de confessar-nos quanto antes.

VII. *Sofrimentos.* — Se algum sofrimento ou pena nos visitar, precisamos aceitá-lo, como vindo das mãos da Providência, com resignação; oferecê-lo a Deus em expiação das nossas culpas e não murmurar contra sua santa vontade, mas repetir com Nosso Senhor a oração que aliás vamos rezando todos os dias: "Seja feita a vossa vontade, ó meu Deus!" Depois, em lugar de andarmos em busca de consolos humanos, muitas vezes estéreis e

impotentes, refugiar-nos-emos nos braços de Deus, ao pé do tabernáculo; ou debaixo da proteção de Maria, "consoladora dos aflitos".

360. — *Quais são os principais exercícios próprios para entreter a piedade*

R. — *Os exercícios mais próprios para entreter a piedade são a oração da manhã e da noite, a meditação, a assistência à santa missa, o têrço e as leituras piedosas.*

Além da *oração da manhã* e da *meditação,* os exercícios mais adequados para o desenvolvimento da piedade são: a *assistência à santa missa,* nos dias da semana; a *visita ao santíssimo Sacramento,* isto é, alguns momentos passados na igreja, ao pé do tabernáculo, em palestra com Nôsso Senhor, tributando-lhe nossas homenagens, implorando suas graças, meditando seus exemplos e esforçando-nos por imitá-los; o *têrço,* rezado quer por extenso, quer pelo menos em parte, para honrar a santíssima Virgem, refletindo principalmente nos *mistérios do rosário;* enfim, as *leituras piedosas,* quer na *Vida dos santos,* quer em livros tratando especialmente da vida espiritual, como a *Imitação de Nosso Senhor,* o *Combate espiritual,* a *Introdução à vida devota,* e mais obras de são Francisco de Sales, etc.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Transcrevemos aquí a oração que uma rainha gostava de rezar cada dia: "Que me há de suceder hoje, ó Deus meu? Não sei. Mas o que sei, é que nada me acontecerá senão o que previstes, determinastes, ordenastes desde a eternidade.

"É quanto basta, meu Deus, é quanto basta: adoro os vossos eternos e insondáveis desígnios; a êles me submeto com todo o coração e por vosso amor. Tudo quero, aceito tudo, de tudo faço-vos um sacrifício, e êste sacrifício, eu o uno ao de Jesús Cristo, meu divino Salvador.

"Em seu nome e por seus méritos infinitos, peço-vos a paciência nas minhas penas e conformidade perfeita com tudo quanto quiserdes ou permitirdes. Assim seja!"

Orações antes e depois das refeições:

I. — O BENEDICITE.

Abençoai-nos, Senhor, e abençoai estes dons, que vossa liberalidade nos concede como alimento.

Por Jesús Cristo Nosso Senhor.

R. Assim seja.

Bénedic, Dómine, nos et haec tua dona, quae de tua largitate sumus sumpturi.

Per Christum Dóminum nostrum.

R. Amen.

II. — DEPOIS DA REFEIÇÃO.

Graças vos damos por todos os vossos benefícios, Deus todo poderoso, que viveis e reinais em todos os séculos dos séculos.

R. Assim seja.

Agimus tibi grátias omnípotens Deus, pro univérsis benefíciis tuis, qui vivis et regnas in saecula saeculórum.

R. Amen.

QUARTA PARTE

CULTO DIVINO

Liturgia, festas e práticas religiosas

Nota. — Logo após cada pergunta, as primeiras linhas em grifo podem ser decoradas e recitadas pelos alunos.

LIÇÃO PRELIMINAR

Práticas do culto exterior

Objeto desta quarta parte. Elementos do culto exterior e público — Vantagens dêste culto — Divisão das matérias.

361. — *Que encerra a quarta parte do Curso de Instrução religiosa?*

R. — *Encerra mais especialmente o que diz respeito ao culto divino, como culto exterior e sensível.*

O fim essencial da religião é dar a Deus a glória que lhe é devida, e aos homens, a paz e ventura verdadeira. Ora, êste fim duplo não se alcançaria plenamente sem *culto exterior* e *práticas religiosas.*

Dar crenças ou *dogmas* ao homem, indicar normas de proceder, conduta geral ou *moral,* auxiliá-lo a santificar-se pela *oração* individual e os *sacramentos;* não é bastante para a religião; deve mais facultar-lhe meios de relacionar-se com Deus, já como homem privado, já como membro de uma sociedade religiosa. Ora, tal relação se estabelece pelo *culto.*

362. — *Quais são os elementos constitutivos do culto exterior e público?*

R. — *Os elementos constitutivos do culto exterior e público são: 1.º o sacrifício; 2.º as festas; 3.º as práticas de devoção.*

Em tôdas as religiões, encontramos como *elementos constitutivos* do culto exterior e público:

1.º O *sacrifício;* mas a oferta do sacrifício a Deus não está ao arbítrio de cada um. Na lei de Moisés vemos que prescrições ou *regras litúrgicas* regulavam a imolação das vítimas. As outras religiões também tiveram seu cerimonial.

2.º *Festas*, isto é, dias particularmente consagrados à oração e à lembrança dos acontecimentos que interessavam a nação. Assim é que a religião mosaica, além do descanso do sábado, impunha, aos Judeus fiéis, as solenidades da Páscoa, do Pentecostes, dos Tabernáculos, a festa da Expiação e a da Consagração do Templo.

3.º Enfim, afora várias outras *práticas* destinadas a afervorar a piedade, *devoções* que estimulam o ardor, *associações* que agrupam os indivíduos e contribuem ao proveito geral.

Ora, são justamente êstes mesmos elementos que deparamos no culto católico. Também êle tem seu *sacrifício* incomparável e *regras litúrgicas* que regulam a oferta; tem suas *festas* anuais, trazendo-nos à lembrança os magnos acontecimentos da religião cristã e os santos personagens que produziu; tem enfim, suas *práticas religiosas,* suas devoções, suas confrarias que alimentam e estimulam a piedade.

Esta parte da religião tem para nós o maior interêsse, a máxima importância; porisso é que faremos dela um estudo especial.

363. — *Quais são as vantagens do culto exterior e público?*

R. — *1.º Pelo culto exterior e público, o homem salda tôda a sua dívida para com Deus.*

2.º Os atos exteriores do culto elevam o pensamento para Deus.

3.º O culto exterior é uma prédica contínua.

1.º Pelo *culto exterior e público,* o homem pode saldar tôda sua dívida para com Deus. O homem não é tão sòmente inteligência: tem corpo e deve a Deus a homenagem dêste corpo como lhe deve a homenagem do seu espírito; não foi criado para viver isolado, mas sim em sociedade: ora, o culto exterior e público preenche êste duplo dever: tributar a Deus a homenagem do nosso corpo e a homenagem da sociedade de que somos membros.

2.º Os *atos exteriores do culto,* as cerimônias religiosas, as festas cristãs, as práticas de devoção impressionam a vista e, por meio dos sentidos, elevam para Deus o pensamento, mantém, despertam a atenção que se desvia tão facilmente quando não está prêsa por objetos ou cousas sensíveis.

3.º Êste conjunto do *culto exterior,* é uma prédica contínua que sucessivamente lembra todos os dogmas da religião e os deveres mais importantes da moral cristã, de modo que vemos alí, como em painel fidelíssimo e sempre novo, nossas crenças e nossos deveres.

364. — *Que ordem seguiremos nesta quarta parte da religião?*

R. — *Daremos, primeiro, algumas prescrições litúrgicas; em seguida, explicaremos as principais cerimônias da missa e por fim, indicaremos os ofícios litúrgicos.*

1.º Debaixo do título *liturgia,* primeiro daremos a conhecer algumas *prescrições litúrgicas* relativas às igrejas e às cousas sagradas; depois, explicaremos as principais *cerimônias da missa,* e indicaremos os outros *ofícios litúrgicos.*

2.º Sob o título *festas*, falaremos das *grandes épocas* e mais notáveis *solenidades* do ano cristão.

3.º Em outro estudo sôbre as *práticas religiosas*, daremos a conhecer as *devoções* mais úteis aos fiéis.

CONCLUSÃO PRÁTICA

A Igreja compreendeu muito bem a importância do culto divino e determinou, ela própria, as *cerimônias, festas e práticas*: logo, não é lícito ao ministro do culto mudar nisto qualquer cousa. É portanto a religião exterior tôda, esta expressão do culto "no espírito e na verdade" de que falava Nosso Senhor, que vem traduzida e proposta nas admiráveis instituições da Igreja.

O Concílio tridentino manda aos ministros do culto que expliquem as *cerimônias* aos fiéis (Sess., XXII, VIII); portanto, é dever para êles estudá-las muito bem e conhecer-lhes perfeitamente o sentido. Elas constituem um livro, uma série de quadros que apresentam a religião debaixo de formas sensíveis; o livro, porém, ficaria fechado, nenhuma significação, nenhum préstimo teriam estes quadros, se não soubéssemos descobrir, debaixo das imagens e dos símbolos, as belezas e os ensinos do culto católico.

É porque tinha o sentimento delicioso do profundo conhecimento do nosso culto que santa Teresa exclamava: "Eu daria a cabeça pela menor cerimônia da Igreja".

LITURGIA

§ I. — Noções gerais da liturgia.

Definição da liturgia — Diversas liturgias: 1.º da Igreja oriental; 2.º da Igreja ocidental — A língua litúrgica do Ocidente — Principais livros litúrgicos.

365. — *Que é liturgia?*

R. — *Liturgia é o conjunto das cerimônias e preces que formam o serviço divino.*

Na origem do cristianismo, não foram determinadas nem escritas imediatamente as regras do culto novo. Ao instituir a santa Eucaristia, Nosso Senhor tinha cumprido certos ritos ou cerimônias que os apóstolos conservaram com esmêro; por sua vez, emprestaram, das tradições religiosas dos Judeus e outros povos, alguns usos que adaptaram ao culto cristão e foram transmitindo verbalmente aos bispos que ordenavam, as regras a seguir na oferta do santo sacrifício e nas funções sagradas; a pouco e pouco, formou-se, especialmente para a celebração do augusto mistério, um código ou regulamento, hoje chamado *liturgia.*

366. — *Não há várias liturgias na Igreja católica?*

Antes do 3.º século, época da redação das *constituições apostólicas,* compêndio precioso relatando os usos estabelecidos pelos apóstolos e seus sucessores, nenhum documento escrito existia no tocante às regras litúrgicas.

No decorrer dêstes três séculos de perseguição e de difusão da Igreja, a liturgia, uniforme quanto ao fundo, achou-se algum tanto modificada nas exterioridades acessórias, que tinham sido ajeitadas às necessidades e

aos costumes dos povos convertidos. Daí nasceram duas classes de liturgias, umas próprias da *Igreja oriental,* outras próprias da *Igreja ocidental.*

As principais liturgias da *Igreja oriental* são:

1.º A *liturgia de S. Tiago* ou de Jerusalém, estabelecida pelos apóstolos, ou por são Tiago o Menor, e escrita por S. Cirilo, patriarca de Jerusalém, para os meados do século IV. Dela se originou a liturgia *maronita* que se conserva ainda hoje entre os cristãos do Líbano, onde o ofício divino se celebra em língua siríaca, idioma usado na Judéia no tempo de Nosso Senhor.

2.º A *liturgia de Alexandria,* fundada por S. Marcos, discípulo de S. Pedro e redigida por são Cirilo, bispo de Alexandria.

3.º Os Gregos, dependentes do patriarcado católico de Constantinopla, usam de duas liturgias: a de *São Basílio* e a de *São Crisóstomo,* atribuídas a êstes dois grandes bispos do IV.º século.

4.º Enfim, na Igreja oriental, há outras liturgias menos importantes: as do *Armênios* (Constantinopla), dos *Melquitas* (Antioquia), dos *Sírios* (Antioquia), dos *Caldeus* (Babilônia), dos *Búlgaros Unidos* (língua eslava, mantida em 1865).

Tôdas estas diversas formas litúrgicas têm sido aprovadas pela Igreja romana.

As principais liturgias da *Igreja ocidental* são:

1.º A *liturgia romana,* também chamada *gregoriana,* pelo nome de são Gregório Magno, que lhe deu, para os fins do século VI, a sua forma atual, mais ou menos. Remonta, com certeza, esta liturgia, por tradição, até são Pedro.

2.º A *liturgia ambrosiana,* ainda usada em Milão, é devida a santo Ambrósio, arcebispo daquela cidade. A unica diferença com a de Roma, são alguns hinos e orações compostas por êste santo doutor.

3.º Houve outrora, na França, uma liturgia denominada *galicana,* usada desde a prègação do cristianismo até o ano de 758. Era muito mais parecida com as liturgias orientais do que com a de Roma, porque os primeiros apóstolos das Gálias tinham vindo do Oriente. A pedido do papa Estêvão II, o rei Pepino mandou que se adotasse a *liturgia romana.*

Mas, com o andar dos tempos, reapareceram certos usos antigos, e para os meados do século XVI, cada diocese tinha por assim dizer a sua liturgia própria. O concílio tridentino (1545-1563) resolveu restabelecer a unidade romana; e o papa são Pio V, em 1568, só deixou subsistir as liturgias particulares que contavam duzentos anos de existência. A França aceitou êste decreto e com ela se conformou, mas no tempo de Luís XIV e Luís XV (XVII e XVIII século), certo número de dioceses tinham-se afastado de novo, mais ou menos, da liturgia romana; desde 1850, contudo, a convite de Pio IX, tôdas retomaram a liturgia *romana,* e já não se fala mais em liturgia *galicana.*

4.º Enfim, na Espanha, a catedral e as principais igrejas de *Toledo* têm a *liturgia mosárabe,* muito parecida com a antiga liturgia galicana. Foram apelidados *mosárabes,* no século VIII, os cristãos da Espanha que, depois da conquista do reino pelos Mouros, ficaram vivendo com os Árabes. Sua liturgia foi praticada na Espanha até o fim do século XI, época em que a liturgia romana prevaleceu. Entretanto, com a autorização do papa Júlio II, o cardial Ximenes alcançou, no século XVI, que a antiga liturgia se conservasse em Toledo.

367. — *Qual é a língua litúrgica de tôda a Igreja ocidental?*

R. — *A língua litúrgica da Igreja ocidental foi, desde as origens do cristianismo, o latim que se falava na Itália, na África e nas províncias do ocidente conquistadas pelo exército romano.*

Desde aquela época, conservou-se o latim como língua litúrgica, em meio das transformações que sofriam os idiomas dos povos antigos.

O fim que a Igreja se propõe é duplo: 1.º manter, quanto possível, pela unidade de língua, um meio de comunicação entre todos os povos cristãos e conservar assim a integridade do dogma e do culto, que as traduções variadas em infinito sempre haviam de alcançar; 2.º preservar a liturgia, — fixando-a numa língua hoje em dia morta, — das mudanças que as línguas vivas trazem por fôrça, pois modificam-se rapidamente, e exigiriam todos os séculos reformas novas na liturgia.

O uso da língua latina no ofício divino não é embaraço nenhum para os fiéis, se a Igreja lhes põe nas mãos traduções que permitem a quem não conhece esta língua, acompanhar, no idioma vulgar, as orações da santa liturgia.

A forma mais expressiva da língua litúrgica é o canto relig so executado pelo povo e pelo clero.

O canto religioso sempre existiu; era cantando hinos sagrados que os antigos patriarcas ofereciam sacrifícios a Deus; Daví cantava e fazia cantar seus salmos pelos levitas; são Paulo recomendou aos Efésios cantar louvores a Deus.

Na primitiva Igreja, o canto eclesiástico inspirou-se dos Hebreus, Gregos e Romanos; o gênio de santo

Ambrósio, são Gregório Magno e mais santos elevou-o a altíssimo grau de perfeição.

Santo *Ambrósio* compôs numerosos hinos e arranjou o canto dos salmos na igreja (340-397).

São *Gregório Magno* (540-604) criou escolas de cantòres e coordenou as antigas melodias segundo as exigências do culto divino.

O *canto gregoriano* ou *canto-chão* é simples e expressivo, suave e piedoso, cheio de harmonia e agradável ao povo.

368. — *Quais são os principais livros litúrgicos da Igreja?*

R. — *Os principais livros litúrgicos da Igreja são: o breviário, o missal, o ritual e o pontifical.*

Os principais *livros litúrgicos,* contendo as fórmulas das preces da Igreja e do culto público, são:

1.º O *breviário:* é o livro que encerra o *ofício divino* que os sacerdotes e religiosos rezam ou cantam todos os dias, em nome do povo cristão. Contém numa ordem ou arranjo especial, adaptado a todas as épocas e festas do ano cristão, *salmos, hinos,* leituras da *Escritura Sagrada,* narrações da *vida dos santos, homílias* dos doutores sôbre o Evangelho, sendo tudo entremeado de *versículos, responsórios, antífonas* e várias *orações.*

O nome *breviário* lhe foi posto quando Gregório VII lhe deu a forma atual, abreviando os ofícios usados outrora.

2.º O *missal:* é o livro que traz as orações do santo sacrifício da missa para serviço do sacerdote que celebra. O missal atual é o que foi revisto depois do concílio tridentino e aprovado por são Pio V.

3.º O *ritual:* é o livro que explica a forma da administração dos sacramentos e de outras diversas funções

eclesiásticas, como as bênçãos, a ordem das exéquias, das procissões, etc. O *ritual romano,* como é usado hoje, foi publicado pelo papa Paulo V, em 1614.

4.º O *pontifical:* é o livro que expõe a ordem de tôdas as funções próprias dos bispos, como *consagração dos santos óleos,* das *igrejas,* dos *altares,* dos *vasos sagrados,* administração dos sacramentos da *confirmação,* da *ordem,* etc.

5.º O *cerimonial dos bispos:* é assim chamado o livro que indica as cerimônias próprias das igrejas catedrais e colegiais. Publicado por Clemente VIII, emendado por Inocêncio X, êste livro deve sua redação atual a Bento XIV (1740). Existe para as igrejas paroquiais um compêndio mais resumido chamado *cerimonial.*

6.º Enfim, o *martirológio:* primitivamente, era o livro em que se assentava o nome dos mártires; depois acrescentaram-se os nomes dos outros santos cuja festa se celebrava no dia.

Os livros acima enumerados são especialmente empregados pelo clero. Para uso dos fiéis têm-se publicado livros contendo excertos dos primeiros: são os *livros de horas* ou *manuais* trazendo os principais ofícios. Devem ser acordes com o *missal* e o *breviário* e ter a aprovação de um bispo. Compuseram também, para uso dos cantores, livros de ofícios com o canto escrito: o *gradual* para a missa e o *antifonário* para os ofícios da tarde.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Sem embargo das divergências acidentais e meramente acessórias, que espetáculo belíssimo, sublime, não apresentam as inúmeras igrejas erguidas em todo o orbe católico! Nas regiões onde a língua e os costumes se divorciam completamente dos nossos, todos os fiéis, no entanto, oram do mesmo modo... Haverá manifestação

mais patente, mais deslumbrante da unidade católica? Mesma fé, mesma prece!

Para o cristão separado do torrão natal pelas contingências da vida e constrangido a viver debaixo de outro céu, é doce lenitivo e consôlo muito suave, encontrar alí, no culto publico, mesmas orações, mesmas cerimônias, mesmos ofícios.

Ó Jesús, graças vos sejam dadas por nos terdes trazido um culto único na verdade!... Ó Igreja santa, a vós a nossa gratidão por nos conservardes assim a harmonia na fé e na adoração! Dora em diante, associar-me-ei mais estreitamente ainda a tôdas os cristãos, meus irmãos, e nas cerimônias a que assistir, *hei de rezar em união com tôda a Igreja.*

§ II. — Igrejas.

Noção das igrejas — Antigas basílicas romanas: sua transformação — Bênção e consagração das igrejas — Profanação e execração das igrejas. — Os sinos e seu batismo — Função dos sinos.

369. — *Que é igreja?*

R. — *Desde a origem do cristianismo, igreja (assembléia) era o lugar onde os fiéis se reuniam para a celebração dos santos mistérios.*

Não eram então edifícios especiais como hoje, eram salas, adrede dispostas na casa, e adornadas como o cenáculo quando Nosso Senhor alí celebrou a Páscoa.

Durante as perseguições, muita vez os fiéis tinham de fugir, e então, acolhiam-se às florestas, nas solidões ou em lugares subterrâneos que serviam para sepultar os mortos e se denominavam *criptas*. Em Roma, podem-se ver imensas galerias dessas que, durante três séculos, fizeram de igrejas e cemitérios: são *catacumbas.*

Para os meados do século II, os cristãos, aproveitando os reinados mais pacíficos de Filipe e Galiano, entraram a levantar edifícios especiais para o culto; mas foi só no princípio do século IV, quando Constantino teve dado ao mundo a paz religiosa, que se ergueram as verdadeiras *igrejas.*

As igrejas podem ser: *basílicas, metrópoles, catedrais, colegiais, igrejas paroquiais, sucursais, capelas* ou *oratórios.*

Basílicas são igrejas principais por sua dignidade e privilégios. Há quatro *basílicas maiores;* estão em Roma, a saber: *São João de Latrão, São Pedro do Vaticano, São Paulo extra muros e Santa Maria Maior;* quer em Roma, quer fora, as outras basílicas são *menores.*

Metrópoles são igrejas de arcebispos; dividem-se em metrópoles *simples, primaciais* ou *patriarcais,* conforme a dignidade do prelado titular.

Catedrais são igrejas de bispos; contém a cátedra, sé ou trono episcopal.

Colegiais são igrejas não catedrais que possuem um cabido.

Igrejas paroquiais são igrejas destinadas ao serviço de uma paróquia.

Igrejas sucursais são as que auxiliam o serviço religioso de uma paróquia.

Oratórios ou *capelas* são igrejas para uso de todos os fiéis (oratórios *públicos*), de uma categoria de fiéis (oratórios *semi-públicos*), ou de alguém em particular (oratórios *privados*).

As dependências ordinárias de uma igreja são: a *sacristia,* para guardar as alfaias, vasos sagrados, paramentos e mais objetos do culto; o *cemitério,* para a sepultura dos fiéis; o *presbitério,* para a residência do clero; às vezes, o *paço episcopal,* para a residência do bispo e o serviço da cúria episcopal.

370. — *Que eram as antigas basílicas romanas e quais são as transformações que sofreram para se tornarem igrejas cristãs?*

R. — *A basílica romana era um edifício retangular onde se dava a justiça e onde ficava também o mercado.*

A principal transformação que se fez na basílica para torná-la igreja, foi alongar a abside e alargar a nave, dando-lhe a forma de cruz.

O imperador Constantino, feito cristão, deu aos fiéis muitas basílicas para o exercício do culto. Daí vem chamarem-se *basílicas* as igrejas primitivas. Hoje, dá-se êste nome a certas igrejas grandes de Roma e mais algumas, às quais o Sumo Pontífice concede êste título, com as vantagens das indulgências ligadas às basílicas *maiores* ou *menores*.

A basílica apresentava a forma de um retângulo, muitas vezes terminado em semi-círculo: alí colocava-se o altar. No hemiciclo ficavam os assentos do bispo e dos ministros sagrados; os fiéis ocupavam a nave e espaços foram reservados na frente, para os *penitentes públicos*.

Na basílica antiga, notava-se: o *peristilo,* o *átrio,* as *naves,* o *côro,* o *santuário* e a *abside.*

Peristilo ou pórtico era uma galeria exterior que facilitava a entrada para o átrio.

Átrio ou *adro* era um pátio descoberto, cercado de pórticos, como os claustros dos mosteiros; no centro ficava uma piscina onde os fiéis lavavam as mãos e o rosto antes da oração; o pórtico da entrada, na basílica, chamava-se *nártex;* alí é que estavam os catecúmenos e penitentes públicos durante os ofícios.

O interior da basílica possuía geralmente três *naves;* a do centro tinha uma passagem livre; na direita, colocavam-se os homens, na esquerda, as senhoras.

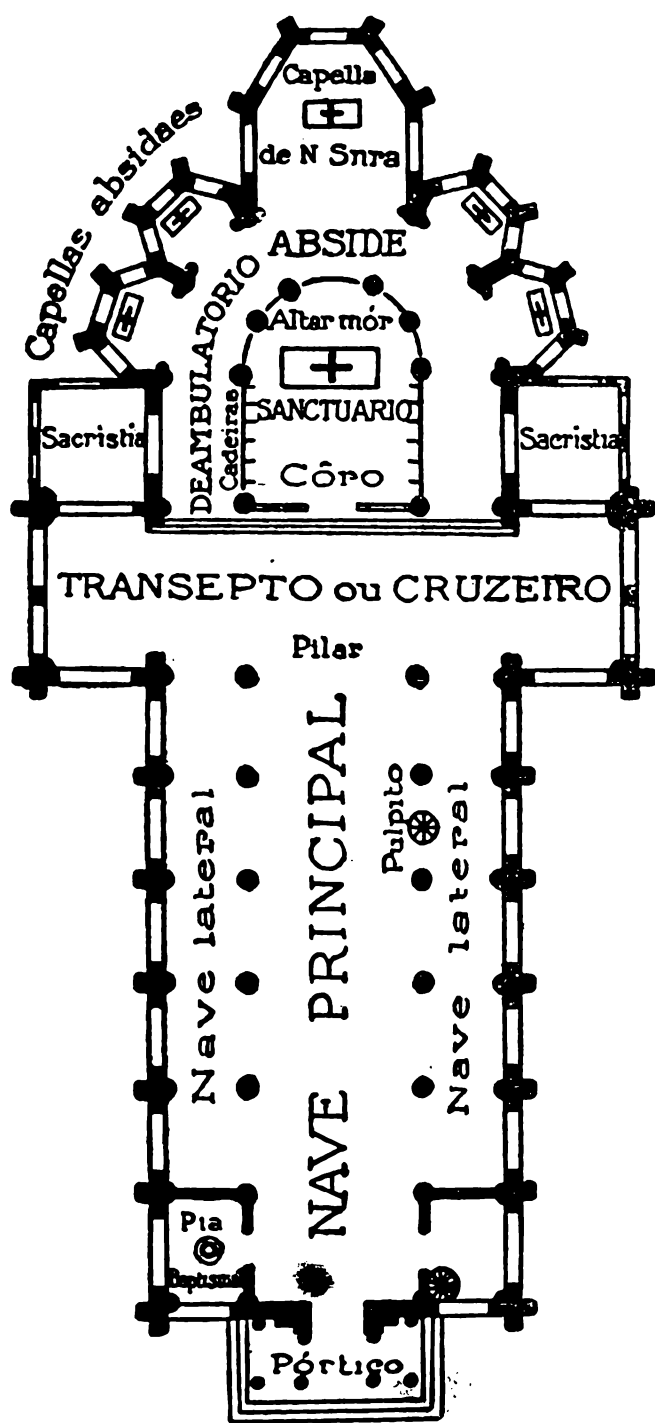
Em seguida às naves, vinha o *côro* ou *transepto,* reservado aos cantores e ao clero; uma ou duas tribunas ou púlpitos, os *ambons,* erguiam-se alí para a leitura pública da epístola e do evangelho. O fundo do edifício era o *santuário* e a *abside.*

No meio do santuário, destacava-se o *altar* ou *confissão,* mesa de mármore, suportada por quatro colunas em cima do túmulo de um mártir.

A *abside* formava um hemiciclo em cujo fundo se elevava a *sé* ou *cátedra* do bispo, e nos lados, assentos menos altos para os sacerdotes.

A principal transformação que se fez na basílica para torná-la igreja, foi alongar a *abside,* alargar a nave em certa altura, dando-lhe a forma de cruz. No ocidente adotou-se a *cruz latina,* na qual o pé é maior que os braços; no oriente, conservou-se a cruz regular ou *grega.* Depois, geralmente, orientaram-se as igrejas, isto é, construíram-se com a *abside* ou o altar-mor volvido para o oriente, para lembrar que Jesus Cristo, verdadeiro sol, veio alumiar o mundo.

Planta de uma basílica cristã dos primeiros séculos da Igreja.

Na maior parte das igrejas atuais, notam-se: *a fachada,* o *pórtico,* o *portal,* a *torre,* no exterior; a *nave central,* as *naves laterais,* o *santuário* e as *capelas,* no interior.

Planta de uma igreja cristã, na idade média.

A *fachada* ou *frontispício* ostenta geralmente todas as magnificências da arquitetura.

O *pórtico* é a galeria aberta que abriga a entrada principal chamada *portal.*

A *torre* ou *campanário* encerra os sinos; é alta para o som ter maior alcance; sua extremidade superior ou *flecha* termina por uma *cruz* ou um *galo,* emblema da vigilância.

Nave é cada uma das seções longitudinais formadas por fileiras de colunas: *nave central, naves laterais;* prolongando-se ao redor do côro e do santuário, as naves laterais formam o *deambulatório.*

O *transepto* é a galeria transversal adiante do côro; lembra os braços da cruz.

O *côro* é a parte reservada aos cantores e ao clero.

O *santuário* é a parte mais alta do côro, onde está o *altar-mor;* alí oficia o celebrante e mais ministros do culto durante as funções litúrgicas.

As *capelas* são santuários menores em honra de algum santo, ao redor da abside ou das naves laterais.

Dois estilos ou gêneros de arquitetura se empregaram de preferência nas igrejas: o estilo *romano,* caraterizado

pelo semi-círculo, nos monumentos de v.º ao xii.º século, e o estilo *ogival,* caraterizado pela ogiva, nos monumentos do xii.º ao xv.º século.

371. — *Que se precisa para que a igreja possa servir ao culto?*

R. — *Para que a igreja possa servir ao culto, as leis canônicas preceituam a consagração ou bênção especial do bispo.*

Quando a paz foi restituída à Igreja cristã pelo imperador Constantino, em 325, o papa são Silvestre consagrou os dois templos católicos que êste príncipe mandou edificar em Roma, com as denominações de *basílica de São Salvador,* no palácio de Latrão, e *basílica dos Santos apóstolos,* no lugar em que são Pedro sofrera o martírio. Esta cerimônia lembrava a consagração do templo de Salomão, em cumprimento da ordem de Deus. — Desde aquela época, preceituam as leis da Igreja que se celebre o culto divino sòmente em lugares especialmente destinados a tal uso e que tenham recebido do bispo *consagração* ou, quando menos, *bênção especial.*

A *bênção* é muito menos solene do que a consagração: consta de algumas orações rezadas ou cantadas enquanto se lança água benta ao novo edifício, por dentro e por fora. Posto seja esta bênção reservada, em princípio, ao bispo, êste pode delegar um simples sacerdote para cumprir a cerimônia.

A *consagração* é outra cerimônia mais extensa e mais solene; fica exclusivamente reservada ao bispo e dá-se geralmente com as igrejas mais importantes e de mais duração. — Como a simples bênção, inicia-se com aspersão de água benta por dentro e por fora do edifício. Depois, entrando o pontífice e o clero, sòzinhos, na igreja, praticam várias cerimônias, rezando longas orações: o

bispo traça no solo, coberto de cinzas, o *alfabeto* grego e latino, para mostrar a união das duas Igrejas, grega e latina; benze a *água gregoriana,* mistura de água, sal, cinza e vinho, e lança-a ao altar e às paredes; com o *óleo dos catecúmenos* e o *santo crisma,* faz, depois, unções sôbre as paredes ou as colunas do edifício, e então, fica consagrada a igreja.

372. — *Pode uma igreja perder sua consagração?*

R. — *Sim, uma igreja pode perder a consagração e necessitar outra; dá-se isto: 1.º por profanação, e 2.º por simples perda da consagração chamada então execração.*

Há profanação quando, na igreja, se comete algum crime, como homicídio ou efusão de sangue por ferida grave que não acarretasse porém a morte, ou ainda pelo entêrro, nesta igreja, de pessoa não batizada ou não católica.

Uma igreja pode perder a consagração sem ser profanada quando, por cair desmoronada, se reedifica na mesma época, totalmente ou na maior parte. Já não acontecia o mesmo se os concertos fossem parciais e sucessivos.

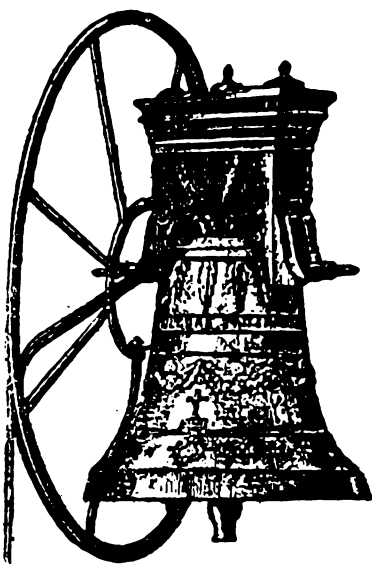
Depois de uma *profanação,* a igreja deve ser reconciliada por cerimônia especial, antes que seja lícito oferecer nela o santo sacrifício, e depois de uma *execração* cumpre tornar a fazer as cerimônias da consagração ou pelo menos dar a esta igreja uma bênção.

373. — *Falai dos sinos e da sua bênção.*

R. — *Sinos são instrumentos de metal, ordinariamente de bronze, suspensos nas torres ou campanários das igrejas; tangidos, convidam os fiéis para as cerimônias religiosas.*

Nos séculos de perseguição, não havia sinal público algum para chamar os cristãos às santas assembléias; no IV.º século, usaram-se trombetas, como entre os Hebreus, depois címbalos, matracas, e, finalmente, sinos, cuja origem parece remontar ao século V. É para recebê-los que se construiram, no telhado das igrejas, primeiro umas *torres* que se tornaram, com o andar dos tempos, os magníficos e elegantes *campanários* dos edifícios cristãos.

Sino de igreja.

A Igreja, que costuma separar das cousas profanas os objetos que servem ao culto divino, e santificá-los pela oração, instituiu, para a bênção dos sinos, cerimônias especiais, oriundas, ao que parece, do X.º século; chamam-se vulgarmente "batismo dos sinos", por causa de certas analogias que oferecem com as cerimônias do sacramento de batismo.

O bispo unicamente tem o poder ordinário de consagrar os sinos, e não pode delegar a um simples sacerdote senão em virtude de *indulto pontifical.*

Põe-se ao sino o *nome* de um santo ou santa, e fica êste nome embutido no metal assim como os nomes do *padrinho* e da *madrinha* do sino; são geralmente os doadores ou benfeitores da igreja.

O celebrante benze água com sal, e, enquanto se cantam salmos adequados, lava o sino com esta água como sinal de purificação: dalí, sem dúvida, o nome de *batismo.* — Depois, faz, por fora do sino, sete unções com óleo santo dos *enfermos,* e no interior, *quatro unções* com o *santo crisma.* Essas unções todas indicam os dons e graças do Espírito Santo, que os fiéis, convocados pelo sino, hão de vir buscar na igreja.

Depois de benzer o incenso, o celebrante põe o turíbulo debaixo do sino, de modo que, pelo fumo odorífero, o metal bento fique, por assim dizer, repassado do perfume da santidade. Depois, pede a Deus que lhe comunique o poder e a eficácia da sua voz, e então toca-o por três vezes; o padrinho e a madrinha imitam-no, para o sino começar sua missão.

374. — *Qual é na igreja a missão do sino?*

1.º Canta a glória de Deus; 2.º reune o clero para a recitação do ofício divino; 3.º chama os cristãos para o templo; 4.º derrama pranto sôbre os finados; 5.º desvia flagelos; 6.º enfim, convida-nos a louvar o Senhor.

A missão do sino resume-se em seis funções principais.

1.º Sua voz é uma harmonia que canta a glória de Deus.

2.º Chama os cristãos para o templo, e mesmo, quando não possam vir, convida-os a rezar, unindo-se aos que fazem oração.

3.º Reune o clero, os religiosos, as religiosas, para o canto ou a recitação do ofício divino e a celebração dos santos mistérios.

4.º Tem acentos de tristeza para anunciar a agonia dos cristãos e derramar pranto sôbre os finados.

5.º A fé de nossos maiores atribuia-lhe grande poder para desviar flagelos e em particular afastar o raio e a tempestade. Não quer dizer que o sino tenha tal poder por si próprio, mas é porque sua voz é uma prece; por sua consagração, o sino recebeu fôrça divina para afugentar o perigo.

6.º Enfim, o sino desfere seus acordes jubilosos ou suas notas plangentes em todas as nossas alegrias, em todos os nossos pesares; canta jubiloso ao nascimento espiritual do cristão pelo batismo, associa-se às festas da primeira comunhão e do matrimônio, e às tristezas das

exéquias. Ao despontar do dia e à bôca da noite, convida-nos a louvar o Senhor; a todas as horas, traz ao nosso espírito a lembrança de Deus, e empresta-nos a sua voz nos regozijos ou no luto da pátria.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

I. Falando do antigo templo de Jerusalém, o Senhor dizia: "Escolhí e santifiquei êste lugar para que meu nome alí fique para sempre, e alí também, fiquem meus olhos e meu coração" (II, *Paralip.*, VII, 16). Ao lembrar-se da consagração dêste mesmo templo, dizia mais: "Tremei quando virdes o meu santuário!" (*Lev.*, XXVI 2). Muito maior respeito e confiança mais plena merecem as santas igrejas católicas, santificadas pela oração e pelo óleo santo, verdadeiras casas de Deus pela presença eucarística.

II. Como é eloquente a voz dos sinos e quantas lições não traz à memória dos cristãos! Andais tristes? convosco essa voz chora. Estais alegres? ao vosso júbilo vem mesclar suas notas festivais. Esqueceis a Deus? desperta na vossa alma saudável lembrança. Com prazer e proveito, sobe a Deus o vosso coração; pois bem; de manhã, ao meio-dia, de tarde, muitas vezes no dia, e especialmente ao domingo, e nos dias de festa, há de vir a voz do sino favorecer essas piedosas aspirações: é a voz de Deus, voz poderosa, voz magnífica!

§ III. — Altares e acessórios.

Altares. — Várias espécies: altar fixo, altar móvel. — Consagração dos altares. — Como se perde. — Acessórios para a missa.

375. — *Que é altar?*

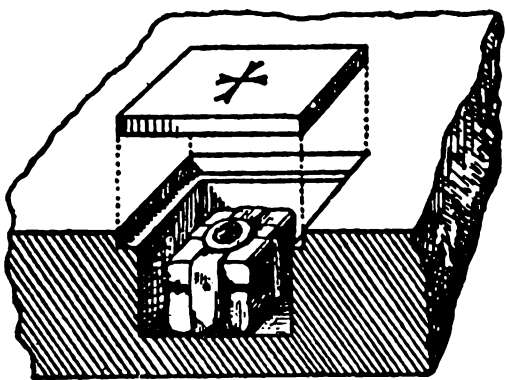
R. — *Altar, em geral, é o lugar onde se oferece sacrifício a Deus.*

No culto católico, altar é uma espécie de mesa retangular, feita de pedra ou madeira, lembrando a mesa do cenáculo onde Jesús Cristo instituiu a divina Eucaristia.

Nas *catacumbas* costumavam colocar o altar sôbre a campa do túmulo de um mártir; dalí a forma de túmulo que se dá geralmente aos altares; dalí também o uso que se conservou e veio a ser regra da Igreja, de embutir, nas pedras dos altares, relíquias dos mártires, e o nome de *sepulcro* dado à pequena cavidade na qual se introduzem essas relíquias.

376. — *Distinguem-se quantas espécies de altares?*

R. — *Há duas espécies: uns fixos, outros móveis ou portáteis.*

Altares *fixos* ou imóveis são pedras de grandes dimensões, que encobrem, de ordinário, toda a superfície do altar; são presas à construção em que assentam, e consagram-se no mesmo lugar em que têm sido postas. Na frente do altar e pegado a êle há o *supedâneo,* com número ímpar de degraus, geralmente três.

Sepulcro; contém as relíquias, na pedra de ara.

Altares *portáteis* ou móveis são pedras de dimensão menor dando lugar, assim mesmo, para o cálice e a hóstia. O altar móvel é tão sòmente uma *pedra sagrada* ou *pedra de ara.* Tendo recebido consagração do bispo, a pedra pode ser levada seja onde fôr, e em qualquer lugar pode servir para celebração do santo sacrifício; é simplesmente engastada na mesa de um altar comum, o qual neste caso não recebe consagração especial.

Altar privilegiado é aquêle pelo qual lucra uma indulgência plenária a alma do defunto por quem o sacerdote reza missa nesse altar.

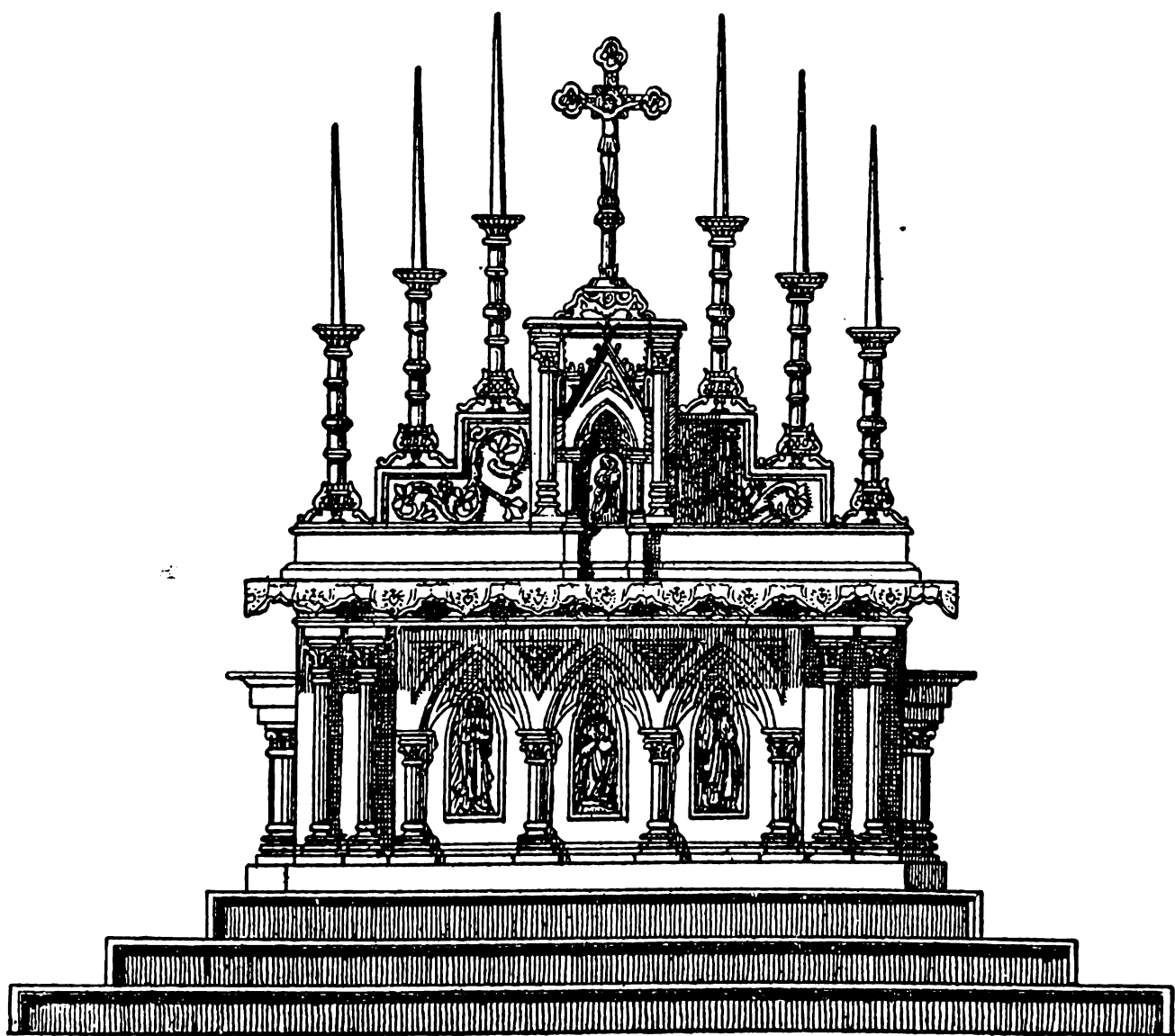
Retábulo é construção de pedra ou madeira com lavores, na parte posterior do altar; em geral, encerra um quadro religioso.

Para excitar a piedade dos fiéis e homenagear os santos, na banqueta do altar, podem colocar-se relíquias ou imagens, que são retiradas em tempo de penitência ou quando o Santíssimo está exposto.

Fora das funções litúrgicas, não estando exposto o Santíssimo, uma *coberta* fica por cima do altar e pende um pouco na frente e nos lados.

377. — *Em que consiste a consagração de um altar, quer fixo, quer móvel?*

R. — *A consagração de um altar consiste 1.º nas cinco cruzes que o bispo faz no centro e nos quatro ângulos; 2.º na inserção das relíquias na excavação adrede preparada; 3.º na impressão do sêlo episcopal e mais outras cerimônias.*

Para os fins do século V, como lembrança da consagração que fôra feita, por ordem de Deus, do altar do

Altar moderno. — Estilo ogival.

templo de Jerusalém, a Igreja instituiu cerimônias análogas para a consagração dos altares católicos e ordenou que, dora em diante, essa prática fosse obrigatória.

A consagração de um altar é cerimônia assaz longa reservada ao bispo. Só o papa poderia delegar para essas funções um simples sacerdote, como acontece, às vezes, a favor dos missionários.

Para consagração do altar, o bispo, em meio dos cantos ou da recitação dos salmos, faz primeiro com água gregoriana cinco cruzes na mesa do altar, no centro e nos quatro ângulos; se o altar fôr fixo, dá a volta sete vezes lançando-lhe essa mesma água; depois, com o *santo crisma,* faz quatro unções no lugar da pedra em que hão de ser postas as santas relíquias; então insere as relíquias na excavação própria e fecha o orifício com pedrinha cimentada, sôbre a qual há de gravar o sêlo episcopal. Faz duas vezes novas unções com o *óleo dos catecúmenos,* nos ângulos e no meio da pedra do altar, e a última vez com o *santo crisma.* Depois, queima velas e grãos de incenso nas partes em que fez as unções, e termina a cerimônia com a recitação de orações, que indicam o caráter sagrado do altar católico.

378. — *Como pode o altar perder a consagração?*

R. — *Um altar perde a consagração: 1.º quando sofre considerável fratura; 2.º quando o sepulcro que encerra as relíquias estraga-se.*

Um altar *portátil* perde a consagração: 1.º quando nêle se dá fratura considerável, como se caísse um pedaço que traz uma das cruzes gravadas nos ângulos; — 2.º quando o sepulcro que encerra as relíquias está quebrado ou estragado de modo que o cimento não as fecha mais ou ainda quando já não traz mais o carimbo ou sinal de autenticidade posto pelo bispo.

O altar *fixo* perde a consagração nos mesmos casos e ainda, quando a mesa superior que recebeu a bênção fôr despregada da parte inferior ou se todo o altar fôr deslocado.

Para celebrar o sacrifício da missa, é absolutamente indispensável ter *altar consagrado*, ou, quando menos, altar portátil; porquanto missionários e capelães no exército em campanha, levam sempre consigo a pedra sagrada, a pedra de ara, que há de servir para altares improvisados.

379. — *Quais são as cousas acessórias no altar para se poder rezar Missa?*

R. — *São 3 toalhas, um crucifixo, 2 velas de cera, o missal, 3 sacras e uma lamparina quando se conserva o santíssimo Sacramento.*

1.º *Três toalhas* devem cobrir o altar, e isto com duplo fim: primeiro, cautela e maior segurança, pois se acontecesse cair o precioso sangue, não cairia no chão, mas seria aparado pelas toalhas; segundo, para representar o sudário e os panos nos quais foi envolto o corpo de Nosso Senhor no sepulcro. Essas toalhas do altar devem ser de cânhamo ou de linho, e receber bênção especial do bispo ou seu delegado. Para as duas toalhas de baixo, basta que tenham o tamanho suficiente para cobrir a pedra sagrada; a de cima deve ser bastante comprida, quasi tocando o chão nas duas extremidades do altar.

2.º Como a missa é a reprodução do sacrifício da cruz, um *crucifixo* deve encimar o altar, sendo colocado sôbre o tabernáculo ou encostado à parede, à vista do celebrante e do povo. Êsse crucifixo pode ser de madeira, marfim ou metal e não precisa receber bênção.

3.º Para a missa rezada, celebrada por simples sacerdote, haverá *duas velas* acesas, uma de cada lado da cruz. — As velas litúrgicas devem ser de cera e não de estearina, e por tal maneira obriga esta circunstância, que, caso não as houvesse, não se podia celebrar a missa, ainda que fosse em dia de festa de guarda.

Nos ofícios mais solenes, acende-se maior número de velas, seis, quando menos, se o santíssimo Sacramento estiver exposto.

4.º É necessário pôr mais no altar: um livro, chamado *missal,* que contém as orações do santo sacrifício; três quadros chamados *sacras:* a do meio, maior que as duas outras, contém as orações que o sacerdote, quanto possível deve rezar de memória, e em particular o *Glória, Credo,* as fórmulas da *Oferta da hóstia* e do *Cálice,* e da *Consagração,* assim como as orações que precedem a *Comunhão,* e as que terminam a missa; a da direita contém as fórmulas que reza o sacerdote ao deitar algumas gotas de água e vinho no cálice e ao lavar as mãos; a da esquerda traz o princípio do evangelho de são João, que se lê no fim do sacrifício.

5.º Cumpre acrescentarmos ainda, que, diante do altar em que se conserva o santíssimo Sacramento, sempre deve haver de dia e de noite, uma *luz a arder.* É prescrição muito grave. À míngua de óleo de oliveira, a Igreja permite o uso de outros óleos vegetais e mesmo para as paróquias pobres, de óleo mineral. — O uso da lâmpada do santíssimo Sacramento, como das velas do altar, originou-se certamente nas catacumbas onde os ofícios se celebravam nas trevas. Mas o costume de empregá-las, mesmo de dia, é muito antigo e remonta até os Judeus; tem significação simbólica; a multiplicidade das luzes é sinal de alegria e dá mais brilho às cerimônias; representa a Jesús Cristo que se chamou "a verdadeira luz", e lembra também aos cristãos que devem "brilhar como filhos de luz", pelas obras da fé, da justiça e da caridade.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Deus tinha ordenado outrora ao povo judeu de guardar para o altar as madeiras preciosas e os adornos mais ricos: queria que diante do altar sempre houvesse lâmpada a arder; mandou que o sumo sacerdote Aarão consagrasse, pelo óleo santo e pela oração,

a pedra em que havia de correr o sangue das vítimas... Que honras, que riquezas, que respeito não merecem nossos altares católicos que encerram os ossos dos mártires, e nos quais, todos os dias, se oferece o sangue de Jesús Cristo!... É porisso que a fé e piedade dos fiéis se esmeram em adornar os altares e enriquecê-los quanto possível.

"Fora, longe do altar, rezava a lei, quem tiver alguma nódoa; pois êle profanaria o santuário do Senhor!" (*Levit.*, XXI, 23).

Mais vívida deve o cristão trazer a lembrança de que o altar do templo católico é santo e sagrado, e a êle só pode chegar-se com o coração puro, espírito recolhido e pensamentos de fé.

§ IV. — Vasos litúrgicos.

Noção dos vasos litúrgicos ou sagrados: 1.° cálice e patena: 2.° cibório; 3.° custódia; 4.° sacrário.

380. — *Que são vasos litúrgicos ou sagrados?*

R. — *Vasos litúrgicos ou sagrados são os que servem para o culto divino, e recebem consagração ou bênção, pela relação mais ou menos direta que têm com a divina Eucaristia.*

Os vasos litúrgicos ou sagrados são o *cálice*, a *patena*, o *cibório*, a *custódia;* e também, por extensão, o *sacrário*, que primitivamente era um vaso contendo as santas hóstias consagradas.

Não chamamos precisamente *vasos sagrados* os que são destinados a conter *óleo santo dos catecúmenos* ou dos *enfermos* ou o *santo crisma.* Êsses vasos não recebem nem consagração nem bênção prévia, mas ficam santificados pelo contacto com o óleo santo que encerram, e como os vasos sagrados, não podem mais ser tocados pelos fiéis.

381. — *Que sabeis a respeito do cálice e da patena?*

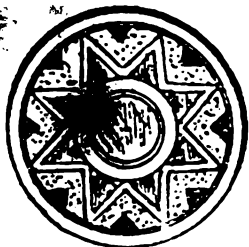
R. — *Cálice é um vaso sagrado no qual se faz a consagração do vinho no sangue de Jesús Cristo.*

Patena é uma espécie de pratinho que cobre o cálice e recebe a santa hóstia.

A forma do cálice pode ter sofrido umas leves transformações desde a origem do cristianismo até os nossos dias; conforme os tempos, a matéria tem sido ouro, prata, ágata, estanho e mesmo vidro. Mas, desde muito, a Igreja determinou que a copa do cálice havia de ser de ouro ou pelo menos de prata, dourada no interior. Quanto ao pé, pode ser de metal menos precioso.

Cálice gótico.

A *patena* é uma espécie de pratinho que serve para cobrir o cálice e receber a santa hóstia. — Como o cálice, deve ser de ouro, ou de prata dourada por dentro.

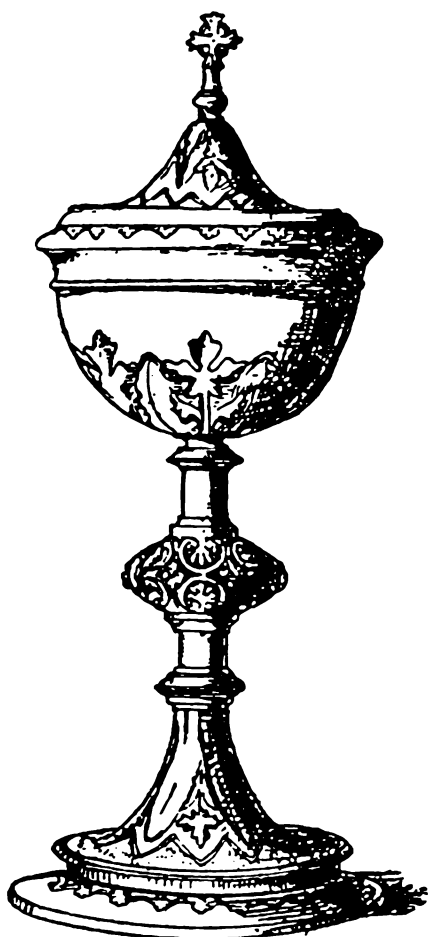
Para o *cálice* e a *patena* poderem servir no santo sacrifício, é necessário que tenham sido consagrados por um bispo com *santo crisma* e orações prescritas no *pontifical*.

Patena.

Êsses objetos perdem a consagração quando se quebram ou se estragam consideravelmente; quando a parte dourada, que recebeu a unção santa, desapareceu com o tempo e o serviço; enfim, quando a copa é despregada do pé que a suportava, caso seja o cálice de uma só peça. Seria diferente com um cálice formado de duas partes separáveis: é a copa que recebe a consagração e pode-se adaptá-la a outro pé.

382. — *Que é cibório?*

R. — *Cibório ou âmbula é o vaso sagrado no qual se conservam as hóstias consagradas reservadas para a comunhão dos fiéis.*

Chamava-se primitivamente *ciborium,* donde se originou o nome *cibório;* era uma espécie de baldaquim ou dossel, sustentado por quatro colunas, que se erguiam

acima do altar. Debaixo dêste dossel ficava suspensa uma pomba oca, de ouro ou prata, na qual se conservava a Eucaristia para os doentes. Para o século XVII, tornou-se mais rara essa forma de cibório: construiram, acima do altar, um edificiozinho, em forma de zimbório ou torre, primeiro denominado *ciborium*, depois *tabernáculo,* e nesse sacrário foram guardadas as santas hóstias, encerradas num vaso que veio a ser o *cibório* atual; é parecido com o cálice, com a diferença que a copa é mais larga e fechada por uma tampa encimada de cruzinha.

Cibório.

Como a do cálice, a *copa* do cibório deve ser de ouro ou de prata dourada no interior. O cibório não recebe consagração, senão uma simples bênção reservada ao bispo ou ao seu delegado.

Contendo partículas consagradas, deve o cibório estar coberto com seu véu de sêda branca, ou pano de ouro ou prata, o mais rico possível.

Cibório pequeno para a comunhão dos doentes.

Para levar o Santo Viático aos doentes, os sacerdotes empregam pequenos cibórios ou píxides de ouro ou prata dourada no interior.

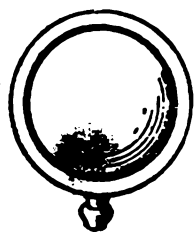
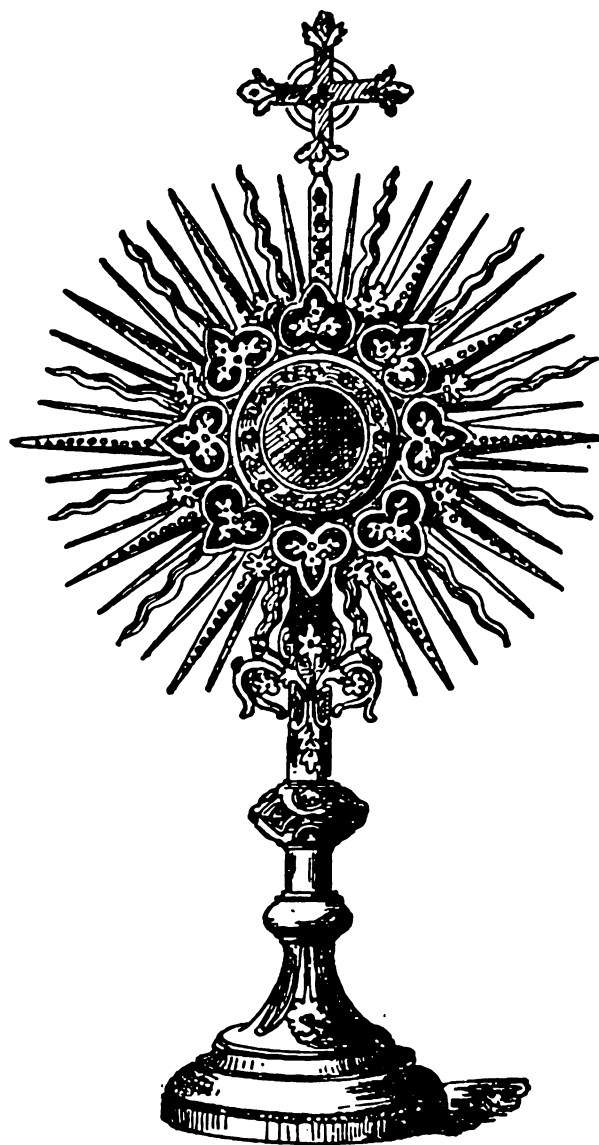
383. — *Que é custódia ou ostensório?*

R. — *Custódia ou ostensório é um objeto de ourivesaria destinado a expor a santa hóstia ou o santíssimo Sacramento à adoração dos fiéis.*

Ainda que a Eucaristia seja tão antiga como o próprio cristianismo, não consta que o costume de expor o santíssimo Sacramento seja muito anterior ao século

xv; e mesmo naquela época, era cerimônia raríssima, reservada à festa de Corpus Christi e à sua oitava. Com o tempo, a Igreja a fez mais frequente para estimular e favorecer a piedade dos fiéis.

Custódia.

A custódia primitiva era uma caixinha que se ajeitava com um pé, e tinha a forma de *esfera, cilindro* ou *torre.* Mais tarde, deu-se-lhe maior dimensão e mais magnificência; é uma espécie de *sol de ouro,* cercado de raios em cujo centro se coloca a hóstia. O escrínio interior, que a encerra, deve ser de ouro ou prata dourada; as faces são de cristal ou vidro, para deixar ver a *hóstia.* Êsse escrínio, chamado *luneta,* crescente ou círculo, recebe do bispo ou seu delegado, a mesma bênção que o cibório. Pode-se benzer a custódia tôda, glória e crescente, mas não há obrigação.

Luneta.

384. — *Que é tabernáculo?*

R. — *Tabernáculo ou sacrário é uma espécie de armário, colocado no altar, no qual se guarda o cibório contendo as hóstias consagradas.*

Essa palavra *tabernáculo* é tirada da lei judaica. No povo de Deus, tabernáculo era uma tenda portátil, debaixo da qual ficava a *arca da aliança...* Por analogia, na lei nova denomina-se *tabernáculo* o armário que contém

a Eucaristia, verdadeira arca da aliança de Deus com os homens.

Falando do cibório, temos dado a conhecer a origem e as transformações do tabernáculo. Desde o século IX, tornou-se obrigatório: é feito de mármore, pedra, madeira, metal mais ou menos precioso, e enfeita-se com todo o esmêro e todo o luxo possível. O interior será forrado com sêda branca; é fechado à chave e, quando contém o Santíssimo Sacramento, encobre-se com véu de sêda em forma de pavilhão ou *conopéu,* de côr branca ou da côr indicada pelo ofício do dia. A côr preta é substituída pela côr roxa.

O tabernáculo há de ser bento, com a mesma fórmula que a custódia, pelo bispo ou por um sacerdote, delegado seu.

Seria para desejar que o tabernáculo fosse feito de ouro massiço, cravejado de pedras finas, em todas as igrejas; mas, isso não sendo possível, seja êle de lâminas de prata ou de bronze douradas, ou de mármore precioso, artisticamente lavrado, coberto com o devido pavilhão (*conopéu*), ao menos nas igrejas mais insignes (*Pastoral coletiva,* 789).

Reprovados são os tabernáculos feitos por detrás do altar, de acesso difícil, sobretudo os que servem de base para tronos ou peanhas de imagens, as quais são contrárias às rubricas e regras litúrgicas, embora de primoroso lavor (*Past. col.* 793).

Durante a exposição do Santíssimo Sacramento, coloca-se a custódia em *trono* especial e exclusivamente preparado para êsse fim, no qual não se pode pôr a píxide e muito menos a cruz do altar nem estátua nem imagem.

A *lâmpada* do santuário, alimentada de óleo puro de oliveira, ou outro vegetal, deve arder sempre, dia e noite, diante do Santíssimo Sacramento; tem por fim,

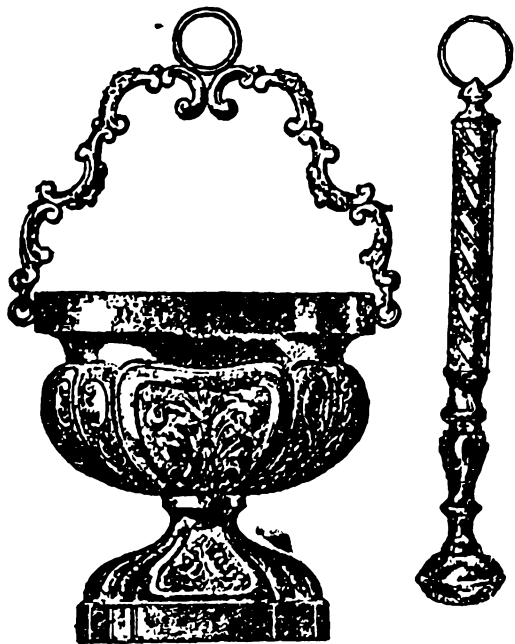
assim como o conopéu, avisar os fiéis da presença real de N.S.J.C.; lembra-lhes que devem consumir-se de amor pelo divino Mestre.

384. *bis.* — *Citai outros vasos ou objetos litúrgicos.*

R. — *Outros vasos ou objetos litúrgicos, mas não bentos, são: as galhetas, o porta-paz, o turíbulo, a naveta, a caldeirinha de água benta, a campainha, o pálio, a cruz processional e os estandartes.*

Galhetas são garrafinhas de vidro ou cristal que encerram vinho e água para a missa; repousam num *pratinho* ou *salva,* que pode ser de metal branco ou dourado.

Porta-paz é um quadro de metal dourado, com uma gravura piedosa, geralmente do crucifixo; o sacerdote o dá a beijar aos fiéis quando se apresentam para a oferta.

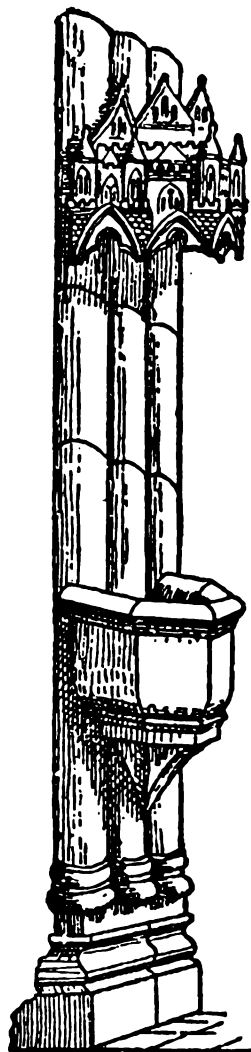
Turíbulo, incensário ou *incensório,* é um vaso de metal, suspenso de correntes delgadas, empregado para se queimar e oferecer incenso nas cerimônias litúrgicas.

Caldeirinha para água benta; à direita, aspersório ou hissope.

Naveta é um pequeno vaso (em forma de nave) que encerra o incenso destinado a queimar-se no turíbulo. Vai com uma *colherinha* para tirar o incenso

Caldeirinha é vaso portátil para se levar a água benta; *aspersório* ou *hissope* é uma haste com a qual o sacerdote faz aspersões de água benta.

Junto às portas das igrejas, há *pias* fixas onde os fiéis podem tomar água benta para persignar-se.

Campainha é a sineta que serve para anunciar aos fiéis os vários momentos da missa.

Pálio é um sobrecéu portátil, sustentado por varas, que se emprega nas procissões para cobrir o sacerdote que leva o santíssimo Sacramento.

Pia fixa para água benta.

Umbela é um pálio pequeno em forma de guarda-sol com uma única haste.

Cruz procissional é uma cruz alta, com haste e crucifixo, para andar na frente das procissões.

Estandartes são bandeiras de forma particular que servem de insígnias a uma paróquia ou a uma confraria.

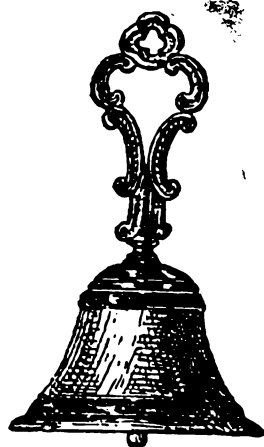
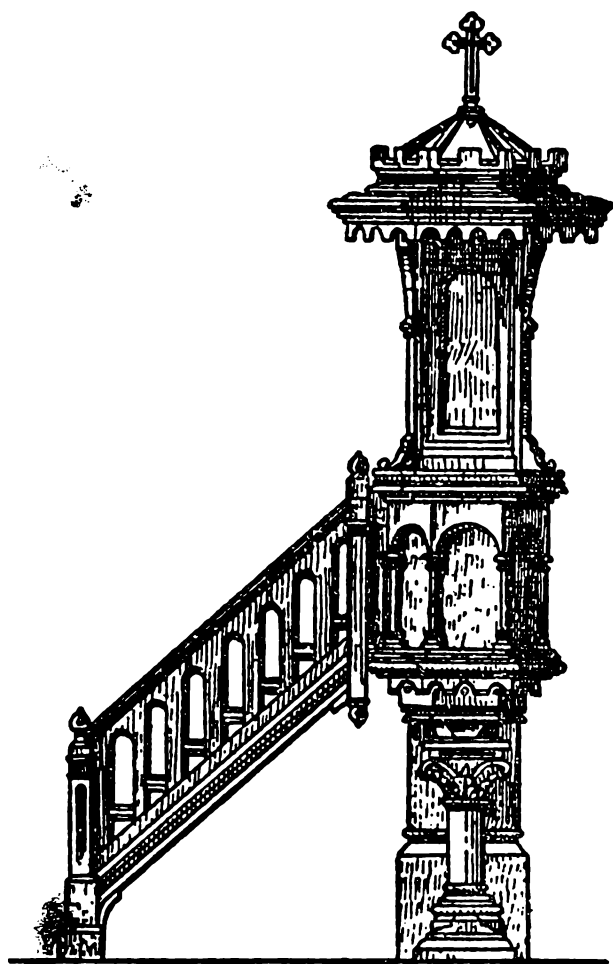
A mobília de uma igreja pode ter ainda os seguintes objetos secundários: *credência, mesa de comunhão, púlpito, pia batismal, confessionário, bancos ou cadeiras, órgão.*

Credência é uma mesinha perto do altar, do lado da epístola, onde se colocam os objetos necessários às funções sagradas; nas missas solenes, recebe as galhetas, o cálice, o livro da epístola e do evangelho e os castiçais dos acólitos.

Campainha.

Mesa de comunhão é a balaustrada que de ordinário fecha o santuário; quando se dá a santa comunhão aos fiéis, há uma toalha, que representa a sagrada mesa e impede de cair no pavimento alguma partícula consagrada.

Púlpito é uma tribuna, regularmente ao lado do evangelho, da qual o sacerdote prêga; seu pavimento não deve exceder dois metros acima do da igreja; tem geralmente um sobrecéu para melhor repercussão da voz.

Na matriz, perto da porta principal, ao lado do evangelho, há o *batistério*, cercado de parede ou grade

bastante alta, fechada à chave. Na parede está um quadro representando S. João que batiza N.S.J.C. Um armário para se conservar os santos óleos, sal bento, algodão limpo e concha de batizar. Dentro do batistério, vê-se a *pia* ou *fonte batismal*, de mármore ou outra pedra sólida, ou de metal conveniente; contém água benta para administração do batismo.

Púlpito.

Confessionário é o assento onde fica o sacerdote para ouvir os penitentes que, de joelhos, acusam as próprias culpas.

Os *bancos, cadeiras* e mais *assentos* servem para o clero, os cantores e os fiéis durante as funções religiosas.

O *órgão* é o principal instrumento de música usado para acompanhar o canto religioso; é suave, harmonioso, penetrante.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Obedecendo a um sentimento de respeito e honra para com a santíssima Eucaristia, a Igreja, pobre embora, quer dar aos *vasos sagrados* que recebem a hóstia, tôda a riqueza, todo o resplendor: é uma glória contribuírem os fiéis, segundo as suas posses, para dar a Jesús Cristo morada menos indigna dêle.

Devido a êste mesmo respeito, o *cálice*, a *patena*, o *cibório*, a *custódia* só podem ser tocados pelo *sub-diácono* e ministros sagrados de ordens superiores, ainda que êsses vasos não contivessem as santas hóstias; os outros clérigos, e com maioria de razão, os simples fiéis, não podem tocá-los sem licença especial do bispo. Do contrário, cometeriam uma culpa, que seria grave se o fizessem por desprêzo, zombaria, e particularmente para os empregar em usos profanos.

Os vasos sagrados, quando encerram o santíssimo Sacramento só podem ser tocados pelo *sacerdote* ou o *diácono,* revestido da alva ou da sobrepeliz, como também da estola.

Como o Senhor outrora aos levitas, repete hoje a Igreja a todos, com mais razão: "Purificai-vos, vós que levais os vasos do Senhor" (*Isaías,* III, 2; *Cor.,* VI, 17).

§ V. — Vestes e paramentos litúrgicos.

Noção geral dos paramentos litúrgicos. — Várias côres litúrgicas. — Paramentos: 1.° dos ministros inferiores; 2.° do sacerdote para rezar missa; 3.° do bispo; 4.° do papa.

385. — *Que são paramentos litúrgicos?*

R. — *Paramentos litúrgicos ou vestes sacerdotais, são as que os ministros da Igreja usam no desempenho das funções sacras.*

Na origem, esses trajes não diferiam dos trajes usados na vida civil, quer quanto à matéria, quer quanto à forma. Nosso Senhor, ao instituir a divina Eucaristia, e os apóstolos, ao celebrarem os santos mistérios, vestiam-se segundo o costume tradicional dos Judeus. Mas, por respeito para as cerimônias santas, deram às vestimentas usadas no altar mais elegância e maior riqueza; aos poucos, introduziu-se e determinou-se o uso dos *paramentos* hoje prescritos.

386. — *Quais são as côres litúrgicas dos paramentos sacerdotais?*

R. — *Primitivamente, os paramentos eram de linho ou sêda branca. A partir do século* XII, *encontramos geralmente estabelecida a distinção de quatro côres litúrgicas: branco, vermelho, verde, roxo.*

O *branco* serve para as festas de Nosso Senhor, de Nossa Senhora, dos confessores e das mulheres não mártires, assim como para as domingas que correm entre a Páscoa e a Ascensão.

O *vermelho* usa-se nas festas da Paixão e do Pentecostes e nas dos apóstolos e dos mártires; simboliza, de fato, o fogo e o sangue derramado.

O *verde* é a côr reservada aos domingos, desde a oitava da Epifania até a setuagésima, e desde a oitava do Pentecostes até o Advento, conquanto o ofício rezado seja o da dominga e não de um santo. Emprega-se geralmente outra côr nas festas que ocorrem neste tempo.

O *roxo,* emblema de tristeza e luto, serve nos tempos de penitência, durante o advento, da Setuagésima até a Páscoa, também nas têmporas e nas rogações.

A essas côres, tem-se ajuntado, desde muito tempo, o *preto* para os ofícios dos defuntos e para a cerimônia da *Sexta feira santa:* é símbolo de grande luto.

Enfim, a Igreja autoriza as vestes de pano de ouro para as solenidades, e essa côr substitue tanto o *branco* como o *vermelho.*

Já mesmo antes do século VIII, existia o uso de benzer os paramentos litúrgicos. Essa bênção é reservada aos bispos que para tal função podem delegar um simples sacerdote. Os paramentos sagrados perdem a bênção quando notavelmente estragados ou modificados, ou quando passam para uso diferente.

387. — *Quais são as vestes litúrgicas dos ministros inferiores?*

R. — *São: a batina preta, a sobrepeliz, a capa, o amicto, a alva, o cordão e o manípulo.*

Os simples *clérigos,* isto é, os que receberam a *tonsura* trajam *roupas talares,* vestuário comum dos eclesiásticos; no côro, tomam a *sobrepeliz,* vestido branco de linho, que desce até os joelhos. Nas cerimônias, nas procissões, nas bênçãos, podem ter a *capa,* espécie de manto de forma redonda, mais ou menos rico e com as côres litúrgicas.

Os ministros que no altar desempenham as funções de *subdiácono* e de *diácono* trazem, como o sacerdote, *amicto, alva, cordão* e *manípulo,* de que breve passaremos a falar quando tratarmos das *vestes litúrgicas do sacer-*

dote; e mais, um adôrno chamado *túnica* para o *subdiácono,* e para o *diácono,* dalmática. Êsses paramentos têm a mesma côr que a casula do sacerdote e diferem um tanto na forma. O diácono traz ainda, debaixo da dalmática, uma *estola,* descansando no ombro esquerdo e caindo por baixo do braço direito.

388. — *Quais são os paramentos litúrgicos que o sacerdote veste para a missa?*

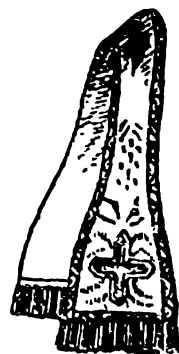
R. — *Os paramentos litúrgicos que o sacerdote veste para a missa são:*

O amicto, a alva, o cíngulo, o manípulo, a estola e a casula.

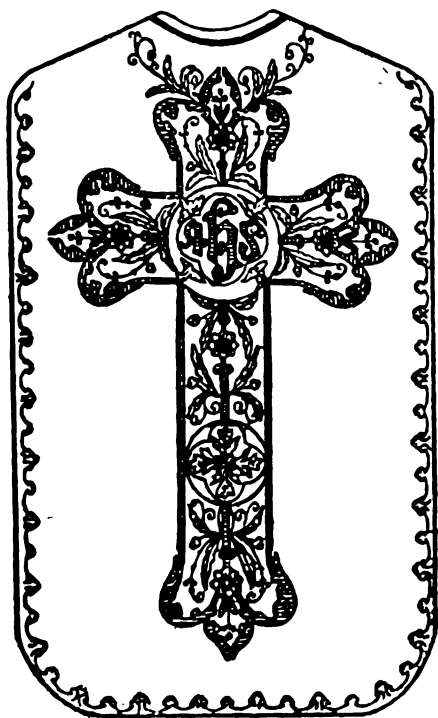
1.º O *amicto:* é um pano quadrado, servindo para cobrir o pescoço e os ombros. Outrora, cobria igualmente a cabeça durante parte da missa: uso que se conservou nas ordens religiosas. O amicto é uma como proteção e simboliza o *capacete da salvação.*

2.º A *alva:* é túnica de linho ampla, caindo sôbre os calcanhares como a batina e adornada com bordado mais ou menos rico. Essa parte do vestuário é símbolo da *inocência.*

3.º O *cíngulo* ou *cordão* é destinado a apertar a alva que, por muito ampla, tornar-se-ia incômoda: é sinal da castidade.

4.º O *manípulo:* era outrora um pano branco que se levava no braço esquerdo; o sacerdote o empregava como toalha. Adornaram-no com rendados, e veio a ser um paramento de mesma fazenda que a casula. O manípulo é símbolo do *trabalho* e da *dôr.*

Manípulo.

5.º A *estola* (do latim *stola,* vestuário); outrora, era vestuário completo, aberto na frente, e tendo em cada borda guarnição mais rica e adornada. Desde o século IV,

êsse vestuário foi supresso, mas conservou-se a borda, que era acessória; tornou-se adôrno que se põe nos ombros, caindo na frente, em duas partes semelhantes. Hoje a *estola*, é da mesma fazenda e tem a mesma côr que a *casula*. O bispo a deixa pender; o sacerdote a dobra no peito em forma de cruz; é sinal do *poder sacerdotal* e lembra o vestuário de imortalidade dos nossos primeiros pais.

Estola.

6.º Enfim, a *casula* (do latim *casula*, casa pequena). Era, outrora, grande capa redonda, aberta sòmente por cima para a cabeça, e caindo até os pés. Essa forma foi conservada na Igreja oriental, em certas ordens religiosas, e em algumas catedrais nos dias determinados. Enquanto celebrava a missa, o padre, para ter as mãos desimpedidas, devia levantar a casula acima dos braços, de ambos os lados. No século VII, em lugar de levantá-la, cortaram-na abaixo dos braços e obtiveram a forma atual. A casula traz ordinariamente a figura de uma cruz e representa o *jugo de Jesús Cristo.*

Casula.

389. — *Não há certos paramentos usados sòmente pelo bispo?*

R. — *Sim, o bispo usa ainda: batina roxa, sandálias, cruz peitoral, luvas, anel, mitra, báculo, gremial, solidéu, e barrete.*

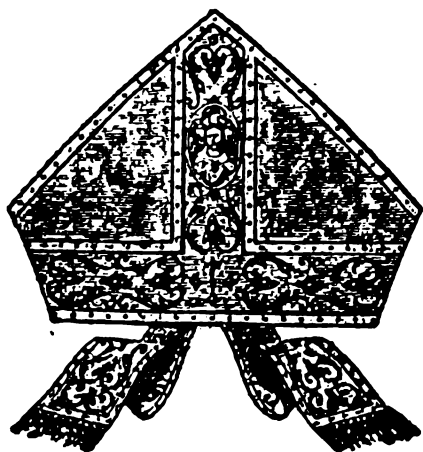
O bispo, além da batina roxa, seu traje habitual, veste alguns paramentos especiais, principalmente para ofícios pontificais. São:

1.º Os pantufos ou *sandálias:* são de sêda, bordados a ouro.

2.º A *cruz peitoral:* desde o século XIII, essa cruz é reservada para o bispo; é de ouro e lembra que o bispo ocupa o lugar de Jesús Cristo e deve guardar os olhos fitos no modêlo.

Cruz peitoral.

3.º Por cima da *alva* e debaixo da *casula,* o bispo traz a *túnica* do sub-diácono e a *dalmática* do diácono, de sêda muito leve, para lembrar que possue, num grau perfeito, todas as ordens, com o poder de as comunicar.

4.º As *luvas:* têm a côr do ofício do dia; seu uso no altar é reservado ao bispo desde o século IX.

Mitra.

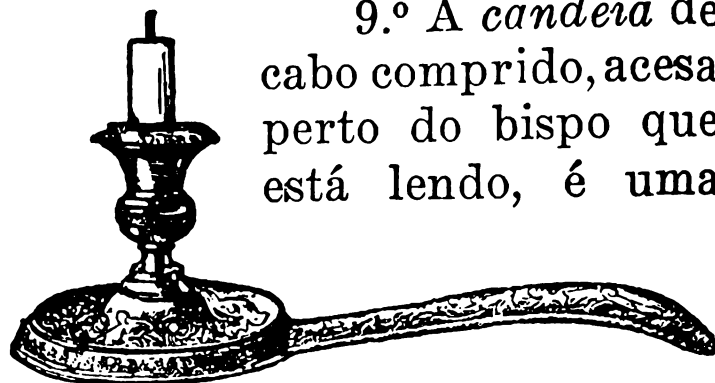
5.º O *anel:* é de ouro, enriquecido com pedra preciosa, ametista geralmente, e leva-se no anular da mão direita: é sinal da aliança contraída pelo bispo com a diocese.

Estátua de bispo. — Com mitra, báculo e pálio acima da casula.

6.º A *mitra:* substitue a faxa de ouro que traziam os bispos antes do décimo século. É uma espécie de barrete cônico e alto, fendido na parte superior, enriquecido com bordados e pedras preciosas, e terminado, em baixo, por duas fitas que caem sôbre os ombros. A mitra é enfeite de glória e sinal de poderio.

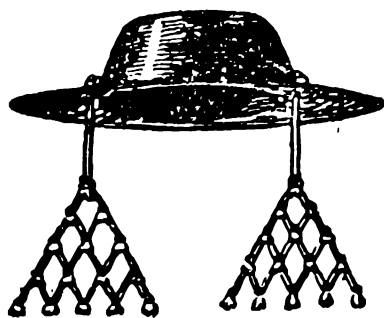
7.º O *báculo pastoral:* seu uso é antiguíssimo; dizem que remonta até são Pedro. É o cajado do pastor, sinal da autoridade episcopal.

8.º O *gremial:* é véu de sêda ou pano precioso, que se coloca nos joelhos do bispo quando está sentado.

9.º A *candeia* de cabo comprido, acesa perto do bispo que está lendo, é uma distinção para a dignidade de pontífice.

Candeia.

Os bispos usam ainda o *solidéu* e o *barrete* roxos.

Báculo.

1.º Enfim, há um adôrno reservado aos arcebispos e aos patriarcas: é o *pálio.* Conforme o nome indica, era outrora um manto. Hoje, porém, não passa de uma faxa de lã branca, de quatro a cinco centímetros de largura, adornada de várias cruzinhas de sêda preta. Essa faxa dá a volta ao pescoço, caindo, uma extremidade, nos ombros, a outra, no peito. No dia de santa Inês, 21 de janeiro, o papa benze os cordeiros, cuja lã deve servir a fabricar êsse adôrno. Recebe do Sumo Pontífice bênção especial, e dá-se como distintivo aos arcebispos, que só o podem usar na sua província. — Algumas vezes, o papa, concede o *pálio,* como privilégio, a simples bispos, mas, então, estes só o trazem na sua diocese.

Chapéu càrdinalício.

Os arcebispos, quando celebram, têm ainda o direito de mandar levar diante de si, a *cruz arquiepiscopal,* com a imagem de Cristo voltada para si, para lhes lembrar continuamente o divino modêlo.

11.º Os cardeais têm como insígnias próprias: o *solidéu*, o *barrete*, o *chapéu* e as *meias vermelhas.*

390. — *Quais são os paramentos litúrgicos reservados ao Sumo Pontífice?*

R. — *O Sumo Pontífice traz sotaina de sêda branca; solidéu branco e o anel do pescador. Nas cerimônias pontificais, usa a falda, o pálio e a tiara.*

O *Sumo Pontífice* traz habitualmente sotaina de sêda branca, que substitue por uma de pano branco nos tempos de penitência, no advento e na quaresma, ou de sarja branca quando pertence a uma ordem religiosa. Traz também o solidéu branco, e calçado de veludo ou lã vermelha, adornado com uma cruz de ouro, que se beija numa audiência do papa. O chapéu do papa é de forma oblonga, coberto de sêda vermelha, debruado a ouro e rodeado com um cordão de borlas de ouro. Seu anel pastoral é o *anel do pescador.*

O papa são Gregório Magno (590-604).

Tem a tiara; *símbolo da santidade, uma* auréola *nimba-lhe a cabeça; figura do Espírito Santo, uma* pomba *inspira-o; ao redor dos ombros e caindo no peito,* leva o pálio, *distintivo dos papas e arcebispos; segura a* pena *e um* livro, *porque é* doutor *e escreveu numerosos e preciosos livros.*

O sumo pontífice, quando celebra ou dá audiências, usa do *roquete*, sobrepeliz com rendas; da *murça,* capuz de sêda ou veludo vermelho, debruado de arminho, e da *estola pastoral.* — Nas cerimônias mais solenes, leva *amicto, falda, alva, cíngulo, estola,* e *capa comprida* ou pluvial, presa no peito por chapa de prata ou ouro, sôbre a qual estão gravados vários emblemas.

Nas *cerimônias pontificais* o papa traz, além dos paramentos comuns aos bispos:

1.º A *falda,* que veste por cima da batina: é comprido e largo vestido de sêda branca, com uma cauda levada por um dignitário da côrte pontifical.

2.º Por cima da casula, o papa traz vestuário que consta de duas murças sobrepostas, sendo a de baixo mais comprida que a de cima: ambas são unidas e fabricadas com estôfo de sêda branca e ouro, em compridas tiras perpendiculares, separadas por tira amarela ou vermelha: no peito está uma cruz radiada. É por cima dêste vestuário que o Sumo Pontífice traz o *pálio.*

3.º A *tiara,* consta de três coroas sobrepostas, enriquecidas com diamantes e pedras preciosas; representa o tríplice poder do bispo, do Sumo Pontífice e do rei. O papa leva a *tiara* quando aparece como soberano; em outras circunstâncias, usa da *mitra,* como os bispos.

O papa não traz *báculo:* seria incômodo com a *falda,* quando vai levado na *sédia gestatória;* também o báculo, recurvo na parte superior, parece indicar jurisdição limitada e a do papa não tem limites; às vezes, substitue o báculo por uma cruz simples, sem imagem de Cristo, que segura na mão. Diante dêle, como diante dos arcebispos, um clérigo leva outra cruz, com a imagem do crucifixo voltada para êle.

§ VI. — Substâncias litúrgicas.

391. — *Quais são as principais substâncias litúrgicas?*

R. — *As principais substâncias litúrgicas são: pão, vinho, água, sal, óleo, bálsamo, cera e incenso.*

1.º O *pão* serve na consagração do corpo de J. C.; deve ser feito com verdadeira farinha de trigo, amassado com água natural e cozido ao fogo.

A Igreja latina usa pão *ázimo* ou sem fermento; várias Igrejas orientais empregam pão fermentado.

As partículas consagradas devem renovar-se todos os oito dias ou ao menos de quinze em quinze dias.

2.º O *vinho* serve na consagração do sangue de J. C.; deve ser verdadeiro vinho de uva, sem alteração nem mistura; a côr e a qualidade são indiferentes.

3.º A *água* serve na missa e no batismo; deve ser natural.

Água benta ou *água lustral* é mistura de água e um pouco de sal santificados pelas orações da Igreja; a água simboliza as bênçãos divinas e o sal, a sabedoria cristã. A água benta vem dos tempos apostólicos e tem a virtude de afastar males do espírito, como tentações e ataques dos inimigos da alma, dar saúde ao corpo e contribuir a apagar os pecados veniais.

Para facilitar o uso da água benta, na entrada da igreja, há pias fixas de formas variadas.

4.º O *sal* gema ou marinho serve para a água benta e o batismo.

5.º O *óleo* empregado para a administração do batismo, da extrema-unção e da ordem é óleo de oliveira; tanto quanto possível, é também de oliveira o que arde na lâmpada diante do santíssimo Sacramento.

6.º *Bálsamo* é uma resina aromática que ressuma de certos vegetais.

O *santo crisma* é mistura de óleo de oliveira e bálsamo oriental que o bispo consagra todos os anos na quinta-feira santa; serve no batismo, na crisma, na ordem e na bênção dos sinos.

7.º *Cera* é substância mole e amarela que as abelhas produzem para fabricar seus favos. Nas funções litúrgicas, os círios, as velas devem ser de cera e não de estearina, carnaúba ou qualquer outra matéria.

8.º *Incenso* é resina aromática produzida por várias árvores. Queimado diante de Deus, significa: 1.º a adoração, o aniquilamento das criaturas perante o criador; 2.º a oração que sobe ao céu como o fumo do incenso; 3.º pelo aroma que espalha nas igrejas, simboliza as graças de Deus a santificar as almas.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Na antiga lei, o próprio Deus quisera que os sacerdotes e os levitas tivessem vestuário especial e consagrado. Herdeira das tradições antigas, a Igreja quer também que seus ministros trajem, no desempenho de suas funções, roupas especiais e consagradas. Daí resulta, para êles próprios e para os fiéis, respeito maior e mais alta estima para as cousas santas.

Um vestuário rico nada acrescenta ao valor do sacrifício, não faz dúvida: porém, lembra-nos a sua excelência, e assim como os ministros dos reis vestem as roupas mais preciosas para aparecerem diante dos soberanos, da mesma maneira os embaixadores de Cristo honram seu chefe e sua missão quando aparecem no resplendor das vestes litúrgicas.

"O ouro e a prata me pertencem", diz o Senhor (*Ag., II*, 9). E poder-se-á, por ventura, fazer dêles uso mais nobre do que empregá-los no culto daquele que os criou? É uma honra poder empregar no fabrico dos paramentos dinheiro, trabalho e tempo: fim êste, da *Obra dos tabernáculos*. É piedosa associação de pessoas que consagram certos dias a fabricar paramentos para igrejas pobres.

CERIMÔNIAS DA MISSA

§ I. — Noções gerais.

Cerimônias: diversas missas. — Condições gerais requeridas para a celebração do santo sacrifício. — Divisão da missa e das cerimônias.

392. — *Que são cerimônias da missa?*

R. — *Cerimônias da missa são os atos exteriores da religião e os sinais misteriosos e simbólicos que a Igreja emprega na celebração do santo sacrifício, para lhe realçar a majestade, instruir os fiéis e alimentar a piedade.*

Estas cerimônias todas são determinadas pelas prescrições litúrgicas do *missal* e o padre nada pode modificar, nem nos menores detalhes.

Distinguem-se várias espécies de missa, cujas cerimônias diferem:

1.º *Missa solene,* em que o sacerdote sobe no altar acompanhado por um *diácono* e *sub-diácono* que desempenham, cada um, funções determinadas.

2.º *Missa cantada* por um padre só e na qual cantos litúrgicos acompanham a oferta do santo sacrifício.

3.º *Missa rezada,* na qual, o padre reza as orações sem canto algum. As cerimônias essenciais, de que falaremos especialmente, são comuns a estas diferentes missas.

393. — *Quais são os ministros do santo sacrifício?*

R. — *Os ministros do santo sacrifício são: o celebrante, o diácono e o sub-diácono; os ministros inferiores são: os acólitos, o turiferário, o cerimoniário e os cantores.*

O *celebrante* consagra o corpo e o sangue de N. S., reza em nome de todos os fiéis que abençoa da parte de Deus, cujas vezes desempenha no altar.

O *diácono* e o *sub-diácono* ajudam o celebrante no altar.

Os *acólitos* servem o diácono e o sub-diácono no ministério do altar.

O *turiferário* leva o turíbulo e a naveta nas cerimônias da igreja.

O *cerimoniário* dirige a boa ordem durante as funções sagradas e assiste o celebrante virando as fôlhas do missal.

Os *cantores* respondem ao celebrante e facilitam a execução dos cantos pelo povo.

394. — *Quais são as condições prévias exigidas para celebração da missa?*

R. — *Umas referem-se ao lugar e ao altar (n.os 369 e 375); outras referem-se ao dia, à hora e a diversos objetos necessários.*

Já demos a conhecer as que dizem respeito ao *lugar* onde a missa pode ser celebrada, e ao *altar* no qual o santo sacrifício é oferecido (n.os 369 a 375).

Outras condições referem-se ao *dia, à hora,* aos *objetos* necessários.

1.º A celebração da missa é obrigatória para o padre, como a assistência o é para os fiéis, sòmente nos domingos e dias de festa; entretanto, a Igreja autoriza e exorta seus ministros a celebrarem a santa missa todos os dias. É só na Sexta-feira santa que não se reza missa em parte nenhuma, em lembrança do grande sacrifício oferecido naquele dia por Nosso Senhor. As missas *rezadas* são igualmente proibidas na Quinta-feira santa e no Sábado de Aleluia, menos uma concedida por indulto, nas paróquias importantes.

Em geral, o padre pode celebrar *uma só missa* no mesmo dia, exceto nos dias do *Natal* e da *Comemoração dos mortos* (a 2 de novembro) em que é permitido rezar três missas. Nos países onde há falta de sacerdotes, o bispo dá, às vezes, a um sacerdote, licença de *binar,* isto é, rezar duas missas nos domingos e dias santos, quando a necessidade do serviço religioso o exige.

Sacerdote e coroinha, saindo para começar a missa. Vê-se no sacerdote: barrete, casula, estola, alva, véu do cálice e bolsa. No coroinha: batina, sobrepeliz e missal.

2.º No que diz respeito à *hora,* a missa não pode ser rezada ordinariamente, senão depois da aurora, isto é, um pouco antes do despontar do sol, até o meio-dia. Havendo, porém, alguma razão séria, pode-se começar mais cedo, e concede-se também uma hora mais tardia às paróquias importantes, no intuito de facilitar a assistência à missa nos dias de obrigação.

3.º Quanto aos *objetos necessários,* temos que mencionar: no altar, o *crucifixo,* as *velas,* o *missal* e quanto possível as *sacras do altar.* — Ao lado, numa pequena mesa chamada *credência:* duas *galhetas* para o vinho e a água, um prato que serve para o sacerdote lavar as mãos, e um pano chamado *manustérgio,* ou *manistérgio,* para enxugá-las.

Na sacristia, o padre veste os *paramentos* do dia, rezando as orações próprias para cada um dêles. Prepara

o *cálice* e encobre-o com pano sagrado, chamado *sanguinho,* que serve para enxugá-lo; por cima, coloca a *patena,* com uma hóstia ou pão do altar, que encobre com a *pala,* panozinho sagrado fixo sôbre papelão, servindo para cobrir o cálice durante a missa. — O celebrante põe por cima de tudo um *véu* de sêda da côr do paramento, e sôbre o véu, a *bolsa:* é papelão duplo, guarnecido do mesmo estôfo, destinado a encerrar o *corporal* ou pano sagrado, de tamanho regular, que o sacerdote desdobra no meio do altar, no comêço do santo sacrifício para nele descansarem o cálice e a hóstia. — Alguns dêstes panos, a pala e o corporal, devem, previamente, ter recebido a bênção do bispo ou de um seu. delegado.

Galhetas com pratinho ou salva.

Enfim, o padre não pode rezar missa se estiver sòzinho: precisa ter quando menos uma pessoa para responder, *ajudante de missa,* que representa os fiéis e assiste o celebrante. Mulheres não podem desempenhar estas funções. Permitir-se-ia apenas que respondessem de longe, se não houvesse ajudante.

395. — *Como se divide a missa?*

R. — *A missa se divide em três partes principais: 1.º preparação; 2.º sacrifício propriamente dito; 3.º conclusão.*

Divide-se geralmente em três partes principais: 1.º *preparação,* que vai desde o comêço até o ofertório; 2.º *ação* ou *sacrifício propriamente dito,* que abrange do

ofertório até o *Agnus;* 3.º *conclusão,* que compreende a comunhão e ação de graças, até o fim da missa. Seguiremos essa ordem na explicação que passamos a dar das *cerimônias da missa.*

As orações e leituras que a Igreja emprega no santo sacrifício formam: umas, o *ordinário* da missa; outras o *próprio* da missa; as primeiras são invariáveis, rezam-se em tôdas as missas; as segundas variam conforme o tempo e as festas.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Com o título de *Orações duarnte a missa* encontram-se nos *livros de piedade* fórmulas gerais que se podem usar vantajosamente, especialmente quando se assiste a uma *missa rezada.*

Nas *missas cantadas* ou solenes, é melhor acompanhar as orações e cerimônias litúrgicas. Para êste fim temos, nos livros, o *Ordinário da missa*: são as fórmulas que não mudam, *orações preparatórias, Glória, Credo, ofertório, cânon,* preparação à comunhão, e últimas orações da missa.

Há outras fórmulas que variam conforme o ofício do dia: são especialmente o *introito, orações, epístola, evangelho, prefácio, secretas* e *postcomunhão.* É método excelente rezar essas orações ao passo que o sacerdote as vai recitando ou cantando. Encontram-se nos livros, quer no *próprio do tempo,* quer no *próprio dos santos.*

É dêste modo que a santa missa tornar-se-á verdadeiramente *oração comum* de todos os cristãos.

§ II. — Primeira parte da missa: preparação.

Divisão e explicação: 1.º orações preparatórias; 2.º invocações solenes; 3.º instrução.

396. — *Que encerra a primeira parte da missa ou preparação do santo sacrifício?*

R. — *A primeira parte da missa encerra: 1.º orações preparatórias; 2.º invocações solenes; 3.º instrução.*

Esta *primeira parte* abrange desde o comêço da missa até o ofertório, e consta de várias orações ou cerimônias que podemos resumir em três palavras: 1.º *orações prepa-*

ratórias; 2.º *invocações solenes;* 3.º ***instrução.*** Êsse conjunto forma o que se denominava outrora ***missa dos catecúmenos***: podiam ouvi-la os que se preparavam ao batismo; mas deviam retirar-se no princípio do sacrifício pròpriamente dito, chamado ***missa dos fiéis.***

I. Em primeiro lugar, como cerimônia preparatória à missa, temos *a aspersão da água benta*: faz-se todos os domingos, antes da missa solene; é sacramental instituído pela Igreja para nos ensinar a pureza de consciência com que devemos participar dos divinos mistérios.

No pé do altar, o sacerdote faz o sinal da cruz e começa a missa pelo salmo: Júdica me, Deus.

O *introito* principia a missa: é apenas um versículo de salmo, que se cantava outrora inteiro, enquanto os fiéis iam entrando e tomavam lugar na igreja. Durante o canto do introito, reza o celebrante, ao pé do altar, *orações preparatórias.*

Estas constam: 1.º do salmo *Júdica me*, composto por Davi quando, perseguido por Saúl, foi constrangido a exilar-se longe de Jerusalém e do templo. As palavras lembram seu desejo ardente de tornar a ver o templo e o altar, e exprimem arrependimento e confiança.

2.º Do *Confíteor*: fórmula de confissão geral que o padre reza primeiro para avivar sua contrição por suas

menores faltas, e os fiéis, pela bôca do ajudante, vão repetindo depois dêle para implorar o perdão dos pecados.

3.º De *duas orações* que o sacerdote reza, uma quando sobe ao altar, pedindo a Deus a devida santidade; a outra, ao beijar o altar no lugar onde estão encerradas as relíquias dos santos, para pedir, por intercessão dêles, o perdão de suas culpas. Sete vezes no decorrer do sacrifício tornará a *beijar o altar:* é sinal da veneração tributada às santas relíquias e um apêlo à intercessão dos santos.

O celebrante, depois, dirige-se para o missal e lê o *introito.*

II. As invocações solenes compreendem:

1.º A recitação, ou sendo solene a missa, o canto do *Kyrie eleison.* É tríplice invocação a cada uma das três pessoas da Santíssima Trindade. É feita em língua grega, para significar a união da Igreja *grega* e da Igreja *latina* na mesma fé e mesma oração.

2.º O *Glória in excelsis;* é cântico de alegria e louvor, iniciado pelas palavras que os anjos cantaram em redor do berço de Belém. Por ser canto de alegria, suprime-se nas missas de finados e também nos tempos de penitência, no advento e na quaresma.

3.º O *Dóminus vobiscum...* O sacerdote pronuncia essas palavras voltando-se para os fiéis: é fórmula de saudação muito usada nos livros santos. Sete vezes durante o sacrifício, o sacerdote repete o mesmo desejo ao qual a assistência responde com voto recíproco: *"Et cum spíritu tuo...* Esteja o Senhor com o vosso espírito!"

4.º A *coleta,* ou *oração* que segue, é resumo da oração do sacerdote e da dos fiéis. Termina, segundo o convite do Salvador, pela invocação de seu nome e da sua mediação todo poderosa. Acrescenta-se, conforme o tempo e as circunstâncias, uma ou várias orações.

III. Agora começa a instrução. Abrange:

1.º A *epístola:* é uma passagem dos livros santos, tirada quasi sempre das *cartas* que os apóstolos dirigiam aos primeiros cristãos para serem lidas em suas assembléias.

2.º Entre a *epístola,* que começa a instrução dos fiéis, e o *evangelho,* que a continuará, está uma oração ou canto chamado *gradual.* É canto tirado de salmos que se cantavam outrora nos degraus da tribuna separando do santuário a nave. Depois do gradual, vem o *versículo* e a *aleluia,* canto de alegria substituído nos tempos de penitência pelo *trato.* — Em algumas festas, vem aquí a *prosa,* espécie de hino rimado, mas não em versos, e referindo-se ao mistério do dia.

3.º O *evangelho:* é fragmento da história ou dos ensinamentos de Nosso Senhor Jesús Cristo. O sacerdote prepara-se à leitura do evangelho por uma oração rezada no meio do altar, na qual pede a Deus que purifique seus lábios e seu coração, como purificou os lábios e o coração de Isaías, com um carvão aceso tirado do altar dos céus por um anjo. Neste momento, leva-se o *missal* para o outro lado do altar: sinal de que não aceitando os Judeus o evangelho, foi êste levado para os gentios.

Para ouvir o evangelho, fica-se em pé por respeito; no comêço, o sacerdote e os fiéis fazem, com o polegar da mão direita, três pequenos sinais da cruz na testa, nos lábios e no coração. Esta cerimônia indica que não se deve corar do evangelho, senão confessar com a bôca as verdades que se acreditam no coração.

Termina-se a leitura do evangelho por um agradecimento a Deus: *Laus tibi, Christe.*

4.º A *prática,* que se faz depois do evangelho, consta de três partes: *a*) publicação dos proclamas e das festas, jejuns e abstinências que houver na semana; *b*) *encomendação* às orações dos fiéis das pessoas falecidas durante a semana ou pelas quais breve se hão de celebrar missas

ou ofícios; c) *instrução* dos fiéis: versa sôbre a explicação do Evangelho ou do catecismo, ou ainda sôbre algum assunto próprio das circunstâncias.

5.° Enfim, ao acabar a parte preliminar ou instrutiva da missa, quando, outrora, o diácono despedia os catecúmenos dizendo-lhes: "*Ite Missa est;* Ide, é a despedida, pois o sacrifício começa", canta-se solenemente o *Credo* de Nicéia e de Constantinopla, resumo da fé católica. — Na semana, diz-se o *Credo* sòmente nas festas de Nosso Senhor, de Nossa Senhora, dos apóstolos, dos doutores, do padroeiro da freguesia, e ainda nas oitavas solenes.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Às orações, às cerimônias desta primeira parte da *missa,* devem corresponder, por parte dos fiéis, sentimentos de *arrependimento* e *humildade,* quando o padre se humilha e bate no peito ao pé dos altares; depois sentimentos de *confiança,* quando a Igreja empresta-nos suas palavras para implorarmos as três pessoas divinas, cantarmos o louvor de Deus, e lhe encomendarmos, nas *orações,* tôdas as nossas necessidades.

Ao *respeito* pela palavra santa, na leitura da epístola e do evangelho, devemos unir a *atenção,* para bem compreendermos os ensinamentos divinos, assim como as explicações que se dão no alto do púlpito, e as pôr em prática.

O *Credo,* finalmente, é expressão da crença comum de todos os cristãos, e pede da nossa parte, uma *fé* viva, profunda, ardente, cujos acentos estejam em nossos lábios, mas cujo sentimento seja enérgico e se torne eficaz em nosso coração e vontade. "É necessário crer no coração para alcançar a justiça e confessar a fé com os lábios para obter a salvação" (*Rom.,* x, 10).

§ III. — Segunda parte: ação ou sacrifício propriamente dito.

Divisão e explicação: 1.° oblação ou cerimônias do ofertório; 2.° cânone da missa; 3.° consagração; 4.° súplicas e orações que seguem.

397. — *Que encerra a segunda parte da missa ou ação do sacrifício?*

R. — *A segunda parte da missa contém: 1.° oblação; 2.° cânone; 3.° consagração; 4.° súplicas e orações.*

A segunda parte da missa, que constitue a *ação* ou o *sacrifício* propriamente dito, contém as orações e cerimônias mais importantes. Podemos agrupá-las em quatro divisões: 1.º *oblação;* 2.º *cânone;* 3.º *consagração;* 4.º enquanto está Jesús Cristo no altar, *súplicas e orações.*

I. *Oblação.* — 1.º Tendo o celebrante saudado os fiéis pelo *Dóminus vobiscum,* convida-os a orar: *Oremus...* E então, recita um versículo ou prece que o côro canta nas missas solenes: é o *ofertório.*

2.º O celebrante faz, depois, a Deus, *oblação da hóstia,* colocada na patena, por suas próprias negligências, por todos os assistentes, pelos vivos e pelos mortos, conforme está explicado na fórmula que o padre recita. — Então, deita vinho e algumas gotas de água no cálice. Como indicam as palavras que pronuncia, essa mistura representa a união da natureza divina com a natureza humana na pessoa de Jesús Cristo e lembra igualmente o sangue e a água que saíram do lado de Jesús traspassado com a lança. O celebrante faz, em seguida, no meio do altar, a *oblação do cálice.*

3.º Nas missas solenes, *benze o incenso,* e envolve, neste fumo misterioso, a hóstia e o cálice, e mais a cruz, o altar e as relíquias dos santos: o incenso é símbolo da adoração e da prece. Queima-se incenso diante do sacerdote, dos ministros, dos próprios fiéis, por respeito para com a sua dignidade.

4.º Indo depois para o lado da epístola, o celebrante *lava as mãos:* é para lembrar-se da santidade com que deve oferecer o augusto sacrifício, segundo o exprimem as palavras do *salmo* XXV que recita no mesmo tempo. Enxuga os dedos com o manistérgio e volta ao meio do altar a renovar a oferta geral do pão e do vinho pela intercessão dos santos; então, virando-se para os fiéis, como que para despedir-se dêles no momento em que vai se embeber em colóquio misterioso com Deus, pede-lhes

que unam suas orações às dêle, para que o sacrifício seja agradável e aceito: *Oráte fratres,...* ao qual convite o povo responde: *Suscípiat...*

5.º O celebrante reza agora em voz baixa as fórmulas chamadas *secretas:* são orações em número igual às que se rezaram no comêço com o nome de *coletas.*

II. *Cânone da Missa.* — 1.º As orações do cânone têm como prólogo o *prefácio:* é convite que o padre dirige aos fiéis para levantarem os corações a Deus e lhe darem graças. O prelúdio é diálogo entre o celebrante e os assistentes; depois, em pé, de braços estendidos em forma de cruz, o padre canta ou reza uma fórmula que varia de acôrdo com os tempos ou as solenidades, e lembra o mistério que a Igreja honra. O prefácio termina pelo *Sanctus,* cujas palavras são tiradas do cântico do céu, que ouviu o profeta Isaías, e pelo *Benedictus,* lembrando as aclamações que fez ouvir o povo hebreu, no dia da entrada triunfal de Jesús em Jerusalém.

2.º Começa então o que se chama em linguagem sagrada *ação,* o ato por excelência do sacrifício. As preces que a constituem chamam-se *cânone,* palavra grega significando *regra;* são a *regra invariável* da liturgia que não muda desde que as palavras de Cristo e as tradições apostólicas determinaram o texto dêsse cânone. O sacerdote as reza de mãos estendidas em forma de cruz, como lembrança de Jesús crucificado. Outrora, por respeito, não se comunicava esta fórmula aos fiéis: ainda hoje, o padre a recita em voz sumida para não perturbar o recolhimento universal.

Essas orações são belíssimas: primeiro, o celebrante pede ao Pai das misericórdias aceite favoravelmente a oferta que está para lhe apresentar; depois, ao lembrar-se da Igreja, da qual é ministro e delegado, implora as bênçãos de Deus sôbre o Sumo Pontífice, seu chefe

universal, sôbre o bispo da diocese; depois, sôbre os *fiéis vivos* e especialmente sôbre os que forem encomendados às suas orações e por quem se oferece o santo sacrifício. — Para que a súplica tenha maior eficácia, chama em seu auxílio toda a Igreja triunfante: a Virgem Maria, os doze apóstolos e os mártires mais célebres de Roma. Cinco vezes faz o sinal da cruz sôbre o cálice e a hóstia, invocando a onipotência de Deus para mudá-los no corpo e sangue de Jesús Cristo.

III. *Consagração.* — É a parte essencial da missa. Tudo emudece: o celebrante, debruçado sôbre o altar, segurando a hóstia na mão, benze-a e pronuncia com gravidade a palavra de Nosso Senhor: "Isto é meu corpo". Dobra o joelho em sinal de adoração e ergue a hóstia santa. É afim de: 1.º apresentá-la à adoração dos fiéis; 2.º rememorar a elevação do corpo de Jesús Cristo na cruz. Os fiéis, avisados pelo toque da campainha, prostram-se e adoram.

Elevação da hóstia.

O padre então toma o cálice, benze-o e pronuncia a fórmula da segunda consagração: "Êste é o cálice do meu sangue, etc..." Dobra o joelho, ergue o cálice e apresenta da mesma forma o sangue de Nosso Senhor à adoração dos fiéis.

A cerimônia da *elevação* da hóstia e do cálice teve origem na França, no XI.º século. Um herege, por nome Berengário, arcediago de Angers, teve a audácia e impiedade de impugnar o dogma da presença real; a igreja das Gálias protestou contra essas blasfêmias apresentando o corpo e sangue de Cristo às homenagens mais respeitosas do povo crente. Êsse uso introduziu-se na Igreja inteira no século XIV.

Elevação do cálice.

No século imediato, a guerra dos hereges assolava o mesmo país: um monarca cristão, Luís XII, quís que se implorasse o auxílio da santa vítima dos nossos altares: é a origem do canto *O salutaris hóstia*, tirado de um hino de santo Tomaz de Aquino.

IV. *Súplicas e orações*. — Agora que Jesús Cristo está no altar, o padre, sempre de braços em cruz, continua, com as *orações do cânone*, a súplica solene: — 1.º lembra a Deus seu filho imolado, hóstia pura, santa, imaculada, infinitamente superior aos presentes de Abel, Abraão, Melquisedec. É com êste preço de valor inestimável que êle salda a dívida de gratidão universal.

2.º Inclina-se profundamente, rogando a Jesús Cristo, o Anjo do altar, que apresente, êle próprio, a Deus, no altar sublime do céu, a oferta misteriosa que merece aos fiéis toda a sorte de bênçãos.

3.º Assim como rezou pelos vivos, lembra o **sacerdote** a Deus as almas dos defuntos no *memento dos mortos*, no qual encomenda especialmente as pessoas por quem o sacrifício é oferecido e solicita, para todos, o lugar do refrigério, da luz e da paz.

4.º Enfim, o celebrante pede para si e para os assistentes, todos pecadores, — *nobis quoque pecatóribus*, como fala batendo no peito, — que sejam um dia reunidos na glória com os santos apóstolos e principais mártires de Roma, cujos nomes enumera.

Essas orações tôdas terminam pela invocação de Jesús Cristo, nosso medianeiro todo poderoso, invocação acompanhada de três sinais da cruz sôbre o cálice e a hóstia. Feito isto, descobre o cálice, e segurando a hóstia na mão direita, faz com ela três sinais da cruz sôbre o cálice e dois na frente; depois, sempre segurando a hóstia na mão direita, eleva um pouco a ambos pronunciando estas últimas palavras: "A Deus pertence honra e glória, nos séculos dos séculos". Alí acabam as orações de *cânone*.

CONCLUSÃO PRÁTICA

O momento da *consagração* exige especialmente fé e recolhimento. Fala o sacerdote, o céu abre-se e Jesús Cristo desce. A igreja é um novo Belém: o altar é o presépio em que Jesús descansa. É também o Calvário onde se imola. Nas santas espécies, deu-se uma mudança admirável:

"Os sentidos iludidos, diz santo Tomaz, vêm, tocam, provam pão e vinho; a fé porém nos alumia e fala com o Rei Profeta: "Vinde, adoremos o Senhor e prostremo-nos diante dêle" (*Salmo* XCIV, 6). É êle, com efeito, que os anjos adoram, êle que reverenciam todos os corações comovidos. Chegou o momento de adorar e agradecer, de implorar o perdão e solicitar todas as graças.

Hóstia saudável, canta a Igreja, *vós que abrís as portas do céu, inimigos cruéis nos assaltam: amparai as nossas fôrças, emprestai-nos o vosso socorro!* (*S. Tomaz*, Hino *Verbum supernum*).

§ IV. — Terceira parte: conclusão do sacrifício.

Divisão e explicação: 1.° orações preparatórias à comunhão; 2.° comunhão; 3.° ação de graças. — Orações e cerimônias complementares.

398. — *Que encerra a terceira parte da missa, ou conclusão do sacrifício?*

R. — *A conclusão encerra três partes: 1.° orações preparatórias à comunhão; 2.° comunhão; 3.° ação de graças. Finalmente, algumas preces e cerimônias complementares.*

A *conclusão* do sacrifício é a *comunhão,* isto é, o ato no qual a vítima oferecida e imolada, desaparece. — Mas êste ato importante tem a sua *preparação,* e tem também sua *ação de graças.*

Daí, três partes nessa conclusão: *1.° orações preparatórias à comunhão; 2.° comunhão; 3.° ação de graças.* Finalmente, a missa termina com algumas *preces e cerimônias complementares.*

I. *Orações preparatórias à comunhão.* — A primeira dessas preces é a *oração dominical* ou *Pater noster,* que Nosso Senhor ensinou. O sacerdote recorda essa instituição divina num pequeno prefácio; depois, os braços em cruz, recita, ou, nas missas solenes, canta, essa bela oração que encerra quanto podemos desejar de melhor para a glória de Deus e nosso próprio interêsse. O povo associa-se a estes pedidos pronunciando as últimas palavras: "Livrai-nos do mal!"

2.° Nas orações que seguem, o sacerdote parece não ter senão um fim: alcançar perdão e paz por meio do sacrifício da missa. Pede-o por intercessão de Maria, dos santos apóstolos Pedro, Paulo, André, e de todos os santos.

Implora-o por meio da vítima que tem nas mãos, e para isso, divide a hóstia santa em duas partes iguais, pondo-as sucessivamente na patena, depois de ter guar-

dado entre os dedos um fragmento que deixa cair no cálice, invocando o nome de Jesús Cristo Nosso Senhor e desejando a paz para a assistência. — Esta cerimônia da *fração da hóstia* lembra o que fez o Salvador na ceia e representa a separação do corpo e da alma de Jesús Cristo no momento de sua morte. — A parte posta no cálice representa, pelo contrário, a reunião da alma e do corpo, da carne e do sangue na Ressurreição.

3.º Em seguida, vem o *Agnus Dei*, oração que se repete três vezes batendo no peito, para ainda pedir o perdão e a paz.

4.º Agora, é tempo de maior recolhimento. O sacerdote, inclinado, reza *três orações* que preparam imediatamente para a comunhão. Na primeira, pede outra vez a paz para tôda a Igreja. Na missa solene, o sacerdote transmite o símbolo e sinal dessa paz pelo *ósculo de paz*, que o diácono leva aos clérigos e os cristãos se davam mutuamente outrora, como testemunho de fraternidade. As duas outras preces são para o sacerdote pessoalmente; pede a Deus perdão por suas culpas, pede a união íntima com Jesús Cristo, e, por essa união, os socorros necessários à alma e ao corpo.

II. *Comunhão.* — O sacerdote genuflecte, toma a hóstia na mão esquerda e, cheio de humildade e confiança, repete três vezes, batendo no peito com a mão direita, a palavra do centurião do Evangelho: *Dómine, non sum dignus...* "Senhor, não sou digno!..." Depois, com a hóstia santa, faz o sinal da cruz e comunga dizendo: "Que o corpo de Jesús Cristo guarde a minha alma para a vida eterna!"

Com a patena, ajunta os pedacinhos da hóstia que podiam ter caído sôbre o corporal e deita-os no cálice, recitando as palavras do salmo de Daví que exprime a gratidão.

Com o cálice, faz o sinal da cruz dizendo: "Que o sangue de Jesús Cristo guarde minha alma para a vida eterna!" E comunga: está consumado o sacrifício. Os fiéis que tencionam comungar chegam-se então à santa mesa.

Comunhão do sacerdote.

Por respeito para com o precioso sangue de Jesús Cristo e para que nem a menor gotinha fique esquecida ou profanada, o sacerdote manda deitar um pouco de vinho no cálice, purifica-o pela primeira vez e bebe êste vinho: é a *primeira ablução*. Segunda vez, manda deitar por sôbre os dedos que tocaram a hóstia santa, e no cálice, um pouquinho de água e vinho; reza uma oração e bebe esta *segunda ablução*. — Tendo o sacerdote de celebrar outra missa no mesmo dia, não toma as abluções, para ficar de jejum. Nesse caso, conservam-se para se tomarem na segunda missa ou serem deitadas na piscina.

III. *Ação de graças.* — Logo que o sacerdote tomou as abluções, enxuga o cálice e torna a colocá-lo no meio do altar, como no princípio da missa. Então, leva-se para o lado da epístola o *missal* que estava na esquerda: é para lembrar que, no fim do mundo, o evangelho, depois de ter sido levado aos gentios, será devolvido aos Judeus, que o aceitarão e converter-se-ão em grande número.

As orações da *ação de graças* abrangem:

1.º A antífona da *comunhão:* é versículo de salmo ou fragmento da sagrada escritura, que se cantava outrora durante a comunhão dos fiéis.

2.º A oração ou as orações da *postcomunhão,* em que se agradece a Deus por seus benefícios, e particularmente pelo dom da santíssima Eucaristia. Há tantas orações da *postcomunhão* quantas *coletas* e *secretas.*

3.º *Ite, Missa est:* é a palavra pela qual o sacerdote ou o diácono, nas missas solenes, despede a assembléia. Responde-se com as palavras *Deo grátias:* agradecimento a Deus. Nos tempos de penitência, no advento e na quaresma, os fiéis tinham muitas vezes que esperar alguns exercícios suplementares; porisso, substituía-se *"Ite Missa est"* por *Benedicamus Dómino.* Êsse uso permaneceu. Nas missas de defuntos, o sacerdote diz: *Requiescant in pace,* e responde-se: *Amen.*

Nisto, outrora, acabava-se a missa.

IV. *Orações e cerimônias complementares.*

Desde muito tempo fizeram-se à missa três acréscimos:

O primeiro foi no século X. É oração começando com a palavra *Pláceat,* que o sacerdote reza no meio do altar e na qual pede mais uma vez a Deus que aceite favoravelmente o sacrifício que acaba de lhe oferecer.

O segundo acréscimo é a *bênção do sacerdote.* Primitivamente os bispos sòmente davam a bênção depois da comunhão. No século XI, introduziu-se o costume para os sacerdotes igualmente, porém de maneira menos solene, em voz baixa, e com um único sinal da cruz. Êste uso tornou-se universal. — Esta *bênção* não se dá nas missas dos mortos.

O terceiro acréscimo se fez no século XIII: é a recitação do comêço do *evangelho segundo são João.* O apóstolo lembra nele a geração eterna e a Incarnação

do Verbo: portanto, é uma como profissão de fé nesses grandes mistérios, que o sacerdote recita antes de deixar o altar onde se cumpriu a maravilha de uma nova Incarnação. — Em algumas missas de domingos ou dias santos, êste evangelho é substituído por aquele do dia quando uma festa de ordem superior tomou lugar dêle no ofício. Responde-se ao último evangelho *Deo grátias,* agradecimento final a Deus por tôdas as graças recebidas no santo sacrifício.

Desde 1884, S. S. o papa Leão XIII fez à Missa rezada mais um acréscimo não definitivo ainda, cujo fim é atrair sôbre a Igreja a proteção de Nossa Senhora e são Miguel. Consiste na recitação de três *Ave Marias,* da *Salve Rainha* com uma *Oração,* e de outra oração ao arcanjo são Miguel, protetor da Igreja (300 dias de indulgência). Pouco tempo depois da sua eleição, o Sumo Pontífice Pio X mandou que se rezasse mais, com essas últimas preces, a invocação três vezes repetida: *Cor Jesu sacratíssimum,* à qual o povo responde: *Miserere nobis.*

CONCLUSÃO PRÁTICA

Nos sacrifícios antigos, consumava-se o sacrifício pelo ato de queimar as vítimas, ou de comer-lhes as carnes. No sacrifício cristão, desaparece a vítima no incomparável ato da *comunhão*: o sacerdote deve necessariamente comungar, comer a carne e beber o sangue de Cristo imolado. Os fiéis também estão convidados a consumar o sacrifício pela comunhão, e o maior júbilo da Igreja seria se os visse aproximar-se numerosos da mesa sagrada.

Não assistamos jamais à missa sem comungarmos, senão realmente — o que seria muito melhor — pelo menos de desejo, *espiritualmente.*

Enfim, não deixemos o santo altar sem pedirmos perdão a Deus pelas distrações e negligências que tivemos durante a santa missa, sem implorarmos os socorros de que necessitarmos para o dia e a semana, sem agradecermos por todas as graças de que a missa é para nós o manancial inesgotável.

OFÍCIOS DA IGREJA

§ I. — Ofícios em geral.

O ofício divino e suas diferentes partes. — Orações do ofício da noite e das horas do dia. — Assistência ao ofício divino.

399. — *Quais são, além da missa, os principais ofícios da Igreja?*

R. — *Os principais ofícios da Igreja agrupam-se em sete partes. O ofício da noite consta das matinas, divididas em três noturnos, e dos laudes que se rezam para a aurora. O ofício do dia compreende quatro horas menores: prima, têrça, sexta e noa. Por fim, vem as vésperas e completas.*

A missa sempre ocupou o primeiro lugar nas preces públicas da Igreja; mas, mesmo no tempo dos apóstolos, os fiéis reuniam-se a horas determinadas para rezarem juntos. Êsse uso já existia entre os Judeus e não podia deixar de ser aceito e posto em prática pela Igreja cristã. Dalí a origem do ofício divino em diferentes *horas*.

Os primeiros cristãos lembraram-se que certas horas do dia e da noite tinham sido especialmente consagradas pelos sofrimentos e a paixão de Jesús Cristo. Ficara nas mãos dos seus inimigos a noite da quinta para a sexta-feira; fôra julgado logo na aurora, condenado para as nove horas e crucificado para o meio-dia; morrera às três horas e recebera a sepultura para a noite. Êsses momentos tornaram-se preciosos na memória dos cristãos e foram santificados com orações públicas. Assim originaram-se as sete partes do *ofício divino* ou *canônico*.

O ofício da *noite* consta das *matinas*, divididas em três *noturnos*, e dos *laudes* que se rezam para a aurora.

O ofício do *dia* compreende *quatro horas menores: prima,* que se reza para as seis da manhã; *têrça,* para as nove; *sexta,* que corresponde ao meio-dia; e *noa,* às três da tarde.

Para a noite, as *vésperas* correspondem ao sacrifício que os Judeus ofereciam cada dia no templo, e um pouco mais tarde, as *completas* terminam o ofício do dia.

400. — *Que orações entram nos diferentes ofícios?*

R. — *As matinas compreendem invitatório, hino e três noturnos.*

Os laudes, constam do Deus, in adjutórium; de três salmos, capítulo, hino e Benedictus. A hora de prima, de hino e salmos. As horas de têrça, sexta e noa, de hino, salmos, capítulo, versículos e oração do dia.

As vésperas e completas vêm mais adiante.

No princípio, não houve nenhuma forma determinada para êstes vários ofícios: os pastores ordenavam tudo segundo sua apreciação e devoção. Mais tarde, os Sumos Pontífices, por suas decisões, o papa são Leão, no século V, são Gregório Magno, no fim do VI.º, determinaram quasi definitivamente o ofício divino.

As *matinas* compreendem *invitatório,* seguido de *hino* e *três noturnos.* O primeiro corresponde às nove horas da tarde, o segundo à meia-noite, e o terceiro às três da madrugada. — Cada noturno consta de três salmos com antífonas e três lições. No primeiro noturno, essas lições são tiradas da Escritura sagrada; no segundo noturno, são uma história da vida do santo cuja festa se celebra, ou narração do mistério que se honra; no terceiro, são homílias ou explicações do evangelho, tiradas dos escritos dos Padres da Igreja. As matinas terminam com o *Te Deum,* cântico de ações de graças, por muito tempo atribuído a santo Ambrósio e a santo Agostinho.

Os *laudes* são a última parte do ofício da noite; cantam-se ou rezam-se ao despontar do dia. Segundo a palavra indica, são louvores dirigidos a Deus. Depois do *Deus, in adjutórium,* os laudes constam: de três salmos, do *cântico dos Três Jovens* na fornalha, de outro salmo de louvor — tudo com antífonas a respeito da solenidade, — de *capítulo* e *hino,* e enfim do cântico *Benedictus* precedido e seguido de antífona própria, assim como de *oração* especial para cada festa. Acaba-se pelo *Benedicamus Dómino* com a resposta: *Deo grátias.*

As *horas do dia,* dissemos, compreendem primeiro o que se chama *horas menores,* assim denominadas porque as orações que formam cada uma têm pouca extensão.

A hora de *prima* é destinada a oferecer a Deus as primícias do dia. O *Deus, in adjutórium,* hino e salmos aos quais se ajunta, no ofício do domingo, o *símbolo de santo Anastácio,* compõem essa pequena hora, sendo completada por um capítulo, versículos e oração. Lê-se depois o *martirológo,* isto é, a enumeração dos santos de quem se celebra a festa naquele dia; depois, reza-se mais uma invocação a Maria e aos santos, e orações pelas quais se implora a bênção divina sôbre todos os pensamentos, palavras e obras do dia.

As horas de *têrça, sexta* e *noa* constam igualmente do *Deus, in adjutórium,* hino e três fragmentos do salmo *Beati immaculati,* seguidos do capítulo, dos versículos e da oração do dia.

Essa parte do ofício divino, chamada *horas menores,* é idêntica todos os dias, menos as antífonas, versículos e orações que variam segundo a festa. No pensamento da Igreja, *prima* lembra Jesús alvo dos ultrajes do pretório; *têrça* é consagrada à memória do seu julgamento no tribunal de Pilatos; *sexta* corresponde à crucifixão, e *noa* à descida da cruz.

As outras horas do dia, *vésperas* e *completas*, constituem os ofícios mais conhecidos dos fiéis, que explicaremos na próxima lição.

401. — *Estão os fiéis obrigados a assistir a todas as partes do ofício divino?*

R. — *Não, os ofícios de que acabamos de falar, são obrigatórios sòmente para os ministros e os religiosos e religiosas que fizeram profissão numa ordem em que êsses ofícios são de regra.*

Padres seculares, isto é, os que desempenham no mundo ministério paroquial ou outro emprêgo qualquer, rezam em particular o *breviário* ou *ofício divino*. Sòmente os cônegos das igrejas catedrais têm de rezar no côro o ofício divino inteiro ou parte dêle, segundo suas constituições. — Quanto ao *clero regular* e às *ordens religiosas*, a recitação ou canto do ofício divino inteiro, geralmente faz parte da Regra.

No que diz respeito aos simples fiéis, nunca foram obrigados à assistência a êsses diversos ofícios; porém a sua devoção muitas vezes os leva a essas orações públicas, especialmente no domingo e dias de festa.

CONCLUSÃO PRÁTICA

É admirável e muito consolador pensar que graças à instituição do ofício divino, a prece e o louvor nunca param na Igreja católica. A toda hora do dia e da noite, em alguma parte do mundo, vozes puras sobem a Deus, a favor dos que trabalham, descansam e esquecem, e fazem ouvir o grito da súplica e a homenagem da gratidão... Não se diga pois: Para que servem os padres cuja vida, às vezes, parece ociosa? Que estão fazendo os monges e as freiras nos claustros? — Oram por aqueles que não o fazem; entregam-se em sacrifício por aqueles que se esquecem de Deus e o ofendem...

Quanta suavidade, quanta majestade, que lição e proveito nessa oração perene! É isto, com o santo sacrifício da missa, que

impede o mundo culpado seja sepultado nas ruínas. Associemo-nos, quanto possível, a essa prece universal e poderosa, rezando diversos ofícios da Igreja.

§ II. — Vésperas e completas.

Noção das vésperas. — Orações que as constituem. — Noção das completas. — Orações que as compõem. — Antífonas a Nossa Senhora.

402. — *Que são vésperas?*

R. — *São um ofício da tarde que se celebrava primitivamente no fim do dia; a hora, porém, tem sido adiantada.*

Assim mesmo, as vésperas ficaram ofício da tarde, menos na quaresma, em que se rezam antes do meio-dia, em memória do uso antigo de tomar a refeição dos dias de jejum só depois das vésperas, para o pôr do sol.

A recitação das vésperas é muito antiga na Igreja: atribue-se aos apóstolos. Diariamente, aliás, oferecia-se de tarde, no templo de Jerusalém, um sacrifício, e êsse momento já estava designado para a oração. No cristianismo, também, essa mesma hora foi a da instituição da divina Eucaristia, da descida da cruz e sepultura de Nosso Senhor. Porisso, os primeiros cristãos gostavam de reunir-se, quer no templo, quer em casas particulares, para orar, nessa hora misteriosa. Ainda hoje, em diversos países, é uso dos verdadeiros fiéis, assistirem às *vésperas* nos domingos e dias santos.

403. — *De que se compõem as vésperas?*

R. — *Compõem-se de um Pater, Ave Maria e cinco salmos que se terminam com um Glória Patri, de capítulo, Magníficat, oração e antífona a Nossa Senhora.*

I. As *vésperas* principiam com a recitação em voz baixa de um *Pater* e *Ave Maria;* depois, o celebrante entoa: *Deus, in adjutórium...* fazendo o sinal da cruz.

É um chamado por socorro, dirigido a Deus, para alcançar que êsse exercício religioso se cumpra com devoção e proveito; termina-se com o *Glória Patri...*

II. Cinco salmos, com antífonas, que variam conforme as festas, e se repetem antes e depois, quando o ofício tem o grau de solenidade chamado *duplo:* é habitualmente a primeira parte das vésperas.

Os salmos de Daví são cento e cincoenta, entre os quais a Igreja escolhe os mais adequados às festas que se celebram. Os salmos do domingo são:

1.º *Dixit Dóminus...*, que se aplica a Jesús Cristo e lembra seu sacerdócio, sofrimento, glória;

2.º *Confitebor...*, que lembra as maravilhas operadas por Deus a favor de seu povo;

3.º *Beatus vir...*, descrição simples e comovente da felicidade do justo;

4.º *Laudate, pueri...*, exortação a louvar o Senhor, considerando sua grandeza, seu poder, sua bondade;

5.º *In éxitu Israel,* que rememora a saída do Egito, a passagem do mar Vermelho e do Jordão. A Igreja aplica essas palavras à remissão do pecado pela mediação de Jesús Cristo. Muitas vezes êste salmo é substituído por outro menor: *Laudate Dóminum...*, convite a todos os povos para que abençoem o Senhor.

Cada salmo termina com a doxologia: *Glória Patri...*

III. Depois dos salmos, canta-se o *capítulo,* citação muito breve tirada da sagrada Escritura, e mais o *Hino* que convém ao ofício do dia. — Os hinos são cânticos em estrofes líricas ou versos cadenciados, que permitem adaptá-los a canto ritmado: exprimem geralmente piedade e entusiasmo. O hino é acompanhado de *versículo* e *responsório.*

IV. Uma antífona especial precede o canto do *Magníficat,* um dos três cânticos que estão no evangelho.

Foi composto por Nossa Senhora, como resposta à saudação de Isabel. A virgem Maria, deixando falar o seu coração, exprime alí sentimentos de humildade e gratidão para com Deus; anuncia a própria glória futura durante todos os séculos e refere a Deus tôda a honra.

Deve-se ficar em pé durante o *Magníficat;* nas vésperas solenes, enquanto se diz êsse canto, o celebrante sobe ao altar, benze o incenso e queima-o em redor da cruz do altar e das relíquias; de volta a seu lugar, é incensado por sua vez, assim como os mais ministros sacros, segundo a respectiva dignidade jerárquica: é homenagem prestada a Deus e aos seus ministros.

V. — Repete-se a antífona do *Magníficat,* e então o celebrante canta *Dóminus vobiscum* e uma oração: a coleta da missa do mesmo ofício. Canta-se depois *Benedicamus Dómino...* Enfim, acabam as vésperas com oração pequena pelos defuntos; *Fidélium ánimae...* Geralmente, nas vésperas, depois da antífona e da oração da festa, reza-se a *memória* do ofício do dia seguinte e também do *domingo,* e mais festas ocorrentes; nos simples domingos, acrescentam-se também antífonas, versículos ou orações em honra da santíssima Virgem, de são José, dos santos e para a paz.

404. — *Que são completas?*

R. — *Completas são o ofício do fim do dia.*

Nem sempre se rezaram na Igreja. Crê-se que foram instituídas por são Bento, fundador da vida cenobítica no ocidente, falecido em 543. Ordenou que seus monges se reunissem de noite para ouvirem uma leitura tirada dos livros santos, e rezarem alguns salmos antes de irem para o descanso, para atrair as bênçãos de Deus sôbre o sono e a noite, pois o demônio nunca dorme.

Foi sòmente no século XIV que o uso das completas passou dos mosteiros para a Igreja universal; hoje em

dia, fazem parte do ofício divino ou canônico; em algumas freguesias do Ocidente, ficou o costume de ajuntar as completas ao canto das vésperas.

405. — *Como se rezam as completas?*

R. — *Pelo canto dos quatro salmos, sempre os mesmos: 1.º Cum invocarem..., 2.º In te, Dómine, speravi..., 3.º Qui hábitat..., 4.º Ecce nunc benedícite Dóminum..., No fim canta-se o Nunc dimittis.*

I. *Um leitor,* ou clérigo, cantando, pede primeiro a bênção do celebrante. Êste a dá, exprimindo no mesmo tempo o desejo de uma noite feliz, e morte boa, perfeita. — Depois, o leitor canta um trecho pequeno de uma epístola de são Paulo em que o apóstolo encarece a sobriedade e vigilância contra o demônio sempre a-espiar em redor de nós... Então, o celebrante pede o auxílio do Senhor, e recita-se em voz baixa *Pater noster...*

II. Vem depois a *confissão geral* dos pecados como na missa: é feita sucessivamente por aquele que oficia e pelo povo, para pedir o perdão divino para as culpas do dia. — Isto tudo forma de algum modo o preâmbulo das completas; o celebrante o termina com a invocação: *Converte nos...* É pedido de conversão para todos.

III. Inicia-se o canto dos salmos pelo *Deus, in adjutórium,* como para as outras horas. — As completas têm quatro salmos, sempre os mesmos:

1.º *Cum invocarem...* no qual Daví perseguido implora a proteção do Senhor;

2.º *In te, Dómine, speravi...,* que exprime os mesmos sentimentos e especial confiança na bondade de Deus;

3.º *Qui hábitat...* É agradecimento de Daví ao Senhor depois de ter escapado aos perigos que o rodeavam. A Igreja aplica essas palavras às ciladas que o demônio nos arma, durante a noite como de dia, e infunde-nos confiança na proteção de Deus e dos seus anjos:

4.º *Ecce nunc benedícite Dóminum...* Esse salmo era cantado pelos levitas entrando no templo de Jerusalém para alí velarem: é convite para abençoar a Deus durante a noite.

IV. Depois dos salmos, canta-se um *hino* muito pequeno, implorando auxílio divino contra os perigos da noite. Seguem um *capítulo,* versículos e o responsório *In manus tuas...*, preces comoventes pelas quais o cristão entrega a alma nas mãos de Deus antes do sono, como havia de fazê-lo na hora da morte, da qual o sono é imagem.

V. Enfim, o canto do *Nunc dimittis,* composto pelo velho Simeão, depois de ter saudado, no menino Jesús, o Messias prometido ao mundo, exprime o voto do cristão, desejando, na hora da morte, a visão de Deus. Termina-se pela oração: *Vísita, quaesumus,* oração na qual se pede que os anjos protejam, durante a noite, as moradas e as almas dos fiéis contra as ciladas do demônio. Depois, o celebrante pronuncia uma fórmula de bênção.

406. — *Quais são as antífonas a Nossa Senhora que se cantam depois das vésperas ou das completas?*

R. — *São: Alma Redemptoris, Ave Regina, Regina cœli e Salve Regina.*

Desde o século XI, mais ou menos, existe o uso de acrescentar às completas, ou às vésperas, se as completas forem supressas, uma *antífona* a Nossa Senhora, seguida de versículo e oração. — Essa antífona varia segundo o tempo do ano.

No advento, é *Alma Redemptóris,* atribuída a Hermanus Contractus, monge beneditino, que vivia no meio do século XI. É um apêlo à Virgem Mãe a favor do povo cristão. — Desde a Purificação até à Páscoa é *Ave Regina,* canto de louvor dirigido àquela que nos deu

Jesús. — Da Páscoa à santíssima Trindade, é *Regina coeli*, cântico de regozijo em honra da Ressurreição. Não se sabe quais foram os autores dessas duas antífonas. — Enfim, da Trindade ao Advento é a *Salve Rainha*, invocação cheia de suavidade e confiança por parte dos cristãos desterrados no vale de lágrimas. Crê-se que foi composta por Ademar de Monteil, o qual, sendo bispo do Puí, na França, tomou a cruz em 1095, por ordem do papa Urbano II, no concílio de Clermont, e escreveu a *Salve Rainha* para que fosse cantada pelos cruzados, que acompanhava na qualidade de legado do papa.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Não há, na Igreja, em parte alguma, preceito de assistência às *vésperas* e às *completas*, nem sequer aos domingos e dias santos. Entretanto, ela encarece êste meio de santificar os dias do Senhor. Será bastante para, inteira e absolutamente, santificar os domingos e as festas, assistir a uma missa de manhã?... Ora, o melhor meio de honrar a Deus, é unir-se aos cristãos que rezam e cantam seus louvores com os acentos inspirados de Daví e as fórmulas que nos deixaram a tradição e a piedade de nossos antepassados.

É portanto uso muito louvável rezar as vésperas no domingo; não descuidemos um meio tão fácil e proveitoso para santificar o dia do Senhor.

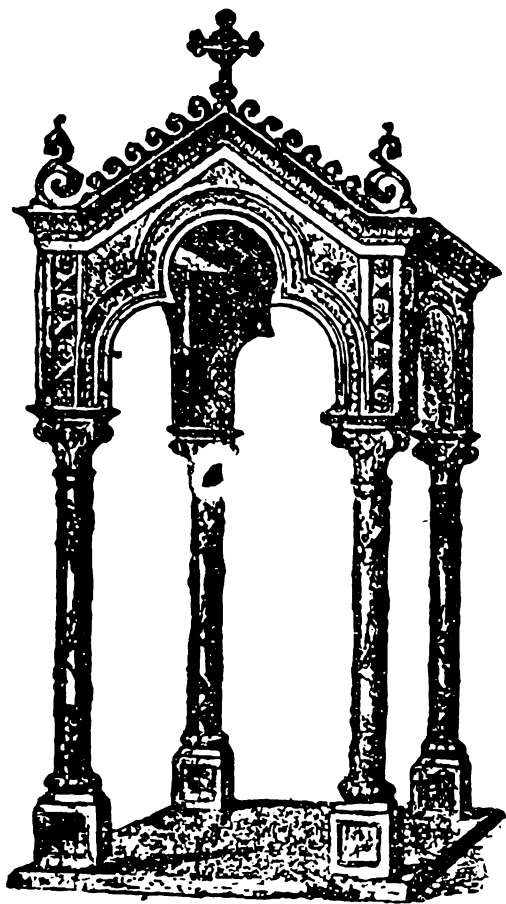
§ III. — Bênção do santíssimo Sacramento.

Noção das bênçãos. — Cantos e cerimônias. — Origem e fim da bênção do santíssimo Sacramento.

407. — *Que é bênção do santíssimo Sacramento?*

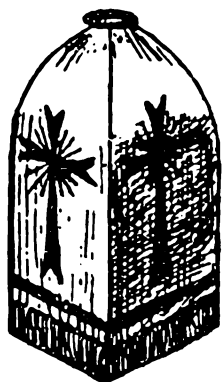
R. — *Bênção do santíssimo Sacramento é um ofício que se faz de tarde, geralmente, para honrar Jesús Cristo presente na Eucaristia, por cantos e preces, e no qual se dá a bênção.*

A bênção é precedida da *exposição* mais ou menos solene do santíssimo Sacramento. Consiste em pôr uma

hóstia consagrada na *custódia*, que se coloca, quer no trono especial e exclusivamente reservado para êste fim, quer sôbre o corporal, diante do sacrário.

Trono para a exposição solene.

Na exposição *solene*, fica assim, o Santíssimo, exposto à adoração dos fiéis por várias horas, e mesmo o dia inteiro, como é o caso nas *Orações das Quarenta Horas*, na *Oitava da festa do Corpo de Deus, na Adoração perpétua*, e em certos dias santos.

A exposição *menos solene*, no meio do altar, se faz mais amiúde: geralmente, todos os domingos e dias santos, ao cair da noite.

Em tempo de quaresma e no mês de maio, há, nas paróquias, exercícios piedosos que se fazem de noite, e terminam por uma bênção menos solene ainda: o cibório contendo as hóstias consagradas coloca-se no altar, coberto com o véu, e serve para dar a *bênção*.

Véu do cibório.

408. — *Quais são os cantos e cerimônias ordinárias da bênção?*

R. — *No momento em que o padre abre o tabernáculo, canta-se: O salutaris ou Ave verum, depois algum trecho litúrgico em honra de Nosso Senhor, de Nossa Senhora ou salmos de penitência; termina-se pelo Tantum ergo e a oração ao santíssimo Sacramento.*

Primeiro, o altar deve estar preparado e adornado para a bênção. Coloca-se um pequeno trono no meio

do altar; *scis velas* de cera, quando menos, devem estar acesas: põem-se, geralmente, mais candelabros com velas de cera. O celebrante veste a sobrepeliz, *estola* e *capa.*

Capa de asperges para a bênção solene.

No momento em que o padre abre o tabernáculo e toma a hóstia santa para pô-la na custódia, ou o cibório e expô-lo no altar, canta-se uma antífona ou estrofe ao santíssimo Sacramento: *O salutaris,* por exemplo ou *Ave verum*... Feita a exposição, o celebrante deita incenso no turíbulo, prostra-se, e por três vezes faz subir, para a hóstia santa, uma nuvem de perfumes. É homenagem de adoração tributada a Nosso Senhor, verdadeira e substancialmente presente na hóstia consagrada.

Depois, podem-se cantar várias orações litúrgicas em honra do santíssimo Sacramento, da santíssima Virgem ou salmos da penitência. Antes da bênção, porém, canta-se o *Tantum ergo,* e a estrofe seguinte *Genitori,* durante a qual o celebrante incensa de novo a santa Eucaristia. Termina com o canto do *versículo* e da *oração ao santíssimo Sacramento.*

Naveta. — Turíbulo.

Finda a oração, o sacerdote ajoelha, recebe o *véu umeral,* sobe ao altar, faz a genuflexão, e tomando nas mãos a *custódia* ou o *cibório,*

volta-se para a assistência. Enquanto os fiéis estão de joelhos e profundamente inclinados, faz com o santíssimo Sacramento um sinal da cruz sem dizer palavra: é o que se chama a *bênção.*

Logo depois da bênção, tornando a ajoelhar ao pé do altar faz ouvir aclamações ao Filho de Deus e a toda a côrte celeste, aclamações que o povo

Véu umeral.

Candelabro romano; serve nas bênçãos do Santíssimo.

repete da mesma forma: *Bendito seja Deus!...*; e em seguida reza a oração *Deus e Senhor nosso, protegei...*, seguida de *Pater, Ave, Glória.*

Enfim, sobe ao altar e torna a pôr a hóstia no tabernáculo, enquanto o côro canta um salmo ou cântico.

409. — *Qual é a origem e o fim da bênção do Santíssimo?*

R. — *Principiou no século XV e tem por fim despertar a piedade dos fiéis para com o santíssimo Sacramento.*

Antes do século XV, expunha-se a santa Eucaristia no altar, porém, não se dava *bênção.* A Igreja estabeleceu êste uso para despertar a piedade dos fiéis para com o santíssimo Sacramento, inspirar-lhes respeito e amor à

santíssima Eucaristia, e alcançar graças mais abundantes sôbre os fiéis, que assim recebem a bênção do próprio Jesús Cristo.

É nêste intuito que a Igreja multiplica o número das bênçãos com profusão tal que havia de parecer demasiada a quem não atentasse nas precisões de nossos tempos e necessidade das almas, que sempre reclamam maior auxílio.

CONCLUSÃO PRÁTICA

A *bênção do Santíssimo* é para os cristãos o *sacrifício da tarde.* No sacrifício da missa oferecido de manhã, Jesús Cristo se apresenta no estado de vítima imolada por nossos pecados: na bênção, aparece-nos como soberano medianeiro que leva a Deus as nossas homenagens e nos traz em paga suas bênçãos e seus benefícios. Não o ignoram as almas crentes e devotas à santíssima Eucaristia: consideram a assistência à bênção como vantagem preciosa.

E de fato, cai a bênção do Santíssimo sôbre estas almas como orvalho benfazejo: dá fôrça aos fracos, arrependimento aos pecadores, alento aos justos; santifica nossas alegrias, suaviza nossas máguas, incute-nos ânimo para um dia ou uma semana de lutas, de trabalhos e muitas vezes de tristezas.

Ó meu Deus, quero, o mais que puder, assistir à bênção do santíssimo Sacramento, especialmente nos domingos e dias santos, e também na quaresma, no mês de maio, e na oitava da festa do Corpo de Deus.

FESTAS DO ANO CRISTÃO

§ I. — Festas em geral e divisão do ano cristão.

Noção do ano cristão. — Dias feriados e festas. — Divisão geral das festas. — Grandes épocas do ano christão. — Vigílias e oitavas.

410. — *Que é ano cristão?*

R. — *Ano cristão é a sucessão dos dias, das festas e das grandes épocas religiosas que a Igreja santifica cada ano.*

O *ano cristão* não é sòmente, como o ano astronômico ou civil, uma sucessão de dias semelhantes e iguais: traz consigo lembranças e aniversários que são queridos para os cristãos. Também não começa na mesma data; é na *primeira dominga do advento* que se abre o ano litúrgico. A semana, de instituição divina, ficou sendo base da divisão do tempo; mas a Igreja não conhece a divisão em meses ou estações absolutamente regulares: divide o ano cristão em *grandes épocas,* que lembram períodos de santificação; finalmente, *festas* mais ou menos solenes vêm quebrar a monotonia dos dias uniformes.

O intuito da Igreja, nestas diferentes instituições, foi: 1.º instruir-nos e santificar-nos, pondo sucessivamente debaixo dos nossos olhos os mistérios e ensinos de Nosso Senhor Jesús Cristo, os exemplos de Nossa Senhora e dos santos; 2.º manter desperta a nossa atenção, e fortalecer a nossa piedade, dando ao culto mais variedade, e também santificando alguns dias com mais solenidade, proporcionar ao povo cristão gozos santos e puros, muito mais úteis e proveitosos do que os regozijos profanos com que se trata de divertí-lo.

411. — *Falai primeiro nos dias do ano cristão.*

R. — *O primeiro dia, o domingo, é o dia do Senhor; a segunda-feira é dedicada aos santos anjos; a têrça-feira, aos santos apóstolos; quarta, a são José; quinta, ao santíssimo Sacramento; sexta, à Paixão; o sábado, à santíssima Virgem.*

Para o cristão que compreende a sua religião, a Igreja quer que cada dia do ano seja de festa. — Designa todos os dias da semana pelo nome latim *féria,* que transformamos em *feira,* e significa a um tempo *festa* e *descanso:* festa ou júbilo da alma, descanso do trabalho de desordem e de pecado. O primeiro dia, ou *primeira feira* é o *domingo* (*Dies dominica,* dia do Senhor), consagrado ao culto da santíssima *Trindade.* Os outros dias têm também a sua devoção especial: a segunda-feira é hoje dedicada aos *santos anjos;* têrça-feira, aos *santos apóstolos;* quarta, a *são José;* quinta, ao *santíssimo Sacramento;* sexta, à *Paixão;* e a sétima ou sábado, à *santíssima Virgem.* Além desta devoção particular, festeja-se cada dia um santo cujo nome a Igreja escreveu no *martirológio,* isto é, no rol dos santos que podem ser honrados por culto público.

412. — *Como se dividem as festas do ano cristão?*

R. — *Dividem-se em festas móveis e imóveis. As primeiras se celebram conservando sempre o mesmo intervalo com a Páscoa; as outras, celebram-se sempre na mesma data do mês.*

Damos a conhecer a distinção que se deve fazer entre as festas de *obrigação* e as de *devoção,* as primeiras impostas ao nosso culto, as outras, deixadas à nossa piedade.

Temos de estabelecer, no ponto de vista litúrgico, outra divisão: *festas móveis e festas imóveis.* São festas móveis as que se celebram conservando sempre o mesmo

intervalo com a Páscoa, e, portanto, variam com ela. — As *festas imóveis* são as que se celebram sempre na mesma data do mês, seja qual fôr o dia da semana em que cairem.

Para determinar as *festas móveis,* a base é portanto a festa da *Páscoa.* Entre os Judeus, celebrava-se esta festa, consoante ordem divina, no décimo quarto dia da lua de março. Entre os cristãos, fica para o domingo que segue o décimo quarto dia ou lua cheia de março. Pode variar entre as datas 22 de março e 25 de abril. As festas móveis que dela dependem são, — antes da Páscoa: *Setuagésima* (nono domingo que precede essa solenidade) com os domingos seguintes denominados *Sexagésima* e *Quinquagésima,* e depois *Quarta-feira de Cinzas,* que abre a quaresma, e as solenidades da *Paixão,* de *Ramos* e da *Semana Santa,* na quinzena antes da Páscoa. — Depois dela: *Ascensão,* quinta-feira, quadragésimo dia; *Pentecostes* no quinquagésimo dia; *Trindade* no domingo seguinte; *festa do Corpo de Deus,* na outra quinta-feira, e enfim a *festa do Sagrado Coração,* na sexta-feira que segue a oitava da festa do Corpo de Deus.

413. — *Quais são as grandes épocas ou principais tempos do ano cristão?*

R. — *A divisão do ano cristão em grandes épocas baseia-se sôbre as grandes festas do Natal, Páscoa e Pentecostes; estas épocas são o advento, o tempo do Natal, e depois da Epifania, a quaresma, o tempo pascal e o tempo depois do Pentecostes.*

O *advento* abrange as quatro semanas de preparação à festa do Natal; a *quaresma,* é composta das seis semanas de penitência que correm antes da festa da Páscoa; *Tempo pascal* é o período de oito semanas que acaba com a oitava do Pentecostes.

Entre o *advento e a quaresma,* decorre um tempo mais ou menos extenso, conforme a Páscoa estiver mais

ou menos adiantada: dalí um número variável de domingos *depois da Epifania:* não pode, contudo, ser inferior a dois nem exceder seis. — Assim também, o período entre *Pentecostes* e o *advento* será mais ou menos comprido segundo a data da Páscoa. O número de domingos *depois do Pentecostes* não pode ser inferior a vinte e quatro nem exceder vinte e oito.

414. — *Que são vigílias e oitavas das festas?*

R. — *Vigília é a véspera de uma festa. Oitava é o intervalo de oito dias que segue uma festa.*

Muitas festas têm, para a vigília, ofício particular, que prepara já a celebração da festa, e temos visto na explicação dos mandamentos da Igreja, que as vigílias do *Natal,* do *Pentecostes,* da *Assunção,* da *Festa de Todos os Santos,* são dias de abstinência. A Igreja quer, desta maneira, que celebremos essas solenidades com mais perfeição e maior proveito.

Oitava é o intervalo de oito dias que segue uma festa mais importante. A Igreja, julgando não ser bastante um só dia para a celebrar condignamente, continua por uma semana inteira a comemoração. As festas que têm oitava, são: 1.º *Natal;* 2.º *Epifania;* 3.º *Páscoa;* 4.º *Ascensão;* 5.º *Pentecostes;* 6.º *festa do Corpo de Deus;* 7.º festa dos santos apóstolos *Pedro e Paulo;* 8.º *Assunção;* 9.º *Natividade de Nossa Senhora;* 1.º *festa de Todos os Santos;* 11.º festa da *Dedicação;* 12.º *Imaculada Conceição;* 13.º *festa do Padroeiro* de cada paróquia; às vezes, a de um padroeiro da diocese.

CONCLUSÃO PRÁTICA

A admirável divisão do ano cristão quebra a monotonia do tempo: corresponde às necessidades do coração, instrue o cristão, alegra-o, fortifica-o e anima-o. — Nossas *festas cristãs* não são sòmente aniversários de acontecimentos que interessam a religião; mas, lembrando-nos os tocantes mistérios que se cumpriram para a salvação do mundo, renovam os frutos para cada um de nós.

As *grandes épocas* do ano são também para os cristãos estímulo e ensino: contribuem a pôr as almas no estado em que Deus deseja achá-las.

Assim é que a Igreja da terra se torna figura da Igreja celeste da qual partilhamos já as emoções e os triunfos; a sucessão das festas também é, na vida cristã, o prelúdio da bem-aventurada eternidade.

§ II. — Advento e Natal.

Noção do advento. — Instituição e fim. — Regras litúrgicas particulares ao advento. — Festa do Natal. — Suas particularidades.

415. — *Que é advento?*

R. — *Advento é o tempo em que a Igreja se prepara a celebrar o nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo.*

O Advento começa no domingo mais próximo da festa de *santo André,* a 30 de novembro, e dura quatro semanas. Estas quatro semanas representam os quatro mil anos durante os quais o mundo esperou a vinda do Messias. A Igreja quer que sejam para nós semanas de suspiros e de ânsia, segundo o exemplo dos patriarcas, que anelavam pela vinda do Salvador, porquanto compreendiam que esta vinda era necessária e avaliavam quão vantajosa seria.

416. — *Dai a conhecer a origem e instituição do advento assim como a maneira de santificar êste tempo.*

R. — *A instituição do advento remonta ao século primeiro. Outrora, jejuava-se durante o advento. Hoje, a Igreja encarece especialmente o espírito de penitência e a oração.*

A origem do advento é muito antiga: sua instituição remonta ao século primeiro, século dos apóstolos. Para melhor preparar os fiéis à celebração das festas do Natal, a Igreja nascente já lançava mão de exortações mais frequentes, de exercícios de piedade mais demorados e mais procurados.

Outrora, jejuava-se durante o advento: era uma espécie de quaresma. Monumentos dos séculos V e VI informam-nos de que o jejum era obrigatório para os fiéis, três dias de cada semana no advento, quarta, sexta, e sábado, e todos os dias nos mosteiros, sendo que esta prática se conservou em muitas ordens religiosas.

Hoje, não há mais obrigação de jejum nem de abstinência para os fiéis no advento. Entretanto, a Igreja encarece especialmente para êste tempo o *espírito de penitência* e a *oração,* e é neste intuito que, em várias paróquias, se realizam, no advento, práticas e exercícios particulares.

417. — *Quais são as regras litúrgicas especiais para o santo tempo do advento?*

R. — *No advento, a Igreja usa paramentos roxos, suprime a Aleluia durante os 6 dias da semana, o Glória e o Te Deum.*

Entoa o Rorate e nos oito dias que precedem o Natal, reza as grandes antífonas do O'.

No tempo do *advento,* a Igreja usa *paramentos roxos* em sinal de tristeza e penitência, e suprime, do ofício festivo, na semana, o canto da *Aleluia,* conservando-o sempre no domingo como grito de esperança.

O *Glória in excelsis* e o *Te Deum* também, cantos de alegria, não se rezam mais, e é proibida a solenidade das *núpcias.*

As preces da bênção: *Rorate, coeli, desuper...,* são um apêlo sublime ao Messias, tirado dos desejos e acentos dos profetas.

Para tornar mais eficazes essas cerimônias, a Igreja nos lembra, no primeiro domingo do advento, o pensamento do juízo final e o segundo advento do Filho de Deus e, nos domingos que seguem, os ensinos e as

exortações à penitência que são João Batista dirigia ao povo judeu, que o vinha ouvir nas margens do Jordão.

Enfim, nos oito dias que precedem o Natal, rezam-se, no *Magníficat*, antífonas próprias, chamadas *grandes antífonas do O'*, por começarem todas com invocações ao Salvador tiradas dos escritos do Antigo Testamento.

418. — *Que é a festa do Natal?*

R. — *A festa do Natal é o aniversário do nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo, em Belém, na noite de 25 de dezembro do ano de 4004 do mundo, segundo a cronologia vulgar.*

Durante vários séculos, a ignorância da data precisa do nascimento do Salvador fez com que se confundissem numa mesma festividade, chamada *Teofania* (manifestação de Deus), as duas solenidades da *Natividade* de Nosso Senhor e de sua *Adoração pelos Magos*. Em 336, o papa Júlio I determinou a verdadeira data da primeira, e a festa do Natal vem a ser uma das mais importantes da Igreja.

Os pormenores do nascimento do Salvador são para nós cheios de mistérios e ensinos: Jesús quís nascer num estábulo, quando podia, da mesma forma, ver a luz num palácio; deu assim o exemplo da *humildade*, que havia de ser a virtude de sua vida tôda. Jesús não quís ter como berço senão uma mangedoura; como roupa, panos emprestados; e como primeiros fiéis, pobres pastores: tal escolha revela ao mundo o *desapêgo* dos bens da terra. — Jesús, enfim, quís, entrando na vida, sofrer a pobreza, o frio, o abandono e assim, pela *mortificação voluntária*, começou a expiar os nossos pecados; ao nosso orgulho, opôs a sua humildade; ao nosso amor das riquezas, o seu desapêgo; à nossa sensualidade, seus sofrimentos.

São estas as lições do presépio de Belém.

Natal. — *Os anjos e os pastores.* — *"Hoje nasceu o Salvador... Glória a Deus no mais alto dos céus, e paz, na terra, aos homens de bôa vontade."*

A festa do *Natal* goza de dois privilégios: o primeiro é de suspender a lei da abstinência; isto é, podem-se comer quaisquer alimentos no dia do Natal, ainda que seja numa sexta-feira ou sábado; o segundo é de dar aos sacerdotes a faculdade de rezar *três missas* e celebrar a primeira à *meia-noite,* para honrar o momento em que o Filho de Deus nasceu no presépio de Belém.

419. — *Quais são as particularidades próprias da festa do Natal?*

R. — *A prática das três missas do Natal lembra o tríplice nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo: seu nascimento da Virgem Maria, o nascimento eterno no seio de Deus, seu Pai, e o nascimento espiritual em nossas almas pela comunhão sacramental.*

A prática das *três missas* do Natal é muito antiga; é para lembrar os três nascimentos de Nosso Senhor Jesús Cristo: seu nascimento segundo a carne, da Virgem Maria; o seu nascimento eterno no seio de Deus, seu Pai; o seu nascimento espiritual ou místico em nossas almas pela fé e a caridade, mais especialmente ainda pela comunhão eucarística, que os cristãos têm a peito receber na bela festa do Natal.

Não há obrigação para os fiéis de ouvirem as três missas do Natal: uma só é de preceito, a da meia-noite, ou qualquer outra, à vontade.

CONCLUSÃO PRÁTICA

São João Batista dizia ao povo que vinha ter com êle: "Preparai os caminhos do Senhor; endireitai suas veredas; tôda a colina se aplainará, todo o vale se encherá! Todo homem há de ver o Enviado de Deus" (*S. Lucas,* III, 4-6).

Essas palavras, a Igreja as repete ao cristão, no advento, e êste, então, por sua vez, faz esforços para aparelhar-se pela oração, o recolhimento e a penitência, à vinda do Salvador; arrasa diante dêste Salvador as alterosas montanhas do orgulho; enche os vales

da pusilanimidade e do desânimo, e assim merece contemplar e receber o Enviado de Deus.

Devemos amiúde repetir a Jesús a frase da prosa *Adeste, fideles*: *Quem não havia de amar agradecido, Aquele que primeiro nos amou tanto!*

§ III. — Festas da infância de Jesús: Circuncisão, Epifania. Apresentação.

Festa de Circuncisão. — Disposições que convém para esta solenidade. — Festa de Epifania. — Particularidades que a distinguem. — Apresentação de Jesús no Templo. — Sentimentos que essa festa deve excitar.

420. — *Que lembra a festa da Circuncisão?*

R. — *A festa da Circuncisão, lembra a cerimônia da lei judaica, pela qual o filho devia ser consagrado a Deus.*

A festa da *Circuncisão,* que se celebra a primeiro de janeiro, dia da oitava do Natal, lembra que oito dias depois do seu nascimento, Nosso Senhor cumpriu uma cerimônia de lei judaica, pela qual o filho devia ser consagrado a Deus, segundo o sinal da aliança que Deus dera a Abraão.

É também neste mesmo dia que a família punha um nome na criança recém-nascida e Nosso Senhor recebeu o nome de *Jesús,* indicado pelo anjo Gabriel, no dia da Anunciação (*S. Lucas,* II, 21).

A festa da Circuncisão tem, pois, duplo fim: foi instituída desde os primeiros séculos para honrar o inefável mistério pelo qual Jesús Cristo, submetendo-se a uma cerimônia dolorosa, ordenada por Moisés, derramou as primeiras gotas do seu sangue e nos deu grande exemplo de humildade, obediência e penitência; em segundo lugar, foi estabelecida para honrar o santo nome de *Jesús,* nome divino perante o qual "todo o joelho se dobra, no céu, na terra e nos infernos", diz S. Paulo (*Fil.*, II, 4); "nome de poder, amor e vitória", acrescenta são Bernardo; pois lembra, ao mesmo tempo, o poder de um Deus criador e dominador do mundo, salvador

generoso que sofreu e morreu por nós, conquistador que entrou vitorioso no céu para nos preparar um trono.

421. — *Quais são as disposições que convém a essa solenidade?*

R. — *Primeiro, sentimento de gratidão. Segundo, de ódio ao pecado. Terceiro, para o santo nome de Jesús, sentimento de respeito e veneração.*

Primeiro, sentimento de gratidão para com o Salvador que começou naquele dia a obra da nossa redenção pela efusão de seu sangue.

Segundo, ódio ao pecado, que foi a causa dos primeiros padecimentos do menino Jesús, e também espírito de mortificação e penitência, de conformidade com o nosso divino modêlo. — É êste pensamento que levou a Igreja, nos primeiros séculos, a ordenar o jejum no mesmo dia que os pagãos consagravam a regozijos inteiramente profanos, em honra de sua deusa *Strena* ou *Strênua.*

Terceiro, enfim, para o *santo nome de Jesús,* sentimento de respeito e veneração que no-lo faça pronunciar com atenção e reconhecimento, inclinando-nos, segundo o exemplo da Igreja, sempre que êle está pronunciado no púlpito ou nos ofícios litúrgicos.

422. — *Que é a Epifania?*

R. — *A Epifania é festa pela qual a Igreja celebra a manifestação de Jesús Cristo aos gentios na pessoa dos Magos. Cai no dia 6 de janeiro.*

A esta primeira comemoração, a Igreja acrescenta a glorificação do Salvador em dois outros mistérios: nas margens do Jordão no dia do seu batismo por são João Batista e nas bôdas de Caná, quando Nosso Senhor fez o primeiro milagre, mudando a água em vinho.

A princípio, festejavam-se a *Epifania* e o *Natal* no mesmo dia. Logo no século quarto, separou-se esta daquela, e foram distintamente celebradas com solenidade

igual, quer no Ocidente, quer no Oriente. A vocação dos gentios à fé cristã, na pessoa dos *Magos*, foi o objeto principal da festa da Epifania.

O evangelho narra que estes Magos eram sábios do Oriente, a quem se dá geralmente o nome de reis. Guiados

EPIFANIA. — *Os reis Magos adoram o Menino Jesus.*

por milagrosa estrêla, vieram adorar Jesús no presépio e oferecer-lhe presentes.

A tradição conservou o nome dêsses três personagens oriundos da Arábia ou da Caldéia, pondo-se a caminho com ardor e generosidade digna de admiração: chamavam-se *Gaspar, Melchior* e *Baltazar.* A igreja de Colônia possue e honra suas relíquias. Traziam produtos de suas terras: *ouro, incenso, mirra,* e estas dádivas tinham significação simbólica.

Apresentaram a Jesús *ouro,* como tributo que se dá a um rei; *incenso,* como homenagem de adoração que se presta a Deus; e *mirra,* que serve para embalsamar os

corpos, reconhecendo assim a natureza mortal daquele que adoravam.

423. — *Quais são as particularidades que distinguem a Epifania?*

R. — *São três: 1.º o ofício começa sem invitatório e sem hino; 2.º faz-se uma procissão em sentido inverso; 3.º depois do evangelho, o diácono publica a data do dia da Páscoa.*

São três as *particularidades litúrgicas* que distinguem essa importante solenidade:

1.º O ofício começa sem *invitatório* e sem *hino*. A razão que se dá é que a Igreja quer imitar assim a pressa que tinham os Magos em vir adorar o Salvador;

2.º Em certos lugares, faz-se uma *procissão* em sentido inverso, para lembrar que os Magos, avisados pelo anjo de se acautelarem contra a perfídia de Herodes, regressaram a seu país por outro caminho;

3.º O diácono, na missa solene, publica, depois do evangelho, a data do dia de Páscoa e mais festas que dela dependem.

Um uso que nada tem de religioso, senão reminiscência de festas pagãs, é o de *sortear um rei* no dia da Epifania. Hoje em dia, não há nisto cousa alguma que censurar. Nos séculos de fé, era entre os pobres que as famílias cristãs mandavam sortear a realeza; lembrança dêste fato é a parte da refeição que se aparta atualmente para Deus e os pobres.

424. — *Que se deve fazer para celebrar dignamente a Epifania?*

R. — *É preciso: 1.º agradecer a Deus ter-nos chamado à verdadeira religião; 2.º rezar para a conversão dos infiéis e dos pagãos; 3.º oferecer a Nosso Senhor o ouro da caridade, o incenso da oração e a mirra da mortificação.*

É preciso: 1.º agradecer a Deus ter-nos chamado à verdadeira religião como chamou os Magos ao conhecimento do Messias e da verdade.

2.º Dirigir-lhe orações fervorosas pela conservação da fé nos países cristãos e pela conversão dos povos ainda infiéis e pagãos.

3.º Como os Magos, oferecer a Nosso Senhor alguns presentes, pensando que o ouro representa a caridade; o incenso, a oração; e a mirra, o espírito de mortificação e de penitência, que preserva as almas do pecado como êsse perfume preserva da corrupção os corpos.

425. — *Que lembra a festa da Apresentação de Jesús ao templo a 2 de fevereiro.*

R. — *Lembra que Jesús é a luz do mundo. É porisso, que na procissão daquele dia, se levam velas bentas.*

A lei de Moisés preceituava que o filho primogênito, quarenta dias depois do seu nascimento, fosse apresentado ao templo de Jerusalém e consagrado ao Senhor, podendo, no entanto, ser resgatado, pelo preço de cinco moedas de prata. — A lei ordenava mais um sacrifício para a purificação da mãe, e essa oferta devia ser o holocausto de um cordeiro e de uma pomba. Sendo pobre a família, podia substituir o cordeiro por outra pomba. Ora, o evangelho narra que no quadragésimo dia depois do nascimento do menino Jesús, seus pais o levaram a Jerusalém para cumprir essa dupla ordem, que, afinal, não lhes dizia respeito: pois, aquele que era o menino Deus não necessitava ser apresentado e a santidade de Maria a isentava de qualquer purificação legal.

Jesús e Maria, porém, submeteram-se com obediência igual à sua humildade, para tirarem todo pretexto às nossas revoltas. Para o resgate do Salvador, deram a esmola devida, e para a purificação legal da Virgem Maria, o sacrifício dos pobres: duas pombas (*S. Lucas*, II, 22-24).

É êsse duplo mistério que se honra na festa do dia 2 de fevereiro, instituída logo nos primeiros séculos, com o nome de *Apresentação de Jesús e Purificação de Maria.*

Dois fatos assinalaram essa dupla cerimônia: um ancião, chamado Simeão, que aguardava a redenção de Israel, veio ao templo no instante em que apresentavam o menino Jesús. Tomando-o nos braços, deu graças a Deus e pronunciou as palavras do *Nunc dimittis,* cântico no qual expande a alegria que experimenta, podendo morrer, agora que seus olhos contemplaram o Salvador destinado a alumiar todas as nações. Também profetizou que Nosso Senhor seria alvo da contradição, tornando-se, para uns, penhor e causa de ressurreição, e para outros, ocasião e motivo de ruína eterna; anunciou mais à santíssima Virgem que teria a própria alma traspassada por uma espada de dores.

Havia ainda uma santa mulher viúva, por nome *Ana,* que entrou à mesma hora no templo: reconheceu publicamente o Salvador prometido e falava dêle a todos os que esperavam a redenção.

Uma vez tributadas essas homenagens ao menino Jesús, vemo-lo, depois, levar vida oculta e humilde em Nazaré (*S. Lucas,* II, 25-39).

Para comemorar esses acontecimentos, e lembrar que Nosso Senhor, segundo a palavra de Simeão, foi a luz do mundo, levam, naquele dia, na procissão, velas bentas, e é porisso que essa festa é chamada vulgarmente *Candelária.*

426. — *Quais são os sentimentos que convém a essa solenidade?*

R. — *Devemos oferecer-nos a Deus com ardor igual ao de Jesús, mesma alegria e generosidade.*

Nosso Senhor quís conformar-se com a léi mosaica da apresentação e ofereceu-se livre e generosamente a seu Pai: devemos, seguindo êste exemplo, oferecer-nos a Deus com igual ardor, mesma alegria e generosidade,

felizes porque Jesús Cristo nos trouxe a luz da verdade, e desejosos de correspondermos a essa luz, glorificando-a nas nossas ações.

Maria, sem que a lei a constrangesse, por humildade e obediência, submeteu-se à *purificação:* devemos imitar essa humilde e perfeita conformidade da santíssima Virgem e cumprir, sem discussão nem queixa, todas as prescrições da lei de Deus ou da Igreja, oferecendo a Deus todos os sacrifícios que a obediência exigir para alcançarmos a purificação dos nossos pecados.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

I. Sendo a festa da *Circuncisão* início do ano novo, convém, nessa ocasião: 1.º que agradeçamos a Deus pelas graças recebidas durante o ano findo e peçamos perdão pelas faltas cometidas: é o pensamento da Igreja permitindo, no fim do ano, a *Bênção do Santíssimo* em ação de graças e em reparação; 2.º que ofereçamos a Deus o ano que começa e talvez seja, para nós, o último da vida; 3.º que renovemos os nossos sentimentos de caridade para com o próximo a quem apresentamos votos do *ano bom.* O meio de tornar esses votos eficazes, é acrescentar-lhes as orações mais fervorosas.

II. As outras festas da Infância de Jesús, *Epifania* e *Apresentação,* têm um encanto especial. Quem não amaria o menino de Belém? Quem não desejaria gozar da ventura dos Magos? Quem não seria feliz se pudesse acompanhar o Salvador ao Templo? *"Ó Jesús, com os reis Magos, nós vos adoramos! Convosco, nos consagramos a Deus, e repetimos e renovamos, no fundo dos corações, as promessas do nosso batismo!"*

§ IV. — Quaresma e Semana santa.

Quaresma: preparação. — Maneira de santificar a quaresma. — Semana santa. — Ofícios e cerimônias da Quinta-feira santa. — Cerimônias particulares na Sexta-feira santa. — Ofícios do Sábado de Aleluia.

427. — *Que é quaresma e quais são as instituições litúrgicas e cerimônias que a ela nos preparam?*

R. — *Quaresma é o período dos quarenta dias de jejum que precedem a festa da Páscoa.*

As instituições litúrgicas e cerimônias que a ela nos preparam, são: as preces das Quarenta Horas e a cerimônia das Cinzas.

A quaresma existe desde os apóstolos, que limitaram sua duração a quarenta dias, em memória do jejum de Jesús Cristo no deserto. — No quinto mandamento da Igreja, explicamos os deveres de abstinência e jejum impostos aos cristãos neste santo tempo.

No intuito de encaminhar-nos para êle, a Igreja estabeleceu: 1.º os domingos de *Setuagésima, Sexagésima* e *Quinquagésima,* que nos aproximam mais e mais dêsse período de penitência. Durante essas três semanas, a Igreja usa paramentos *roxos,* suprime o *Glória in excelsis,* a *Aleluia,* o *Te Deum,* cânticos de alegria, e incita-nos, pelos evangelhos que escolhe, a trabalharmos com mais empenho no cultivo e amanho da nossa alma, e a ouvirmos, mais assíduos e mais piedosos, a palavra de Deus.

2.º *As preces das Quarenta Horas.* — Enquanto o mundo, ao aproximar-se a quaresma, procura distrações e divertimentos muitas vezes culpados no carnaval, a Igreja convida seus filhos aos pés dos altares; expõe à adoração dos fiéis, por três dias, *domingo, segunda* e *têrça,* a santíssima Eucaristia; pede-lhes o recolhimento e a oração, quer para prepará-los à quaresma, quer para implorar o perdão de Deus pelos pecados que se cometem. Essa instituição é do século XVI; estabelecida em Milão, em 1534, espalhou-se por toda a Igreja católica.

3.º *A cerimônia das Cinzas.* — Na *quarta-feira* em que começa a santa quarentena, faz-se a *imposição das Cinzas.* Com solenidade, o celebrante benze cinzas no altar; depois de as santificar pela oração, a água benta e o incenso, põe-as na cabeça do clero e do povo, e a cada um dirige esta palavra: "Lembra-te, ó homem, que és pó e pó te hás de tornar!" Logo é o pensamento da morte, e também uma lição de penitência que se evoca aos fiéis. De fato, as cinzas sempre foram entre os antigos, símbolo de luto e dôr profunda. Daví, no extremo da mágoa, cobria-se de cinzas, e os Ninivitas, ouvindo o convite de Jonas, fizeram penitência com cinza e cilício.

Nos primeiros séculos cristãos, a Igreja introduziu o costume de pôr cinzas na fronte dos pecadores, especialmente dos *penitentes públicos*. Por humildade e sinal de arrependimento, todos os fiéis quiseram participar dessa cerimônia, que ficou como preparação eloquente para a penitência da quaresma.

428. — *Que se deve fazer para santificar o tempo da quaresma?*

R. — *Devemos: 1.º observar o jejum e a abstinência que a Igreja prescreve; 2.º empregar mais tempo na oração e nas boas obras; 3.º preparar-nos sem demora, à comunhão pascoal.*

Para santificar a quaresma, deve-se: 1.º observar segundo suas fôrças a abstinência e o jejum que a Igreja prescreve. — Com efeito, todos nós precisamos de penitência pelos numerosos pecados que temos cometido durante um ano inteiro de indiferença, esquecimento, e muitas vezes de fraqueza criminosa. Ora, o melhor desagravo é o que a Igreja nos pede, proporcionado às nossas fôrças e do qual não nos podemos isentar sem dispensa.

2.º Empregar mais tempo na oração e nas boas obras. — Os ofícios da Igreja ouvidos com mais atenção, a missa algumas vezes na semana, leituras piedosas, o exercício da *Via Sacra*, esmolas mais abundantes aos pobres e às *obras de caridade*, são outras tantas práticas úteis, junto com o trabalho e as penas da vida, religiosamente aceitas e suportadas.

3.º Enfim, a Igreja, no santo tempo da quaresma, estabeleceu *práticas* mais frequentes e especialíssimas, seguidas geralmente da *bênção:* convém assistir a essas instruções, e assim reanimar-se na fé e na vida cristã; enfim, preparar-se sem demora à comunhão pascoal pela confissão.

429. — *Que é a Semana santa e quais são suas particularidades litúrgicas?*

R. — *A Semana santa é a que precede a festa da Páscoa. As particularidades litúrgicas são: a bênção dos ramos e a narração da Paixão completadas pelo ofício das Trevas e o canto das lamentações.*

A *Semana santa* é a que precede imediatamente a festa da Páscoa. É chamada santa por causa da santidade dos mistérios que nela se cumpriram. Como preparação, a Igreja nos dá a *dominga e a semana da Paixão.* Então,

Nossa Senhora das Dôres. — Jesús posto no túmulo.

encobre com véu roxo as estátuas e imagens de Nosso Senhor e dos santos, em sinal de luto; fala-nos amiúde da paixão e da cruz, e na sexta-feira da *Compaixão* de Maria no Calvário.

I. A Semana santa começa com a *dominga de Ramos.* Antes da missa, o sacerdote benze solenemente os ramos e os distribue ao clero e aos fiéis, que os levam na procissão. — Esta cerimônia comemora a entrada triun-

fante de Jesús Cristo em Jerusalém, alguns dias antes de sua Paixão. O povo veio ao encontro dêle: atiravam vestimentas na sua passagem; cortavam galhos de árvore, que se carregavam em sinal de alegria ao canto de: "Hosana ao filho de Daví! Bendito seja aquele que vem em nome do Senhor!"

Para entrarmos no espírito da solenidade, devemos, nós também, adorar Cristo como nosso Rei, e repetir com júbilo as aclamações dos Hebreus; pedir-lhe, depois, que eleja morada em nossos corações, e alí permaneça para sempre. Ora, é sobretudo pela santa comunhão que o Salvador entra triunfante em nossas almas e nelas fica para maior proveito nosso.

A narração da *Paixão,* que se canta ou se lê na missa, diz claramente quais devem ser nossos pensamentos e afetos durante toda a semana santa.

II. Nas *Quarta, Quinta e Sexta-feira* da semana santa, temos, de noite, ofícios chamados *Trevas,* porque se cantam ao cair da noite; no fim, apagam-se as luzes para simbolizar o luto da Igreja e a escuridão que baixou sôbre a terra quando Nosso Senhor morreu. Apagam-se as velas ao passo que o ofício vai prosseguindo. — Os cantos que se ouvem são os das *matinas* e *laudes* dêsses três dias. São tristes, lúgubres como os fatos que recordam. As *lamentações* de Jeremias sôbre Jerusalém quadram admiravelmente com o luto da Igreja e os estragos que o pecado causou nas almas.

Os três últimos dias da semana santa têm igualmente, cada um, *ofícios e cerimônias* especiais.

430. — *Quais são os ofícios e cerimônias da Quinta-feira santa?*

R. — *As principais cerimonias dêsse dia são: a missa solene, a bênção dos santos óleos; a translação do santíssimo Sacramento; a desnudação dos altares e o lava-pés.*

A *Quinta-feira santa* é consagrada à memória da instituição da divina Eucaristia e do sacerdócio católico.

1.º *Missa solene.* — A Igreja parece, por um instante, esquecer a sua dôr para festejar o grande mistério da Eucaristia: os cantos são alegres, os sinos repicam para emudecerem depois, até o sábado de Aleluia; ouve-se também o *Glória in excelsis.*

Nesta missa, o padre consagra duas hóstias grandes, uma das quais serve para o ofício da Sexta-feira santa, e o clero recebe a comunhão da mão do bispo ou do principal dignatário: é recordação da comunhão que os apóstolos receberam das mãos de Nosso Senhor, no dia da instituição do divino Sacramento. Os fiéis não deixam de comungar também na Quinta-feira santa.

2.º *Bênção dos santos óleos.* — Na missa pontifical da Quinta-feira santa, o bispo benze solenemente os santos óleos que devem servir para administração de vários sacramentos. O bispo benze primeiro o *óleo dos enfermos,* empregado na extrema-unção; depois, o *santo crisma,* usado no batismo, na confirmação, nas várias consagrações dos bispos, das igrejas, dos vasos sacros, etc.; depois, o *óleo dos catecúmenos,* que serve nas cerimônias do batismo, na consagração dos sacerdotes, das igrejas, etc. Para estas consagrações, o bispo está rodeado de doze padres, sete diáconos, e outros tantos *sub-diáconos.*

3.º *Translação do santíssimo Sacramento.* — Terminada a missa, leva-se solenemente para outro altar, adrede preparado e chamado altar da exposição, a segunda hóstia grande, que acaba de ser consagrada e há de servir, no dia imediato, para a *missa dos pressantificados.* Essa procissão triunfal se faz cantando o *Pange língua.*

4.º *Desnudação dos altares.* — Depois da cerimônia precedente retira-se do altar o santíssimo Sacramento,

adornos, panos, etc., enquanto o côro vai rezando o salmo: *Deus, Deus meus...*, no qual Daví profetizou a paixão do Salvador com as circunstâncias da sua morte no Calvário.

5.º *O lava-pés.* — É cerimônia instituída em memória do ato que praticou Nosso Senhor na Quinta-feira santa, antes de dar a santíssima Eucaristia: lavou os pés aos apóstolos para simbolizar a pureza de conciência que se deve ter para receber sua carne e seu sangue no divino Sacramento; acrescentou: "Dei-vos o exemplo, eu, vosso Senhor e Mestre, afim de que, assim como eu tenho feito, assim façais, vós também" (*S. João,* XIII, 14-15). Porisso, o bispo, na sua catedral, e em algumas paróquias o padre, na sua igreja ou capela, lavam os pés a doze pobres, beijam-os com respeito, enxugam-os com as próprias mãos, nos mesmos sentimentos de humildade e caridade que tinha o Salvador Jesús.

Durante todo êste dia de Quinta-feira santa, os fiéis gostam de visitar Nosso Senhor, e quanto possível, assistem a todos os ofícios.

431. — *Quais são as cerimônias particulares da Sexta-feira santa?*

R. — *O ofício da Sexta-feira santa consta de quatro partes: uma lição da sagrada Escritura, seguida da paixão segundo são João; orações solenes; adoração da Cruz e "missa" dos pressantificados.*

A *Sexta-feira santa* traz a lembrança da paixão, crucifixão e morte de Nosso Senhor Jesús Cristo. — O ofício da manhã é solene e lúgubre: não é nenhuma missa, pois, naquele dia, em memória do sacrifício do calvário, não se oferece o sacrifício do altar e o padre não consagra. — O ofício da Sexta-feira santa consta de quatro partes: uma *lição* da sagrada Escritura, seguida da *paixão* segundo são João; *orações solenes; adoração da Cruz;* e *"missa" dos pressantificados.*

1.º*Lição e paixão.* — O celebrante e os ministros são paramentados de preto em sinal do grande luto da Igreja. Chegados ao altar, protram-se, estendidos no chão, por espaço de um *Miserere;* depois, erguem-se e um acólito lê uma *lição* em que Moisés descreve a cerimônia do Cordeiro pascal, figura de Jesús Cristo.

Canta-se um *trato* e logo começa o canto ou leitura da *paixão* de Nosso Senhor, segundo são João. Esta

Os nossos pecados causaram a morte de Jesús.

narração manifesta todo o pensamento da Igreja na solenidade aniversária da morte de Jesús.

2.º *Orações solenes.* — Essas orações, que se julgam de origem apostólica, são nove; cada uma vem precedida de exortação ou *prefácio:* naquele dia, excepcionalmente, reza o celebrante: 1.º por tôda a Igreja; 2.º pelo papa; 3.º pelos bispos e tôdas as ordens da jerarquia sacra; 4.º pelo govêrno da nação; 5.º pelos catecúmenos; 6.º pela cura de todos os males espirituais e temporais; 7.º pelos hereges e os cismáticos; 8.º pelos Judeus; 9.º pelos pagãos e os infiéis.

3.º *Adoração da Cruz.* — O celebrante despe a casula, dirige-se para o lado da epístola e descobre sucessivamente os braços e a cabeça da Cruz cantando: *Ecce lignum crucis*... "Eis aquí o madeiro da Cruz!" O povo responde: *Venite adoremus*... "Vinde, adoremos!..." Então o padre coloca a Cruz nos degraus do altar, e qual Moisés chegando-se para a sarça ardente, de pés descalços, prostra-se três vezes e adora Jesús Cristo representado sôbre a Cruz. Os outros ministros fazem o mesmo, e os fiéis, por sua vez, vêm adorar e beijar a Cruz, enquanto se cantam versículos e responsórios adequados às cerimônias.

4.º *Missa dos pressantificados.* — Finda a oração, vai-se buscar solenemente, de procissão, no altar da exposição, a hóstia santa consagrada na véspera, e canta-se o *Vexilla Regis*... Uma vez no altar, o padre faz algumas cerimônias parecidas com a missa, porém sem consagração; depois, comunga com a hóstia reservada e toma abluções. O clero, então, retira-se em silêncio, enquanto, num tom lúgubre, se rezam as *vésperas* da Sexta-feira santa.

Os sentimentos que convém ao dia são: gratidão para com Jesús Cristo, o nosso Redentor; vivo arrependimento dos pecados, que foram causa de seus padecimentos e morte; propósito firme de suportar com paciência, em expiação, todos os incômodos da vida. — Outras práticas excelentes são: *a visita ao santo sepulcro* (ou altar onde se consagra Jesús Cristo), *Via Sacra,* e assistência ao ofício da noite.

432. — *Explicai as particularidades do ofício do sábado de aleluia.*

R. — *As cerimônias dêste dia são: a bênção do fogo novo e do círio pascoal; a leitura das profecias; a bênção da água batismal; a missa solene seguida das vésperas.*

É consagrado especialmente a honrar a sepultura de Nosso Senhor.

1.º *Bênção do fogo novo.* — Notemos primeiro que êse ofício se fazia antigamente na noite de sábado para domingo. Começa com a *bênção do fogo novo* que se tira de um sílex: é símbolo de Jesús Cristo, luz divina apagada por três dias, que há de resplandecer no dia da Ressurreição. Com essa luz, acende-se um fogo que o padre benze junto com a vela que servirá para se acenderem outras velas e também a lâmpada do santuário. Vai-se depois para o altar cantando três vezes: *Lumen Christi!* "Eis aquí a luz de Cristo!" O côro responde: *Deo grátias!*

2.º *Bênção do círio pascoal.* — Êste círio é ainda o emblema de Cristo ressuscitado. O sacerdote, ou o diácono, nos ofícios solenes, o benze, cantando-se o *Exultet,* cujas magníficas palavras são atribuídas a santo Ambrósio ou a santo Agostinho. O padre ou o diácono incrusta no círio cinco grãos de incenso em forma de cruz, lembrando as cinco chagas do Salvador; depois, acende-se o círio pascoal que deverá arder em todos os ofícios até o dia da Ascensão, isto é, até o momento em que Jesús Cristo ressuscitado sobe ao céu.

3.º *Leitura das profecias.* — São doze excertos de vários livros do Antigo Testamento, relacionados todos com o mistério da nossa regeneração por Jesús Cristo.

4.º *Bênção da água batismal.* — Quando acabou a leitura das profecias, vai-se, de procissão, para a *pia batismal,* afim de se benzer a água que há de servir para o batismo. Outrora praticava-se o batismo solene dos adultos sòmente nas grandes festas da *Páscoa* e do *Pentecostes* e assim se explica o uso da Igreja católica que benze a água batismal na véspera dessas duas grandes solenidades. O celebrante faz essa bênção num magnífico prefácio em que estão lembradas as maravilhas que Deus quís operar por meio da água: depois, com a mão, divide em quatro partes a água já purificada, e derrama algumas

gotas nos quatro pontos cardeais. Enfim, nessa pia batismal, mergulha o círio pascal, emblema do Cristo santificador e deita nela um pouco do *óleo dos catecúmenos* e do *santo crisma.* Antes, tem-se tirado água benta para aspergir aos fiéis. De volta, cantam-se as *ladainhas dos santos.*

5.º *A missa* canta-se, depois, solenemente com o *Glória,* durante o qual se tocam os sinos: a *Aleluia* reaparece em sinal de júbilo: é, por assim dizer, a aurora da Ressurreição.

6.º Enfim, as vésperas seguem a missa: são muito curtas, só constam do *Laudate* com *Aleluia,* de uma antífona e do *Magníficat* seguido da oração que não é senão a *postcomunhão* da missa. Depois, o celebrante dá a bênção e reza o evangelho de são João.

As disposições que convém para o *Sábado santo,* são a união de espírito e coração com as santas mulheres que vieram no sábado ao túmulo para honrar a sepultura de Nosso Senhor. Como elas, devemos chorar as nossas culpas e pedir a graça de ressuscitarmos, com Jesús Cristo, para nova vida. A *confissão* dos nossos pecados, se já não a tivermos feito, e a *comunhão* do dia da Páscoa são os meios mais próprios para produzir em nós essa ressurreição espiritual.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Nosso Senhor dizia aos seus discípulos: "O mundo se há de alegrar e vós estareis na tristeza; mas a vossa tristeza mudar-se-á em gôzo e êste gôzo, ninguém vo-lo poderá tirar" (*S. João,* XVI, 20, 22). Aí vai, pois, um sinal de predestinação e penhor de felicidade eterna: chorar e gemer com Cristo no Calvário para podermos regozijar-nos e reinar com Cristo ressuscitado. Os verdadeiros cristãos não o ignoram; porisso, santificam no recolhimento, na oração e nas lágrimas da penitência, o santo tempo da *quaresma,* e mais especialmente os dias da *Semana santa;* sepultam com Nosso Senhor Jesús Cristo, no túmulo, seus pecados e sua concupiscência, e levantam-se com êle, na alegria, nos transportes da sua *Ressurreição.*

As preces das *bênçãos* na quaresma, o *Miserere,* o *Parce Dómine* e principalmente o *Attende Dómine...* hinos sublimes de arrependimento e penitência, com o *Vexilla Regis* da Paixão e o *Stabat Mater* da Compaixão, hão de manter viva em nossas almas a recordação dos nossos pecados e os deliciosos sentimentos de esperança na misericórdia infinita.

§ V. — Festas do tempo pascal: Páscoa e Ascensão.

A festa da Páscoa. — Liturgia da festa da Páscoa e do tempo pascal. — Procissão de S. Marcos e dias das rogações. — Festa da Ascensão. — Sentimentos que inspira.

433. — *Que é a festa da Páscoa?*

R. — *A festa da Páscoa é a maior festa do ano cristão; foi instituída para celebrar a Ressurreição de Nosso Senhor Jesús Cristo.*

Jesús ressuscitado aparece primeiro a Maria.

Convinha, na verdade, que êste magnífico triunfo do Nosso Senhor sôbre a morte fosse lembrado com solenidade especial.

Os Judeus já tinham festa da Páscoa: fôra estabelecida por Moisés, por ordem de Deus, em memória da libertação da servidão do Egito e recordava a primeira vez que tinham comido o cordeiro pascal, atravessando, pouco depois, o mar Vermelho. Em memória dêsses fatos notáveis os Israelitas, cada ano, nesse mesmo dia deviam, em todas as famílias, imolar e comer um cordeiro; mas isto não passava de símbolo de uma salvação mais perfeita e de outra Páscoa incomparavelmente mais saudável. A festa cristã da *Páscoa* substituiu imediatamente a Páscoa judaica. Tendo acontecido a Ressurreição de Nosso Senhor, no domingo que seguiu a Páscoa judaica, o aniversário dêsse glorioso fato tornou-se caro para os cristãos. Entretanto, na Igreja primitiva, houve discussões a respeito da data: o Oriente queria conservar o décimo quarto dia da lua de março, como os Judeus; o Ocidente tinha transferido a celebração da festa para o próximo domingo. Essa última prática é que prevaleceu, desde o concílio de Nicéia, em 325. O mesmo nome de *Páscoa* ficou usado e o sentido dêsse vocábulo, que quer dizer *passagem,* quadra igualmente com a Ressurreição, passagem da morte para a vida.

434. — *Quais são as particularidades litúrgicas da Páscoa e do tempo pascal?*

R. — *1.º O Santíssimo Sacramento, guardado em algum lugar para os doentes, é levado para o altar acostumado; 2.º a missa é particularmente repassada de alegria; 3.º em todo o tempo pascoal fica alguma cousa da alegria desta grande solenidade.*

1.º Logo na aurora dêsse dia, faz-se na igreja uma cerimônia geralmente chamada *Ressurreição.* O santíssimo Sacramento, guardado em lugar retirado para os doentes, desde a Sexta-feira santa, é levado para o altar acostumado, de procissão, em meio de cantos de triunfo e de

vitória. Tal cerimônia, com a procissão, lembra as visitas das santas mulheres ao túmulo, na madrugada do dia da Páscoa, e o grande acontecimento que se deu ao levantar do sol. Muitos cristãos escolhem êsse momento para fazerem a comunhão pascoal.

2.º A *missa* dêsse dia é particularmente repassada de alegria; a *Aleluia* reaparece; a prosa *Víctimae paschali laudes* rediz, com simplicidade comovente, a fé e o júbilo da Igreja. O Evangelho do dia narra a ressurreição maravilhosa do Salvador.

3.º Nas *vésperas,* como nas demais horas, suprime-se o hino, que é substituído pela antífona alegre *Haec dies.* No salmo quarto, há, para a *pia batismal,* uma procissão; evoca piedoso costume dos primeiros séculos. Os catecúmenos, que tinham recebido solenemente o batismo na noite da Páscoa, eram levados em triunfo para o batistério onde tinham sido regenerados: trajavam as brancas vestes da inocência reconquistada, e despiam-nas sòmente no domingo seguinte, chamado de *Quasimodo,* ou *da Pascoela.* De volta, canta-se o salmo: *In éxitu Israel;* é o hino da grande salvação, da qual a dos Israelitas é apenas imagem. Enfim, na bênção do dia de Páscoa, há um canto particular de alegria e triunfo: *O filii et filiae,* ingênua e tocante narração da Ressurreição.

Em todo o *tempo pascoal* fica alguma cousa da alegria dessa grande solenidade. Os ofícios são especiais, e nêles, com a Aleluia muitas vezes repetida, sente-se reinar o júbilo.

435. — *Falai na procissão de são Marcos, e nos dias de rogações.*

R. — *A procissão de são Marcos, realiza-se a 25 de abril e tem por fim, assim como as das rogações, desviar, por meio da oração e da penitência, os castigos devidos aos nossos pecados e atrair as bênçãos de Deus sôbre os frutos da terra.*

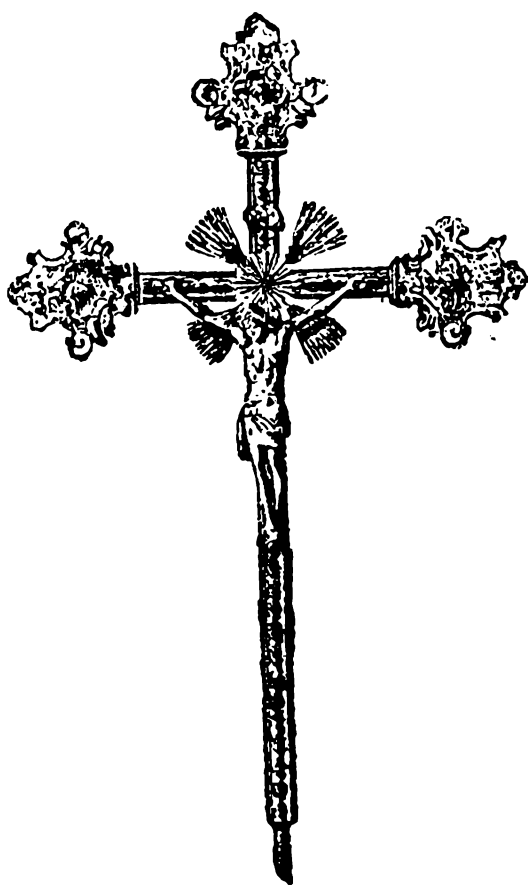
Entre a festa da *Páscoa* e a da *Ascensão*, temos *preces públicas*, a 25 de abril, quasi sempre festa de são Marcos, e nos três dias que precedem imediatamente a da *Ascensão* do Salvador.

Eis a origem e o fim daquelas *súplicas*.

Para os fins do século quinto, por vários anos, desastres públicos, assolaram a província do Delfinado e nomeadamente a cidade de Viena, e acarretaram o desespêro universal. Em 469, o bispo de Viena, são Mamerto, teve a lembrança de oferecer a Deus preces e penitências públicas, a ver se alcançava livrar seu povo dêstes flagelos: a promessa obteve o resultado almejado. Fiéis ao seu voto, o bispo e o povo de Viena, nos três dias que precediam a Ascensão, praticaram a abstinência e o jejum, e fizeram *procissões* cantando as *ladainhas dos santos*.

Cruz de procissão.

Essa piedosa instituição deu frutos maravilhosos, e de Viena espalhou-se primeiro na França, logo no século VI, e depois nos Estados vizinhos e na Igreja universal, com o nome de *rogações*, ou às vezes também de *ladainhas menores*

A *procissão de S. Marcos*, ainda chamada a *grande ladainha*, tem origem quasi semelhante; porém veio de Roma. Em novembro de 587, houve terrível enchente do Tibre, que por pouco não destruiu a cidade tôda. Rebentou, logo depois, peste assombrosa. São Gregório Magno julgou acertado oferecer, com orações e jejuns extraordinários, atos de desagravo à cólera divina.

Mandou que se fizessem procissões solenes, e o flagelo cessou. A lembrança dessas súplicas e do êxito alcançado foi perpetuada na *procissão de 25 de abril* (geralmente festa de são Marcos), já universalmente estabelecida no começo do século IX.

O fim da *procissão de S. Marcos* e das *rogações*, é desviar, por meio da oração e da penitência, os castigos devidos aos nossos pecados, e especialmente atrair as bênçãos de Deus sôbre os frutos da terra, merecendo-nos a graça de fazer dêles bom uso.

436. — *Que é a festa da Ascensão?*

R. — *A Ascensão é uma festa instituída para honrar o triunfo de Nosso Senhor Jesús Cristo, subindo ao céu, quarenta dias depois da Ressurreição.*

Ao tratarmos do *Símbolo*, falamos no mistério da Ascensão, nas circunstâncias que o acompanharam, e nos motivos dessa Ascensão gloriosa. Era conveniente que houvesse, no cristianismo, uma festa comemorativa dêste grande mistério: foi instituída pelos próprios apóstolos. Santo Agostinho a coloca entre as quatro festas principais, com a Paixão, a Ressurreição, o Pentecostes, que são de instituição apostólica.

A liturgia dessa solenidade tem uma particularidade; no Evangelho, quando se lêm essas palavras: "Jesús elevou-se para o céu, onde está sentado à mão direita de Deus", apaga-se o *círio pascoal*, que lembrava a presença do Salvador na terra depois da Ressurreição.

437. — *Que sentimentos deve inspirar a festa da Ascensão?*

R. — *A festa da Ascensão deve inspirar-nos o desejo do céu, o desapêgo da terra e a resignação nas penas desta vida.*

1.º A festa da *Ascensão* deve inspirar o desejo do céu, nossa pátria verdadeira. Com efeito, é alí que Nosso

Senhor, segundo êle mesmo falou, foi preparar-nos um lugar e um reino.

2.º Ensina o desapêgo da terra e dos bens que a ela nos prendem: o Salvador pôde elevar-se ao céu só à custa de penosa separação; deixava, neste lugar de exílio, discípulos queridos e sua estremecida Mãi; nós também, não iremos ao céu senão deixando o mundo e tudo quanto nos liga a êle.

3.º A festa da Ascensão ensina a resignação nas provas pela esperança da felicidade eterna: "Não era necessário que o Cristo sofresse, para entrar na glória?" (*S. Luc.*, XXIV, 26). Também nós não entraremos na eternidade feliz senão passando pelo crisol das provações e do sofrimento.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º *No dia da Páscoa*, celebremos a glória do nosso Deus ressuscitado, com a alegria de uma alma purificada pelo sacramento da penitência, inimiga do pecado, unida com Jesús Cristo pela santa Comunhão, e resolvida a levar vida mais fervorosa.

Pode, por ventura, existir alegria numa alma que permanece propositalmente na escravidão do pecado?... Ou melhor, qual não será o remorso de um coração que nega ao seu Salvador morto e ressuscitado por amor dêle, o triunfo que êste Salvador almeja acima de tudo: "Eu fico na porta, e peço para entrar!" (*Apoc.*, III, 20).

2.º Nas *preces* de S. Marcos e das rogações, pensemos que temos merecido todos os castigos da justiça divina... Humilhemo-nos, façamos penitência; assistamos aos ofícios da Igreja; imploremos as bênçãos de Deus para as colheitas, pois elas dependem inteiramente da bondade divina que manda, quando lhe apraz, o sol e a chuva.

3.º Na *festa da Ascensão*, levantemos para o alto nossos pensamentos e corações: "Ó Deus, concedei ao vosso povo a graça de amar o que mandais e desejar o que prometeis, para que, em meio da instabilidade das cousas do mundo, permaneçam os nossos corações sempre dirigidos para o lugar onde fica a verdadeira felicidade!" (*Oração do IVº Domingo da Páscoa*).

§ VI. — Festas do Pentecostes e da santíssima Trindade.

Pentecostes. — Particularidades litúrgicas. — Sentimentos que convém a esta solenidade. — Festa da santíssima Trindade. — Disposições para bem celebrá-la.

438. — *Que é a festa do Pentecostes?*

R. — *A festa do Pentecostes é uma festa muito solene, que se celebra cincoenta dias depois da Páscoa, em memória da descida do Espírito Santo sôbre os apóstolos e da prègação da lei nova.*

Os Judeus já tinham uma festa do Pentecostes: lembrava-lhes a promulgação da Lei dada a seus ante-

Descida do Espírito Santo sôbre Maria e os apóstolos, no dia do Pentecostes.

passados no monte Sinai, em meio do trovão e dos relâmpagos, cincoenta dias depois da primeira Páscoa, que coincidira com a saída do Egipto.

"No mesmo instante em que os Judeus celebravam êsse memóravel acontecimento, os apóstolos achavam-se reunidos a rezar no cenáculo, quando, de repente, se ouviu como que o ruído de vento impetuoso, vindo do céu e enchendo a casa em que estavam. Então, viram aparecer línguas de fogo, que se dividiram e descansaram em cada um dêles. Logo, todos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar várias línguas, conforme o Espírito Santo os inspirara" (*At.*, II, 1-6). Tendo saído do cenáculo, são Pedro falou ao povo, e naquele dia, converteu três mil Judeus; no dia seguinte, ao ouvir a sua palavra, mais cinco mil acreditaram e receberam o batismo. Foi o início da Igreja cristã.

O aniversário dêsses fatos importantes sempre foi celebrado sob o nome de *Pentecostes:* para nós, é a promulgação da sublime lei do amor, e não mais em meio da tempestade, mas na efusão da luz.

439. — *Quais são as particularidades litúrgicas da festa do Pentecostes?*

R. — *Na véspera desta festa, reza-se missa solene principiando pela leitura de seis profecias. Benze-se a água destinada ao batismo e cantam-se as ladainhas dos santos.*

Como a Páscoa, o Pentecostes sempre foi uma das solenidades mais importantes da Igreja. A vigília era absolutamente a mesma: jejuava-se, vigiava-se, orava-se a noite inteira; administrava-se aos catecúmenos o batismo solene. Conservou-se o uso, na véspera do Pentecostes, como na véspera da Páscoa, de rezar missa solene, principiando pela leitura de *seis profecias,* escolhidas dentre as do Sábado santo; depois, vai-se processionalmente para a *pia batismal,* para benzer, como na véspera da Páscoa,

e com as mesmas cerimônias, a *água destinada ao batismo.* Faz-se então a aspersão; na volta, cantam-se as *ladainhas dos santos,* celebrando-se logo a missa.

No ofício do dia da festa, encontra-se a bela prosa *Veni, sancte Spíritus,* na missa; o hino *Veni, Creátor,* nas vésperas; a primeira é atribuída ao rei Roberto ou ao papa Inocêncio III; o segundo, a Carlos Magno, ou, talvez, a santo Ambrósio; são apelos tocantes para as luzes e graças do Espírito Santo.

440. — *Com que sentimentos devemos celebrar a festa do Pentecostes?*

R. — *Devemos, como os apóstolos, ficar em recolhimento profundo e em oração.*

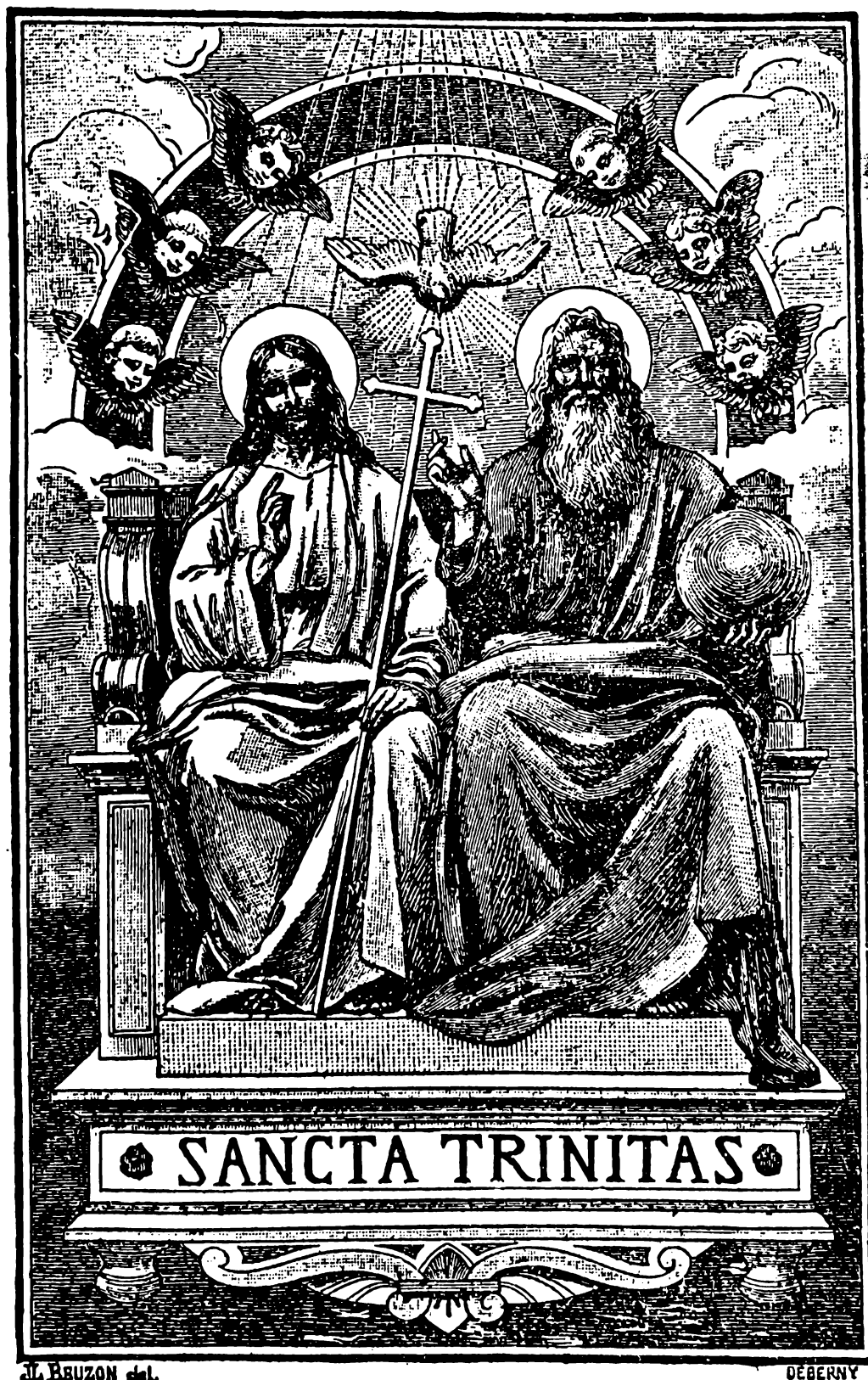
1.º "O Espírito Santo não trabalha no tumulto" (III *Reg.*, XIX, 11); pelo contrário, é pela calma do espírito e a piedade do coração que atrairemos em nós a sua divina presença.

2.º Como os apóstolos, e mais do que êles, sempre precisamos de luz e fôrça: logo, devemos pedí-las. O sacramento de confirmação, que dá o Espírito Santo, não se recebe duas vezes; mas podemos renovar seus efeitos em nós por orações fervorosas, segundo são Paulo o recomendava a seu discípulo Timóteo.

3.º Enfim, para proceder livre e eficazmente em nossas almas, o Espírito Santo quer encontrá-las desimpedidas de qualquer apêgo desregrado às criaturas. O escravo dos sentidos não pode participar das piedosas alegrias do Espírito Santo. Pode acaso haver união entre a verdade e a mentira, entre o fogo da divina caridade e o frio dos afetos mundanos?

Meu Espírito, disse o Senhor, não permanecerá no homem, porque o homem é carne" (*Gên.*, VI, 3).

441. — *Que é a festa da santíssima Trindade?*

R. — *É uma solenidade que se celebra oito dias depois do Pentecostes, e na qual se honra, de modo especial, o mistério da santíssima Trindade, as três pessoas divinas que são um só Deus.*

Sancta Trinitas.

O culto da Trindade é inseparável do culto divino, porquanto sempre foi conhecido e praticado na Igreja. No entanto, até o século X, não houve festa particular consagrada a êsse grande mistério, porque a Igreja o honra todo os dias e a tôda hora do dia, em todos os seus ofícios. Porém, para os fins do século IX, estabeleceu-se, em algumas dioceses, festa especial da santíssima Trindade; Estêvão, bispo de Liége, mandou compor um ofício dessa festa em 920; outras igrejas adotaram êsse uso, e por fim, também a igreja romana. Foi sòmente no século XIV, sob o pontificado de João XXII, que ela se tornou universal e ficou definitivamente marcada para a dominga depois do Pentecostes, cuja oitava, celebrada até então, foi substituída por essa festa da santíssima Trindade.

442. — *Que se deve fazer para festejar dignamente a santíssima Trindade?*

R. — *1.º Renovar os nossos sentimentos de fé neste mistério; 2.º manifestar nosso amor e gratidão ao Padre, ao Filho e ao Espírito Santo; 3.º considerar êste mistério como o modêlo perfeito da santidade.*

1.º É preciso renovarmos os nossos sentimentos de fé nesse grande mistério, inacessível à nossa razão, porém revelado à nossa fé, mistério cuja imagem se vê em tôda a parte em redor de nós, ponto de partida da religião tôda, e ao qual devemos nossas grandezas presentes como a glória que nos espera no céu.

2.º Cada uma das três pessoas da augusta Trindade tem conosco relação especial; logo, cumpre manifestemos amor e gratidão ao *Padre* que nos criou; ao *Filho* que nos remiu; ao *Espírito Santo* que nos santificou.

3.º Consideremos enfim, na santíssima Trindade, não só o mistério inefável e inacessível, mas ainda o

modêlo supremo e perfeito da santidade, da caridade, da união; é o voto do Salvador, na sua última oração: "Meu Pai, que êles sejam *um* como somos *um,* para que o mundo, ao vê-los, conheça que sois vós que me enviastes" (*S. João,* XVII, 21).

CONCLUSÕES PRÁTICAS

1.º Na missa solene do Pentecostes, entre a epístola e o evangelho, o povo fica de joelhos, enquanto se canta esta belíssima oração: "Vinde, Espírito Santo, enchei o coração dos vossos fiéis, e acendei nêles o fogo de vosso amor!" Súplica simples, comovente, que repetiremos amiúde, pois resume todo o mistério e tôdas as graças do Pentecostes...

Recorramos também muitas vezes ao divino Espírito, em nossas dúvidas, dirigindo-lhe a bela prosa: *Veni, sancte Spíritus.*

2.º São Francisco Xavier gostava de repetir esta exclamação cheia de fé, de amor: *ó santíssima Trindade!* Por mais de dez anos repetiram os ecos do Oriente esta palavra misteriosa que era como que o grito de guerra do São Paulo dos tempos modernos, *ó santíssima Trindade! nós vos invocamos, louvamos e adoramos! Livrai-nos, salvai-nos, dai-nos a vida, ó bem-aventurada Trindade!* (Antífonas do Ofício das Matinas).

§ VII. — Festa do Corpo de Deus e Festa do Sagrado Coração de Jesús.

Festa do Corpo de Deus ou do santíssimo Sacramento. — Fim desta festa e da procissão. — Deveres dos cristãos nesta solenidade. — Festa do Sagrado Coração. — Sentimentos com que devemos celebrá-la.

443. — *Que é a festa do Corpo de Deus?*

R. — *É uma solenidade instituída em honra do santíssimo Sacramento. É marcada para a quinta-feira imediata ao domingo da santíssima Trindade.*

Em todos os tempos, prestou-se um culto de adoração ao Sacramento augusto que encerra o corpo e sangue de Cristo, a sua natureza divina e humana. Nos escritos dos historiadores e doutores, em tôdas as práticas da Igreja

católica, nos monumentos das catacumbas, etc., êsse culto vem revelado. Todavia, durante longos séculos, não houve festa particular da santíssima Eucaristia. Pensava-se que a celebração diária do sacrifício divino, honrava

A bem-aventurada Juliana do Monte Cornilhão reza para o estabelecimento da festa do Corpo de Deus.

bastante o santíssimo Sacramento. Uma humilde filha da Bélgica, dos arredores de Liège, a bem-aventurada Juliana do Monte Cornilhão, para os fins do século XIII, tomou a iniciativa de homenagens mais importantes, e obteve, em

1246, a instituição de uma festa especial pelo bispo de Liège.

O papa Urbano IV aprovou, em 1264, essa solenidade para a Igreja inteira, e pediu, a S. Tomaz de Aquino, compusesse o magnífico ofício do santíssimo Sacramento. Em 1316, João XXII estabeleceu as *procissões* triunfais que rematam condignamente tão bela festa. Outros soberanos pontífices concederam indulgências preciosas aos *ofícios* e *bênçãos* que se dão durante a oitava em honra do santíssimo Sacramento.

444. — *Porque instituiu a Igreja a festa e procissão do santíssimo Sacramento?*

R. — *1.º Para fazer profissão pública de sua fé na Eucaristia. 2.º Para mais solenes homenagens de reparação e expressão de nossa fé e de nosso amor.*

1.º Para fazer profissão pública de sua fé na Eucaristia. A presença real de Jesús Cristo no santíssimo Sacramento é um dos dogmas mais importantes na nossa sagrada religião. Ora, já no século XI, a heresia tinha atacado êsse mistério; a piedade dos povos podia ficar abalada, e por outra parte, os séculos vindouros deviam presenciar as investidas mais furiosas do protestantismo contra nossos sublimes mistérios. À negação ou à indiferença, opõe a Igreja, nessas solenidades, homenagens mais respeitosas, adorações mais profundas.

2.º Jesús Cristo, no santíssimo Sacramento, merece nossas adorações e nossa gratidão; acontece infelizmente muitas vezes esquecermo-nos da sua presença, e procedermos para com êle como indiferentes e até como ingratos. Os ofícios e as *procissões* da festa do Corpo de Deus são homenagem de reparação, e, no mesmo tempo, a expressão mais solene de nossa fé, de nosso amor.

445. — *Que devem fazer os fiéis para bem celebrar a festa do Corpo de Deus?*

R. — *Os fiéis devem: 1.º contribuir à beleza das cerimônias, adornando os altares e ruas por onde passar o santíssimo; 2.º assistir à missa e quanto possível às procissões com fé e recolhimento; 3.º multiplicar os protestos de respeito e amor.*

Os fiéis devem: 1.º contribuir à beleza das cerimônias, adornando os altares e ruas onde passar o santíssimo Sacramento. Nesses altares improvisados, enfeitados com o maior apuro, coloca-se um instante a custódia, pára o séquito, e cantam-se algumas estrofes em honra da divina Eucaristia; depois, o celebrante reza a oração e dá a bênção. É uma honra erguer a Nosso Senhor altares onde se dignará descansar, como também embelezar ruas e casas na passagem do Rei do céu.

2.º Assistir à missa e quanto possível às procissões e às bênçãos, com fé e recolhimento; pois a melhor homenagem que Nosso Senhor pode desejar é a presença de seus filhos, e a maior honra que cobiça, é a expressão de nossa fé e nossos sentimentos piedosos.

3.º Multiplicar os nossos protestos de respeito e amor para com Nosso Senhor no santíssimo Sacramento; não é um espetáculo curioso que presenciamos, não: é a majestade divina sob o véu do mistério que devemos adorar.

446. — *Que é a festa do Sagrado Coração?*

R. — *É solenidade instituída para honrar a um tempo o Coração de Jesús, que lhe animou a vida e deu o sangue salvador do mundo, e o amor infinito de Cristo para com os homens, amor cujo órgão e foco tem sido o Sagrado Coração.*

A pessoa inteira de Nosso Senhor era digna de adoração; sua carne, seu sangue, e sobretudo seu *Coração*, hipostaticamente unidos à sua natureza divina, mereciam

as adorações: assim crê e ensina a Igreja. Ora, o coração, universalmente considerado entre os homens como órgão mais nobre, deve especialmente participar das nossas homenagens. Mas o coração, considerado como centro e foco de amor divino, merece respeito e amor agradecido: dalí a origem da devoção ao Sagrado Coração. Entretanto, a festa destinada a lembrar essas verdades foi instituída sòmente no século XVIII. Segundo a sua própria palavra, Nosso Senhor quís guardar essa devoção para nossos dias, afim de reanimar a devoção entorpecida da sociedade.

Sagrado Coração de Jesús, tenho confiança em Vós. (300 *dias de indulgência.*)

Para os fins do século XVII, uma santa religiosa da *Visitação*, chamada Margarida Maria, foi o instrumento que Deus empregou para dar a conhecer o desejo que nutria Nosso Senhor de ver mais amado e melhor glorificado o seu Sagrado Coração.

Em 1765, o clero de França adotou essa devoção. Clemente XIII aprovou com a festa um *Ofício do Sagrado Coração.* A festa, segundo revelação feita à santa Margarida Maria, celebra-se na sexta-feira imediata à oitava do santíssimo Sacramento.

447. — *Quais são os sentimentos do verdadeiro cristão ao festejar o Sagrado Coração?*

R. — *Para o bom cristão, a festa do Sagrado Coração há de ser um dia de desagrado pelos ultrajes que Jesús recebe na Eucaristia.*

De acôrdo com os desejos do próprio Nosso Senhor, a festa do *Sagrado Coração* deve ser festa de *reparação.*

Queixou-se da ingratidão, do desprêzo, da frieza, dos sacrilégios que muitas vezes sofre, na Eucaristia, por parte de pessoas que pretendem ser piedosas. Pediu *comunhões* fervorosas e *reparadoras*, atos de desagravo, e especialmente, uma *festa de reparação*.

Mais ainda do que a festa do Corpo de Deus, a festa do Sagrado Coração servirá, pois, a manifestar a Jesús Cristo o nosso amor e a nossa gratidão; nossa presença nos ofícios e na procissão que se faz também nesse dia, será um desagravo pelos ultrajes que recebe no sacramento do seu amor, por nossa frieza e irreverência para com a Eucaristia.

447 *bis.* — *Que é a festa do Cristo-Rei?*

R. — *É festa instituída em 1925 para proclamar de modo especial a soberana realeza de Cristo, sôbre todos os homens, tôdas as famílias e tôdas as sociedades.*

A heresia moderna é a peste do *laicismo*, que organiza a vida individual e social como se Deus e Jesús não existissem. O resultado fatal é a perda dos indivíduos e das sociedades por causa do orgulho e do egoísmo que o laicismo gera em lugar do amor de Deus e do próximo. Daí vêm o ódio das classes, as discórdias civís e as guerras fratricidas .

O laicismo moderno, eis o inimigo de hoje. A festa do Cristo-Rei, tão simpática e tão popular, restitue a Jesús o lugar e os direitos que lhe competem; ataca o laicismo pela base; por toda a parte, nos indivíduos como nas famílias e em qualquer sociedade, faz reinar o amor e a caridade de Jesús em lugar do orgulho e do egoísmo.

Esta festa celebra-se no último domingo de outubro, no fim do ciclo litúrgico, para rematar todos os mistérios em que Jesús estabeleceu seus direitos de Rei; e também para mostrar, na véspera de Todos os santos, que Êle é Rei dos reis e coroa dos santos que estão no céu, alívio

dos que padecem no purgatório e será a salvação dos homens que labutam na terra.

No Rio de Janeiro, acima do Corcovado, a magnífica estátua do Cristo-Redentor lembra a realeza de Jesús sôbre todas as criaturas e de modo especial sôbre o Brasil.

CONCLUSÃO PRÁTICA

No Sacramento de nossos altares possuímos Jesús Cristo vivo e presente, tal qual estava outrora sôbre a terra, e como está agora no céu, transfigurado na glória. É a razão de ser das nossas homenagens, das nossas adorações, do nosso culto eucarístico, tão belo, tão magnífico, tão triunfal.

Mas o Coração de Jesús está igualmente na Eucaristia, vivo e glorificado, sempre palpitando de amor: é porisso que o alimento da nossa devoção ao sagrado Coração se acha particularmente aos pés do tabernáculo.

Essa devoção, aliás, tem recebido as mais consoladoras promessas. Escutemos Nosso Senhor animando as pessoas dedicadas ao seu sagrado Coração:

1.º Dar-lhes-ei todas as graças necessárias no seu estado.

2.º Darei paz às suas famílias.

3.º Serei seu consôlo nas aflições.

4.º Serei seu refúgio na vida e sobretudo na morte.

5.º Derramarei bênçãos abundantes sôbre todas as suas emprêsas.

6.º Os pecadores hão de achar no meu Coração a fonte e o oceano infinito da misericórdia.

7.º As almas tíbias tornar-se-ão fervorosas.

8.º As almas fervorosas elevar-se-ão rapidamente a uma alta perfeição.

9.º Abençoarei as próprias casas em que a imagem de meu Sagrado Coração estiver exposta e honrada.

10. Darei aos sacerdotes o dom de comover os corações.

11. As pessoas que trabalharem a difundir essa devoção terão seu nome escrito no meu coração e daí não será jamais apagado.

12. A todos os que comungarem nove primeiras sextas-feiras do mês consecutivas, prometo a graça final da penitência; não morrerão no pecado, nem sem receber os sacramentos e meu divino Coração será o seguro asilo dêles nos últimos momentos.

(*Vida de Santa Margarida Maria*).

§ VIII. — Festas de Nossa Senhora.

Festas principais de Nossa Senhora: 1.º Imaculada Conceição; 2.º Natividade de Nossa Senhora; 3.º Apresentação de Maria; 4.º Anunciação; 5.º Visitação; 6.º Purificação; 7.º Compaixão ou Nossa Senhora das Dores; 8.º Assunção.

448. — *Dai a conhecer as principais festas da Santíssima Virgem.*

R. — *Eis as principais festas da santíssima Virgem: 1.º Imaculada Conceição; 2.º Natividade; 3.º Apresentação; 4.º Anunciação; 5.º Visitação; 6.º Purificação; 7.º as Sete Dôres; 8.º Assunção.*

Como Nosso Senhor Jesús Cristo, a *Santíssima Virgem* tem avultado número de festas no decorrer do ano cristão. — A Igreja consagra-lhe um dia por semana, o *sábado,* e um mês inteiro, o mês de *maio.* Honra ainda, com solenidades particulares o aniversário dos principais acontecimentos da sua vida. Os motivos dessas múltiplas homenagens são:

1.º Prestar a Maria o culto de honra superior ou *hiperdulia,* que lhe é devido por causa de sua dignidade de Mãe de Deus, sua santidade incomparável, sua glória e seu poder no céu;

2.º Instruir-nos, pela meditação dos mistérios de sua vida, que são intimamente ligados aos da vida de Nosso Senhor e, para todos os fiéis, cheios de ensinos e de frutos.

Eis as principais festas da santíssima Virgem:

I. *Imaculada Conceição* (8 de dezembro). — Essa festa lembra que Maria, por privilégio especial, e em consideração dos méritos futuros de Jesús Cristo, foi isenta do pecado original, isto é, imaculada, sem mancha, e cheia de graças desde o primeiro instante da existência. Em todo o tempo, e muito antes de vir a ser dogma, essa verdade era admitida na Igreja. Já no pontificado de Nicolau III, que subiu na cadeira de Pedro em 1277, celebrava-se em Roma uma festa da *Imaculada Conceição.*

A definição dogmática, promulgada por Pio IX, a 8 de dezembro de 1854, deu à solenidade novo resplendor.

Cumpre, nessa festa, darmos graças a Deus pelo glorioso privilégio concedido à sua santíssima Mãe, admirarmos a inocência impoluta da Virgem santíssima; agradecermos a Deus por nos ter purificado da culpa original pelo batismo, pedirmos por intercessão de Maria a graça de conservar a nossa inocência ou de recuperar êsse tesouro pela penitência.

II. *Natividade de Nossa Senhora* (8 de setembro). — A Igreja celebra o nascimento bem-aventurado da santíssima Virgem; pois, Maria vindo à luz já cheia de graças, anunciava a próxima chegada do Salvador.

Essa festa remonta aos primeiros séculos; porém só aparece solene no século v, sob o papa são Leão Magno, e nas idades posteriores, tornou-se uma das mais importantes.

Conforme canta a Igreja, é com sentimento de alegria que devemos celebrar essa festa, pois o nascimento de Maria foi, para o mundo, mensagem de júbilo. Consideremos também as virtudes de Maria quando menina; amemos êsse nome suave: *Maria,* nome que a Igreja honra em outra festividade particular, a 12 de setembro, nome bendito que traz ainda um ensinamento profético, pois significa a um tempo *iluminadora, estrêla, amargura.*

III. *Apresentação de Nossa Senhora* (21 de novembro). — Celebrava-se primeiro no Oriente; daí, passou para a Europa, depois das cruzadas, para o meado do século XIV. Lembra-nos que Maria, logo na mais tenra infância — só tinha três anos, reza a tradição, — foi apresentada por seus venerandos pais, Joaquim e Ana, no templo de Jerusalém, onde se consagrou a Deus pelo voto da virgindade perpétua.

O ardor da Virgem santa dando-se ao Senhor, a generosidade da sua oferta, sua fidelidade à graça e às

promessas, em todo o decorrer da vida, indicam quais hão de ser as nossas resoluções nesse dia: admirando Maria, havemos de imitá-la no ardor, na generosidade e pedir-lhe, para nós mesmos, fidelidade igual.

IV. *Anunciação de Nossa Senhora* (25 de março). — Essa festa é para lembrar o dia em que o anjo Gabriel veio anunciar a Maria, na humilde casa de Nazaré, que seria mãe do Salvador e em que o Filho de Deus se encarnou no seio daquela Virgem bendita. — Foi instituída a Anunciação no tempo do papa Gelásio, para os fins do século V. No VII.º século celebrava-se com muita magnificência quer no Oriente, quer no Ocidente. Nesse dia, devemos conservar a memória dos dois grandes mistérios que lembra: o primeiro é a *Incarnação do Verbo:* adoremos as humilhações do Filho de Deus feito homem por amor de nós; o segundo é a *Maternidade divina* da santíssima Virgem, em que a humildade de Maria e o seu amor para a virgindade impõem-se por igual à nossa admiração.

V. *Visitação de Nossa Senhora* (2 de julho). — Essa festa lembra a visita que a santíssima Virgem, algum tempo depois do mistério da Incarnação, fez à sua prima S. Isabel, espôsa de Zacarias, na aldeia de Hebrão, no país das montanhas.

Inspirada por Deus, Isabel saudou Maria com alegria, proclamando-a "bendita entre todas as mulheres e bendito também o fruto das suas entranhas". A essa saudação, Maria respondeu com as belas palavras do *Magníficat.* Na chegada de Nossa Senhora, o filho de Isabel, foi santificado antes de nascer.

Maria ficou três meses em Hebrão, em casa de sua prima, prodigalizando-lhe cuidados e desvelos, e depois regressou em Nazaré.

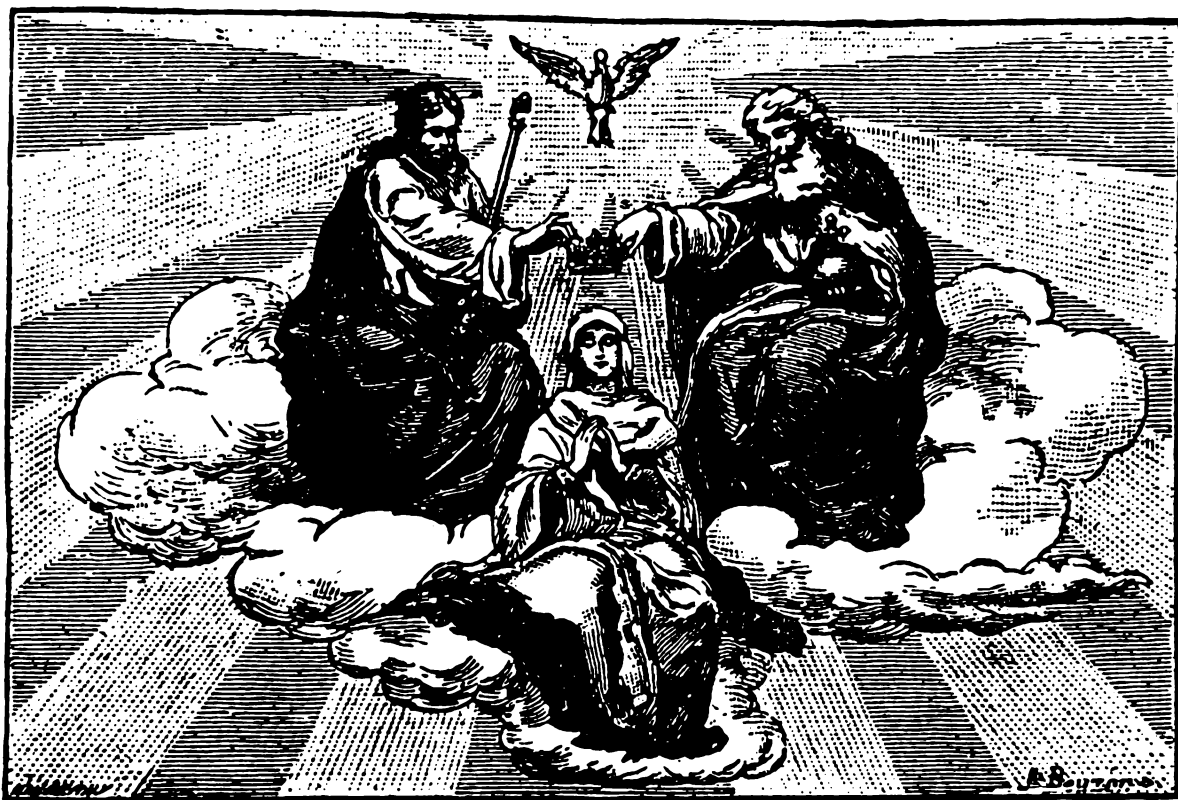
Em comemoração dêsses fatos, a festa da *Visitação* foi instituída em 1378, pelo papa Urbano IV, para obter, por intercessão de Maria, o fim do grande cisma do Ocidente que afligia a Igreja. O concílio de Basiléia a tornou universal em 1441.

Nessa solenidade, a caridade de Nossa Senhora será modêlo da nossa, e estimulará nossa confiança para a invocarmos em todas as precisões.

VI. *Purificação de Nossa Senhora* (2 de fevereiro). Já temos falado dessa festa, que coincide com a *Apresentação de Nosso Senhor* no templo, quarenta dias depois do seu nascimento, e demos a conhecer com a *apresentação* do Filho, a cerimônia que se cumpriu na purificação da Mãe. Os exemplos de Jesús e de Maria mostram o aprêço em que devemos ter a humildade e obediência (n.º 412).

VII. *Compaixão ou Sete Dôres da santíssima Virgem,* (Sexta-feira da Paixão e dia quinze de setembro). — A festa da *Compaixão* lembra particularmente as dôres que a santíssima Virgem sofreu ao pé da Cruz quando se unia aos padecimentos de Jesús crucificado. — Foi estabelecida em 1423 por um concílio provincial de Colônia, para reparar os ultrajes que os hussitas, hereges da época, tinham feito à Mãe de Deus, profanando as suas imagens. Bento XIII, em 1725, fixou essa festa na Sexta-feira que segue a *Paixão.*

No dia 15 de setembro, em outra solenidade, a Igreja honra a santíssima Virgem sob o título de Nossa Senhora das Dôres; são sete, em memória das sete circunstâncias em que mais padeceu: 1.º profecia de Simeão; 2.º fugida para o Egito; 3.º Jesús perdido em Jerusalém; 4.º Jesús carregando a cruz; 5.º encontro no caminho do Calvário; 6.º crucifixão; 7.º descida da cruz e sepultura de Nosso Senhor.

O sentimento que deve animar-nos nessas duas festas é o da *compaixão* para a santíssima Virgem e de viva simpatia para tôdas suas dôres. A bela sequência *Stabat Mater,* atribuída a Inocêncio III, é a expressão dêste sentimento. Pela grandeza dos sofrimentos da santíssima Virgem, podemos aferir a extensão de seu amor por nós

Assunção e coroação de Maria Santíssima.

e compreender o amor agradecido que lhe devemos em paga. Enfim, seguindo o exemplo da santíssima Virgem, mostrar-nos-emos corajosos e resignados nas provações desta vida.

VIII. *A Assunção de Nossa Senhora* (15 de agôsto). — É o como remate de todas as solenidades instituídas em honra de santíssima Virgem; tem por objeto honrar a bem-aventurada morte de Maria, sua ressurreição, sua entrada triunfante no céu. — Maria, assim como as demais filhas de Eva, pagou tributo à morte. É opinião geralmente aceita que faleceu em Jerusalém. Os apóstolos

sepultaram seu corpo num túmulo cavado no rochedo, em Getsêmani. É piedosa crença da Igreja, — quasi dogma. — que êste puríssimo corpo permaneceu alí só por alguns instantes. Maria ressuscitou e foi levada ao céu. Seu sepulcro foi encontrado vazio, e a tradição, tão ciosa de conservar os restos mortais dos santos, nada disse acêrca das relíquias da santíssima Virgem. Porquanto, êste acontecimento é festejado no dia da Assunção, cuja celebração remonta, parece, ao século IV: é a mais antiga de todas as solenidades estabelecidas em honra da Virgem Maria.

Nesse dia felicitemos Maria por seu triunfo; alegremo-nos da glória de nossa Mãe que recai sôbre nós; roguemos a esta Raínha do céu que empregue o seu poder a favor dos que Jesús Cristo lhe deu por filhos.

CONCLUSÃO PRÁTICA

É um belo diadema na fronte de Maria, a coroa de homenagens tributadas à Virgem, mãe de Deus, no decorrer do ano cristão!... Coroa de devoção, piedade e confiança, mais gloriosa e mais brilhante que a coroa de doze estrêlas avistada por são João no *Apocalipse*. Esforcemo-nos por acrescentar a êsse diadema mais alguns diamantes, que serão nossos atos de gratidão e piedade filial. Receberemos, em troca, preciosos testemunhos de benevolência e proteção.

Como havemos de celebrar suas solenidades?... Os verdadeiros filhos de Maria santificam-nas especialmente pela *santa comunhão*. Não será, com efeito, o melhor meio de honrar uma mãe, tomar no coração e na alma os mesmos sentimentos que ela tem?... E quando é que Nossa Senhora abaixará com bondade seus olhares nos seus filhos, se não fôr quando ela vir nêles a inocência e santidade de Jesús presente no seu coração?

Além disso, para os sócios das várias *Devoções* estabelecidas em honra da santíssima Virgem, há geralmente no dia das suas festas, uma *indulgência plenária*, que podem lucrar fazendo a confissão, a comunhão e algumas orações às intenções da Igreja.

§ IX. — Festas dos santos.

Fim e instituição das festas dos santos. — Principais padroeiros: são José, são João Batista, os apóstolos são Pedro e são Paulo, o padroeiro particular da paróquia. — A festa de Todos os santos.

449. — *Porque instituiu a Igreja festas em honra dos santos?*

R. — *Por dois motivos: 1.º para agradecer a Deus por nos haver concedido os santos como protetores; 2.º para que os imitemos como modelos.*

Assim como em tôdas as nações tem-se a peito honrar a memória dos grandes homens que ilustraram seu nome nas letras, nas ciências e nas artes, na indústria, no comércio, na política, e mais ainda dos que se distinguiram por suas virtudes, seus benefícios; assim também na Igreja, é muito justo que se honrem os santos, que edificaram o mundo com o espetáculo de suas virtudes heróicas e por seus benefícios na ordem espiritual e moral.

Êste é o fim do culto aos santos. Os que são objeto dêste culto são personagens cuja santidade e milagres a Igreja verificou; proclamou-os dignos dos altares outorgando-lhes a glória da *canonização*. Entre os santos que a Igreja honra com homenagens públicas, com uma festa no calendário, vemos: os *apóstolos*, coadjutores de Nosso Senhor na prègação do Evangelho; os *mártires*, deram a vida pela fé cristã; os *doutores*, ensinaram a verdade católica, com o brilho do saber e da santidade; os *confessores*, isto é, santos que sem padecerem o martírio, edificaram a Igreja com suas virtudes: são *pontífices* ou *não pontífices*, conforme têm sido bispos ou não; as *virgens*, consagraram a Deus uma pureza virginal, com o martírio ou sem êle; e enfim, as que se chamam *santas mulheres*, espôsas, viúvas que chegaram à santidade.

A Igreja celebra ordinariamente a festa dos santos no dia da sua morte, por ser o aniversário de sua entrada no céu, ou nascimento para a vida eterna. Cumpre,

naqueles dias: 1.º agradecermos a Deus as graças que concedeu aos santos como nossos protetores; 2.º trabalharmos por imitá-los como nossos modelos.

450. — *Quais são os santos que devemos particularmente honrar?*

R. — *Os santos que devemos particularmente honrar são: são José, são João Batista, os santos apóstolos Pedro e Paulo, e finalmente os santos padroeiros.*

I. *São José* (19 de março). — É o espôso da santíssima Virgem e pai adotivo de Nosso Senhor Jesús Cristo. — O evangelho lhe tece o elogio de homem justo; foi julgado digno de ser associado à Maria, a mais santa das criaturas, e à vida do Filho de Deus. Jesús lhe obedeceu na terra e nada lhe poderia negar no céu. — Por êsses motivos merece nosso respeito e confiança; portanto, o papa Pio IX, anuindo aos rogos dos bispos, deu êste grande Santo como *Padroeiro* à Igreja universal, em 1871. Invoca-se particularmente são *José* como modêlo de vida humilde, casta, laboriosa e como padroeiro da boa morte.

Glorioso São José, rogai por nós.

II. *São João Batista* (24 de junho): foi precursor de Nosso Senhor, que o chamou o maior dentre os filhos dos homens, verdadeiro Elias pela penitência e mais do que profeta. — A Igreja, excepcionalmente, colocou sua festa no dia do seu nascimento temporal, pois apareceu puro no mundo: fôra santificado antes de nascer.

III. *Os santos apóstolos Pedro e Paulo* (29 de junho). — São os príncipes dos apóstolos; por sua prègação e seu sangue, fundaram a Igreja e particularmente a igreja romana, mãe e mestra de tôdas as igrejas.

Unidos na vida, Deus não os separou na morte. Ambos sofreram o martírio em Roma, a 29 de junho do ano 65: Pedro, crucificado com a cabeça para baixo, na colina do Vaticano, onde se ergue hoje a igreja de *São Pedro* de Roma; Paulo, degolado na via de Óstia, no lugar onde se levanta a igreja de *São Paulo das Três Fontes.*

Na festa de são Pedro e são Paulo, é preciso: 1.º rezar pela santa Igreja e pelo Sumo Pontífice, sucessor de são Pedro; 2.º pedir a Deus a exaltação e prosperidade da Igreja pela conversão dos hereges, cismáticos e infiéis; 3.º afeiçoar-nos mais e mais à Igreja romana, da qual recebemos a verdade e a graça.

IV. *Os santos padroeiros.* — Chamam-se *padroeiros* os santos protetores da Igreja universal, de cada diocese, de cada paróquia, de cada fiel. — Assim como todos os cristãos, no dia do batismo, recebem o nome de um santo ou santa do martirológio da Igreja, para terem um modêlo e intercessor, também as igrejas e capelas, no dia da sua consagração ou bênção, entram debaixo da proteção de um santo padroeiro. As dioceses guardam, geralmente, como padroeiros, os santos que as fundaram ou edificaram e santificaram com suas virtudes, seus exemplos, seu zêlo.

Devemos celebrar a festa dos santos padroeiros, rezando com muita confiança por sua intercessão e procurando imitar as suas virtudes.

451. — *Que é a festa de Todos os santos?*

R. — *É a solenidade do dia primeiro de novembro, estabelecida para honrar, num mesmo dia, a memória de todos os santos .*

Não era possível instituir festas particulares para cada um dos santos do céu; por outra parte, é justo e vantajoso honrar a todos; a Igreja reuniu, pois, numa

festa única, a lembrança de todos os eleitos, incitando-nos a recorrer à sua proteção.

Foi instituída no século VII. Sob o pontificado de Bonifácio IV, o Panteão de Agripa, que fôra consagrado a tôdas as divindades do paganismo, e tinha sido conservado como objeto de arte, foi, em 607, dedicado ao culto cristão, com a denominação de *Santa Maria dos Mártires:* das catacumbas, levaram para alí, vinte e oito carruagens dos ossos dos mártires, e êste templo tornou-se como que *igreja de todos os santos.* Era também a primeiro de novembro que os pagãos costumavam celebrar festas em honra de todos os deuses. Para desviar os cristãos de tais manifestações, o mesmo dia foi consagrado à memória de todos os santos. A Igreja, reunindo, numa mesma festa, todos os santos do céu, manda ler no evangelho as *oito bem-aventuranças,* resumo de toda a santidade; apresenta-nos conjuntamente uma multidão de testemunhas certificando que a santidade é possível a tôdas as classes, em tôdas as condições; enfim, ela nos anima, como diz são Paulo, a corrermos, pela paciência, para o combate e para a coroa (*Hebr.,* XII, 1).

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Que se há de pensar dos que querem tirar ao povo as suas festas, pretextando que são outras tantas distrações que o desviam do trabalho? Sôbre ser bárbaro e cruel, essa máxima é falsa. Que importa se o povo só tem tempo para ganhar o pão? sempre precisa de tempo ainda para comê-lo com alegria, senão em breve cessará de ganhá-lo. Êste Deus justo e bom quer o trabalho e quer também o descanso. A natureza impõe igualmente o exercício e o repouso, o prazer e a pena. O desgôsto, o enfado para o trabalho, cansa mais do que o próprio trabalho. "Quereis tornar um povo ativo e laborioso? Dai-lhes festas..." (*J.-J. Rousseau*).

Mas são as *festas religiosas* que preenchem êsse fim para com o homem e especialmente para com o trabalhador. Alimentam seu espírito e dilatam o seu coração. Quando descansa, torna-se melhor. Deixemos, pois, ao povo cristão as *festas dos santos,* e desviemo-lo das festas do vício e do pecado.

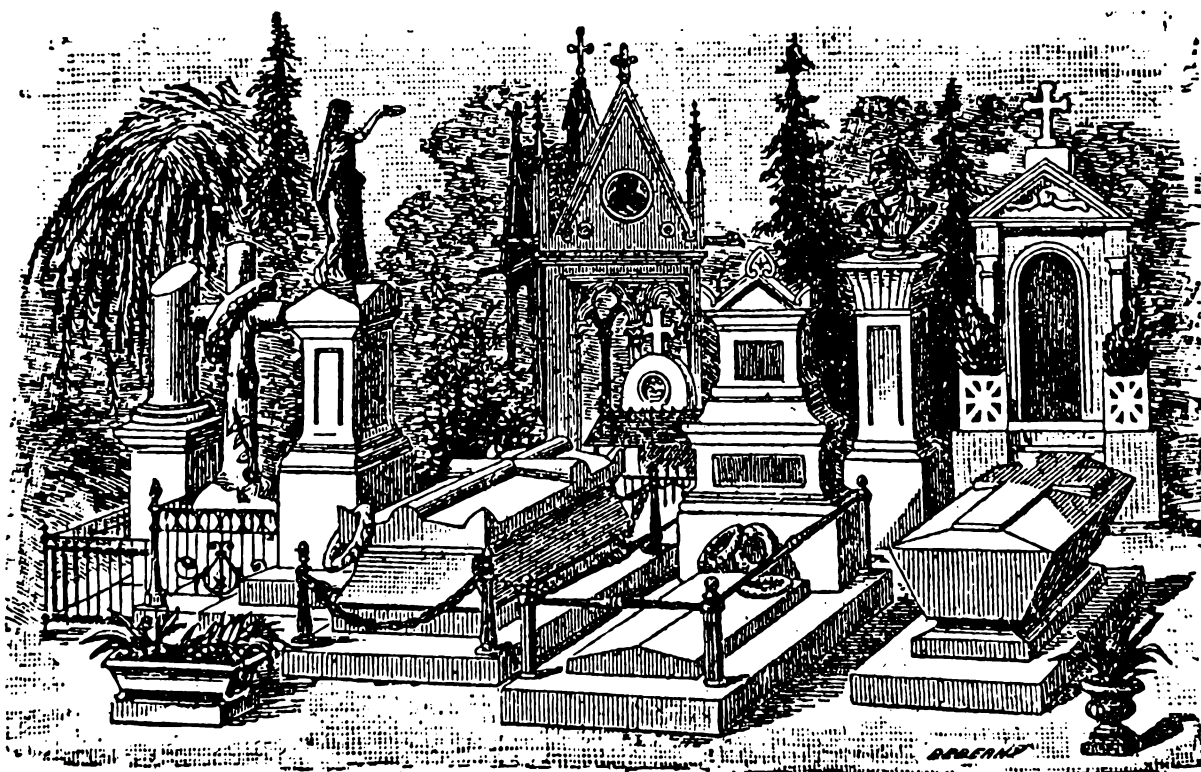
§ X. — Festa dos Finados.

Comemoração dos mortos. — Particularidades litúrgicas. — Deveres dos cristãos nessa solenidade.

452. — *Que é a festa dos Finados?*

R. — *A festa ou comemoração dos Mortos é solenidade fúnebre que a Igreja celebra no dia seguinte à festa de Todos os santos, e na qual faz orações gerais pelas almas do purgatório.*

Quando tratamos do *purgatório*, lembramos o dogma católico sôbre a existência dêste lugar de dôres e sôbre a utilidade da oração pelas almas padecentes.

Sempre se rezou pelos defuntos; mas a instituição de uma festa especial, trazendo a lembrança geral dos

Cemitério.

falecidos, não remonta além do século X. Santo Odilão, abade de Cluny, a estabeleceu em 998, em todos os mosteiros beneditinos da sua ordem. Este santo uso foi aprovado em Roma e quasi logo adotado em tôda a Igreja do Ocidente.

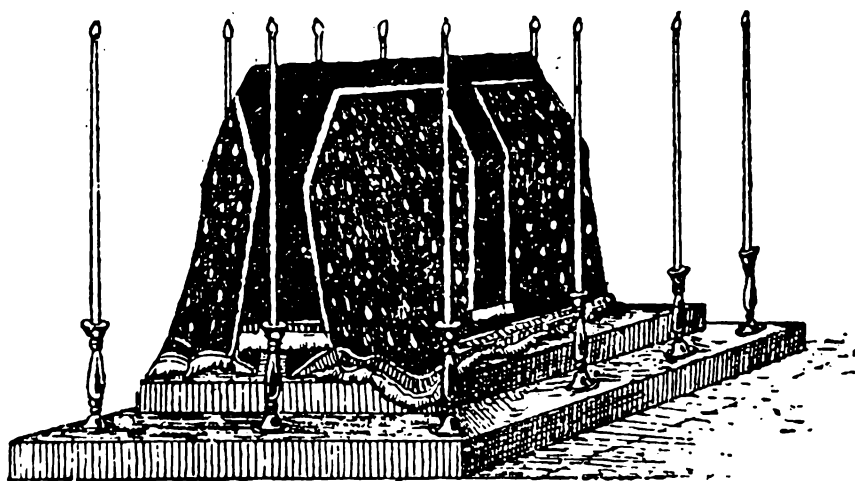
Aproximaram a *festa dos Mortos* da festa de *Todos os santos* para mostrar a união que existe entre a Igreja triunfante, a Igreja militante e a Igreja padecente, as quais não formam, na realidade, senão uma Igreja única.

453. — *Quais são as particularidades litúrgicas da festa dos Mortos?*

R. — *No dia da festa de Todos os santos, após as vésperas próprias, cantam-se as vésperas do ofício dos Finados. No dia 2 de novembro, rezam-se três missas; depois, vai-se de procissão ao cemitério.*

No próprio dia da festa de Todos os santos, depois das vésperas próprias, cantam-se as *vésperas do ofício dos Finados*. Aos hinos de alegria sucedem os ecos lúgubres, e os paramentos dos dias festivos são substituídos pelo luto. Nossas lembranças e nossos olhares dirigiam-se para os felizes habitantes do céu: volvem-se agora para os nossos irmãos padecentes no purgatório.

Eça.

De noite, volta-se à igreja para cantar o *ofício dos Mortos*, tão majestoso e tão lúgubre. Consta de *três noturnos*, lendo-se nêles, em lições, as queixas de Jó, com gritos sublimes de esperança, e apelos comoventes aos amigos; consta mais de *laudes* em que entram salmos próprios.

No dia dois de novembro, rezam-se três missas; muitas vezes, canta-se a missa de *Requiem*, tão solene na sua tristeza, com a prosa *Dies irae*, em que se descrevem os terrores do juízo final. — Ao acabar a missa, ouve-se o *Líbera*; depois, vai-se, de procissão, para o *cemitério*,

onde se leva aos mortos, como o testemunho da lembrança, a oração que os alivia, e a aspersão da água benta que lhes purifica as almas.

454. — *Que devemos fazer no dia de Finados?*

R. — *Devemos: 1.º orar por todos os fiéis falecidos; 2.º assistir aos ofícios dos Mortos; 3.º pensar na morte e a ela preparar-nos.*

No dia de Finados devemos: 1.º orar de modo particular e mais fervoroso por todos os *fiéis falecidos*, e pensar que entre as almas padecentes do purgatório, pelas quais se empenham as Igrejas da terra e do céu, temos, sem dúvida, pais, irmãos, amigos, que talvez padeçam, só por culpa nossa e esquecemos sem misericórdia, sem piedade, nem justiça.

2.º Esforçar-nos para aliviar essas pobres almas, com orações pessoais, esmolas, boas obras, mas principalmente com a assistência piedosa e devota aos *ofícios dos Mortos*, especialmente à missa, e enfim com as indulgências que pudermos ganhar, aplicando-as a favor delas.

3.º Devemos também pensar na morte e a ela preparar-nos. Quantas pessoas, no decorrer de um ano, deixarão êste mundo para a vida eterna e das fileiras dos vivos em que oravam, achar-se-ão nas fileiras dos mortos por quem se ora!

CONCLUSÃO PRÁTICA

A religião não proíbe cuidar do túmulo dos mortos, visitá-lo, adorná-lo com flores, coroas, epitáfios repassados de lágrimas e saudades, longe disto; mas quer que a nossa lembrança, o nosso culto sejam principalmente para as *almas*... Sem nos atrevermos a desvendar os arcanos insondáveis da justiça divina, indaguemos, contudo, onde estão as almas dos que choramos. Pensemos que os sofrimentos do purgatório são às vezes espantosos na duração, assombrosos sempre no rigor, na intensidade; entre as almas que gemem nestas moradas escuras, muitas há que são de todo esquecidas e clamam por nós com os acentos plangentes de Jó: "Tende piedade

de nós, tende piedade de nós, vós, pelo menos, que sois nossos amigos; pois a mão do Senhor caiu sobre nós" (*Jó*, XIX, 21).

Fórmula para recitar todas as manhãs:

"Meu Deus, ofereço à vossa divina justiça, em expiação dos meus pecados, as satisfações superabundantes de Nosso Senhor Jesús Cristo, de sua santíssima Mãe e de todos os santos. Faço intenção de ganhar todas as indulgências ligadas às boas obras que eu fizer neste dia. Tanto quanto posso, aplico estas indulgências às almas do purgatório, e, em particular, às de meus pais e amigos falecidos (ou à alma mais abandonada do purgatório) suplicando-vos de conceder-lhes o alívio de que necessitam".

§ XI. — Festa da Dedicação.

Dedicação das igrejas: aniversário. — Fim desta solenidade. — Disposições particulares para esta festa.

455. — *Que é a festa da Dedicação?*

R. — *A festa da Dedicação é a que se celebra em memória da consagração de uma igreja.*

Regularmente, cada paróquia deve celebrar a festa da dedicação da sua igreja, no dia aniversário da consagração que recebeu.

A festa cristã do *aniversário da Dedicação* foi tirada dos usos de lei judaica. O templo de Jerusalém tinha recebido a consagração solene; mas a perseguição de Antíoco Epifânio, acarretando a deserção da cidade santa e a profanação do templo, Judas Macabeu livrou sua pátria, restituiu-lhe o templo, fazendo a dedicação dêsse edifício e preceituando que dora avante, o povo judeu celebraria êsse aniversário durante oito dias (I, *Mac.*, IV, 59). — Na Igreja católica, festeja-se igualmente, durante uma oitava inteira, o aniversário da Dedicação das igrejas.

456. — *Porque se faz a Dedicação das igrejas e para que festejar o seu aniversário?*

R. — *É para lembrar aos cristãos o religioso respeito que devem ter para as igrejas.*

As igrejas merecem respeito por vários motivos:

1.º Por sua consagração, a igreja recebeu destino santo, e tornou-se habitação de Deus entre os homens.

2.º Nela se cumprem os atos mais augustos da religião; alí, todos os dias, imola-se Jesús Cristo sôbre o altar no santo sacrifício da missa; é alí que se administram os sacramentos e a palavra de Deus é anunciada ao povo.

3.º O tabernáculo particularmente é a morada em que Jesús Cristo reside corporalmente, de modo que a igreja não é tão sòmente o lugar onde Deus habita espiritualmente, como está em toda a parte, ou ainda onde manifesta mais especialmente a sua presença, senão a verdadeira e perpétua morada de Cristo corporal e substancialmente presente.

É em consideração destas maravilhas que a igreja foi consagrada e é para lembrar estas verdades, muitas vezes ignoradas ou esquecidas, que se celebra o *aniversário da Dedicação.*

457. — *Que sentimentos devem animar-nos na festa da Dedicação?*

R. — *Devemos nesse dia: 1.º lastimar as irreverências que temos cometido no lugar santo; 2.º formar o propósito firme de proceder na igreja como na casa de Deus.*

Devemos nesse dia: 1.º lastimar as irreverências que temos cometido no lugar santo, por falta de atenção e respeito, por palavras inúteis, uma atitude muito livre, distrações mais ou menos voluntárias. Quem recordar o proceder de Nosso Senhor para com os profanadores do templo de Jerusalém, há de avaliar melhor a gravidade das suas faltas e pedir perdão a Deus.

2.º Formar o propósito firme de sempre voltar à igreja com *piedade,* como na *casa de Deus;* com *temor* e *respeito* da majestade divina; mas, ainda mais, com a

confiança que deve inspirar-nos a presença do Salvador, que se delicia em permanecer entre os filhos dos homens, para receber as suas homenagens e distribuir-lhes benefícios; com *amor* também, e com *gratidão,* pois, é na igreja que recebemos as graças mais preciosas: batismo, santa comunhão, perdão das nossas culpas, sermões, graças do matrimônio, etc.

Enfim, a festa da Dedicação há de inspirar-nos ainda outros sentimentos. A Igreja, nos ofícios dêsse dia, levanta os nossos pensamentos, do edifício terrestre construído pela mão dos homens até a Jerusalém celeste, para o templo eterno que é o céu, obra de Deus, em que os eleitos achar-se-ão reunidos para louvá-lo e amá-lo eternamente; lembra-nos mais que os nossos corpos são templo do Espírito Santo, consagrados a Deus pelo santo batismo, seus santuários pela confirmação e seus tabernáculos pela santa comunhão: logo, devemos ter para o nosso corpo o respeito que se tem para um templo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Ao lembrar-se da casa paterna, Jó formulava êste voto esplêndido: "Eu dizia: alí hei de morar, qual o pássaro no seu ninho; qual a palmeira, alí multiplicarei os meus dias" (*Jó.*, XXIX, 18). De bom grado podia o cristão exprimir o mesmo desejo em relação à igreja, torrão natal onde a sua alma recebeu a vida espiritual, verdadeira casa de família em que irmãos e irmãs se reunem para o banquete do Pai comum, onde achamos as nossas melhores alegrias, onde as nossas mágoas encontram o melhor consôlo!

Sim, o cristão, de boa vontade volta à igreja, mas ama especialmente a *igreja de sua paróquia,* a igreja da sua residência, que é geralmente a do seu batismo, da sua primeira comunhão: estremece-a e patenteia seu amor frequentando-a sempre que a lei de Deus o ordena, nos domingos e dias santos. Enfim, já que gostamos de ver a casa paterna limpa e bem enfeitada, também devemos zelar pelo adôrno de nossa igreja paroquial, contribuindo, segundo as nossas posses, para sua beleza. Oxalá possamos repetir com o santo rei Daví: *Senhor, amei o esplendor da vossa casa!* (*Salmos,* XXV, 8).

DEVOÇÕES E CONFRARIAS

§ I. — Principais devoções recomendadas aos fiéis.

Definição. — Principais devoções católicas. — Para com Nosso Senhor Jesús Cristo: santíssimo Sacramento, — Paixão, — Cruz. — II. Devoções para com a Santíssima Virgem. — III. Para com os santos.

458. — *Que são devoções?*

R. — *Devoções são práticas religiosas próprias para alimentar e fortificar a piedade, às quais a Igreja geralmente ligou favores e indulgências.*

As devoções de que se trata aquí ficam fora da liturgia e não fazem parte do que se chama propriamente ofício divino. São instituições piedosas aprovadas pela Igreja e outros tantos auxílios concedidos à nossa fraqueza para levar-nos à prática do bem e assegurar nossa perseverança.

459. — *Quais são as devoções que mais se recomendam aos fiéis?*

R. — *As devoções verdadeiramente católicas são as que se referem a Jesús Cristo, a Nossa Senhora e aos santos.*

Há grande número de devoções católicas e seria impossível dar a conhecer tôdas. Segundo os tempos, os países, as circunstâncias, Deus inspirou aos fiéis meios diferentes e especiais para se santificarem glorificando-o. Mencionamos aquí tão sòmente as principais devoções verdadeiramente católicas ou universais, que se referem a *Jesús Cristo*, — a *Nossa Senhora*, — aos *santos*.

460. — *Falai das principais devoções para com Nosso Senhor Jesús Cristo.*

R. — *1.º A devoção ao santíssimo Sacramento; 2.º à Paixão de Nosso Senhor; 3.º à Cruz, instrumento da*

Paixão do Salvador, tôdas reunidas na devoção ao Sagrado Coração de Jesús.

Sendo Jesús Cristo autor da religião católica e centro de todo o nosso culto, não é de admirar que as primeiras *devoções* digam respeito à sua pessoa, e por consequência, ao *santíssimo Sacramento*, à *Paixão* e à *Cruz*.

1.º A devoção ao *santíssimo Sacramento* é o culto tributado a Deus por Jesús Cristo, presente na Eucaristia, oferecendo-se no altar em sacrifício, residindo no tabernáculo, e dando-se a nós pela santa comunhão. Porisso, sempre temos visto a Igreja honrar o santíssimo Sacramento com *bênçãos* e pelas *orações das quarenta horas*, que se fazem no princípio da quaresma.

A *adoração perpétua* é outra forma desta mesma devoção. — É prática instituída em Roma pelo papa Paulo V, em 1606, espalhando-se depois pelo orbe católico até estabelecer-se em quasi tôdas as dioceses. Mercê da sua organização, todos os dias, uma paróquia, uma comunidade da diocese, da cidade está especialmente incumbida de prestar a Nosso Senhor na Eucaristia, as homenagens da nossa fé, do nosso arrependimento e de nosso amor, em nome de todos os fiéis. — Naquele dia, o santíssimo Sacramento fica exposto desde a manhã até à noite; há ofícios solenes, práticas sôbre a santa Eucaristia.

Os fiéis que podem assistem a essas cerimônias; contribuem com sua presença à solenidade da festa; adornam o altar e a igreja, e zelam para que o santíssimo Sacramento não fique sem adoradores. Uma *bênção solene* com *ato de desagravo* a Nosso Senhor encerra a festa, que deve ser, pelos esforços das almas piedosas, um verdadeiro triunfo para a santíssima Eucaristia.

A adoração noturna, obra especialmente instituída para os homens, a *comunhão reparadora,* as *visitas ao santíssimo Sacramento,* são outras tantas manifestações excelentes da devoção eucarística.

2.º A *Paixão de Nosso Senhor* sempre foi estímulo para a devoção agradecida dos cristãos. A Igreja dá o exemplo consagrando não só a Sexta-feira santa, mas todas as sextas do ano a esta memória. As sextas da quaresma são principalmente santificadas pelos *objetos da Paixão;* a *festa do Precioso Sangue,* no primeiro dia de julho, lembra o mesmo mistério.

3.º A *Cruz,* instrumento da paixão do Salvador, é também objeto de particular devoção. A *Invenção* da santa Cruz, a 3 de maio, e sua *Exaltação,* a 14 de setembro, são destinadas a comemorar a sua descoberta em 326, e sua glorificação em 628. As relíquias da *verdadeira Cruz* são objeto de veneração profunda e êste respeito abrange qualquer imagem ou reprodução da Cruz.

Uma das mais imponentes práticas de devoção em honra da Cruz, é sem dúvida, o exercício da *Via Sacra.* — Logo na origem do cristianismo, os fiéis gostavam de percorrer a via dolorosa que Nosso Senhor tinha seguido, indo do pretório de Pilatos para o Calvário, onde fôra crucificado. A tradição guardava fielmente a lembrança dos lugares assinalados pelos vários incidentes do penoso trajeto, e onde cruzes tinham sido eretas em número de quatorze. Os Sumos Pontífices ligaram riquíssimas indulgências a esta piedosa romaria, graças que foram confirmadas por Clemente X, a 11 de julho de 1670.

Mas o número dos cristãos que podiam realizar uma viagem à terra santa era muito diminuto, principalmente desde que ela caíra no poder dos infiéis. É por essa razão que os pontífices romanos concederam a autorização de erigir nas igrejas, nas capelas e oratórios, *estações* da Via Sacra, facultando a quem percorresse essas estações as mesmas indulgências que ganharia se fosse a Jerusalém.

Todavia, para participar dêstes favores, é necessário: 1.º que a Via Sacra tenha sido erigida canonicamente,

em virtude de autorização do Sumo Pontífice, autorização que os bispos muitas vezes possuem por um indulto; 2.º as quatorze estações sejam indicadas quando menos com uma cruz, ou, querendo, por imagens encimadas de uma cruz e representando as cenas da Paixão; 3.º tenham o estado de graça os que desejam lucrar as indulgências, mudando de lugar a cada estação, a não ser que a Via Sacra se faça em comum, caso no qual basta levantar-se e ajoelhar a cada estação; enfim, a cada estação ainda, deve-se meditar no mistério que ela lembra. Geralmente reza-se alí um *Padre Nosso, Ave Maria, Glória Patri,* e o versículo *Miserere nostri*... As *indulgências* ligadas à Via Sacra são numerosíssimas: pode-se ganhá-las sempre que se faz êste exercício, sendo todas aplicáveis às almas do purgatório.

Enfim, outra muito louvável prática de devoção à paixão e à Cruz é conservar em casa, com respeito, o *crucifixo,* isto é, a cruz na qual é representada a imagem de Jesús Cristo moribundo, ou levá-la habitualmente no peito. Lucram-se também assim indulgências quando o crucifixo houver sido bento pelo Sumo Pontífice ou por um sacerdote seu delegado.

461. — *Quais são as principais devoções para com a santíssima Virgem?*

R. — *Devoções muito conhecidas em honra da santíssima Virgem, são as do rosário e do escapulário.*

Temos muitas e muitas práticas de devoção para com Nossa Senhora: já indicamos as festas que se celebram em sua honra, o costume de consagrar-lhe o *sábado* de cada semana e a piedosa prática do *mês de Maria.* Esta última devoção consiste em santificar todos os dias do mês de maio por um exercício religioso público ou privado em honra de Nossa Senhora; a Igreja favorece essa prática e concede *trezentos dias* de indulgências por

dia e uma *indulgência plenária* no fim do mês a quem tiver sido fiel ao exercício cotidiano do mês de Maria, confessando-se e comungando.

Outras devoções muito conhecidas em honra da santíssima Virgem, são as do *rosário* ou do *têrço*, e do *escapulário*, do qual falaremos mais detidamente no parágrafo que trata das confrarias e associações. Há mais a recitação do *Anjo do Senhor* e das *ladainhas de Nossa Senhora*, as *romarias* aos santuários dedicados à Virgem Maria e enfim o excelente uso de trazer sua medalha, e mais especialmente a *medalha milagrosa*, ou da *Imaculada Conceição*, que Maria pessoalmente deu a conhecer em Paris, em 1830, a uma humilde noviça das Irmãs de Caridade, hoje a bem-aventurada Catarina Labouré.

462. — *Quais são as melhores devoções para com os santos?*

R. — *Dentre os santos que a piedade dos fiéis cerca com devoção especial, convém nomear são José, os santos anjos da guarda e os apóstolos são Pedro e são Paulo.*

A Igreja autoriza o culto e portanto a devoção para com todos os santos que inscreveu no seu calendário autêntico. Excluindo dêsse culto tudo quanto fosse supersticioso, ridículo ou vão, a Igreja encarece muito a confiança e as homenagens respeitosas.

Dentre os santos que a piedade dos fiéis cerca com devoção especial, convém nomear *são José*, espôso de Maria. Seu culto, modesto muito tempo, como a vida e as obras dêste santo patriarca, tomou, no último século, incremento abonado e estimulado por muitíssimos favores alcançados. A *quarta-feira* de cada semana, como o *mês de março* inteiro, no qual se acha sua festa, lhe são consagrados.

Para os santos apóstolos *Pedro* e *Paulo*, existe particular devoção. O papa Leão XIII concedeu-lhes

ofício votivo na têrça-feira de cada semana, e há uma devoção especial com o nome de *Cadeia de são Pedro.*

Os *santos anjos* recebem igualmente a expressão de nossa piedade e gratidão: a êles é consagrada a segunda-feira com *ofício votivo* concedido pelo mesmo papa. O mês de outubro inteiro é o *mês dos santos anjos da guarda.*

Enfim, podemos indicar ainda como genuinamente católicas, as devoções para com *as almas do purgatório,* a *Igreja,* o *papa;* consistem na dedicação a estas causas sublimes.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Acredita-me, Filoteu, a devoção é a mais doce das doçuras e a rainha das virtudes: é a perfeição da caridade. Se a caridade fôr o leite, a devoção será a nata; se fôr planta, a devoção será a flor; se fôr bálsamo precioso, a devoção será o perfume, perfume de suavidade que alenta os homens e alegra os anjos.

"Não, a devoção nada prejudica quando verdadeira, mas aperfeiçoa tudo; e quando vai de encontro à legítima vocação de uma pessoa, sem dúvida, então, é falsa. "A abelha, diz Aristóteles, tira o seu mel das flores sem as perturbar, deixando-as inteiras, frescas, como as achou"; mas a verdadeira devoção procede melhor ainda; pois não sòmente não perturba nenhuma vocação, nenhum negócio, seja qual fôr; antes, pelo contrário, ela os adorna e aformoseia" (SÃO FRANCISCO DE SALES, *Vida devota*).

Não é possível abraçar de uma vez todas as *devoções* autorizadas e encarecidas pela Igreja: cada pessoa tem de ver as que melhor lhe sabem ao coração, e cultivar as que mais proveito podem trazer para a alma.

§ II. — Confrarias, associações.

Noções gerais. — I. Confrarias referindo-se a Nosso Senhor Jesús Cristo. — II. Confrarias de Nossa Senhora. — III. Associações.

463. — *Que é confraria e associação?*

R. — *Confraria ou irmandade é uma reunião de fiéis que se associam para cumprirem alguns exercícios de piedade.*

Nas confrarias, geralmente há membros de ambos os sexos, sem embargo de condição, estado nem idade.

Algumas destas piedosas sociedades foram elevadas pelos Sumo Pontífice à dignidade de *arquiconfrarias.* Esta palavra indica preeminência sôbre as mais confrarias: gozam de privilégios mais extensos, podendo ter, entretanto, confrarias filiais que aufiram as mesmas vantagens.

Às vezes, uma reunião de pessoas propõe-se praticar obras de misericórdia, favorecer os bons costumes, espalhar uma boa idéia, etc. Dá-se-lhe então o nome de associação.

464. — *Quais são as confrarias ou irmandades mais conhecidas?*

R. — *1.º A confraria do santíssimo Sacramento; 2.º a do Sagrado Coração; 3.º a do escapulário do Carmo; 4.º a do rosário.*

Louvado seja sempre o santíssimo Sacramento!

Dentre as irmandades — têrmo canonicamente igual a confrarias — umas se referem a *Jesús Cristo,* outras à *santíssima Virgem,* outras finalmente a algum *santo.*

I. *Confrarias referindo-se a Nosso Senhor Jesús Cristo.* — Falaremos de duas principais: a do *santíssimo Sacramento* e a do *Sagrado Coração.*

1.º A *confraria do santíssimo Sacramento* tem por objeto honrar especialmente Jesús Cristo no sacramento de seu amor e reparar os ultrajes que recebe dos ímpios e dòs maus cristãos. Nasceu em Roma, na igreja Santa Maria *ad Minervam*, para o comêço do século XVI. Foi aprovada em 1539, pelo papa Paulo III, e mais tarde elevada ao grau de *arquiconfraria*.

Os sócios devem *visitar* Nosso Senhor no tabernáculo, *assistir às procissões, acompanhar* o santíssimo Sacramento que se leva aos doentes. Lucram assim numerosas indulgências.

2.º *Confraria do Sagrado Coração.* — A primeira foi estabelecida em Roma, na igreja de São Teodoro, no princípio do século XVIII, por São Leonardo de Porto-Maurício, célebre missionário. Em 1801, os Padres seculares da congregação de São Paulo foram autorizados a erigir essa confraria na sua igreja de Santa Maria *ad Píneam;* Pio VII, a 25 de janeiro de 1803, fez dela uma arquiconfraria, concedendo-lhe privilégios, dos quais participaram as confrarias filiais. Para ter parte nesses favores, é preciso ter o nome inscrito no registro da confraria e rezar cada dia, um *Padre nosso*, uma *Ave Maria*, um *Credo* com a invocação: *Doce Coração de Jesús dai-me a graça de amar-vos sempre mais.* — A devoção ao Sagrado Coração avulta em nossos dias.

II. *Confrarias em honra de Nossa Senhora.* — São numerosíssimas: falemos sòmente das do *escapulário* e do *rosário*.

1.º A *confraria do escapulário do Monte Carmelo* ou *do Carmo*. No princípio, essa irmandade não passava de simples associação unida à ordem dos Carmelitas, religiosos antigamente estabelecidos no monte Carmelo e reconhecendo os profetas Elias e Eliseu como seus fundadores. No século XIII, a santíssima Virgem revelou a um religioso dessa ordem, são Simão Stock, que se mostraria

propícia para quem, em honra dela, levasse o *escapulário*, quer o que usam os religiosos, quer o *menor*, formado com dois pedacinhos de fazenda preta ou parda, ligados por duas fitas.

Para ser membro dessa confraria e ter parte nos seus privilégios e indulgências, é preciso receber, das mãos de um religioso carmelita, ou de um padre devidamente autorizado, um escapulário bento por êle na forma marcada, e levá-lo religiosamente, de noite e de dia. Quem quiser participar do favor da indulgência da *Bula Sabatina*, a qual, segundo revelação feita ao papa João XXII, promete a libertação do purgatório no sábado depois da morte a todos os sócios da confraria do escapulário, deve: 1.º guardar a castidade segundo o estado; 2.º recitar todos os dias o ofício canônico ou ofício parvo de Nossa Senhora. As pessoas que não sabem ler, substituem essa obrigação pela abstinência de todas as quartas-feiras. Nestes últimos pontos, concedem-se dispensas em certos casos.

Outros escapulários foram instituídos, dando lugar a novas confrarias análogas. Os mais conhecidos são: *o escapulário azul da Imaculada Conceição*, que pertence aos religiosos Teatinos desde 1616, e o escapulário vermelho da Paixão, de origem mais recente, e é dos Padres da Missão de São Vicente de Paulo, desde 1826. Há ainda o escapulário do Sagrado Coração, de côr branca, que SS. Leão XIII aprovou a 4 de abril de 1900.

2.º *Confraria do rosário.* — Foi instituída no começo do século XIII, por são Domingos, fundador da Ordem religiosa que tem o seu nome. A Santíssima Virgem lhe deu a conhecer em 1208, que a recitação do *rosário*, composto de cento e cincoenta *Ave Marias*, lhe seria muito agradável e tornar-se-ia arma poderosa contra os hereges albigenses, dando aos sócios frutos preciosos. Os acontecimentos justificaram as promessas.

Para lucrar as indulgências do *rosário* é preciso: 1.º ser inscrito no registro de uma confraria regularmente ereta por um religioso dominicano com autorização dos seus superiores; 2.º rezar o rosário inteiro uma vez por semana, meditando nos mistérios do rosário; 3.º preencher as condições marcadas para as diversas indulgências. Parece necessário, ou quando menos, mais certo, usar de rosário ou têrço bento por um dominicano ou por um padre autorizado.

465. — *Falai de algumas associações piedosas.*

R. — *Merecem particular atenção: o apostolado da oração, a propagação da fé, as conferências de são Vicente de Paulo, as congregações marianas, a obra da Santa Infância.*

Já o dissemos as *associações propõem-se geralmente* um fim caridoso: são muitas e com objetos diferentes. Indicamos sòmente algumas:

1.º *Apostolado da oração.* — É uma associação de orações fundada em 1846, enriquecida por Pio IX com indulgências plenárias; o centro está atualmente em Tolosa. Esforça-se por promover a glória de Deus e a salvação das almas segundo as intenções do Coração de Jesús, pela oferta de orações e boas obras. É indispensável a agregação pessoal ou inscrição no registro do Apostolado em algum dos centros onde a associação se acha regularmente estabelecida.

2.º *Obra da propagação da fé.* — Fundada em 1822, propõe-se auxiliar pela oração e pela esmola, os missionários que vão levar a fé até aos povos infiéis; contribue a cristianizar as almas e preservá-las do inferno. Os membros rezam, cada dia, um *Pater* e uma *Ave Maria* com a jaculatória: *São Francisco Xavier, rogai por nós.*

3.º *Conferência de São Vicente de Paulo.* — Essas sociedades tão úteis tiveram princípio humilde em 1833. Amparar os pobres, ministrar-lhes alívio para o corpo e

esmola espiritual para a alma; pôr a virtude e a perseverança dos membros sob a proteção da caridade, são as espirações dos fundadores e foram realizadas de modo admirável.

4.º *Congregação mariana.* — Muito antiga, essa sociedade tem por fim agremiar os jovens de boa vontade, conservar a virtude e mostrar a Nossa Senhora devoção particular. Conferências, estudos, exercícios de piedade numerosos e feitos em comum: tais são os principais meios. Quem sabe quantos são os perigos que amcaçam os jovens estudantes, compreenderá o grande alcance social dessa agremiação.

5.º *Obra da Santa Infância.* — Propõe-se o resgate das criancinhas abandonadas pelos pagãos, educando-as religiosamente. Os sócios têm de rezar diariamente por esta intenção uma *Ave Maria* com a invocação: Santa Virgem Maria, rogai por nós e pelos pobres filhos dos infiéis. Há também uma pequena contribuição mensal.

CONCLUSÃO PRÁTICA

"Eu vo-lo disse e outra vez o digo: se dois dentre vós estiverem de acôrdo na terra para me pedir seja o que fôr, isto lhes será concedido por meu Pai que está no céu" (*S. Mat.*, XVIII, 19). Essas palavras de Nosso Senhor nos revelam o grande poder da *associação.*

Haverá cousa mais fraca que uma fibra de cânhamo, de linho? Pouca fôrça é quanto basta para partí-la; ajuntai certo número e tereis cordas assaz resistentes para arrastar navios. Que pode fazer a gotinha de água? Se muitas gotinhas se reunirem, haveis de ver os diques mais fortes ceder ao seu impulso. Assim, é pouca cousa nossa oração pessoal, nosso esfôrço individual; unindo, porém, agremiando essas fraquezas, teremos um poder incrível: a união faz a fôrça.

Ó Deus meu, bendito sejais por nos terdes dado a *oração*, por nos terdes dado a *ação*, e por terdes reunido essas duas fraquezas para elas formarem uma potência. Quero entrar numa associação para salvar a minha alma com os outros, e salvar os outros comigo.

FIM

ÍNDICE

PÁGS.

GRAÇA E SACRAMENTOS

CULTO, LITURGIA, FESTAS, PRÁTICAS RELIGIOSAS